



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

GABRIEL GOULART BARBOZA

**O MOVIMENTO EM PROL DO ESTADO DAS MISSÕES:
UMA LUTA PELA EMANCIPAÇÃO DO CONTESTADO (1909-1917)**

FLORIANÓPOLIS

2021

GABRIEL GOULART BARBOZA

**O MOVIMENTO EM PROL DO ESTADO DAS MISSÕES:
UMA LUTA PELA EMANCIPAÇÃO DO CONTESTADO (1909-1917)**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação
em História da Universidade Federal de Santa Catarina,
como requisito para a obtenção do título de Mestre em
História.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Pinheiro Machado

FLORIANÓPOLIS

2021

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Barboza, Gabriel Goulart
O MOVIMENTO EM PROL DO ESTADO DAS MISSÕES : uma luta
pela emancipação do Contestado (1909-1917) / Gabriel
Goulart Barboza ; orientador, Paulo Pinheiro Machado, 2021.
390 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa
de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2021.

Inclui referências.

1. História. 2. Estado das Missões. 3. Contestado. 4.
Fronteira Sul. 5. Primeira República (1889-1930). I.
Machado, Paulo Pinheiro. II. Universidade Federal de Santa
Catarina. Programa de Pós-Graduação em História. III. Título.

Gabriel Goulart Barboza

O movimento em prol do Estado das Missões: uma luta pela emancipação do Contestado
(1909-1917)

O presente trabalho em nível de mestrado foi avaliado e aprovado por banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Profª. Dra. Cláudia Maria Ribeiro Viscardi
Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

Prof. Dr. Delmir José Valentini
Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)

Certificamos que esta é a **versão original e final** do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de mestre em História.

Prof. Dr. Fábio Augusto Morales Soares
Coordenador do Programa de Pós-Graduação

Prof. Dr. Paulo Pinheiro Machado
Orientador

Florianópolis, 13 de janeiro 2021.

Dedico este trabalho aos meus avós paternos Eduardo Barboza e Delia Gladis Gambetta e avós maternos Dirceu Moraes Goulart e Silvina Lemes Goulart.

AGRADECIMENTOS

Terminando a dissertação comecei a pensar no grande número de pessoas que me auxiliaram em todo esse processo. São tantas que talvez acabe me esquecendo de alguém. Por isso, início essa seção do meu trabalho agradecendo a todos e a todas que estiveram comigo de alguma forma nesse período de mestrado. Muito obrigado!

Mesmo assim, não poderia me furtar a dedicar algumas palavras para os mais próximos durante a pesquisa. Gostaria de começar agradecendo ao meu orientador Paulo Pinheiro Machado, por toda a ajuda, as conversas, as ideias, os conselhos, os alertas e, acima de tudo, pelo apoio e a liberdade concedida para eu poder conduzir minha pesquisa. Possuir um orientador que incentive e dê suporte às nossas ideias é algo que deve ser valorizado. Por isso, sou muito grato de poder ter contado com o professor. Muitíssimo obrigado!

Existem também outras pessoas que são fundamentais no desenvolvimento dos nossos trabalhos intelectuais. A nossa família e os nossos amigos. Ao primeiro círculo agradeço, em especial, aos meus pais, irmãos, madrasta, avós, cunhados, tios, primas e até ao sogro e à sogra! Enfim, quem me conhece um pouco sabe como gosto de estar entre familiares e a importância que todos têm para mim. Agradeço a vocês, principalmente pelo incentivo dado em todos os momentos. Aos meus amigos também! Não vou citar um por um, pois posso me esquecer de alguém. Mas saibam que mesmo estando sumido nos últimos tempos, eu sempre guardo cada um de vocês no meu coração e vocês também foram/são importantes para a minha formação como sujeito e pesquisador.

Vou aproveitar para dedicar um espacinho aqui para minha companheira Luiza Pereira Canabarro. Essa mulher foi fundamental na minha pesquisa, pois além de me aguentar, ainda foi a minha leitora oficial. Digo, sem exagerar, que esse trabalho sem ela não teria nem a metade das suas qualidades. Meu amor, muito, muito obrigado. Espero poder retribuir todas essas ajudas em dobro na sua jornada como educadora.

Agradeço também ao meu amigo e xará Gabriel Kunrath, fundamental nessa pesquisa. Sem o Gabriel, também não teríamos um trabalho como esse. Obrigado por lembrar-se de mim durante suas incursões, amigo! Seus documentos foram muito importantes para a construção de toda a narrativa. Também sou grato à Cristina Dallanora pela concessão de bom grado de diversos documentos.

Quero, também, deixar meu agradecimento aos professores Delmir José Valentini e Waldomiro Lourenço da Silva Júnior presentes na minha banca de qualificação. Ao professor Delmir, por todo o auxílio, as contribuições, as sugestões ideias e pelo incentivo à pesquisa no tema. Ao Waldomiro, agradeço pela paciência de ouvir minhas ideias e me auxiliar no desenvolvimento dos meus raciocínios sobre estrutura, tempo histórico e espaço. Igualmente, gostaria de deixar registrado o meu agradecimento à professora Cláudia: pelas contribuições dadas na minha banca de defesa, me proporcionando um aprendizado ainda maior sobre minha pesquisa e os assuntos debatidos.

Agradeço também à CAPES pela bolsa concedida durante a minha pesquisa. Em um momento como o que estamos vivendo, contar com esse auxílio foi fundamental.

Gostaria de agradecer também aos meus queridos amigos do Museu do Tribunal de Justiça de Santa Catarina: Adelson, Gustavo, Amanda, Jaqueline, Felipe. É impossível fazer uma pesquisa sem me lembrar de vocês e do nosso trabalho no Museu. Além do mais, foi lá que me formei como pesquisador e todo aprendizado obtido durante minha curta estadia no arquivo ainda dão muitos frutos em minhas pesquisas.

Outros pesquisadores que gostaria de deixar registrado o meu agradecimento é ao pessoal do Grupo de Investigação do Movimento do Contestado. Foram dois anos de muito aprendizado nos encontros e conversas realizados e essa pesquisa buscou levar em consideração a contribuição de cada um de vocês. Obrigado amigos!

Não posso deixar de agradecer também a todo pessoal do PPGH da UFSC. Desde meus amigos, André, Marcos, Conrado e tantos outros colegas de disciplina, aos professores Marcos, Flavia, Henrique e os integrantes da linha de pesquisa História Global do Trabalho. O

mestrado foi um momento muito importante para mim e as discussões realizadas durante esse período mudaram muito minha forma de enxergar o mundo. Muito obrigado a todos vocês!

Outra pessoa que gostaria de deixar meu profundo agradecimento é a minha amiga Suzane por ter se disponibilizado para revisar o meu trabalho com tanto carinho. Entramos juntos no PPGH da UFSC e saímos praticamente ao mesmo tempo hehe. Suzane, que a vida possa nos manter sempre conectados e ajudando um ao outro. Muitíssimo obrigado!

Também sou grato a todo pessoal do CEAP que sempre me apóia e me incentiva nos meus projetos, na minha forma de ser, nas minhas falas, enfim, em todas as atividades que venho realizando. Obrigado gente!

Além disso, agradeço também a todos aqueles que sempre nos acompanham e estão ao nosso lado: nos momentos felizes e, também, nos difíceis da nossa vida. Aqueles que nunca falham e estão sempre prontos para nos reerguer e nos dar um conselho, a não nos julgar e nos ajudar a manter-nos firmes na busca do nosso propósito de bem. Muito obrigado amigos, sem vocês não teria conseguido.

Os acontecimentos são o efêmero da história, eles a atravessam como breves clarões; mal nascem regressam logo à escuridão e muitas vezes ao esquecimento. Cada um deles, com certeza, ainda que breve, testemunha e esclarece um canto escuro ou, por vezes, um vasto panorama da história. E não apenas de história política, pois qualquer área – política, econômica, social e mesmo geográfica – é iluminada pelo brilho intermitente do acontecimento [...] Não sou de modo algum inimigo do acontecimento.

Fernand Braudel, 1949.

RESUMO

O movimento pelo Estado das Missões surgiu pela primeira vez, em 1909, na cidade de Palmas (PR). Em síntese, tratava-se de uma reivindicação de algumas lideranças locais do Sudoeste paranaense, exigindo a emancipação administrativa do território conhecido como “O Contestado” – uma faixa territorial de aproximadamente 48.000 km² disputada por Paraná e Santa Catarina desde o período imperial – para torná-lo mais um estado da Federação brasileira. Assim, ao longo da trajetória do movimento, diversas estratégias foram colocadas em prática, havendo variações nas ações utilizadas e nos sujeitos envolvidos. Esse movimento ainda reapareceu mais duas vezes na década de 1920, nos anos de 1922 e 1927. Portanto, o objetivo principal desta dissertação é compreender, minuciosamente, o que foi o movimento em prol do Estado das Missões, quem foram os atores sociais envolvidos com esse ideal e como era o mundo onde eles estavam inseridos. Para dar conta deste propósito, foram utilizados como aporte teórico-metodológicos as contribuições da micro-história, da Geografia Humana e Histórica e ainda dos autores Fernand Braudel e Reinhart Koselleck. Desta maneira, trabalhamos com as três categorias de tempo histórico – longa duração, conjuntura e evento – de forma a compreender os diversos contextos influentes na ação dos indivíduos defensores do projeto emancipacionista. Assim, numa primeira parte abordamos a formação histórico-geográfica da Fronteira Sul, unidade espacial onde nossos indivíduos estavam localizados, apontando algumas características de longa duração. Em seguida, passamos a entender o contexto social, político e econômico no qual os atores sociais viviam e a identificar as estratégias colocadas em prática para concretizar alguns projetos particulares, como o próprio Estado das Missões (1909-1917) e o pela criação do Território Federal das Missões (1896). Por fim, também buscamos aproveitar o potencial oferecido pelo nosso objetivo de pesquisa para realizar um estudo do universo político da Primeira República (1889-1930), com enfoque principalmente no fenômeno coronelista. Desta forma, com as discussões abordadas ao longo do trabalho, esperamos ter contribuído para a historiografia da Fronteira Sul, do Contestado e da Primeira República.

Palavras-Chave: Estado das Missões. Contestado. Fronteira Sul. Primeira República. Coronelismo.

ABSTRACT

The movement for the creation of the State of Missions appeared for the first time in 1909 at the city of Palmas (PR). In summary, it was a claim by some local leaders in the Southwest of Paraná, demanding the administrative emancipation of the territory known as “*O Contestado*” - a territorial area of approximately 48,000 km² disputed by Paraná and Santa Catarina since the imperial period - to create another state in the Brazilian Federation. Over the course of the movement, several strategies were put into practice, with variations in the actions used and in actors involved. This movement reappeared two more times in the following decade, in the years 1922 and 1927. Therefore, the main objective of this dissertation is to understand in detail what was the movement in favor of the State of the Missions, who were the social actors involved with this ideal and how was the world where they were inserted. To fulfill this purpose, we rely on contributions from micro-history, Human and Historical Geography and authors Fernand Braudel and Reinhart. In this way, we worked with the three categories of historical time - long duration, conjuncture and event - in order to understand the diverse influential contexts in the action of the individuals defending the emancipationist project. To do so, first we approached the historical-geographical formation of the Southern Border, the place where our individuals were located, pointing out some characteristics of long duration. Then we started to understand the social, political and economic context in which the social actors lived and to identify the strategies put into practice to concretize some particular projects, such as the State of the Missions (1909-1917) and the creation of the Federal Territory of the Missions (1896). Finally, we also seek to take advantage of the potential offered by our research objective to conduct a study of the political universe of the First Republic (1889-1930), focusing mainly on the coronelism phenomenon. Thus, with the discussions debated throughout the work, it is expected to have contributed to the historiography of the Southern Frontier, the Contestado and the First Republic.

Keywords: State of Missions. Contestado. South Frontier. First Republic. Colonelism.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa da Mesorregião da Fronteira do MERCOSUL.....	33
Figura 2 - Mapa das Cortes de 1749.....	57
Figura 3 - Mapa dos itinerários percorridos pelas expedições responsáveis por ocupar os Campos de Guarapuava e Palmas.....	66
Figura 4 - Mapa dos itinerários percorridos pelas expedições responsáveis por ocupar os Campos de Palmas.....	77
Figura 5 - Os Caminhos das Tropas: em vermelho, o caminho do século XVIII e em azul, o caminho aberto no século XIX.....	82
Figura 6 - Esboço dos Campos de Palmas e territórios contíguos. Autor Tito Alves Brito. Ano de 1843.....	93
Figura 7 - Mapa do território disputado pelas províncias do Paraná e Santa Catarina e os respectivos limites reivindicados por cada uma.....	96
Figura 8 - Delimitação territorial estabelecida pelo Aviso Imperial de 14 de Janeiro de 1879.....	99
Figura 9 - Mapa da reivindicação Argentina antes e após 1888.....	104
Figura 10 - Mapa produzido pelo Estado de Santa Catarina em 1907.....	148
Figura 11 - Mapa produzido pelo Governo Paranaense em 1908.....	156
Figura 12 - Instauração do inquérito policial na cidade de Palmas (1909).....	159
Figura 13 - Mapa do Estado das Missões conforme descrição da GAZETA DE NOTÍCIAS (RJ).....	165
Figura 14 - Sede da Comissão Popular do movimento pelo Estado das Missões.....	168
Figura 15 - Grupo de autoridades paranaenses adeptas do Estado das Missões.....	170
Figura 16 - Capa do jornal O PALMENSE no dia 2 de janeiro de 1910.....	174
Figura 17 - Foto da Banda que tocou durante o hasteamento da bandeira do Estado das Missões.....	204
Figura 18 - Instalação da Junta Governativa pelo Estado das Missões.....	209
Figura 19 - Grupo de Vaqueanos.....	216
Figura 20 - Presidente da República Wenceslau Braz Pereira Gomes.....	223

Figura 21 - Chegada do Dr. Carlos Cavalcanti a Capital Federal para as negociações com Wenceslau Braz.	224
Figura 22 - Presidente do Paraná Affonso Alves de Camargo.	225
Figura 23 - Assinatura do Acordo de Limites.	237
Figura 24 - Croquis da zona do Contestado após a divisão do Acordo de Limites.	238
Figura 25 - Grupo de defensores do Paraná na Questão de Limites.	245
Figura 26 - Fotografia do coronel Fabrício Vieira.	251
Figura 27 - Fabrício Vieira (primeiro da esquerda para a direita) e seus “fabricianos” armados de fuzis mauser e/ou winchester e facões.	252
Figura 28 - Mapa do território do Estado das Missões conforme projeto apresentado na Assembleia Legislativa do Paraná.	256
Figura 29 - Traçado dos ramais Norte-Sul e Leste-Oeste da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande.	279
Figura 30 - O manifesto pelo Estado das Missões.	303
Figura 31 - Mapa da presença da erva-mate na Fronteira Sul.	346
Figura 32 - Coronel Amazonas de Araújo Marcondes.	348
Figura 33 - Níveis de exportação da erva-mate nos estados do Paraná, Santa Catarina, Rio Grane do Sul e Mato Grosso do Sul entre 1821 e 1926.	349
Figura 34 - Comparação entre os mapas da presença da erva-mate no Sul do Brasil e o pretendido Estado das Missões.	352

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Registros de terras efetuados na zona do Contestado pela Secretária de Obras Públicas e Colonização do Estado do Paraná entre 1892 e 1894.	316
Tabela 2 - Registros de terras efetuados por pequenos e médios proprietários na zona do Contestado pela Secretária de Obras Públicas e Colonização do Estado do Paraná entre 1894 e 1899.	318

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BRC	<i>Brazil Railway Company</i>
EFSPRS	Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande
HA	Hectares
TJSC	Tribunal de Justiça de Santa Catarina
PRP	Partido Republicano Paranaense
SODEI	Sociedade para o Desenvolvimento e Emancipação do Iguaçu
STF	Supremo Tribunal de Justiça

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
A MICRO-HISTÓRIA EM AÇÃO	22
O ESPAÇO, O TEMPO E AS ESTRUTURAS	25
O MOVIMENTO EM PROL DO ESTADO DAS MISSÕES: FRONTEIRA, TERRITÓRIO E POLÍTICA NA PRIMEIRA REPÚBLICA (1889-1930)	31
DO LEVANTAMENTO AO USO DAS FONTES	43
1 UMA FRONTEIRA EM CONSTRUÇÃO: OCUPAÇÃO, CONQUISTA E DISPUTA NOS CAMPOS DE PALMAS	51
1.1 POLÍTICAS TERRITORIAIS NO SUL DA AMÉRICA PORTUGUESA	54
1.1.1 Os avanços em direção a Guarapuava.....	59
1.1.1.1 <i>A chegada da expedição e o primeiro contato com os indígenas</i>	64
1.2 A INDEPENDÊNCIA BRASILEIRA E AS POLÍTICAS TERRITORIAIS NO PERÍODO IMPERIAL.....	70
1.2.1 Expandindo fronteiras agropastoris: em direção aos Campos de Palmas.....	75
1.2.1.1 <i>A atuação das elites paranaenses na ocupação dos Campos de Palmas e suas ligações com as lideranças do movimento em prol do Estado das Missões</i>	86
1.3 PARANÁ VS SANTA CATARINA: O INÍCIO DAS DISPUTAS	91
1.4 BRASIL VS ARGENTINA: A QUESTÃO DE PALMAS/MISIONES	100
1.4.1 O processo de arbitramento: a consagração de Rio Branco.....	105
1.4.1.1 <i>Vitória brasileira: “Viva o futuro Estado das Missões”?</i>	108
2 PROJETOS ALTERNATIVOS NA FRONTEIRA SUL: O TERRITÓRIO FEDERAL DAS MISSÕES	113
2.1 A QUEM PERTENCE O TERRITÓRIO DAS MISSÕES? AO PARANÁ, A SANTA CATARINA OU À UNIÃO?.....	116
2.1.1 Terras Devolutas na Constituição republicana de 1891	122
2.1.1.1 <i>A primeira rodada de discussão do projeto de Severino vieira: União vs Autonomia dos Estados</i>	127
2.2 O POSICIONAMENTO DE RODRIGUES ALVES E A CRIAÇÃO DO PRIMEIRO TERRITÓRIO FEDERAL BRASILEIRO	132

3	PARANÁ ÍNTEGRO OU INDEPENDÊNCIA: O MOVIMENTO EM PROL DO ESTADO DAS MISSÕES.....	140
3.1	O JOGO DE ESCALAS E O MANEJAMENTO DA FRONTEIRA.....	140
3.2	A RETOMADA DA QUESTÃO DE LIMITES.....	145
3.2.1	O processo movido por Santa Catarina e a reação paranaense.....	145
3.3	BOATOS E AGITAÇÕES NA CIDADE PALMAS: O MOVIMENTO PELA “INDEPENDENCIA” DO CONTESTADO.....	158
3.3.1	Viva Palmas Livre! Viva o Estado das Missões: a fundação da Junta Governativa.....	172
<i>3.3.1.1</i>	<i>As manifestações em Santa Catarina.....</i>	<i>177</i>
3.4	O PAPEL DA “MULHER PARANAENSE” NA LUTA PELOS DIREITOS DO SEU ESTADO.....	183
4	CORONELISMO E ESTADO DAS MISSÕES: DOS CHEFES LOCAIS AO PRESIDENTE DA REPÚBLICA.....	196
4.1	CORONELISMO NA PRIMEIRA REPÚBLICA: A ASCENSÃO DO PODER LOCAL A CHEFIA DO MOVIMENTO.....	196
4.1.1	A força dos coronéis paranaenses: a criação da Junta Governativa pelo Estado das Missões.....	202
<i>4.1.1.1</i>	<i>A experiência dos coronéis como vaqueanos na Guerra do Contestado (1912-1916).....</i>	<i>214</i>
4.2	O AFASTAMENTO DO GOVERNO ESTADUAL DA REVOLUÇÃO E AS NEGOCIAÇÕES COM AS CHEFIAS LOCAIS.....	220
4.2.1	A política de Affonso Camargo e o Acordo de Limites (1916).....	225
<i>4.2.1.1</i>	<i>A reunião de 30 de junho de 1916 e o desfecho das negociações.....</i>	<i>231</i>
5	A RESISTÊNCIA AO ACORDO DE LIMITES E O LEVANTE ARMADO DE 31 DE JULHO.....	244
5.1	A ARTICULAÇÃO DA OPOSIÇÃO PARANAENSE.....	244
5.1.1	A votação na Assembleia Legislativa paranaense: o projeto substituto de Cleto da Silva.....	248
<i>5.1.1.1</i>	<i>A homologação do Acordo de Limites no Senado Federal e os preparativos para o levante armado.....</i>	<i>259</i>

5.2	O LEVANTE ARMADO DE JULHO DE 1917: O CONTESTADO DIANTE DAS CARABINAS.....	272
5.2.1	Tensões nos arredores de Palmas.....	287
5.2.1.1	<i>O Desfecho do Movimento Armado.....</i>	294
5.3	O LEVANTE ARMADO DE JULHO DE 1917: FIM OU INÍCIO DE UM MOVIMENTO?.....	301
6	APROPRIAÇÃO DAS TERRAS PÚBLICAS NA PRIMEIRA REPÚBLICA: ALGUNS INTERESSES POR TRÁS DO MOVIMENTO PELO ESTADO DAS MISSÕES	308
6.1	A LEI DE TERRAS E SEUS IMPACTOS NA ORGANIZAÇÃO FUNDIÁRIA BRASILEIRA.....	308
6.1.1	A apropriação das terras devolutas na Primeira República	312
6.2	A LEGISLAÇÃO AGRÁRIA PARANAENSE NA PRIMEIRA REPÚBLICA: PERFIL DOS OCUPANTES E FORMAS DE ATUAÇÃO	314
6.2.1	A parceira entre o Estado os grandes proprietários	321
6.2.2	A situação dos pequenos posseiros e indígenas.....	330
6.3	A PRODUÇÃO DA ERVA-MATE NO CONTESTADO E SUA RELAÇÃO COM O ESTADO DAS MISSÕES.....	345
6.4	QUESTÕES DE TERRAS E ESTADO DAS MISSÕES: DO INCENTIVO A DECADÊNCIA.....	353
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	358
	REFERÊNCIAS	370
	FONTES.....	379

INTRODUÇÃO

Exmo. Sr. Dr. Juiz de Direito da comarca de Ouro Verde. O Promotor Público da comarca, em cumprimento dos deveres de seu cargo e baseado nos inquéritos policiais juntos, vem parente a V. Exa. denunciar: Manoel Fabrício Vieira, Antônio Monteiro [...] Cezar Paes Leme; Hygino Azeredo, vulgo Capitão Silêncio, Dr. Erasmo de Tal; Olegário Ribas, [...] Anthero Alves, [...] e seu filho Ludgero Alves [...] e João Pedro de Andrade Dorthas do Amaral, que também usa o nome de João Pinheiro Machado[...] pelos fatos delituosos que passa a descrever.¹

Eis acima um trecho do primeiro documento encontrado durante a trajetória desta pesquisa. Armazenado no acervo do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC), tratava-se de um *Habeas Corpus* impetrado em favor de um menor de idade envolvido num assalto a quatro estações da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande (EFSPRS). Os indivíduos citados na denúncia, comandando um grupo de cerca de 70 homens armados de *Winchesters*, fuzis *mauser*, baionetas e pequenas granadas de mão, assaltaram, em 1927, as estações de Canoinhas, Paciência, Lagoa e Jararaca da EFSPRS, fazendo depredações nos telégrafos, ateando fogo em vagões, roubando locomotivas e quantias em dinheiro dos cofres públicos. Entre as informações recolhidas sobre o caso, duas chamaram mais atenção: 1ª. eles se denominavam “as forças revolucionárias que atuavam na região de Santa Catarina e Paraná”; 2ª. Cerca de duas ou três semanas depois, eles distribuíram um manifesto na cidade de Porto União, convidando a população a unir-se em nome da criação de um estado na zona do ex-Contestado: o Estado das Missões.²

Se os historiadores sempre revelassem ao leitor como chegaram aos seus objetos de pesquisa, com certeza nos depararíamos com histórias inusitadas de como pequenas informações contidas em um único documento nos permitiram acessar um mundo muito mais amplo do que aparenta ser. No entanto, entrar nesse universo nem sempre é uma tarefa fácil, na maioria dos casos torna-se necessário, primeiramente, “conversar” com a fonte. Nesse sentido, logo algumas perguntas surgiram: Quem eram esses indivíduos? De qual força revolucionária eles faziam parte? Que ideia era essa de criar o Estado das Missões? Teria sido

¹ **Habeas Corpus**, Porto União, 12 de fevereiro de 1928. Acervo do Museu do Judiciário. Fls.7

² Embora possa ser questionada a veracidade desse manifesto, sua reprodução em diversos jornais locais e nacionais, no mesmo período, sugere que ele realmente tenha existido. Cf. CORREIO DO POVO, Jaraguá do Sul, 29 de Outubro de 1927. **O manifesto de Fabrício Vieira**, p. 2, c. 1-2; O JORNAL, Rio de Janeiro, 25 de Novembro de 1927. **"O Estado das Missões"**, p. 7, c. 6-8.

a única tentativa? Quais eram as principais motivações? Em qual espaço-tempo esse movimento estava inserido?

Estava aí o início de uma longa trajetória de quase cinco anos de contato com o assunto e também do surgimento de algumas das questões que, até hoje, venho procurando responder. Portanto, se pudéssemos resumir esta pesquisa em uma frase, poderíamos afirmar que: ela busca entender o que foi o movimento em prol do Estado das Missões, quem eram os atores sociais envolvidos com esse ideal e como era o mundo onde estavam inseridos.

Nesse sentido, podemos compreender o “Estado das Missões” como a ponta inicial do nosso “fio de Ariadne”³ que nos conduziu dentro de um labirinto documental decifrado pelas nossas referências bibliográficas. A partir dos sujeitos envolvidos nesse movimento e das suas estratégias para lidar com o mundo no qual estavam imersos, uma série de linhas foram espalhadas ao longo do caminho, ora entrelaçando-se, ora dividindo-se, formando, na expressão de Carlo Ginzburg: “uma espécie de teia, de malha fina”, dando “a imagem gráfica do tecido social em que o[s] indivíduo[s] estava[m] inserido[s]”. Essa imagem, por sua vez, foi representada através da nossa narrativa, por meio daquilo que Michael de Certeau chamou de operação historiográfica.⁴

Assim, para início da nossa conversa, devemos saber que o movimento em prol do Estado das Missões surgiu pela primeira vez, em 1909, no município de Palmas (PR). Tratava-se de uma reivindicação de algumas lideranças locais paranaenses, apoiadas em alguns setores da população, exigindo emancipação administrativa do território conhecido como “O Contestado” – uma faixa territorial de aproximadamente 48.000 km² próxima à fronteira com a Argentina e disputada por Paraná e Santa Catarina desde o período imperial na chamada Questão de Limites.⁵ O estopim para o surgimento do movimento foi uma

³ Referente à mitologia grega. Teseu, herói ateniense, após regressar de uma longa viagem decidiu entregar-se junto a um grupo de sete homens que eram sacrificados anualmente ao monstro Minotauro. Esse sacrifício ocorria na Ilha de Creta, sob as ordens do Rei Minos, como uma punição a Atenas. O objetivo de Teseu era matar o Minotauro e libertar sua cidade daquela obrigação. Ao chegar à Ilha de Creta, a filha do Rei Minos, Ariadne, se apaixonou por Teseu e preocupada com o seu regresso concedeu-lhe um fio para ele poder entrar no labirinto e voltar com segurança. Assim, o herói ateniense entrou no labirinto, matou o Minotauro e retornou a Ilha de Creta graças ao fio de Ariadne.

⁴ CERTEAU, Michel de. *A Operação Historiográfica*. In: CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

⁵ Durante o século XIX e XX, Santa Catarina, São Paulo e, posteriormente, Paraná (a partir de 1853) se envolveram numa disputa de terras pelas regiões conhecidas atualmente como Centro Sul e Sudoeste do Paraná e o Oeste, Meio Oeste e Planalto Norte catarinense, localizadas entre os rios Uruguai, Iguaçu e ao sul do Rio Negro. A zona ficou conhecida como “O Contestado”. Quando São Paulo deixou de ser responsável pela jurisdição do Sul do país, iniciou-se uma confusão em relação aos limites de cada unidade administrativa naquela região, fato esse agravado mais ainda com a criação da província do Paraná, em 1853. Desde então,

sentença proferida pelo Supremo Tribunal Federal (STF), naquele mesmo ano, garantindo aos catarinenses o domínio completo de toda aquela área, algo inaceitável para os paranaenses residentes naquela localidade.⁶

Nesse contexto, esses indivíduos se organizaram e passaram a defender a criação do Estado das Missões ao invés da passagem daquelas terras para Santa Catarina – ou, pelo menos, que elas permanecessem paranaenses. Assim, ao longo da trajetória do movimento, diversas estratégias foram colocadas em prática, como: a instalação da Junta Governativa pelo Estado das Missões, em 1910, a apresentação de um projeto na Assembleia Legislativa do Paraná, solicitando o desmembramento do território Contestado para tornar-se o Estado das Missões, em 1916, e ainda a organização de um levante armado para julho de 1917 com o objetivo de emancipar o Contestado. Conforme veremos ao longo deste trabalho, cada um desses momentos possuiu a sua peculiaridade, variando nos tipos de ações colocadas em prática, nos sujeitos envolvidos e nas formas de atuação.

O movimento pelo Estado das Missões ainda reapareceu mais duas vezes na década seguinte, contudo, ligado a outros contextos e com a participação de novos atores sociais. Em 1922, um capitão reformado do Exército de nome Antônio Bastos Paes Leme liderou um grupo de aproximadamente 30 homens em um ataque aos quartéis da Força Pública das cidades de União da Vitória (paranaense) e Porto União (catarinense). Dentre os objetivos desses indivíduos estava a reivindicação da emancipação do território ex-Contestado e o auxílio no triunfo de uma revolução que deveria estourar em todo país. Embora não se tenha uma referência direta ao nome “Estado das Missões”, a presença de antigos membros do primeiro movimento e a própria ideia emancipacionista ligam esse episódio profundamente ao nosso objeto de estudo. Por fim, em 1927, o coronel Fabrício Vieira, Hygino de Azeredo, Antônio Monteiro, Anthero Alves, entre outros, comandaram um assalto a diversas estações do ramal São Francisco da Estrada de Ferro – São Paulo Rio Grande – dando origem à

São Paulo se absteve da disputa, deixando para Santa Catarina e Paraná a definição da questão que só teve o seu desfecho em 1916, com a intervenção do governo federal e a assinatura do Acordo de Limites. Durante o litígio, os paranaenses centraram suas argumentações em torno do direito do *uti possidetis*, enquanto os catarinenses focaram na apresentação de documentos e legislações do período colonial e imperial. Cf. SILVEIRA, Matheus Fernando. **NAS BORDAS DO CONTESTADO**: a questão de limites no Processo de Execução e no Acordo de 1916. Florianópolis, 2015. TCC (Graduação) – Centro de Ciências Humanas e da Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina. Florianópolis, 2015. p. 7-10

⁶ Durante o desenrolar da disputa de limites entre os dois estados, Santa Catarina moveu um processo judicial contra os paranaenses na esfera federal, obtendo três sentenças a seu favor. No entanto, elas nunca chegaram a ser executadas. Cf. *Ibidem*.

denúncia citada no início da introdução.⁷ Algumas semanas depois, refugiados na Serra da Esperança, Fabrício Vieira e seu grupo lançaram um manifesto convidando a população de Porto União a unir-se pela causa do ex-Contestado e proclamarem o Estado das Missões naquela zona. Assim, esses dois episódios encerram as movimentações pela emancipação do ex-Contestado para tornar-se um estado da Federação na Primeira República (1889-1930).

A MICRO-HISTÓRIA EM AÇÃO

A lógica de pesquisa apresentada no início da introdução não é nada nova no campo da historiografia. Giovanni Levi, um dos precursores da micro-história italiana, já havia afirmado que os documentos mais interessantes para o historiador não são os cotidianos, comuns, aqueles automaticamente compreensíveis para nós, mas sim os que nos dizem algo de incompreensível num primeiro momento, intrigante, diferente do habitual em nossos estudos. Diante dessas fontes, logo iniciamos um trabalho de tentar reorganizar aquelas informações.⁸ Essa passagem é pertinente para entender a reação que tive ao encontrar o *Habeas Corpus*. Acostumado a lidar com processos banais durante meu estágio no TJSC, aquele chamou atenção justamente por tornar-se incompreensível para mim em um primeiro momento. Abria uma série de hipóteses, de perguntas e um universo a ser reorganizado sobre aqueles indivíduos. Nesse sentido, ele se tornou um documento “excepcional” – em suas devidas proporções para um historiador em formação – por me permitir, a partir de certas indagações, acessar os contextos e as motivações daqueles indivíduos.

Na primeira oportunidade de desenvolver uma pesquisa, dei início à busca de informações sobre esse ocorrido. Segui outra prática de pesquisa sugerida pela micro-história:

⁷ Em sua tese de doutorado, Cristina Dallanora abordou a segunda movimentação pelo Estado das Missões e o assalto à Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande executado por Fabrício Vieira e os demais envolvidos, mas acabou não mencionado o manifesto lançado pelo coronel Fabrício algumas semanas após o roubo. Mesmo assim, o trabalho da historiadora é de suma importância para compreender a ligação desses episódios com as agitações tenentistas que estavam ocorrendo na zona do ex-Contestado na década de 1920. Para saber mais: Cf. DALLANORA, Cristina. **Conflitos no ex-contestado** : coronelismo e bandoleirismo numa região de fronteira. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2019.

⁸ LEVI, Gianni. O trabalho do historiador: pesquisar, resumir, comunicar. **Revista Tempo**. Niterói, RJ, v. 20, 2014, 20p.

o “paradigma indiciário” proposto por Carlo Ginzburg.⁹ Para esse autor, a História encontrava seus próprios fundamentos epistemológicos neste paradigma, o pesquisador deveria ir atrás dos sinais, dos rastros, dos pormenores, fazer uma leitura nas “entrelinhas” dos documentos históricos para revelar informações até então descartadas, comparando nosso ofício com o trabalho de um detetive. A primeira pista a ser seguida e a mais intrigante era a reivindicação da criação do Estado das Missões. Por sorte, o segundo documento que chegou até mim através do meu orientador, foi o livro do paranaense José Júlio Cleto da Silva “ACCORDO Paraná – Santa Catarina ou O Contestado diante das carabinas”¹⁰, datado de 1920, servindo como outra fonte histórica. A obra narrava toda a trajetória do primeiro movimento pelo Estado das Missões, anterior ao assalto citado no início da introdução.

Portanto, essa não é a primeira pesquisa realizada sobre o assunto. Durante meu Trabalho de Conclusão de Curso, “A resistência ao Acordo de Limites e o Estado das Missões (1910-1917)”¹¹, procurei desenvolver uma análise sobre a primeira tentativa, com o auxílio do livro de Cleto da Silva e o levantamento do maior número de fontes possíveis para dialogar com ele – com destaque aos jornais, relatórios de governadores de Estados e de delegados de polícia. A micro-história apresentou-se como a melhor opção para esse objeto de estudo, justamente por oferecer condições de trabalhar com situações locais, sem cair dentro de um determinismo local, ou apenas encaixar esses eventos em análises macrossociais.¹² De acordo com Giovanni Levi a micro-história nasceu “da necessidade de recuperar a complexidade da análise, da renúncia das leituras esquemáticas e gerais para poder observar realmente como se originavam comportamentos, escolhas e solidariedades”.¹³

⁹ GINZBURG, Carlo. Sinais, raízes de um paradigma indiciário. In GINZBURG, Cf. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, Pp. 143-180.

¹⁰ SILVA, Cleto da. **ACCORDO Paraná – Santa Catarina ou O Contestado diante das carabinas**. Papelaria Globo – Rua 1º de Março, 15, CORITIBA, 1920.

¹¹ BARBOZA, Gabriel Goulart. **A resistência ao acordo de limites e o Estado das Missões (1910-1917)**. TCC (Graduação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História. Florianópolis, 2017.

¹² Conforme a pesquisa de Henrique Espada Lima, a micro-história surgiu durante as décadas de 1950 e 1960, quando os historiadores italianos se aproximaram dos debates da historiografia internacional e das ciências sociais. Nesse período, a economia e a antropologia haviam realizado pesquisas que colocavam em cheque os grandes modelos interpretativos e desafiavam a capacidade explicativa de conceitos como “modernidade” ou “desenvolvimento”. Foi dentro desse contexto que a micro-história ganhou destaque nas discussões acerca das possibilidades e transformações da história social, aparecendo na Itália por volta dos anos 1970 e 1980. Cf. LIMA, Henrique Espada. Micro-História. In: Cardoso, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Novos Domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. p. 207-9.

¹³ LEVI, Giovanni. 30 anos depois: repensando a Micro-História. In: VENDRAME, Maíra Ines; KARSBURG, Alexandre; MOREIRA, Paulo Roberto. **Ensaio de micro-história: trajetória e imigração**. – São Leopoldo: Oikos, Editora Unisinos, 2016. pp. 18-31. p 20.

Segundo Henrique Espada Lima, seus primeiros debates estiveram concentrados em torno da revista italiana *Quaderni Storici*, contando com a participação de Levi, Carlo Ginzburg, Carlo Poni, Edoardo Grendi, entre outros. Foi o historiador genovês, Edoardo Grendi, que publicou, em 1977, o primeiro artigo relacionado estritamente com a temática: “Micro análise ou historia social”. Grendi defendia a necessidade da História ter maior ligação com antropologia e produzir uma análise das relações econômicas em conjunto com as relações sociais, políticas e culturais, a partir de uma referência experimental recolhida por observação direta.¹⁴ Isso poderia ser feito através da reconstrução das redes de relações interpessoais, desenvolvida a partir do estudo intensivo das fontes seriais, do uso de uma escala reduzida e um recorte circunscrito de um local.¹⁵

Em 1981, Ginzburg e Levi também publicaram a coleção *Microstorie*, caracterizando a prática da micro-história como um experimento historiográfico de verificação material, com reordenação das dimensões, personagens e pontos de vista.¹⁶ Para os autores, esse tipo de investigação fazia surgir novas tramas e categorias interpretativas, além de recuperar a importância de situações e pessoas a partir da redução da escala.¹⁷ Foi também no final dos anos 1980 que os debates da micro-história alcançaram a academia francesa resultando, na década seguinte, na publicação do livro “O Jogo de Escalas: uma experiência da microanálise”¹⁸, organizado pelo historiador Jacques Revel. A contribuição de Revel para a micro-história foi principalmente na defesa do princípio da variação de escalas como aspecto essencial das análises históricas, pois para ele “o ‘micro’ não goza [...] de nenhum privilégio especial, é o princípio da variação que conta, não a escolha de uma escala em particular”.¹⁹

No seu artigo “Microanálise e construção social” o historiador francês também destacou o conceito de “estratégia” como fundamental para esse tipo de abordagem, por ser capaz de substituir o uso das hipóteses funcionalistas gerais e servir de instrumento para avaliar os comportamentos sociais. Através desse recurso, os micro-historiadores buscariam compor uma pluralidade de destinos particulares, reconstruindo “um espaço dos possíveis”,

¹⁴ GRENDI, Edoardo. Microanálise e história social. In: OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de (orgs.). **Exercícios de micro-história**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009, p. 19-38.

¹⁵ GRENDI, 2009.

¹⁶ LIMA, 2012, p. 214-5.

¹⁷ Segundo Henrique Espada Lima, o termo escala havia sido tomado emprestado do antropólogo norueguês Fredrik Barth, e incorporado por Giovanni Levi, como uma dimensão fundamental da micro-história capaz de perceber a dicotomia entre o micro e o macro. Cf. LIMA, 2006, p. 259 apud Cf. LIMA, op. cit., 219.

¹⁸ REVEL, Jacques. **Jogo de Escalas: a experiência da microanálise**. – Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

¹⁹ Ibidem, p. 20.

levando em consideração os recursos próprios de cada sujeito ou grupo no interior de uma determinada configuração social.²⁰ Na visão do autor, outro ineditismo dessa experimentação histórica foi a recusa de submeter todos os atores sociais a um único contexto unificado e homogêneo determinante de suas escolhas. A proposta visava justamente o contrário: buscava construir uma diversidade de contextos necessários para o entendimento dos comportamentos observados. Isso permitia recuperar a multiplicidade das experiências e representações sociais por meio das quais os indivíduos produzem o mundo.

Nesse ponto, a variação de escala ganhava destaque. Ao invés de partir de uma hierarquia de níveis de observação, submetendo cada tipo de problemática a um nível de escala – na escala local, somente pode ser feita história local, ou na história global, somente pode ser feita história global – o trabalho do micro-historiador era diferente. Através do trabalho de contextualização múltipla e do pressuposto de que cada ator social faz parte dos processos históricos de forma próxima ou distante, estando inscrito em contextos de diferentes níveis de escala, do local ao global, não existe um vazio entre um e outro, nem uma oposição entre história local e história global. Portanto, para Revel mais importante do que escolher uma única escala de análise, era importante variá-la e conseguir encontrar os diversos contextos nos quais os atores sociais estariam inseridos.²¹

Foi a partir de uma reflexão crítica de todas essas peculiaridades metodológicas da micro-história que a pesquisa começou a ganhar corpo. Contudo, devido a alguns impactos na minha formação durante o mestrado, outro campo também acabou influenciado esta pesquisa: A História Global. Por sorte, Revel já tinha algumas dicas de como integrá-las.

O ESPAÇO, O TEMPO E AS ESTRUTURAS

Em 2018, o Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina optou por uma mudança de currículo, provocando impactos interessantes nas discussões feitas dentro das linhas de pesquisa. O enfoque em História Cultural foi substituído

²⁰ Esse conceito já havia sido discutido por Giovanni Levi no seu livro *Herança Imaterial*. Cf. LEVI, Giovanni. **A herança imaterial: Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

²¹ REVEL, 1998, p. 27-8.

pela perspectiva da História Global, esta que, por sua vez, vinha ganhando espaço entre os historiadores do mundo, principalmente nos Estados Unidos e nos países europeus. Dessa forma, além das disciplinas ofertadas com teor mais específico para cada uma das linhas de pesquisa, os estudantes deveriam fazer ao longo do ano duas matérias tendo como objetivo discutir sobre a História Global. Nessas aulas, os assuntos giravam em torno do reaparecimento desse campo, dos seus aportes teórico-metodológicos e acerca de alguns autores que já haviam se aventurado na escrita de trabalhos dentro dessa temática. O objetivo era o de perceber como a *Global History* ganhou força nas últimas décadas e de, também, promover algumas bases para os estudantes poderem agregar essa perspectiva em suas pesquisas.

Nesse contexto, um dos livros mais marcantes durante esse período inicial do mestrado foi o livro “*What is Global History*” do historiador alemão Sebastian Conrad.²² O eixo principal da obra de Conrad é a sua proposta de como fazer História Global, apontando a inserção de fenômenos concretos em contextos maiores como elemento essencial dessa perspectiva. Para isso, torna-se fundamental a utilização de conceitos espaciais e temporais mais amplos, evitando tomar as unidades como politicamente fechadas, entendendo sua formação a partir de *interações* e não de isolamento. Nesse movimento, as conexões por si só não bastam e é preciso ter em vista a ideia da integração dos processos históricos, estando aí a diferenciação metodológica da História Global. A integração estruturada defendida por Conrad, permitiria aprofundar os problemas até seu nível global, diferenciando-se das meras conexões que em alguns casos não produzem transformações nas regiões conectadas. Portanto, as conexões servem como um ponto de partida, mas o essencial é perceber a relevância adquirida por elas em determinado tempo e espaço.²³

Podemos afirmar que as influências da História Global não foram tão longe nesta pesquisa. Não nos propomos aqui a fazer uma discussão em torno do Estado das Missões e das suas camadas globais de interpretação, até por que elas não seriam as mais pertinentes

²² Com a publicação da sua obra, em 2016, Conrad conseguiu fazer um ótimo balanço das discussões agrupadas em torno dessa perspectiva até o momento, identificando contribuições metodológicas de outras áreas, a trajetória da escrita de uma história mundial, universal ou global, bem como trazendo sua própria concepção do que seria fazer História Global. Ainda, segundo Conrad, um dos objetivos da História Global seria combater duas premissas que vem gerando uma insuficiência na compreensão do passado histórico: 1º o enfoque das pesquisas somente nos estados nacionais, referenciado pelo autor como um “nacionalismo metodológico”; 2º um forte eurocentrismo criador de uma linguagem teórica universal europeia para analisar o passado. Cf. CONRAD, Sebastian. **What is Global History?** Princeton: Princeton University Press, 2016.

²³ Ibidem.

para o nosso objeto de estudo. Contudo, as reflexões dessa perspectiva em torno das categorias de “estrutura”, “espaço” e “tempo”, sim, impactaram fortemente na forma como passamos a enxergar o movimento em prol do Estado das Missões.

Quando entramos no debate sobre esses três conceitos, logo nos lembramos de dois historiadores renomados: Fernand Braudel e Reinhart Koselleck. Embora separados geograficamente, seus trabalhos acabaram caminhando para uma mesma discussão acerca do papel das estruturas nos processos históricos, após refletirem sobre os conceitos de tempo e espaço na disciplina.²⁴ Braudel ficou famoso pela sua divisão do tempo histórico apresentado no livro “O Mediterrâneo e o mundo Mediterrâneo à Época de Felipe II” no final da década de 1940. Para ele, havia o “tempo geográfico”²⁵ referente a “uma história quase imóvel, do homem e suas relações com o meio que o cerca, uma história lenta no seu transcorrer e a transformar-se, feita de retornos insistentes”; o “tempo social” referente a “história dos grupos e dos agrupamentos”, o tempo das economias e dos Estados, das sociedades e civilizações, movimentados pelas “ondas” de fundo do tempo geográfico; e por fim, havia o “tempo individual” a história não do homem, mas do indivíduo, a história dos eventos, “uma história com oscilações breves, rápidas e nervosas”.²⁶ Cerca de dez anos depois, reagindo às formulações lançadas pela antropologia estrutural de Lévi-Strauss - anulando o tempo histórico - Braudel complementou sua teoria, apresentando a categoria de “duração” e a decomposição do tempo histórico na famosa tríade “longa duração, conjuntura e evento”.²⁷

Braudel ainda afirmou que uma das maiores contribuições da História seria sua “dialética da duração”, pois para ele “nada seria mais importante [...] do que a oposição viva, íntima, repetida indefinidamente entre o instante e o tempo lento a escoar-se”²⁸. Para ele, uma consciência clara da pluralidade do tempo social tornava-se indispensável para as metodologias das ciências do homem. Nesse sentido, o historiador francês, não somente

²⁴ Um artigo recente dos historiadores Rafael de Bivar Marquese e Waldomiro Lourenço da Silva Júnior demonstraram as interações entre as teorias dos dois autores. Cf. MARQUESE, Rafael Bivar; WALDOMIRO, Lourenço da Silva Júnior. Tempos históricos plurais: Braudel, Koselleck e o problema da escravidão negra nas Américas. *Hist. Historiogr.*, v. 11, n. 28, set-dez, ano 2018, p. 44-81.

²⁵ O termo “tempo geográfico” seria substituído pelo conceito de “estrutura” desenvolvido por Lévi-Strauss nessa mesma época. Cf. *Ibidem*, p. 50.

²⁶ BRAUDEL, Fernand. *Escritos sobre a história*. – 3º. ed. São Paulo: Perspectiva, 2014 [1958]. p. 13-4.

²⁷ A antropologia estruturada proposta por Lévi-Strauss tinha por objetivo descortinar os elementos invariáveis da sociedade. Esses elementos seriam utilizados para explicar as forças universais presentes em todas as práticas sociais. Para Lévi-Strauss, o saber histórico mesmo sendo necessário era insuficiente para dar conta de tal desafio, devido ao seu caráter ideográfico. Cf. MARQUESE; WALDOMIRO, op. cit., p. 48.

²⁸ BRAUDEL, op. cit., p. 42.

debatia a categoria de longa duração, representada agora pelo conceito de “estrutura”²⁹, como também investigava sua relação dialética com o evento.³⁰ Partindo dessa perspectiva, Braudel entendeu que um evento poderia dar “testemunho por vezes de movimentos mais profundos, e pelo jogo factício ou não das ‘causas’ e dos ‘efeitos’ caros aos historiadores de ontem, anexa um tempo muito superior a sua própria duração”.³¹ Essa reflexão estaria atrelada ao jogo considerado como “perigoso” por Braudel dentro da proposta de Sartre em sua obra *Questão de Método*.³²

Será justamente na relação entre a estrutura e o evento, apontada por Braudel, que as contribuições de Reinhart Koselleck ganham destaque. Para o autor, evento e estrutura são interdependentes dentro das realidades históricas, sendo trabalho do historiador separar os diferentes “estratos de tempo” existentes dentro do tempo histórico e abordá-los em momentos diferentes.³³ Para colocar em prática essa tarefa, Koselleck diferenciou dois tipos

²⁹ Para Braudel, a estrutura seria uma espécie de articulação, uma arquitetura e também uma realidade que o tempo utiliza mal e “veicula mui longamente”. Certas estruturas pelo seu caráter de longa duração, “tornam-se elementos estáveis de uma infinidade de gerações: atravancam a história, incomodam-na, portanto, comandam-lhe o escoamento”, enquanto outras estão mais prontas para se desintegrar. Nesse sentido, elas não são imutáveis como a proposta defendida pela antropologia estrutural de Lévi-Strauss. Ao contrário, elas são sempre históricas, surgem e desaparecem conforme seus ritmos desregulados. Dessa forma, as estruturas de longa duração estabeleceriam a partir da repetição de legados do passado “os limites dos quais o homem e a experiência não podem libertar-se”, sendo ao mesmo tempo os “sustentáculos e obstáculos” da ação humana. No entanto, quando algo se passa no plano dos eventos que ultrapassam esse horizonte do possível, isso indica uma transformação na própria estrutura. Cf. BRAUDEL, 2014, p. 49; MARQUESE, WALDOMIRO, 2018, p. 50.

³⁰ Além de teorizar sobre os tempos históricos, Braudel também mantinha no cerne das suas argumentações uma grande preocupação com a necessidade da interdisciplinaridade nas ciências humanas. Cf. BRAUDEL, op. cit., p. 43.

³¹ BRAUDEL, 1978, p. 75 apud MARQUESE; WALDOMIRO, op. cit., p. 51.

³² Segundo Waldomiro e Rafael Marquese, o “perigoso” citado por Braudel seria “ver na singularidade universal do indivíduo, na trama dos eventos particulares do passado e presente que marcam a vida de cada um de nós, as múltiplas articulações de escalas espaço-temporais, bem mais vastas, ou seja, estruturais”. E mais: apreender a totalidade dos acontecimentos a partir do método “progressivo-regressivo”, do permanente “vaivém” na expressão de Sartre, que vai do todo à parte e da parte ao todo, do presente ao passado e do passado ao presente. Um exercício perigoso, mas também inteligente e sedutor que nos levaria da superfície às profundezas. Por fim, esse objetivo seria ainda melhor alcançado se “a amпуlhetta fosse inclinada nos dois sentidos – do evento para a estrutura, depois das estruturas e dos modelos para o evento”. Cf. BRAUDEL, 2014, p. 76; MARQUESE, WALDOMIRO, op. cit., p. 51; SARTRE, Jean-Paul. **O existencialismo é um humanismo/ A Imaginação / Questão de Método**. São Paulo: Abril Cultural, 1978 [1957].

³³ Ao longo da sua trajetória, Koselleck se apropriou da expressão “estratos de tempo”, utilizada para indicar as “formações geológicas que remontam a tempos e profundidades diferentes”, para aplicá-la metaforicamente nos processos históricos humanos. Essa metáfora permitiu “separar analiticamente os diversos planos temporais que as pessoas se movimentam, onde os acontecimentos se desenrolam e os pressupostos de duração mais longa são investigados”. Assim, os tempos históricos seriam formados por diferentes estratos de tempo inter-relacionados, mas independentes uns dos outros, ou seja, por diversos planos com durações e origens distintas, mas que se fazem presente de forma simultânea. Dessa forma, na sua teoria, todos os conflitos, consensos e compromissos decorrem das tensões e rupturas contidas nesses diferentes estratos de tempo que condicionam e limitam a possibilidade de ação humana, ao mesmo tempo em que condicionam sua própria

de estruturas: a estrutura temporal de um evento e a estrutura de longa duração. A estrutura temporal de um evento é a série de acontecimentos que antecedem e ocorrem posteriormente a ele. Nesse sentido, todo evento permanece inserido numa sequência temporal própria, também conhecida como “conjuntura”. Já as estruturas de longa duração têm como característica marcante as repetições. Dessa forma, para o autor, todos os eventos se originam de pré-condições estruturais anteriores a ele – diferente do “antes” em sentido cronológico – mas ao mesmo tempo também são geradores da própria estrutura, permanecendo interligados conforme a tese de Koselleck exposta a seguir:

No movimento histórico, eventos e estruturas têm, portanto, diferentes extensões temporais, que a ciência histórica precisa investigar separadamente [...] Mas definir a história dessa ou daquela significaria estabelecer preferências erradas. Ambos os níveis, os eventos e as estruturas, permanecem dependentes um do outro. Minha tese é que os eventos nunca poderão ser suficientemente explicados por meio de estruturas predeterminadas, da mesma forma que as estruturas não podem ser esclarecidas apenas por meio de eventos. Entre os dois níveis, há uma aporia epistemológica que nunca permite remeter um dos níveis a outro de forma suficiente. O antes e o depois de um evento preservam sua qualidade temporal, que nunca pode ser completamente reduzida a suas condições de longo prazo. Cada evento manifesta mais e, ao mesmo tempo, menos do que aquilo que está contido em suas predeterminações: daí também a sua novidade, que costumava nos surpreender.³⁴

Segundo Koselleck, a chave de investigação desse tempo histórico estaria contida no uso das categorias meta-históricas de espaço de experiência e horizonte de expectativa. Embora seja difícil visualizar o tempo histórico, pelo fato de ele estar atrelado a significados espaciais e ser descrito metaforicamente, essas categorias permitiriam conseguir identificar as noções de tempo presentes nos testemunhos escritos, pois: “todo ato histórico se realiza com base na experiência e na expectativa dos agentes”. Nesse contexto, a experiência engloba as múltiplas vivências dos indivíduos históricos, contendo tanto elaborações racionais como formas inconscientes de comportamento. Já as expectativas seriam os horizontes para o futuro modulados por esses sujeitos a partir das suas experiências, condicionando e determinando os tipos de atuação no presente. Portanto, é a partir dessas duas categorias que se estabelecem as condições fundamentais de “uma história possível”, na qual “o passado e o futuro se entrelaçam na presencialidade da experiência e da expectativa”.³⁵

origem. Cf. KOSELLECK, Reinhart. **Estratos do tempo**: estudos sobre história. – 1. ed. – Rio de Janeiro : Contraponto : PUC-Rio, 2014 [2000], p. 13-19.

³⁴ Ibidem, p. 306.

³⁵ Ibidem, p. 308.

Resumidamente, essas foram algumas das discussões impulsionadas pelos debates da História Global acerca do tempo histórico pertinente para o nosso trabalho.³⁶ Podemos afirmar que ela propiciou uma expansão na nossa investigação para além da dualidade evento/conjuntura, permitindo investigar alguns aspectos estruturais e de longa duração existentes no movimento em prol do Estado das Missões.³⁷ Todavia, isso só foi possível quando também abandonamos uma visão simplista sobre o espaço e passamos a alargar nossa compreensão acerca dessa categoria. Dessa forma, desde o início desta pesquisa, me propus a ver o espaço como algo construído ao longo do tempo, tanto pelos fenômenos da própria natureza, como pelas ações empreendidas pelos seres humanos para viverem ou se adaptarem no mundo.³⁸ Essa visão permitiu deixar para trás os antigos modelos rígidos que viam os espaços como zonas fechadas em si mesmas, sem muita interação entre os indivíduos ou construídos apenas do ponto de vista interno e administrativo.³⁹

Assim, para abordar essa faceta do espaço com êxito, foi necessário recorrer à nossa “colega das humanas” com especialidade no assunto: a Geografia. Nesse sentido, esta pesquisa também foi fortemente influenciada pelas concepções de Geografia Humana e Geografia Histórica do Brasil propostas por Antônio Carlos Robert Moraes.⁴⁰ A primeira perspectiva refere-se a uma ciência social que tem por objetivo de estudo o processo universal de apropriação do espaço natural e de construção dos espaços sociais pelas diferentes sociedades ao longo da história, passível de ser compreendido a partir de uma análise dos fenômenos históricos.⁴¹ A segunda, propõe um estudo histórico cujo interesse está ligado a

³⁶ Aqui devemos fazer uma reflexão para evitar uma interpretação errônea por parte do leitor. Não se trata de afirmar que a História Global “inovou” a História, pois como vimos até o momento, as discussões impulsionadas pela mesma são todas referentes a aspectos antigos da nossa disciplina. O que estamos querendo dizer é que, a partir das suas premissas, ela trouxe a tona uma série de debates que até então estavam um pouco esquecidos, ou separados “cada um no seu quadrado” dentro das academias. Nesse sentido, quando nos referimos aos impactos da História Global no nosso trabalho, estamos nos remetendo principalmente a toda essa discussão gerada pela mesma dentro da historiografia, estabelecendo diálogo entre perspectivas, recuperando conceitos, incentivando a interdisciplinaridade, etc.

³⁷ Essa parte do nosso trabalho foi contemplada principalmente nos capítulos 1, 2 e 3.

³⁸ MORAES, Antonio Carlos Robert. **Território e História no Brasil**. – 3 edição, São Paulo: Annablume, 2008.

³⁹ Um exemplo dessa situação é a forma como entendemos o conceito de “fronteira” ao longo do trabalho. Ao invés de entendê-la como uma simples linha divisória, ou apenas como um limite entre duas nações, nos propomos a encará-la mais como uma zona, como um espaço de interação construído a partir da integração de diversos fatores internos e externos. Cf. SPOSITO, Fernanda; VILARDAGA, José Carlos. *Fronteiras nas Américas: alianças, identidades e conflitos (século XVI e XVIII)*. In: ESGUERRA-CAÑIZARES, Jorge; FERNANDES, Luiz Estevam de O.; MARTINS, Maria Cristina. **As Américas na primeira modernidade (1492-1750)**. – 1. Ed. – Curitiba: Editora Prismas, 2018.

⁴⁰ Braudel já sugeria essa aproximação durante a década de 1950, principalmente com o aspecto mais humano daquela ciência conforme defendido por Vidal de La Blanche, em 1903. Cf. BRAUDEL, 2014, p. 178.

⁴¹ MORAES, op. cit., p. 41.

alguma geografia do passado, buscando construir análises sobre esses períodos, possibilitando compreender os eventos em seus devidos contextos geográficos e assim evitar interpretações como se estes estivessem suspensos, sem vinculações geográficas. Isso também evita a construção de leituras lineares a partir de abordagens evolucionistas que desconsideram a importância do espaço na constituição dos processos.⁴²

O próprio Koselleck também parece ter incorporado a geografia em suas análises. Para ele, embora o tempo e o espaço sejam os condicionantes das possibilidades da história, o próprio espaço também é portador de uma história. Nesse sentido, o autor dividiu-o em duas categorias: as condições meta-históricas e as condições puramente humanas ou históricas. As condições meta-históricas são as que dão possibilidade à história e não são influenciadas pela ação dos homens. Já a segunda categoria, os espaços puramente humanos ou históricos são espaços passíveis de sofrerem transformações humanas. Um elemento interessante de se perceber é como o limite daquilo que está disponível para nossa atuação muda constantemente ao longo do tempo, tornando-se possível identificar o momento das transformações das condições meta-históricas do espaço em condições históricas, na qual o ser humano passa a exercer influência, dominação ou exploração.⁴³

Dessa forma, tendo feito nossas considerações sobre a micro-história, o tempo, o espaço e a estruturas encerramos essa primeira parte da nossa discussão. Agora é preciso demonstrar como esses elementos se aplicam no caso estudado.

O MOVIMENTO EM PROL DO ESTADO DAS MISSÕES: FRONTEIRA, TERRITÓRIO E POLÍTICA NA PRIMEIRA REPÚBLICA (1889-1930)

Inicialmente, tínhamos programado esta pesquisa para ela “caminhar” para frente, ou seja, para analisar as demais insurgências pelo Estado das Missões ocorridas depois do levante de 1917. Entretanto, conforme seguiu com a minha escrita – buscando dar conta daquilo que tinha em mente como problemáticas – a pesquisa começou a andar para trás, para

⁴² MORAES, Cristina de. **Uma velha moldura habitada por silêncios, um fundo territorial e seis verbos para integrar** – sugestão para entendimento da formação territorial do oeste catarinense (1880-1940). Tese (Doutorado) – Programas de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Campus Rio Claro. Rio Claro, 2018. p. 43.

⁴³ KOSELLECK, 2014, p. 78-9.

os lados, para as diagonais, para todas as direções. Menos para frente! Na verdade o que ocorreu foi a percepção de que muitos pontos ainda poderiam ser explorados no primeiro movimento se houvesse uma dedicação no sentido de olhá-lo com maior atenção, para além da primeira pesquisa realizada durante meu Trabalho de Conclusão de Curso.⁴⁴ Outro elemento contribuinte para essa mudança de direção foi notar como a primeira luta pela criação do Estado das Missões possuía um caráter diferente das demais. Ela era dotada de um contexto próprio, complexo e diferente dos outros levantes/manifestos ocorridos, em 1922 e 1927.⁴⁵ Por esses motivos, houve uma decisão conjunta (entre mim e meu orientador) de deixar para uma próxima investigação as demais reivindicações feitas pelo Estado das Missões.

Dessa forma, a primeira etapa de “revisão” do primeiro movimento concentrou-se em tentar perceber alguns elementos de longa duração que se fazem presentes naquele primeiro evento.⁴⁶ Para essa tarefa, a ampliação dos conceitos de tempo e espaço foi fundamental e aqui já foram inseridos alguns elementos concretos da pesquisa. O primeiro deles é que, em lugar de tomar como unidade espacial apenas um único estado da Federação, foi feita a opção de trabalhar com a mesorregião da Fronteira Sul.⁴⁷ Segundo José Carlos Radin, Delmir José Valentini e Paulo A. Zarth essa zona “corresponde, atualmente, à Mesorregião que abrange o Norte do Rio Grande do Sul, o Oeste de Santa Catarina e o Sudoeste do Paraná, fazendo

⁴⁴ BARBOZA, 2017.

⁴⁵ Abordaremos brevemente os outros levantes do Estado das Missões no final do capítulo 5.

⁴⁶ Essa pergunta teve sua formulação, principalmente, em alguns aspectos do presente. Movimentos emancipacionistas na região Sudoeste do Paraná e Oeste de Santa Catarina não se restringem apenas a fenômenos antigos. Na verdade, eles persistem até os dias atuais – embora atualmente estejam adormecidos. Em 2016, a Sociedade para o Desenvolvimento e Emancipação do Iguaçu (SODEI) lançou um documentário contendo uma série de razões para ser criado o Estado do Iguaçu naquela zona. Além disso, projetos territoriais “diferentes” estão presentes naquela área em diversos momentos da história, como: O Estado das Missões, em 1909-1917, 1922 e 1927; projetos para tornar aquela zona um Território Federal, em 1896 e 1943 – este último levado a efeito com a criação do Território Federal do Iguaçu; e os próprios projetos para criação Estado do Iguaçu, em 1931, 1946 e nas décadas de 1960, 1970 e 1980. Todas essas questões, em conjunto com as discussões realizadas durante as disciplinas cursadas no mestrado me fizeram pensar: será que existe alguma estrutura de longa duração que nos ajude a entender o surgimento de tantos fenômenos como os citados acima? Daí partiu um dos caminhos trilhados, optando por tentar encontrar algo nesse viés nas primeiras movimentações em torno do Estado das Missões. Quanto à menção de um movimento pelo Estado do Iguaçu, em 1931, ela será abordada no final do capítulo 5. Sobre os demais movimentos para criação deste estado, ver: Cf. LOPES, Sérgio. “ESTADO DO IGUAÇU”: A TRAJETÓRIA DE UM MOVIMENTO. *Revista Informe Gepec*. Vol. 08, nº2, jul./dez., 2004.

⁴⁷ Embora tenha dado maior atenção ao estado do Paraná, a análise neste estudo não o encarou como uma unidade fechada, mas sim como um Estado inserido dentro do contexto da Fronteira Sul e influenciado pelas diversas interações entre os agentes que ali residiam e as demais unidades administrativas presentes naquele espaço.

fronteira com a Argentina, com uma área total de 139 mil km² e uma população de 3,7 milhões de habitantes – dados de 2010”.⁴⁸ O mapa a seguir ilustra essa região nos dias atuais:

Figura 1 - Mapa da Mesorregião da Fronteira do MERCOSUL.



Fonte: WITTE, Gerson. **Os caboclos dos Campos de Palmas** e sua representação na Guerra do Contestado. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Francisco Beltrão, 2017. p. 18.

Acredito que a adoção da Fronteira Sul como unidade espacial nos permite compreender melhor o fenômeno do Estado das Missões, pois embora ele tenha surgido no Paraná, ao longo da sua trajetória houve uma intensa relação com os estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, seja através dos governos estaduais, ou dos próprios sujeitos atuantes no movimento. A própria inserção da palavra “fronteira” também já nos permite ver aquele local com outros olhos porque agrega, em nossa análise, questões peculiares desses

⁴⁸ Para esses pesquisadores, o desafio dos historiadores hoje em dia é identificar características em comum entre essas regiões, selecionar conteúdos importantes para a comunidade e contribuir com estudo sobre as desigualdades sociais e regionais, conforme com os objetivos da Universidade Federal da Fronteira Sul. Cf. RADIN, José Carlos; VALENTINI, Delmir José; ZARTH, Paulo A. **História da Fronteira Sul**. – Porto Alegre: Letra&Vida: Chapecó: UFFS, 2015.

espaços no contexto brasileiro, como: as práticas adotadas pelos governos centrais para invadir, ocupar, delimitar, assegurar e integrar essas zonas, os conflitos e disputas existentes entre as unidades regionais ou com países vizinhos, as interações existentes entre seus habitantes e uma série de outras características abordadas durante a pesquisa.⁴⁹

Além disso, também foi na Fronteira Sul que encontramos a chave para investigação dos elementos estruturais e de longa duração presentes no movimento em prol do Estado das Missões. Tanto Braudel como Koselleck, chamaram atenção para as condições geográficas como aspectos de longa duração e de caráter estrutural.⁵⁰ Nesse sentido, o elemento estrutural adotado nesta pesquisa como pertinente para compreensão do nosso objeto de estudo foi o caráter de formação histórico-geográfico da Fronteira Sul. Para a análise dessa característica as contribuições dos geógrafos – em parceria com os estudos desenvolvidos pelos historiadores – foram essenciais, pois nos permitiram voltar o nosso olhar para o movimento de formação territorial daquela região, percebendo sua construção a partir das ações humanas colocadas em prática pelos sujeitos responsáveis por executar esse processo.

Dessa forma, a análise dos elementos descritos acima tornou possível encontrar algumas características replicadas ao longo do tempo, como: a situação de indefinição jurisdicional, a permanência de conflitos entre unidades administrativas, a luta de grupos políticos para estar no comando das ações executadas visando a ocupação e integração dessa zona, a necessidade da delimitação das fronteiras, etc. Esses aspectos podem ser enquadrados dentro da noção da “fronteira aberta” utilizada pelos autores Francimar Petrolí e Fabio Pontarolo em suas teses de doutorado, referindo-se à qualidade de indefinição daquele território. Isto é, da inexistência da soberania de um Estado (tanto no âmbito nacional como

⁴⁹ O conceito fronteira nesta pesquisa foi adaptado da noção desenvolvida por Fernanda Sposito e Carlos Vilardaga no texto “Fronteiras nas Américas: alianças, identidades e conflitos (século XVI e XVIII)”. Assim, conforme mencionada em nota anterior, ele será utilizado mais para referir-se a uma zona do que uma linha propriamente definida. A fronteira também poderá ser vista a partir de diversas classificações, como fronteiras indígenas, fronteiras humanas, fronteiras naturais, fronteira aberta, fronteira em construção, fronteira manejada, fronteiras de exploração agrícola, pecuária ou ainda fronteiras políticas. Outro ponto é que ela poderá ser analisada tanto do ponto de vista interno, ou seja, relacionada aos processos de expansão levados a efeito pelas potências imperiais/provinciais/estaduais e suas próprias organizações regionais, como também de forma externa: no ponto de contato entre os espaços disputados por essas potências. Em relação especificamente às fronteiras da América Latina, no caso específico aqui estudado da Fronteira Sul, devemos compreendê-la como uma zona profundamente dinâmica e de grande interação entre os sujeitos envolvidos no seu processo de construção e ocupação. Cf. SPOSITO; VILARDAGA, 2018.

⁵⁰ Para Braudel, os homens são “prisioneiros”, durante séculos, dos climas, das vegetações, dos animais, das culturas. Além disso, o autor também chama atenção para a durabilidade das cidades, das rotas de tráficos e comércios e a fixidez dos quadros geográficos da civilização. Já para Koselleck, as pré-condições geográficas e espaciais ajudam a estabilizar em longo prazo o dia a dia ou, ao contrário, provocam situações de conflito político. Cf. BRAUDEL, 2014, p. 50; KOSELLECK, 2014, p. 305.

estadual), mantendo esse espaço aberto para diferentes possibilidades dentro do seu campo administrativo e organizacional.⁵¹ Nesse contexto, nós compreendemos esses atributos histórico-geográficos da formação da Fronteira Sul como os “sustentáculos” e ao mesmo tempo os “obstáculos” dos projetos territoriais analisados ao longo do trabalho – o movimento em prol do Estado das Missões (1909-1917) e o projeto apresentado para criação do Território Federal das Missões (1896).⁵²

Todavia, mesmo com essas constatações, não podemos deixar de lado a qualidade temporal do antes e depois do evento, pois como salientado por Koselleck: os acontecimentos nunca poderão ser completamente reduzidos às suas condições estruturais de longo prazo, visto que, “cada evento manifesta mais e, ao mesmo tempo, menos do que aquilo que está contido em suas predeterminações”, estando aí o seu caráter de novidade e surpresa.⁵³ Dessa forma, para entender o movimento pelo Estado das Missões também se faz necessário compreender a conjuntura em que ele estava inserido e, até mesmo, o dia a dia dos sujeitos envolvidos nessas agitações. Embora tenhamos efetuado uma primeira pesquisa sobre o assunto, nesse ponto também encontramos alguns aspectos possíveis de serem mais trabalhados e aprofundados.

Foi principalmente nesse nível de análise que a micro-história ganhou seu protagonismo. Partindo da noção do “paradigma indiciário” de Ginzburg, contando já com algumas pistas recolhidas durante a primeira investigação, saí atrás dos vestígios dos atores sociais e, diga-se de passagem, o número de documentos encontrados foi bastante alto, sendo talvez um dos elementos mais trabalhosos de lidar nesta pesquisa. Mesmo assim, segui em frente, tendo como principal foco o direcionamento para o universo social, político e administrativo em que esses indivíduos estavam inseridos, com certa ênfase no político. Contudo, convém ressaltar que não estamos trabalhando com a noção de história política tão

⁵¹ PETROLI, Francimar Ilha da Silva. **Fronteiras, províncias e unidade nacional na formação do Brasil: uma análise sobre a "Questão de Limites" entre Santa Catarina e Paraná (1853-1889)**. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, BR-RS, 2018. p. 110.

⁵² A noção das estruturas como sustentáculos e obstáculos para ação dos sujeitos foi proposta por Braudel. Cf. BRAUDEL, 2014, p. 50

⁵³ Sobre essa reflexão, podemos entender que, de certa forma, o movimento em prol do Estado das Missões ocorrido durante o processo de definição das fronteiras internas da Fronteira Sul é uma novidade dentro daquela estrutura de longa duração. Ele inaugura uma forma de atuação que tem por objetivo a emancipação administrativa de uma parcela daquela zona, tipo de ação que perduraria para além da sua estrutura temporal, pois conforme mencionamos, movimentos desse caráter permanecem vivos nas décadas posteriores e impulsionados por outras razões. Nesse sentido, se não for exagero, podemos dizer que o movimento pelo Estado das Missões inaugura um novo elemento na estrutura histórico-geográfico da organização administrativa da Fronteira Sul. Mas deixemos essa observação para outras pesquisas.

criticada pelos *Annales* no início do século XX. A abordagem adotada vai ao encontro das perspectivas defendidas por René Rémond e outros historiadores em torno de uma “História Política Renovada”.⁵⁴

Para esses autores, a retomada da história política não está vinculada à sua forma tradicional do século XIX, mas sim a uma revisão da mesma e uma renovação da sua metodologia, ressaltando a importância da política para compreensão do todo social. Além do mais, dentro dessa perspectiva a esfera política ganha certa autonomia em relação às outras, isto é, embora ela seja fortemente influenciada pelas questões sociais, econômicas, culturais, etc. esse movimento não ocorre em uma via de mão única. Assim como os interesses econômicos e sociais podem interferir diretamente no mundo político, as decisões políticas também podem ter um profundo impacto no curso da economia ou da sociedade. Além disso, segundo José D’ Assunção de Barros, essa nova visão também pretende abrir caminho para um estudo a partir de “indivíduos comuns”, ou seja, desligar-se um pouco dos “grandes nomes”, de forma que outros sujeitos também sejam tomados como caminhos para compreensão do universo político do período analisado.⁵⁵

Dessa forma, as novas discussões realizadas em torno da história política são fundamentais para compreender os motivos das diferentes estratégias utilizadas pelos nossos atores sociais para tentar tomar o controle do aparato político-administrativo do território onde estavam inseridos. Além do mais, quando tomamos como sujeitos da nossa pesquisa alguns políticos locais da zona do Contestado, mesmo tratando-se de membros da elite paranaense, estamos acessando o contexto político da época sem levar em consideração somente os “grandes nomes” que durante o século XIX eram vistos como os únicos importantes para compreender esse universo.

Assim, após definirmos os nossos atores sociais – os sujeitos envolvidos, direta ou indiretamente, com o Estado das Missões e suas redes de relações – e o nosso foco de análise – a esfera política – damos início à investigação daquilo que Jacques Revel chamou de “pluralidade dos contextos” necessários para compreender os comportamentos observados em nossos sujeitos de análise. Esse elemento torna a presente pesquisa ainda mais interessante,

⁵⁴ RÉMOND, René. **Por uma nova história política**; tradução Dora Rocha. – 2. Ed. – Rio de Janeiro : Editora FGV, 2003.

⁵⁵ BARROS, José D'Assunção. História Política - Dos objetos tradicionais ao estudo dos micropoderes, do discurso e do imaginário. **Escritas: Revista do Curso de História de Araguaína**, [S.l.], v. 1, abr. 2015. ISSN 2238-7188. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/escritas/article/view/1278>. Acesso em: 28 set. 2017.

pois no lugar de inserir esses indivíduos dentro de uma conjuntura unificada, procuramos reconstruir esse cenário por meio das pistas deixadas por eles mesmos.⁵⁶ Dessa maneira, uma das primeiras constatações foi perceber como a conjuntura dos nossos agentes nos permite realizar um estudo intenso sobre como era o universo político brasileiro durante as décadas iniciais da Primeira República.⁵⁷

Tratando-se o movimento em prol do Estado das Missões de uma estratégia levada à frente, principalmente, por um grupo de coronéis da zona do Contestado – em sua maioria paranaenses, mas havendo ainda alguns rio-grandenses – preocupados com uma possível perda das suas terras e seus poderes políticos durante a contenda de limites ocorrida entre as oligarquias paranaenses e catarinenses; levando em consideração ainda que durante a resolução da disputa houve uma intervenção do Presidente da República para solucionar a questão pressionando os governadores estaduais de ambos os estados para assinar um acordo com o intuito de resolver o litígio: este trabalho se tornou um excelente caso para refletir sobre o fenômeno coronelista dialogando com a definição de Victor Nunes Leal e outros autores.⁵⁸ O caráter de fronteira da nossa unidade espacial e as novas formas organização das terras públicas, após a Constituição de 1891, também nos permitiram investigar a atuação desses chefes locais no processo de apropriação do patrimônio durante o período, tendo como base as reflexões sobre o coronelismo proposta por Lígia Maria Osório Silva.⁵⁹

⁵⁶ Essa abordagem não é contraditória com a análise dos aspectos estruturais do movimento, pois esse elemento podem ser visto como mais um dos contextos do universo desses indivíduos.

⁵⁷ A base bibliográfica para essa discussão será efetuada por meio dos trabalhos produzidos dentro dessa temática desenvolvidos por Renato Lessa, Cristian Lynch e Cláudia Viscardi, buscando analisar, principalmente a política das oligarquias, o coronelismo e as relações federativas estabelecidas ao longo do regime. Cf. LESSA, Renato. **A invenção republicana**: Campos Sales e a decadência da Primeira República. São Paulo : Vértice, Editora da Revista dos Tribunais : Rio de Janeiro : Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1988; LYNCH, Cristian Edward Cyril. O momento oligárquico: a construção institucional da república brasileira (1870-1891). **História Constitucional**, n. 12, 2011. <http://www.historiaconstitucional.com>, págs. 297-325; VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. **O Teatro das Oligarquias**: uma revisão da “política café com leite”. 2.ed. – Belo Horizonte : Fino Traço, 2012 [2001].

⁵⁸ Para Victor Nunes Leal o fenômeno coronelista se tipifica por um sistema político característico da Primeira República, envolvendo uma complexidade de relações, desde o coronel até o Presidente da República, numa troca mútua de favores. Cf. LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**: o município e o regime representativo, no Brasil [por] Victor Nunes Leal, com nota do Prof. Basílio de Magalhães; prefácio de Barbosa Lima Sobrinho. 2. Ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1975 [1949].

⁵⁹ SILVA, Lígia Osório. O Coronelismo como fenômeno de fronteira. **XI Jornadas interescolas/ Departamentos de História**. Departamento de História. Facultad de Filosofía y Letras. Universidad de Tucumán, San Miguel de Tucumán, 2007; SILVA, Lígia Maria Osorio. A Apropriação territorial na Primeira República. In: SILVA, Sérgio S; SZMRECSÁNY, Tamás. **História Econômica da Primeira República**. 2 .ed. revista. – São Paulo: Hucitec / Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica / Editora da Universidade de São Paulo / Imprensa Oficial, 2002. Pp.157-169.

Por fim, cabe salientar que embora nos detenhamos principalmente às questões da conjuntura e dos acontecimentos nesta etapa do trabalho, não vamos deixar para trás as questões referentes à fronteira que foram levantadas anteriormente. A partir da inserção dos nossos atores sociais, também se faz pertinente refletir sobre o conceito de “fronteira manejada” proposto por Mariana Flores da Cunha Thompson Flores e Luís Augusto Farinatti.⁶⁰⁻⁶¹ Para esses autores, é fundamental perceber a existência de diferentes grupos de interação com interesses particulares e características socioculturais específicas dentro das zonas limítrofes e também investigar por quais formas esses atores ou grupos socialmente posicionados desenvolvem seus significados e estratégias para viver na fronteira e com a fronteira.⁶² A partir dessas questões, conseguimos compreender quais as implicações concretas que a situação de fronteira traz para os seus habitantes, tanto na resolução de problemas práticos – viabilização econômica, relações comerciais, controle do transporte, etc. – como das implicações simbólicas – quanto na construção identidades diferentes entre os grupos que partilham aquele local.

Portanto, somente com o estudo concreto das relações estabelecidas entre a fronteira e os indivíduos inseridos nela é possível entender quais as formas utilizadas por esses sujeitos – conforme o grupo social que pertencem – para lidar com essa situação, isto é, para intervir naquele espaço em favor dos seus interesses ou como uma forma de resistência/sobrevivência. Em outras palavras, torna-se possível identificar como esses atores sociais ou grupos “manejavam” a fronteira buscando tirar algum proveito em seu benefício.⁶³

Nesse sentido, se num primeiro momento nos dedicamos a identificar algumas características histórico-geográficas da Fronteira Sul no período estudado – instabilidade, incerteza jurisdicional, construção, conflitos, etc. – que remontam ao universo das

⁶⁰ FLORES, Mariana Flores da Cunha Thompson; FARINATTI, Luís Augusto. Fronteira manejada: apontamentos para uma história social da fronteira meridional do Brasil (século XIX). In: **Experiências nacionais, temas transversais**: subsídios para uma história comparada da América latina. HEINZ, Flávio M. (org.). - São Leopoldo : Oikos, 2009. pp. 145-174.

⁶¹ Para Flores e Farinatti - pautados em Alejandro Grimson – o estudo da fronteira demanda uma análise do seu processo contínuo de criação e recriação, não o restringindo apenas aos movimentos de avanço e recuo dos limites, mas percebendo a forma como ela foi cotidianamente produzida e recriada pelos diferentes agentes sociais que intervêm naquele espaço. Cf. GRIMSON, 2003, p. 25-6 apud FLORES; FARINATTI, op. cit., p. 159.

⁶² FLORES; FARINATTI, op. cit., p. 174.

⁶³ Embora os autores estejam voltados para percepção dessas problemáticas, principalmente no quesito das fronteiras nacionais, acredito que no caso estudado nesta pesquisa, para além das implicações decorrentes da fronteira com a Argentina, esse conceito também pode ser utilizado para compreender as atividades desenvolvidas por esses grupos para lidar com a fronteira interna em vias de construção entre Paraná e Santa Catarina. Sobre a fronteira manejada: Cf. Ibidem, p. 155.

possibilidades em torno do surgimento do movimento pelo Estado das Missões. Num segundo momento, tratamos de perceber como esses sujeitos se aproveitaram dessas possibilidades. Ou seja, depois de identificar alguns condicionantes do movimento, é preciso entender por quais formas concretas aqueles sujeitos “manejaram” aquela situação de fronteira para formular e colocar em prática projetos visando os seus próprios benefícios. Para ser mais direto, entendo que a organização do movimento pela emancipação do Contestado por parte de alguns coronéis da respectiva zona foi uma das manifestações de como esses indivíduos tentaram “manejar” aquela situação de fronteira – tanto interna como externa – para buscar concretizar seus interesses.

Portanto, é dessa forma que as questões teóricas levantadas anteriormente se aplicam no nosso objeto de estudo. Agora, convém demonstrar como essa análise está dividida em nosso trabalho, contando ao total, com seis capítulos.

No primeiro capítulo, vamos discutir alguns aspectos da formação territorial da Fronteira Sul, utilizando como unidade espacial, representante daquele território no período analisado, os chamados Campos de Palmas. Nesse movimento, iniciaremos apresentando algumas das ações promovidas pela Coroa Portuguesa para invadir e conquistar os Campos de Guarapuava; em seguida passaremos para a ocupação dos Campos de Palmas; depois, faremos uma breve apresentação do início da Questão de Limites entre Paraná e Santa Catarina e, por fim, vamos tratar sobre a Questão de Palmas/*Misiones*⁶⁴. O período temporal analisado neste capítulo será principalmente o século XIX. Concomitante às discussões sobre os processos de avanço para aquela zona de fronteira, apresentaremos brevemente uma discussão sobre as políticas territoriais desenvolvidas pelo governo colonial e imperial, identificando algumas características singulares daquela zona, bem como elementos de repetição presentes em diversos momentos da sua história. Outro ponto levantado neste capítulo diz respeito ao perfil da população estabelecida nos Campos de Palmas ao longo da sua ocupação, demonstrando o favorecimento de alguns grupos em detrimento de outros durante esse processo – elemento

⁶⁴ No final do período imperial, em 1881, a República Argentina passou a reclamar os limites estabelecidos pelo Brasil na fronteira de Santa Catarina/Paraná, resolvendo ingressar nas discussões acerca das terras do Contestado. O governo argentino questionava os limites dos rios Santo Antônio e Peperi-Guaçu, alegando que deveriam ser os rios Chapecó e o Chopim, acusando os brasileiros até mesmo de terem modificado o nome dos rios da região. Nas divisas pretendidas pelos argentinos, uma área de 30.622 km² seria retirada do território brasileiro. A disputa entre essas duas nações por aquela faixa territorial ficou conhecida como Questão de Palmas/*Misiones*, sendo resolvida através de um processo de arbitramento internacional. Cf. HEINSFELD, Adelar. **Fronteira e ocupação do espaço: a questão de Palmas com a Argentina e a colonização do vale do rio do Peixe-SC.** – São Paulo : Perse, 2014.

importante para compreensão dos projetos futuros levados à frente durante a Primeira República. Assim, este primeiro capítulo procura apresentar ao leitor a estrutura histórico-geográfica comentada na introdução.⁶⁵

No segundo capítulo, dedicamos algumas páginas para discutir a apresentação de um projeto no Senado Federal, em 1896, sugerindo a criação do Território Federal das Missões na recente zona incorporada definitivamente ao patrimônio brasileiro após a Questão de Palmas/*Misiones* com a Argentina. A partir desse acontecimento, procuramos elucidar algumas questões referentes ao início do regime republicano no Brasil, com enfoque nos debates ocorridos durante a promulgação da Constituição de 1891, a passagem das terras devolutas para os governos estaduais e a criação do primeiro Território Federal brasileiro, em 1904. Por fim, outro elemento interessante abordado no capítulo é como o projeto apresentado no Senado Federal, em 1896, foi uma das primeiras menções da criação de um estado naquela zona – embora muito vago e simples.

No terceiro capítulo, entramos propriamente nas movimentações ocorridas no início do século XX para criação do Estado das Missões, inserindo os sujeitos e o conceito de fronteira “manejada” em nossa narrativa. Além disso, também estabelecemos algumas conexões entre as características histórico-geográficas da Fronteira sul e o surgimento do movimento emancipacionista no Contestado. Para isso, começamos o capítulo recuperando alguns aspectos do andamento da Questão de Limites durante o regime republicano, com enfoque no processo judicial movido por Santa Catarina, em 1900. Em seguida, temos a análise das sentenças proferidas em favor dos catarinenses e a reação instaurada no estado vizinho, procurando analisar a construção de um discurso de identidade regional pelas elites paranaenses e suas manobras executadas na esfera política como forma de resistência. Na sequência, examinamos o início das primeiras manifestações em prol do Estado das Missões ocorridas na cidade de Palmas, em 1909, antes e depois da segunda sentença proferida pelo Supremo Tribunal Federal – dando mais uma decisão a favor de Santa Catarina –

⁶⁵ Esse capítulo será de caráter mais bibliográfico, pois não nos foi possível levantar fontes sobre o período. Nesse sentido, podemos citar entre os autores utilizados os trabalhos de: Robert Moraes, Cristina Moraes, Almir Antonio de Souza, Adelar Heinsfeld, Francimar Petrolí, Fabio Pontarolo, Demétrio Magnoli, entre outros. Cf. HEINSFELD; 2014; MAGNOLI, Demétrio. O Estado em busca do seu Território. **Terra Brasilis** (Nova Série), 1-9 | 2003; MORAES, 2008; MORAES, 2018; PETROLI, 2018; PONTAROLO, Fabio. **Terra, Trabalho e Resistência na Fronteira Agrária: História dos "Povoadores Pobres" em Guarapuava (século XIX)**. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus Marechal Rondon, Centro de Ciências Humanas, Educação e Letras, Programa de Pós-Graduação em História, 2019; SOUZA, Almir Antonio de. **Armas, pólvora e chumbo**. Guarapuava, 2015.

demonstrando como a mesma foi o estopim para que o movimento pela emancipação do Contestado fosse levado à frente pelas lideranças daquela região. Ao final do capítulo, dedicamos algumas páginas para debater como foi recebida essa sentença no estado vizinho, além de tecer alguns comentários sobre o papel feminino na defesa dos “direitos” paranaenses durante o período.

O quarto capítulo é dedicado, exclusivamente, a uma discussão sobre o funcionamento do fenômeno coronelista na Primeira República com base nas estratégias utilizadas para criação do Estado das Missões, a partir de 1910, a intervenção do Presidente da República, Wenceslau Braz para resolução da Questão de Limites entre Paraná e Santa Catarina e a assinatura do Acordo de Limites⁶⁶, em 1916. Nesse sentido, ao longo do capítulo, estabelecemos um diálogo entre esses acontecimentos e as contribuições sobre o coronelismo desenvolvidas por Victor Nunes Leal, José Murilo de Carvalho, Ligia Maria Osório Silva, Ibaré Dantas e, especificamente no Contestado, de Paulo Pinheiro Machado, Rogério Rosa Rodrigues e Cristina Dallanora.⁶⁷ Conforme mencionado anteriormente, acreditamos que as negociações ocorridas nesse período entre essas três esferas de poder (local, estadual e nacional) é extremamente rica para entender o funcionamento do coronelismo como uma complexa rede de relações que englobam desde o coronel até o Presidente da República, tendo como intermediários os governadores estaduais. Nesse capítulo, também vamos discutir as relações estabelecidas entre o Exército Nacional e as chefias locais paranaenses e catarinenses durante a Guerra do Contestado (1912-1916), demonstrando como o fenômeno coronelista se adaptava às realidades locais.⁶⁸

⁶⁶ O Acordo de Limites foi um convênio assinado, em 1916, pelo Presidente do Paraná, Affonso Camargo e o governador de Santa Catarina, Felipe Schmidt, tendo como mediador das negociações o Presidente da República Wenceslau Braz. Mesmo Santa Catarina tendo conseguido uma vitória no STF, suas sentenças nunca foram executadas, deixando viva a discussão dos limites entre os dois estados. Dessa forma, esse acordo veio com o intuito de dar fim à pendência de limites, resultando na divisão do território Contestado entre ambas as partes. Cf. SILVEIRA, 2015.

⁶⁷ CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, p. , 1997. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581997000200003&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 23 jul. 2020; ; DALLANORA, 2019; DANTAS, José Ibarê Costa. **Coronelismo e Dominação**. Aracaju: UFS, 1986; LEAL, 1976; MACHADO, Paulo Pinheiro. **Lideranças do Contestado**: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916). – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004; RODRIGUES, Rogério Rosa. **Veredas de um grande sertão**: a Guerra do Contestado e a modernização do Exército brasileiro. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, 2008; SILVA, 2007.

⁶⁸ A Guerra do Contestado foi um conflito desenrolando na zona disputada entre Paraná e Santa Catarina, entre 1912 e 1916, envolvendo de um lado uma grande parte dos moradores pobres daquela zona que estavam tendo suas terras usurpadas pelos grandes fazendeiros e empresas estrangeiras – com o aval do Governo Federal e das chefias estaduais – e do outro os protagonistas dessas expropriações. O movimento possuía em suas

No capítulo 5, há a abordagem do movimento de resistência ao Acordo de Limites protagonizado por paranaenses e alguns rio-grandenses. Mesmo depois da assinatura do Acordo de Limites pelos governadores do Paraná e Santa Catarina, ele ainda precisava ser aprovado nas Assembleias Legislativas de ambos os estados, na Câmara dos Deputados Federal e no Senado para ter legitimidade. Foi justamente nesse momento que a oposição procurou se articular. Assim, iniciamos nossa discussão abordando as estratégias de resistência encabeçadas por Cleto da Silva na Assembleia Legislativa do Paraná e no semanário local de União da Vitória MISSÕES. Foi durante as ações desenvolvidas por esse deputado que ocorreu a apresentação do primeiro projeto político concreto para a criação do Estado das Missões, aparecendo como um substitutivo ao Acordo de Limites na Assembleia paranaense e prevendo o desmembrando do território Contestado para formar o novo Estado. Após essa primeira rodada de movimentações, passamos a analisar os debates ocorridos no Senado Federal sobre a aprovação do Acordo de Limites em conjunto com os preparativos para um levante armado procurando inviabilizar aquela negociação. Encaminhamos o capítulo para o fim, com uma análise sobre essa movimentação armada, delineando tanto o perfil dos envolvidos, como as formas de organização e ação colocadas em práticas pelos revoltosos e as autoridades públicas e militares. O último ponto abordado é um breve comentário sobre demais movimentos pelo Estado das Missões ocorridos na década de 1920 e o surgimento do projeto pelo Estado do Iguazu, em 1931.

No capítulo 6, o último da nossa pesquisa, procuramos elencar alguns dos principais interesses econômicos e políticos que estavam por trás das movimentações em prol do Estado das Missões. O enfoque foi, principalmente, a relação existente entre a apropriação do patrimônio público ocorrido durante a Primeira República e envolvimento das lideranças do movimento com esse processo no Contestado. Assim, tendo como base em alguns autores estudiosos da questão de terras, nesse período, como Ligia Maria Osório Silva, Angelo Priori, Janaína Neves Maciel, Paulo Pinheiro Machado, Almir Sanches Teubl e os relatórios da Secretaria de Obras Públicas e Colonização do Paraná, procuramos apresentar de forma geral um “estado da arte” da questão fundiária do Paraná na Primeira República.⁶⁹ Também

motivações tanto aspectos econômicos e sociais, como religiosos, devido a sua intensa relação com a crença no Monge João Maria. Para saber mais: Cf. MACHADO, 2004.

⁶⁹ MACIEL, Janaina Neves. **Terra, Direito e Poder**: Leis, trabalho e outras relações de sociabilidade do meio rural de Lages-SC no início da Primeira República. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História. Florianópolis, 2015; MACHADO, 2004; PRIORI, Angelo. *Legislação e Política Fundiária no Estado do Paraná (1889-*

observamos ligações existentes entre os indivíduos envolvidos com o Estado das Missões e as questões da erva-mate no território do Contestado e há uma reflexão de como a questão fundiária serviu como uma faca de dois gumes para o movimento: ora sendo motivo de fortalecimento; ora sendo motivo de enfraquecimento.

Assim, com essa estruturação do presente estudo, pretendo dar conta dos objetivos propostos na introdução e promover ao leitor um maior conhecimento sobre o movimento em prol do Estado das Missões e o universo em que seus atores sociais estavam inseridos.

Antes de encerrar nossa introdução, cabe também apresentar quais foram as fontes históricas.

DO LEVANTAMENTO AO USO DAS FONTES

As fontes históricas cumprem um papel fundamental nesta pesquisa. Elas são os vestígios deixados pelos atores sociais no passado capazes de nos propiciar o conhecimento do mundo em que eles estavam inseridos e as ações colocadas em prática por esses sujeitos para lidar com aquele universo. Dessa forma, tratando-se de uma pesquisa que possui, incorporada a sua metodologia, a micro-história, procuramos seguir a recomendação de Edoardo Grendi e fazer um levantamento e estudo intensivo de fontes.⁷⁰ Assim, ao longo da pesquisa foram utilizadas (2) Cartas Régias do Período Colonial, (1) Constituição brasileira, (8) Relatórios/Mensagens de autoridades públicas (federalis e/ou estaduais), (4) Livros dos Anais do Senado Federal, (4) Leis de caráter nacional ou estadual, (3) Livros com publicação na época estudada, (16) Relatórios da Secretaria de Obras Públicas e Colonização do Paraná, (2) Fontes de caráter judicial, (1) Relatório do Exército Nacional e (94) notícias publicadas em periódicos dos estados do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro.⁷¹

1945); **SAECULUM** – Revista de História [26]; João Pessoa, jan./jun. 2012; SANCHES, Almir Teubl. **A questão de terras no início da República: o Registro Torrens e sua (in)pliação**. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Direito de São Paulo. 2008; SILVA, 2002.

⁷⁰ GREENDI, 2009.

⁷¹ Embora tenhamos apresentado o número aproximado de fontes consultadas, ressaltamos que esses dados devem ser relativizados, pois como sabemos, uma fonte pode conter mais informações relevantes que um grande conjunto delas. Mesmo assim, os jornais, utilizados em maior número tiveram certo protagonismo em nossa pesquisa. Para mais informações sobre as fontes consultar a parte “Fontes” no final da dissertação.

A forma da utilização das fontes pode ser expressa como aquilo que Carlos Bacellar chamou de “Olhar de Historiador”. Essa expressão refere-se à maneira como os historiadores enxergam e articulam suas fontes no momento da produção e análise das mesmas. Para tal olhar estar exitosamente bem apurado é preciso, primeiramente, reunir um grande número de conhecimento bibliográfico sobre o período estudado, para somente depois efetuar diálogo com vestígios do passado, no qual o pesquisador procura cotejar as informações, justapor e cruzar os documentos, relacionar o texto e contexto, identificar semelhanças e rupturas, estabelecer constantes, entre outras ferramentas utilizadas para a produção de um trabalho de História.⁷²

Em sua maioria, nossas fontes podem ser enquadradas naquilo que Durval Muniz de Albuquerque Júnior chamou de “discursos” e “pronunciamentos”.⁷³ Para o autor, esses documentos devem ser vistos para além de simples “provas” dos acontecimentos estudados ou versões do passado. Por isso, na medida em que lidamos com eles, devemos interrogar sobre a sua própria produção. Isto é, não somente sobre o que ele diz sobre o passado, mas indagar como ele foi produzido, em qual época, por quem, quais eram as circunstâncias políticas, econômicas, sociais, etc. Além disso, essas fontes também precisam ser comparadas com outros documentos do mesmo período, percebendo o partilhamento de conceitos, enunciados, objetivos, estratégias. Ou seja, analisando-as de forma serial. Para Albuquerque, esse trabalho deve ser efetuado de duas formas: uma análise externa e outra interna. A primeira consiste em averiguar o contexto daquele que fala, suas relações sociais, políticas e econômicas, para depois perceber quais as relações de poder e saber envolvidas no discurso ou pronunciamento.⁷⁴ A segunda, concentra-se em indagar sobre a forma como o discurso ou pronunciamento se manifestou, sobre suas próprias regras de constituição e produção, visando

⁷² BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. *In*: PINSKY, Carla Bessanezi (Org). **Fontes Históricas**. - 2.ed. 1ª reimpressão. - São Paulo : Contexto, 2008. p. 71.

⁷³ Ao discutir a dimensão retórica da historiografia, Durval Muniz conceituou o discurso como “uma peça oratória proferida em público ou escrita como se fosse para ser lida para um dado público”, permanecendo registrada de alguma forma: ou na memória dos ouvintes e presentes, ou pela sua versão original quando escrita, ou ainda por meio da sua reprodução em outros veículos de comunicação social, como o jornal, a revista, a televisão, o cinema, a fotografia, etc. Quanto aos pronunciamentos, o autor os entende como “ato ou efeito de publicamente expressar uma opinião, manifestar-se em defesa de dadas teses ou posições políticas, morais, religiosas, filosóficas, éticas, econômicas, jurídicas, estéticas, etc.”. Em outras palavras, consiste no ato de exprimir-se de forma verbal, de proferir ou articular um discurso, de manifestar pensamentos ou sentimentos, de emitir opinião, podendo ser feito a partir da divulgação de uma peça escrita, dirigida ou veiculada nos meios de comunicação. Cf. ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Discursos e Pronunciamentos: a dimensão retórica da historiografia. *In*: Carla Bassannezi Pinsky e Tânia Regina de Luca. (Org.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009. p. 223-250. p. 223-5.

⁷⁴ *Ibidem*, p. 236-7.

dar lógica, coerência e inteligibilidade e ainda estabelecendo uma comparação com os demais discursos da época a fim de investigar padrões e ao mesmo tempo perceber singularidades.⁷⁵

As recomendações de Durval Muniz de Albuquerque são fundamentais para o trabalho com as nossas fontes, tendo em vista que grande parte delas são discursos proferidos por autoridades públicas, pronunciamentos no Senado Federal, bem como discursos e pronunciamentos veiculados em órgãos de comunicação social da época. Nesse sentido, ao longo da pesquisa, buscou-se ter em consideração uma grande parte das recomendações do autor. Portanto, ao lidarmos com esse tipo de documentação, tentamos ao máximo indagar sua produção tanto do ponto de vista externo – da sua localização no espaço-tempo, das suas relações sociais, culturais, econômicas, etc. – como do ponto de vista interno – da sua própria lógica de produção, a quem estava sendo destinado, qual era o seu objetivo, se estava inserido em uma série, etc. – procurando não tomar esses vestígios sem uma devida indagação do seu próprio aparecimento naquele momento da história e tomando as respostas dessas perguntas como importantes aspectos a serem analisados para compreensão desses documentos.⁷⁶

Dentre todas as nossas fontes, talvez as de caráter jornalístico sejam aquelas que devemos ter o maior cuidado. Não podemos pegar uma notícia e simplesmente alocá-la como forma de comprovar a nossa argumentação. Não foram poucas as vezes em que uma notícia referia-se a uma informação e contradizia-se logo em seguida. Ou ainda, nomes de sujeitos eram veiculados como envolvidos em algumas organizações políticas, e, em outro periódico, havia a publicação de um pronunciamento do próprio indivíduo contrariando aquela informação. Nesse sentido, a pesquisa nos jornais deve ser feita em série, conforme recomendado pelo autor. É preciso comparar com as demais fontes, cruzá-las, perceber as vertentes ideológicas e políticas dos periódicos, a intensão das informações e, se possível, entender a sequência cronológica das notícias. Todos esses aspectos nos permitem, em muitos

⁷⁵ ALBUQUERQUE, 2009, p. 237-8.

⁷⁶ Tomemos como exemplo o capítulo 3. Num primeiro momento, procuramos contextualizar como estava a discussão da Questão de Limites no período analisado pelo capítulo, dentro do universo histórico-geográfico levantado nos capítulos anteriores. Em seguida, apresentamos uma série de pronunciamentos reproduzidos na imprensa paranaense sobre a reação do Paraná frente a sua primeira derrota no Supremo Tribunal Federal, em 1904. A seguir, demonstramos como aqueles pronunciamentos seguiam uma lógica discursiva que vinha sendo difundida pela elite estadual desde o final do século XIX, não sendo, portanto, algo espontâneo. Por fim, após ser levantado o contexto, uma série de discursos do período, a própria lógica discursiva da época, analisamos os pronunciamentos na imprensa e os depoimentos presentes no inquérito policial, em 1909, instalado para apurar o movimento emancipacionista do Contestado. Nesta análise percebemos como aquelas manifestações estavam relacionadas com o contexto externo, mas também possuíam uma lógica interna vinculada a aos discursos da época, e ainda, uma singularidade própria pela forma como aqueles indivíduos lidaram com essas informações e utilizaram para pronunciar suas ideias.

casos, não cair nas “armadilhas” executadas pelos redatores como formas de dar mais crédito para sua versão dos fatos.

Como forma de complementar esse aporte teórico da pesquisa, trouxemos algumas recomendações de Tania Regina de Lucca, ao falar sobre o uso dos periódicos como fontes históricas. Para a autora, faz-se estritamente necessário compreender as principais características da imprensa no período, analisar os aspectos materiais do periódico (número de colunas, uso ou não de imagens, tipo de fonte, etc.), entender a organização do seu conteúdo, o grupo responsável pela sua publicação e, principalmente, ter em mente que os periódicos são apenas uma representação da realidade.⁷⁷ Nesse mesmo viés, Liz Andréa DalFRE também chama atenção para tentativa dos redatores de fazer prevalecer as suas ideias e valores dentro desse universo de representação, buscando utilizar-se de linguagens simbólicas e estratégias para concretização desse objetivo.⁷⁸

Visando cumprir esses requisitos cabe lembrar o lugar privilegiado ocupado pela imprensa na veiculação de informações no início do século XX. Os novos métodos de impressão permitiram aumentar o número de tiragens, melhorar a qualidade e baratear os exemplares, passando a atingir regiões cada vez mais distantes graças aos avanços no sistema de transporte.

A estruturação e a distribuição do conteúdo também sofreram modificações. Ao lado das reportagens, entrevistas e inquéritos apareciam informações sobre assuntos policiais, esporte, lazer, vida social e cultura. A ilustração incorporou-se definitivamente nos diários, dando certa leveza no texto. Uma mudança de grande importância, e que de certa forma acabou influenciando nas demais, foi a procura em trazer maiores informações sobre os eventos ocorridos, no lugar de doutrinações. Os periódicos passaram a ser vistos como veículos para informar os leitores sobre os acontecimentos, buscando encontrar a “veracidade” dos fatos.⁷⁹

Para além das informações acima, muitos periódicos também cumpriam o papel de Diário Oficial dos governos estaduais, trazendo uma série de informações administrativas, políticas, fiscais, etc.

⁷⁷ LUCA, Tania Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. *In: Fontes Históricas*. Carla Bessanezi Pinsky (org.) - 2.ed. 1ª reimpressão. - São Paulo : Contexto, 2008. p. 137.

⁷⁸ DALFRÉ, Liz Andréa. **Outras Narrativas da Nacionalidade**: O movimento do Contestado. Dissertação apresentada no curso de pós-Graduação em História, setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2004. p. 57-8 e 60

⁷⁹ LUCA, op. cit., p. 137.

Dessa forma, dentre os jornais pesquisados neste trabalho, encontram-se, principalmente A REPUBLICA, órgão oficial do Partido Republicano Paranaense (PRP), DIARIO DA TARDE, jornal independente com elementos oposicionista ao órgão oficial do PRP – embora em alguns momentos ambos alinhassem seus posicionamentos. Também foram consultados os periódicos O DIA, órgão oficial do Partido Republicano Catarinense, O ESTADO, jornal catarinense independente, bem como A FEDERAÇÃO, órgão oficial do Partido Republicano do Rio Grande do Sul. Quanto aos periódicos cariocas foram recolhidas notícias da GAZETA DE NOTÍCIAS, CORREIO DA MANHA, O PAIZ, A NOITE, JORNAL DO COMMÉRCIO e da revista ilustrada O MALHO, não sendo possível levantar muitas informações sobre seu contexto político, mas sendo perceptível, em dados momentos, certo alinhamento com algum dos estados do Sul, principalmente quando tratavam da Questão de Limites.⁸⁰ Em sua maioria, esses jornais estavam organizados em sete colunas textuais, variando de 4 a 12 páginas, sendo as últimas dedicadas a algumas propagandas e ilustrações – com exceção da revista o MALHO portadora de uma estrutura diferente.⁸¹

Dentre os jornais mencionados acima, os dois mais utilizados foram o A REPUBLICA (PR) E O DIARIO DA TARDE (PR). Enquanto o primeiro veiculava principalmente informações do governo estadual e das questões administrativas do Estado, o segundo dava maior atenção às questões políticas e às notícias de outras regiões do Paraná – inclusive da zona do Contestado – enviando repórteres, estabelecendo ligação com informantes, entrevistando pessoas, etc. Mesmo com certa divergência política, em alguns momentos do período analisado, esses jornais também cumpriram um papel extremamente importante na defesa daquilo que os paranaenses consideravam os seus direitos na Questão de Limites. A partir desses periódicos, os discursos eram disseminados entre a população, os convites para as manifestações eram publicados, os andamentos da questão eram noticiados, etc. Assim, os jornais tinham grande influência na vida dos sujeitos do início do século XX, principalmente

⁸⁰ Por exemplo, as notícias publicadas na revista ilustrada O MALHO eram claramente favoráveis ao Paraná na Questão de Limites, demonstrando a “simpatia” dos redatores por aquele estado.

⁸¹ A revista O MALHO (RJ) fazia parte de um conjunto de revistas ilustradas que apareceram durante o século XX. Dentro as características da revista, ela apresentava um maior cuidado com a apresentação, leitura fácil e agradável, possuindo diagramação ampla para imagens. Os conteúdos abordados eram bem diversificados, podendo abranger crônicas, poesias, fatos curiosos pelo Brasil, moda, regra de etiqueta, notas políticas e policiais, jogos, charadas, leituras para crianças, publicidades, anúncios de medicamentos, acontecimentos da vida social e política, charges e sátiras etc. Essas revistas também procuravam agradar todos os tipos de públicos, feminino, masculino, infantil, político, esportivos, pedagógico, educacional, humorístico, literário, religioso, etc. Essas características apareciam devido ao fato do grosso da população não ser letrada, logo, deveriam buscar todos os tipos de chamadas e assuntos para abranger um maior número leitores. Cf. LUCA, 2008, p. 121.

na vida das elites e classe média. Como afirmou Cleto da Silva, em 1920, enquanto escrevia sua narrativa sobre o movimento do Estado das Missões: “no interior nada se perde dos jornais, e até os anúncios são lidos”.⁸²

Por fim, também utilizamos uma série de jornais “menores”, isto é, periódicos com menores proporções estabelecidos na própria capital dos estados ou em municípios do interior. Estes últimos serviam, em muitos casos, como formas de veiculação dos interesses políticos e econômicos dos principais chefes políticos locais e também veiculavam algumas informações que passavam despercebidas pelos grandes órgãos da imprensa. Dentre eles, podemos citar o OLHO DA RUA (Curitiba), A NOTÍCIA (Curitiba), A TRIBUNA (Curitiba), MISSÕES (União da Vitória), O PALEMSENE (Palmas) COMMERCIO DE JOINVILLE (Joinville), GAZETA DE JOINVILLE (Joinville) entre outros apresentados ao longo da pesquisa.

Para finalizar nossa discussão sobre as fontes, gostaria de inserir uma última problemática referente ao caráter “digital” e os novos desdobramentos ocorridos a partir do encontro do conhecimento histórico com as novas tecnologias de mídias. Em trabalho recente, o historiador Pedro Telles da Silveira, desenvolveu uma análise sobre os arquivos digitais existentes atualmente, principalmente os relacionados ao tempo presente.⁸³ Reflexões do tempo presente à parte, o autor chamou atenção para algumas questões importantes quanto a novas perspectivas dos historiadores no século XXI. Dentro da classificação dos documentos digitais, podemos efetuar uma divisão entre, “os documentos primários digitais exclusivos”, isto é, aqueles gerados exclusivamente de forma digital, e os “documentos primários digitalizados”, os que já existiam e foram digitalizados. Esse processo de digitalização pode ser entendido a partir do termo *new mídia*, caracterizado pela produção de novas mídias e atualização de mídias antigas por meio do computador.⁸⁴

Ora, grande parte dos documentos utilizados nesta pesquisa correspondem a documentos primários digitalizados disponíveis em sites da internet de instituições públicas. Por exemplo, com exceção dos jornais MISSÕES e O PALMENSE, todos os outros foram consultados através da Hemeroteca Digital Nacional disponibilizada pela Biblioteca Nacional.

Os anais do Senado Federal também se encontram disponíveis nos Anais da República

⁸² SILVA, 1920, p. 229-30.

⁸³ SILVEIRA, Pedro Telles. **O gosto do arquivo (digital):** Documentos, arquivo e evento histórico a partir do *September 11th Digital Archive (2002-2013)*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História, 2013.

⁸⁴ Ibidem, p. 19-20.

do setor de publicações do site do Senado. Já os Relatórios/Mensagens de Governadores/Presidentes estão disponíveis no *Center For Research libraries*. E por fim, os documentos referentes à Secretaria de Obras Públicas e Colonização se encontravam disponíveis no site do Arquivo Público do Paraná – que por hora não se encontram mais devido a algumas mudanças na plataforma online.

A partir dessas constatações, chamo atenção para como essa digitalização das fontes permite passá-las da forma física para uma representação numérica (linguagem binária) tornando-se mais fácil de serem manipuladas.⁸⁵ Quem nunca pegou um jornal com 500 páginas e desejou dar um “ctrl+f”⁸⁶ para encontrar o nome de alguém que estivéssemos procurando? Bom, agora isso é possível e é justamente graças a esse mecanismo de busca oferecido pela Hemeroteca Digital que conseguimos reunir tantos dados sobre um único tema, algo praticamente impensável se fossemos fazê-lo à moda antiga. Além do mais, a internet também vem encurtando distâncias. Hoje em dia, podemos realizar pesquisas em documentos com seus originais disponíveis no Rio de Janeiro, no Paraná, no Rio Grande do Sul, etc., sem sair de casa. Nesse sentido, a digitalização dos documentos vem cada vez mais democratizando o acesso ao conhecimento histórico, permitindo a um maior número de pessoas a possibilidade de acessá-las. Inclusive, os próprios leitores se estiverem na dúvida de alguma informação, podem eles mesmos realizar a leitura do documento e tirar suas próprias conclusões.⁸⁷

Assim, para finalizar nossa introdução, que já está demasiadamente longa, passo apenas algumas informações de caráter descritivo. Todas as fontes consultadas estarão referenciadas ao final desse trabalho e se estiverem disponíveis na internet, também haverá o seu endereço eletrônico para acesso. Além do mais, optamos por transcrever as fontes com base na gramática atual, por entender que, tratando-se a maioria de documentos oficiais ou

⁸⁵ SILVEIRA, 2013, p. 19-20..

⁸⁶ Atalho utilizado no teclado do computador para pesquisar palavras, frases, números ou alguma informação em textos e documentos.

⁸⁷ É certo que toda essa inovação tem seus prós e contras. Não podemos nos tornar preguiçosos e deixar de realizar alguma viagem, ou realmente colocar a mão na massa em alguns momentos da nossa pesquisa. Assim, algumas fontes utilizadas neste trabalho também são frutos de incursões nos arquivos presenciais, como o Inquérito Policial instaurado na cidade de Palmas, o *Habeas Corpus* originário da pesquisa, o Relatório do Coronel Emygdio Ramalho sobre as movimentações armadas no Contestado, em 1917, o periódico O PALMENSE, digitalizado e enviado pelo meu querido amigo Gabriel Kunrath durante sua visita ao arquivo municipal da cidade de Palmas – vejam que mesmo assim há uma digitalização do processo. Além disso, as fontes de caráter digital possuem um caráter de instabilidade, isto é, elas podem ser facilmente perdidas ou corrompidas, podendo se tornar inacessível com um simples problema no computador. Outro aspecto negativo é o fato de que, em muitos casos, os arquivos online pesquisados podem simplesmente retirar da internet seu acervo, nos deixando sem acesso aos documentos.

redigidos dentro da norma culta da língua portuguesa da época, essa mudança não produziria grandes impactos na interpretação dos mesmos, facilitando o entendimento daqueles que não estão acostumados com esse tipo de leitura e também por haver uma dificuldade da nossa parte em manter o português original conforme aparecia exatamente nos documentos. Feitas essas considerações, vamos ao nosso trabalho.

CAPÍTULO 1

1 UMA FRONTEIRA EM CONSTRUÇÃO: OCUPAÇÃO, CONQUISTA E DISPUTA NOS CAMPOS DE PALMAS

Existem muitas formas de compreendermos o movimento em prol do Estado das Missões durante o início do século XX. Sem dúvida, uma das mais importantes é estudar a conjuntura e os acontecimentos ocorridos, principalmente nos anos que antecedem e sucedem o levante armado de 1917. Entretanto, neste capítulo, gostaria de acrescentar um elemento a mais em nossa discussão. Qual era a condição histórico-geográfica do território reivindicado pelas lideranças interessadas em criar o Estado das Missões? Era uma área antiga no patrimônio brasileiro? Possuía uma estabilidade territorial? Tinha uma jurisdição definida? Para responder essas perguntas devemos atentar para mais uma faceta do tempo histórico: a longa duração.⁸⁸ Ao retroceder o nosso olhar para as terras localizadas entres os rios Iguazu, Negro e Uruguai, perceberemos que antes delas serem conhecidas como “O Contestado” – fazendo referência ao litígio entre Paraná e Santa Catarina – possuíram nomenclaturas diferentes e seus limites ainda eram flutuantes.

Daí advém alguns nomes presentes na historiografia, como: Biturunas/Ibiturunas⁸⁹, Campos de Palmas, Território das Missões, ou somente Missões. Ao nos debruçarmos sobre os aspectos da formação territorial dessa zona, percebemos como cada um desses nomes corresponde a uma forma de enxergar ou representar aquele território durante sua ocupação.

Tanto a Coroa Portuguesa como o Império brasileiro mobilizaram esforços durante um largo período de tempo para expandir e consolidar suas fronteiras nessa região, travando uma intensa disputa com os povos indígenas, seus habitantes autóctones. Nesse sentido, os avanços

⁸⁸ Braudel relacionou a ideia de longa duração com a palavra “estrutura”. Para ele, uma estrutura seria “uma realidade que o tempo utiliza mal e veicula mui longamente”. Por terem um longo tempo de vida, tornam-se características estáveis presentes numa infinidade de gerações. “São, ao mesmo tempo, sustentáculos e obstáculos” da História, impondo limites “dos quais o homem e sua experiência não podem libertar-se”, embora elas também sejam passíveis de mudança. Para o historiador francês, o exemplo mais claro seria o da coerção geográfica: “durante séculos o homem é prisioneiro de clima, vegetações, culturas [...] Vede a durável implantação de cidades, a persistência das rotas de tráficos, a fixidez surpreendente do quadro geográfico das civilizações”. Nesse sentido, consideramos as condições histórico-geográficas da região estudada como um elemento de longa duração, como uma estrutura influenciadora de diversas gerações que viveram naquela zona. Cf. BRAUDEL, 2014, p. 50.

⁸⁹ Ibiturunas ou Biturunas foi o nome dado pelos jesuítas ao local que ficaria conhecido como Campos de Palmas no século XIX. Cf. MORAES, 2018, p. 112.

para o Sul do Brasil não foram nada tranquilos: além das condições topográficas não favorecerem a marcha, os povos originários ofereceram forte resistência contra a usurpação de suas terras. A disputa por interesses particulares também gerou mais conflito e desacordos entre os envolvidos. Por fim, a necessidade de legitimar a posse diante de outras potências internacionais compõe mais um elemento dessa história.

Dessa forma, um dos objetivos deste capítulo será justamente recuperar uma parcela da trajetória de formação da zona conhecida atualmente como Fronteira Sul⁹⁰, demonstrando sua construção ao longo do tempo e a partir de ações humanas. Ela não esteve lá desde sempre e poderá não estar para sempre. A partir deste esforço, umas das hipóteses levantadas por este trabalho é que, durante o processo de construção desse território, sempre houve um alto grau de instabilidade naquela região decorrente dos frequentes conflitos ocorridos entre os sujeitos envolvidos – algo comum em zonas de fronteira. Nossa ideia é ampliar o escopo de visão, perceber esse clima de incerteza e construção como algo além do litígio de limites entre Paraná e Santa Catarina, como uma condição da formação histórico-geográfica daquele espaço, na qual a própria disputa entre os dois estados está inserida.⁹¹ Por fim, também pretendemos demonstrar nos próximos capítulos como muitas das possibilidades do surgimento de projetos, como pelo Estado das Missões, entre 1909 e 1917, ou pela formação do Território Federal das Missões, em 1896, partiram justamente dessas condições herdadas do passado.

Nesse contexto, também se faz necessário esclarecer qual a noção de “fronteira” utilizada nesse trabalho. Aqui devemos entender as regiões de fronteira mais como uma zona do que uma linha propriamente definida.⁹² Elas também podem ser observadas a partir de diferentes classificações, como: fronteiras indígenas, fronteiras humanas, fronteiras naturais, fronteiras missionárias, fronteiras abertas, fronteiras em construção, fronteiras de exploração

⁹⁰ É importante salientar que quando tratamos dos aspectos de formação da Fronteira Sul, podemos levar em consideração toda a formação do Sul do Brasil, desde a fundação das primeiras colônias portuguesas até os esforços realizados pelo Brasil para sua manutenção. No entanto, como um estudo desse processo demandaria uma grande pesquisa e fugiria do nosso objetivo, resolvemos nos ater principalmente na estruturação da parcela da região na qual nossos sujeitos estão/estarão inseridos. Cf. RADIN, José Carlos; VALENTINI, Delmir José; ZARTH, Paulo A., 2015, p. 10.

⁹¹ Essa visão também está presente na tese de doutorado desenvolvida por Francimar Ilha da Silva Petrolí “Fronteiras, províncias e unidade nacional na formação do Brasil: uma análise sobre a “Questão de Limites” entre Santa Catarina e Paraná (1853-188)”. Cf. PETROLI, 2018.

⁹² Após os intensos diálogos com a antropologia, etno-história, geografia e demais áreas do conhecimento, o tema das fronteiras na América Latina vem superando modelos marcados pelo nacionalismo da década de 1980 e expandindo seu horizonte para visões que veem a fronteira como lugares de permanências, diferenças e de formação de espaços. Cf. PRADO, 2012, p. 318-333 apud SPOSITO, VILARDAGA, 2018. p. 54.

agrícola, pecuária, ou fronteiras políticas. Essas zonas também devem ser analisadas tanto do ponto de vista interno, isto é, relacionadas aos processos da sua expansão por efeitos de potências imperiais/nacionais e suas organizações administrativas regionais e de forma externa: no ponto de contato entre os espaços disputados por esses mesmos impérios/nações. Quanto às fronteiras da América Latina, longe de ser uma região “passiva”, ou “vazia”, elas foram palco de grandes embates e acordos, conflitos e negociações entre grupos ameríndios e luso-brasileiros/brasileiros onde diversos seguimentos sociais atuaram como, por exemplo, missionários, comerciantes, contrabandistas, exploradores, fazendeiros, indígenas, ervateiros, pequenos lavradores, libertos, escravos, etc. Sendo assim, devemos entendê-las como zonas profundamente dinâmicas e de grande interação entre os agentes envolvidos no processo de invasão/ocupação.⁹³

Dentro desse campo de discussões, optamos por utilizar o termo “fronteira aberta” para caracterizar esse processo de construção da Fronteira Sul conforme mencionado no título do capítulo.⁹⁴ De acordo com Francimar Petrolí, “fronteira aberta” foi uma das nomenclaturas utilizadas pelas fontes oficiais do Brasil oitocentista para designar as áreas ainda não completamente definidas, onde se tornava importante o domínio político, econômico e militar do Estado Nacional.⁹⁵ Portanto, esse conceito será usado em nosso trabalho para designar um espaço ainda não delimitado, em vias de construção, aberto para a possibilidade de muitos indivíduos atuarem sobre ele.

Por fim, para facilitar o entendimento do leitor dividimos a narrativa em quatro partes principais: O avanço dos portugueses em direção aos Campos de Guarapuava, a expansão da fronteira para os Campos de Palmas, o início do conflito entre Paraná e Santa Catarina pelos territórios entre os rios Iguazu, Uruguai e Rio Negro e as disputas entre Brasil e Argentina pelo Território das Missões.

⁹³ SPOSITO; VILARDAGA, 2018.

⁹⁴ Esse termo vem sendo bastante contemplado no campo historiográfico e foi utilizado em duas das pesquisas realizadas recentemente que influíram consideravelmente em nosso trabalho: a primeira é a tese de doutorado escrita por Fabio Pontarolo “Terra, Trabalho e Resistência na Fronteira Agrária: História dos “Povoadores Pobres” em Guarapuava (Século XIX)” e a segunda é a tese de Francimar Petrolí sobre a Questão de Limites entre Paraná e Santa Catarina no período imperial citada anteriormente. Cf. PONTAROLO, 2019; PETROLI, 2018.

⁹⁵ PETROLI, op. cit., p. 110.

1.1 POLÍTICAS TERRITORIAIS NO SUL DA AMÉRICA PORTUGUESA

As fronteiras e os limites nacionais e estaduais dos dias de hoje não podem ser vistos como simples divisões feitas com base nos acidentes geográficos existentes na superfície da terra e delimitados por estruturas naturais – rios, montanhas, florestas, etc. Ao adotarmos essa perspectiva, damos a essas regiões um caráter a-histórico, como se a paisagem natural anulasse a participação da sociedade na construção do espaço. Nessa visão, as questões geográficas passam a ser vistas como algo que não recebe influência do trabalho humano.⁹⁶ Robert Moraes propõe justamente o contrário. Para ele, os processos formadores dos espaços sociais são resultantes exclusivamente do trabalho humano, através da incorporação e criação de valor, expressados através do conceito de “valorização dos espaços”. Nesse sentido, “o espaço produzido só é explicável em função do processo que o engendrou e a forma criada só se revela pelo uso social de cada momento”. Ou seja, é necessário entender as lógicas de execução dos arranjos territoriais e identificar tal processo em diferentes momentos da história, de acordo com as necessidades de cada grupo social frente a sua conjuntura.⁹⁷

Reinhart Koselleck também procurou debruçar-se sobre a dimensão histórica do espaço. Para ele, espaço e tempo, representados como categorias, são as condições de possibilidade da história, mas o próprio espaço também possui uma história.⁹⁸ Koselleck indica duas categorias de espaço: as condições meta-históricas e as condições puramente humanas ou históricas. As condições meta-históricas são as que dão possibilidade à história e não são influenciadas pela ação dos homens.⁹⁹ Já a segunda categoria, os espaços puramente humanos ou históricos são espaços passíveis de sofrerem transformações humanas.¹⁰⁰ Um elemento interessante de se perceber é como o limite daquilo que está disponível para nossa atuação muda constantemente ao longo do tempo, tornando-se possível identificar o momento

⁹⁶ MORAES, 2008, p. 20-1.

⁹⁷ Essa asserção parte da proposta apresentada por Carlos Robert Moraes acerca dos objetivos da geografia humana como ciência social. Cf. *Ibidem*, p. 41-3.

⁹⁸ KOSELLECK, 2014, p. 78.

⁹⁹ Embora as condições meta-históricas não sejam influenciadas pela ação humana, eles são precondições para nossas atividades, portanto, em determinados momentos podem se tornar desafios para o desenvolvimento social e humano. Alguns exemplos citados pelo autor são: a terra, o mar, as costas, rios, montanhas, planícies, formações geológicas, ou, condições climáticas como: frio, calor, etc. Cf. *Ibidem*, loc. cit.

¹⁰⁰ Esses espaços são aqueles criados pelo ser humano, no qual se insere para caçar, ou onde estabelece suas ocupações, cidades, lavouras, rotas de comércio ou redes de transportes, etc. Cf. *Ibidem*, p. 79.

das transformações das condições meta-históricas do espaço em condições históricas, na qual o ser humano passa a exercer influência, dominação ou exploração.

Essas considerações de Robert Moraes e Reinhart Koselleck sobre o espaço são importantes para o início do nosso estudo. Entender a relação entre os espaços meta-históricos e os espaços criados a partir da ação humana é um ponto importante para compreender os avanços dos luso-brasileiros e brasileiros em direção à Fronteira Sul da América. Com o passar dos séculos, regiões apenas representadas em cartografias da época, ocupadas pelos povos originários, vão sofrendo cada vez mais a ação do homem e se tornando espaços de exploração e conquista. Em determinados momentos, as mudanças são tão abruptas que identificamos, justamente, as transformações das condições meta-históricas em condições históricas, acompanhando o desenvolvimento tecnológico da humanidade. Nesse sentido, para entender a formação do Sul do Brasil, devemos regressar alguns séculos no tempo e pensar os primeiros movimentos nessa direção.¹⁰¹

Durante o período colonial, a Coroa Portuguesa avançou consideravelmente em direção ao Sul da América, estabelecendo diversos pontos de apoio e negociando algumas linhas demarcatórias com os vizinhos espanhóis.¹⁰² Essas divisões eram feitas através da assinatura de tratados estabelecidos após acordos entre as duas potências imperiais (Portugal e Espanha), procurando apaziguar zonas de conflito e exercer a manutenção de suas posses coloniais. Entre os mais conhecidos estão o Tratado de Madrid¹⁰³, assinado em 1750, e o Tratado de Santo Idelfonso¹⁰⁴, de 1777. Mesmo nunca tendo sido plenamente homologados,

¹⁰¹ Poderíamos retornar ao início do período colonial e discorrer sobre os primeiros passos dados pelos portugueses, no entanto, isso exigiria uma pesquisa de maior folego e fugiria do nosso objetivo de pesquisa. Por isso nos limitaremos em fazer um breve resumo dessa parte inicial.

¹⁰² MYSKIW, Antonio Marcos. Uma breve história da formação da fronteira no Sul do Brasil. In: RADIN; VALENTINI, Delmir José; ZARTH, Paulo A. **História da Fronteira Sul**. – Porto Alegre: Letra & Vida: Chapecó: UFFS, 2015. Pp. 43-72. ; HEINFELD, 2014; SPOSITO; VILARDAGA, 2018.

¹⁰³ O Tratado de Madrid foi assinado entre os reis D. João V. de Portugal e Fernando VI da Espanha, em 13 de fevereiro de 1750. Durante as negociações, Portugal cedeu a Colônia do Sacramento e a margem esquerda do Oeste da Boca mais ocidental do Japurá, enquanto a Espanha concedeu o território da margem esquerda do Rio Uruguai (das Missões Jesuíticas) e norte do Ibucuí e ainda reconheceu as posses portuguesas na América. Para Cristina Moraes, esse tratado foi elaborado dentro de um esforço de sistematização de conhecimentos geográficos. Assim as antigas formas de partilhas pautadas nas linhas meridianas e imaginárias foram deixadas de lado, forçando a busca por referências mais concretas e ajustados às realidades construídas. Nesse sentido, o Tratado Madrid abandonou os princípios do antigo Tratado de Tordesilhas e adotou o a prerrogativa do *uti possidetis* e das fronteiras naturais para definição dos limites. Foi dentro dos mapas utilizados no Tratado de Madrid, que já começamos a perceber a formação triangular do Brasil do século XIX. Cf. MORAES, 2018, p. 105-6; REIS, 1976 apud HEINSFELD, 2014, p. 36-7.

¹⁰⁴ O Tratado de Madrid acabou sendo anulado, em 1761, pelo Tratado de El Pardo. No entanto, devido ao aparecimento de novos conflitos entre portugueses e espanhóis e o crescimento da importância da região da Bacia do Prata, em 1777, foi assinado um novo acordo: o Tratado de Santo Idelfonso. Nesse convênio, a

por dificuldades de exercer a demarcação nas áreas de fronteira – seja pelos problemas de acesso gerados pelas barreiras naturais ou pela presença dos povos originários – e a constante desavença entre as coroas, esses dois tratados exerceram grandes influências nos territórios formados na América do Sul.

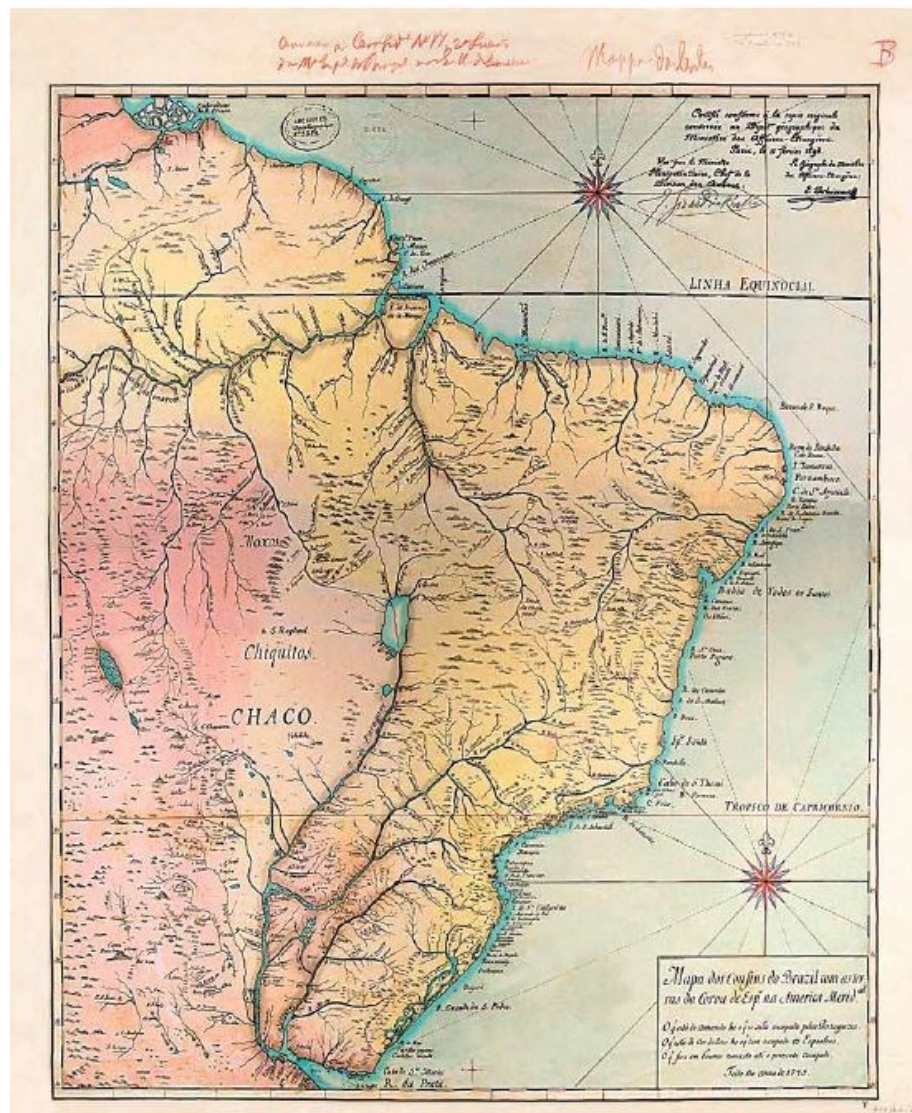
Para Demétrio Magnoli, o Tratado de Madrid impactou fortemente no conjunto de operações territoriais desenvolvidas durante a administração pombalina no período colonial. No decorrer da reorganização promovida pelo Marquês de Pombal, na segunda metade do século XVIII, grandes “frentes de apropriação territorial” foram formadas, visando criar novas redes de intercâmbio e promover a apropriação de vastos “fundos territoriais”¹⁰⁵. Nesse contexto, o mapa produzido pelo brasileiro Alexandre de Gusmão¹⁰⁶, em 1749, confeccionado sob encomenda para as negociações realizadas no ano seguinte, pode ter auxiliado consideravelmente no conhecimento do território que pretendia ser ocupado, sendo o primeiro a sugerir o formato triangular do Brasil, conforme a imagem a seguir:

Colônia do Sacramento, os Sete Povos das Missões e o território norte de Castilhos-Grandes até a lagoa Mirim ficaram para os espanhóis, enquanto os portugueses recuperaram a Ilha de Santa Catarina, invadida pelos castelhanos no ano anterior. Nas demais regiões a linha limítrofe manteve as mesmas do Tratado de Madrid. Cf. HEINSFELD, 2014, p. 58-60.

¹⁰⁵ Esses fundos territoriais podem ser entendidos como grandes áreas incorporadas por divisões jurisdicionais feitas pelas metrópoles, mas que ainda não haviam sido completamente explorados ou ocupados, contrapondo-se aos territórios “usados”, isto é, de ocupação mais intensa. Cf. MORAES, 2008, p. 70.

¹⁰⁶ Alexandre de Gusmão é tido pela Escola Superior de Guerra como um dos precursores da geopolítica brasileira, sendo responsável pelo Tratado de Madrid de 1750 que garantiu 2/3 da área atual do Brasil para Portugal. Ele também pode ser considerado fundador da teoria do *uti possidetis* no direito internacional, usado para a delimitação das fronteiras entre as colônias. Cf. HEINSFELD, op. cit., p. 19.

Figura 2 - Mapa das Cortes de 1749.



Fonte: Exemplar impresso do "Mapa das Cortes" elaborado a partir de cópia autenticada em 1893 da carta que se encontra nos arquivos do Departamento Geográfico do Ministério das Relações Exteriores da França. Disponível em <https://journals.openedition.org/confins/19181?lang=pt>. Acesso em: 19 set. 2019.

Dentre as frentes de apropriação formadas no século XVIII, uma delas esteve ligada às terras meridionais entre as capitanias de São Paulo e Rio Grande de São Pedro (Rio Grande do Sul). Seu objetivo era fazer o reconhecimento de rotas, abrir novos caminhos e incentivar uma valorização econômica das áreas localizadas na zona de conflito com os espanhóis. A partir daí, foram se consolidando os caminhos de ligação entre a região paulista de Sorocaba e os povoados de Vacaria e Viamão nos campos rio-grandenses, impulsionando um comércio, de tropas mueres entre as duas capitanias. Adentrando mais ao Sul, em 1774, os paulistas

fundaram a vila de Lages, no atual planalto catarinense, buscando vincular cada vez mais o Sul do território ao núcleo econômico colonial do período.¹⁰⁷

Segundo Fabio Pontarolo, a ocupação dos espaços coloniais também seguiam as determinações da política pombalina de povoamento. No processo de avanço em direção ao Sul do território, a população pobre da capitania de São Paulo – sem moradia fixa, mas possuindo suas lavouras de subsistência nas terras paulistas – foi considerada como composta por “vadios” e “criminosos” e forçada a participar das expedições movidas pela Coroa visando a conquista das áreas interioranas.¹⁰⁸ As futuras roças estabelecidas por esses pequenos lavradores cumpriram importante papel na sua subsistência, no comércio local em pequena escala e no abastecimento das povoações e vilas estabelecidas ao longo da ocupação. De acordo com o autor, suas produções seriam inclusive reconhecidas pelas autoridades locais como essencial no combate à falta de alimentos.¹⁰⁹

Associada a tal política de povoamento, a administração pombalina também passou a defender a ideia do “soldado-colono”. Para conseguir ocupar as áreas vulneráveis na parte meridional da colônia, os representantes da Coroa deveriam encorajar seus homens, mesmo após o recrutamento forçado¹¹⁰, a se casarem com mulheres indígenas e incorporarem os povos nativos no grupo de povoadores, tornando-se, nos termos do administrador português,

¹⁰⁷ Cf. MAGNOLI, 2003.

¹⁰⁸ De acordo com Iraci del Nero da Costa, esse grupo de moradores havia crescido consideravelmente no século XVIII, sendo composto principalmente por lavradores pobres que tiravam seu sustento da agricultura. No entanto, a pobreza não pode ser simplesmente definida em termos econômicos. Segundo Lucas Janonni Soares, além desses homens e mulheres não possuírem nenhuma posse de valor, eles também possuíam origem social vinculada à pobreza. Além disso, aqueles que tinham saído da escravidão, na condição social de liberto ou forro, também eram associados à pobreza. COSTA, 1990, p. 3 e SOARES, 2006, p. 73 apud PONTAROLO, 2019, p. 37-8.

¹⁰⁹ O envio desses lavradores pobres para essas áreas cumpria um duplo papel dentro da administração da capitania paulista: ao mesmo tempo em que se planejava garantir os domínios e ocupação das zonas de fronteiras, também era almejado enquadrar e dominar essa parcela pobre da população, “considerada incômoda por não estar diretamente sob a dependência dos grandes proprietários”. Todavia, enquanto as autoridades paulistas faziam seus esforços para acabar com o modo de vida itinerante desses sujeitos, estes buscavam criar suas próprias formas de resistência para manter suas práticas habituais nas terras ocupadas. Cf. PONTAROLO, op. cit, p. 43.

¹¹⁰ O Recrutamento Forçado foi uma das práticas mais comuns entre o período colonial e o final do século XIX para incorporar soldados às fileiras militares. Segundo Petter Beattie, os oficiais detinham sumariamente (sem processos judiciais) aqueles considerados como “inconformistas”, “vadios” e “suspeitos” para servirem de soldados por períodos obrigatórios de seis anos ou mais. Nesse processo as famílias pobres eram as que mais estavam sujeitas a terem seus indivíduos recrutados, algo muito complicado para grupos onde o trabalho dos adolescentes e homens era essencial para sua subsistência. Com essa prática, o Exército cumpria uma função primordial para as autoridades da época no papel de restringir a mobilidade dos pobres livres e redistribuí-los estrategicamente nos locais desejados. Como podemos ver, recrutamento forçado e ocupação das fronteiras do Brasil meridional estão estritamente relacionados. Para saber mais sobre o recrutamento forçado Cf. BEATTIE, Petter M. **Tributo de Sangue** : Exército, Honra, Raça e Nação no Brasil, 1864-1945. Tradução Fábio Duarte Joly. – São Paulo : Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

“soldados-colonos” nas fronteiras do Brasil meridional. Com esse movimento, os portugueses pretendiam abolir as diferenças entre indígenas nativos e os soldados paulistas, transformando os povos originários em gente “del ‘Rey”, desconsiderando completamente se eles tinham ou não interesse em participar desse projeto. Nesse processo, centenas de lavradores pobres dos arredores de Curitiba, Castro, Vila Nova do Príncipe e demais vilas paulistas eram arregimentados e forçados a acompanhar as companhias militares portuguesas.¹¹¹

De acordo com Maria da Glória Porto Kok, uma companhia militar na época pombalina era composta por “um capitão-mor das ordenanças, um sargento-mor, um oficial de infantaria, um ajudante, capitães, alferes, um oficial encarregado de conduzir a bandeira, sargentos, cabos de esquadras e um contingente de até quatrocentos soldados” compondo as tropas, estes últimos arregimentados das zonas dos Campos Gerais de São Paulo (Curitiba, Palmeira, São José dos Pinhais ou Castro).¹¹² Provavelmente, esse era o perfil das expedições, que durante 1768 e 1774, saíram da capitania paulista em direção aos Campos de Guarapuava, uma região considerada estratégica e promissora para os objetivos coloniais.¹¹³

Entre essas e outras iniciativas, aos poucos iam se delineando alguns dos pontos e caminhos que serviram de suporte para expansão luso-brasileira e brasileira nas próximas décadas em direção ao Sul. Um pouco mais a sudoeste dos Campos de Guarapuava, encontravam-se também os Campos de Palmas, zona que no século XX, que servirá de palco para o primeiro comício pelo Estado das Missões.

1.1.1 Os avanços em direção a Guarapuava

O movimento de expansão para as fronteiras territoriais na região dos Campos de Palmas iniciaram primeiro com a ocupação dos Campos de Guarapuava, ao Sul da capitania de São Paulo. Guarapuava permaneceria marcada politicamente como um dos últimos pontos

¹¹¹ Nesse ponto Fabio Pontarolo chama atenção para o fato de que nem sempre esses recrutamentos consistiam em coerções: em determinados momentos alguns homens e mulheres poderiam se interessar nas promessas feitas pela Coroa nessas expedições. Contudo, para que isso acontecesse, os novos destinos geográficos deveriam oferecer condições melhores daquelas em que esses indivíduos se encontravam no momento do recrutamento. Cf. PONTAROLO, 2019, p. 45.

¹¹² KOK, 1998, p. 78 apud PONTAROLO, 2019, p. 46.

¹¹³ MAGNOLI, 2003, p. 7.

de avanço da fronteira agrária oeste da província paranaense (criada em 1853) até o final do Império, mesmo estando distante praticamente quatrocentos quilômetros dos limites com as demais repúblicas do Prata. Isso se dava não somente pelas povoações e vilas vinculadas territorialmente àquela vila, mas também por sua população delimitar simbolicamente o alcance da presença brasileira no sertão oeste ocupado pelos povos indígenas.¹¹⁴

Ainda no período colonial, buscando expandir seus domínios para essa zona, a Coroa Portuguesa patrocinou, entre 1768 e 1774, onze expedições para tentar conquistar a região. Todas elas fracassadas. Durante as cinco primeiras, os luso-brasileiros não conseguiram ao menos chegar aos campos devido à forte resistência dos povos originários. Somente com a expedição comandada por Afonso Botelho Sampaio e Souza, em 1771, conseguiu-se chegar ao local, no entanto, as estratégias indígenas de dissimulação para depois proferirem um ataque, repeliram os luso-brasileiros e os obrigaram a voltar para São Paulo. Na undécima expedição, comandada pelo mesmo coronel, o contingente militar acampou na Serra da Esperança, ponto estratégico, mas novamente foi surpreendido por um ataque indígena, não resistindo à pressão e tendo que bater em retirada, em janeiro de 1774. Expandir as fronteiras de ocupação em direção a essa parte do território da América Portuguesa não era uma tarefa fácil, por isso, somente com a vinda da família real foram feitas novas tentativas.¹¹⁵

A vinda da Corte portuguesa para sua principal colônia, em 1808, estimulou o conhecimento do território brasileiro, acelerando o processo de levantamento de lugares, conforme já vinha ocorrendo desde século XVIII. A Corte também impulsionou as produções cartográficas, devido ao aumento das preocupações em ocupar o interior da colônia e sustentar as vilas e rotas estabelecidas.¹¹⁶ Na região Sul, uma das principais metas a ser atingida era melhorar as condições do Caminho das Tropas, como ficou conhecida a rota entre Sorocaba e Viamão. Essa estrada apresentava um crescimento razoável, cumprindo papel importante na economia colonial, entretanto, os frequentes ataques indígenas em defesa do seu território acabavam matando muitos tropeiros e destruindo lavouras e estâncias formadas ao longo do caminho.¹¹⁷

A preocupação com a manutenção e melhoramento do Caminho das Tropas e as novas tentativas de ocupar a região de Guarapuava, no início do século XIX, também esteve

¹¹⁴ PONTAROLO, 2019, p. 18.

¹¹⁵ SOUZA, 2015, p. 47.

¹¹⁶ MORAES, 2008, p.112.

¹¹⁷ SOUZA, op. cit., p. 39.

associado ao “renascimento agrícola brasileiro” ocorrido no início do século XIX.¹¹⁸ A questão do abastecimento da Corte a partir da sua chegada, em 1808, impulsionou a participação de diversas províncias no serviço de fornecimentos de gêneros de primeira necessidade, inclusive de carnes. Nesse período, a capitania de Minas Gerais era uma das principais fontes desse produto, produzindo porcos, gado vacum, bestas e cavalos. Acredita-se que as expedições particionadas pela Corte, em 1808, visavam utilizar a produção agropecuária paulista – incluindo aquilo que poderia ser acrescentado com a ocupação dos Campos de Guarapuava – para complementar o abastecimento oferecido pelos mineiros. Portanto, essa questão também apresentava-se com mais um elemento impulsionador da expansão luso-brasileira para o Brasil Meridional.¹¹⁹

Foi dentro desse contexto, que o Príncipe regente resolveu emitir duas Cartas Régias, entre 1808 e 1809, visando formar a “A Junta da Real Expedição para a Conquista dos Campos de Guarapuava”, tendo como base as lições recolhidas das expedições do século XVIII. Na prática, foi montado um Trem Real de Guerra, contando com cerca de 300 pessoas, entre militares, povoadores e empregados.¹²⁰ As duas Cartas, indicavam os principais alicerces dessa nova frente de ocupação. Primeiramente, havia um claro favorecimento dos proprietários em detrimento dos povos nativos, declarando guerra aos indígenas “hostis”, enquanto para os colonizadores havia a doação de sesmarias visando o cultivo do trigo, linho, cânhamo e a formação de fazendas de criação.¹²¹ Embora fosse oferecida a possibilidade de aldeamento para os indígenas interessados em colaborar com os luso-brasileiros, o pesquisador Almir Antônio de Souza demonstrou as péssimas condições oferecidas nesses estabelecimentos: trabalhos forçados, falta de mantimentos e viveres, separação do seu modo de vida habitual, entre outros elementos.¹²²

Na Carta Régia de 1º de Abril de 1809, também foi ressaltada a importância dos povoadores levarem a civilização aos “índios bravos”, indicando a necessidade da presença de missionários para efetuar os batismos e a orientação espiritual dos indígenas prisioneiros e

¹¹⁸ SCHWARTZ, 2001, p.128 apud PONTAROLO, 2019, p. 57.

¹¹⁹ PONTAROLO, 2019, p. 59.

¹²⁰ O comando da expedição recaiu sob o Sargento-Mor Diogo de Azevedo Pinto Portugal, comandante do Regimento de Cavalaria Miliciana de Curitiba e membro da expedição de 1771. SOUZA, 2015, p. 46.

¹²¹ Carta Régia de 5 de novembro de 1808 dirigida pelo Príncipe Regente D. João V. ao governador da Capitania de São Paulo Antonio José da Franca e Horta. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/carreg_sn/anterioresa1824/cartaregia-40263-5-novembro-1808-572442-publicacaooriginal-95554-pe.html. Acesso em: 27 mar. 2020.

¹²² SOUZA, 2015.

aldeados.¹²³ O discurso da “civilização” era comum nas expedições coloniais das potências imperiais do século XIX: por trás das atrocidades cometidas, sempre havia a justificativa de levar civilização aos “povos bárbaros”.¹²⁴ Outro elemento que devemos atentar nesses dois documentos é a legitimação da escravização indígena, permitindo tomar como cativos os nativos capturados como prisioneiros de guerra. Isso possibilitava não só a incorporação de sujeitos para serem utilizados como mão de obra, como também a aquisição de lucros com a venda desses escravos, principalmente de crianças e mulheres.¹²⁵

Os principais grupos autóctones ocupantes dessa região pertenciam às populações que atualmente se autodenominam como Kaingang, Esses povos pertencem ao tronco linguístico Jê e no período colonial eram chamados de Tapuias ou Gaínas.¹²⁶ Sua presença no Sul do Brasil remonta desde as primeiras expedições no século XVI, exercendo grande influência desde a capitania de São Paulo, até as fronteiras com Uruguai, Argentina e Paraguai, devido a suas condições de seminomadismo. Para Almir Antonio de Souza, tudo indica que a condição de mobilidade ainda permanecia no século XIX, inclusive sendo utilizada como forma de resistir à ocupação e invasão de suas terras.¹²⁷

Nesse contexto, Fernanda Sposito e Carlos Vilardaga também chamam atenção para o conceito de “redes ameríndias”, desenvolvido por um grupo de antropólogos para tratar sobre a questão da mobilidade dos povos originários e das suas relações com outros grupos. Em síntese, essa expressão representa as formas de organização de limites, fluxo e rotas já existentes dentro do continente, representando a forma espacial como diferentes grupos

¹²³ Carta Régia de 1 de abril de 1909 dirigida pelo Príncipe Regente D. João V. ao governador da Capitania de São Paulo Antonio Joseph da Franca e Horta. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/carreg_sn/anterioresa1824/cartaregia-40045-1-abril-1809-571613-publicacaooriginal-94759-pe.html. Acesso em: 27 mar. 2020.

¹²⁴ Segundo Walter Mignolo, durante o século XIX, o imaginário global do mundo moderno foi permeado pela ideia da missão civilizadora, substituindo a missão cristã do século XVI. Utilizando esse discurso, diferentes potências imperiais invadiram diversos povos fundamentando a expansão de suas fronteiras externas no discurso de levar civilização a esses lugares, cometendo atrocidades inimagináveis em nome do processo “civilizador”. Cf. MIGNOLO, Walter D. **Histórias Locas / Projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar**. – Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

¹²⁵ Almir Antonio de Souza demonstrou como sob a justificativa de Guerra Justa, estabelecida na Carta Régia de 1808, até pelo menos 1831 funcionou um grande comércio de venda de cativos indígenas pelos luso-brasileiros. O alvo principal eram sempre mulheres e crianças, vendidas por uma média de 60 a 100 mil réis. Somente em 1831, com a aprovação da Lei de Órfãos e a revogação das Cartas Régias, houve uma redução no processo de escravização indígena, mas não significou o seu fim. Cf. SOUZA, 2015, p. 151.

¹²⁶ Em sua pesquisa, Almir Antonio de Souza também fez referência à existência de outros povos indígenas presentes na região no período analisado em seu trabalho, como: os Xokleng nas matas ao sudeste de São Paulo e os Xetá e Guarani e Kaiowa, próximos a fronteira com o Paraguai e Mato Grosso. Cf. *Ibidem*, p. 21.

¹²⁷ *Ibidem*, p. 15.

indígenas se conectavam e promoviam trocas entre si.¹²⁸ Ora, seria ingenuidade de nossa parte acreditar que os colonizadores desse período abriram todas as suas rotas do “nada”, como se estivessem adentrando numa zona “vazia”. Foi justamente nesses traçados pré-estabelecidos que os europeus avançaram, buscando impor seus interesses e suas próprias fronteiras. Isso pode ser percebido logo na chegada da expedição aos Campos de Guarapuava, quando o comandante responsável pelo grupo mandou abrir um novo caminho para o local, pois, de acordo com os homens responsáveis por traçar os itinerários, havia um ponto de entrada e saída dos “gentios” permitindo um acesso mais perto e direto aqueles campos.¹²⁹

Fabio Pontarolo ainda chamou atenção para mais alguns elementos presentes na Carta Régia de 1809. Para o autor, essa segunda diretriz estava voltada mais especificamente para o povoamento dos Campos de Guarapuava e os projetos de abastecimento premeditados pela Corte. Na expedição de 1809, estavam presentes duzentos homens armados, sendo 127 recrutados em sua maioria das populações mais pobres dos Campos Gerais. Além desses indivíduos, outras setenta pessoas acompanharam a expedição interessados na promessa de doação de pequenas parcelas de terras para os habitantes pobres que aceitassem se estabelecer na região. Conforme ficou previsto no documento oficial, o comandante da expedição, Diogo Pinto de Azevedo Portugal, foi autorizado a conceder, além das sesmarias aos grandes proprietários, pequenos lotes repartidos dos terrenos devolutos para os lavradores de pequeno porte responsáveis por alimentar as tropas estacionadas nos primeiros anos da expedição.¹³⁰

Outro ponto analisado pelo autor foi a menção, na Carta Régia de 1808, do envio dos degredados de todo Império para auxiliar no processo de povoamento. Essa prática já havia sido realizada durante as primeiras ocupações da América Portuguesa, sendo apenas resgatava no contexto de ocupação de Guarapuava. Aproximadamente setenta degredados foram enviados para aqueles campos entre 1811 e 1859, sendo a maior parte remetida entre 1822 e 1836. A condição desses indivíduos se aproximava muito do perfil dos lavradores migrados: a maior parte deles eram livres e libertos pobres. Esses sujeitos foram vinculados ao fomento dos trabalhos nas lavouras junto aos indígenas e a catequização desses povos. Como resultado dessas medidas, os degredados acabaram sendo os principais responsáveis pelos casamentos

¹²⁸ SPOSTIVO, VILADARGA, 2018, p. 75.

¹²⁹ SOUZA, 2015, 53-4.

¹³⁰ PONTAROLO, 2019, p. 63-6.

mistos efetuados na povoação, realizadas na década de 1820, contando com sete uniões desse tipo no aldeamento estabelecido no fortim com denominação de Atalaia.¹³¹

1.1.1.1 A chegada da expedição e o primeiro contato com os indígenas

Após serem estabelecidos os planos iniciais para ocupação, o comandante da expedição, Diogo Pinto de Azevedo Portugal, partiu em agosto de 1809, chegando aos Campos de Guarapuava, em 17 de junho de 1810, um ano depois. Nesse mesmo mês, avançou até os restos do acampamento de Afonso Botelho. Segundo o padre Francisco das Chagas Lima, responsável pelo setor religioso da expedição, foram efetuados reconhecimentos na região e não tendo encontrado nenhum habitante (luso-brasileiros), fundaram a povoação de Atalaia. Após um primeiro contato amistoso com os indígenas Kaingang, ocorrido em julho daquele ano, os colonizadores foram alvo de uma grande quantidade de flechas durante seis horas na noite de 29 de agosto de 1810, ocasionando na morte de dois soldados aquartelados, mas sem grandes prejuízos ao fortim. No combate, dezenas de nativos foram mortos. Depois desse conflito, o novo contato com os indígenas só aconteceu em 1812.¹³²

Dessa forma, percebemos que, para avançar suas fronteiras de ocupação e conquista, os luso-brasileiros lidaram tanto com as fronteiras naturais como as fronteiras humanas.¹³³ Ou seja, ao mesmo tempo em que as condições meta-históricas do espaço – as fronteiras naturais caracterizadas pelas matas fechadas, rios não navegáveis, dificuldade de locomoção, etc. – impunham barreiras e desafios ao avanço em determinados lugares, a presença e resistência dos povos originários – as fronteiras humanas – também tornava bastante complicada a vida dos colonizadores. Não demorou muito para os luso-brasileiros perceberem que, sem a aliança com alguns povos nativos, o sucesso do empreendimento de ocupação seria inalcançável.¹³⁴

Portanto, as condições de permanência dos luso-brasileiros só melhoraram em 1812, quando um grupo de cerca de 300 índios se apresentou em ato de rendição, no local de Atalaia, dando início ao primeiro aldeamento de Guarapuava. Assim, iniciava-se também a

¹³¹ PONTAROLO, 2019, p. 67-8.

¹³² Ibidem, p. 66.

¹³³ SPOSITO, VILARDAGA, 2018, p. 81.

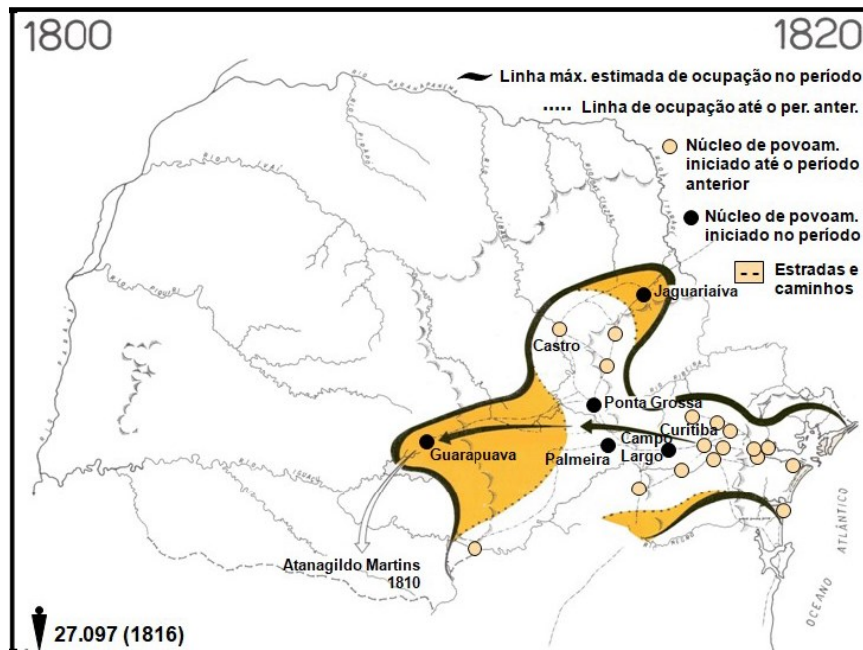
¹³⁴ SOUZA, 2015, p. 59.

história do chefe indígena José Pahi – batizado, posteriormente de Antonio José Pahi – e de seu irmão Gruton que se juntou à expedição alguns dias depois. Essas duas lideranças indígenas passaram a viver com seu povo no aldeamento de Atalaia, sendo atribuídos a eles alguns cargos militares, como capitão, tenente e alferes. A partir de então, esses indivíduos também ficaram sujeitos a respeitarem as ordens dos seus “superiores” e a receberem fardamentos e salários. Contudo, vale lembrar que os vencimentos dos militares nas zonas de fronteiras eram geralmente pagos com atraso, quando chegavam a ser pagos.¹³⁵

Os anos seguintes, entre 1813 e 1820, foram marcados por constantes combates e acordos entre indígenas e luso-brasileiros, além da abertura de picadas, estabelecimentos de acampamentos e fazendas de criação de gado, dentre outras medidas visando se apropriar do território. Como forma de visualizar melhor essa ocupação, o mapa a seguir demonstra o itinerário percorrido por esses luso-brasileiros nesse primeiro momento de ocupação:

¹³⁵ O aldeamento do povo de Pahi trouxe a tona como era feito o processo de “civilização” pelos luso-brasileiros. Grande número dos aldeados foram distribuídos para famílias de Curitiba e dos Campos Gerais de São Paulo, ficando essas pessoas responsáveis pela missão de “catequisar e civilizar” esses indígenas. Já o chefe indígena Pahi e seus familiares foram conduzidos a São Paulo para serem vestidos e educados de acordo com o mundo “civilizado”. Pahi ficou em São Paulo o tempo necessário para aprender o português e depois serviu de intérprete no contato com outros povos, visando atrair mais indígenas para os aldeamentos. Por trás dessas ações estava uma estratégia de tentar demonstrar para as demais lideranças nativas de Guarapuava a boa recepção e a “amizade dos civilizados”. Já a distribuição dos outros ameríndios para os moradores de povoados das redondezas buscava promover a catequese e a civilização sem um custo para a Real Expedição. Além disso, também era uma forma de dividir o inimigo, separando os indígenas de seus lares e amigos. Cf. SOUZA, 2015, p. 63.

Figura 3 - Mapa dos itinerários percorridos pelas expedições responsáveis por ocupar os Campos de Guarapuava e Palmas.



Fonte: Cf. WESTPHALEN, Cecília, 1986, p. 53 apud PONTAROLO, 2019, p. 63.

O uso do recrutamento forçado, a partir de 1810, também se tornou bastante rotineiro pelo governo paulista, ocasionando a arregimentação de diversos lavradores pobres dos Campos Gerais para compor as tropas de Guarapuava. Dessa forma, as populações mais pobres, associadas à perturbação do sossego público, foram obrigadas a acompanhar o novo projeto colonial de ocupação das terras. Contudo, mesmo com a promessa de uma pequena parcela de terra, Fabio Pontarolo afirma que a migração para Guarapuava nesse início de colonização, não parecia ser uma boa opção para esses sujeitos, pois eles seriam afastados de suas famílias e do mercado próximo aos caminhos das tropas, onde conseguiam vender os seus excedentes. Nesse sentido, estratégias para conseguir escapar desse tipo de coerção e impedir o seu envio à força para esses locais foram estabelecidas.¹³⁶

¹³⁶ Dentre essas estratégias estava a fuga com suas famílias para as regiões mais ao Sul do território, demonstrando como a fronteira em si não era um local a ser evitado, desde que oferecesse possibilidades para sobrevivência familiar. Encaminhando-se para essas matas, esses lavradores e suas famílias poderiam encontrar locais de ocupação mais afastados do recrutamento, e, em alguns casos, localizados próximo às rotas do caminho de Viamão, possibilitando a venda dos seus excedentes. Para Pontarolo, talvez essa tenha sido um dos principais motivos do fracasso desse tipo de política no início da povoação. Cf. PONTAROLO, 2019, p. 74-5.

De acordo com Almir Antônio de Souza, a partir de 1813, também houve o desmonte do Trem Real de Guerra para conquista dos Campos de Guarapuava, diminuindo consideravelmente o número de homens para empreitada, com a justificativa de que um grande grupo de indígenas já havia sido “educado e catequizado” – fazendo referência ao aldeamento de Pahi. Assim, em 1816, o aldeamento de Atalaia, criado inicialmente como um fortim militar, foi transformado num povoado, agregando soldados e centenas de indígenas em vias de catequização.¹³⁷ Nesse mesmo ano, Diogo Pinto de Azevedo Portugal, por motivo de doença, foi afastado do comando da expedição, recaindo o posto de chefe da expedição sobre o tenente Antonio Rocha Loures.¹³⁸ Coube a Rocha Loures fazer a primeira divisão de terras em Guarapuava, distribuindo quinze sesmarias para alguns proprietários e demarcando uma área de terras devolutas destinada aos lavradores pobres, no local futuramente denominado como “Campo da Pobreza”.¹³⁹

A partir do recebimento dessas terras, os lavradores mais pobres passaram a realizar as suas roças e a criação de animais, enquanto alguns estancieiros empreendiam o mesmo processo em suas sesmarias. Nesse sentido, como afirmado anteriormente, o alimento produzido por esses lavradores teria importância fundamental no processo de expansão das fronteiras e estruturação da nova sociedade que deveria ser fundada naquela parte do Brasil meridional. Entretanto, isso só se daria mais tarde, pois como chama atenção Fabio Pontarolo, em 1821, a população de Guarapuava não chegava nem a cem pessoas. Apenas nos anos finais de 1828, esse número foi alcançado, passando a ter 228 habitantes, além de 40 escravizados distribuídos pelas quinze sesmarias concedidas. O aumento populacional daquela região só veio acontecer a partir da década de 1840, com a abertura do caminho das Missões.¹⁴⁰

Conforme vimos, desde a publicação das duas Cartas Régias, os objetivos da expansão portuguesa em direção ao Brasil meridional estavam atrelados a alguns pontos principais, como: melhorar o Caminho das Tropas, abastecer a Corte, defender as fronteiras e arrecadar fundos com base nos impostos cobrados sobre o trânsito do gado.

¹³⁷ O processo de separação do local destinado as populações indígenas e os demais colonizadores só veio a ser concretizado, em 1821, com a locomoção das tropas militares para um local a aproximadamente uma légua e meia (10km) do aldeamento de Atalaia e a organização de um núcleo urbano denominado rocio. Cf. PONTAROLO, 2019, p. 78.

¹³⁸ SOUZA, 2015, p. 70.

¹³⁹ PONTAROLO, op. cit., p. 78-9.

¹⁴⁰ Ibidem, p. 78-9.

Nesse movimento, logo no início da ocupação, em 1815, o governador da capitania de São Paulo, Francisco de Assis Mascarenhas, o Conde de Palmas, deu ordens a Diogo Pinto para efetuar o reconhecimento do chamado Caminho de Missões. Conforme previsto no documento Régio de 1809, esse caminho deveria ser muito útil para a comunicação entre as capitanias de São Paulo e Rio Grande pelos campos ao redor do rio Uruguai e perto da região das Missões.¹⁴¹

Assim, após recrutar alguns homens nas cidades de Castro e Curitiba para mandar na expedição, Diogo Pinto designou o alferes curitibano Atanagildo Pinto Martins para chefiar a empreitada, enquanto ele permaneceu no acampamento de Linhares – outro dos fortins instalado nos Campos de Guarapuava – por motivos de saúde. Atanagildo Pinto Martins e sua comitiva, formada por alguns soldados e lideranças indígenas locais, permaneceram dez meses reconhecendo o caminho pretendido, regressando em setembro de 1816. Ao retornarem ao acampamento de Linhares, apresentaram ao comandante do local um traçado do percurso e ainda um mapa onde sinalizavam a descoberta de campos mais ao oeste de Guarapuava, localizados ao Sul da Província no meio do caminho, os quais batizaram de Campos de Palmas, em homenagem ao Conde de Palma. Contudo, mesmo após ser reconhecido o caminho, a Estrada das Missões só seria aberta após algumas décadas.¹⁴²

Quando Atanagildo Pinto Martins partiu em direção ao Sul da Província para traçar a rota do caminho para as Missões, na região de Guarapuava, o comando interino do fortim de Atalaia recaiu sobre Antonio da Rocha Loures, conforme visto anteriormente. Assim, os próximos anos foram marcados por um intenso jogo de forças políticas entre Rocha Loures e o reverendo Chagas de Lima de um lado e antigo comandante Diogo Pinto de Azevedo Portugal do outro, disputando o mando sobre as decisões referentes à ocupação daquele território e local onde deveria ser instalada a nova freguesia.¹⁴³ Procurando se adiantar nas negociações, em agosto de 1818 o reverendo Chagas conseguiu junto ao Rei um decreto permitindo a fundação da Paróquia de Nossa Senhora de Belém e também a possibilidade de fundar uma freguesia. Frente a uma possível ameaça de Diogo Pinto retornar, novamente, o comando da expedição, em dezembro de 1819, Chagas Lima e o Capitão Francisco da Rocha Loures, colocaram em execução o Decreto Régio de 1818 e criaram a Freguesia de Nossa

¹⁴¹ PONTAROLO, 2019, p. 214-5.

¹⁴² *Ibidem*, 214-5.

¹⁴³ Para ver mais sobre a disputa entre esses dois indivíduos. Cf. SOUZA, 2015, p. 74-80.

Senhora de Belém de Guarapuava ao sul de Atalaia. Todavia, sua instalação veio a ocorrer em 1820.¹⁴⁴

Até aquele período, o planalto meridional dominado pela mata araucária, estava formado por vilas e povoados entre o Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo, composto por grandes campos naturais em Cruz Alta, Passo Fundo e Vacaria (Rio Grande do Sul), Lages, Campos Novos e Curitibanos (Santa Catarina), e Estiva, Guarapuava, Castro, Palmeira e Curitiba (São Paulo e, a partir 1853, Paraná). Apenas dois caminhos davam acesso ao Sul do Brasil: a antiga Estrada Real pelo litoral, passando pela Colônia do Sacramento, Rio Grande, Laguna, Desterro, São Francisco, Paranaguá e Santos e o caminho sobre a serra acompanhando o planalto, muito melhor para a condução das tropas de muares e com menor tempo de viagem.¹⁴⁵ O Caminho das Tropas, Caminho de Sorocaba, a Estrada do Sul, ou o Caminho para o Continente Sul, foram alguns dos nomes para designar as estradas que seguiam do planalto para o interior, adentrando nos pampas e campanhas. Não era propriamente um caminho, mas uma rede de caminhos.

O percurso iniciava na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul nos campos de Viamão, passando pelos campos de criação de gado em Vacaria e atravessando o sertão de Lages. Depois seguia até a Vila do Príncipe (atual Lapa), fazendo internada nos Campos Gerais entre Curitiba e Itapetininga, para depois terminar a condução dos animais até Sorocaba.¹⁴⁶ Ao redor desse caminho, existia uma grande quantidade de gado *vacum*, cavalos e muar, possíveis de serem arrebanhados pelos tropeiros – como eram conhecidos os viajantes da estrada. De acordo com Paulo Pinheiro Machado, ao longo do trajeto foram se formando diversas fazendas de internada e criação de gado, pontos fundamentais para repouso e engorda do animal cansado após longas jornadas.¹⁴⁷ Esse processo favoreceu ainda mais a

¹⁴⁴ SOUZA, 2015, p. 75 e 79.

¹⁴⁵ MACHADO, 2004, p. 61 e 86.

¹⁴⁶ SOUZA, op. cit., p.85.

¹⁴⁷ A atividade comercial em torno da rota do Caminho das Tropas consistia principalmente no aluguel de pastagens para o descanso das tropas de muares e bovinos vindos da zona de Vacaria rumo à feira de Sorocaba. De acordo com o viajante francês, Saint-Hilaire, cada tropa vinda do Rio Grande do Sul para internar nos Campos Gerais no início do século XIX poderia chegar a ter um número de quinhentas a seiscentas mulas ao mesmo tempo. Era durante a permanência dos tropeiros nessas regiões que os lavradores pobres aproveitavam para comercializavam seus excedentes agrícolas, estabelecendo um círculo comercial nas áreas próximas ao aluguel dos pastos. Cf. PONTAROLO, 2019, p. 49.

transformação da região em uma fronteira de expansão da pecuária paulista, paranaense (após 1853) e rio-grandense.¹⁴⁸

Dessa forma, a futura sociedade do segundo planalto paranaense foi sendo construída a partir do avanço sobre os arredores dos campos ocupados nas primeiras décadas do século XIX. As famílias de grandes estancieiros formariam a parcela com maior poder econômico e político nas futuras povoações e vila criadas nos próximos anos, embora esses sujeitos optassem por permanecer morando nas suas fazendas localizadas nos Campos Gerais, visitando essas terras apenas em algumas ocasiões.¹⁴⁹ O perfil populacional da região era complementado pela forte presença indígena, ora aliada, ora oferecendo resistência aos avanços dos luso-brasileiros e uma gama de escravos utilizados pelos estancieiros em suas fazendas. Em conjunto com esses indivíduos, aos poucos a população de lavradores pobres também ia crescendo, utilizando-se das suas estratégias para garantir um pedaço de terra e estabelecer suas lavouras voltadas para subsistência e comércio local.

1.2 A INDEPENDÊNCIA BRASILEIRA E AS POLÍTICAS TERRITORIAIS NO PERÍODO IMPERIAL

Em 1822, com a independência brasileira, o Governo Imperial seguiu com a ocupação e expansão das suas fronteiras nos Campos de Guarapuava. Segundo Cristina Moraes, logo nas primeiras décadas, algumas oligarquias provinciais possuíam o interesse no fracionamento do antigo território colonial com objetivo de se emanciparem e constituírem seus próprios Estados Nacionais. Esse problema foi resolvido principalmente a partir das medidas de centralização-descentralização colocadas em prática durante o Segundo Reinado, visando acomodar os interesses dos diferentes grupos oligárquicos locais. Foi durante esse período que o governo central aproximou-se dos poderes locais através de um processo de burocratização, implicando, entre outras medidas, na sua inserção em áreas mais ao interior. Para dar conta desse novo processo, também foram criadas condições organizacionais no aparato administrativo para a execução de políticas territoriais e não territoriais, procurando

¹⁴⁸ Para ver o traçado do Caminho das Tropas do século XVIII ver a figura 5 disponível na página 75. Sobre as informações: Cf. MACHADO, 2004, p. 61.

¹⁴⁹ PONTAROLO, 2019, p. 80.

executar medidas necessárias para expansão e integração econômica, bem como para resolver questões litigiosas pendentes.¹⁵⁰ Além disso, para legitimar e impulsionar esse expansionismo tornava-se necessário a apropriação de um imaginário geográfico.

De acordo com Demétrio Magnoli, a carência de um território previamente unificado foi um dos maiores desafios para a constituição da unidade territorial do Império, demandando da administração central um novo “programa histórico”. Nesse ponto, o autor também comenta sobre a importância da produção de um “território imaginário” capaz de funcionar como uma plataforma política das fronteiras do novo Estado Imperial.¹⁵¹ Para dar conta dessa demanda, foram estabelecidas relações entre os conhecimentos geográficos, as cartografias e os imaginários projetados sobre os desejos expansionistas e capitalistas estruturantes das leituras e políticas territoriais do período.¹⁵² Novamente, os Tratados de Madrid e Santo Idelfonso foram recuperados, bem como o trabalho de campo produzido pelas comissões responsáveis pela demarcação de limites.¹⁵³ Nesse sentido, a expansão em direção às fronteiras do Império foi motivada principalmente por dois aspectos: primeiro o avanço em direção à herança imaginária esboçada nos tratados do período colonial, visando a apropriação territorial; segundo pela exploração das riquezas nacionais do território.

Dessa forma, percebe-se que durante o período imperial se manteve a ideia de manutenção dos territórios herdados de Portugal e a unificação do mesmo, sendo tomadas atitudes para combater e derrotar revoltas federalistas deflagradas ao longo do território, como a Revolução Farroupilha.¹⁵⁴ Contudo, mesmo com a sua não fragmentação, a unidade territorial não estava completamente consolidada, pois ainda existiam muitos problemas de fronteiras, tanto internas, quanto externas. Como forma de consolidar essa unificação, surgiram algumas entidades dedicadas à produção de conhecimento, leitura e produção de discursos sobre determinados espaços, cumprindo um papel fundamental nesse processo ao

¹⁵⁰ MORAES, 2018, p. 91.

¹⁵¹ MAGNOLI, 2003, p. 8.

¹⁵² MORAES, op. cit., p. 92.

¹⁵³ Esses documentos constituíram-se como fontes de produção de um “território imaginário” circunscrito em acidentes naturais e organizado pela noção de unidade da bacia do Prata e do Amazonas. O “território natural”, representado na cartografia da época, tornou-se – com exceção do área da Cisplatina – o território brasileiro. Cf. MAGNOLI, op. cit., p. 8-9.

¹⁵⁴ A Revolução Farroupilha (1835-45) proporcionou ao Brasil Imperial refletir sobre a influência das ideias republicanas na fronteira platina. Durante esse período, o federalismo tornou-se uma bandeira de grande parte da elite da campanha rio-grandense (estancieiros militares, charqueadores, comerciantes e sacerdotes), ocasionando um sério confronto com o governo central. Como forma de barrar esses ideais, o governo aprovou o Ato Institucional de 1834, frustrando os desejos de autonomia das Províncias. Assim, os federalistas foram afastados poder local. Cf. MISKYW, 2015, p. 62-3.

oferecerem uma representação para essas áreas. Dentre elas, podemos destacar o Observatório Astronômico Nacional (1827), o Instituto Histórico Brasileiro (1838) e seus núcleos estaduais, o Clube de Engenharia (1880) e, ainda, a Sociedade de Geografia (1883).¹⁵⁵

Segundo Leandro de Macedo Janke, no decorrer do século XIX também houve uma mudança significativa na ideologia geográfica¹⁵⁶ utilizada pelo Império para manutenção e garantia do seu território. Devido à pressão de alguns países vizinhos para obrigarem o Brasil a aceitar os limites determinados no Tratado de Santo Idelfonso, Pedro Ribeiro, diplomata responsável por negociar as divisas nacionais com as repúblicas da América, passou a defender o *uti possidetis*¹⁵⁷ como o elemento principal para garantir a soberania brasileira nas áreas disputadas. Na prática, isso implicava em se afastar do argumento central de validade daquele tratado – as fronteiras naturais – e colocar o *uti possidetis* como melhor ideologia geográfica para defesa do território nacional. Além disso, Ponte Ribeiro também asseverou que o governo central deveria concentrar-se principalmente em ocupar as áreas de fronteira já conhecidas e em situação de abandono, visando consolidar sua presença e impedir a invasão de Estados vizinhos nesses locais. Dessa forma, algumas décadas após a independência brasileira, as evocações do passado colonial já não eram mais suficientes nem convenientes (em dados momentos) para assegurar os fundos territoriais. Nesse contexto, a produção de materialidades e a evocação do *uti possidetis* nessas zonas tornou-se fundamental para concretização da soberania imperial do Brasil.¹⁵⁸

¹⁵⁵ MORAES, 2018, p. 184.

¹⁵⁶ O termo ideologias geográficas foi discutido no livro de Robert Moraes “Ideologias Geográficas”, de 1988. Em síntese, esse conceito busca entender as partes mais restritas dos discursos produzidas dentro do “pensamento geográfico”, dando enfoque às representações e aos direcionamentos políticos explícitos para produção do espaço material ou para construção de juízos de valores sobre esse tema. Cf. MORAES, 2008, p.13; Idem, **Ideologias Geográficas**. São Paulo : Annablume, 2005.

¹⁵⁷ O conceito de *uti possidetis* é originário do direito romano e está relacionado com a noção de conferir legitimidade de posse tendo por justificativa uma circunstância real, como por exemplo, a ocupação efetiva de determinado lugar. Esse princípio foi consagrado dentro do direito internacional pelo brasileiro e secretário do rei português D. João V, Alexandre de Gusmão, nas negociações do Tratado de Madrid, em 1750. Cf. HESINSFELD, 2014, p. 20; MAGNOLI, 1997, p. 74 apud JANKE, Leandro Macedo. **Duarte da Ponte Ribeiro: Território e territorialidade no Império do Brasil**. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo (USP), Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana. São Paulo, 2014. p. 235-7.

¹⁵⁸ Esse processo se consolidou principalmente a partir da segunda metade do século XIX, quando, com a abolição do tráfico intercontinental de escravos, ocorreu o fim do anseio de alguns membros do governo de incorporar ao Império territórios não contíguos ao espaço brasileiro, especialmente os do continente africano. Dessa forma, outro tipo de expansão passou a ocupar um papel central nas pretensões dos dirigentes: a expansão para dentro do território já delimitado. É nesse sentido que Robert Moraes chama atenção para a existência de vastos fundos territoriais a Oeste do país, praticamente sem ligações com a costa leste, devido à concentração litorânea do período colonial. Esses locais serão os principais pontos de expansão brasileira dos meados do século XIX em diante Cf. JANKE, 2014; MORAES, 2008.

Para finalizar nossa discussão, entendemos também ser importante acrescentar as reflexões de Francimar Petrolí quanto ao alto grau de complexidade da formação do território nacional no século XIX, por conta da existência de múltiplas correlações de interesses e poder em jogo.¹⁵⁹ Devido ao seu objeto de pesquisa, o autor entende que a formação do território não deve ser pensada apenas a partir do discurso das ideologias geográficas ou do princípio do *uti possidetis*, mas também atentando para as demandas apresentadas – principalmente nos espaços de representação política – pelas inúmeras elites regionais brasileiras.¹⁶⁰ Assim, Petrolí defende uma análise que leve em consideração tanto os interesses de ordem geral, como os de ordem regional no processo de consolidação do território do Estado Nacional e das jurisdições das suas próprias províncias.¹⁶¹

Essa visão do autor está pautada principalmente nos argumentos desenvolvidos por de Miriam Dalhnikoff. Segundo Dalhnikoff, de maneira geral a historiografia tem aceitado, para o século XIX, a formulação que, depois do período regencial (1831-1840), um alto grau de centralização político-administrativa teria neutralizado a participação das elites regionais nos assuntos nacionais ou, pelo menos, reduzido a limites bastante estreitos. Contudo, após analisar o funcionamento dos governos provinciais e suas relações com o governo central, a autora entendeu ser possível relativizar essas informações. Para a pesquisadora, a partir das reformas liberais da década de 1830, principalmente após a promulgação do Ato Adicional, em 1834, o novo arranjo institucional garantiu aos governos provinciais através das Assembleias Legislativas, uma autonomia em relação às questões de tributação, emprego, força policial, obras públicas e instrução pública, mantidas mesmo após as reformas conservadoras de 1840. Nesse contexto, Dalhnikoff sustenta que essas medidas possibilitaram que as elites reivindicassem suas demandas e, assim, tivessem um papel decisivo na construção do Estado.¹⁶²

¹⁵⁹ O autor realiza uma intensa discussão sobre esse aspecto no capítulo 1 da sua tese. Cf. PETROLÍ, 2018, p. 42-103.

¹⁶⁰ Essa visão vai ao encontro da perspectiva de Robert Moraes em relação ao processo de ocupação dos fundos territoriais. Para o autor, a manutenção e o domínio desses territórios funcionou como um elemento agregados de diversos grupos de interesses regionais, pelo fato de eles também estarem interessadas em expandir seu domínio para essas regiões e desfrutar dos ganhos econômicos e políticos com a expansão do seu domínio espacial. Cf. MORAES, 2008, p. 91.

¹⁶¹ PETROLÍ, op. cit., p. 60 e 85.

¹⁶² Não cabe aqui nos aprofundarmos nesse debate, pois fugiria muito do escopo do nosso trabalho. Contudo, acredito ser importante levar em considerações as ideias defendidas por Dalhnikoff e Petrolí. Se uma das premissas levantadas por esse capítulo é justamente a ideia de que durante o processo de formação territorial da Fronteira Sul, surgiram possibilidades para grupos de indivíduos apresentarem seus próprios projetos políticos e atuarem nesse processo durante a Primeira República. Descartar a possibilidade de ter havido

Por fim, ainda em relação às questões territoriais, em 18 de setembro de 1850, foi promulgada a Lei nº 601, conhecida como Lei de Terras, pondo fim a um período de certo “vácuo legislativo”, ocorrido entre o período de suspensão do regime de sesmarias (1822) até a promulgação da nova lei. Desde o início da ocupação brasileira, as terras estavam sendo adquiridas por meio de concessões de títulos – como vimos na ocupação de Guarapuava – ou mais comumente por meio da conquista e apossamento, prevalecendo a “lei do mais forte”. O objetivo da nova legislação era regularizar essa situação, promovendo uma separação das terras públicas das particulares por meio de registros, legitimações de posses antigas e com a instituição da compra como único meio de aquisição de novos terrenos. Todavia, mesmo com a efetivação de alguns desses procedimentos durante o século XIX, os propósitos almejados pelos legisladores do Império estiveram longe de serem cumpridos no Brasil oitocentista.¹⁶³

Em síntese, esse era o contexto político territorial vivido pelo governo imperial e pelas elites regionais durante o século XIX. A presença de amplos fundos territoriais com elevados potenciais econômicos fez da ocupação do território uma medida inadiável. Para o governo central a posse dessas áreas significava a criação de materialidades, permitindo a evocação do argumento do *uti possidetis* em caso de disputa com os outros países. Já para as elites provinciais, o avanço para essas zonas significava a incorporação e/ou integração de mais áreas ao seu patrimônio e, conseqüentemente, maiores ganhos econômicos e aumento de sua força política.¹⁶⁴ Nesse sentido, criar vilas, cidades, elevar povoados já existentes à categoria de vila, vender terras aos colonizadores, patrocinar políticas de migrações, conceder terras a grandes proprietários, usurpar o patrimônio indígena, etc. foram todas práticas ocorridas nesse período visando assegurar ou usufruir de posses localizadas em áreas estratégicas ou promissoras. Como resultado houve uma maior presença do Estado no interior e, conseqüentemente, o aumento da fiscalização e do “desenvolvimento”.¹⁶⁵ Para Cristina Moraes, esse era o pano de fundo no qual foram desenvolvidas as políticas visando ocupar e integrar os Campos de Palmas.

intervenções nesse mesmo viés durante o século XIX seria, no mínimo, contraditório. Além do mais, como discutiremos o início da disputa de limites entre Paraná e Santa Catarina adiante, não poderíamos deixar de apresentar essas informações. Para saber mais sobre o trabalho da autora: Cf. DOLHNIKOFF, Miriam. O lugar das elites regionais. **REVISTA USP**, São Paulo, n. 58, p. 116-133, junho/agosto 2003.

¹⁶³ No capítulo 6 do nosso trabalho, quando efetuaremos uma maior discussão sobre as questões agrárias, perceberemos como os maiores impactos da nova legislação se deram principalmente na Primeira República. Sobre a questão de terras ver: Cf. MOTTA, Márcia. **Direito à terra no Brasil**. A gestação do conflito. 1795-1824. São Paulo: Alameda, 2009.

¹⁶⁴ Discutiremos essa afirmação com mais detalhes quando falarmos da Questão de Limites.

¹⁶⁵ DELSON, 1997 apud MORAES, 2018, p. 95.

1.2.1 Expandindo fronteiras agropastoris: em direção aos Campos de Palmas

Foi no relatório de 1841, que o Presidente da Província de São Paulo, Raphael Tobias de Aguiar, anunciou para a Assembleia dos Deputados a “descoberta” de novos campos pela região:

Duas companhias formadas na Comarca de Curitiba sob a direção do Sargento-Mor, Joaquim José Pinto Bandeira, e Manuel de Almeida Leiria, empreenderam o descobrimento de novos campos na margem do Iguaçu, e, depois de varias tentativas infrutíferas descobriram uma extensão de campos entre os rumos de Sudoeste, e Oeste, que supõem alguns exploradores ter mais de 300 léguas quadradas, e com capacidade para acomodar 100 fazendas de criar bem repartidas. Destes descobrimentos se podem tirar imensas vantagens [...].¹⁶⁶

Como podemos ver na citação acima, a oficialização da “descoberta” dos Campos de Palmas, em 1840, animou o Presidente da Província de São Paulo. Com uma extensão de cerca de 300 léguas quadradas (aproximadamente de 1.900 km²¹⁶⁷), os paulistas já se programavam para expandir suas fronteiras agropastoris e implantar novas fazendas de criação naquela região. De acordo com Fabio Pontarolo, a notícia dada por Tobias de Aguiar também foi uma resposta aos conflitos que estavam ocorrendo entre alguns estancieiros de Guarapuava, na esperança de acalmar os ânimos com a concessão de novas terras para esses indivíduos. Contudo, com o vácuo legislativo fundiário existente no período, não seria mais possível efetuar a doação de sesmarias. A saída encontrada pelo governador da província foi retomar estratégias do período colonial e distribuir aqueles terrenos para uma “aristocracia da terra”, resultando numa profunda concentração desse patrimônio na mão de grandes fazendeiros.¹⁶⁸

Quanto ao conflito mencionado por Pontarolo, ele está vinculado principalmente à disputa ocorrida entre as duas primeiras comitivas que ocuparam os Campos de Palmas. De acordo Ruy Christovam Wachowicz, por volta de 1836, alguns indivíduos de Guarapuava,

¹⁶⁶ SÃO PAULO (PROVÍNCIA). **Discurso pronunciado para Assembleia Legislativa pelo presidente da Província Raphael Tobias de Aguiar na Assembleia Legislativa.** São Paulo, 7 de janeiro de 1841 : Tipografia, Costa Silveira. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/186#?c=0&m=3&s=0&cv=0&r=0&xywh=182%2C1258%2C1090%2C769> Acesso em: 02 nov. 2020.

¹⁶⁷ Segundo Almir Antonio de Souza, uma légua equivalia em torno de 6,6 km para os paulistas da época. Cf. SOUZA, 2015, p. 116.

¹⁶⁸ PONTAROLO, 2019, p. 253.

sob chefia de José Ferreira dos Santos, fundaram uma associação para ocupar os campos ao sudoeste daquela vila: a “Sociedade dos Primeiros Povoadores Palmenses”. Nesse mesmo período, Pedro Siqueira Cortez, também morador da região, não conseguindo ser aceito nessa associação, organizou uma comitiva própria e avançou em direção aos campos.¹⁶⁹ Essas primeiras expedições foram marcadas por muitas ocupações irregulares e feitas de acordo com os interesses particulares dos envolvidos, tendo em vista que não havia ainda uma orientação oficial do modo como deviam proceder. Daí a emergência das disputas entre esses dois grupos, chegando ao ponto de dois árbitros de Curitiba intervirem na situação para dividir as terras entre José Ferreira dos Santos e Pedro Siqueira Cortez.¹⁷⁰

Mesmo assim, Fabio Pontarolo acredita que a atuação desses indivíduos não ocorreu de forma tão “autônoma” como a descrita pela historiografia tradicional paranaense. Segundo o autor, esses grupos já contavam com um financiamento provincial previsto em duas leis promulgadas pela província de São Paulo para executar a ocupação dos Campos de Palmas.¹⁷¹ Pontarolo se referia a Lei Provincial nº 31 de 10 de março¹⁷², criando a Companhia de Guardas Municipais Permanentes para estabelecer-se em Palmas, composta por um comandante e cinquenta praças,¹⁷³ e a Lei Provincial nº 40, de 18 de março de 1836¹⁷⁴, que estabeleceu um crédito de 4:000\$000 réis para a explorar os Campos de Palmas e mais 8:500\$000 réis para a companhia responsável por fazer a proteção daquele território. Segundo o autor, ainda, a estratégia de não divulgação desse financiamento, anterior à notícia da descoberta pode estar associada à disputa de limites iniciada, em 1841, entre as províncias de São Paulo e Santa Catarina pela posse daquela região.¹⁷⁵ A seguir apresentamos um mapa do

¹⁶⁹ WACHOWICZ, 1987, p. 14-5.

¹⁷⁰ Embora tivessem desavenças, os princípios das duas comitivas eram o mesmo: demarcar o território entre os rios Iguaçu e Uruguai e dar início ao processo de ocupação e demarcação das terras para o estabelecimento dos primeiros fazendeiros em Palmas. Nesse primeiro momento, foram delimitadas 37 fazendas de criação. Cf. BANDEIRA, 1851 apud GOULARTI FILHO, Alcides. Estrada de Campos Novos e de Palmas: dois caminhos no meio de uma disputa territorial. *Estudios Históricas* - CDHRPyB - Anõ XI - Julio – Uruguay, 2019. p. 2; SOUZA, 2015, p. 215.

¹⁷¹ PONTAROLO, 2019, p. 252.

¹⁷² Lei Provincial de São Paulo nº 31 de 10 de março de 1836. Disponível em <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1836/lei-31-10.03.1836.html>. Acesso em: 27 mar. 2020.

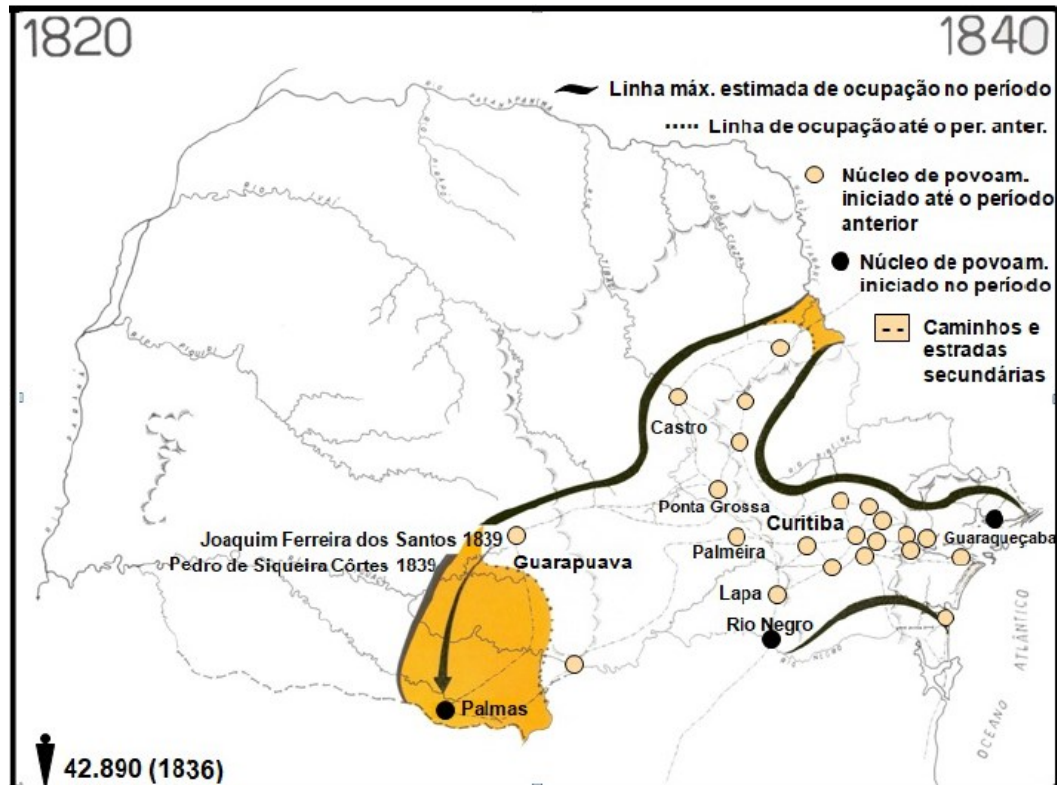
¹⁷³ Em 1831, durante o período regencial do governo imperial, foram criadas as Companhias Municipais Permanentes, em conjunto com a Guarda Nacional. Essa medida visava promover uma reestruturação da segurança e do policiamento do Império, substituindo as Companhias de Ordenanças e os Copos de Milícias da época colonial e também servir como órgãos militares para avançar sobre as regiões de fronteira. Cf. SOUZA, op. cit., p. 199.

¹⁷⁴ Lei Provincial de São Paulo nº 40, de 18 de março de 1836. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1836/lei-40-18.03.1836.html>. Acesso em: 27 mar. 2020.

¹⁷⁵ PONTAROLO, op. cit., p. 252.

deslocamento paulista dos Campos de Guarapuava em direção aos Campos de Palmas.

Figura 4 - Mapa dos itinerários percorridos pelas expedições responsáveis por ocupar os Campos de Palmas.



Fonte: Cf. WESTPHALEN, Cecília, 1986, p. 34 apud PONTAROLO, 2019, p. 253.¹⁷⁶

Coube ao comandante das Legiões Sul da Guarda Nacional da Província de São Paulo, João da Silva Machado, a articulação das estratégias para a invasão e conquista dos Campos de Palmas. Sua ordem era ocupar a terra, mesmo que para isso tivesse que lutar contra os seus habitantes originários: os povos indígenas. Como ele permaneceu em São Paulo, denominou o Capitão Hermógenes Carneiro Lobo Ferreira, como comandante da expedição.¹⁷⁷ Ao chegar à região, em 1840, Hermógenes tomou algumas medidas: montou o acampamento onde deveria ser instalada a povoação, solicitou verbas para a Província de São Paulo e colocou em execução o recrutamento forçado. Dados os primeiros passos, o próximo foi lidar com a

¹⁷⁶ Mapa retirado do Atlas Histórico do Paraná e apresentado na tese de Fabio Pontarolo. Nota-se que há uma divergência entre as datas apresentadas por Ruy Christovam Wachowicz e os dados do mapa, algo comum nesse tipo de informação. Cf. WESTPHALEN, Cecília, 1986, p. 34 apud PONTAROLO, 2019, p. 253.

¹⁷⁷ SOUZA, 2015, p. 203.

presença do grupo indígena liderado por Vitorino Condá,¹⁷⁸ pois para conseguir sucesso na sua empreitada, o Capitão Hermógenes precisaria obter o apoio de Vitorino e seu povo.¹⁷⁹ Nesse movimento, Almir Antonio de Souza chamou atenção para manutenção das estratégias coloniais de aliança com os povos indígenas através concessão de postos oficiais e tentativa de recrutar o maior número de nativos. Novamente, foram distribuídos patentes de capitão, tenente, alferes e sargentos para as lideranças do grupo comandado por Vitorino, cabendo a este o posto de Capitão-Mor.¹⁸⁰

Hermógenes também solicitou o restabelecimento do aprisionamento dos indígenas sob a justificativa da “guerra justa”, revogada pela Lei de Órfãos de 1831. Nesse sentido, Almir Antonio de Souza afirma que não devemos nos enganar com essa atitude aparentemente “conciliadora” de tentativa de aliança com os indígenas do capitão da expedição. Além de solicitar o retorno da escravização dos povos originários, se observarmos com atenção, a própria concessão de postos e mantimentos para o grupo de Vitorino, também visavam gerar certa dependência e tornar os indígenas “ambiciosos”, facilitando o processo de conquista.¹⁸¹

Mas por qual motivo os povos indígenas se submetiam a viver junto aos colonizadores? Para responder essa questão, devemos ter em mente a constante diminuição do espaço de mobilidade dos povos nativos devido ao constante avanço dos colonizadores no território entre os rios Iguazu, Uruguai e Pelotas. Isso tornava cada vez mais difícil suas condições de sobrevivência, resultando em apenas dois caminhos a serem seguidos: ou intensificar os ataques às expedições e aos povoadores, ou se render a viver na condição de aldeados. Assim sendo, optar pelo aldeamento também era uma forma de sobrevivência. Pressionados pelo avanço das fronteiras imperiais e sendo caçados nas matas, temendo sua própria morte ou o cativeiro, a apresentação voluntária aos proprietários de terras oferecia uma chance de ocupar uma posição mais estratégica, de conseguir algum alimento ou roupa,

¹⁷⁸ Esse indivíduo já havia estado no aldeamento de Guarapuava durante a década de 1810, época em que casou com a esposa de José Pahi, após o seu falecimento. Posteriormente, ele se retirou para voltar a viver nas matas, voltando novamente em 1827, e depois se retirando para viver nos Campos de Palmas. SOUZA, 2015, p. 80.

¹⁷⁹ A aliança entre os indígenas e os militares de ocupação possuía um caráter necessário e ambíguo: os povos originários precisavam de mantimentos, roupas e cobertas devido ao inverno rigoroso previsto para o ano de 1840; por outro lado os povoadores necessitavam da sua colaboração para terem maior sucesso de permanência nessas áreas, evitando possíveis ataques e aumentando seu efetivo. Cf. *Ibidem*, p. 205.

¹⁸⁰ *Ibidem*, loc. cit.

¹⁸¹ *Ibidem*, loc. cit..

visto a dificuldade de manterem seu modo de vida de seminomadismo. Além do mais, mesmo nos aldeamentos, permanecia aberta a possibilidade de fuga para as matas.¹⁸²

Dessa forma, percebemos como as dificuldades da vida no mundo fronteiro eram, sem dúvidas, muito grandes. Em 1841, após contrair uma doença, Hermógenes Carneiro Lobo decidiu retirar-se dos Campos de Palmas devido à dificuldade de tratamento. Com a saída de Hermógenes Lobo, o próximo nome indicado para assumir o comando do Destacamento estacionado em Palmas foi o de Pedro Siqueira Cortez e como segundo comandante José Joaquim d’Almeida. Pedro Siqueira Cortez se consolidou como uma liderança, principalmente após abrir uma estrada de Palmeira (povoado próximo) até os Campos de Palmas, em 1842. Estando à frente do destacamento, o novo chefe adotou uma postura mais agressiva com os povos nativos, alegando ser impossível viver com eles enquanto não abandonassem seus antigos modos de vida.¹⁸³

Com um novo potentado no comando, Vitorino Condá resolveu abandonar os Campos de Palmas, por volta de 1843, e ir ocupar os campos entre os rios Chopim e Iguazu, afastando-se do comandante que considerava os indígenas como uma “infestação” na região. Além disso, de acordo com Almir Antonio de Souza, Vitorino não possuía um bom alinhamento com Pedro Cortez e, nesse momento, outro chefe indígena, o índio Veri, estava aumentando seu prestígio em Palmas. Todavia, mesmo afastado, em 1843, Hermógenes Carneiro Lobo solicitou a ajuda de Vitorino para tentar resgatar o tropeiro e comerciante, José de Sá Souto-Maior, acreditando estar ele nas mãos de grupos indígenas hostis. Os dois indivíduos não conseguiram encontrar o tropeiro, mas retornaram ao povoado de Palmas com sete crianças brancas e mais uma comitiva de índios que havia resolvido acompanhar Condá.¹⁸⁴

Frente a essa situação, Pedro Siqueira Cortez, com medo do grande número de indígenas a caminho, mandou vir auxílio de homens armados da região de Guarapuava e perseguiu o grupo recém-chegado, assassinando mais de 20 indígenas, em agosto de 1843. Em retaliação, os nativos atacaram o povoado de Palmas matando três pessoas e ainda ressoou

¹⁸² SOUZA, 2015 p 139.

¹⁸³ Ibidem, p. 216.

¹⁸⁴ Como visto a tensão entre índios e não índios era muito grande na região devido da disputa de terras. Segundo Almir Antônio de Souza, era comum que os indígenas “sequestrassem” alguns colonizadores brancos, após saquearem ou invadirem as comitivas. Tinha-se a ideia de que havia ocorrido isso com o tropeiro Souto-Maior, quando em 23 de Julho de 1832, nas missões de São Pedro do Rio Grande Sul foi atacado pelos indígenas e teve sua comitiva destruída. SOUZA, Almir Antônio. A Invasão das terras Kaingang nos Campos de Palmas. O processo contra a liderança indígena Vitorino Condá. **Mediações**, Londrina, v. 19 N.2, p. 43-61, Jul./Dez. 2014. p. 45-6.

um boato de um ataque futuro, provocando o abandono do local por muitas pessoas. Com objetivo de conter os ânimos, o governo paulista criou no povoado uma subdelegacia de Polícia, demitiu Siqueira Cortez, renomeou Hermógenes Carneiro Lobo e deu a Vitorino Condá o comando dos indígenas. Nesse contexto, os próximos dois anos ficaram marcados pela mobilização de um processo judicial contra Vitorino Condá, por Cortez e Domingos Ignácio Araújo – figura influente em Palmeira – com objetivo de desqualificar o chefe indígena e o próprio Hermógenes, visando retomar o posto de comando na região.¹⁸⁵

Assim a ação judicial, reunindo testemunhas e documentos contrários à chefia de Condá, tornou insustentável sua permanência na região. Almir Antonio Souza sugere a hipótese de que essa situação possa ter feito Vitorino aceitar o convite do filho mais velho de Antonio Rocha Loures, Francisco Ferreira da Rocha Loures, para a missão de abrir o caminho da “Estrada das Missões”, há muito tempo planejado pelo governo paulista. Aceitando essa empreitada, Condá permaneceria por um longo tempo longe dos Campos de Palmas. A missão era abrir um “picadão” entre as regiões de Palmas e Cruz Alta, estabelecendo uma ligação com a província de São Pedro. Esse caminho ficaria conhecido como o “Novo Caminho de Tropas do Sul” ou a “Estrada das Missões”, colocando em prática os mapeamentos feitos por Atanagildo Pinto Martins, em 1816.¹⁸⁶

A participação de Condá na abertura da estrada para as Missões era de extrema importância, tendo em vista que um dos motivos do fracasso das outras tentativas foi justamente a resistência oferecida por lideranças indígenas como Votoro e Nonohay. Para ter sucesso na empreitada, Francisco Rocha Loures e Condá precisariam obter permissão de passagem por esses campos e terras indígenas, conhecidos como “Os Campos de Cima da Serra”. Somente um indígena com prestígio como de Vitorino poderia conseguir estabelecer relações com os chefes dos povos originários daquela região e permitir a abertura da estrada. Assim, entre 1844 e 1845, conseguindo o aval desses sujeitos, iniciou-se a abertura das novas picadas e também a expansão das rotas antigas, facilitando o trânsito dos tropeiros.¹⁸⁷

O novo caminho passava pelas regiões de Guarapuava, Palmas e depois pelo passo Goyo-En (posteriormente denominado Paso Borman em direção a Cruz Alta), oferecendo um caminho alternativo para evitar o pagamento de impostos em Lages e reforçando o domínio

¹⁸⁵ O processo acusava Vitorino Condá de ser o líder dos diversos ataques indígenas realizados contra os tropeiros no Caminho do Sul. Cf. SOUZA, 2014.

¹⁸⁶ Idem, 2015, p. 234.

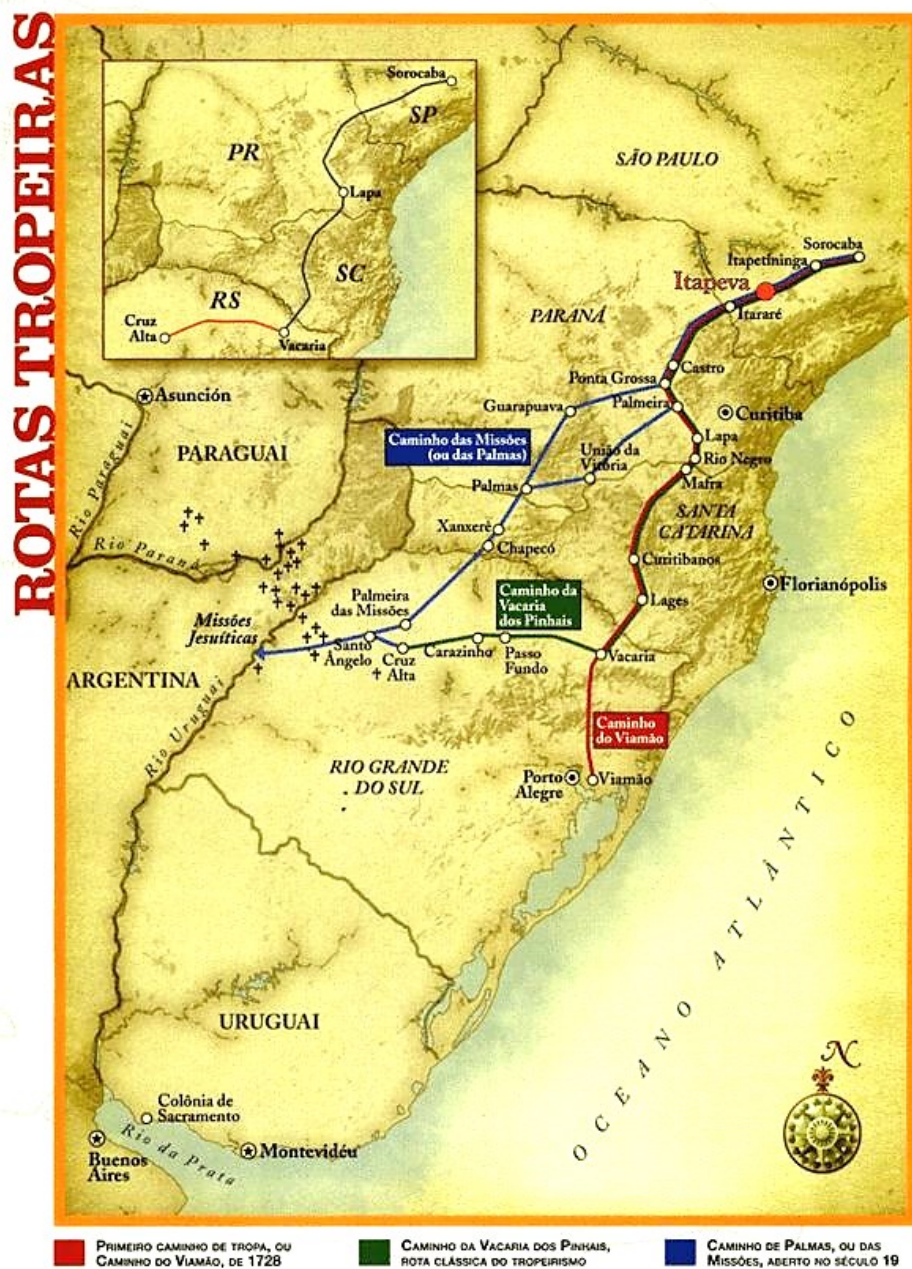
¹⁸⁷ Ibidem, p. 235.

espacial das terras entre os rios Iguazu e Uruguai.¹⁸⁸ Após ser aberto, o trecho passou a ser conhecido como Estrada das Missões. Durante esse período também foram abertas as estradas em direção a Guarapuava, Palmas e Porto União da Vitória e, em 1853, foi construído o caminho para Corrientes, permitindo que as tropas entrassem do território Argentino para o brasileiro, por São Borja e Santa Maria, invernando em Passo Fundo e Cruz Alta, para depois passarem pelo passo Goyo-En e alcançarem os Campos Gerais do Paraná.¹⁸⁹ O mapa a seguir demonstra as diferentes rotas do Caminho do Sul, desde o século XVIII, e os distritos existentes atualmente na região:

¹⁸⁸ Goularti Filho afirma que a tentativa de evitar o pagamento de impostos pelo novo caminho de Palmas foi infrutífera, pois logo após o início do seu funcionamento, os governos catarinenses e paulistas apressaram-se para colocar coletoria de impostos e evitar o desvio das tropas. Cf. GOULARTI, 2019, p. 5-6.

¹⁸⁹ MORAES, 2018, p. 99-100.

Figura 5 - Os Caminhos das Tropas: em vermelho, o caminho do século XVIII e em azul, o caminho aberto no século XIX.



Fonte: Imagem disponível em <https://passofundotche.wordpress.com/2011/07/03/caminho-das-tropas/>. Acesso em: 13 set. 2019.

A abertura do Caminho das Missões inaugura um novo período nas perspectivas econômicas e de povoamento para as zonas de Guarapuava e Palmas. Com a nova rota, as fazendas daquela região foram inseridas diretamente na rota do mercado interno de animais que abastecia as províncias do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. Contudo, ao invés

da ocupação dos novos campos terem produzido uma migração e o estabelecimento das populações livres pobres em Palmas, o clima tenso de disputa entre os dois principais grupos de estancieiros e o seu domínio sobre aquelas terras afastou esses indivíduos de qualquer possibilidade de fixação naquela região. De acordo com o juiz de Guarapuava, Francisco Manoel de Assis França – responsável por repassar ao governo de São Paulo como andava a povoação dos Campos de Palmas – os novos povoadores que não estivessem aliados aos dois grandes núcleos de estancieiros dominantes eram considerados intrusos, sendo enxotados à bala ou tendo suas casas queimas por homens a mando desses grandes fazendeiros já estabelecidos.¹⁹⁰

O resultado desse tipo de ação pode ser visto nos levantamentos populacionais da região: em 1854, dos 734 habitantes de Palmas, 158 eram os escravizados presentes nas grandes estâncias, representando 21,5% da população revelando a predominância das fazendas no povoado a Oeste. Apenas um ano antes, em 1853, o índice de escravizados em Guarapuava era menor, sendo de 15,2% numa população de 2.424 pessoas. Além disso, a proporção de terras devolutas apropriadas nos Campos de Palmas também foi muito maior. Por volta de 1857, foram declarados 391.741,14 hectares na região, equivalendo a 85% das terras com registros finalizados nas declarações de Guarapuava, cuja ocupação havia iniciado a mais de 47 anos. Ainda, dos 89 registros efetuados na localidade de Palmas, somente nove foram feitos por proprietários com menos de 120 hectares (50 alqueires). Nesse sentido, sem a reserva de terras para os pequenos agricultores, como havia ocorrido em Guarapuava, e com as frequentes ameaças de serem retirados à força pelos grandes estancieiros casos fixassem suas lavouras sem a sua permissão, locomover-se para aquela região era considerada uma atitude arriscada para os lavradores pobres.¹⁹¹

O domínio desses grandes proprietários estendia-se também para as novas posses localizadas nas fronteiras do Pinhão, Laranjeiras e das sesmarias destinadas aos indígenas. Nesse contexto, restou aos povoadores mais pobres ocuparem, principalmente, os terrenos localizados no Campo da Pobreza e no rocio da Freguesia de Guarapuava, aumentando consideravelmente sua população a partir de 1840. Impulsionados pela nova Estrada das Missões que inseriu a localidade na principal rota dos tropeiros da região, os espaços ainda não ocupados ou em áreas contíguas do Campo da Pobreza passaram a receber novas levas de

¹⁹⁰ PONTAROLO, 2019, p. 254.

¹⁹¹ Ibidem, loc. cit.

lavradores pobres interessados em produzir produtos agrícolas, criar alguns animais para sua própria subsistência e a vender alguns excedentes das suas lavouras aos tropeiros que passavam pelo caminho. Segundo Fabio Pontarolo, as regiões de moradia dessas populações, entre os anos de 1835 e 1863, passaram de três para seis quarteirões, demonstrando um aumento considerável no contingente populacional. O local havia adquirido tamanhas proporções que, em 1855, foi considerado o maior rocio de toda as vilas do Paraná, tendo sua importância reconhecida até mesmo pelo Presidente da Província paranaense.¹⁹²

Um local com essas mesmas características tentou ser criado em Palmas, por volta de 1859. A discussão tinha sido iniciada, em 1854, contudo, as longas negociações entre os grandes estancieiros e o governo provincial retardavam o andamento do processo. Após ser definida uma comissão, apoiada pelos grandes proprietários, uma verba foi destinada para a compra do terreno. Entretanto, os responsáveis pela ação não conseguiam encontrar nenhum local próximo à área central das estâncias estabelecidas, com um acesso para Estrada das Missões e com ao menos meia légua quadrada. Em 1860, o padre Antônio Braga, responsável pelos registros de terras da região, informou ao Presidente da Província que a única área com os tamanhos desejados, passível de ser vendido ao governo era retangular e que seria muito inconveniente desapropriar os dois proprietários nos limites para torná-lo quadrado, conforme requeria a lei. A solução adotada foi sugerir a criação no terreno triangular mesmo, devendo o governo arcar com a compra de terras do fazendeiro João Carneiro Marcondes.¹⁹³

Enquanto as políticas de ocupação eram desenvolvidas na zona de Palmas, a Lei de Terras de 1850 e o seu regulamento aprovado em 1854, em conjunto com a política de imigração iniciada pelo governo paranaense, dificultavam ainda mais o acesso à posse dos pequenos lavradores. A partir daí, os terrenos devolutos próximos à capital, começaram a ser traçados e vendidos para os imigrantes, concomitantemente aos registros e legitimação das grandes fazendas. Esse processo produziria aquilo que Fabio Pontarolo chamou de “fechamento da fronteira agrária” para as populações mais pobres da região dos Campos Gerais.¹⁹⁴

¹⁹² PONTAROLO, 2019, p. 83-5 e 98.

¹⁹³ Ao final, não ficou certo se o rocio chegou ou não a ser criado, mas a toda essa situação evidencia a predominância dos grandes fazendeiros em Palmas e pode estar associada aos constantes problemas de abastecimento mencionados por Ruy Christovam Wachowicz ao descrever a ocupação do sudoeste paranaense. *Ibidem*, p. 263-4; WACHOWICZ, 1985, p. 65.

¹⁹⁴ No projeto premeditado pelo governo paranaense, os imigrantes passariam a ser responsáveis pela produção dos alimentos básicos da capital e das vilas próximas, contudo, não foi levado em conta o processo de adaptação desses novos moradores as lavouras dos Campos Gerais, ocasionando, na década de 1850, um

Complementando a restrição do acesso às terras no Paraná oitocentista, no final de 1862, o governo provincial também declarou que os ervais nativos da *ilex paraguariensis* (erva-mate) – existentes em abundância no oeste paranaense – deveriam ser considerados como produção espontânea da natureza e não ser confundidos com cultura efetiva. Além disso, as autoridades também mandavam agir contra aqueles que estivessem se aproveitando desses ervais em locais onde estes não fizessem parte de posses com direito a legitimação. Na prática, essa proibição impactava principalmente os lavradores pobres e ao mesmo tempo favorecia os grandes ervateiros nas disputas travadas entre esses dois grupos pela exploração desse recurso.¹⁹⁵ Para as populações mais humildes, a colheita e o comércio do mate presente nesses ervais eram mais uma fonte para complementar sua renda.¹⁹⁶

Alguns anos depois, dando continuidade a esse tipo de política, o governo provincial tomaria medidas para que as colheitas nesses locais fossem realizadas mediante solicitações dos interessados. Essa ação favoreceu ainda mais o monopólio da exploração ervateira na fronteira em construção do oeste paranaense pelos grandes comerciantes vinculados à elite provinciana. Com isso, as regiões dos ervais nativos do planalto e das Missões ligadas aos campos de Palmas se encontravam, no século XIX, em sua maioria em posse dos pecuaristas.¹⁹⁷ De acordo com Fabio Pontarolo essa questão pode ter pesado nas decisões dos lavradores pobres de migrar para as terras ao Centro-Sul da província, mais a Leste de Palmas, buscando melhores condições de vida.¹⁹⁸ Nessa região, durante o século XIX, o poder dos grandes estancieiros se dividia entre rio-grandenses, catarinenses e paranaenses, não estando sob o domínio de um único grupo hegemônico. Além disso, no final dos oitocentos e no início do século XX, essa também seria a região conhecida como “O Contestado” na disputada entre Paraná e Santa Catarina e palco de um dos maiores conflitos do Sul do Brasil envolvendo as populações mais pobres: a Guerra do Contestado.¹⁹⁹

Em linhas gerais foi dessa forma que se deu a ocupação dos Campos de Guarapuava e

aumento de 200% nos preços dos alimentos em Curitiba. SANTOS, 2010, p. 159 apud PONTAROLO, 2019, p. 295.

¹⁹⁵ PONTAROLO, 2019, p. 299.

¹⁹⁶ MACHADO, 2004, p. 70.

¹⁹⁷ CHRISTILLINO, Cristiano Luís. Uma Riqueza nas Matas do Rio Grande: o extrativismo, os fazendeiros e os trabalhadores do mate no século XIX. *SAECULUM - REVISTADE HISTÓRIA* [33]; João Pessoa, jul./dez. 2015. p 229.

¹⁹⁸ De acordo com Paulo Pinheiro Machado, o processo de povoamento dessa região esteve associado à pecuária e a lavoura de subsistência, havendo duas correntes migratórias. Uma primeira vinda dos Campos de Curitiba em direção ao Sul e Sudoeste – conforme visto no capítulo; e outra associada à migração de famílias do Rio Grande do Sul, principalmente a partir do século XIX. Cf. MACHADO, op. cit., p. 63.

¹⁹⁹ PONTAROLO, op. cit., p. 300.

Palmas durante o século XIX. Como podemos perceber, trata-se de uma ocupação tardia se comparada com algumas outras zonas do território brasileiro. Suas principais motivações estiveram relacionadas a algumas questões administrativas internas dos governos centrais e também ao profundo interesse em se assegurar e controlar os fundos territoriais existentes ao longo do patrimônio nacional. Ao nos debruçarmos sobre esse processo, também conseguimos identificar o caráter de fronteira dessa região, marcada por grandes momentos de interação e conflito entre os indivíduos residentes nessa localidade. Nesse sentido, compreender esse período inicial de formação é importante para entender as problemáticas estabelecidas nas décadas seguintes entre esses sujeitos.

Embora tenhamos tentado nos ater mais às estratégias mobilizadas pelos indígenas e populações mais pobres como forma de sobreviver e resistir nessas áreas, não podemos esquecer o intenso processo de dizimação, violência e coerção cometidos contra esses sujeitos. Como chama atenção Almir Antônio de Souza no próprio título do seu trabalho “Armas, pólvora e chumbo”, esses foram os materiais mais solicitados pelos luso-brasileiros e brasileiros durante o avanço em direção aos Campos de Guarapuava e Palmas. Também, ficou evidente como os conflitos entre os lavradores pobres e os grandes proprietários estão presentes desde o início da ocupação daquela área, na qual o interesse dos potentados locais sempre prevaleceu por meio da política e da força no usufruto dessas terras e de seus recursos.

Portanto, fica claro que durante a construção das fronteiras do Brasil Meridional um planejamento para aquela região já estava começando a ser delineado e foi justamente buscando dar continuidade a esse projeto que os líderes do Estado das Missões se sentiram no direito de reivindicar a emancipação do Contestado. Conforme escreveu Cleto da Silva: “Netos de heroicos bandeirantes, filhos de paranaenses briosos, saberemos levantar esse novo Estado, nova estrela que fulgirá no pavilhão auriverde da nossa nacionalidade”.²⁰⁰

1.2.1.1 A atuação das elites paranaenses na ocupação dos Campos de Palmas e suas ligações com as lideranças do movimento em prol do Estado das Missões

Com a emancipação da 5ª Comarca de São Paulo e criação da Província do Paraná, em 1853, as elites dos Campos Gerais e da zona de Curitiba passaram a desempenhar um papel

²⁰⁰ SILVA, 1920.

fundamental no processo de estruturação e desenvolvimento da nova unidade administrativa.²⁰¹ Conforme vimos nas descrições efetuadas nos parágrafos anteriores, a partir de 1854, muitas foram as políticas desenvolvidas pelo grupo provincial nas questões referentes ao acesso à terra e controle da erva-mate com intuito de beneficiar os grandes fazendeiros e ervateiros.

De acordo com Alessandro Cavassin Alves, os políticos paranaenses do período imperial eram, em sua maioria, membros ou herdeiros de uma classe senhorial colonial, isto é, das famílias que receberam as sesmarias naquela região do século XVII ao XIX. Ao analisar esses sujeitos de uma perspectiva genealógica, o autor constatou ser um grupo extremamente fechado e que se perpetuou no poder até o final do período imperial. Assim, os cargos públicos como senador, deputado geral ou provincial, ou até mesmo de vereador e/ou juiz de paz nas esferas locais só eram possíveis de serem ocupados por sujeitos ligados a uma estrutura de parentesco envolvendo grandes proprietários de terras, comerciantes com títulos acadêmicos e, principalmente, com vínculos estabelecidos por laços sanguíneos ou de casamento com os principais grupos familiares dominantes. Sem essas condições, dificilmente um indivíduo conseguiria se eleger.²⁰² Por fim, a organização política desses indivíduos também estava dividida entre alguns sujeitos ligados às atividades do Caminho das Tropas e correligionários do Partido Liberal e os ervateiros ligados ao Partido Conservador.²⁰³

Nesse sentido, Alves Cavassin vai defender a existência de uma “intricada rede de parentelas”, divididas entre o Partido Liberal e Conservador que se revezavam no poder com o objetivo de governar o território. Essa parentela era composta principalmente por fazendeiros, tropeiros, industriais da erva-mate, grandes comerciantes, exportadores de mercadorias no litoral, com títulos de advogados, engenheiros, médicos, padres, etc., atuando em privilégio da classe social dos proprietários no processo eleitoral e de acesso à terra. Contudo, a relação de solidariedade existente entre esses sujeitos não significava a inexistência de disputas, visto que, em determinadas situações, alguns grupos queriam

²⁰¹ Para saber mais sobre a criação da província do Paraná e o papel das elites nesse processo. Cf. GREGÓRIO, Vitor Marcos. **DIVIDINDO AS PROVÍNCIAS DO IMPÉRIO: A emancipação do Amazonas e do Paraná e o sistema representativo na construção do Estado nacional brasileiro (1825-1856)**. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de História, Universidade de São Paulo, 2012. p. 376.

²⁰² ALVES, Alessandro Cavassin. **A província do Paraná (1853-1889): A classe política. A parentela no governo**. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Paraná, Programa de Pós Graduação em Sociologia, Curitiba, 2014. p. 6.

²⁰³ THOME, Nilson. **A Política no Contestado: Do Cural da Fazenda ao Pátio da Fábrica**. Caçador: UnC/Museu do Contestado, 2002. p. 79.

beneficiar sua localidade e seus interesses específicos, entrando em conflito com outros. Dentro do perfil desses sujeitos, o autor também chama atenção para a existência de “chefes ostensivos” responsáveis por comandar essas facções políticas, atuando na linha de frente das suas principais reivindicações e dos “clãs parentais”²⁰⁴ e “clãs eleitorais”^{205 206}.

Da mesma forma, como não nos alongaremos muito a respeito das linhas teóricas interpretativas sobre como se deu o processo de formação territorial brasileiro no século XIX, nossa discussão sobre a elite provincial paranaense também será breve.²⁰⁷ Apenas gostaria de apresentar alguns nomes dos principais políticos pertencentes às chamadas “famílias tradicionais” para podermos correlacionar com os indivíduos que estarão à frente do Paraná e também do movimento em prol do Estado das Missões na Primeira República.²⁰⁸ Segundo Alves:

Eram eles: **Manoel Francisco Correia**, funcionário imperial, formado em direito, deputado provincial e geral, presidente de província e depois senador pelo Paraná; **Manoel Eufrásio Correia**, funcionário imperial, formado em direito, deputado provincial e geral e presidente de província; **Manoel Antonio Guimarães, Visconde de Nácar**, negociante e empresário em Paranaguá, deputado provincial e geral, vice-presidente de província, casado com **Maria Clara Correia**, irmã de **Manoel Eufrásio Correia** – que em segundas núpcias casa com a sua sobrinha, filha do Visconde de Nácar; **Agostinho Ermelino de Leão**, baiano, formado em direito, desembargador, vice-presidente da província, casado com **Maria Bárbara Correia**, irmã do senador Correia; e **Ildefonso Pereira Correia**, barão de Serro Azul, empresário, erivateiro, vereador, deputado provincial, irmão do senador Correia. Era a grande família **Correia Guimarães Leão**, ligada ao partido conservador. Outra família tradicional era a do **Dr. Jesuino Marcondes de Oliveira e Sá**, filho do Barão de Tibagi, formado em Direito, vereador, deputado provincial e geral, ministro da agricultura, presidente de província, casado com **Domitila Alves de Araújo**, irmã do comendador **Antonio Alves de Araujo**, empresário, deputado provincial, vice-presidente de província, e seu irmão comendador **Manoel Alves de Araujo**, formado em Direito, deputado provincial e geral, ministro da agricultura, oriundos de Antonina, litoral do Paraná, e casados com mulheres das famílias tropeiras, como a família do barão dos Campos Gerais, **David dos Santos Pacheco**,

²⁰⁴ O clã parenteral incluiria a princípio, um patriarca familiar, os parentes consanguíneos (filhos e netos); os parentes colaterais (tios, irmãos e sobrinhos); os parentes por afinidade civil (genros e cunhados); os parentes por afinidades religiosas (os “compadres” e “aliados”); os parentes por adoção (os “crias” da casa senhorial). Cf. VIANNA, 1949, p. 242 apud ALVES, 2014., p. 15.

²⁰⁵ Para Oliveira Vianna, os “clãs eleitorais” surgiram como consequência das políticas familiares, consistindo na junção de aristocratas que passariam a se impor nas disputas eleitorais. Essas disputas se davam principalmente entre o partido liberal e conservador. Cf. *Ibidem*, p. 16.

²⁰⁶ ALVES, op. cit., p. 16 e 335.

²⁰⁷ Para uma discussão mais completa sobre assunto, consultar a tese de Francimar Petrolí, no item 1.3 “Elites provinciais sulistas e o problema do território”. A tese de Petrolí foi o ponto de partida e a linha condutora dessa nossa pequena discussão, tomando o cuidado apenas de tentar ao máximo encontrar o trabalho dos autores citados para ser fiel às ideias dos mesmos. Por sorte, muitos desses trabalhos se encontram disponíveis na internet. Cf. PETROLI, 2018, p. 85.

²⁰⁸ ALVES, Cavassin Alessandro. A força Política das Famílias Tradicionais no Paraná (1853-1889). **REVISTA NEP** (Núcleo de Estudos Paranaenses) Curitiba, v. 1., n. 1., p. 40-60, dezembro 2015.

da Lapa; **Generoso Marques dos Santos**, curitibano, formado em Direito, deputado provincial e geral; **José Lourenço de Sá Ribas**, curitibano, da grande família **Sá Ribas**, formado em Direito, deputado provincial. Estes últimos formavam outra grande estrutura familiar, ligada ao partido liberal.²⁰⁹

Convido o leitor a atentar para os sobrenomes presentes na citação acima, como os “Alves de Araújo”, “Marcondes”, “Pachecos”, “Ribas” e também alguns nomes como o de Generoso Marques dos Santos e Agostinho Ermelino Leão que terão papel importante papel na política paranaense na Primeira República. Para além da constatação de alguns nomes, o que queremos realizar com esse trecho do nosso trabalho é uma aproximação maior do nosso objeto de pesquisa quando falamos da ocupação dos Campos de Palmas. Existiria alguma ligação entre as lideranças do movimento em prol do Estado das Missões no século XX e a ocupação desses campos? Para responder essa pergunta, tomemos como exemplos dois sujeitos ativos na luta pela emancipação do Contestado: Amazonas de Araújo Marcondes e José Júlio Cleto da Silva. Começemos pelo primeiro.

Amazonas de Araújo Marcondes era filho do coronel Francisco Ignácio de Araújo Pimpão e de Maria Josefa França. Seu pai, por sua vez, era filho de Domingos Ignácio de Araújo e neto de Manoel José de Araújo, grande fazendeiro de Palmeira, considerado um dos fundadores da cidade. Em 1836, Francisco Ignácio de Araújo Pimpão resolveu acompanhar a bandeira de Pedro Siqueira Cortez, sendo um dos estancieiros que estabeleceu na cidade de Palmas. Lá, conseguiu organizar a fazenda denominada Cruzeiro e deixou, após seu falecimento, em 1876, uma quantia 73 contos e 573 mil réis para sua esposa e filhos. Nesse contexto, Amazonas Marcondes nasceu, em 1846, na cidade de Palmas, e provavelmente viveu um período da sua vida na fazenda Cruzeiro de seu pai.²¹⁰ Complementando sua relação de parentesco, o coronel Amazonas Marcondes também era sobrinho de Antônio de Sá Camargo, o Visconde de Guarapuava, apontado por Nilson Thomé como um dos principais políticos dos Campos Gerais durante o período imperial.²¹¹ Todos esses fatores devem ter contribuído consideravelmente para esse coronel ser considerado um dos maiores homens com influência política na zona do Sudoeste do Paraná no final do século XIX e início do XX.

Portanto, como podemos ver, esse sujeito é filho de um dos primeiros ocupantes da

²⁰⁹ ALVES, 2015, p. 54-55, (grifo nosso).

²¹⁰ WEIGERT, Daniele. **Estratégias familiares na fronteira do Paraná (Palmas, século XIX)**. Memórias e acervos documentais: o arquivo como espaço produtor de Conhecimento, VIII Simpósio Nacional do Centro de Memória - Unicamp. Unicamp, Campinas - São Paulo, 2016.

²¹¹ DIÁRIO DO PARANÁ, 7 de novembro de 1947. **O Cinquentenario da morte...** p. 4, c. 5-7; THOMÉ, 2002, p. 79.

região de Palmas e sobrinho de um dos principais chefes da política paranaense, demonstrando sua íntima ligação com as principais lideranças das facções políticas dominantes daquela zona.²¹²

Quanto a José Júlio Cleto da Silva sabemos ter nascido, em 1881, na cidade de Paranaguá, sendo filho do tenente-coronel José Cleto da Silva e Isolina Cleto da Silva. Embora ele e sua família não sejam naturais dos Campos de Palmas, nem por isso deixaram de estar ligados com os primeiros ocupantes. Ao se dirigir para zona, no início do século XX – conhecida como Contestado na época – esse indivíduo casou-se com Francisca Pacheco Cleto, filha de Elias Ferreira Pacheco e neta de José Antônio de Lima Pacheco que, por sua vez, também foi mais um dos integrantes da comitiva de Pedro Siqueira Cortez, em 1836, durante a ocupação dos Campos de Palmas.²¹³ Além disso, Cleto da Silva era intimamente ligado a Amazonas Marcondes, sendo indicado pelo coronel como deputado pelo município de União da Vitória, em 1915. Todas essas relações de solidariedade e matrimônio garantiram o cargo de Prefeito Municipal do termo de Bella Vista de Palmas (atual Clevelândia) a Cleto da Silva, em 1909, consolidando sua posição como chefe político da região.²¹⁴

Longe de tirarmos quaisquer conclusões precipitadas, as informações referidas acima nos servem apenas para pontuar alguns indícios importantes para compreender camadas mais profundas dos motivos que levaram o surgimento tanto do movimento paranaense em torno da questão de limites como da luta pelo Estado das Missões – como um último recurso em caso de derrota para os catarinenses no conflito de limites. Vinculados às principais famílias pioneiras da ocupação de Palmas, seja por laços sanguíneos ou matrimoniais, famílias estas que vinham sendo beneficiadas com as políticas públicas desde a criação da província do Paraná no século XIX, podemos levantar como hipótese que esses indivíduos envolveram-se

²¹² Além de Amazonas Marcondes, estão associados a essa relação de parentesco entre os primeiros povoadores de Palmas os indivíduos: Francisco de Assis e Araújo Pimpão, Domingos Ignácio de Araújo Pimpão, Manoel Ignácio de Araújo Pimpão, Napoleão Marcondes de França, João Antônio de Araújo Pimpão. Embora nem todos tenham relação direta com o Estado das Missões, alguns chegaram a estar a par das movimentações e declarar apoio, como foi o caso de João Antônio de Araújo Pimpão e Napoleão Marcondes França. Sobre a ligação entre esses nomes, ver: Cf. WEIGERT, 2016.

²¹³ RODERJAN, Roselys Vellozo. **A formação de comunidades campeiras nos planaltos paranaenses e sua expansão para o sul (séculos XVI a XIX)**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História do Brasil. Florianópolis, 1989; Brasil, Paraná, Registro Civil, 1852-1996," database with images, FamilySearch (<https://familysearch.org/ark:/61903/3:1:9396-38SL-D4?cc=2016194&wc=MHN7-22Q%3A337684001%2C337684002%2C337690901> Acesso em: 28 March 2020), Clevelândia Clevelândia Nascimentos 1906, Jan-1907, Dez image 3 of 93; Corregedor Geral da Justicia da Paraná (Paraná General Justice Office), Curitiba.

²¹⁴ SILVA, 1920, p. 6.

com a questão de limites e lideraram o movimento pelo Estado das Missões, não somente por causas momentâneas, mas por verem toda uma gama de interesses construídos há quase um século, pelos seus pais, avós ou sogros, em ameaça caso ocorresse uma possível passagem daquelas terras para Santa Catarina.

Isso significaria o fim ou, pelo menos, uma grande diminuição das políticas públicas a favor das famílias tradicionais paranaenses, das facilidades do acesso à terra, da arrecadação fiscal com o comércio do gado, do controle da produção e do escoamento da erva-mate, entre tantos outros lucros retirados daquela zona a partir do controle administrativo. Conforme veremos no último capítulo desse trabalho, o controle das elites paranaenses daquela região durante a Primeira República foi fundamental para uma grande gama de apropriações de terras públicas, das quais muitos desses indivíduos foram beneficiados. Para finalizar nossa reflexão afirmamos que poderíamos fazer o mesmo exercício de recuperação genealógica com alguns membros do comício realizado em nome do Estado das Missões, em 1909, e encontraríamos tipos de laços muito parecidos, sendo o caso de participantes, como o coronel Pedro Ferreira Pacheco e do coronel João Antônio de Araújo Pimpão.²¹⁵

1.3 PARANÁ VS SANTA CATARINA: O INÍCIO DAS DISPUTAS

A partir da segunda metade do século XIX, os Campos de Palmas figuravam como um território promissor a ser integrado pelo Estado, indicando uma ótima oportunidade de crescimento para a província responsável por exercer esse processo. Além disso, para Cristina Moraes, por trás desses avanços, também estava o interesse do governo central em assegurar as fronteiras internacionais e a possibilidade de utilizar o argumento do *uti possidetis*, em caso de litígio com algum país vizinho.²¹⁶ Conforme vimos até aqui, em meio a esse processo, enquanto os grandes estancieiros e ervateiros foram beneficiados, os povos indígenas foram, cada vez mais, obrigados a abandonar suas terras, seus modos de vida e a buscarem estratégias para sua sobrevivência. Já os pequenos lavradores que haviam encontrado alguma condição de estabelecimento no Campo da Pobreza e no rocio de Guarapuava, especialmente

²¹⁵ DIÁRIO DA TARDE, Curitiba, 3 de junho de 1909. **Palmas Independente**, p. 1, c. 3-4.

²¹⁶ DELSON, 1997, apud MORAES, 2018, p. 95.

a partir de 1840, foram vivenciando cada vez mais uma exclusão do acesso à terra e o seu enxotamento para áreas mais remotas, seja por pressão de grandes fazendeiros ou pela escolha de migrar em busca melhores condições de vida.

É dentro desse contexto de ocupação, integração e disputa de interesses que emerge uma dos principais conflitos jurisdicionais desenrolados pela zona dos Campos de Palmas: a Questão de Limites entre Paraná e Santa Catarina. Para Francimar Petrolí, a Questão de Limites, constituiu-se em um grande problema político durante o Segundo Reinado²¹⁷ devido à necessidade de estruturação das províncias como unidades político-administrativas. Com a possibilidade do exercício de autonomia a partir das reformas regenciais – como defende o autor – essa questão também estava diretamente associada com o anseio pelo controle das fronteiras. Nesse sentido, para Petrolí, a disputa travada entre as duas províncias não deve ser vista apenas a partir de duas iniciativas regionais isoladas, mas como um problema integrado ao complexo contexto de formação do Império brasileiro e da Fronteira Sul, bem como a questão da unidade territorial do país.²¹⁸

Antes de entrar no litígio estabelecido propriamente pelos dois estados do Sul, vale lembrar que as disputas em torno daquelas terras iniciaram, primeiramente, entre as províncias de São Paulo e Santa Catarina.²¹⁹ Em 1841, após a declaração da “descoberta” daqueles campos por Raphael Tobias de Aguiar, o presidente da província de Santa Catarina, Antero José Brito, enviou um ofício a esse indivíduo reivindicando a posse daquela zona. Nos anos seguintes, por conta de um silêncio por parte dos paulistas, ainda foram enviados mais dois ofícios pelos catarinenses. A resposta só ocorreu cerca de três anos depois e longe de reconhecer o direito de seus vizinhos do Sul, São Paulo alegou ter a posse daqueles terrenos pelo direito de descoberta e ocupação representado no *uti possidetis*.²²⁰ Outro ponto importante a ser destacado é que, nesse primeiro momento, o conflito estava relacionado

²¹⁷ O Segundo Reinado é o período governamental do Império iniciado, por volta de 1840, após o fim do período regencial (1831-1840).

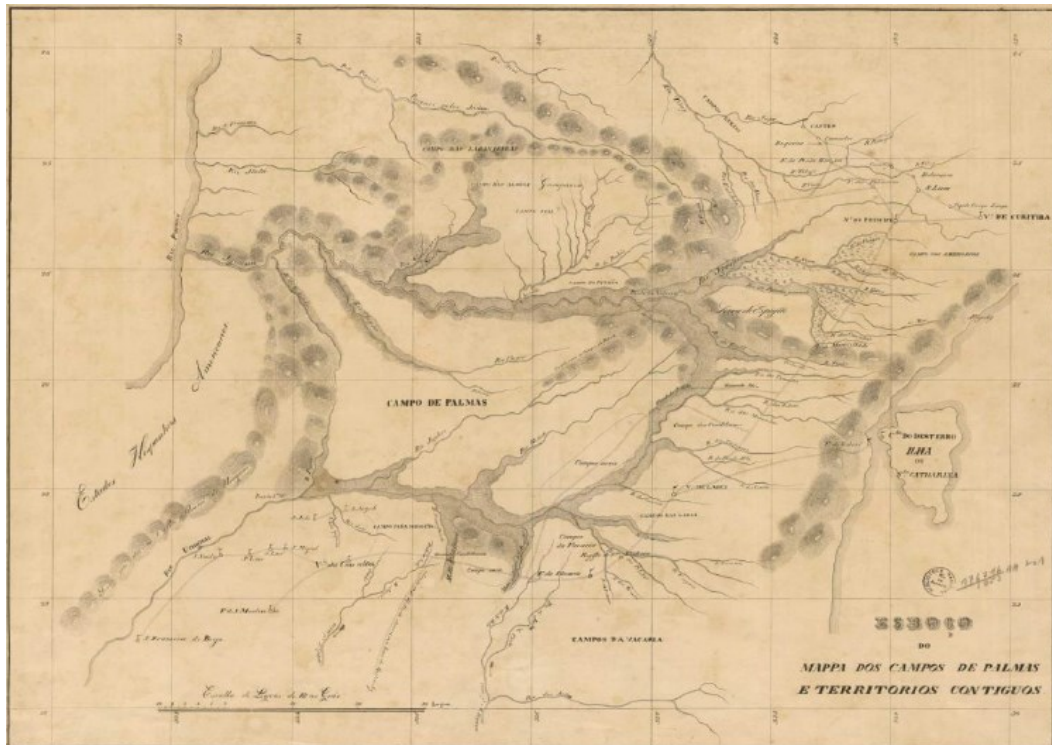
²¹⁸ PETROLÍ, 2018, p. 140.

²¹⁹ Para Francimar Petrolí, entender esse início das disputas pelo domínio dos Campos de Palmas é importante para compreender como as questões relacionadas ao “território provincial” foram de suma importância para os envolvidos na contenda no início do Segundo Reinado. Além disso, para o autor, as problemáticas presentes nessa fase inicial também foram decisivas no processo de configuração do litígio, tendo profundos impactos nas discussões travadas entre Paraná e Santa Catarina nos anos seguintes. Cf. *Ibidem*, p. 141-2.

²²⁰ COSTA, Licurgo. **Um Cambalacho Político – A VERDADE SOBRE O “ACORDO” DE LIMITES PARANÁ-SANTA CATARINA**. Florianópolis: Edição Lunardelli, 1987. p. 20.

apenas aos Campos de Palmas, uma área de aproximadamente 40.000 km² conforme demonstra a imagem a seguir.²²¹

Figura 6 - Esboço dos Campos de Palmas e territórios contíguos. Autor Tito Alves Brito. Ano de 1843.



Fonte: Imagem disponível no Arquivo Histórico do Exército/ AHEx e retirada da tese de Francimar Petrolí. Cf. PETROLÍ, 2018, p 121.

Somente, em 1853, após os intensos debates ocorridos nas esferas nacionais sobre a emancipação da 5ª Comarca de São Paulo, os paranaenses entraram no conflito. Nesse sentido, a ascensão da elite dos Campos Gerais e de Curitiba ao comando daquela região se deu através de um longo processo de negociação nas esferas de representação política do Império, tendo início em 1843, sendo concluídos apenas dez anos depois.

Na ótica dos parlamentares que defendiam a transformação da comarca paulista em província, essa mudança promoveria grandes avanços nos aspectos administrativos, financeiros e econômicos daquela região. Além do mais, esses indivíduos também alegavam que caso a nova província fosse criada, ela não teria problemas econômicos por contar com

²²¹ Após a criação da Província do Paraná, Santa Catarina passaria a reivindicar conjuntamente com os Campos de Palmas toda área ao Sul do Rio Negro conforme veremos adiante.

uma população e uma economia capaz de sustentar o seu desenvolvimento.²²² Contudo, os argumentos ligados apenas às questões regionais ainda não foram suficientes para a sua criação. Tendo em vista essa problemática, nas discussões do início da década de 1850, outro ponto utilizado pelos defensores da emancipação foi a defesa das fronteiras externas. Segundo Vitor Marcos Gregório, durante o século XIX, para os políticos da época, as zonas de fronteiras eram pontos sensíveis no território por estarem em contato com países de sistemas políticos diferentes e muitas vezes hostis ao regime monárquico. Nesse contexto, a criação de uma nova unidade administrativa nessas regiões era um argumento poderoso entre os parlamentares, visto como uma forma de fortalecer o Império.²²³

Em contrapartida, a principal contestação paulista vinha no sentido de se recusar a perder aproximadamente 1/5 da sua renda angariada através dos direitos sobre o transporte do gado muar, recolhidos na barreira do Rio Negro. Além disso, Marcos Gregório também afirmou que os argumentos paulistas estavam ligados à noção de “consideração política”, isto é: ao grau de representatividade exercida por uma província no Parlamento Imperial. Como o número de representantes das entidades administrativas do Império no cenário nacional estava intimamente ligado com os seus aspectos econômicos, populacionais e as suas extensões territoriais, na ótica de São Paulo, abrir mão de uma área tão importante economicamente e grande no quesito de território acarretaria o seu enfraquecimento político e diminuiria a capacidade de defender seus próprios interesses.²²⁴

Dessa forma, devido aos argumentos movidos por ambos os lados nas discussões do Parlamento, a emancipação da 5ª Comarca de São Paulo derivou muito da situação política da época, tanto interna como externa, situação que só se apresentou favorável em 1853. A criação da nova província significou, em termos gerais, a concretização dos objetivos visados pela elite curitibana e a sua elevação à categoria de “nova elite provincial”.²²⁵ A partir dessa posição, esse grupo passou a contar com sua própria Assembleia Legislativa Provincial para defesa dos interesses locais e uma maior representação na Assembleia Geral do Império, dando início a algumas medidas vistas nas sessões anteriores. Além disso, para Petróli, a criação da província do Paraná também favoreceu um maior equilíbrio de forças políticas na

²²² GREGORIO, 2012, p. 376.

²²³ Interessante perceber como a defesa das fronteiras significava tanto possuir a presença de um governo capaz de repelir o ataque de estrangeiros, como dificultar a disseminação de ideologias provindas das outras repúblicas americanas. Cf. *Ibidem*, p. 376.

²²⁴ *Ibidem*, 329-31.

²²⁵ *Ibidem*, p. 67 e 376.

Fronteira Sul e colocou a dominação e o controle do território como um dos aspectos primordiais para o desenvolvimento econômico e político das províncias sulistas.

Nesse contexto, já no primeiro relatório produzido pelo presidente da província do Paraná, em 1854, Zacarias de Góes Vasconcellos dedicou cerca de três páginas para falar sobre “Os Limites com a Província de Santa Catarina”. O chefe paranaense reconhecia ter herdado de São Paulo a incerteza das divisas com os vizinhos do Sul, mas recusava o projeto apresentado na Assembleia Geral pelo deputado catarinense, Dr. Joaquim Augusto Livramento, propondo como divisas entre as duas províncias: os rios Sahy-Grande, Rio Negro e o Iguaçu. Góes Vasconcellos não concordava com essa divisão, tendo em vista que se o limite fosse o Rio Negro “seguir-se-á que, ocupando a freguesia desse nome uma e outra margem do rio, a parte da margem esquerda ficará pertencendo à Santa Catarina, contra todos interesses dos habitantes daquele lugar”²²⁶ e arrebatava afirmando:

Se o Iguaçu (pois tal é o rio em que deságua o Rio Negro) for limite das duas províncias, então os campos de Palmas, descobertos e povoados por nossos comprovincianos, os campos de S. João, descobertos e povoados por habitantes de Palmas, todos os campos em suma, e terrenos que demoram ao Sul do Iguaçu, ficarão pertencendo a Santa Catarina! [...] E tal é precisamente a formal intenção do deputado de Santa Catarina [...] A divisão pelo rio hoje conhecido pelo nome de Canoinhas já seria inadmissível [...] Se, porém, a decisão fosse pelo Rio Negro e Iguaçu, subiria de ponto a injustiça!²²⁷

Como podemos perceber, para os paranaenses seria uma injustiça que os limites com Santa Catarina fossem determinados pelos rios Rio Negro e Iguaçu, pois faziam parte das regiões descobertas e povoadas pelos comprovincianos de São Paulo. Além disso, em caso dessa jurisdição ser definida, os catarinenses agregariam ao seu território os Campos de Palmas, os Campos de São João e a freguesia do Rio Negro. Como contra proposta, o Paraná defendia adoção dos limites como: a Serra Geral, na parte marinha e a Serra do Espigão na região dos sertões, “seguindo entre Palmas e Campos Novos até tocar no Uruguai, logo abaixo do passo”.²²⁸

Sobre essas primeiras negociações, Francimar Petrolí chamou atenção para a postura mais ostensiva adotada pelos catarinenses após a criação da Província do Paraná. Diferente

²²⁶ PARANÁ (PROVÍNCIA). **Relatório apresentado a Assembleia Legislativa pelo presidente da Província Zacarias de Góes e Vasconcellos**. Curitiba, 15 de julho de 1854. Tipografia, Paranaense de Candido Martins Lopes. 1854. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/179#?c=0&m=0&s=0&cv=1&r=0&xywh=-140%2C1520%2C1927%2C1360>. Acesso em: 28 mar. 2020. p. 83-6.

²²⁷ Ibidem, loc. cit.

²²⁸ Ibidem, loc. cit.

Devemos ter em mente que a delimitação das fronteiras internas do Sul do país não era um simples estabelecimento de linhas divisórias dividindo duas unidades administrativas. Por trás de toda essa negociação havia uma série de interesses políticos, administrativos e econômicos. Dentre eles, talvez um dos mais marcantes fosse a cobiça pelo controle fiscal do território, pois isso significaria a incorporação dos lucros arrecadados com a cobrança dos impostos nas barreiras fiscais instaladas em Passo Dous (também conhecido como Passo Goyo-En), Chapecó e Rio Negro – todas fixadas nas terras contestadas. Dessa forma, não foram poucas as medidas adotadas por essas províncias no intuito de consolidar suas posses e ao mesmo tempo dominar esses postos fiscais, visto que a renda obtida desse setor poderia ser decisiva no processo de afirmação política e econômica vivenciado por ambas durante as décadas de 1850 e 1860.²³¹ Outras duas problemáticas envolvidas na Questão de Limites era a ambição de controlar as ações de colonização do território e ainda atuar no comando das atividades de exploração, exportação e tributação da erva-mate. Durante as décadas de 1870 e 1880, esse ramo comercial havia crescido consideravelmente nas zonas dos vales do rio Negro e Iguazu por conta da grande quantidade de ervais nativos existentes, tornando-se alvo das políticas territoriais tanto do Paraná como de Santa Catarina.²³²

Toda essa situação de indefinição também acabava por dificultar as ações premeditadas pelo governo imperial. Embora o Paraná e Santa Catarina fossem consideradas províncias “pequenas”, elas não deixavam de ser peças fundamentais na organização da Fronteira Sul. Assim, a incerteza jurisdicional vivenciada por essas unidades poderia ser um empecilho para a criação das materialidades necessárias para evocação do *uti possidetis* em caso de disputas com as nações vizinhas. Esse elemento, em conjunto com as pressões exercidas pelas bancadas provincianas devido aos problemas citados nos parágrafos anteriores, podem ter influenciado na promulgação do Decreto nº 3.378, de 16 de janeiro de 1865, no Aviso Imperial de 21 de outubro de 1865 e no Aviso Imperial de 14 de janeiro de

²³¹ Vale lembrar que esse imposto era cobrado desde o período colonial, entretanto, a partir das reformas liberais de 1830, a renda recolhida dessa atividade passou a ser incorporada ao tesouro das províncias. Para uma discussão completa sobre o assunto ver o item 3.4 “Tributos do gado e desenvolvimento provincial” da tese de Francimar. Cf. PETROLI, 2018, p. 200 et. eq.

²³² Nesse ponto, Petrolí não se refere somente à colonização estrangeira, mas a todas as medidas adotadas no intuito de melhorar estradas, formar novos povoados, freguesias, cidades, vilas, expandir atividades pecuárias, controle das populações indígenas, desenvolvimento da agricultura, indústria, comércio, etc. Cf. Ibidem, p. 195 e 216.

1879. Essas medidas administrativas foram tomadas após algumas discussões na esfera nacional e visavam definir provisoriamente os limites entre os litigantes.²³³

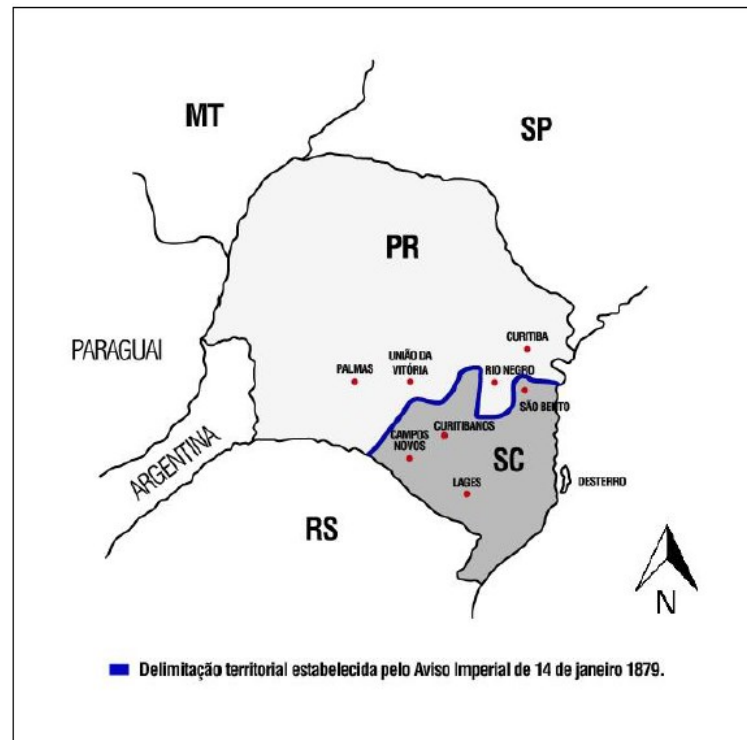
Em síntese, o decreto de 1865, estabeleceu como divisas provisórias do Paraná e Santa Catarina os rios Sahy-Guaçu, a Serra do Mar, o rio Marombas desde sua vertente até o rio Canoas e deste até o rio Uruguai. Contudo, devido a forte pressão exercida pelos catarinenses, acusando Jesuíno Marcondes de Oliveira de Sá – Ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas na época – de ter interferido na promulgação do decreto, o mesmo foi revogado pelo Aviso de 21 de outubro de 1865 até a expedição de uma nova ordem.²³⁴ Essa nova delimitação só ocorreu com a publicação do Aviso de 1879, modificando a linha divisória Decreto de 1865 do rio Marombas para o rio do Peixe. De acordo com Paulo Pinheiro Machado, essas medidas adotadas pelo governo imperial estavam relacionadas à tributação do comércio do gado do ponto de vista da arrecadação nacional e serviram como divisas provisórias para as duas unidades administrativas até a resolução do conflito na Primeira República.²³⁵ A seguir apresentamos um mapa de como ficou dividido o território de acordo com esse último pronunciamento.

²³³ PETROLI, 2018 p. 185 e 193.

²³⁴ O Decreto de 1865 era extremamente prejudicial aos catarinenses. Além de diminuir seu território, dificultar a colonização do Rio Negro, ele também deixava para o Paraná a arrecadação de todos os tributos referentes ao comércio do gado. Cf. *Ibidem*, loc. cit.

²³⁵ MACHADO, 2004, p. 126.

Figura 8 - Delimitação territorial estabelecida pelo Aviso Imperial de 14 de Janeiro de 1879.



Fonte: O mapa original encontra-se no livro *Lideranças do Contestado* de Paulo Pinheiro Machado. Contudo, o apresentado aqui foi retirado da tese de Francimar Petrolí que fez algumas pequenas alterações no documento original. CF. MACHADO, 2004 p. 304; PETROLÍ, 2018, p. 191.

A nova jurisdição provisória definindo um *status quo* da divisa entre as duas unidades administrativas foi importante para Santa Catarina ampliar seu patrimônio e conseguir desenvolver melhor os municípios de Lages, Curitibanos e Campos Novos. Contudo, a situação ainda era encarada como prejudicial para a prática das políticas premeditadas pelas suas elites na questão da colonização da região sul do vale do Rio Negro. Nesse sentido, os catarinenses seguiram alegando que aquela linha divisória diminuía seu território e poder econômico, ocasionando o seu enfraquecimento nas esferas imperiais poder. Como resultado dessa contestação, a Questão de Limites ficou latente até o fim do período Imperial.²³⁶ Para Petrolí, a não resolução do conflito durante no século XIX esteve ligada à complexidade do assunto dentro do processo de formação da unidade territorial do império e dos limites provinciais. Delimitar as fronteiras internas não era uma tarefa simples, pois demandava lidar com as diferentes forças políticas representadas pelas elites regionais fortemente engajadas em concretizar seus interesses no ambiente nacional. Nesse sentido, para o Legislativo,

²³⁶ PETROLÍ, 2018, p. 191.

estabelecer as linhas internas era uma questão muito delicada, deixando para a República uma importante pendência a ser resolvida.²³⁷

1.4 BRASIL VS ARGENTINA: A QUESTÃO DE PALMAS/*MISIONES*

Conforme foi se aproximando o final do século XIX, um novo litígio na zona dos Campos de Palmas começou a ganhar mais espaço dentro das preocupações dos brasileiros, independente das suas regiões: a Questão de Palmas/*Misiones*. Incertezas sobre os limites entre Brasil e Argentina, na região dos rios Santo Antônio e Peperi-Guaçu, pairavam desde 1857, quando os dois países tentaram assinar o “Tratado de Limites e Extradicações de Criminosos”. O desenrolar dessa história culminaria numa reivindicação oficial dos argentinos, em 1881, pela posse da região de Palmas, ou como chamado pelos nossos vizinhos, da região de *Misiones*. A disputa entre duas potências nacionais acalmou os ânimos dos paranaenses e catarinenses e voltou os olhos do povo brasileiro para primeira disputa territorial de cunho internacional.

Se os Campos de Palmas eram promissores para os paranaenses e/ou a principal fonte de riqueza dos catarinenses, devemos ter em mente que para o Brasil, ele também representava um território estratégico e de grande potencial econômico para o desenvolvimento da nação. No entanto, para serem aplicadas as políticas necessárias para sua integração e exploração, a posse brasileira sobre aquelas terras deveria estar garantida. Para atingir esse nível de segurança, tornava-se necessário o estabelecimento jurídico do espaço de soberania de cada Estado, uma medida fundamental para o controle das áreas ainda não completamente integradas ao território nacional.²³⁸ Se do período colonial até meados do século XIX, as medidas de conquista e usurpação do território dos povos indígenas visaram tornar essa região parte do patrimônio brasileiro, a partir da segunda metade do século XIX, os interesses de exploração ficavam mais fortes e com eles, a necessidade de garantir aquela porção do território para o Brasil.

²³⁷ PETROLI, 2018, p. 304.

²³⁸ Isso não quer dizer que essas áreas, até a definição jurisdicional, não sejam objeto de uma valorização espacial através de práticas materiais ou representações. No entanto, somente depois do reconhecimento dos limites internacionais é possível aplicar de forma mais eficiente às políticas territoriais nessas localidades. Antes da jurisdição, o principal objetivo é assegurar a conquista espacial. Cf. MORAES, 2018, p. 102.

Para Cristina Moraes, uma das primeiras práticas sociais²³⁹ a ser realizada para a integração de um fundo territorial como os Campos de Palmas era a “partilha espacial”. Uma medida necessária justamente por essa região estar localizada dentro da Bacia Platina, zona marcada por diversas disputas territoriais ao longo do tempo e contínuas revisões dos limites dos países ali presentes.²⁴⁰ Essa ação possibilitava a constituição de um território delimitado, dentro do qual um Estado determinado é dotado de autonomia para o exercício de sua autoridade. Portanto, o próprio território de um país pode ser entendido como uma categoria espacial resultante dessa prática, sendo um local constituído a partir das relações de poder. Esse era o cenário em que Brasil e Argentina protagonizaram o primeiro processo de partilha do fundo territorial de Palmas, visando delimitar as áreas de atuação dos dois governos.²⁴¹

Após as independências dos dois países, ambos defendiam seus territórios como aqueles herdados de suas antigas metrópoles. Entretanto na localidade dos Campos de Palmas, os Tratados de Madrid e Santo Idelfonso nunca chegaram a um consenso. As comissões demarcatórias sempre tiveram seus processos interrompidos ou apresentaram informações incertas, abrindo brechas para a construção de novos discursos fronteiriços. As principais dúvidas recaíam sobre a localização dos rios Peperi-Guaçu e Santo Antônio, tomados como os limites naturais dos dois países, e no próprio topônimo da área, vista pelos argentinos como *Misiones*²⁴² (as antigas Missões Jesuíticas paraguaias) e pelo governo brasileiro como Campos de Palmas.²⁴³

Segundo Heinsfeld, em 1857, José Maria da Silva Paranhos (futuro Visconde do Rio Branco), representando o Império Brasileiro, e Bernapé Lopez, representante da confederação Argentina, assinaram o “Tratado de Limites e Extradicações de Criminosos” definindo a fronteira entre os dois países pelos rios Peperi-Guaçu e Santo Antônio, conforme as comissões demarcatórias do Tratado de Madrid. Até esse momento, os argentinos ainda não

²³⁹ Cristina Moraes procura entender o processo de integração dos Campos de Palmas/Oeste Catarinense a partir da realização de práticas sociais, ou seja, por meio de intervenções geográficas realizadas no espaço por atores sociais. Nesse sentido, ela identifica essas práticas através de verbos para sugerir uma ideia de movimento remetendo melhor a ideia de formação. Ao longo da sua tese ela apresenta seis verbos: partilhar, alinhar, conhecer, representar, tecer e cultivar. MORAES, 2018, p. 54-5.

²⁴⁰ A autora entende o conflito de limites entre Paraná e Santa Catarina como uma segunda etapa dessa partilha espacial necessária para a integração dos Campos de Palmas ao território nacional. Cf. *Ibidem*.

²⁴¹ *Ibidem*, p. 56-7.

²⁴² Uma das questões que não podemos deixar passar batido é que, embora o Barão do rio Branco designasse a região como Campos de Palmas, para a população brasileira em geral essa região era conhecida como Missões. Isso pode ser constatado nas notícias dos períodos sobre o conflito e nos relatórios de autoridades da época.

²⁴³ MORAES, op. cit., p.103; WACHOWICZ, 1987.

questionavam esses limites. Contudo, durante a aprovação na Câmara e no Senado do país vizinho, os argentinos modificaram o artigo 2º, afirmando que os rios Peperi-Guaçu e Santo Antônio seriam mais ao oriente (atualmente os rios Chapecó e Chopim), os mesmos demarcados pelos membros da comissão espanhola Joaquim Gondim e Andre de Oyarvide.²⁴⁴ Com essa mudança, a argentina reivindicava um pedaço dos Campos de Palmas para si. No entanto, a mudança feita pelos vizinhos e a instabilidade interna vivida na província de Buenos Aires acabaram impossibilitando a ratificação do tratado, tornando-se letra morta.²⁴⁵

Nesse contexto, em 1860, o governo brasileiro buscou fazer alguns reconhecimentos dos afluentes do Rio Uruguai, praticamente confirmando as demarcações do Tratado de Madrid. O interesse brasileiro em resolver esse problema também estava atrelado à questão de segurança nacional, pois com uma possível anexação dessa região à Argentina, a comunicação do Rio Grande do Sul com as outras áreas do Brasil ficaria muito debilitada.²⁴⁶ Para Cristina Moraes, além das questões geoestratégicas, também estava em jogo a exploração de recursos naturais, principalmente de madeira e erva-mate, produtos em grande abundância nessa zona. A autora ainda salienta a incorporação ao patrimônio nacional das sete quedas.²⁴⁷

Uma das medidas tomadas pelo governo brasileiro para a manutenção das zonas de fronteira foi a criação de colônias militares ao longo do território, estratégia muito parecida com a implementada pelos portugueses durante o período colonial. Entre os objetivos dessas colônias, estava a defesa do território contra expansão dos países vizinhos, o controle da população interna (indígenas, quilombolas, pobres livres e povos tradicionais) e também a tentativa de fiscalização e fomento das atividades comerciais. A opção por colônias militares tornou-se mais oportuna para o Império do que as construções das caríssimas estradas de ferro.²⁴⁸ Dessa forma, através do Decreto Imperial nº 2.502, de 16 de dezembro de 1859, o governo brasileiro estipulou a criação na área litigiosa das colônias militares de Chapecó e Chopim, ligadas ao governo federal e dentro da jurisdição provisória paranaense. Entretanto,

²⁴⁴ HEINSFELD, 2014, p. 73-5

²⁴⁵ Ibidem, p. 77-9.

²⁴⁶ Ibidem, p. 80.

²⁴⁷ Cristina Moraes, embora declare que as questões das sete quedas não tenham sido mencionadas como potencia energética durante as discussões, demonstra como ela chamou atenção dos países durante a discussão, merecendo fotografias e menções como um grande elemento a ser incorporado ao território nacional. Para saber mais. Cf. MORAES, 2018, p. 132-6.

²⁴⁸ BRUGMMAN, 2013, p. 37-38 apud MORAES, 2018, p. 124-5.

sua instalação ocorreu somente vinte anos depois, quando as disputas se intensificaram novamente.²⁴⁹

Em 1876, após a Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870), a questão de limites voltou a ser discutida. Durante as negociações das fronteiras entre Argentina e Paraguai, o Brasil atuou diplomaticamente impedindo a Argentina de anexar ao seu país todo o território do Chaco Boreal. Para Heinsfeld, os argentinos não gostaram da atitude brasileira em relação ao Chaco e passaram a reivindicar oficialmente o território de *Misiones*/Palmas como seu.²⁵⁰ É claro que também havia outros interesses em jogo. Os argentinos estavam inseridos dentro da Divisão Internacional do Trabalho, através do modelo agroexportador, principalmente pela produção de carnes e cereais. No entanto, ainda necessitavam importar o mate brasileiro. Dentro desse quadro, a extensão das suas fronteiras ao leste visava a apropriação dessa riqueza natural, garantindo maior independência econômica, visto que a incorporação dessa zona lhe permitiria diminuir as importações de erva-mate.²⁵¹

Assim, em 1881, o presidente argentino apresentou oficialmente sua reivindicação pela região de Palmas/*Misiones*, através de uma medida administrativa na qual desagregou o território de *Misiones* da província de Corrientes, passando-o para a administração federal e nomeando seu irmão como governador do Território Nacional.²⁵² Dessa forma, o *Território Federal de Misiones* passou a ser composto pelos departamentos de *San Martin*, *Piray*, *San Xavier*, *Monteagudo* e *Iguaçu*, sendo os dois últimos inseridos dentro do território considerado brasileiro. Um mapa chegou a ser elaborado, produzindo uma apropriação simbólica da zona. Em contra partida, o governo brasileiro, instalou as duas colônias militares (Chapécó e Chopim) no território paranaense – onde atualmente estão localizados os municípios de Chapecozinho (PR) e Xanxerê (SC) – justamente à beira dos rios reivindicados pelos argentinos.²⁵³

²⁴⁹ HEINSFELED, 2014, p. 99.

²⁵⁰ *Ibidem*, p. 80-1.

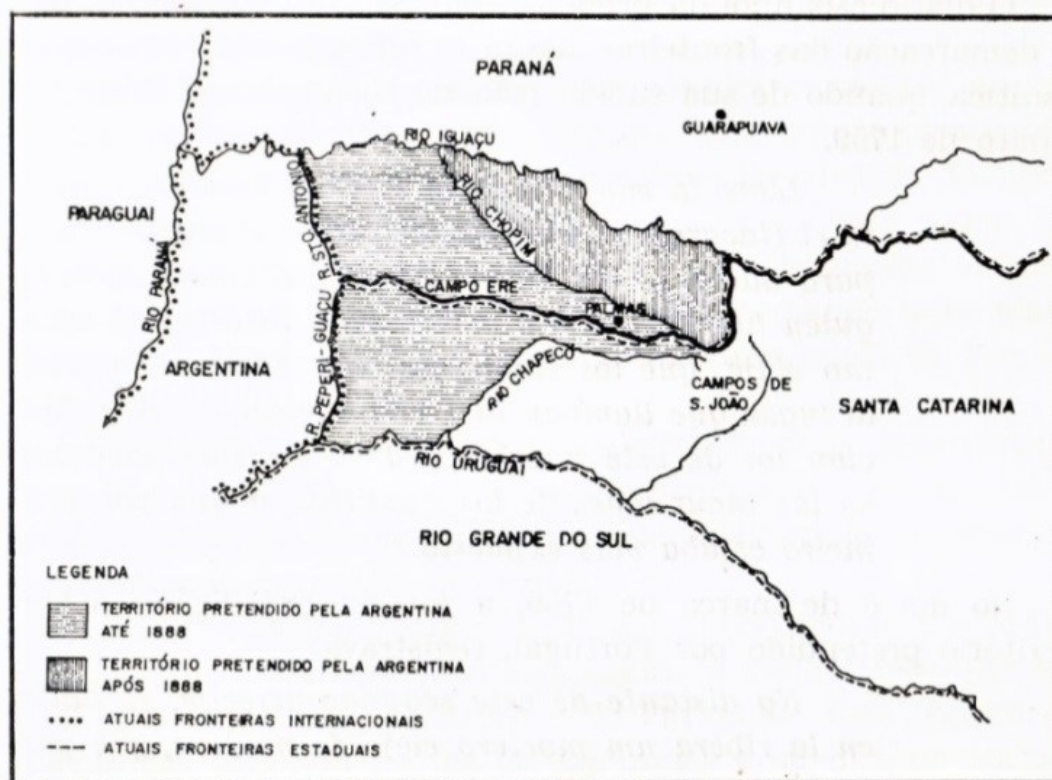
²⁵¹ MORAES, 2018, p. 121.

²⁵² *Ibidem*, p. 114-5.

²⁵³ Através dessas colônias, o Império brasileiro construía uma tessitura na região, isto é, através de pequenos pontos, formava ao longo do território uma espécie de rede, permitindo colocar em prática ações de exploração, representação, controle e defesa dessas áreas além dos limites das principais sedes do regime monárquico. Contudo, não devemos entender esses locais como “vazios” ou “desabitados”. Paulo Pinheiro Machado chamou atenção para a constatação dos responsáveis pela instalação das colônias militares de uma série de famílias sertanejas instaladas naquelas terras. Cf. MACHADO, Paulo Pinheiro. O sertão de Palmas: fronteira agropastoril e conflitos sociais. In: **Congresso Latino Americano de Historia Económica**, 2007. Montevideo. Anales del Primer Congreso Latino Americano de Historia Economica. Montevideo:

Com objetivo de resolver o litígio, em 1885, foi formada uma nova comissão mista chefiada pelo engenheiro Guilherme Schüch (Barão de Capanema), representando o Brasil, e o general José Ignacio Garmendida, representando a Argentina. Seu principal objetivo era explorar os rios Peperi-Guaçu, Santo Antônio, Chapecó e Chopim e o território situado entre eles. Contudo, os resultados não foram satisfatórios. Em 1886, outra comissão se reuniu em Montevideú para traçar novos planos de reconhecimento. Entretanto, novamente predominou a discordância da localização dos dois rios. Os argentinos ainda defenderam que o rio *San Antonio-Guazu* (descoberto por Oyarvide) seria, na verdade, o rio Jangada e não o rio Chopim. Nesse contexto, a partir de 1888, a Argentina passou a reivindicar não mais os rios Chapecó e Chopim, mas sim os rios Chapecó e Jangada, expandindo ainda mais suas fronteiras para o leste, conforme o mapa a seguir.²⁵⁴

Figura 9 - Mapa da reivindicação Argentina antes e após 1888.



Fonte: Imagem retirada do livro de Ruy Christovam Wachowicz. Cf. WACHOWICZ, 1985, p. 29.

International Economic History Association - Universidad de la Republica, 2007. v. 1. p. 53-68. p. 57-8; RAFFESTIN, 1993 apud MORAES, 2018, p. 119.

²⁵⁴ HEINSFELD, 2014, p. 103.

Como os dois países não estavam conseguindo dar fim à questão, em 7 de setembro de 1889, foi assinado um tratado determinando que em um prazo de 90 dias, ou seriam estabelecidos os limites via acordo, ou a decisão seria submetida ao Presidente dos Estados Unidos da América, na condição de árbitro.²⁵⁵ Poucos meses depois, o Brasil proclamou a República, dando início a uma nova fase política no país. Nesse contexto, o ministro das relações exteriores da Argentina, Estanislau Zeballos, promoveu uma manobra procurando dar fim à pendência entre os dois países. O diplomata argentino sugeriu ao presidente Juárez Clemman, que seu país fosse o primeiro a reconhecer a nova República e fizesse um convite ao ministro das relações exteriores do Brasil, Quintino Bocaiuva, para ir a Buenos Aires, onde seria recebido com homenagens e depois seria feita uma proposta de divisão do território em disputa.²⁵⁶

Atingindo o objetivo proposto, em janeiro de 1890, foi assinado o Tratado de Montevideo repartindo o território litigioso. A divisão seria feita através de uma linha partindo da foz do rio Chapecó a foz do rio Chopim, procurando abranger também a cabeceira de alguns rios mais próximos, a fim de que o Brasil mantivesse sob sua jurisdição os territórios já ocupados. Entretanto, um movimento se instaurou na capital federal, tendo à frente os periódicos JORNAL DO COMÉRCIO, A TRIBUNA e GAZETA DE NOTÍCIAS, rechaçando completamente essa solução e mobilizando a opinião pública. Nesse contexto, a comissão especial da Câmara dos Deputados, responsável por verificar o tratado para sua aprovação, emitiu um parecer rejeitando-o. As motivações alegadas eram que o Brasil já tinha soberania nesse território, tendo autoridades, barreiras fiscais, indústrias, estradas, pontes, telégrafo, uma população de 8 mil pessoas (sem nenhum argentino) e também por ser a sede da Comarca de Palmas. Assim, por 142 votos contra 5, a Câmara aceitou o parecer da comissão e rejeitou o Tratado de Montevideo, resultando em grande comemoração na imprensa.²⁵⁷

1.4.1 O processo de arbitramento: a consagração de Rio Branco

²⁵⁵ HEINSFELD, 2014, p. 104

²⁵⁶ Ibidem, p. 105.

²⁵⁷ Ibidem, p. 109 e 123-124.

Chegado ao fim do prazo para a resolução via acordo direto, ambos os países tiveram que aceitar a resolução via arbitramento. Esse processo consistia na apresentação de uma defesa de cada uma das partes para um árbitro, elencando os principais motivos de serem os donos da região. Inicialmente os representantes foram Benjamin Harrison (Argentina) e o Barão de Aguiar de Andrade (Brasil), entretanto, ambos faleceram antes de apresentar sua defesa. Para substituir os primeiros advogados o governo brasileiro nomeou José Maria da Silva Paranhos Junior, o Barão do Rio Branco, enquanto a Argentina repassou a responsabilidade para Estanislao Zeballos, ex-ministro das relações exteriores e negociador do Tratado de Montevideo. Ambos deveriam apresentar sua defesa para o Presidente norte-americano Groover Cleveland.²⁵⁸

O Barão do Rio Branco era conhecido por ter grande estudo nas áreas de História e Geografia. Em 1870, já havia acompanhado seu pai nas negociações do tratado de paz entre Brasil, Argentina e Uruguai. Desde 1882, ele vinha mostrando interesse nas questões limítrofes com a Argentina. Desde o início, defendeu que a resolução da questão era muito simples se estudada a partir dos diários de demarcações das comissões de 1759.²⁵⁹ De acordo com Cristina Moraes, a documentação e argumentação, usadas pelo Barão, retomavam as estratégias e a imagem da América Colonial com as fronteiras desejadas pela Coroa Portuguesa a partir do Tratado de Madrid. Assim como os lusitanos trocaram os nomes dados pelos jesuítas de Ibiturunas/Biturunas para Campos de Palmas para utilizar o *uti possidetis*²⁶⁰, o Barão também propôs a troca do nome da querela de “Questão de *Misiones*” para “Questão de Palmas”, para utilizar-se desse argumento.²⁶¹ A incorporação das questões do povoamento se deu por que no pensamento político, social e territorial da época, a capacidade de um Estado de ocupar efetivamente um espaço e construir condições para o crescimento de sua sociedade era importante para alegar a posse da região. Nesse aspecto o Brasil estava à frente, tendo maior presença na área litigiosa do que os argentinos, dando força ao *uti possidetis* utilizado nas decisões jurídicas territoriais internacionais.²⁶² A passagem abaixo demonstra a presença desse elemento dentro do seu dossiê arbitral:

²⁵⁸ HEINSFELD, 2014, p.129-131.

²⁵⁹ Ibidem, p. 135-7.

²⁶⁰ “A erradicação da toponímia missionária e a renomeação dos lugares e acidentes geográficos foi parte de uma política mais ampla de afirmação da soberania interna e externa da coroa portuguesa no continente americano” KANTOR, 2009, p. 47 apud MORAES, 2018, p.112-3.

²⁶¹ MORAES, op. cit., p. 111-112.

²⁶² Para Cristina Moraes, foi a partir da Doutrina Monroe e do Destino Manifesto americano que se elaboraram as políticas territoriais e os projetos nacionais dos países americanos, sobretudo em finais do século XIX e

Em 31 de dezembro de 1890, data do último recenseamento a que se procedeu no Brasil, a população da comarca de Palmas era de 9.601 habitantes, dos quais 9.470 brasileiros e 131 estrangeiros. A parte contestada dessa comarca tinha então 5.793 habitantes, sendo brasileiros 5.763 e estrangeiros 30. Entre esses não havia um só cidadão argentino. O número de prédios urbanos e rústicos era de 1.004.²⁶³

A defesa do Brasil foi preparada através da Missão Especial dos Estados Unidos, chefiada pelo Barão do Rio Branco, e composta pelo general Dionísio de Castro Cerqueira, segundo plenipotenciário, Almirante Cândido Guilhobel, conselheiro técnico, Olinto de Magalhaes, Domingos Olimpio Braga Cavalcante e Domicio da Gama, secretários e Charles Girardot, tradutor.²⁶⁴ Também teve participação nas negociações o ministro das relações exteriores, Salvador de Mendonça. Construindo sua defesa por via diplomática e científica, em 8 de fevereiro de 1894, o Barão do Rio Branco entregou a “Exposição que os Estados Unidos do Brasil apresentam ao Presidente dos Estados Unidos da América, como árbitro, segundo as estipulações do tratado de 7 de setembro de 1889, concluído entre Brasil e a República Argentina”. Entre os documentos mais importantes, encontrava-se o Mapa das Cortes de 1749 por já ter assinalado o rio Pequeri, em 1750. Um ano depois, Groover Cleveland emitiu sua sentença, na qual estabeleceu a linha divisória entre as duas repúblicas os rios Peperi-Guaçu e Santo Antonio designados pelos brasileiros e os mesmos reconhecidos pelos comissários portugueses nas demarcações de 1759.²⁶⁵ A vitória de Rio Branco alavancou o início da sua projeção na diplomacia brasileira, sendo considerado atualmente pela escola militar de Guerra um dos patronos das fronteiras do Brasil e fundador da nossa nacionalidade.²⁶⁶

início do século XX. É dentro desse contexto que as questões de povoamento e redes geográficas ligando as entidades administrativas, tornavam-se sinônimos de gestão de território, aliado a capacidade mobilização de elementos tecnológicos. Nesse cenário, os brasileiros estavam à frente, pois já possuíam navegação nos rios Iguaçu, possuíam telégrafos nas vilas de Palmas, Boa Vista de Palmas e nas duas colônias militares, além de ferrovias ligando o litoral as regiões mais ao oeste, como a Ferrovia de Paranaguá em direção a Castro e Ponta Grossa. Cf. MORAES, 2018, p. 121-2 e 129.

²⁶³ Será pautado nessas argumentações que os paranaenses vão alegar que o Brasil só conquistou o território litigioso graças presença dos seus “patrícios”. Sobre a citação: Cf. RIO BRANCO, 2005, p.61 apud MORAES, op. cit., p. 129.

²⁶⁴ MORAES, op. cit., p. 145-7.

²⁶⁵ HEINSFELD, 2014, p. 150

²⁶⁶ Nos anos seguintes, Rio Branco transformou o Brasil, num país “satisfeito territorialmente”, isto é, que conseguiu alcançar o território desejado. Ele foi responsável pela defesa brasileira nas disputas territoriais com a Guiana Francesa (1900), Bolívia (1903), Equador (1904), Guiana Inglesa (1904), Guiana Holandesa (1906), Colômbia (1907), Peru (1909) e Uruguai (1909). Cf. *Ibidem*, p. 161.

Mas afinal quais foram as razões do árbitro para dar causa ganha ao Brasil? A historiografia brasileira apontou como fator decisivo as razões histórico-jurídicas apresentadas por Rio Branco. Há também a visão considerada pela própria imprensa da época que a vitória se deu por causa dos mapas apresentados. Heinsfeld, embora considere Rio Branco um grande geopolítico, afirma ser ingenuidade crer que o árbitro deu causa ganha para o Brasil somente pelo “direito brasileiro”. Por outro lado, Cristina Moraes aponta os perigos de dar a vitória apenas pelo uso dos mapas.²⁶⁷ No entanto, existe um ponto em concordância entre os dois autores: ambos atribuem a vitória às relações econômicas entre Brasil e Estados Unidos.

1.4.1.1 Vitória brasileira: “Viva o futuro Estado das Missões”?

Após a divulgação do laudo favorável de Cleveland, a imprensa brasileira se manifestou massivamente pelo país felicitando a vitória brasileira. O Barão do Rio Branco foi bastante exaltado pela sua exposição histórico-jurídica e por ter garantido aquela faixa territorial ao país. Tendo em vista que o Brasil, entre os anos de 1893-1895, tinha acabado de passar pela Revolução Federalista²⁶⁸, grande parte dos intelectuais e jornalistas da época sinalizaram a segurança nacional como uma das maiores conquistas dessa vitória, pois corria um discurso de que se os argentinos ganhassem, o estado do Rio Grande do Sul poderia ser desanexado do Brasil facilmente.

²⁶⁷ Para autora, uma referência imediatista ao Mapa das Cortes de 1749, reduz às causas da resolução a uma mera representação, ocultando toda uma construção estratégica, histórica, de caráter diplomático, cartográfico e mobilizadora de sistemas culturais jurídicos. Por outro lado evidenciar os elementos científicos, culturais e políticos presentes desde as práticas ibéricas e retomados durante esse período permite demonstrar a importância da construção de um discurso para apropriação dos espaços. Portanto, Para autora, o discurso brasileiro obteve sustentação, por estar norteado pelas práticas e argumentações construídas no período lusitano. Daí decorre o porque do uso dos mapas do Tratado de Madrid por Rio Branco. Cf. MORAES, 2018, p. 147.

²⁶⁸ A Revolução Federalista ocorreu entre fevereiro de 1893 e agosto de 1895, sendo a mais séria das contestações enfrentadas pelo regime republicano instaurado em 1889. Ocorrida principalmente no Rio Grande do Sul, uma das regiões mais instáveis do Brasil naquele período, ultrapassou as fronteiras desse estado, chegando a Santa Catarina em novembro de 1893 e ao Paraná em janeiro de 1894. O movimento também buscou se unir aos rebeldes da Revolta Armada no Rio de Janeiro, colocando seriamente em risco a República Brasileira. O confronto se dava entre os republicanos históricos, adeptos do positivismo e membros do Partido Republicano Rio-grandense (PRR) em oposição aos chamados liberais, fundadores do Partido Federalista Brasileiro (PFB) em março de 1892. Cf. OLIVEIRA, Rodrigo Santos de. OS 120 ANOS DA GUERRA CIVIL DE 1893. *Historiae*, Rio Grande, v. 4, n. 2: 137-147, 2013. p. 139-40.

Dentro desse contexto a questão da fronteira com a Argentina assumiu um caráter fortemente nacionalista.²⁶⁹ Uma notícia publicada, no dia 13 de fevereiro de 1895, no periódico carioca JORNAL DO COMÉRCIO, exprimiu uma manifestação no Rio de Janeiro da seguinte forma:

Poucas vezes tem assistido esta Capital a uma manifestação de caráter tão popular e tão entusiasticamente popular como a que ontem realizou-se em honra do Barão do Rio Branco e de seus companheiros na missão diplomática que afirmou de modo incontestável nas relações internacionais o nosso direito ao território chamado das Missões. Todas as classes da nossa sociedade, mesmo as mais arredias se mostraram em atos públicos de júbilo, concorrerão para o brilho dessa manifestação [...] o que ainda mais salientou a manifestação de ontem foi a ausência do espírito partidário que tão corrompe e tudo deturba; só prevaleceu o sentimento inato do homem cidadão - o amor da pátria, que é uma só, por só, por vários que sejam os modos de servi-la neste ou naqueles princípios políticos [...].²⁷⁰

Naquele dia, praticamente todas as casas comerciais fecharam as portas. O presidente da República, ao se pronunciar também, enalteceu a participação popular, afirmando que encontravam-se ali tanto os que viviam no palácio, como os que viviam na choupana.²⁷¹ Na cidade de Porto Alegre as manifestações ocorreram da mesma forma, com *meetings*²⁷² populares, bandeiras alçadas, bandas, etc.²⁷³ Em Florianópolis, além dos festejos, os catarinenses aproveitaram para alfinetar os paranaenses:

O Povo Catarinense rejubila-se duplamente por ver aumentado o Estado de Santa Catarina com aquele território, que lhe pertence, e em cuja posse vai entrar em breves dias. Tão agradável quão desejada notícia anima-nos a pedir ao povo, sem distinção de classes e de matizes políticas, que se reúna, à tarde, no jardim Almirante Gonçalves.²⁷⁴

As manifestações ocorridas pelo Brasil nos permitem fundamentar uma argumentação desenvolvida por Cristina Moraes e Robert Moraes. Para os autores, devido a escassez populacional do país, as marcas do regime escravista e a presença dos povos nativos, teve-se a dificuldade de se estabelecer uma Nação de acordo com os moldes identitários vigentes nos

²⁶⁹ HEINSFELD, 2014, p. 157.

²⁷⁰ JORNAL DO COMÉRCIO, Rio de Janeiro, 13 de fevereiro de 1895. **Gazetilha: manifestação Popular**, p.2, c. 7-9.

²⁷¹ Ibidem, loc. cit.

²⁷² Palavra utilizada na época para designar manifestações populares nas ruas.

²⁷³ HEINSFELD, op. cit., 157.

²⁷⁴ REPUBLICA, Florianópolis, 9 de fevereiro de 1895. **Boletim da República**, p. 1, c. 2.

centros europeus, desencadeando características diferenciadas no nacionalismo brasileiro.²⁷⁵ Uma dessas peculiaridades foi a identificação do país não pela sua sociedade, mas sim pelo seu território. Como podemos perceber nos periódicos da época, a conquista da região das Missões mobilizou diversas classes populares, unificou partidarismos e animou no íntimo o sentimento de pátria brasileira, corroborando com a argumentação dos autores. Essa relação entre patriotismo e território poderá ser percebida novamente, no entanto, atrelado a um contexto mais local, quando paranaenses e catarinenses desenvolverão esse sentimento na defesa dos seus estados.

Antes de passarmos para o próximo capítulo, cabe investigar mais um ponto dentro das questões referentes ao Território das Missões. Uma notícia publicada no periódico *A REPUBLICA*, datada do dia 9 de fevereiro de 1895, chamou atenção por uma de suas manifestações. O Quartel General do 3º Distrito Militar de Curitiba, após dar congratulações à vitória brasileira, terminou com um “Viva o Brasil República! **Viva o Futuro Estado das Missões!**”²⁷⁶ (grifo nosso). E não parou por aí, no dia 7 de novembro de 1895, passado algum tempo da vitória brasileira, correu uma notícia pela capital curitibana, publicado no jornal *A TRIBUNA*:

Consta-nos que o Governo da União cogita em organizar um novo Estado na grande e importantíssima zona, de ha muito reclamada pelo Governo Argentino, porém agora restituída ao seu verdadeiro dono pelo laudo do Presidente Cleveland [...] Sem dúvida nenhuma que a capital do futuro Estado será ligada aos nossos mercados por vias de comunicação fáceis e econômicas e também com os vizinhos centros populosos da República Argentina e do Estado do Mato Grosso. [...] Ao território das Missões! Que se forme ali um centro de vida ordeira e laboriosa.²⁷⁷

Parece que logo após ser anunciada a vitória brasileira sobre o território das Missões, o comando do Quartel General de 3º Distrito militar de Curitiba já andava pensando na possibilidade de formar naquela região um novo estado. Talvez a alta dos militares durante o regime de Floriano Peixoto, em 1895, e sua responsabilidade de cuidar das zonas de fronteira tivessem impulsionado esse pensamento, ou presumiam que seria essa a atitude do Governo Federal. A segunda notícia tende a encaminhar nossas hipóteses para esse caminho. Conforme a matéria do jornal *A TRIBUNA*, o Governo Federal parecia cogitar organizar um novo

²⁷⁵ Nosso objetivo com essa discussão é apenas resgatar a argumentação do autor e discutir algumas manifestações nacionalistas nas fontes, evitando entrar no debate mais profundo sobre o conceito de “Nação”. Cf. MORAES, 2008, p. 92; MORAES, 2018, p. 22.

²⁷⁶ *A REPUBLICA*, Curitiba, 9 de fevereiro de 1895. **Quartel General do 3º Districto Militar**, p. 1, c. 2.

²⁷⁷ *A TRIBUNA*, Curitiba, 7 de novembro de 1895. **Território das Missões**, p. 1, c. 1-2.

Estado na região recentemente ganha pelo Brasil. Os redatores paranaenses nem questionavam essa ideia. Pelo contrário, até falavam sobre os benefícios para os estados vizinhos. Infelizmente não foi possível encontrar alguma menção do Governo Federal sobre esse projeto. No entanto, nos anos seguintes, a discussão sobre a quem pertenceria as terras adquiridas em acordos internacionais ocuparia um lugar central nos debates de juristas e políticos republicanos. Nesse sentido, uma coisa era certa: o destino dos Campos de Palmas ainda não estava definido. Embora fosse declarado brasileiro, ainda era necessário saber se ele seria do Paraná, de Santa Catarina, da União ou, ainda, se formaria um novo estado da Federação.

Ao longo desse capítulo procuramos reconstruir a formação territorial dos Campos de Palmas dentro do contexto nacional e regional da Fronteira Sul. Uma das nossas constatações, com base nos autores estudados, foi o desenvolvimento de quase um século de ações visando a invasão, conquista, ocupação e a fixação de vilas e povoados nessa área pelos colonizadores luso-brasileiros e brasileiros. Durante esse processo, muitas disputas e alianças foram formadas, envolvendo uma série de atores sociais, como: indígenas, lavradores pobres, estancieiros, ervateiros, escravos, autoridades religiosas, autoridades militares, etc. Todo esse contexto revela a existência de uma estrutura histórico-geográfica marcada por intensos conflitos e instabilidades nessa zona do Sul do Brasil, podendo ser caracterizada como uma “fronteira aberta”. Além dos litígios em pequena escala ocorridos no âmbito local entre os sujeitos envolvidos, os Campos de Palmas também constituíram motivo de disputa tanto no âmbito regional, na Questão de Limites estabelecida entre as províncias de Paraná e Santa Catarina, como na esfera nacional, na Questão de Palmas, disputada pelo Brasil e Argentina.

Todavia, é importante salientar que, seja na definição das fronteiras externas ou internas do Império, a interação entre essas duas esferas eram frequentes e se influenciavam mutuamente.

Dessa forma, essas condições, em conjunto com os novos determinantes locais e estaduais emergentes nos próximos anos, serão o pano de fundo no qual alguns atores sociais do final da década de 1890 e início do século XX formularão novos projetos para o domínio e controle daquela área. Como vimos, a organização de grupos em defesa dos seus interesses

específicos e sua interferência na organização territorial das fronteiras foi comum na formação do Brasil oitocentista. Os novos mecanismos inaugurados nos primeiros anos da República só ampliariam, ainda mais, as condições desses sujeitos para influenciar nas decisões tomadas no quesito território. Portanto, será a respeito desses novos acontecimentos que nos dedicaremos e analisaremos nos próximos capítulos.

CAPÍTULO 2

2 PROJETOS ALTERNATIVOS NA FRONTEIRA SUL: O TERRITÓRIO FEDERAL DAS MISSÕES

A promulgação da República, em 1889, inaugurou um novo período na história brasileira e trouxe alguns elementos diferentes para o cenário nacional. No entanto, nem tudo aconteceu como o esperado, ou melhor, tudo ocorreu como as elites queriam. De acordo com Claudia Viscardi:

A mudança de regime, em 1889, representou a possibilidade de uma refundação da vida nacional, anunciada pela própria ideia de República, com sua potencialidade democrática, a que se acrescentavam a instituição do sistema federativo, a separação entre o Estado e a Igreja Católica e a adoção do princípio do sufrágio universal. **Contudo, os fatores de continuidade sobrepujaram os fatores de mudança, e o que seria uma refundação tornou-se uma recomposição das elites pelo alto.** A República foi, em grande medida, **um novo rótulo para uma velha garrafa.**²⁷⁸

O ideal republicano, associado historicamente à democracia, acabou por pouco contemplar essa faceta no Brasil. Christian Lynch ao analisar a construção institucional da República brasileira chamou atenção para os pronunciamentos de Joaquim Nabuco – principal chefe da campanha abolicionista entre 1888-1889 – combatendo a propaganda republicana do período. Para Nabuco, o movimento pela troca de regime iniciado no país não tinha nada de republicano, tratava-se, na verdade, de uma campanha orquestrada pelas elites insatisfeitas com o recente abolicionismo e interessadas em instaurar uma administração oligárquica no país. Assim, em sua visão, a entrega do poder para essas elites agrárias transformaria a política brasileira num grande colégio oligárquico e reacionário, fechando as portas para toda e qualquer possibilidade de pluralismo político, pois “as oligarquias republicanas, em toda a América, tem demonstrado ser um terrível impedimento à aparição política e social do povo”. Portanto, para o abolicionista a almejada República brasileira não produziria tão cedo efeitos democráticos ou republicanos, além de algumas reformas constitucionais.²⁷⁹

²⁷⁸ VISCARDI, 2012, p. 15, (grifo nosso).

²⁷⁹ NABUCO, 2005, p. 109 apud LYNCH, 2011, p. 298-99.

Segundo Lynch, Joaquim Nabuco foi profético. Um ano depois de promulgada a Constituição, enfrentando o país as ditaduras florianistas e os efeitos do primeiro estado de sítio, o senador Amaro Cavalcanti já demonstrava sua insatisfação com o novo regimento e exigia que a Constituição fosse lei viva, e não tomada como letra morta. De fato, a constituição promulgada, em 1891, ficou presa a uma interpretação conservadora que deixava propositalmente fluídos os limites dos seus comandos fundamentais para serem aplicados conforme os interesses do situacionismo oligárquico. O resultado de todo esse processo foi o estabelecimento de um quadro de baixíssima competição e pouca alternância do poder, pautado no monopólio das oligarquias e na fraude eleitoral.²⁸⁰

Renato Lessa partilha de uma visão parecida. Para o autor, os dez primeiros anos da República foram caóticos, mas tiveram um papel fundamental na sua organização configurada a partir de 1898. Para ele, a proposta de governo de Campos Sales (1898-1902) tomou por referência negativa não o Império, mas a experiência vivida na década anterior. Assim, a forma administrativa implantada viu nas oligarquias locais das principais unidades federativas os atores mais apropriados para a definição de um pacto institucional capaz de definir as regras de governabilidade. Como resultado, houve a inauguração da “política dos estados”²⁸¹. Segundo o autor, essa definição congelou a competição regional e permitiu a sustentação no poder das principais facções políticas do momento. Todo esse procedimento afastou ainda mais a população da esfera política, tornando os governadores estaduais os comandantes de “um grande condomínio oligárquico”.²⁸²

Por fim, Claudia Viscardi ao se debruçar sobre a análise desse período, denominou essa situação como “O Teatro das Oligarquias”. Contudo, a autora chama atenção para o fato de que esse “teatro” não era um mero jogo no qual todas as cartas estavam marcadas. Embora a política do período fosse assinalada por contingências, ela também era um espaço de opções, estratégias e de preferência dos atores sociais envolvidos. O ponto de análise para a construção do seu argumento conecta-se às sucessões presidenciais, demonstrando como as parcerias políticas compunham e se descompunham entre as unidades federadas, tornadas

²⁸⁰ LYNCH, 2011, p. 300.

²⁸¹ Em linhas gerais, essa política pressupunha uma maior autonomia do Governo Federal em relação ao Parlamento e a manutenção da harmonia entre os Estados e o Executivo Central, sem que estes abrissem mão da sua autonomia constitucional. A ideia era formar um Executivo Federal de caráter meramente administrativo, infenso às disputas e interesses regionalistas. Cf. SALLES, 1933, p. 120 apud VISCARDI, 2012, p. 35.

²⁸² LESSA, 1988, p. 166-7.

autônomas a partir da constituição de 1891. Dessa forma, um dos grandes objetivos de Viscardi é contrapor a ideia de que a estabilidade do regime estaria relacionada à aliança entre Minas e São Paulo, sugerindo, ao contrário: “que o modelo político em vigor no período em foco [...] teve sua estabilidade garantida pela instabilidade das alianças entre os estados politicamente mais importantes da federação, impedindo-se, a um só tempo, que a hegemonia de uns fosse perpetuada” com a exclusão definitiva dos demais.²⁸³ Nesse contexto, a autora vai ressaltar principalmente o estudo da história política como um dos aspectos mais interessantes da Primeira República, justamente por permitir uma análise extremamente rica da política das oligarquias, das formas como se deram as relações federativas dentro do regime, do sistema de participação restrita das populações e do fenômeno coronelista marcante do período.²⁸⁴ Portanto, serão esses os principais pontos aos quais nos dedicaremos daqui para frente.

Mesmo com os autores citados chamando atenção para uma sobreposição das antigas estruturas imperiais sobre o regime republicano, não podemos simplesmente afirmar que nada mudou. Conforme veremos neste capítulo, a partir da Constituição de 1891, os estados passaram a gozar de maior autonomia frente ao Governo Central em vários pontos da sua administração. Assim, um dos nossos enfoques será recuperar os debates ocorridos entre os “unisonistas” vs “federalistas” na disputa ocorrida durante os debates da Constituinte no início da década de 1890. Nesse embate, os políticos brasileiros se dividiram entre os defensores de um “federalismo moderado”, visando atribuir maiores poderes à União, e um “federalismo radical”, no qual a União deveria ficar apenas com as atribuições estritamente necessárias e os estados usufruísem de uma completa autonomia.²⁸⁵

Esse contexto será o pano de fundo para realizarmos uma discussão em torno das terras devolutas na Primeira República e a continuidade do processo de construção da Fronteira Sul. O surgimento de uma nova categoria de território – as áreas conquistadas em litígios internacionais – colocará novamente em debate as atribuições da União e a dos Estados e permitirá o surgimento de “projetos alternativos” na Fronteira Sul, conforme designado no título do capítulo. Esse projeto consistia na transformação do Território das Missões, incorporado definitivamente ao patrimônio brasileiro após o laudo de Cleveland, em

²⁸³ VISCARDI, 2012, p. 26.

²⁸⁴ Para a autora trata-se de uma política estritamente relacionada com os contextos econômicos e sociais, mas que mesmo assim, possui certo grau de autonomia. Cf. VISVARDI, op. cit., p. 28; RÉMOND, 2003.

²⁸⁵ SANCHES, 2008.

Território Federal da União, para depois constituir-se em Estado autônomo. Conforme veremos, essa proposta foi amplamente rejeitada pelas oligarquias paranaenses e catarinenses, tendo em vista que feria seus princípios de autonomia territorial.

Nesse sentido, chamamos atenção para o fato de que, durante a Primeira República, o processo de construção das fronteiras brasileiras desenvolvido durante o Império continuou em andamento, sendo vários os conflitos travados para consolidar os limites nacionais e definir a organização interna do país. Embora os limites internacionais da Fronteira Sul tenham sido definidos, em 1895, suas divisas estaduais na região disputada entre Paraná e Santa Catarina ainda estavam pendentes, mantendo a condição de “fronteira aberta” das décadas anteriores e possibilitando a articulação de diferentes projetos pelas oligarquias do período. Todavia, cabe salientar que essa condição de “abertura”, a partir de então, esteve vinculada principalmente à definição das linhas regionais. Assim, sendo agora o Congresso Nacional, oficialmente o órgão responsável pelas questões limítrofes do país – por meio do artigo 4º da Constituição de 1891 – será principalmente para esse espaço que voltaremos o nosso olhar a fim de analisar as diferentes formas de intervenção das elites brasileiras naquele espaço.

2.1 A QUEM PERTENCE O TERRITÓRIO DAS MISSÕES? AO PARANÁ, A SANTA CATARINA OU À UNIÃO?

Encerrada a pendência com a Argentina, em 1895, a questão do Território das Missões voltou a ser alvo de discussões no ano seguinte: a zona deveria ser incorporada ao Paraná, a Santa Catarina ou à União? Embora o aviso de 1879 tenha definido uma jurisdição provisória, o litígio entre os dois estados não havia recebido uma solução definitiva: mantinha-se o clima de disputa.²⁸⁶ Em 1896, inspirados pela solução via arbitramento na Questão de Palmas, o governador catarinense Hercílio Luz e o Presidente do Paraná, José Pereira Santos Andrade, decidiram adotar esse estilo de resolução para tentar solucionar a contenda entre os seus

²⁸⁶ Logo na primeira sessão ordinária do Congresso Legislativo Federal composto, em 1891, Santa Catarina tentou aprovar um projeto definindo os limites conforme os da Ouvidoria de 1749, isto é, do Rio Negro e Iguaçu até a fronteira com a Argentina. No entanto, a oposição do bancada paranaense conseguiu impedir que o projeto fosse convertido em lei. Cf. COSTA, 1987, p. 24.

estados, escolhendo como árbitro o jurisconsulto e vice-presidente da República Manoel Victorino Pereira. No entanto, o presidente do Supremo Tribunal Federal, Olegario Aquino e Castro, entendeu não ter competência para homologar o acordo conforme estava previsto numa das cláusulas do tratado, inviabilizando o arbitramento e mantendo indefinida a questão.

Aproveitando-se dessa situação de incerteza entre os dois estados e argumentando haver “no sul do [...] país uma zona que efetivamente não se podia considerar como pertencentes a nenhuma das antigas províncias, [e] a nenhum dos Estados”, devido à sua situação de litígio internacional quando promulgada a Constituição de 1891, o senador baiano Severino Vieira²⁸⁷ formulou um projeto para o Território das Missões ser incorporado ao patrimônio da União e depois se tornar um novo estado da federação:²⁸⁸

Projeto

O Congresso Nacional Decreta:

Art. 1º **São do domínio da União todos os terrenos devolutos** no território limitado ao sul pelo rio Uruguai, a Oeste pela linha divisória das fronteiras da República com a República Argentina, ao norte, pelo rio Iguaçu e pelo lado leste com os Estados Paraná e Santa Catarina, servindo de uma linha que ligue todos os pontos extremos a que se estendia a posse efetiva desses Estados em 15 de novembro de 1889.

Art. 2. Enquanto por sua população e outras condições de desenvolvimento e progresso não for habilitado por lei do Congresso Nacional **a constituir-se em Estado o referido território, ficará sob o governo a administração dos poderes federais executados por um delegado de confiança do Presidente da República**, segundo as normas consagradas em leis votadas pelo mesmo Congresso Nacional.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário

Sala das Sessões, 8 de outubro de 1896 – Severino Vieira.²⁸⁹

²⁸⁷ Severino dos Santos Vieira nasceu na Vila de Ribeira do Conde (BA), em 8 de junho de 1849. Formou-se no Curso de Humanidades e, em 1870, ingressou na Faculdade de Direito do Recife concluindo o curso, em 1874, na Faculdade de Direito de São Paulo. Exerceu cargo de promotor público e juiz municipal em Vila de Ribeira, dedicando-se depois a advocacia. Entre 1882-1887 foi deputado da Assembleia Provincial pelo Partido Conservador. Com a proclamação da República, foi eleito deputado da Assembleia Nacional Constituinte, mas não participou da comissão responsável pela aprovação do projeto da Constituição de 1891. Entre 1891-1893 exerceu o mandato de deputado federal e, em 1894, foi eleito senador, renunciando quatro anos depois por ter sido escolhido pelo presidente da República Campos Sales (1898-1902) para chefiar o Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas. Em maio de 1900, assumiu o governo da Bahia, sendo uma figura central da política baiana e fundador do Partido Republicano da Bahia (PRB). Severino também gozava de grande influência na esfera federal. Em 1906, voltou a ocupar a cadeira do Senado e através da redação do jornal Diário da Bahia, atuou em forte apoio a campanha de Rui Barbosa entre 1909-1910. No final da sua vida foi membro da Academia de Letras da Bahia e um dos fundadores e professor da Faculdade Livre de Direito da Bahia, vindo a falecer no dia 23 de setembro de 1917. Cf. VIEIRA, Severino. *In: Dicionário da Elite Política Republicana (1889-1930)*. Rio de Janeiro : CPDOC, s.d. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/VIEIRA,%20Severino.pdf>. Acesso em: 12 mai. 2020.

²⁸⁸ ANAIS do Senado Federal, Sessão de 8 de outubro de 1896, p. 242.

²⁸⁹ *Ibidem*, p. 242-3, (grifo nosso).

Para Severino Vieira, a situação de litígio dessa zona durante a promulgação da Constituição de 1891 fazia dela um território especial, não podendo ser enquadrado dentro dos dispositivos constitucionais “parecendo-lhe, portanto, de mais alta conveniência política que uma lei viesse regular não só a propriedade dos terrenos devolutos ali existentes, como a situação política em relação aos poderes públicos”.

O objetivo do seu projeto era garantir aquele território para a União até que o Congresso Nacional sancionasse uma lei transformando aquela área em Estado. Também chama atenção à fluidez dos limites leste do projeto do senador, deixando aberta a possibilidade de apropriação de uma zona ainda maior que a do território disputado com a Argentina. Por fim, para reforçar sua fala, Vieira ainda afirmou que o fato de nem o Paraná nem Santa Catarina terem posse reconhecida naquela região comprovava o seu argumento, fazendo alusão ao litígio entre os dois estados.²⁹⁰

A ideia do senador baiano não era original. Na verdade, cerca de sete meses antes o jurisconsulto Amaro Cavalcanti²⁹¹ propôs algo parecido no seu livro “Elemento de Finanças - Estudo Theorico-Pratico”²⁹². Entre as diversas discussões feitas pelo autor, nos interessa principalmente a que diz respeito às terras devolutas, definidas no artigo 3º da Lei de Terra de 1850, como:

Art. 3º São terras devolutas:

²⁹⁰ ANAIS do Senado Federal, Sessão de 8 de outubro de 1896, p. 242

²⁹¹ Amaro Bezerra Cavalcanti de Albuquerque nasceu, em 15 de agosto de 1849, na província do Rio Grande do Norte. Sua primeira formação foi no Curso de Humanidades e em Latim. Por volta de 1880, foi para os Estados Unidos para estudar a reforma da instrução pública daquele país e depois aplicou esse conhecimento à província Cearense. Aproveitando sua estadia na América do Norte, completou o curso na Escola de Direito da *Union University (Albany)*, em Nova Iorque, formando-se por volta de 1880-1881. Regressando ao Brasil, foi nomeado, em 1881, pelo Presidente da província do Ceará, Diretor de Instrução Pública. Em 1890, assumiu o mandato de deputado na Assembleia Constituinte pelo estado do Rio Grande do Norte, participando como membro da Comissão responsável pela aprovação do projeto definitivo da Constituição de 1891. Durante as discussões da constituinte, apoiou o grupo denominado “unionista”, defendendo maiores direitos para a União. Em 1897, foi um dos auxiliares de Prudente Moraes, ocupando a pasta do Ministro da Justiça e Negócios Interiores e a partir de maio de 1906 assumiu como ministro do Supremo Tribunal Federal. Aposentou-se em dezembro de 1914, mas ainda continuou ocupando cargos públicos, entre eles o do Ministro da Fazenda entre 1918 e 1919. Por fim, faleceu em 28 de janeiro de 1922, na cidade do Rio de Janeiro. Ao longo da sua vida Amaro Cavalcanti publicou mais de 20 obras com temas relacionados à religião, instrução, administração pública, finanças, atuação do Estado, etc. Cf. SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **Ministros:** Amaro Cavalcanti. s.d. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/ministro/verMinistro.asp?periodo=stf&id=200>. Acesso em: 12 maio 2020.

²⁹² O objetivo do livro era trazer ao leitor um pouco da legislação e das práticas do sistema econômico financeiro brasileiro, destinado àqueles que estivessem buscando aprender mais sobre essa ciência. Cf. CAVALCANTI, Amaro. **Elementos de Finanças:** Estudo Theorico-Pratico. Rio de Janeiro : Imprensa Nacional, 1896. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/222256>. Acesso em: 12 maio. 2020.

§ 1º As que não se acharem aplicadas a algum uso publico nacional, provincial, ou municipal.

§ 2º As que não se acharem no domínio particular por qualquer título legítimo, nem forem havidas por sesmarias e outras concessões do Governo Geral ou Provincial, não incursas em comisso por falta do cumprimento das condições de medição, confirmação e cultura.

§ 3º As que não se acharem dadas por sesmarias, ou outras concessões do Governo, que, apesar de incursas em comisso, forem revalidadas por esta Lei.²⁹³

Para Cavalcanti o Império gozava de uma riqueza enorme no quesito de bens e imóveis devido à quantidade de terras públicas que possuía. No entanto, com a promulgação do artigo 64²⁹⁴ da Constituição de 1891 e a passagem das terras devolutas para o domínio dos governos estaduais, esse patrimônio da União foi restringido drasticamente, considerando essa disposição um grande desacerto e até uma injustiça contra a Nação. Na sua interpretação, a nova divisão retirou do Governo Central uma de suas maiores fontes de renda, ao mesmo tempo em que deixou para ele todos os encargos dos serviços gerais e da dívida pública nacional. Além disso, a distribuição dessas antigas terras devolutas do Império não foi feita com igualdade, concedendo o domínio exclusivo de grandes áreas para alguns estados, enquanto outros não aumentaram em nada suas pequenas capitânicas dos tempos coloniais. O jurista também desconsiderava o argumento de que essas terras já faziam parte dos territórios dos estados, pois, para ele, os limites provinciais do Império eram apenas divisões administrativas e não “demarcações reconhecidas do domínio provincial”.²⁹⁵

Mesmo assim, Cavalcanti ainda acreditava que o artigo 64 da Constituição havia deixado uma extensão considerável de terras para o domínio da União: 1º as situadas nos limites das fronteiras com os países estrangeiros, descritas como aquelas indispensáveis “para a defesa das fronteiras, fortificações, construções militares e estradas de ferro federais”; 2º as que constituíam o chamado Território das Missões, recentemente disputado com a Argentina e integrado ao patrimônio brasileiro com o laudo do presidente dos Estados Unidos. Para o autor:

²⁹³ Lei N° 601, de 18 de setembro de 1850. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim601.htm. Acesso em: 15 maio. 2020.

²⁹⁴ Art. 64 - Pertencem aos Estados as minas e terras devolutas situadas nos seus respectivos territórios, cabendo à União somente a porção do território que for indispensável para a defesa das fronteiras, fortificações, construções militares e estradas de ferro federais. Parágrafo único - Os próprios nacionais, que não forem necessários para o serviço da União, passarão ao domínio dos Estados, em cujo território estiverem situado. Cf. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (24 de Fevereiro de 1891). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao91.htm. Acesso em: 11 abr. 2020.

²⁹⁵ Segundo o autor, ao tomar essa atitude a nova organização agrária feria uma das condições fundamentais do sistema federativo; a “que os Estados da federação não sejam muito desproporcionais, relativamente uns aos outros, em território, população e elementos de riqueza”. Cf. CAVALCANTI, 1896, p. 109-110.

O território das Missões era considerado litigioso, em vista das pretensões da República Argentina, ao mesmo tempo em que o Congresso Constituinte dispôs acerca das terras devolutas, e conseqüentemente não podia aquele ser incluído nas deliberações do Congresso. Sustentado o litígio pelo Governo da União, exclusivamente, e vencedor este no mesmo litígio, - só à União cabe dispor do aludido território, como única e legítima proprietária, - sem embargo de que ele extreme ou se acha em constituição das terras devolutas de Estados da Federação.²⁹⁶

Nessa citação, podemos perceber claramente os mesmos argumentos utilizados por Severino Vieira na defesa do seu projeto pela transformação do Território das Missões em patrimônio da União. Além da alegação da impossibilidade daquela área ser incluída nas deliberações do Congresso, quando promulgou a Constituição de 1891, Cavalcanti também evoca o fato de ter sido somente a União a responsável por sustentar o litígio como mais um dos pontos favoráveis ao seu domínio sobre aquela zona. Nesse sentido, podemos concluir que o projeto apresentado pelo senador baiano no Congresso Nacional estava mais para uma adaptação prática da proposta de Amaro Cavalcanti – acrescentando alguns elementos a mais para dar viabilidade à ideia – do que um projeto desenvolvido por ele mesmo.²⁹⁷

Como era de se esperar, a ideia do senador baiano não foi bem recebida pelos paranaenses e catarinenses. Dez dias depois, o Jornal GAZETA DE NOTICIAS, publicou um protesto feito pelo primeiro magistrado do Paraná, José Pereira dos Santos Andrade, no qual considerou o projeto do senador Severino Vieira como “atentatório dos direitos que sobre o mesmo território tem este Estado, ferindo de face as disposições do art. 64 da Constituição da República”.²⁹⁸ Já os catarinenses se manifestaram no periódico REPUBLICA, órgão oficial do Partido Republicano Catarinense. Para eles aquele projeto também era “altamente atentatório do direito que nos assiste sobre ele”, defendendo que a zona já deveria ter sido integrada ao seu território logo após o laudo de Cleveland. E acrescentavam:

Não podemos tolerar de maneira alguma, que se inicie pelo nosso solo a divisão dos Estados para constituição de outros tantos territórios porque Santa Catarina **não é dos mais ricos em terrenos**. O território devoluto, alvo do projeto, não está, além disso, no caso daqueles que mereçam ser separados dos Estados a que pertencem. O Senador Severino Vieira, que seria o primeiro a levantar-se no Senado para protestar contra quem quisesse tirar uma parte da Bahia [...] é de autor da infeliz ideia [...]

²⁹⁶ CAVALCANTI, 1896, p. 110.

²⁹⁷ Além disso, não podemos esquecer que no capítulo anterior vimos à criação do *Território Federal de Misiones* por parte do presidente argentino Júlio A. Rocas, retirando a jurisdição daquela área da província de *Corrientes* e passando para o governo federal. É muito provável que esses dois senadores também tivessem conhecimento da atitude dos nossos vizinhos.

²⁹⁸ GAZETA DE NOTICIAS, Rio de Janeiro, 18 de outubro de 1896. **Telegrammas** p. 1, c. 1.

aqui consignado o nosso protesto contra o projeto, certo de que não consentiríamos nunca que o nosso Estado fosse espoliado **da melhor parte, talvez, do seu território.**²⁹⁹

Assim como os paranaenses, os catarinenses são claros em afirmar que não poderiam tolerar de maneira alguma a divisão de parte do seu território, pois não eram dos mais ricos em terrenos e consideravam aquela zona como, talvez, a parte mais importante do seu estado.

Dessa forma, após o pronunciamento de Severino Vieira no Congresso Nacional sobre o Território das Missões, formava-se um cenário de disputa entre a União e dois estados da Federação. Por um lado o Paraná ocupando aquela zona há algumas décadas, tendo fixado a comarca de Palmas e desenvolvido uma série de políticas públicas em favor das suas elites. Embora ainda não contasse com muitos habitantes naquele tempo, o governo paranaense apostava no futuro promissor da região das Missões. Por outro, os catarinenses também cientes da riqueza de mate e madeira presente naquela zona. Para Santa Catarina perder o Território das Missões para União significava abrir mão de parte do seu território que já era pequeno, diminuindo suas chances de aumentá-lo em caso de uma vitória no conflito de limites com os paranaenses. Pautados no artigo 64 da Constituição, os representantes dessas duas oligarquias fariam de tudo para barrar o projeto que ainda deveria entrar em discussão. Mas não seriam só eles, outros senadores também enxergariam um grande “perigo” nesse projeto.

Para finalizar essa primeira discussão do capítulo, gostaríamos de evidenciar três elementos importantes para nossa pesquisa no pronunciamento do senador Severino Vieira: 1º Ele ressalta mais uma vez o caráter de instabilidade e disputa que continuava vivo na parte mais a Oeste dos Campos de Palmas. Geralmente as análises feitas sobre aquela região após o laudo favorável ao Brasil se restringem ao litígio entre Paraná e Santa Catarina, não mencionando essa faceta da disputa na qual a União – ou, pelo menos, um dos seus representantes – também entrou na briga, opondo-se à posse dos outros dois Estados. 2º Com base nas pesquisas feitas até o momento, podemos afirmar que esse foi o primeiro pronunciamento sobre a criação de mais um estado naquela região. Até que ponto essa ideia pode ter influenciado o movimento pelo Estado das Missões? Pergunta difícil de responder, portanto, trabalharemos nela depois. 3º A atuação de Severino Vieira demonstra como essas situações litigiosas abrem brechas para grupos ou indivíduos formularem projetos alternativos

²⁹⁹ REPUBLICA, Florianópolis, 23 de Outubro de 1896. **Missões**, p. 1, c. 1, (grifo nosso).

visando resolver esses conflitos de acordo com seus interesses.³⁰⁰ Nesse sentido, o projeto do senador demonstra, na prática, como o caráter de “fronteira aberta”, ainda muito instável e em processo de construção conforme apontamos no capítulo um, exerce sua influência nas ações tomadas pelos atores sociais envolvidos com essas questões, desta vez, na delimitação das fronteiras internas.

2.1.1 Terras Devolutas na Constituição republicana de 1891

Para compreendermos melhor esse episódio de disputa entre a União e os estados da Federação devemos atentar para um debate que permeou fortemente o início da República brasileira. No final do período monárquico, houve uma aliança entre liberais, conservadores e uma parcela dos militares para derrubar o governo imperial e instaurar a república. O elo formado, embora tivesse a república como uma de suas metas, assemelhava-se mais a um libelo antimonárquico do que uma proposição de reforma política com um projeto institucional homogêneo. Dessa forma, alguns anos antes da promulgação do novo regime, apareceram, no cenário nacional, algumas ideologias distintas – pautadas no modelo norte-americano – sobre a forma como deveria ser organizado o novo regime: de um lado, a ideologia republicana liberal, vinculada aos setores urbanos do Rio de Janeiro, defendendo uma república “democrática”, com um executivo responsável e províncias unidas por um vínculo federal; do outro, a ideologia republicana agrária, vinculada à aristocracia rural de São Paulo, defendendo a retirada do Estado do cenário econômico e social, a liberdade comercial e industrial e o “direito natural” das elites paulistas em dispor dos dinheiros da província como achasse melhor, além da postergação do processo de abolição.³⁰¹

A união entre esses grupos serviu para depor a monarquia e proclamar o Brasil uma República Federativa, com estados detentores de “legítima soberania” e a manutenção do caráter oligárquico do regime – mesmo com a ampliação do voto, a restrição para os

³⁰⁰ Podemos afirmar que o projeto do Estado das Missões, no início do século XX, também não deixa de ser uma formulação de um grupo de indivíduos que se aproveita da situação litigiosa para tentar criar um estado na região. Discutiremos melhor essa questão no próximo capítulo.

³⁰¹ LYNCH, 2011, p. 301-3.

analfabetos mantinha cerca de 90% da população fora da participação política.³⁰² Alcançado o objetivo, logo no início do governo a aliança entre liberais e conservadores começou a ruir. O conservadorismo, representando na figura de Campos Sales, Ministro da Justiça, brevemente se confrontaria com o liberalismo do Ministro da Fazenda, Rui Barbosa. A divergência se manifestava principalmente sobre como deveria ser a forma constitucional do novo regime.

Para Cristian Lynch essa oposição ficou evidente principalmente durante os debates em torno da nova constituição no Congresso Constituinte³⁰³, opondo os chamados liberais unionistas *vs* conservadores ultrafederalistas.³⁰⁴ Almir Teubl Sanches também identificou essa tensão durante os debates da Constituinte. Para ele, o grupo denominado federalista propunha uma maior descentralização do governo, com ampla autonomia do poder estadual e deixando para União apenas as atribuições estritamente necessárias para a sua existência. Como base teórica, esses indivíduos evocavam algumas ideias como a da “teoria da dupla soberania”, proposta por Campos Salles, alegando que não apenas a União era soberana, mas também cada um dos Estados. O autor ainda fez uma diferenciação entre os federalistas e os ultrafederalistas, estes últimos que o defendiam em nível máximo. Já os unionistas defendiam a atribuição de maiores poderes à União, entendendo que a melhor aplicação do federalismo seria de maneira moderada, deixando uma parcela razoável de poder para atuação do governo central, ou seja, uma posição mais centralizadora.³⁰⁵

Os interesses dos unionistas estavam representados principalmente no anteprojeto constitucional apresentado pelo Governo Provisório da República. Esse projeto havia sido elaborado pela Comissão dos Cinco e revisado por Rui Barbosa, antes de ser passado para a análise dos deputados eleitos para definirem a Constituição Federal.³⁰⁶ Nesse sentido, Almir

³⁰² É interessante perceber que nenhum dos projetos apresentados durante a propaganda republicana defendeu uma república verdadeiramente democrática, isto é, com participação popular e orientada pelos valores de igualitarismo, legalismo e civismo. Pelo contrário, favoreceu a formação de uma República oligárquica. Nessa mesma linha, Claudia Viscardi também percebeu que as propostas de mudanças suscitadas pela república não conseguiram transpor antigas práticas do período imperial. Cf. LYNCH, 2011, p. 304-5; VISCARDI, 2012, p. 14-5.

³⁰³ O Congresso Constituinte havia sido convocado pelo Governo Provisório através de um decreto promulgado em 21 de dezembro de 1889. Seu principal objetivo seria discutir e aprovar o anteprojeto constitucional elaborado pela Comissão Especial formada pelo governo. Cf. SANCHES, 2008, p. 109-110

³⁰⁴ LYNCH, op. cit., p. 112-113.

³⁰⁵ SANCHES, op. cit., p. 112-113.

³⁰⁶ Em 03 de dezembro de 1889, o Governo Provisório promulgou o Decreto N° 29, instituindo uma Comissão para elaborar o anteprojeto de Constituição composta por cinco membros. Essa comissão foi formada homogeneamente por juristas e antigos membros do Partido Liberal convertidos as ideias republicanas. Após chegarem a um consenso o projeto ainda deveria ser revisto por Rui Barbosa. Em sua revisão, Rui Barbosa

Sanches esclarece que a tensão entre unionistas e federalistas e entre o Governo Provisório e o Congresso Constituinte “não são tensões necessariamente distintas”, sendo mais correto entender a situação como uma dupla tensão, visto que os decretos editados e o projeto do Governo Provisório tinham uma forte influência das propostas unionistas.

Dessa forma as divergências interpretativas acompanharam boa parte das discussões durante o Congresso Constituinte. Para os federalistas, os unionistas queriam tratar de diversos aspectos que competia aos governos estaduais, enquanto que, para os unionistas, eram deveres da União.³⁰⁷ Dentro desse contexto se instauravam longuíssimos debates, evocando teóricos estrangeiros, exemplos, citações de outras constituições, etc. Dentre as diversas discussões estabelecidas, uma em especial interessa para o desenvolvimento do nosso trabalho: o destino das terras devolutas.

De acordo com o anteprojeto elaborado pelo Governo Provisório, a propriedade das terras devolutas deveria ficar reservada à União, conferindo a ela a faculdade de distribuir esses terrenos aos Estados por meio de lei ordinária aprovada no Congresso Nacional. No entanto, já no início dos debates, a Comissão dos 21³⁰⁸, manifestou uma forte tendência de passar para os estados a propriedade das terras devolutas, concretizando essa ideia no seu parecer apresentado ao Congresso.³⁰⁹ Dentre os argumentos apresentados pelos federalistas para essa mudança, estava a evocação de que a renda adquirida com a venda das terras devolutas seria utilizada para sanar as despesas das novas atribuições e serviços dos governos estaduais, antes pertencentes à União. Eles também afirmavam que se as propriedades das

manteve a eleição indireta para presidente e senadores, afastando a participação popular e fortaleceu o Supremo Tribunal frente ao Executivo. Com receio a excesso de federalismo, conferiu maiores poderes à União, dando-lhe o direito de emitir a moeda, a propriedade das terras devolutas e competência para legislar sobre direito civil, penal e processual. Além disso, também melhorou os dispositivos para à intervenção federal – permitindo que os poderes judiciários e legislativos dos Estados pudessem solicitá-la. Com essas e outras medidas, Rui Barbosa praticamente reescreveu o anteprojeto da comissão, inserindo novas normas, consagrando novas instituições e aprimorando quase todas as redações. O anteprojeto foi promulgado como constituição provisória, em 22 de Junho de 1890, conforme o Decreto N° 510. Para saber mais: Cf. LYNCH, 2011.

³⁰⁷ SANCHES, 2008, p. 113.

³⁰⁸ Para acelerar o processo de promulgação da Constituição, o Regimento do Congresso Nacional resolveu criar uma comissão de 21 membros para centralizar os trabalhos constituintes. Cada membro seria representante de um Estado e eleito separadamente. O parecer apresentado por essa Comissão seria debatido no Congresso em duas discussões. Cf. *Ibidem*, p. 115

³⁰⁹ “A maioria da Comissão, convencida de que da autonomia reconhecida aos Estados, pelo novo regime, decorre o direito às terras devolutas compreendidas dentro dos seus respectivos limites, como parte que são dos seus territórios, opinou que o art. 63 fosse substituído pelo seguinte: ‘Pertencem aos Estados às terras devolutas situadas nos seus respectivos territórios, cabendo à União as que existem nas fronteiras nacionais, compreendidas dentro de uma zona de cinco léguas e as que forem necessárias para as estradas de ferro federais’”. Cf. ROURE, 1918, p. 178 apud SANCHES, *op. cit.*, p. 121.

terras ficassem com a União, os estados ficariam à mercê do seu tratamento, podendo ser discriminatório, inclusive no âmbito das terras para colonização.³¹⁰ Dessa forma, durante a segunda discussão do Senado, foi aprovada emenda apresentada pelo deputado Júlio de Castilhos (RS), ficando a redação do artigo 64º escrita da seguinte forma:

Art. 64 - Pertencem aos Estados às minas e terras devolutas situadas nos seus respectivos territórios, cabendo à União somente a porção do território que for indispensável para a defesa das fronteiras, fortificações, construções militares e estradas de ferro federais. Parágrafo único - Os próprios nacionais, que não forem necessários para o serviço da União, passarão ao domínio dos Estados, em cujo território estiverem situado.³¹¹

Conforme podemos ver, caberia à União unicamente às terras necessárias para a defesa das fronteiras, fortificações, edifícios militares e estradas de ferro, enquanto as demais ficavam a cargo dos estados. Essa mudança de mãos do domínio público significou uma alteração considerável no anteprojeto constitucional que o Governo Provisório pretendia aprovar e trouxe grandes transformações na política de terras dos anos subsequentes. Além disso, ela também representou uma das grandes vitórias dos federalistas na defesa da sua interpretação mais descentralizadora de como deveria ser gerida a República brasileira, aumentando razoavelmente a autonomia dos estados.

Dessa forma, podemos perceber que o projeto apresentado por Severino Vieira, inspirado no livro de Amaro Cavalcanti, trazia à tona novamente a discussão das terras devolutas, colocando mais uma vez em conflito os posicionamentos favoráveis à União vs autonomia dos estados. Durante as discussões da Assembleia Constituinte o Dr. Amaro Cavalcanti havia sido defensor da soberania da União em detrimento dos estados, não sendo, portanto, de se estranhar sua qualificação de erro e injustiça o art. 64 da Constituição nas suas reflexões sobre terras devolutas no seu livro.³¹² No entanto, a figura de Severino Vieira chama atenção. Embora recupere o argumento de Amaro Cavalcanti, ele havia sido deputado pelo Partido Conservador entre 1882-1887 e, após exercer o cargo de senador por quatro anos, abandonaria seu posto, em 1898, para ocupar a pasta do Ministério da Indústria, Viação e

³¹⁰ SANCHES, 2008, p. 121-2.

³¹¹ Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (24 de Fevereiro de 1891). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao91.htm. Acesso em: 11 abr. 2020.

³¹² Amaro Cavalcanti, Ubaldino do Amaral, Antilópio de Carvalho e José Higino Duarte Pereira, futuros ministros do Supremo Tribunal Federal estiveram ao lado dos unionistas durante os debates da constituinte. Cf. LYNCH, 2011, p. 315.

Obras Públicas no governo de Campos Sales. Isso quer dizer que, provavelmente, sua visão estava mais ligada a dos federalistas.

Para entender esse posicionamento, precisamos ter em mente alguns elementos importantes para compreender o funcionamento da política na Primeira República. Primeiramente, devemos atentar para o fato de que o Território das Missões estava localizado numa zona litigiosa entre Paraná e Santa Catarina. Logo, a discussão não era mais sobre as terras devolutas de todos os estados, mas sobre aquele território específico adquirido em litígio internacional, e que, além disso, fazia parte de dois estados considerados “pequenos” no campo político. Como bem demonstrou Claudia Viscardi, durante esse período os estados menores estavam mais passíveis de sofrerem uma intervenção federal, podendo ser esse um dos elementos por detrás do projeto.³¹³

Outro ponto importante é perceber que naquele momento já estavam começando a se delinear alguns aspectos chamados por Viscardi de “princípios norteadores” da política na Primeira República. Para autora, as alianças feitas entre os estados-atores³¹⁴ “eram de caráter pragmático e se faziam e desfaziam ao sabor das conjunturas”. Isto é, os grupos formados não possuíam um caráter de durabilidade. O posicionamento do deputado da constituinte Ubaldino do Amaral (PR) nos dá alguns indícios desses acontecimentos. Em 1891, havia defendido, juntamente a Amaro Cavalcanti, o direito da União sobre as terras devolutas, no entanto, após a publicação do seu livro, criticou fortemente o posicionamento do seu colega sobre o Território das Missões, defendendo a autonomia do seu estado para gerir seu território.³¹⁵ Portanto, acima das alianças, estavam os interesses de cada oligarquia. Podemos presumir que, talvez, Severino Vieira tivesse algum interesse na aquisição daquelas terras para a União ou gostaria de abrir precedente para esse tipo de atuação federal visando concretizar objetivos futuros.

³¹³ Cláudia Viscardi afirmou existir uma distribuição desigual de poder entre os estados que compunham a Federação brasileira. Essa diferenciação era marcada tanto pelo tamanho das bancadas de cada um, como pelo grau de autonomia econômica em relação aos cofres da União. Nesse sentido, os estados considerados grandes, eram aqueles que tinham uma grande bancada e uma economia autossuficiente, os médios eram aqueles que tinham pelo menos um desses dois elementos e os pequenos eram os que não tinham nenhum dos dois. Para autora, os estados maiores eram: São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul; os médios: Bahia, Rio de Janeiro e Pernambuco; Os demais seriam os pequenos, respeitando suas particularidades de inserção na política federal. Cf. VISCARDI, 2012, p. 52.

³¹⁴ Os estados-atores eram aqueles que atuavam nas principais decisões dos rumos da política federal, sendo composto somente pelos grandes e médios estados. Não que os pequenos não tivessem posicionamento, mas estes atuavam com menos intensidade e geralmente sob a tutela de um dos grandes. Cf. *Ibidem*, p. 53.

³¹⁵ ANAIS do Senado Federal, Sessão de 28 de outubro de 1896, p. 111.

2.1.1.1 A primeira rodada de discussão do projeto de Severino vieira: União vs Autonomia dos Estados

Foi, principalmente, durante os debates da primeira discussão do projeto na 133ª Sessão do Senado Federal que a divisão entre os defensores da União vs autonomia dos estados ficou mais clara. Após serem abertas as inscrições para as falas, o primeiro a tomar a palavra foi o senador paranaense e padre Alberto Gonçalves³¹⁶, com uma clara defesa do seu estado.³¹⁷ Questionado se o projeto não feria, na verdade, os direitos de Santa Catarina, Gonçalves declarou que nesta questão estavam de perfeito acordo os dois estados porque, mesmo ainda pendentes sobre o litígio, já estavam encaminhando uma solução.³¹⁸ O senador ainda relatou como a ideia do projeto não era nova, referindo-se ao livro de Amaro Cavalcanti. Em seguida evocou o artigo 4³¹⁹ e 64 da Constituição, alegando incompetência do Congresso para criar ou desmembrar territórios dos governos estaduais e reivindicando a autonomia estadual sobre as terras devolutas. Além disso, declarou ser “monstruoso” de tanto que fere a Constituição de 1891 a proposta de colocar um delegado nomeado pelo Presidente da República para exercer os poderes federais.³²⁰

³¹⁶ Alberto Gonçalves nasceu, no dia 20 de julho de 1859, na cidade de Palmeira, no Paraná. Frequentou o Liceu Paranaense e, em 1874, ingressou no Seminário Episcopal de São Paulo. Em 1879, terminou o curso superior e fez os exames de Ciências Teológicas e Eclesiásticas, recebendo, em 1882, o posto de diaconato e logo em seguida de presbiterado. Rezou sua primeira missa na Igreja do Rosário, em Curitiba e depois passou a ministrar várias disciplinas no Seminário de São Paulo, exercendo funções de secretário do estabelecimento. Ocupou o cargo de vigário de Curitiba e trabalhou na construção da Igreja Matriz, hoje conhecida como Catedral Metropolitana, inaugurada, em 1893. Exerceu ainda o cargo de vigário geral forense do Paraná, deputado na Assembleia Provincial, e em 1892, deputado na Assembleia Constituinte do Paraná, sendo reeleito por mais três legislaturas. Ocupou ainda o cargo de vice-presidente e presidente da Constituinte paranaense. Em 1895, foi eleito senador federal e reeleito no ano seguinte. Ao terminar seu mandato foi novamente deputado da Assembleia Legislativa paranaense, ocupando a cadeira da presidência. Foi ainda comendador da coroa da Itália e conde assistente ao Sólido Pontifício. Em 1908 foi promovido a bispo, e logo depois foi transferido para a diocese de Ribeirão Preto, onde faleceu em maio de 1945. Cf. GONÇALVES, Alberto. *In: Dicionário da Elite Política Republicana (1889-1930)*. Rio de Janeiro : CPDOC, s.d. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/GON%C3%87ALVES.%20Alberto.pdf>. Acesso em: 13 maio, 2020.

³¹⁷ A presença de padres na política paranaense foi algo comum durante o período imperial e pelo visto se estendeu durante os primeiros anos da República. Cf. ALVES, 2014.

³¹⁸ O senador referia-se a tentativa de arbitramento apresentada no início do capítulo.

³¹⁹ Art. 4º - Os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se, para se anexar a outros, ou formar novos Estados, mediante aquiescência das respectivas Assembleias Legislativas, em duas sessões anuais sucessivas, e aprovação do Congresso Nacional. Cf. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (24 de Fevereiro de 1891). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao91.htm. Acesso em: 11 abr. 2020.

³²⁰ ANAIS do Senado Federal, Sessão de 28 de outubro de 1896, p. 110-5.

O senador paranaense ainda salientou o perigo do projeto por abrir precedentes para que o Congresso Nacional estivesse sempre constituindo novos territórios, chamando atenção dos senadores do Pará, pois se o Brasil saísse vitorioso na questão com o Amapá, o senador Severino Vieira iria propor de criar lá também um território federal, por que era muito possível que o Amazonas e o Pará também tivessem alguma dúvida sobre seus limites.³²¹

Portanto, para Alberto Gonçalves, a autonomia do seu estado deveria ser respeitada e o projeto deveria ser rejeitado em primeira discussão pelo Senado.³²²

O segundo a se pronunciar foi o senador mineiro Gonçalves Chaves³²³, também contrário ao projeto. O autor iniciou sua argumentação dirigindo-se ao Sr. Presidente e ao Senado, falando sobre a gravidade da questão de terras nas federações. Na sua visão aquela proposta tendia “a estabelecer um precedente perigosíssimo, revolucionário, que põe em perigo nossa organização política”, pois se o Congresso Nacional tivesse tal competência, dentro de um tempo, segundo os interesses das bancadas com maior poder político, seriam proferidos julgamento parciais sobre os limites dos estados. Para o senador isso era extremamente perigoso, além de ser inconstitucional, pois vinha armar o “Congresso de uma prepotência que ataca em sua base a nossa organização política, fazendo desaparecer a autonomia dos Estados, que assenta base sobre a independência do seu território”.³²⁴

Até este momento, o senador Severino Vieira ainda não havia comparecido à sessão do Senado, mas nem por isso o projeto ficou sem defesa. Dessa tarefa se encarregou o senador

³²¹ Naquele momento o Brasil negociava com a Guiana Francesa a faixa territorial correspondente atualmente ao Amapá. No entanto, a negociação só teria seu desfecho, em 1900, com uma nova vitória brasileira após a defesa do Barão do Rio Branco. Cf. HEINSFELD, 2014, p. 161.

³²² ANAIS do Senado Federal, Sessão de 28 de outubro de 1896, p. 110-5.

³²³ Antonio Gonçalves Chaves nasceu, em 16 de setembro de 1840, na Vila de Formigas, atual Monte Carlos, Minas Gerais. Frequentou o Ateneu São Vicente e formou-se bacharel em Direito pela Faculdade de Direito de São Paulo, em 1863. Após esse período, regressou a Monte Carlos onde exerceu o cargo de Promotor de Justiça, Juiz de Direito e advogado. Pelo Partido Liberal, ocupou duas vezes a cadeira de deputado na Assembleia Legislativa Mineira, entre 1866-1869. Em 1882, foi nomeado por Carta Imperial, como presidente da Província de Santa Catarina, exercendo funções até janeiro de 1883. Nesse mesmo ano, tomou posse como Presidente da Província de Minas Gerais, governando até setembro de 1884. Após a proclamação da República, foi Deputado Constituinte, em 1890, e também atuou como membro da comissão que elaborou a Carta Constitucional de 1891. Foi senador por Minas Gerais entre, 1894 e 1902 e Vice-Diretor da Faculdade de Direito de Minas Gerais, vindo a falecer em novembro de 1911. Cf. MEMÓRIA POLÍTICA DE SANTA CATARINA. **Biografia Antônio Gonçalves Chaves**. 2019. Disponível em: http://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/1300-Antonio_Goncalves_Chaves. Acesso em: 13 jan. 2020.

³²⁴ Ainda tomou partido contra o projeto o senador João Barbalho. Para esse senador seria uma ingratidão com os estados de Santa Catarina e Paraná, tão colaborativos no combate aos revoltosos – referindo-se a Revolução Federalista (1893-1895) – a aprovação daquele projeto. Além disso, considerava perigosíssimo nesse período de convalescença, amputar parte do território desses estados, lembrando atos do período monárquico. Cf. ANAIS do Senado Federal, op. cit., p. 116-120.

alagoano Leite e Oiticica.³²⁵ Para Oiticica, o Território das Missões constituía-se um elemento “especialíssimo” na história constitucional do Brasil, pois quando foi proclamada a República, ele estava em litígio com a República Argentina. Portanto, quando o art. 64 da Constituição determinou a passagem das terras públicas para os estados, esse território não pertencia a nenhum deles. Além do mais, o senador alegava ser aquele território essencial para as defesas das fronteiras e integridade do Sul do país, julgando conveniente que os representantes da União aproveitassem esse fato para garantir os direitos do Estado Nacional. Na sua visão, a União não deveria repassar aquele território para Santa Catarina e Paraná depois de ter vencido o litígio com seus esforços e um alto gasto pecuniário, pois se fizesse isso, todos os sacrifícios feitos teriam sido em vão. Portanto, Oiticica defendeu que pelo menos “estude o Congresso Nacional o caso e decretei lei para regular o modo que há de ficar este território”.³²⁶

O último a se pronunciar foi o senador Severino Vieira, chegando aparentemente no final da sessão. Infelizmente, o escrivão resumiu a sua argumentação, talvez por causa do cansaço ou por ser uma prática comum no seu trabalho. Sobre sua fala apenas conta que o orador negou os argumentos proferidos pelos contrários e fez “longas e detidas” considerações sobre a procedência da proposta. Fato interessante é que ao iniciar sua defesa Severino Vieira declarou ter “apresentado [o projeto] **sem preocupação alguma vingar, na opinião do Senado**; teve apenas por intuito satisfazer o seu zelo pela causa nacional” (grifo nosso). Encerrada a discussão o projeto foi colocado em votação, entretanto, por falta de *corum* a votação ficou adiada para o dia seguinte.³²⁷ Após a abertura da 134ª Sessão de 29 de

³²⁵ Francisco de Paula Leite e Oiticica nasceu, em 2 de abril de 1853, na cidade Santa Luzia do Norte, Alagoas. Formou-se em direito na Faculdade de Direito do Recife, em 1872, com 19 anos, exercendo o cargo de promotor público da comarca de Anadia. Após esse período, ocupou o cargo de deputado na Assembleia Provincial entre 1874-1875. Em 1886, foi nomeado chefe de polícia interino em Alagoas, lançando a campanha pela criação de um asilo para loucos, até então recolhidos na cadeia pública. Sob sua direção, inaugurou uma instituição com esse teor em março de 1887. Com a Proclamação da República, foi nomeado novamente chefe de polícia em Alagoas e, em 1890, foi eleito deputado no Congresso Nacional Constituinte continuando a ocupar a cadeira na Câmara dos Deputados até dezembro de 1893. No final desse ano, foi eleito senador na vaga de Floriano Peixoto que assumirá a presidência da República, exercendo seu mandato até 1900. Foi membro fundador da Academia Alagoana de Letras e sócio do Instituto Arqueológico e Geográficos do mesmo estado, presidindo a instituição, por volta de 1922 até seu falecimento, em julho de 1927. Foi colunista nos jornais O Rebate, Diário da Manhã, Diário de Pernambuco, Jornal do Comércio (RJ), e Correio de Maceió. Cf. OITICICA, Francisco de Paula Leite. *In: Dicionário da Elite Política Republicana (1889-1930)*. Rio de Janeiro : CPDOC, s.d. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/OITICICA,%20Francisco%20de%20Paula%20Leite%20e.pdf>. Acesso em: 12 maio 2020.

³²⁶ ANAIS do Senado Federal, Sessão de 28 de outubro de 1896, p. 117-9.

³²⁷ *Ibidem*, loc. cit.

outubro de 1896, de acordo com a ordem do dia entrou em votação o projeto do Senado, n. 51 de 1896, sobre o Território das Missões. Depois de serem contados os votos, declarou o presidente do Congresso, ter sido “aprovado para passar à 2ª discussão, indo antes à comissão de Justiça e Legislação”.³²⁸

A aprovação na primeira rodada apontou para uma vitória parcial dos favoráveis ao projeto. Ao que tudo indica a opinião triunfante foi a do senador Leite e Oiticica, sugerindo o direcionamento da proposta para uma das comissões do Senado realizar um estudo analítico frente aos artigos da Constituição de 1891. Infelizmente, na pesquisa realizada nos demais documentos do período não foi possível encontrar o parecer da comissão ou a 2ª rodada de discussão do projeto. Como esse território nunca chegou a ser criado na Primeira República, podemos supor que ele não tenha voltado da Comissão de Legislação e Justiça, tendo sofrido um processo de “engavetamento”. Outra hipótese é que discussões mais importantes podem ter sido colocadas em primeira ordem, relegando a proposta a um segundo plano – já que seu próprio autor havia declarado ter proposto o projeto “sem preocupação alguma de vingar”.

Mesmo sem termos encontrado novas informações sobre a proposta do Território das Missões, sua existência e primeira rodada de discussão são suficientes para fazermos algumas reflexões a respeito das terras devolutas na Primeira República. Nos argumentos apresentados pelos senadores envolvidos no debate, ficou evidente uma divergência de posicionamento em relação ao papel da União e do Congresso Nacional frente aos estados da Federação, indicando uma permanência das polêmicas ocorridas durante o Congresso Constituinte. Enquanto os contrários ao projeto se agarraram aos princípios constitucionais, com base nos artigos 2º, 4º, 34º e 64º para defender a autonomia dos estados frente ao Congresso Nacional no quesito território, os favoráveis defendiam o prevailecimento dos interesses da União sobre os governos estaduais, pois a União havia feito um grande esforço e gastado uma soma considerável para defender a posse daquele território. Além do mais, as medidas aprovadas na Constituição de 1891 não eram válidas para esse espaço, pois o mesmo estava em litígio. Ou seja, os mesmos argumentos apresentados por Amaro Cavalcanti no seu livro “Elementos de Finanças”, daquele mesmo ano.³²⁹

³²⁸ ANAIS do Senado Federal, Sessão de 28 de outubro de 1896, p. 123.

³²⁹ Amaro Cavalcanti tinha quatro livros premiados na Exposição Internacional de Trabalhos Jurídicos realizada no Rio de Janeiro, em 1894, dando algumas pistas do porquê da sua influência sobre os demais senadores. Cf. CAVALCANTI, 1896, p. 6.

O posicionamento em relação aos estados de origem dos senadores também é interessante de ser analisado. Dos estados do Sul, Paraná e Santa Catarina deixam parcialmente de lado seu litígio para se unirem em defesa contra a apropriação da União de uma área rica em erva-mate e madeira, essencial para seus desenvolvimentos econômicos e políticos. Já da região sudeste, manifestou-se o senador mineiro Gonçalves Chaves, antigo Presidente da Província de Santa Catarina (1882-1883) e com medo do projeto abrir um perigoso precedente para a bancada mais forte no Congresso ter o monopólio do poder territorial do país e interferir nos assuntos territoriais dos Estados. Quanto aos estados do Nordeste, temos os senadores de Alagoas (Leite e Oiticica) e Bahia (Severino Vieira) unidos em favor da proposta, entretanto isso não significava um posicionamento homogêneo, visto que o senador João Barbalho Uchoa, de Pernambuco, havia se posicionado de forma sucinta como contrário ao projeto. Aparentemente do ponto de vista geográfico temos uma disputa entre três estados do Sul/Sudoeste contra dois estados do Nordeste, embora não possamos descartar o posicionamento pessoal de cada um.

O envolvimento de alguns dos principais vultos da política republicana também chama atenção. Conforme vimos Severino Vieira, Leite e Oiticica, Alberto Gonçalves, Gonçalves Chaves, João Barbalho Uchoa e o próprio Amaro Cavalcanti – envolvido (in)diretamente – tiveram uma projeção muito grande no período imperial e continuaram ocupando cargos importantes na Primeira República. Se as motivações dos contrários ao projeto ficaram claras, os reais interesses do baiano Severino Vieira e do alagoano Leite e Oiticica são difíceis de interpretar. É certo que eles defendiam o fortalecimento da União, mas o que estava por trás da intromissão nos assuntos dos litígios internacionais no Sul do Brasil? Uma união de alguns estados do Nordeste em torno da ideia de Amaro Cavalcanti, também daquela região? Um entendimento jurídico consensual sobre esse assunto? Ou apenas uma tentativa de resolver rapidamente uma questão aberta no seio da nova República? Infelizmente ainda não conseguimos dar uma resposta certa para essas questões, mas somente o fato de refletir sobre elas já nos abrem caminhos para as pesquisas futuras.

Por fim, um elemento já mencionado anteriormente, mas que merece ser discutido mais uma vez é como as situações de conflitos territoriais, tanto entre Argentina e Brasil, como entre o Paraná e Santa Catarina, foram usadas como pretexto para a formulação de projetos territoriais. E isso nos leva a outra reflexão: a percepção de como as fronteiras internas e externas ainda estavam relativamente abertas durante a Primeira República e de

como, cada vez mais, esses limites demandavam ser definidos. Não eram somente Paraná e Santa Catarina que precisavam aprovar seus limites definitivos no Congresso Nacional. Havia muitos outros estados que estavam passando por um processo parecido, embora o caso referido chamasse atenção por causa do litígio secular. As fronteiras nacionais também passavam pelo mesmo fenômeno. Nos anos seguintes ainda ocorreriam disputas internacionais pelos territórios do Amapá e do Acre. E é justamente nesses processos que o protagonismo dos atores sociais entrava em cena novamente, aproveitando-se dessas brechas para colocar suas formas de resolução em prática.³³⁰ Portanto, ressaltamos novamente como o caráter de instabilidade e construção, apontado no capítulo um, exerce suas influências na ação desses sujeitos.

2.2 O POSICIONAMENTO DE RODRIGUES ALVES E A CRIAÇÃO DO PRIMEIRO TERRITÓRIO FEDERAL BRASILEIRO

O desaparecimento do projeto não significou o término das discussões em torno dos territórios adquiridos em litígios internacionais. A preocupação em torno dessas áreas demandou um grande empenho dos políticos e juristas republicanos em definir essa questão, e ao que tudo indica, não era consenso elas serem incorporadas aos estados contíguos.³³¹ Além disso, as disputas pelo domínio do patrimônio público também continuavam, opondo novamente os estados vs União. Em 1902, uma notícia no jornal paranaense A REPUBLICA, questionava a presença de três colônias militares em seu território (Chopim, Chapecó e Foz do

³³⁰ Outro exemplo, além do Território das Missões e do Estado das Missões, são as tentativas de fundar a República Acre durante as negociações entre Brasil e Bolívia. Embora não seja um território federal ou um novo estado da federação e sim mais uma República Federativa, ela também demonstra o aparecimento dos projetos de autonomia territorial em zonas de fronteira e conflito. Cf. BEZERRA, Maria José. **Invenções do Acre: de território a Estado - Um olhar social.** Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em História Social, Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. 2006.

³³¹ A questão de Palmas/*Misiones* foi uma das primeiras disputas limítrofes do país, seguidas ainda pelos problemas com a Guiana Francesa (Amapá, 1900), Bolívia (Acre, 1903), Equador (1904), Guiana Inglesa (1904), Guiana Holandesa (1906), Colômbia (1907), Peru (1909) e Uruguai (1909). Cf. HEINSFELD, 2014, p. 161.

Iguaçu) em áreas fora das zonas de fronteiras – com exceção da última.³³² Para os paranaenses, o art. 64 da constituição estabelecia como patrimônio da União somente as zonas essenciais para defesa do país contra os estrangeiros, alegando estarem essas colônias diminuindo a autonomia territorial do seu Estado.³³³

Dois anos depois, em 1904, outra notícia no mesmo periódico, tinha como título: “Jurisdição da União em Territórios dos Estados”.³³⁴ Essa matéria foi escrita por Joaquim da Costa Barradas, defensor dos paranaenses na questão de limites com Santa Catarina. Embora a maior parte do conteúdo seja direcionada a defesa dos direitos paranaenses, Barradas afirmou ter sido consultado pelo Ministro da Fazenda “se os territórios adquiridos pelo Brasil em seus acordos internacionais devem ficar exclusivamente sob a jurisdição da União, ou ser incorporados aos Estados contíguos?”. Não é de estranhar que o assunto ainda estava em pauta. Nos primeiros anos do século XX o Brasil tinha adquirido o território do Amapá, após um acordo com a Guiana Francesa, e em novembro de 1903, incorporado o território do Acre, negociado com a Bolívia.

Fora do círculo da imprensa, a discussão também parecia ocorrer. No mesmo ano da negociação do Acre, o presidente da República Rodrigues Alves se pronunciou sobre essa questão no seu relatório anual. Para ele, esses terrenos deviam passar para o domínio da União:

O Congresso tem por mais de uma vez procurado definir o regime a que devem ficar submetidas as terras incorporadas ao nosso patrimônio por atos internacionais e **a opinião se tem pronunciado no sentido de serem elas declaradas de propriedade da União**, o que é, aliás, de máximas justiça. É um assumpto que deve inspirar grande interesse e que obedece ao pensamento de fortalecê-la, sem aliás prejudicar o direito dos Estados.³³⁵

A declaração de Rodrigues Alves revela uma modificação importante nessa questão. A partir dali a pretensão da União sobre os territórios adquiridos em acordos internacionais deixava de ser um projeto defendido por senadores no Congresso Nacional, para se tornar um

³³² As colônias militares de Chapecó e Chopim haviam sido criadas em áreas consideradas de fronteira, em 1882, quando o Brasil disputava o Território das Missões. No entanto, após o ganho de causa brasileiro, a fronteira se estendeu bem mais ao oeste, justificando os motivos da reclamação dos paranaenses.

³³³ A REPUBLICA, Curitiba, 9 de janeiro de 1902. **Curityba, 9 de janeiro de 1902**, p. 1, c. 3-4.

³³⁴ A REPUBLICA, Curitiba, 8 janeiro de 1904. **Jurisdição da União em Território dos Estados**, p. 1, c. 4-6.

³³⁵ BRASIL. **Mensagem apresentada ao Congresso Nacional pelo presidente da República Francisco de Paula Rodrigues Alves**. Rio de Janeiro, 3 de maio de 1903. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/mensagem-ao-congresso-nacional/mensagem-ao-congresso-nacional-rodrigues-alves-1903/view>. Acesso em: 13 abr. 2020. p. 20-21, (grifo nosso).

posicionamento oficial do presidente da República, a maior autoridade do país. Esse posicionamento foi ainda mais incisivo no ano seguinte. Após a assinatura do Tratado de Petrópolis, em 17 de novembro de 1903, formalizando a permuta do território do Acre para o Brasil, o Congresso aprovaria o decreto N° 1181 de 25 de fevereiro de 1904, autorizando o governo a administrar provisoriamente o território reconhecido como brasileiro. Em seguida lançou o decreto N° 5188 de 8 de abril de 1904, regulamentando sua situação e organizando a região em três departamentos administrativos (Alto Acre, Alto Purús e Alto Furuá), sendo cada um deles administrado por prefeitos nomeados pelo presidente da República.³³⁶

Com essas medidas ficava aberto o precedente que os defensores da autonomia dos Estados tanto temiam nas discussões de 1896. Com algumas alterações, como a escolha de nomear prefeitos e não um delegado federal, o projeto criou pela primeira vez na história da República um território administrado diretamente pelo governo federal, sem compor um estado da Federação.³³⁷ Ao relatar essas medidas na sua mensagem ao Congresso Nacional de 1904, Rodrigues Alves ainda comentou que embora a situação do Acre tenha sido muito especial, seria conveniente o Congresso também se pronunciar sobre o destino dos outros territórios adquiridos por laudos arbitrais internacionais. Para o presidente essa medida era importante, pois não haviam sido pequenos os gastos da União com a liquidação dessas questões de limites:

Até agora pesam sobre o Tesouro as despesas com a demarcação dos **territórios adquiridos ao sul e outras terá o governo de fazer com igual serviço nos que estão situados ao norte da República. É preciso definir a situação desses territórios.** Parece-me que não estando eles, ao tempo em que foi promulgada a Constituição, sujeitos jurisdição e domínio dos Estados, não se pode disputar à União o direito de administrá-los como seus, depois dos arranjos internacionais que promoveu e que lhe tem custado os mais penosos sacrifícios. Os Estados, prevalecendo esta opinião, não ficarão prejudicados, pois têm grandes extensões territoriais para explorar e a União adquirirá força em seu crédito em benefício mesmo de toda a comunhão.³³⁸

Rodrigues Alves mantinha seu discurso na mesma linha utilizada pelos defensores da passagem do Território das Missões para a União, em 1896. Alegava que esses territórios não

³³⁶ BRASIL. **Mensagem apresentada ao Congresso Nacional pelo presidente da República Francisco de Paula Rodrigues Alves.** Rio de Janeiro, 3 de maio de 1903. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/mensagem-ao-congresso-nacional/mensagem-ao-congresso-nacional-rodrigues-alves-1903/view>. Acesso em: 13 abr. 2020. p. 14-7.

³³⁷ MOURA, Cristina Patriota. Tratado de Petrópolis. In: **Dicionário da Elite Política Republicana (1889-1930)**. Rio de Janeiro, CPDOC, s.d. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/TRATADO%20DE%20PETR%C3%93POLIS.pdf>. Acesso em: 13 maio 2020.

³³⁸ BRASIL, op. cit., p. 16-17, (grifo nosso).

estavam no domínio dos estados quando foi promulgada a constituição e ainda falava sobre os grandes custos gerados para o Governo Federal, tanto nas negociações como nas demarcações necessárias para obtenção dessas zonas de fronteira.³³⁹ Os quadros se repetiam em todos os âmbitos. Assim como no projeto do senador Severino Vieira, o pronunciamento de Rodrigues Alves gerou oposição por parte do governo paranaense, tendo em vista que o Território das Missões estava citado indiretamente no discurso do presidente da República.

Dois dias depois após essas declarações, Vicente Machado, governador do Paraná enviou uma carta a Rodrigues Alves protestando contra o tópico da mensagem referente aos territórios adquiridos em laudos arbitrais.³⁴⁰ Machado alegou que o Paraná sempre teve a posse do Território das Missões, tanto no Império como na República, não cabendo a ele a situação jurídica da referida mensagem. Outro ponto levantado pelo paranaense foi o fato de os laudos favoráveis ao Brasil, no caso das Missões e do Amapá, não darem ao país nenhum território novo, pois eles já pertenciam ao território brasileiro, diferentemente do Acre, sendo este último o único território acrescido ao Brasil por arranjo internacional. Por fim, arrematou afirmando que se a União tinha grandes gastos com esses litígios. Era pelo fato de ser a única com autoridade competente para assegurar a integridade do território nacional.³⁴¹

A imprensa paranaense também se manifestou através do jornal DIARIO DA TARDE, o mesmo responsável pela publicação do telegrama de Vicente Machado. No dia 23 de maio daquele ano, seus redatores estamparam na primeira folha uma matéria com o título “Imperialismo...”:

Imperialismo...

Ainda mergulhados naquela estupefação causada pela Mensagem Presidencial da República, de 3 do corrente, lembrando a necessidade de legislar sobre territórios adquiridos pela diplomacia da União; indecisos ainda sobre qual mais própria qualificação tais atos, - si pretensões a um imperialismo-interno com esquecimento

³³⁹ O momento era propício para essa argumentação. Durante as negociações do Tratado de Petrópolis, o Ministro das Relações Exteriores, Barão do Rio Branco, ofereceu como compensação para os bolivianos as terras localizadas na margem do rio Madeira, permitindo o acesso à bacia amazônica e também o escoamento dos produtos daquele país pela bacia do Paraguai. Além disso, também foram pagos dois milhões de libras esterlinas à Bolívia e prometida a construção da estrada de ferro Madeira-Mamoré, facilitando o escoamento dos produtos bolivianos pelo Mato Grosso. Essas medidas geraram grandes opositores no Congresso Nacional e certo desconforto dentro da opinião pública. Cf. MOURA, s.d., p. 4-5.

³⁴⁰ DIARIO DA TARDE, Curitiba, 5 de maio de 1904. **Territórios da Fronteira**, p. 2, c. 3.

³⁴¹ O discurso de Vicente Machado se fundamentava na própria visão do Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Barão do Rio Branco. Em sua defesa a concessão de terras e dinheiro à Bolívia em troca do Acre, Rio Branco justificou afirmando ser o Acre o único território acrescentado ao território Brasileiro, diferente de Palmas/Missões, ou do Amapá, negociado com a França que sempre foram parte do patrimônio brasileiro. Cf. MOURA, op. cit., p. 5.

dos deveres constitucionais no presidencialismo – si menosprezo pelo atual regime de república federativa, importando o seu assentimento pelos demais poderes seria TENTATIVA DE GOLPE DE ESTADO; surpresos, dizíamos, por tantos e tantas sérias invasões, do Alto Jaruá às Missões, externas e internas; mais estupefatos veio nos deixar ainda o Sr. Tenente-coronel João de Figueiredo Rocha, diretor da colônia Foz do Iguaçu, atualmente no Rio e que pelas várias do Jornal do Commercio de 8, também do corrente, defende o ato, para nós estranhável, do primeiro magistrado da Nação.³⁴²

Conforme a citação acima, percebemos um posicionamento muito mais radical por parte da imprensa em relação ao telegrama enviado pelo governador do Paraná ao presidente da República – algo comum, pois há grande diferença entre enviar uma carta direta ao presidente e publicar uma matéria no jornal local. Indecisos de como qualificar aquele ato, acusavam o governo de um imperialismo-interno e uma falta de compromisso com os deveres constitucionais. O sensacionalismo da matéria chegou ao extremo com a menção a uma “tentativa de golpe de estado” pelo presidente, algo que certamente não cabia para aquela situação. Entretanto, parece ter sido o posicionamento do tenente-coronel João de Figueiredo Rocha, diretor da colônia de Foz do Iguaçu, o que deixou mais indignados os redatores do DIARIO DA TARDE.

Figueiredo Rocha era favorável à criação de um Território Federal em Missões. Havia lavrado “um protesto contra o protesto” feito pelo governador paranaense, acusando Vicente Machado de falta de conhecimento geográfico e de que estava vendendo terras para aventureiros e estrangeiros numa zona importantíssima para a defesa das fronteiras, além de ressaltar as riquezas incorporadas pela União com o controle daquele território.³⁴³ Uma hipótese plausível sobre o posicionamento do diretor da colônia Foz do Iguaçu era sua eventual pretensão assumir o cargo de “prefeito do Território das Missões”, como os nomeados por Rodrigues Alves no Acre, ampliando assim sua área de controle e conseqüentemente seus poderes. No sensacionalismo do DIARIO DA TARDE, o coronel pretendia mesmo era instaurar uma “ditadura”.

Na edição do dia 25 de maio, o jornal seguiu acusando as pretensões do Governo Federal e de Figueiredo Rocha de imperialismo e aproveitou para atacar Santa Catarina por não se manifestar a respeito da situação.³⁴⁴ Dias depois, em mais uma publicação a respeito do assunto, o periódico seguiu criticando a posição do governo. Sugeriu de forma irônica a extinção das duas colônias militares “a mais de 100km da fronteira” para a criação de mais

³⁴² DIARIO DA TARDE, Curitiba, 23 de maio de 1904. **Imperialismo...** p. 1, c. 1-3, (grifo do autor).

³⁴³ Ibidem, loc. cit.

³⁴⁴ DIARIO DA TARDE, Curitiba, 25 de maio de 1904. **Imperialismo...**, p. 1, c. 1-2.

duas na zona de Foz de Iguaçu, como a forma da União se apropriar de uma vez daquela região. Para os redatores essas colônias estavam na “mais triste pasmecearia estratégica e [...] só servirão para perturbar por mais tempo os direitos civis de seus habitantes”. Seu alvo, na verdade, continuava sendo o tenente-coronel Figueiredo Rocha, fazendo outras acusações diretas contra ele.³⁴⁵ Dessa forma, a sequência de notícias publicadas no DIARIO DA TARDE evidencia mais uma vez a permanência da disputa entre a União e os estados da Federação pela posse do patrimônio nacional. Se durante Império essas colônias cumpriram papel importante na defesa do território, no início da República, elas começaram a ser um empecilho na visão do governo paranaense.

Concluindo a discussão em torno do Território das Missões, podemos perceber que, mesmo com o passar dos anos as argumentações, em 1904, ainda eram muito semelhantes às de 1896: os mesmos artigos constitucionais, as mesmas razões apresentadas, os mesmos posicionamentos: a discussão se mantinha aberta. Contudo, a situação diferenciada do Acre permitiu ao governo central colocar em prática as suas pretensões e criar o primeiro Território Nacional brasileiro durante a Primeira República, abrindo precedentes para tomar a mesma medida em outras partes do território. Entretanto, esse trabalho não seria nada fácil, pois os posicionamentos dos estados da Federação seguiam firmes mediante as pretensões da União. Somente um Governo Federal forte poderia concretizar tal ideia em diversos cantos do país ao mesmo tempo. E isso só aconteceu, em 1943, quando Getúlio Vargas instituiu os Territórios Federais do Iguaçu, Amapá, Rio Branco e Guaporé.³⁴⁶ Entretanto, não abordaremos essa questão, pois extrapolaríamos os limites temporais desta pesquisa.

Gostaria apenas de chamar atenção para o fato de que, três anos após a criação do Território Federal do Iguaçu ele acabou sendo extinto, em 1946. Essa anulação do território impulsionou alguns indivíduos, nas décadas seguintes, a iniciar um movimento pela criação do Estado do Iguaçu, como mais um estado da Federação.³⁴⁷ Isso nos leva a uma indagação: Qual seria o grau de influência do projeto de tornar o Território das Missões parte da União e depois um estado, 1896, sobre toda movimentação pelo Estado das Missões, em 1909-1917?

³⁴⁵ DIARIO DA TARDE, Curitiba, 27 de maio de 1904. **Imperialismo...**, p. 1, c. 1-3.

³⁴⁶ A criação dessas unidades territoriais estava inserida dentro do projeto político de nacionalização das fronteiras do governo de Getúlio Vargas, fazendo parte do programa conhecido como “Marcha para o Oeste”. Com essa medida Vargas visava uma ocupação efetiva das regiões de fronteira, dando condições de para o desenvolvimento de um processo de nacionalização, organização social e econômica, além de assegurar a defesa e a segurança dessas regiões. Cf. LOPES, 2004.

³⁴⁷ Para saber mais sobre o movimento pelo Estado do Iguaçu: Cf. LOPES, 2004.

A pergunta é interessante, mas carece de fontes interligando as duas propostas. O conhecimento das lideranças do Estado das Missões do projeto da União é algo certo, visto estarem todos envolvidos nos assuntos políticos do Estado, principalmente nas questões de limites com a Argentina e Santa Catarina. No entanto, em nenhum momento houve alguma fala em relação ao “resgate” desse projeto, ou menção direta ao mesmo.

Mas nem por isso podemos descartar o fato do projeto de Severino Vieira ter sido a primeira ideia de autonomia administrativa da região. Segundo as testemunhas do inquérito policial instaurado, em 1909, para apurar os comícios em torno da emancipação do Contestado, a ideia surgiu, em 1904, após a sentença vitoriosa de Santa Catarina no Supremo Tribunal Federal.³⁴⁸ O impulso teria sido a sentença. Mas e a ideia? Teria sido original ou uma adaptação dos projetos de autonomia administrativa daquele ano? A ausência de fonte nos força a deixar a pergunta em aberto para reflexões futuras. Mas como comentado anteriormente, refletir sobre essas questões nos ajuda a compreender um pouco mais sobre trama de relações existentes em torno desses movimentos.

Nesse capítulo procuramos demonstrar como no alvorecer da república brasileira instaurou-se um intenso debate entre aqueles que defendiam os maiores poderes para a União e os defensores da maior autonomia aos estados. Esse cenário impulsionou uma discussão sobre a quem deveria pertencer a administração das terras públicas no novo regime, da qual os adeptos de um federalismo mais ostensivos saíram vencedores. Assim, o artigo 64^a da Constituição garantiu que essas terras passassem para o domínio dos estados, cabendo à União apenas os territórios indispensáveis para defesa da fronteira, construções militares e estradas de ferro federais.

Contudo, o surgimento de uma nova categoria de território – os patrimônios adquiridos em litígios internacionais – possibilitou o aparecimento de projetos visando aumentar a parcela de terras devolutas pertencentes à União. Um deles foi o defendido pelo senador Severino Vieira – com base no livro de Amaro Cavalcanti – sugerindo a transformação do Território das Missões em Território Federal. Embora o projeto tenha sido aprovado na 1^a discussão, não foi possível encontrar novas menções sobre o mesmo,

³⁴⁸ **Inquérito Policial**, Palmas, 13 de maio de 1909. Acervo do museu municipal de Palmas.

concluindo que ele tenha sido deixado de lado. Mesmo assim, essa primeira rodada de debates já nos permitiu tirar uma série de conclusões a respeito das problemáticas das divisas internas na Fronteira Sul, do papel do Congresso Nacional na definição dos limites estaduais e do aumento considerável da autonomia das oligarquias estaduais sobre as questões acerca do seu território.

Esses elementos podem ser percebidos nas próprias resistências oferecidas por Paraná e Santa Catarina, bem como nas oposições de senadores de outros estados preocupados com a abertura de um precedente perigoso que colocaria as questões de limites nas mãos das bancadas com maior poder político no Congresso Nacional. Nesse sentido, também é possível perceber como a preocupação em torno desse projeto perpassava pelo grau de intervenção concedido a esse órgão federal e o receio de algumas elites regionais passassem a poder desprezar os direitos de autonomia dos demais estados. Além disso, outro ponto perceptível nas discussões realizadas durante o capítulo é referente à permanência da relação entre as questões atreladas à fronteira nacional e fronteira regional. Mesmo com os limites nacionais tendo sido definidos, em 1895, dentre os argumentos evocados para criação do Território das Missões estava a necessidade de defender o país dos vizinhos estrangeiros, colocando a criação dessa nova unidade de administração como uma ótima oportunidade para a União garantir seu domínio naquela zona.

Por fim, vimos como a situação diferenciada do Acre permitiu ao governo federal, comandado por Rodrigues Alves, a criação do primeiro Território Federal da história do Brasil republicano. Ao que tudo indica, Alves pretendia estender essa ideia para os demais patrimônios adquiridos em litígios internacionais, como o do Amapá e o das Missões, entretanto, a forte resistência e o poder das oligarquias estaduais conseguiram barrar esse projeto. Territórios Federais com características parecidas com os planejados por Rodrigues Alves só seriam criados por volta da década de 1940 durante o governo de Getúlio Vargas.

CAPÍTULO 3

3 PARANÁ ÍNTEGRO OU INDEPENDÊNCIA: O MOVIMENTO EM PROL DO ESTADO DAS MISSÕES

Após serem definidas as fronteiras com a Argentina, o conflito de limites entre o Paraná e Santa Catarina voltou a ganhar protagonismo nas discussões sobre as divisas do Sul do Brasil. Para ambos os estados, possuir o território em disputa significaria uma oportunidade de executar os projetos ambicionados por suas oligarquias, a partir da inclusão de uma vasta área rica em terras devolutas, erva-mate e madeira. Além disso, para o desenvolvimento das políticas planejadas pelo governo federal para a região, tornava-se necessária a existência de uma segurança administrativa por parte de um centro de poder estadual.³⁴⁹ Nesse contexto, para a inserção completa do Contestado ao cenário nacional – como um fundo territorial em processo de integração – era necessário que ocorresse mais um processo de partilha espacial. Entretanto, nesse caso, ela deveria acontecer entre dois estados de um mesmo país.³⁵⁰

Foi justamente no momento em que Paraná e Santa Catarina estavam protagonizando mais um processo de partilha sobre o território do Sul do Brasil que algumas lideranças locais paranaenses resolveram reivindicar outro tipo de solução para a contenda. Aproveitando-se da situação de incerteza jurisdicional de longa data e movidos por um sentimento de patriotismo e insegurança frente aos rumos tomados pela negociação da pendência, esses indivíduos pretendiam manejar a fronteira o seu favor. Fariam daquele território um novo estado: o Estado das Missões.

3.1 O JOGO DE ESCALAS E O MANEJAMENTO DA FRONTEIRA

³⁴⁹ MORAES, 2018, p. 152-3.

³⁵⁰ O primeiro processo de partilha espacial foi discutido no capítulo quando abordamos a Questão de Palmas/*Misiones*.

Para compreender de forma totalizante o surgimento do movimento em prol do Estado das Missões, não poderíamos nos ater somente às suas condições estruturais e à sua conjuntura. Faz-se necessário também mergulhar no contexto local da pequena cidade de Palmas, onde o ideal ganhou força. Ou seja, é necessário variar o foco da nossa lente de análise e ir ao encontro, a partir da redução de escala, a uma série de outras questões importantes para entender a emergência do movimento. Nesse exercício de pesquisa, a micro-história se torna importante.³⁵¹ De acordo com Jacques Revel, variar a escala “não significa apenas aumentar (ou diminuir) o tamanho do objeto [de pesquisa] no visor, significa modificar sua forma e sua trama.”³⁵² Dessa forma, ao variarmos nossa lente de análise, não estamos apenas visando constatar a existência da nossa discussão anterior em nível local, mas buscando inserir novos aspectos em nossa pesquisa que sejam passíveis de ser apreendidos somente a partir do olhar micro-analítico.

Nesse contexto de discussão, o conceito de estratégia proposto por Giovanni Levi e Jacques Revel também se torna fundamental. Para Levi, toda ação social pode ser vista como resultado de uma constante negociação, manipulação, escolhas e decisões dos sujeitos frente a uma realidade normativa que, embora difusa oferece diferentes possibilidades de interpretações e liberdades pessoais. Dessa forma, para o autor a questão primordial é “definir as margens – por mais estreitas que possam ser – da liberdade garantida a um indivíduo pelas brechas e contradições dos sistemas normativos que o governam.”³⁵³ Já para Revel, assim como nós, hoje, os atores do passado possuíam certo número de recursos, cuja natureza e volume variavam e também eram submetidos a uma pressão igualmente desigual dentro de uma configuração social existente. A partir dessas premissas, eles deviam orientar-se no mundo social, visando sobreviver ou reforçar sua situação, seu estatuto, seus valores, suas crenças, etc. Assim, eles eram levados a realizar escolhas entre um número limitado de possibilidades, decorrente da posição social que ocupavam no mundo e, também, a partir das representações desse mundo que lhe eram acessíveis onde estavam. Portanto, mesmo esses sujeitos não sendo totalmente livres para fazer o que quiserem, certamente eram

³⁵¹ Ao tomar emprestada a categoria de “escala” do antropólogo norueguês Frederick Barth, Giovanni Levi ressaltou a dimensão fundamental desse conceito dentro da operação historiográfica proposta pela micro-história e a sua possibilidade de perceber a relação dinâmica existente entre o “micro” e o “macro”. LIMA, 2012, p. 219.

³⁵² REVEL, 1996, p. 20.

³⁵³ LEVI, Giovanni. “Sobre a micro-história”. In: BURKE, Peter (org). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da UNESP, 1992. p. 135.

constantemente confrontados por alternativas a optar, desenvolvendo uma série de estratégias para atuar nesse mundo.³⁵⁴

Dessa forma, neste capítulo vamos procurar reconstruir a conjuntura política, social e cultural em que o Estado das Missões emergiu no estado do Paraná para depois entender como os primeiros apoiadores e lideranças do movimento se utilizaram das brechas do sistema normativo no qual estavam inseridos para pleitear a criação do novo estado. Nossos atores principais serão a elite paranaense da Primeira República, desde seus principais representantes – os antigos “chefes ostensivos” do período imperial e seus sucessores – até as lideranças locais, representada na figura dos coronéis da região. Mas isso não significa que não teremos espaço para nossos atores coadjuvantes, como alguns políticos federais, senadores, deputados, chefes militares e ainda outros indivíduos ligados às classes mais baixas e médias da sociedade. Damos destaque também para nossas atrizes representando a “mulher paranaense” e sua participação na Questão de Limites, contando com uma seção dedicada a elas neste capítulo.

Cabe comentar rapidamente que a elite paranaense durante a Primeira República estava organizada de forma muito parecida a do período imperial. Mesmo com o início do regime republicano e a Revolução Federalista agravando as dissensões entre as duas principais facções políticas dominantes, não demorou muito para esses setores estarem unidos novamente e darem continuidade ao projeto de apropriação territorial do patrimônio público, dominação dos ervais nativos e favorecimento dos grandes proprietários, comerciantes e ervateiros iniciado nas décadas passadas.³⁵⁵

Estabelecendo um diálogo com nossas perspectivas teórico-metodológicas, o conceito de “fronteira manejada” desenvolvido por Thompson Flores e Augusto Farinatti também nos auxiliará a compreender as ações desenvolvidas pela oligarquia paranaense e seus chefes

³⁵⁴ REVEL, Jacques. **Micro-história, macro-história:** o que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado. *Revista Brasileira de Educação*, v.15, n. 45: Set/dez. 2010. p. 440.

³⁵⁵ Conforme relatou Nilton Thome, o Paraná, no início de República até os anos de 1894, viveu um período de adaptação ao novo regime. Passou a ter diversos governos provisórios, sendo o primeiro o do presidente estadual Generoso Marques dos Santos, que assumiu em junho de 1891 e foi logo deposto em dezembro. Com a ascensão do Marechal Floriano Peixoto como presidente da República, o estado paranaense passou a viver outro período de instabilidade política resultando na eleição, em 1892, de Francisco Xavier da Silva, assumindo o cargo no mesmo período que a Revolução Federalista chegou ao Paraná. Segundo relata o autor, esse conflito foi o maior embate entre as duas principais classes dominantes do Estado. Não é atoa que Cleto da Silva, ao relatar a situação política do Paraná, no século XX, chamava atenção para a disputa entre o Partido Republicano Paranaense, composto por antigos maragatos federalistas, e o Partido Republicano Conservador, comandado pelos republicanos. Cf. SILVA, 1920; p.6; THOMÉ, 2002, p. 81.

locais durante esse período.³⁵⁶ A proposta dos autores consiste em convidar os historiadores a desenvolver um estudo a partir das relações e experiências dos sujeitos e grupos da fronteira com o objetivo de perceber esse espaço através das diferentes relações sociais que eram possíveis de ser estabelecidas. Nas suas próprias palavras, há, sobretudo:

Necessidade de perceber quais as implicações concretas que a situação de fronteira trazia para os habitantes daquelas paragens, tanto na busca de resolução de problemas práticos (como viabilização da economia pecuária ou do comércio atravessando a linha divisória), quanto das implicações simbólicas (como a questão da construção da alteridade e das identidades dos grupos sociais naquele espaço). É necessário interrogar como os habitantes da fronteira, de sua parte, construíram significados e estratégias para lidar com o fato de viverem em um espaço conformado por uma zona de fronteira, com um limite nacional de permeio. E mais, é preciso perceber que viver em uma fronteira era uma situação que propunha problemas e possibilidades diversas para os agentes, conforme fosse a sua posição social. Era a partir dela que esses sujeitos inventavam modos de lidar com a existência de um limite nacional, em processo de construção.³⁵⁷

Ora, a região onde estavam nossos atores sociais era uma fronteira nacional, possuindo as características comentadas pelos autores. Mas, para além dessa visão, acredito que a proposta de Flores e Farinatti também possa ser adaptada para pensarmos a questão das fronteiras internas, pelos seguintes motivos: como defendido pelos próprios autores a ideia de fronteiras nacionais, no século XIX, ainda estava em construção, sendo mais comum a identificação de fronteiras “provinciais”. Portanto, para além da identidade nacional é possível identificar outros tipos de identidade e/ou diferenças.³⁵⁸ Pois bem, considerando o início da Primeira República, embora a ideia de fronteira e identidade nacional já estivesse permeando a sociedade do Sul do Brasil, veremos, ao longo do presente capítulo, que o uso da ideia de fronteira “provincial” – no caso, estadual – para criação de um discurso identitário regional paranaense.³⁵⁹ Impulsionado pela Questão de Limites, os termos “patriota” e “patriotismo” no

³⁵⁶ FLORES; FARINATTI, 2009.

³⁵⁷ *Ibidem*, p. 156-7.

³⁵⁸ GRIMSON, 2003, p. 24 apud FLORES, FARINATTI, 2009, p. 155.

³⁵⁹ O manejo da questão da identidade dentro da fronteira interna, talvez seja um dos aspectos mais visíveis neste capítulo. Como salientam os autores, as identidades estavam associadas às diferentes situações e conflitos, “eram manejadas de acordo com a posição dos atores nas situações concretas, e era assim que construíam, se reproduziam, se transformavam: em constante interação com as relações sociais”. Conforme veremos, a disputa da fronteira interna possibilitou à oligarquia dominante da política paranaense a construção de uma identidade regional. Além disso, esse mesmo discurso possibilitaria a um grupo mais restrito de chefes locais, habitantes do Contestado, apropriarem-se da ideia e pleitear a criação de mais um Estado numa naquela zona. Sobre a questão de identidade na fronteira: Cf. FLORES, FARINATTI, 2009, p. 158; SZESZ, Christiane Marques. **A Invenção do Paraná: o discurso regional e a definição das fronteiras cartográficas (1889-1920)**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós Graduação em História do Brasil, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná. 1997.

Paraná, estarão muito mais associado a ser habitantes daquelas terras e defender os direitos do seu estado do que necessariamente pertencer à Nação brasileira – embora alguns vínculos já estivessem sendo formados nesse sentido.³⁶⁰

Além disso, o manejo da fronteira também pode ser constatado no âmbito das fronteiras estaduais visto que, alguns elementos citados pelos autores também estão presentes, como: o uso dessa condição para criação de um discurso de identidade, as diferentes tentativas de auferir lucros ou concretizar interesses dentro de uma situação de “fronteira indefinida”, a migração por parte de alguns indivíduos de uma unidade da Federação para outra visando encontrar melhores condições, entre outras estratégias debatidas em nossa pesquisa. Por exemplo, quando a situação política no Rio Grande do Sul não era mais favorável para o coronel Fabrício Vieira³⁶¹ – importante liderança coronelista da zona do Contestado – ele decidiu estabelecer-se no Paraná e alinhar-se com o diretório do partido republicano de União da Vitória. Ou ainda, quando a situação dos lavradores pobres de Guarapuava se tornou insustentável naquela zona, eles resolveram migrar para a região ao Leste de Palmas, onde nem Santa Catarina, nem Paraná nem o Rio Grande do Sul tinham hegemonia do poder – conforme vimos no capítulo 1. E por fim, quando as sentenças proferidas pelo Supremo Tribunal Federal começaram a ameaçar o poder político e econômico das principais lideranças políticas do Contestado eles tentaram manejar aquela situação de “fronteira incerta” e propor um projeto político pela emancipação do Contestado saindo em defesa dos seus próprios os seus interesses. Ou seja, para além do manejo dos limites internos, havia ainda o manejo de uma zona imprecisa, sem as divisas completamente definidas, inserida dentro de uma área de fronteira, tanto nacional como regional.

Dessa forma, podemos afirmar que mesmo nas fronteiras internas (em alguns casos, ainda em vias de construção), há um manejo de grupos de diferentes segmentos sociais procurando desenvolver suas estratégias para tirar vantagens daquela situação. Portanto, devemos entender que a situação de fronteira – no caso estudado, tanto de fronteira nacional (com a Argentina), como de fronteiras internas (entre os estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul), como de fronteiras em vias de construção (com seus limites provisórios e suas incertezas) influenciaram diretamente na vida dos atores sociais posicionados naquela

³⁶⁰ Isso pode estar relacionado ao próprio surgimento da ideia de “patriotismo” durante a evolução dos conceitos de “pátria”, “nação” e “sociedade” na formação dos Estados Nacionais. Segundo François-Xavier Guerra, esse termo designava uma virtude eminentemente política de servir à pátria, de lutar pela sua liberdade, por seus direitos e sua independência. Cf. GUERRA, 2003, p. 46 apud PETROLI, 2018, p. 30.

³⁶¹ Apresentaremos com mais detalhes esse coronel no capítulo 5.

região. Desde o início do nosso trabalho, viemos martelando na ideia de que a condição de construção da Fronteira Sul no contexto do século XIX e início XX abria um campo de possibilidades para esses indivíduos formarem seus projetos particulares. No capítulo 2 demos algumas pinceladas sobre os impactos dessa situação na formulação do projeto do senador Severino Vieira e nas discussões das atribuições da União e dos estados da Federação. Por fim, agora cabe adentrarmos no mundo concreto dessa fronteira “aberta” e investigar as formas e estratégias utilizadas pelos nossos principais atores para lidar com essa situação e tentaram manejá-la a seu favor.

3.2 A RETOMADA DA QUESTÃO DE LIMITES

3.2.1 O processo movido por Santa Catarina e a reação paranaense

Após o fracasso da tentativa de resolução por arbitramento, em 1896, Santa Catarina optou por mover uma ação judicial no Supremo Tribunal Federal contra o estado paranaense (Ação civil Ordinária N° 07 no Supremo Tribunal Federal).³⁶² Na fase de conhecimento do processo, ou seja, enquanto se discutia quem seria o vencedor da causa, ambos os estados procuraram contratar advogados para a formulação de argumentos jurídicos em defesa da posse do território.

Um excelente estudo sobre o assunto foi realizado pelo pesquisador Odair Eduardo Geller na sua obra “O Contestado entre Santa Catarina e Paraná: uma questão de limites nos limites da nação”³⁶³. Da defesa catarinense, Geller analisou principalmente a “Exposição Histórico-Jurídica” do conselheiro Manoel da Silva Mafra, documento com cerca de 700 páginas sendo primordial na arguição daquele estado. Segundo o autor, Manoel da Silva Mafra buscou historiar a evolução administrativa da região Sul do Brasil para fundamentar a reivindicação catarinense. Sua tese principal era que, em 1824, quando a primeira Constituição brasileira foi outorgada, os limites das províncias se mantiveram os mesmos,

³⁶² O processo atualmente se encontra arquivado no arquivo do Supremo Tribunal Federal (STF) contando com cerca de duas mil páginas, sendo em torno de 1500 digitalizadas e disponível para download no site do Tribunal de Justiça do Paraná. Cf. SILVEIRA, 2015, p. 61.

³⁶³ GELLER, Odair Eduardo. **O Contestado entre Santa Catarina e Paraná: uma questão de limites nos limites da nação**. 1. ed. – Curitiba: Editora Prismas, 2016.

estando o território Contestado situado dentro do patrimônio de Santa Catarina. Para o advogado catarinense, depois dessa constituição não houve outras alterações, nem mesmo quando foi criada a província do Paraná (1853) e promulgada a Constituição de 1891.³⁶⁴

Na organização da sua exposição, Mafra apresentou uma série de documentos comprobatórios de caráter institucional do período colonial e imperial, como a Carta Régia de 1749, criando a ouvidoria de Santa Catarina, o Alvará de 1820 – separando a Vila de Lages da província de São Paulo e anexando ao estado catarinense – e o Alvará de 1821 definindo os limites do município no período.³⁶⁵ Após apresentar a evolução histórico-administrativa do seu estado, o advogado interpretava como nulo o argumento do *uti possidetis* evocado pelo Paraná e ainda defendeu que a questão era de *jure constituito* (domínio constituído) e não *jure constituendo* (domínio a ser constituído), o que dava competência ao STF para decidir sobre o caso.³⁶⁶ Dessa forma, Mafra encarou os avanços dos paulistas e paranaenses nos sertões da margem meridional dos rios Negro e Iguaçu, como uma invasão ao território legal do governo de Santa Catarina.³⁶⁷ Essa linha de defesa foi mantida durante todo o litígio pelo estado catarinense e contou com a atuação dos advogados Visconde de Ouro Preto – que assumiu após a morte do Conselheiro Mafra – e Epitácio Pessoa.

Já os paranaenses articularam sua defesa por meio dos advogados Joaquim da Costa Barradas, Ubaldino do Amaral, Sancho Barras Pimental e Costa Carvalho, com pareceres orientados, posteriormente, por Rui Barbosa e Clovis Belivacqua – cada um correspondendo a uma das fases do processo.³⁶⁸ Geller desenvolveu sua análise principalmente na primeira defesa paranaense feita por Joaquim da Costa Barradas. Segundo o autor, na condição de “réu”, o Paraná buscou pautar sua defesa principalmente no *uti possidetis*, colocando-se como herdeiro de São Paulo e entendendo que o território entre os rios Negro e Iguaçu, Pelotas e

³⁶⁴ GELLER, 2016, p. 96.

³⁶⁵ Para Mafra, os limites de Lages foram determinados pela Carta Régia de 5 de novembro de 1808, considerando que o território de São Paulo se compreendia de Lages até os rios Pelotas ou Uruguai e suas cabeceiras. Ao ser incorporado a Santa Catarina esse município manteve a mesma limitação, sendo: ao sul o Pelotas ou Uruguai, ao norte os territórios da Vila da Lapa a leste as vertentes da Serra do Mar e a oeste os sertões dilatados e povoados pelos gentios até a fronteira com a Espanha. Para o conselheiro, o Alvará de 1821 manteve esses mesmos limites a oeste. Cf. MAFRA, 2002, apud GELLER, op. cit., p. p. 122.

³⁶⁶ De acordo com Manoel da Silva Mafra, o reconhecimento mais detalhado de parte de um território já pertencente à nação não se tratava de uma descoberta, mesmo se determinado por uma autoridade pública. Nesse sentido, os territórios sobre os quais o Paraná estava evocando o *uti possidetis*, não eram suscetíveis a gerar direito pela posse e descoberta, pois já faziam parte de um único e grande território – o da nação – e também por que desde a criação da Ouvidoria de Santa Catarina, em 1749, eles já pertenciam ao Estado de Santa Catarina. Cf. MAFRA, 2002, p. 391 apud GELLER, op. cit., p. 157.

³⁶⁷ GELLER, op. cit., p. 97.

³⁶⁸ COSTA, 1987, p. 28.

Uruguai, até a fronteira com a Argentina pertenciam ao estado pelo direito de “descoberta” e “ocupação”. A argumentação histórica também esteve presente na arguição paranaense, no entanto, diferente de Santa Catarina, Barradas não buscou escrever uma história da evolução administrativa, mas sim, evocar a trajetória dos primeiros “desbravadores da região” e criar uma “epopeia” da conquista e ocupação do território “hostil e bruto”.³⁶⁹

No entendimento do advogado, o Paraná, na condição de herdeiro de São Paulo, foi o grande responsável pela integração daquela região ao circuito civilizado, enquanto Santa Catarina nada tinha feito pela zona, aparecendo naquele momento como uma simples “proveitadora”. Enquanto paulistas e paranaenses lutaram e mobilizaram um grande esforço para a conquista e desbravamento da região, o estado vizinho permaneceu “adormecido”, defendido pelas suas muralhas da Serra do Mar. Barradas ainda alegou ter sido graças ao avanço dos bandeirantes que o Brasil pode utilizar *uti possidetis* nos tratados estabelecidos com a Espanha no período colonial e no recente acordo internacional com a Argentina pelo Território das Missões, considerando esse princípio como um direito “superior” passível de ser utilizado nas decisões interestaduais.³⁷⁰

Após entregarem suas defesas, iniciou-se um período de tensão, no qual os dois estados aguardaram a decisão do Supremo Tribunal Federal. A primeira vitória dos catarinenses aconteceu, em 1904, com a argumentação da maioria dos ministros do Supremo embasada no discurso de Manoel da Silva Mafra. Assim, os membros do STF alegaram que já existia uma linha divisória traçada por lei que garantia o domínio catarinense sobre a região, além de não ser possível evocar a posse como elemento gerador de direitos nos assuntos de limites de jurisdição do poder público. Portanto, declaravam Santa Catarina ter “o direito de possuir limites naturais, como sejam os Rios Negros e Iguaçu ao Norte, o Uruguai ao Sul, ao oriente o oceano e a poente as fronteiras argentinas.” Alguns ministros chegaram a evocar incompetência do Supremo Tribunal Federal em julgar o caso, em face do Art. 4 da Constituição Federal, mas acabaram sendo votos vencidos.³⁷¹ Com essa primeira sentença, o STF dava aos catarinenses toda a posse do Contestado, ampliando consideravelmente seu patrimônio territorial, conforme demonstra o mapa a seguir:

³⁶⁹ GELLER, 2016, p. 139.

³⁷⁰ BARRADAS, 1902, p. 22-3 apud GELLER, op. cit. , p. 154-3.

³⁷¹ Acórdão do Supremo Tribunal Federal referente Ação Cível Ordinária Nº 07 lançado no dia 06 de julho de 1904. Disponível <http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/sobreStfConhecaStfJulgamentoHistorico/anexo/ACOr7.pdf>. Acesso em: 06 jul. 2020.

Figura 10 - Mapa produzido pelo Estado de Santa Catarina em 1907.



Fonte: Mapa disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Mapa_do_estado_de_Santa_Catarina.tif. Acesso em: 06 jul. 2020.

A produção cartográfica cumpriu um papel de extrema importância durante o conflito de limites entre os dois estados. Embora o Paraná tenha empregado esse recurso em maior escala, os catarinenses também se utilizaram desse mecanismo, conforme demonstra a imagem apresentada. Tendo em vista a data da sua publicação, 1907, podemos presumir que o mapa em questão está associado ao discurso catarinense pautado na sentença vitoriosa no STF, servindo como um dispositivo para representação do espaço conforme os limites estabelecidos pelo Acórdão de 1904 e ansiados pelas suas oligarquias.³⁷²

³⁷² De acordo com Carla Mariana Lois os mapas são representações construídas e ao mesmo tempo dispositivos. Na primeira concepção eles são vistos como portadores de uma textualidade e contextualidade, servindo para várias e diferentes finalidades. Assim, as representações cartográficas expressam discursos intrínsecos a sua representação e a sua produção, tornando-se uma fonte histórica. Além do mais, as imagens cartográficas também denotam uma ideia de espaço almejada transmitido através da cartografia, surgindo como

A reação à vitória catarinense no Paraná foi imediata. Em grande parte dos povoados e municípios do estado ocorreram manifestações populares, independente de estarem ou não dentro da área contestada. Esses acontecimentos ficaram guardados na memória dos paranaenses como “os grandes *meetings* de julho de 1904”, demonstrando a “bravura” e “resistência” da grande “família paranaense”.

No dia seguinte à notícia da decisão do Supremo, circulou pela cidade um boletim convidando a toda população a se juntar na Praça Tiradentes “a fim de tomar uma medida coletiva” frente àquela situação:

Boletim

Convida-se o povo Curitibano a reunir-se hoje às 2 horas da tarde na Praça Tiradentes, a fim de tomar uma medida coletiva no sentido de prestigiar ao mesmo tempo os esforços do nosso advogado Conselheiro Barradas e a ação do governo do Estado na reivindicação dos nossos direitos no território contestado por Santa Catarina.³⁷³

Conforme o relato do jornal A REPUBLICA, os paranaenses começaram a se reunir na praça muito antes das 2 horas da tarde. Seu principal objetivo era declarar apoio ao Conselheiro Barradas e ao governo estadual, bem como deixar manifestado sua “reprovação ao julgado que arrebatava-lhe a melhor parte do seu patrimônio”. Coube ao Dr. João Pernetta, propor a nomeação de uma comissão popular para agir em defesa dos direitos do Estado, uma espécie de comitê permanente, podendo ser essa a origem da ideia dos comitês de limites que atuariam em defesa do Paraná nos anos seguintes.³⁷⁴ Outro elemento que chama atenção é o fato da comissão popular ser composta tanto por indivíduos da política dominante, como pelos chefes da oposição Dr. Generoso Marques e Affonso Camargo.³⁷⁵

Nesse sentido, as manifestações ocorridas em julho de 1904, indicam uma mudança importante na política estadual: depois de um longo período de divisão entre duas facções, começava a se delinear a primeira aliança entre as duas principais oligarquias do Paraná, uma mudança perceptível para os próprios sujeitos da época. O discurso proferido pelo senador

dispositivos com fins específicos para negociações, sem ter necessariamente uma pretensão científica. CF. LOIS, 2014; sd. apud MORAES, 2018, p. 46.

³⁷³ DIARIO DA TARDE, Curitiba, 7 de julho de 1904. **Questão de Limites**, p. 2, c. 4-5.

³⁷⁴ A REPUBLICA, Curitiba, 7 de julho de 1904. **Questão de Limites**, p. 2, c 1-3..

³⁷⁵ Passaram a compor a comissão popular: Coronel Luiz Xavier, Dr. Generoso Marques, Dr. Oliveira Portes, Dr. Octavio do Amaral, Coronel Ribeiro de Macedo, Dr. Estacio Correia, Romario Martins, Dr. João Pernetta, Dr. Affonso Camargo, Dr. Fernando Barres. Cf. Ibidem, loc. cit.

Alencar Guimarães no Congresso Nacional anos depois, deixa claro como ficou gravado esse episódio na memória paranaense:

Foi por isso também que toda a Nação, teve notícia, minuciosa e circunstanciada, de que logo após aquela decisão erguendo-se revoltado contra esse ato, que lhe retalhava o território, o povo paranaense em *meetings* sucessivos, a que acorriam as populações da capital, cidades, vilas e povoações do interior, de protestos veementes contra o esbulho, **via desfeita todas as barreiras partidárias que o dividiam em dois grupos que se digladiavam e se feriam reciprocamente nos embates das lutas políticas a que os arrastaram os ódios da guerra civil e registrava nos anais da sua história o gesto memorável do ilustre Sr. Generoso Marques, então chefe da oposição [...] afirmando, em palavras ardentes e patrióticas, que esse era o dever que a consciência lhe impunha, levando o seu apoio incondicional e de todo o seu partido ao Presidente do Estado do Paraná**, na resistência, em qualquer terreno, que ele opusesse a sentença do tribunal para fim de manter a integridade territorial do Estado e impedir que fosse cindida a família paranaense.³⁷⁶

Como podemos ver na citação acima, o senador Alencar Guimarães relembra os intensos protestos populares ocorridos em julho de 1904, quando foram desfeitas as barreiras partidárias que dividiam os dois grupos políticos “que se digladiavam e se feriam reciprocamente” nas lutas políticas desde a guerra civil. De fato, desde a Revolução Federalista (1893-1895) o Paraná havia se dividido em duas correntes distintas, sendo uma delas liderada por Vicente Machado e outra por Generoso Marques, este último, um dos principais líderes dos antigos maragatos paranaenses.³⁷⁷ A união que se dava, em 1904, avançava além de uma simples formalidade: consistia numa verdadeira estratégia para frear as pretensões catarinenses sobre o território do Contestado. Segundo Claudia Viscardi, a coesão interna de um Estado era fator fundamental para sua força política nas demais esferas do poder público durante a Primeira República.³⁷⁸ Sendo o Paraná um estado considerado “pequeno”, sem uma economia de grande peso nos cofres da União e portador de uma bancada pequena no Congresso, a coligação interna era fator fundamental para seu sucesso nas negociações federais. Enquanto os catarinenses atacavam pela via jurídica, o contra ataque dos paranaenses veio principalmente pela via política.

Os próximos dias foram marcados pelo envio de diversos telegramas de diferentes partes do estado para a comissão popular formada em Curitiba, comunicando sobre protestos que ocorriam nos demais municípios. A partir da segunda semana, também tomou parte

³⁷⁶ ANAIS do Senado Federal, Sessão de 20 de Julho de 1917, p. 178, (grifo nosso).

³⁷⁷ Segundo Cleto da Silva, o senador Generoso Marques era chefe do Partido Republicano Paranaense (PRP) – também conhecido como federalista/maragato – sendo o Dr. Affonso Alves de Camargo outra liderança importante daquele partido. Cf. SILVA, 1920, p. 3-4.

³⁷⁸ VISCARDI, 2012, p. 32.

nesses atos as “senhoras [da elite] paranaenses”, convocando um grande *meeting* no teatro Guaira da capital. Segundo os redatores do jornal A REPUBLICA, pouco antes do horário marcado, o teatro se enchia de uma multidão de famílias, enquanto a comissão diretora, coberta por uma bandeira do Paraná, preparava-se para dar início às falas. A primeira a tomar a palavra foi Laurença Correia, filha do falecido político e advogado paranaense da época do Império Manoel Eufrásio Correia³⁷⁹. Após as devidas preparações, Laurença deu início a sua fala em nome da mulher paranaense:

Suspensos, por um momento, todos os labores domésticos da mulher diante da surpresa memorável dessa decisão injusta e irrefletida, **seja-lhe permitido, meus senhores, exprimir também publicamente o sentimento cívico que agita, neste momento doloroso, todo o Estado.** Nunca a injustiça teve, com efeito, como agora, nessa sentença do primeiro Tribunal do nosso país, maior consagração, nunca a violência conseguiu também um espectro mais poderoso e nem maior triunfo! [...] E agora, minhas senhoras diante da iminência do desastre, ameaçada a própria tranquilidade, sem preço, dos nossos lares, nada pode ser mais oportuno do que virmos também acrescentar os nossos votos à esperança de uma reivindicação, juntando, ao clamor uníssono e nobre deste povo o auxílio do nosso grito desesperado de alarma. **A mulher paranaense, possuída, pois do mesmo ardor patriótico do povo, vem lavrar assim o seu protesto, diante dos Poderes constituídos da República, diante da imprensa brasileira, diante do país inteiro, enfim, contra a violência desse julgamento sem par na nossa história.** A mulher paranaense vem igualmente trazer aos poderes constituídos do Estado, representados na pessoa do seu distinto Presidente o apoio da sua solidariedade incondicional a todos os atos que tenham por objetivo a vitória irradiante dos nossos direitos incontestáveis.³⁸⁰

A participação feminina na defesa dos direitos paranaenses é um aspecto interessante de ser analisando. Sendo a causa territorial uma luta “patriótica” envolvendo todos os cidadãos, o conflito de limites se tornou um espaço passível da participação das mulheres no campo das manifestações políticas. Como bem observado pela própria oradora, a mulher abandonava, por um momento, os seus labores domésticos – ou seja, o local onde a mulher “deveria” permanecer segundo a visão dominante da época – para tomar parte na defesa do Paraná. Portanto, a “mulher paranaense” entrava na luta, deixava registrada a sua indignação contra a sentença e conferia o seu apoio ao governo estadual para defesa dos direitos do seu estado.³⁸¹

³⁷⁹ Manoel Eufrásio Correia também é apontado por Alessandro Alves Cassin como um dos “chefes ostensivos” da política paranaense durante o período imperial. ALVES, 2015, p. 54.

³⁸⁰ A REPUBLICA, Curitiba, 12 de Julho de 1904. **As Senhoras Curytibanas**, p. 1-2, c. 4-6 e 1-2, (grifo nosso).

³⁸¹ Abordaremos de forma mais completa o movimento das mulheres paranaenses no final desse capítulo.

Após realizarem a manifestação no teatro Guaira, a multidão de senhoras e demais participantes do *meeting* se dirigiram para o palácio do governo para conferenciar com o Presidente do Estado e demais membros da elite política. O discurso de Vicente Machado nesta ocasião também chama atenção. Segundo o governador, aquela era a manifestação mais brilhante e significativa de todas as recebidas pelo governo até o momento, pois o fato da mulher abandonar seu lar para vir protestar na rua, demonstrava como a sentença afetaria diretamente o próprio lar e o seio da “família paranaense”. Embora ainda carregado de uma visão machista da época, o Presidente do Paraná não condenou a manifestação. Pelo contrário, acolheu favoravelmente a participação feminina na luta pelos direitos do estado.³⁸² Por fim, cabe salientar que esses protestos representavam mais os interesses da “mulher da elite paranaense” do que da “mulher paranaense em geral”, pois em sua maioria, essas senhoras eram ligadas aos principais membros das oligarquias da época, o que nos leva a ter certo cuidado em afirmar que esse era o mesmo posicionamento, por exemplo, da mulher cabocla da zona do Contestado.³⁸³

Curitiba permaneceu quase o mês inteiro numa onda de protestos, demonstrando a forte resistência que Santa Catarina enfrentaria para colocar em execução a decisão do STF. Na região do Contestado sob jurisdição provisória do Paraná, as coisas não foram diferentes. Diversos atos foram organizados pelas municipalidades locais, sendo possível constatar seus acontecimentos pelos telegramas estampados nas páginas dos jornais DIARIO DA TARDE e A REPUBLICA durante os meses de julho e agosto de 1904. Em Porto União da Vitória, após a realização de um comício em finais de julho, formava-se a primeira comissão permanente municipal em defesa dos direitos paranaenses, composta pelos coronéis Amazonas Marcondes, Arthur de Paula, Francisco Cleve, Domingos Pimpão e outros.³⁸⁴ O núcleo do partido republicano local também enviou um telegrama ao Dr. Generoso Marques aceitando sua decisão de abandonar o campo da oposição, declarando total apoio ao governo estadual.³⁸⁵

³⁸² A REPUBLICA, Curitiba, 12 de Julho de 1904. **As Senhoras Curytibanas**, p. 1-2, c. 4-6 e 1-2.

³⁸³ Para um entendimento mais aprofundado sobre as divisões existentes nos movimentos femininos, indico o livro de Angela Davis “Mulher, Raça e Classe”, no qual a autora demonstrou com maestria como dentro do surgimento e sustentação do movimento feminista nos Estados Unidos existiram varias segmentações com base em distinções de classe e raça. CF. DAVIS, Angela. **Mulher, Raça e Classe**. Tradução Livre. Plataforma Gueto_2013.

³⁸⁴ DIARIO DA TARDE, Curitiba, 30 de Julho d 1904. **Questão de Limites**, p. 2, c. 4.

³⁸⁵ De acordo com o relato de Cleto da Silva o núcleo do Partido Republicano de União da Vitória estava ligado com a política defendida por Generoso Marques. Cf. SILVA, 1920.

Na cidade de Rio Negro, foram convidados os senhores Sebastião Paraná, Generoso Borges, Ismael Martins, Raul Darcanchy e Santa Rita Junior – homens de influência política em Curitiba e ativos na questão de limites – para conferenciarem junto ao povo e protestarem contra a sentença do Tribunal Federal.³⁸⁶ Na zona mais ao sudoeste do estado, foram chamados para esclarecer a situação o Dr. Affonso Camargo e o professor e escritor Dario Vellozo, dirigindo-se ambos à cidade de Palmas no início de agosto de 1904. Na ocasião da chegada desses indivíduos, a comissão provisória organizada naquela vila enviou o seguinte telegrama ao Presidente do Estado:

Palmas 1º de Agosto – **A comissão provisória em sessão realizada hoje, resolveu convocar 2 *meetings* amanhã, sendo o primeiro às duas horas da tarde efetuado pela população em geral, e o segundo às 7 hora da noite pelas senhoras.** Recepção a Affonso Camargo e Dario Vellozo realizada com mais viva demonstração de apreço e máximo entusiasmo, comparecendo enorme massa popular que aplaudiu-os delirantemente, prologando-se a manifestação até as duas horas da madrugada [...]. Congratulamo-nos com V. Ex. pelo patriotismo do povo Palmense, valiosíssimo o indispensável concurso aos distintos Dario e Affonso. Temos a elevada honra de enviar a V. Ex. as nossas cordiais e afetuosíssimas saudações – a comissão provisória: Cezar Almeida, Ribeiro Vianna, Domingos Soares, Cunha Sobrino, Guimarães, Pedro Araujo e Moyses Andrade.³⁸⁷

Assim como em Curitiba, em Palmas também ocorreria um *meeting* de toda população e outro organizado pelas senhoras daquela localidade. Ao acompanharmos os telegramas recebidos pelo Presidente do Estado, percebemos que a organização das mulheres da elite paranaense não foi um ato isolado da capital, ocorrendo em vários pontos do estado e sendo encabeçada pelas esposas e filhas dos políticos regionais.³⁸⁸ Naquele mesmo dia, também foram recebidos com vivas os senhores Dr. Affonso Camargo e Dário Vellozo, numa celebração que se estendeu até duas horas da madrugada. Nesse contexto, o primeiro comício ocorreu na Praça Bormann, discursando ambos os convidados e, também, algumas chefias locais como o Dr. Ribeiro Vianna e Bonifácio Pimpão. À noite, realizou-se a manifestação das senhoras palmenses que aproveitaram para endereçar um telegrama à imprensa do Rio e as autoridades da República, declarando seu repúdio a tal sentença de limites.³⁸⁹ Assim como em União da Vitória, o núcleo do partido local, alinhado com o Dr. Generoso Marques,

³⁸⁶ DIARIO DA TARDE, Curitiba, 23 de Julho de 1904. **Questão de Limites**, p. 2, c. 2-3, (grifo nosso).

³⁸⁷ DIARIO DA TARDE, Curitiba, 1 de agosto de 1904. **Factos Diversos**, p. 2, c. 3-4.

³⁸⁸ Mais um exemplo de protesto organizados pelas senhoras paranaenses foi o *meeting* realizado em Entre-Rios em 4 de agosto de 1904, contra a sentença do STF e em nome da mulher paranaense. Cf. A REPUBLICA, Curitiba, 5 de agosto de 1904. **Protesto**, p.2, c. 3.

³⁸⁹ DIARIO DA TARDE, Curitiba, 3 de agosto de 1904. **Questão de Limites**, p. 2, c. 3.

também aproveitou a ocasião para endereçar uma mensagem ao chefe do partido de oposição e declarar o total apoio a sua decisão de apoiar o Presidente do Estado.³⁹⁰

Após conferenciarem na cidade de Palmas, Affonso Camargo e Dário Vellozo se dirigiram para o povoado de Bella Vista de Palmas (atual Clevelândia), fazendo uma espécie de *tour* pelas cidades do Contestado para incentivar a luta pelos direitos paranaenses.³⁹¹ Nessa cidade, a comissão formada para defesa dos direitos do Paraná era composta pelos cidadãos Pedro Pacheco, Domingos Pacheco, Estevão Nascimento, Antonio Pontes, Eugenio Juste, José Júlio Cleto da Silva e Leonidas Cezar de Oliveira. As ações naquele termo seguiam os mesmos padrões das outras regiões do estado – realização de *meetings*, envio de telegrama as autoridades da capital, etc.

É importante mencionarmos que o teor adquirido por essas manifestações não foi algo espontâneo, sem um planejamento prévio. De acordo com a pesquisadora Christiane Marques Szesz, desde década de 1890, o Paraná se esforçava para criar um discurso regional com o intuito de estabelecer um laço de identificação entre seus habitantes.³⁹² Para isso, nem a cultura, nem outro tipo de determinante social, foram, naquele momento, tão importantes quanto a apropriação e delimitação de um território estadual.³⁹³ Nesse contexto, o território passou a ser enxergado como “um local de pertencimento”, um produtor nominativo e constitutivo da identidade. Esse tipo de argumentação permitia ofuscar as desigualdades sociais e seus diferentes projetos, favorecendo a criação de uma identidade regional capaz de legitimar a hegemonia das elites dominantes e ao mesmo tempo dar um aspecto de união a toda sociedade.³⁹⁴

Coube principalmente aos intelectuais elaborar e difundir uma imagem da “região paranaense” e fomentar um discurso de preservação desse patrimônio. Como forma de fortalecer esses “produtores de saber”, aos poucos, eles passaram a ocupar cargos da cúpula do executivo ou de outros setores da política. Esses postos permitiam acesso direto aos

³⁹⁰ Nesse período compunham o partido republicano local: Domingos Soares, Antonio Maciel, Domingos de Araujo, Pedro Maciel, Luiz Lustoza, Gaspar Pacheco, Jose Feliciano, Deolindo Vieira, Victorino Roza, Nhonho Ribas, Rutilio Ribas. Cf. DIARIO DA TARDE, Curitiba, 4 de agosto de 1904. **Questão de Limites**, p. 2, c. 2-3.

³⁹¹ Ibidem, loc. cit.

³⁹² Esse discurso foi utilizado por Joaquim da Costa Barradas durante a formulação da sua defesa perante o Supremo Tribunal Federal.

³⁹³ SZESZ, 1997.

³⁹⁴ De acordo com Robert Moraes “o estabelecimento dos laços entre os indivíduos tendo por referência os locais de origem ou de residência atua no sentido de criar falsas comunidades de interesses veiculando uma ilusão de identidade sem referência social objetiva”. Cf. MORAES, Antonio Carlos Robert. Notas sobre a regional e a institucionalização da Geografia. **Estudos Históricos**, v. 4, n. 8, 1991.

núcleos de poder e davam uma liberdade de atuação nas decisões dos assuntos dessa temática. Provindo de filhos das famílias tradicionais, ou envolvidos com redes de relações a seu favor, foram principalmente esses atores que contribuíram para a elaboração de um discurso regional.³⁹⁵

Assim, em 1896, o Presidente do Estado, José Pereira Santos de Andrade, nomeou uma comissão para coletar documentos para serem usados na questão de limites em favor do Paraná, sendo composta por Agostinho Ermelino Leão (presidente), Manoel Alencar Guimarães, Generoso Marques dos Santos e Romário Martins. Outro local importante para produção desse discurso foi o Instituto Histórico e Geográfico do Paraná criado, em 1900. O Instituto foi fundado por Romário Martins, Ermelino Leão, Candido de Abreu, Dario Vellozo, Sebastião Paraná, Emiliano Pernetá, José Cândido Muricy, Júlio Pernetá, Nestor de Castro, entre outros, totalizando dezesseis indivíduos. Além desses sujeitos, também possuía outros “sócios correspondentes” como Manoel Francisco Correira, Luiz Cleve, Franco Grillo, Antonio Ribeiro Macedo, Coronel Telemaco Borba, Domingos Nascimento, Ignácio da Costa Pinto e Nivaldo Braga.³⁹⁶

Estabelecido o objetivo – criar uma identidade coletiva e um projeto regional para o Paraná – o Instituto atuou no sentido de materializar esse empreendimento. Aos olhos dos governantes e intelectuais, era necessário elaborar um discurso com argumentos objetivos e neutros, ao mesmo tempo em que legitimasse a dominação territorial e a hegemonia do grupo comandante do Paraná. Dentro desse quadro, a região passou a ser descrita por seus limites físicos, isto é, o espaço físico seria o elemento crucial para se traduzir a invenção de uma identidade e criar lugares de memória. Como bem lembrado por Szesz, essa não foi uma peculiaridade do caso paranaense: “A prática de elaborar discursos que naturalizavam as fronteiras tornou-se uma das formas de produzir identidades [...] o discurso geográfico, que priorizou essencialmente a natureza, constituiu-se, sem dúvida, num elemento central na consolidação da regionalidade”.³⁹⁷ Nesse contexto, a produção de um saber em relação ao espaço em litígio serviu de instrumento para a construção de uma identidade regional.

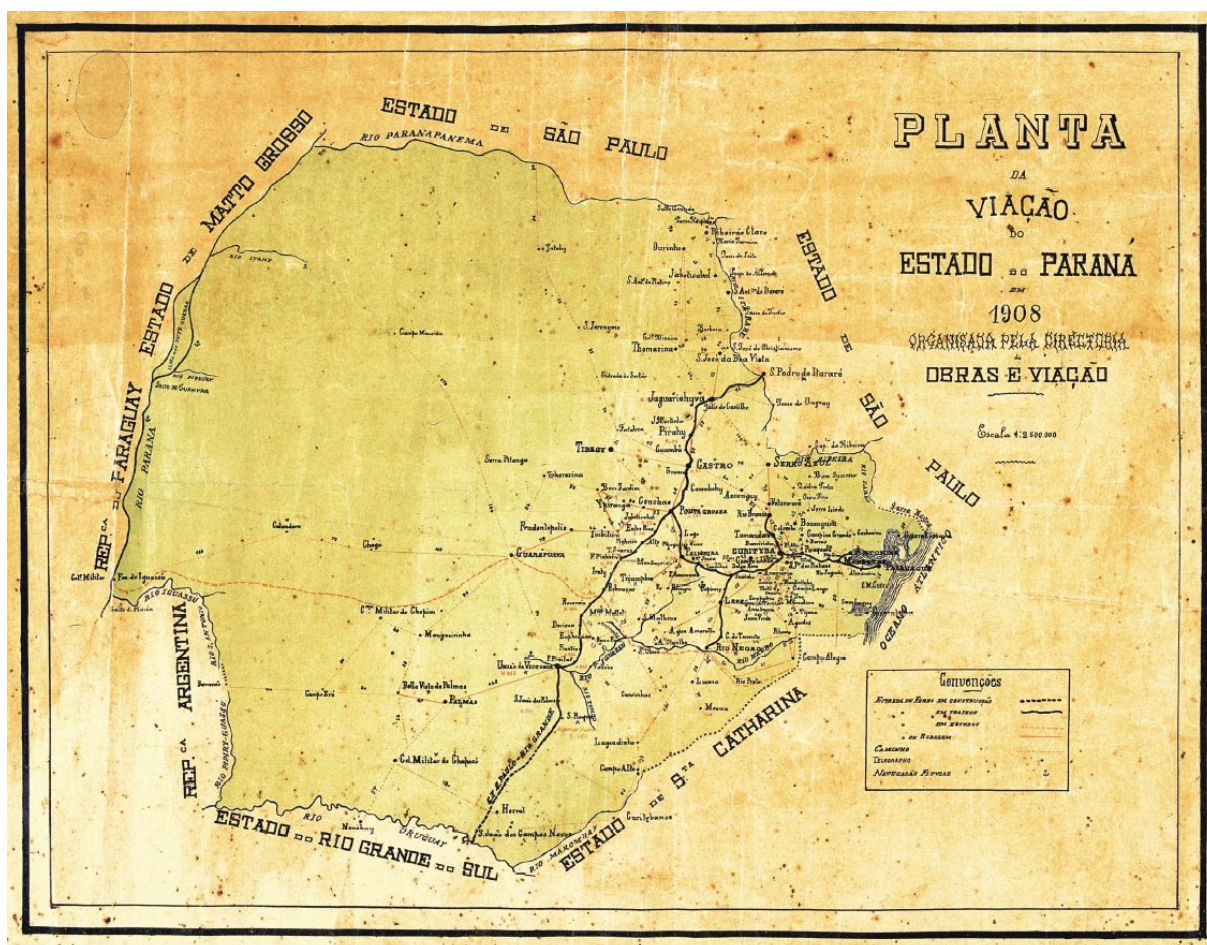
³⁹⁵ Segundo Gramsci, a dominação de uma classe prescinde da atuação dos intelectuais. Seu papel é basicamente de teorizar, tornar corrente e difundir os valores e ideais das classes dominantes, construindo consensos e ideologias para orientar as consciências. Para concretizar esse objetivo, eles estavam presentes em diferentes áreas da sociedade: tanto na sociedade civil (partidos, igrejas, escolas, atividades culturais), como na sociedade política (cargos públicos, políticos, militares). GRAMSCI, 1979, p. 3 apud SZESZ, 1997, p. 121-2.

³⁹⁶ SZESZ, op. cit., p. 123-6.

³⁹⁷ Esse tipo de argumentação já foi apresentada no capítulo 1, quando falamos sobre a visão dos geógrafos Carlos Robert Moraes e Cristina Moraes sobre as peculiaridades dos discursos nacionalistas brasileiros, chamando

A representação cartográfica também cumpriu um papel importante para os intelectuais no momento da construção de um sentimento de pertencimento ao Paraná, visando dar legitimidade às divisas almejadas pelos paranaenses. Os limites do estado passaram a ser representados como um território que se estendia até o Rio Grande do Sul, conforme o mapa a seguir:

Figura 11 - Mapa produzido pelo Governo Paranaense em 1908.³⁹⁸



Fonte: Mapa disponível em: <http://www.itcg.pr.gov.br/arquivos/File/mapa16.jpg>. Acesso em: 06 jul. 2020.

atenção para “a identificação do país não pela sua sociedade, mas sim pelo seu território”. Cf. MORAES, 2008, p. 92; MORAES, 2018, p. 22.

³⁹⁸ Aqui novamente temos o uso do mapa como um dispositivo lançado durante as negociações com Santa Catarina como forma de representar o território do estado paranaense. Dentro do contexto das discussões feitas até o momento, fica evidente sua relação com a prática discursiva do Paraná durante aquele período. Outro elemento importante é atentarmos para sua data de produção – 1908 – um ano depois do mapa lançado pelos catarinenses representando suas divisas com o Paraná pelos rios Negro e Iguazu. Certamente, esse mapa procurava questionar a representação catarinense e apresentar outros limites para o território do seu estado.

Nesse sentido, a análise de Christiane Szesz sobre a produção de uma identidade regional paranaense no início do século XX cumpre papel essencial para entender as manifestações ocorridas em julho de 1904. Generoso Marques, Dário Velloso, Sebastião Paraná, Emiliano e Júlio Pernetá são alguns dos nomes presentes nas fontes citadas e que estão diretamente envolvidos com o projeto idealizado pelas oligarquias dominantes durante esse período. Com suas bases sendo assentada desde 1896, a vitória catarinense, em 1904, apresentou-se como um excelente momento para consolidação desse ideal no seio da população. Nesse contexto, a união das duas principais facções políticas em nome da “integridade territorial” e contra a divisão da “família paranaense” cumpriu um papel tanto político, visando a coesão interna do estado, como simbólico, demonstrando a “nobreza” e a única das lideranças estaduais que vinha a servir de exemplo para o restante da população.

Da mesma forma, a participação da elite feminina cumpria o papel de difundir esse ideal entre as mulheres que passaram a ser integradas dentro do contexto da defesa territorial. O discurso do Presidente do Estado, citado anteriormente, durante a visita das Senhoras paranaenses dá indícios sobre importância desse tipo de manifestação para a consolidação do projeto regional. Esse discurso foi utilizado como indicativo de que a perda territorial viria atingir “diretamente o próprio lar e o seio da família paranaense”. Isto é: a derrota para os catarinenses produziria não só perdas para o governo, mas para todos os cidadãos. Por fim, a viagem de alguns desses políticos/intelectuais pelo interior do estado também revela outra faceta dentro desse empreendimento: se em Curitiba os paranaenses já consideravam os habitantes do Contestado como membros da sua “família” e defenderiam a todo custo àquela parcela territorial, também era necessário consolidar essa visão na própria região.

Portanto, podemos concluir que a disputa territorial entre Paraná e Santa Catarina possibilitou a construção de uma identidade estadual, tendo em vista que a situação permitiu uma formulação discursiva sobre o “nós” e o “outro”, gerando uma série de narrativas que “inventam uma identidade”.³⁹⁹ Do mesmo modo que a vitória brasileira no caso do Território das Missões mobilizou uma onda de protestos de cunho nacional pelo país, a sentença ganha por Santa Catarina produziu um tipo de reação parecida, só que voltada para defesa do território na esfera estadual no Paraná.

Dessa forma, os anos subsequentes foram marcados pelo engajamento das populações e das autoridades em continuar articulando a defesa dos seus respectivos direitos - inclusive

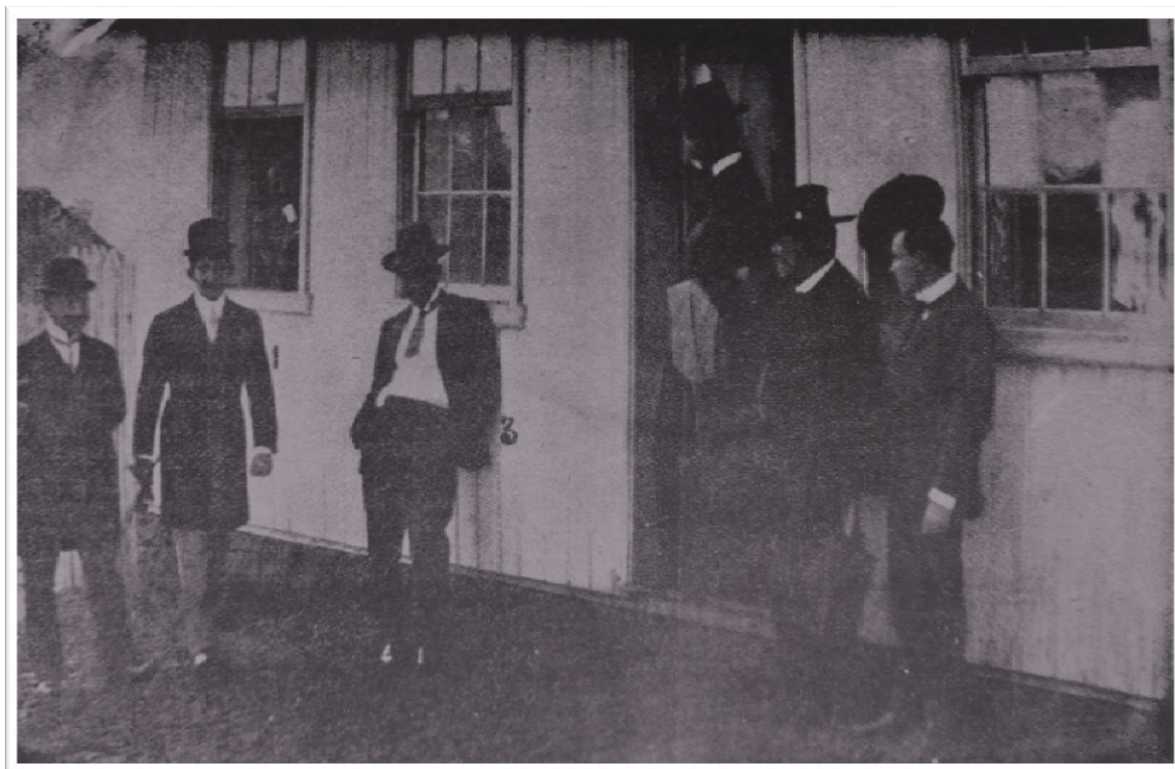
³⁹⁹ SZESZ, 1997, p. 4.

pela via armada – até o julgamento do Embargo no STF promovido pelo Paraná.⁴⁰⁰ Enquanto isso, na região do Contestado paranaense, começava a ganhar campo uma ideia diferente: para as autoridades locais da época, a demora do STF em decidir a questão e os boatos de mais uma possível derrota do Paraná serviram para impulsionar cada vez mais uma ideia de independência daquela região, visando evitar o domínio catarinense.

3.3 BOATOS E AGITAÇÕES NA CIDADE PALMAS: O MOVIMENTO PELA “INDEPENDENCIA” DO CONTESTADO

⁴⁰⁰ Segundo Paulo Pinheiro Machado, após o ganho da primeira sentença no STF quaisquer movimentações por parte dos vencedores passaram a ser interpretadas como uma forma de executar, à força, a primeira sentença que ainda podia ser embargada, gerando um clima de tensão e disputa no Contestado. Assim, em 1905, o Juiz de União da Vitória, João de Moraes Machado, organizou 400 policiais e civis, com pretexto de efetuar prisões no Vale do Timbó, quando na verdade tinha intenções de averiguar o boato que o coronel Demétrio Ramos investiria contra a cidade de União da Vitória, com um grupo de 500 homens armados, contanto com comerciantes de erva-mate de Canoinhas e apoio do governo de Santa Catarina – para Machado essa situação era pouco provável devido ao fraco poder dos coronéis catarinenses naquela região. Após prenderem Demétrio Ramos no Vale do Timbó, o juiz de União da Vitória se dirigiu para Canoinhas e efetuou a prisão do Juiz de Paz Laurindo Cordeiro Bello e o escrivão local, deixando claro que seu real objetivo era manter a jurisdição paranaense naquela região, onde haviam criado um distrito provisório subordinado a União da Vitória. Após esse violento conflito, a força do exército nacional passou a permanecer naquele território. Também ficou uma força paranaense para fornecer proteção ao coronel Arthur de Paula que andava com intuítos de criar o município de Vila Nova do Timbó. De acordo Paulo Pinheiro Machado, “daí até o acordo definitivo, em 1916, o Timbó será considerado o ‘contestado do contestado’, pelo fato de ali não existir um mínimo *status quo* de qual jurisdição deveria permanecer”. CF. MACHADO, 2004, 129-131.

Figura 12 - Instauração do inquérito policial na cidade de Palmas (1909).



Legenda: Palmas. Os Drs. Mario Nascimento Castro (n. 1), Juiz de Direito Substituto, e Antônio Fernando de Medeiros (n. 2), Promotor Público quando se dirigiram ao Comissário de Polícia de Palmas, a fim de assistirem as declarações dos chefes do movimento separatista do território contestado pelos Estados do Paraná e Santa Catarina. No Centro, n.3, tenente João das Virgens Lima, farmacêutico local.

Fonte: Imagem retirada de uma edição do Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense. Cf. CLETO, Josephat Porto Lona. **O Estado das Missões e sua efêmera existência**. Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, vol. XXXIV, Curitiba, 1978, p. 63.

No dia 14 de maio de 1909, o promotor público da comarca de Palmas, Antonio Fernando de Medeiros, deu início a um inquérito policial para apurar os recentes boatos de um movimento revolucionário na região, enviando um ofício ao Comissário de Polícia daquela cidade com os seguintes dizeres:

Chegando ao meu conhecimento que **se preparava um movimento revolucionário para tornar independente o território em questão com Santa Catarina**, e embora as notícias a esse respeito sejam vagas, requesito-vos as necessárias providências a fim de se proceder a um vigoroso inquérito para apura-se a verdade e tomar-se as providências urgentes e enérgicas que forem necessárias.

Saúde e Fraternidade

Antonio Fernando de Medeiros – Promotor Público.⁴⁰¹

⁴⁰¹ **Inquérito Policial**, Palmas, 13 de maio de 1909. Acervo do Museu Municipal de Palmas, fls. 2, (grifo nosso).

Foi em meados de 1909, que começaram a surgir as primeiras notícias sobre um possível movimento revolucionário para tornar independente o território disputado com Santa Catarina. No entanto, as informações ainda eram bastante vagas, surgindo a necessidade de um inquérito policial para apurar com mais detalhes toda movimentação. Para isso, foram intimadas as seguintes testemunhas: Major José Antonio Guerios, capitão Felipe Schell Loureiro, Dr. Bernardo Ribeiro Vianna, Augusto de Souza Guimarães, Angelo Saponte, João das Virgens Lima, Major Domingos de Araújo, José Júlio Cleto da Silva, Izidoro Costa Pinto, Cyro do Amaral e Silva e os coronéis Manoel Ignacio de Araujo Pimpão e Amazonas de Araujo Marcondes – em sua maioria lideranças políticas da zona do Contestado paranaense e membros das comissões locais em defesa dos direitos do estado. As perguntas estavam formuladas basicamente em duas direções: uma sobre o movimento revolucionário e outra se população local possuía algum descontentamento com as autoridades do estado do Paraná.

Os depoimentos seguiam uma linha muito parecida, a maioria das testemunhas declarava ter “ouvido dizer” que os habitantes da zona contestada por Santa Catarina, pretendiam constituir aquele território em estado da Federação brasileira. A principal motivação era que o “povo” estava ficando sem esperanças de uma decisão favorável ao Paraná na questão de limites e não queria de forma alguma se submeter à jurisdição de Santa Catarina, preferindo fazer parte de um novo estado. Quanto à pergunta sobre alguma arbitrariedade ou descontentamento com autoridades paranaenses no local, todos responderam que não havia nenhum problema com elas, não sendo essa a motivação do movimento. Esse tipo de relato apareceu no depoimento das duas primeiras testemunhas: o Major da Guarda Nacional, José Antonio Guerios – com 37 anos de idade, comerciante e natural da Síria – e do capitão da Guarda Nacional Felipe Schell Loureiro – com 43 anos de idade, fazendeiro e natural do Rio grande do Sul.⁴⁰²

Mesmo com as semelhanças entre os depoimentos, as informações possuíam algumas variações, sendo possível encontrar outros elementos importantes. Por exemplo, no relato do paranaense Dr. Ribeiro Vianna⁴⁰³ há indícios da origem da ideia pelo do novo estado:

⁴⁰² **Inquérito Policial**, Palmas, 13 de maio de 1909. Acervo do Museu Municipal de Palmas, fls. 3-5.

⁴⁰³ O Dr. Ribeiro Vianna, havia desembarcado em União da Vitória, em julho de 1897, em companhia de Cleto da Silva e Leonidas Cezar de Oliveira. Os três eram amigos vindos de Curitiba, procurando encontrar novas oportunidades na zona do Contestado. Exercendo a profissão de médico, optou por dirigir-se para Palmas e instalar sua clinica naquela localidade. Em 1909, atendia seus pacientes na sua casa localizada Rua Marechal Deodoro, oferecendo serviço gratuito aos pobres das 10 horas da manha às 2 da tarde. Cf. O PALMENSE, 21 de Fevereiro de 1909. **Dr. Ribeiro Vianna**, p.2, c. 3.

O dia em que o Supremo Tribunal Federal, deu sentença considerando este território paranaense, como pertencente a Santa Catarina, ele, depoente, [côncio] dos direitos sagrados que lhe pertencem a vista da Constituição da República, **alimentou a esperança de propugnar pela ideia de constituir este território em Estado da Comunhão Brasileira**; que auscultando o coração do povo, verificou que a sua ideia era a mesma do povo; que a ideia veio crescendo sempre, e, jamais se [positivou] em fato pela razão de não terem [aparecido] pessoas que consigo quisessem chefiar o movimento que deveria trazer como consequência inevitável a autonomia desse território; que felizmente o povo foi se [compenetrando] cada vez mais dos seus direitos, tendo ao mesmo tempo encontrado pessoas de [valor] capazes de **trabalhar pacificamente, chefiando o movimento que devia traduzir essa realidade e desejo do povo.**⁴⁰⁴

Ribeiro Vianna era o médico da cidade de Palmas e mais um “paranaense patriótico” engajado na luta do seu estado. Após a primeira derrota no Supremo Tribunal Federal, em 1904, fez parte da comissão local pelos direitos do Paraná e, segundo seu depoimento, alimentou a ideia de tornar o Contestado um novo estado da Federação identificando essa mesma vontade no povo. Desde então, a ideia vinha amadurecendo e, por sorte, agora tinham à frente lideranças importantes – como o cel. Amazonas Marcondes – que em conformidade com a Constituição Republicana, poderiam fazer valer o desejo dos habitantes palmenses.

Ao que tudo indica o ideal de formar um novo estado na zona do Contestado, já pairava por aquela região há alguns anos, conforme podemos perceber no depoimento do farmacêutico João das Virgens Lima, natural de Alagoas.

Segundo Lima, desde que havia chegado a Palmas – há dois anos – sempre ouvia dos habitantes daquela parte do Paraná, que a vontade do povo era tornar-se independente e constituir um novo estado da República com a denominação Estada das Missões por não quererem de modo algum passar para o domínio de Santa Catarina. Os depoimentos de Augusto Souza de Guimarães, Angelo Saponte, Major Domingos de Araújo corroboraram com essas falas, alegando que desde a derrota do Paraná no Supremo Tribunal Federal “o povo reunido na praça pública, protestou energicamente contra o ato do Poder Judiciário e logo houve opiniões de constituir este território desagregado do Paraná, em estado brasileiro”.⁴⁰⁵

Foi no depoimento do Prefeito Municipal de Clevelândia, José Júlio Cleto da Silva, com 29 anos de idade, natural do Paraná e professor normalista, que encontramos alguns

⁴⁰⁴ **Inquérito Policial**, Palmas, 13 de maio de 1909. Acervo do Museu Municipal de Palmas, fls. 5-7, (grifo nosso).

⁴⁰⁵ *Ibidem*, fls. 8-9.

detalhes mais minuciosos da organização do movimento. Disse Cleto da Silva que recebeu um telegrama do Coronel Amazonas Marcondes, sendo convidado para uma grande reunião na cidade de Palmas, na qual seriam tratados os interesses paranaenses na questão de limites com Santa Catarina. Como um “paranaense ardoroso e amante da sua terra”, aceitou o convite do coronel e soube por parte deste que a pendência “perigava” ser definida em favor dos catarinenses, solicitando sua ajuda para levar adiante a ideia de constituir aquele território em estado da Federação brasileira. A essa afirmação, respondeu Cleto “que como [digno devotado do seu torrão] tudo envidaria para que este pedaço amado do Paraná não viesse a pertencer jamais ao estado de Santa Catarina”, declarando que:⁴⁰⁶

Em tempos idos e por ocasião de se realizar neste território um grande *meeting* de protesto a sentença inócua e injusta do Supremo Tribunal Federal, contra o Paraná, *meeting* que foi promovido pelo Dr. Affonso Camargo e Cidadão Dario Velloso [...] **firmou um devotamento declarando que em defesa deste território derramaria a seu sangue rubro de Paranaense e patriota**; que continua com as mesmas ideias de então e tudo fará em benefício do povo desta zona; que desejaria ser este território sempre paranaense, mas, que se perigar o direito do Paraná, preferiria [inelegível] pelo [escopo] de se formar aqui um Estado autônomo e independente.⁴⁰⁷

Segundo Cleto da Silva foi durante os *meetings* promovidos pelo Dr. Affonso Camargo e Dario Vellozo que os paranaenses daquela região firmaram um devotamento em defesa do seu estado que iria até ao derramamento de sangue, se necessário. Além disso, mesmo paranaense “patriótico”, preferia a constituição do estado autônomo ao se submeter ao jugo dos catarinenses.

Quem complementou essas informações foram os coronéis Manoel Ignacio de Araujo Pimpão e Amazonas de Araújo Marcondes, associando o início da ideia principalmente aos *meetings* realizados em Palmas, Porto União e Bella Vista de Palmas, em 1904. De acordo com cel. Ignacio de Araújo Pimpão durante uma manifestação realizada em Bella Vista de Palmas⁴⁰⁸, com a participação de Affonso Camargo, Dario Vellozo e demais autoridades locais, as lideranças paranaenses da capital “lançaram a **[semente] da Independência** e convidaram ao povo a assinar um **pacto de sangue** pelo qual todos habitantes da zona contestada se comprometiam a dispensar o último glóbulo do seu sangue na [defesa] dos

⁴⁰⁶ **Inquérito Policial**, Palmas, 13 de maio de 1909. Acervo do Museu Municipal de Palmas, fls. 10.

⁴⁰⁷ *Ibidem*, fls. 11, (grifo nosso).

⁴⁰⁸ Essa manifestação pode ter sido a realizada no dia 04 de agosto de 1904, conforme vimos no início do capítulo.

direitos sagrados paranaenses” (grifo nosso).⁴⁰⁹ O coronel Amazonas Marcondes, Prefeito Municipal de Porto União da Vitória, declarou que essa mesma ideia também havia sido apresentada num grande *meeting* realizado em Porto União, sobre a direção de Affonso Alves de Camargo, José Maria Pinheiro Lima e o professor Dario Vellozo, não recordando “qual foi o primeiro proponente dessa ideia, mas que pode assignar que o povo abraçou-a delirantemente visando só e só evitar a jurisdições de Santa Catarina e nunca fazer mal ao seu amado Estado do Paraná.”⁴¹⁰ O coronel ainda declarou que na qualidade de paranaense e “sobretudo filho de Palmas” não podia deixar de oferecer seus serviços patriotas na defesa dos direitos dos habitantes da zona contestada por Santa Catarina e que desde 1904 já havia abraçado a ideia de “em último ratio” formar um novo território estadual no Contestado, dentro do permitido da Constituição brasileira.⁴¹¹

Amazonas Marcondes foi a última testemunha a declarar, encerrando as apurações do inquérito. Na conclusão do processo, o Promotor Público de Palmas entendeu que o Coronel Amazonas Marcondes pretendia, de acordo com a vontade popular, “agir pacificamente e de acordo com as leis da República” para proclamar a zona contestada um estado autônomo da Federação e pedindo o arrolamento do inquérito.⁴¹² Nesse mesmo viés, o Juiz da Comarca também não considerou crime o ato dos cidadãos palmenses pedindo o arquivamento do processo. Para o magistrado, as manifestações ocorridas em Palmas não eram ilegais, pois o código penal da República condenava somente os ajuntamentos para formação de um estado independente da Federação, não sendo o caso do movimento instalado naquele município. Assim, com o arquivamento do inquérito, o movimento podia seguir livremente em torno do desejo de constituir a zona do Contestado em novo estado, desde que tudo fosse feito pelas vias pacíficas e de acordo com as leis republicanas.

Os boatos apurados pela justiça do Paraná repercutiram na capital federal. No dia 15 de maio de 1909 – um dia após o início do inquérito policial – o periódico carioca GAZETA DE NOTÍCIAS publicou na sua primeira página a seguinte matéria “Um novo Estado?

⁴⁰⁹ **Inquérito Policial**, Palmas, 13 de maio de 1909. Acervo do Museu Municipal de Palmas, fls. 8-9.

⁴¹⁰ Conta na edição de 12 de agosto de 1904 do periódico DIARIO DA TARDE que por esta data foi realizado um grande *meeting* na cidade de Porto União, na qual estavam presentes do cel. Amazonas Marcondes, professor Dário Velloso e Dr. Affonso Camargo, podendo ser esse a referida manifestação citada por Amazonas Marcondes. Cf. DIARIO DA TADE, Curitiba, 12 de agosto de 1904. **Questão de Limites**, p. 2, c. 2.

⁴¹¹ **Inquérito Policial**, op. cit., fls. 17.

⁴¹² *Ibidem*, fls. 18-9.

Independência de Território das Missões? UMA NOTÍCIA SENSACIONAL DESMENTIDA”.⁴¹³

De acordo com a GAZETA DE NOTÍCIAS estava correndo desde o dia anterior na capital federal a informação de “que a população de Palmas declarou autônoma a região do contestado”, sem ser possível confirmar esse boato. Somente à noite os redatores do jornal A REPUBLICA haviam enviado um telegrama desmentindo a informação, dizendo ser “inexata a notícia referente à reunião da delegação do território do contestado para promover a independência, constituindo o Estado das Missões”. Não satisfeitos, um dos membros do corpo do jornal se dirigiu até o centro da capital para consultar os senadores paranaenses, Alencar Guimarães, Candido de Abreu e Generoso Marques. Os três falaram não ter recebido nada a respeito do assunto, alegando, talvez ter sido alguma manifestação popular exagerada. Depois, o representante do periódico foi conferenciar com os senadores catarinenses Felipe Schmidt, Henrique Valgas e Vidal Ramos que também não haviam se inteirado do assunto. Após essas consultas, os membros da Gazeta de Notícias concluíram serem falsas aquelas menções – com razão, pois realmente não havia sido proclamado o novo estado.⁴¹⁴

Após apurar os fatos, o jornal aproveitou a situação para dar algumas informações sobre como seria o possível Estado das Missões caso fosse criado:

O novo Estado das Missões a constituir-se ficaria a mais pequena das estrelas da nossa confederação e com uma população de 130.000 almas. Esta superfície seria assim limitada: ao norte, separando do Estado do Paraná, os rios Iguaçú e Negro; a leste, separando-se do Estado de Santa Catarina, rio Canoinhas, afluente do rio Negro, até as suas cabeceiras, daí uma reta até as cabeceiras do rio Correntes, e todo o curso deste até o Marombas, que juntando-se vão desaguar no rio Uruguai, ao sul, separando-a do Estado do Rio Grande do Sul, o rio Uruguai, e a oeste, separando-se da República Argentina, as fronteiras do Brasil, que são o rio Peperi-Guaçu afluente do Uruguai e Santo Antônio [...] **Teria o novo Estado, como capital, a cidade de Palmas e mais a prospera cidade de Campos Novos, a pouca distancia do rio Uruguai, e as vilas de Chopim, Mangueirinha, Salto do Funil, Porto União, Campo de S. João. S Roque, Lageadinho, Encruzilhada, Campo Alto, S. Thomaz de Papanduva, Herval, Chapecó, Conceição e outros.**⁴¹⁵

De acordo com os redatores, o novo estado seria o menor da federação, contando com uma população de 130.000 almas – aproximadamente o número de habitantes da área sob jurisdição paranaense no Contestado. A capital seria a cidade de Palmas e chama atenção a

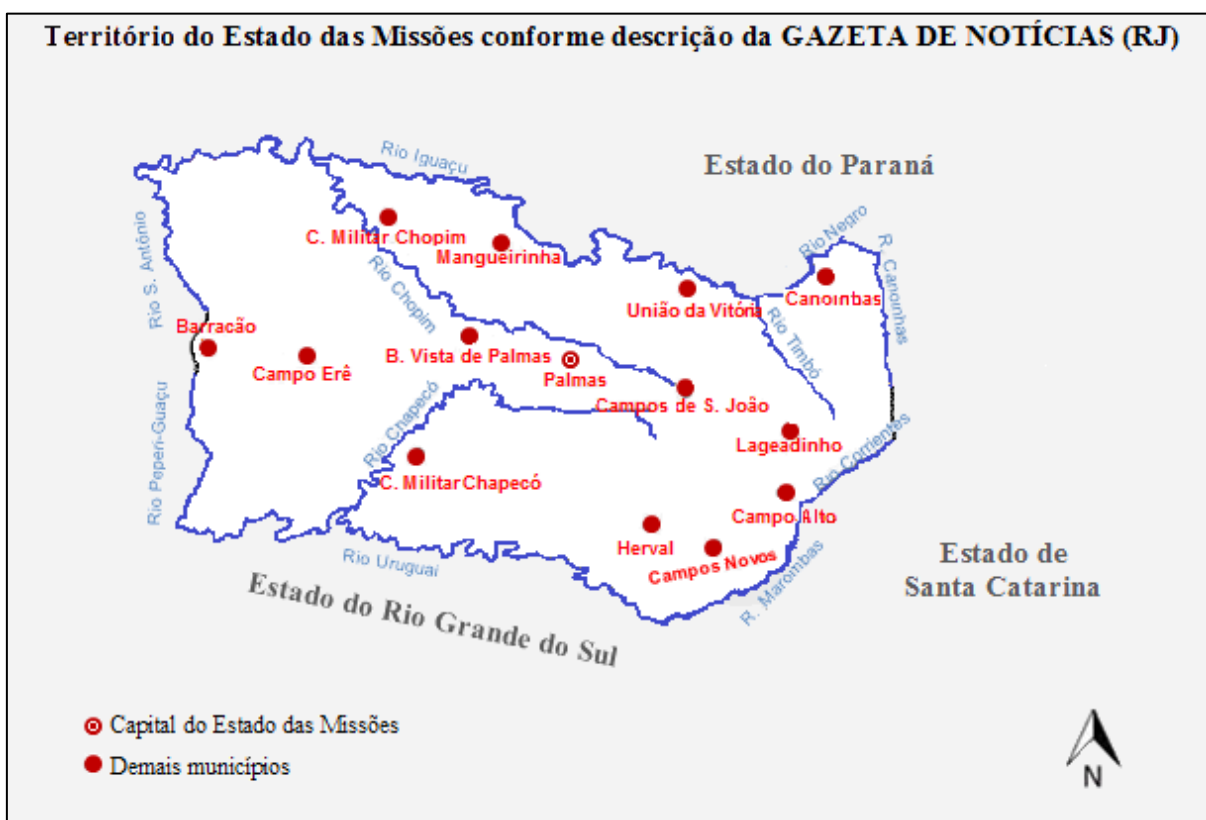
⁴¹³ GAZETA DE NOTÍCIAS, Rio de Janeiro, 15 de maio de 1909. **Um novo Estado?** p. 1, c. 1-2.

⁴¹⁴ Ibidem, loc. cit.

⁴¹⁵ Ibidem, loc. cit., (grifo nosso).

inclusão do município catarinense de Campos Novos, perto do rio Uruguai. Além desses municípios, também fariam parte do Estado das Missões, as cidades de Chopim, Mangueirinha, Porto União, Campo de S. João, Lageadinho, Campo Alto, S. Thomaz de Papanduva, Herval, Chapecó, entre outras. No mapa a seguir, há uma representação do território do novo estado conforme descreveu o jornal.

Figura 13 - Mapa do Estado das Missões conforme descrição da GAZETA DE NOTÍCIAS (RJ).



Fonte: Adaptação realizada pelo autor do mapa organizado por Tiago Ribeiro presente na tese de doutorado de Francimar Ilha da Silva Petrolí. Cf. Cf. PETROLI, 2018.

Conforme podemos ver, o território do Estado das Missões seria praticamente o da região em disputa entre os dois estados, deixando de fora apenas alguns pontos sob a jurisdição catarinense e os municípios paranaenses mais ao leste do rio Negro. Embora a suposição da GAZETA DE NOTÍCIAS possua algumas semelhanças com o projeto apresentado na Assembleia Legislativa do Paraná para emancipação da zona alguns anos depois, seria praticamente impossível surgir um território com essas delimitações pelos

seguintes motivos: em primeiro lugar, o novo estado englobaria as vilas de Canoinhas e Campos Novos, pertencentes à Santa Catarina que dificilmente abriria mão delas; em segundo, ele deixava para Santa Catarina a saliência do Rio Negro, com os municípios de Três Barras, Papanduva e Itaópolis, uma zona que o Paraná não daria de graça para os catarinenses e muito menos os interessados em criar o Estado das Missões.

A partir dessa notícia, gostaria de chamar a atenção para o grande interesse da imprensa do Rio de Janeiro sobre informações acerca do Contestado durante a Primeira República. Diferente do que pressupõe o “mito do vazio demográfico” – apontando as regiões do oeste de Santa Catarina e sudoeste do Paraná como isoladas e desabitadas até meados do século XX – há algumas décadas essa zona territorial tinha entrado no radar do governo federal e das administrações estaduais, conforme visto no capítulo 1.⁴¹⁶ Ocupar a primeira página e coluna da GAZETA DE NOTÍCIAS, periódico com grande circulação na capital federal, não era algo fácil de se conseguir, sendo um indicativo do nível de relevância do movimento dentro da opinião pública.

Vale lembrar que esse tipo de informativo também estava atrelado a algumas das mudanças ocorridas dentro da imprensa durante esse período. Aos poucos, as antigas doutrinações feitas nos periódicos, foram cedendo espaço para outros tipos de conteúdos, como reportagens, entrevistas, apuração de inquéritos e assuntos ligados a esporte, lazer, vida social e cultura.⁴¹⁷ Os periódicos passaram a ser vistos como veículos de informações de diferentes acontecimentos, buscando trazer a “veracidade dos fatos” – constatada na preocupação dos redatores em “desmentir” a notícia. Dessa forma, durante as discussões sobre a questão de limites, foi comum a troca de telegramas entre a zona do Contestado e a imprensa carioca, não sendo diferente quanto às movimentações em torno do Estado das Missões.⁴¹⁸

Seguindo com a trajetória do movimento, no dia 19 de maio de 1909, logo após a conclusão do inquérito policial, as chefias locais resolveram dar fim as especulações sobre

⁴¹⁶ Como bem salientou Cristina Moraes – referindo-se ao oeste de Santa Catarina – esse território estava passando por um processo de “interação de um fundo territorial de fronteira”, por isso a necessidade de partilhas, construção de estradas, colonização, etc. Cf. MORAES, 2018.

⁴¹⁷ LUCA, 2008. p. 137.

⁴¹⁸ Conforme veremos nas próximas páginas do capítulo, a imprensa da capital federal esteve interessada diversas vezes no que se passava sobre essa movimentação, publicando fotos dos envolvidos, fazendo suposições, enviando e recebendo telegramas das autoridades estaduais e chefes municipais, afinal, a criação de um novo estado da Federação não era uma ação sem repercussão em outros lugares, pelo contrário, influenciaria no cenário nacional como um todo. Nesse sentido, salientamos que as tentativas de criar o Estado das Missões, embora possuam um caráter local, impactavam as esferas estaduais e nacionais.

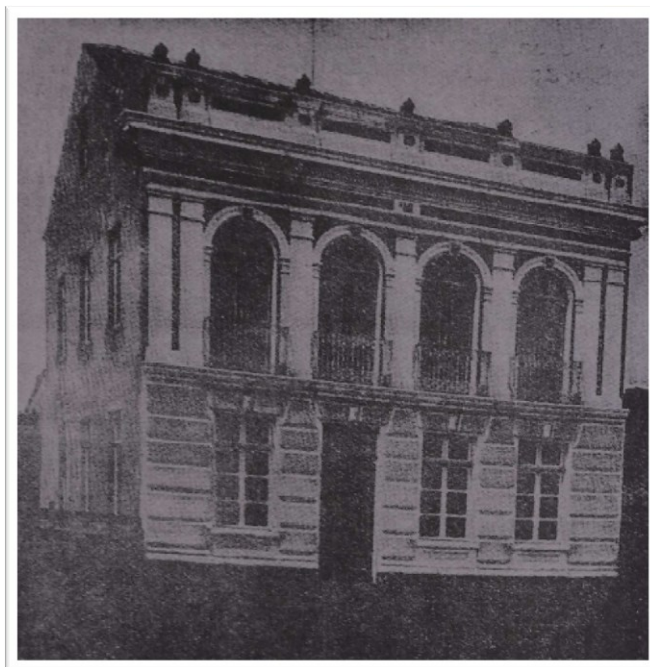
suas intensões e tornar público o conhecimento da sua vontade de tornar o Contestado um novo estado da Federação. Para isso, organizaram um grande comício na praça pública de Palmas e enviaram a seguinte mensagem para o jornal curitibano DIARIO DA TARDE:

Povo em grande comício na praça pública resolveu constituir a zona contestada em estado Federação Brasileira, a fim de evitar o domínio de Santa Catarina, confiante no inexpugnável valor da imprensa, defensora da soberania popular e em vosso patriotismo não recusareis prestígios à causa liberdade! Aclamada a comissão popular representantes municípios, dirigido apelo poderes constituídos. Viva a República! Pela comissão popular.
Amazonas de Araújo Marcondes, Dr. Bernardo Ribeiro Vianna, José Júlio Cleto da Sila, Antonio Marcellino Pontes.⁴¹⁹

Amazonas de Araújo Marcondes, Dr. Bernardo Ribeiro Vianna, José Júlio Cleto da Silva, Antônio Marcelino Pontes. Aos poucos iam se consolidando as principais lideranças do movimento. O pronunciamento segue a mesma linha dos testemunhos do inquérito policial: “a fim de evitar o domínio de Santa Catarina” preferiam fazer do Contestado um novo estado. É importante também percebemos como as estratégias utilizadas por esses indivíduos são semelhantes às utilizadas pelo Paraná na defesa dos seus direitos: criação de uma comissão popular, envio de telegramas, evocação de patriotismo, aliança entre as chefias políticas, etc. Ou seja, esses sujeitos passaram a se apropriar dessas ferramentas já conhecidas para articular outro tipo de reivindicação. A seguir, apresento uma fotografia do palacete do coronel João Antônio Pimpão, onde a comissão popular se reunia para realização dos seus trabalhos.

⁴¹⁹ DIARIO DA TARDE, Curitiba, 21 de maio de 1909. **Um novo Estado**, p.1, c. 3.

Figura 14 - Sede da Comissão Popular do movimento pelo Estado das Missões.



Legenda: Palmas. Palacete do Coronel J. Pimpão onde se reunia a Comissão Popular para tratar do movimento separatista. Atualmente nesse prédio está instalado o Fórum da Comarca de Palmas.

Fonte: Imagem retirada de uma edição do Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense. Cf. CLETO, Josephat Porto Lona. **O Estado das Missões e sua efêmera existência**. Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, vol. XXXIV, Curitiba, 1978, p. 70.

O comício realizado foi o principal assunto da imprensa local. No dia 30 de maio, o periódico “O PALMENSE” alegou existir duas correntes de opiniões naquele município: “uma que, descrente da justiça, quer já a constituição de um novo Estado autônomo; outra, que ainda confia no Supremo Tribunal e dele espera a reparação da iníqua sentença de 6 de julho de 1904”. Entretanto, ambas estavam unidas pelo lema “Paraná íntegro, ou separação” para evitar o domínio catarinense.⁴²⁰

Dessa forma, as movimentações seguiram firme nos próximos dias. Cerca de duas semanas depois, o periódico DIÁRIO DA TARDE, publicou na íntegra um dos telegramas enviados pela comissão popular para a Assembleia Legislativa paranaense. Tratava-se de um apelo dirigido aos deputados do estado para concordarem com a emancipação do Contestado.

Segundo a mensagem, desde a sentença de 1904, a ideia vinha ganhando campo entre

⁴²⁰ O PALMENSE, Palmas, 30 de maio de 1909. **Questão de Limites**, p. 1, c. 3.

as populações da região e naquele momento ocorria “sua eclosão altiloquente em público, como um surto glorioso de independência, própria do Povo que conhece os seus direitos”. A comissão também aproveitou para falar da viabilidade da ideia, evocando o artigo 4º da constituição que permitia aos estados “incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para anexar a outros ou tornar novos Estados, mediante aquiescência das respectivas assembleias legislativas” e demonstrar a excelente condição daquele território para formação de mais uma unidade administrativa:

[...] E nem se diga, que esta aspiração popular não se justifica, alegando-se que ainda não dispomos de cultivo e recursos próprios, necessários a manutenção de um Estado autônomo e independente. **E bem conhecida, Exmos, Srs. a enorme área territorial da zona contestada onde encontram riquezas de natureza tal, suficientemente capaz de, em futuro não remoto, torna-la um dos esteios mais poderosos da Federação.** Além disso, este povo, que vem, há muitos decênios, recebendo do Estado do Paraná, a maior dose de sua vitalidade e pujança, pela jurisdição benéfica que o mesmo sempre exerceu, clamando-o de patrioticamente, julga ver na realidade de sua emancipação **a única e mais consentânea solução a secular pendência, que tantas dissensões têm espalhado entre irmãos, filhos de dois brilhantes Estados da grande comunhão brasileira – Paraná Santa Catarina!** [...]

Saúde e Fraternidade

Palmas, 25 de Maio de 1909.

Pela comissão popular – Amazonas Marcondes, Dr. Bernardo Ribeiro Vianna, tenente coronel Jahyr d’Avelin, José Júlio Cleto da Silva, capitão Izidoro da Costa Pinto, coronel João Antonio Araújo Pimpão, capitão Felipe Schell Loureiro, Dr. João Bley, major José Antonio Guerius, Francisco Cleve, capitão Francisco O. Almeida Pimpão, major Antonio Marcelino Pontes, tenente Manoel Ignacio de Loyola, major João Simões Cavalheiro, coronel Pedro Ferreira Pacheco.⁴²¹

A ideia começava a ganhar corpo. Diferente do telegrama enviado no dia 19 de maio, a mensagem do dia 25 contou com um maior número de assinaturas, além dos já citados, apareciam também o coronel Antonio de Araujo Pimpão, capitão Felipe Schell Loureiro, Dr. João Bley, major José Antonio Guerios, Francisco Cleve, tenente Manoel Ignacio Loyola, coronel Pedro Ferreira Pacheco, entre outros. Em sua maioria indivíduos de grande projeção local, com patentes na Guarda Nacional e envolvidos com a questão de limites. Em suma: eram os famosos “coronéis” paranaenses da Primeira República.⁴²²

A estratégia formulada pelos líderes do movimento em prol Estado das Missões seria a utilização do artigo 4ª da Constituição Federal somado à pressão popular. Logo, era importante a aceitação por parte do Congresso Paranaense, visto que sem a sua aprovação não

⁴²¹ DIARIO DA TARDE, Curitiba, 3 de junho de 1909. **Palmas Independente**, p. 1, c. 3-4, (grifo nosso).

⁴²² No próximo capítulo faremos uma discussão mais aprofundada sobre coronelismo e sua relação com o movimento do Estado das Missões.

seria possível realizar qualquer desmembramento do território. Além disso, esse tipo de reivindicação era constitucional, dando-lhes maior força de barganha com os poderes públicos. Por fim, para a comissão aquela era a “única e mais consentânea solução à secular pendência”, procurando ressaltar o caráter “conciliador” da proposta, vindo terminar com a grande briga entre dois estados de uma mesma nação. Assim como no projeto pelo Território das Missões, novamente o conflito de limites foi utilizado para formação de um projeto alternativo visando a emancipação administrativa daquele território, no entanto, dessa vez o projeto era um pouco mais ambicioso.

Figura 15 - Grupo de autoridades paranaenses adeptas do Estado das Missões.



Legenda: Grupo de separatistas: sentados, da esquerda para a direita: Abílio Carneiro, fazendeiro; major Antônio Marcellino Pontes, Presidente da Câmara; Pedro Maciel, fazendeiro; José Júlio Cleto da Silva, Prefeito Municipal de Clevelândia. Em pé, da esquerda para a direita: Firmino Martins, fazendeiro; major Sansão Carneiro, fazendeiro; tenente Antônio Pacheco, fazendeiro; Pedro Cardoso, tabelião.

Fonte: Imagem retirada de uma edição do Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense. Cf. CLETO, Josephat Porto Lona. **O Estado das Missões e sua efêmera existência**. Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, vol. XXXIV, Curitiba, 1978. p. 59.

Podemos afirmar que esse foi o melhor momento para reivindicação do Estado das Missões. Como bem salientou Cristina Moraes, Paraná e Santa Catarina estavam protagonizando mais um processo de “partilha espacial”, isto é, da definição permanente da jurisdição de cada um dos estados. Portanto, essa zona ainda estava incerta, “sem um dono definido”, o destino do Contestado ainda não estava selado. Esse contexto oferecia aos indivíduos ligados ao movimento em prol do novo estado uma espécie de “brecha administrativa” e uma saída contra o domínio catarinense. Ao mesmo tempo a formulação de uma identidade paranaense em defesas dos direitos do estado e o clima de insegurança e incerteza quanto aos rumos da negociação no Supremo Tribunal propiciou o impulso necessário para levarem a ideia adiante. Nesse sentido, é justamente na formulação do projeto do Estado das Missões que identificamos a tentativa de manejo da fronteira aberta por esses sujeitos e o exercício da sua liberdade dentro do sistema normativo em que estão inseridos.

Sendo eles os principais gestores de grande parte da região, filhos e/ou netos dos primeiros povoadores dos Campos de Palmas, gozando ainda de uma influência na população local e o comando dos partidos republicanos, aquela solução começou a pintar como uma ótima oportunidade para sua ascensão. Isso pode ser visto na própria concepção que tinham do Contestado como portador de grandes riquezas naturais capazes de colocar o estado criado como uma das principais estrelas da federação. Vale lembrar que esses sujeitos também contavam em sua bagagem com a experiência, direta ou indireta, da emancipação da 5ª Comarca de São Paulo para tornar-se a província do Paraná. Nesse sentido, podemos relembrar a discussão feita no capítulo um e afirmar que, nesse contexto, a criação de mais uma unidade administrativa produziria efeitos parecidos com o ocorrido no período Imperial. Esses indivíduos passariam de poder local, com projeções na esfera estadual, à categoria de “nova oligarquia estadual”, administrando as questões internas do território (comércio, tributos, explorações de ervais, apropriação de terras, etc. colonização, etc.) a seu favor e ainda conquistando um lugar de representação na esfera federal. Uma situação, claro, muito difícil de ocorrer, mas geradora de uma expectativa muito promissora para o grupo.

Outra situação favorável ao anseio desses sujeitos de formarem uma oligarquia dominante era o certo afastamento que esses indivíduos vinham sofrendo do comando da política do Paraná desde que a Revolução Federalista atingiu o estado, em 1894. Embora, em 1904, a facção oposicionista liderada por Generoso Marques tivesse declarado apoio ao

partido de Vicente Machado, conforme veremos nos próximos capítulos, muitas divisões ainda permaneceram no seio das organizações políticas estaduais. Sendo a maioria das lideranças do movimento em prol do Estado das Missões, em 1909, associadas ao antigo partido de oposição e, levando em consideração ainda o distanciamento de cidades como Palmas, Bella Vista de Palmas (atual Clevelândia), União da Vitória e outros municípios do Contestado da cúpula curitibana do governo do Paraná, podemos supor que havia sim um afastamento desses chefes locais das principais decisões políticas do estado nesse período. Portanto, a situação desses indivíduos como um grupo fora das principais decisões do governo estadual pode ter influenciado o desejo de se tornar uma oligarquia.

Toda essa movimentação aconteceu antes do resultado dos embargos promovidos pelo estado do Paraná. As lideranças locais já estavam articuladas, a população estava pronta para defender o que consideravam os seus direitos e, se necessário, lutar pela emancipação do Contestado. A notícia da segunda vitória dos catarinenses, dada em pleno natal da “família paranaense”, caiu como uma “bomba”. Era o elemento que faltava. A não aceitação do domínio catarinense pela população e pelas elites da zona contestada – ameaçadas de perder sua jurisdição política – em conjunto com a oportunidade de se tornarem líderes um estado autônomo gerou uma nova onda de protestos na região. A partir dali não havia mais volta: o Estado das Missões deveria ser criado!

3.3.1 Viva Palmas Livre! Viva o Estado das Missões: a fundação da Junta Governativa

Em telegrama enviado ao periódico A REPUBLICA os responsáveis pelo jornal local O PALEMENSE relataram minuciosamente como fora a recepção da notícia da segunda vitória catarinense na cidade de Palmas. Segundo os redatores, desde o dia 23 de dezembro, esteve reunido o Comitê de Limites Local em sessão permanente, convicto de uma vitória do Paraná. No dia 24 de dezembro, todos se encheram de esperança, havendo bailes por todos os pontos da cidade, festas e, à meia-noite, foi celebrada uma missa na qual todos se reuniram em preces para que no dia seguinte receberem a notícia de uma vitória do seu estado. “Fatal engano, Desgraçada Esperança!”, assim se referiram os escritores do PALEMENSE mediante a notícia, recebida às oito horas da manhã do dia 25 de dezembro. Ao passarem a informação

para o Comitê local, novamente os membros ficaram em choque e o maior desafio foi avisar ao povo que se reuniam em massa em frente ao Edifício do Club Cívico, ansiosos por saber o resultado da questão.⁴²³

Quando o secretário do Comitê, professor Costa Pinto, leu os telegramas que acabara de receber “a indignação popular tomou uma proporção de delírio [...] os morras aos Ministros e a ambição catarinense, ouviram-se de todos os pontos, entremeados de Vivas ao Estado do Paraná e a Palmas Livre!” Grande parte do povo, acompanhado por jovens patriotas iniciadores da sociedade Tiro das Missões – que deveria ser instalada naquele dia – acompanhada por uma banda desfilou nas ruas e praças da cidade, dando vivas ao Paraná e solicitando o respeito aos seus direitos. As manifestações continuaram até o cair da noite, quando novamente realizou-se uma passeata pela cidade ainda mais entusiasmada que a primeira, na qual falaram vários oradores enquanto a onda popular passou a clamar somente uma coisa: “que se proclamasse o Estado das Missões!”.⁴²⁴

Os dias seguintes foram marcados por novos protestos nas praças da cidade, onde o povo de Palmas ansiava por novas notícias que só chegaram alguns dias depois:

Eram 9 horas da noite quando o Comitê suspendeu seus trabalhos e ordenou o secretário que expusesse o que havia ali presentes. Logo que o secretário fez ciente de que **na União da Vitória haviam proclamado o Estado das Missões e aclamado uma Junta Governativa Provisória, o delírio de ovações foi ao auge. Não demorou que ao ar subissem centenas ou milhares de foguetes como também não se demorou que a praça estivesse com a massa compacta de povo.** Minutos depois a banda musical fazia ouvir na frente do Club o dobrado Guarani. Recrudescente entusiasmo e de pronto seguiu-se a passeata, mesmo debaixo de chuva falando diversos oradores e sendo sem descanso os vivas erguidos ao Paraná, seus impertérritos defensores, ao Estado das Missões e a Junta Governativa. [...] O povo rompeu, então em estrepitosas manifestações, que chegaram ao delírio quando dois chefes políticos [Domingo Soares e Ribeiro Vianna] efusivamente se abraçaram e prometeram fazer de tudo em prol dos desejos do Povo. Daí em diante a agitação popular foi abrandando, **crentes todos que será uma realidade a constituição do Estado das Missões. Na casa comercial do simpático fluminense patriota João Luiz Soares, aberta logo após a dissolução da passeata, muitos brindes foram erguidos ao Estado das Missões, aos defensores da soberania popular e ao comércio, representado a primeira casa de comercio do Estado das Missões que em Palmas abriu suas portas, ao alvoreces do dia da liberdade de Palmas.**⁴²⁵

Assim se deu a recepção da segunda sentença do Supremo Tribunal Federal na cidade de Palmas. O movimento que se formou durante o ano de 1909 encontrou no pronunciamento do STF o grande estopim para levarem em frente a ideia de criação do novo estado. Conforme

⁴²³ A REPUBLICA, Curitiba, 10 de Janeiro de 1910. **Palmas, Paraná, Missões**, p. 1-2, c. 7-8 e c. 1

⁴²⁴ Ibidem, loc. cit.

⁴²⁵ Ibidem, loc. cit., (grifo nosso).

fica claro na citação acima, a notícia da proclamação de uma Junta Provisória em Porto União animou ainda mais a população e as autoridades palmenses viam agora como real a possibilidade de emancipação do Contestado: fogos foram atirados aos céus, oradores falaram abaixo de chuva e chegou até ser inaugurada a “primeira casa de comércio do Estado das Missões” na cidade. Embalados por um clima de patriotismo, esses indivíduos do Contestado paranaense se apropriaram do discurso da independência do Brasil e aplicaram ao seu caso, dando uma ideia de que o Estado das Missões poderia ser simplesmente proclamado em nome da liberdade do povo Palmas. Alguns dias após a notícia da criação da Junta, o periódico local do município chegou a lançar uma edição como se não fizesse mais parte do Paraná, conforme a imagem a seguir.

Figura 16 - Capa do jornal O PALMENSE no dia 2 de janeiro de 1910.



Fonte: **O PALMENSE**, Palmas, 10 de Janeiro de 1910, p.1.

Em outros municípios também houve manifestações contra a sentença do STF e de apoio a criação do novo estado. Além de Porto União da Vitória e Rio Negro, que abordaremos com mais detalhes a seguir, também conseguimos encontrar registros em cidades como: Castro, Ponta Grossa, Imbituva e Irati.

Aqui, é interessante atentarmos para o fato de que alguns desses municípios ficavam fora do Contestado, localizados na zona dos Campos Gerais do Paraná. Seu apoio pode estar ligado há vínculos econômicos e sociais com comerciantes e fazendeiros daquela região, visto existir uma rota comercial entre essas localidades através do Caminho das Tropas e a Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande, em vias de construção. Além do mais, o discurso em torno de identidade regional paranaense promovido desde o final da década de 1890, permitia o aparecimento de indivíduos contrários ao domínio catarinense em qualquer parte do estado.

No dia 26 de dezembro, a câmara municipal de Castro enviou o seguinte telegrama para os deputados federais no Rio de Janeiro:

A Câmara municipal de Castro reunida sessão extraordinária, interpretando sentimento unânime briosos população paranaense, protesta vibrante indignação contra iniquidade decisão entre o nosso glorioso Estado e o de Santa Catarina. – Nós paranaenses não podemos absolutamente curvar servis diante tão injusta precipitada sentença que abalou profundamente o brio, o civismo e a honra tradicional do nosso povo, cujo coração pulsa ardente, entusiasmado pela liberdade e pelo progresso. – Na soberania dos nossos direitos lesados, saberemos levantar bem alto perante a nação o protesto altivo, justo inquebrantável contra tamanho atentado que vem lutar a nossa alma de povo livre e democrata, **somos inteiramente solidários com o novo Estado das Missões constituído – pela força das circunstâncias a qual será nova estrela da constelação radiosa da federação brasileira.**⁴²⁶

Assim, na cidade de Castro também foi declarado apoio ao Estado das Missões “constituído”. A manifestação em Ponta Grossa parece ter seguido a mesma linha. Segundo um telegrama recebido pelo periódico CORREIO DA MANHA, haviam se desenvolvido os seguintes fatos no município:

Ponta Grossa, 26 - Em grande *meeting* composto de mais de duas mil pessoas, foi lavrado protesto contra a decisão do Supremo Tribunal, tomando todos o compromisso de não consentir que a espoliação judicial se converta em realidade. **Corre uma subscrição popular, para manter a revolução na zona contestada. É indescritível o entusiasmo popular. Um dos oradores disse que, quando os juízes e afastam do caminho da justiça, trilhando a estrada da arbitrariedade, mostram ao povo o caminho da revolução. Viva o Paraná! Viva o Estado das Missões!** E' este o terceiro *meeting* que aqui se realiza - Dr. Petit José Vilella, João Franco, Virgolino Ernesto Villela, Osório Guimarães, Generoso Borges, Antonio Gomes.⁴²⁷

Segundo o relato enviado para o CORREIO DA MANHA, uma grande manifestação com mais de duas mil pessoas havia lavrado seu protesto contra a decisão do Supremo Tribunal e houve uma espécie de abaixo-assinado para revolucionar a zona contestada. Lembrando que nesse período, a palavra revolução não era utilizada somente para indicar transformações radicais nas estruturas sociais conforme entendemos hoje, mas qualquer movimento de sublevação política a ordem pública poderia ser considerado um processo revolucionário. Se associarmos o emprego do termo à frase “Viva o Estado das Missões”, podemos entender que a revolução mencionada pelos indivíduos de Ponta Grossa seria a

⁴²⁶ ANAIS da Câmara dos Deputados, Sessão de 28 de dezembro de 1909, p. 499, (grifo nosso).

⁴²⁷ CORREIO DA MANHA, Rio de Janeiro, 27 de Dezembro de 1909. **Paraná-Santa Catarina**, p. 2, c. 4, (grifo nosso).

criação do Estado das Missões, contrariando a decisão do STF e impondo a vontade do povo “injustiçado”.

Em 1 de janeiro de 1910, o periódico GAZETA DE NOTÍCIAS recebeu outro telegrama de Ponta Grossa em tom de apoio ao Estado das Missões e nessa mesma seção ainda apareceu outra mensagem enviada da cidade de Irati. Tratava-se de uma declaração do Comitê Local de Limites da cidade:

A Câmara Municipal e o povo indignados com a injustiça do Supremo Tribunal, contra o Estado do Paraná pedem por isso a valiosa intervenção da "Gazeta" no sentido de ser reparada a injustiça, a fim de evitar derramamento de sangue. Mais de 10.000 paranaenses clamam pedindo justiça, dispostos até o sacrifício da própria vida e gritando pró-pátria viva! Exclamando: - **Ou Paraná Integro ou Estado Missões Independente.** O Comitê, Saboia, Faria, Muller.⁴²⁸

O telegrama recebido de Irati, embora tivesse o intuito de pedir auxílio à GAZETA DE NOTÍCIA também continha certo tom de alerta para um possível derramamento de sangue na questão entre Paraná e Santa Catarina. No entanto, tratando-se de telegramas publicados apenas em periódicos da capital, não devemos deixar de perceber a intenção de exercer uma pressão no Rio de Janeiro para uma possível reversão da sentença do STF. Mesmo assim, o lema final da mensagem “Paraná integro ou Estado das Missões” foi uma frase pronunciada por muitos paranaenses nesse período. Em Imbituva, por exemplo, as manifestações tiveram mesma entonação, conforme publicou o jornal A REPÚBLICA, referente às mensagens recebidas daquela localidade:

Estamos vendo o poder da vontade dos nossos honrados representantes paranaenses, estamos vendo a ação calma e patriótica do Dr. Xavier da Silva digno Presidente do Estado, estamos vendo o patriotismo do povo paranaense manifestado pela imprensa unanime do Estado, estamos vendo os comícios populares, vemos as Exmas. Sras. Paranaenses lançarem bem alto seus protestos, vemos os **denodados palmenses desfraldarem seu pavilhão do novo Estado das Missões, a fim de não aceitarem o jugo catarinense. Acima de tudo isto esta ainda o direito secular do povo que não pode ser espezinhado pela iniquidade de uma sentença que já começou violando o seu regulamento. O que nos resta, pois é esperarmos os resultados pelos meios legais; si estes nos faltarem então temos o recurso do oprimido, isto é a revolução, é a defesa dos direitos pela força. Si derrarmos nosso sangue será em defronta de nossos direitos, voltaremos cantando o hino de alegria por havermos reconquistado aquilo que o direito nos deu [...]**
Viva a integridade do solo paranaense!
Viva o Estado das Missões!⁴²⁹

⁴²⁸ GAZETA DE NOTÍCIAS, Rio de Janeiro, 1 de Janeiro de 1910. **Paraná-Santa Catarina**, p. 3, c. 7, (grifo nosso).

⁴²⁹ A REPUBLICA, Curitiba, 14 de Janeiro de 1910. **Pelo Estado**, p. 1, c. 7-8, (grifo nosso).

Novamente temos a menção a uma possível revolução com derramamento de sangue caso o Paraná saísse derrotado da causa de limites com Santa Catarina. Para muitos cidadãos do estado, essa segunda derrota não era passível de reversão e em hipótese alguma aceitariam a perda daquele território para os catarinenses. Em sessão destinada a discutir o futuro Acordo de Limites, de 1916, o senador federal Alencar Guimarães descreveu a manifestação paranaense desse período como “um grito de guerra”. De acordo com o seu pronunciamento, até mesmo os representantes políticos do estado chegaram a ser alvos de ataques, tendo suas casas apedrejadas.⁴³⁰ Nesse sentido, não devemos descartar que a possível execução da sentença “a força” poderia gerar um “derramamento de sangue” conforme alegavam as manifestações em alguns pontos do estado.⁴³¹ Portanto, foi dentro desse contexto de incerteza e indignação política que os adeptos do Estado das Missões aproveitaram para dar mais um passo na sua ideia e criar a Junta Governativa pelo novo estado, conforme veremos no próximo capítulo. Mas antes convém analisar como essas notícias foram recebidas em Santa Catarina.

3.3.1.1 As manifestações em Santa Catarina

Enquanto os paranaenses se revoltavam contra a sentença proferida pelo Supremo Tribunal Federal, o clima em Santa Catarina assumiu um ar completamente diferente. O natal dos catarinenses começou com boas notícias: eles haviam conseguido mais uma vitória na justiça federal. Envolvidos pela animação do momento, o periódico O DIA, órgão oficial do Partido Republicano daquele estado, dedicou sua primeira página inteira para falar sobre a “solução” da Questão de Limites, as manifestações da população, as marchas, os discursos, etc. Além disso, o jornal também trouxe um mapa de estado no qual a zona do Contestado já estava incorporada. Conforme narraram os redatores:

⁴³⁰ ANAIS do Senado Federal, Sessão de 30 de julho de 1917, p. 483.

⁴³¹ De acordo com senador Generoso Marques – outro representante do Paraná no Congresso Nacional – essa teria sido uma das motivações da opção de um acordo pelo Presidente da República Wenceslau Braz ao intervir na briga de limites, pois o mesmo receava que uma execução forçada da sentença gerasse um conflito ainda maior entre os dois estados. Cf. ANAIS do Senado Federal, Sessão de 25 de Junho de 1917, p. 428.

Difícil se torna ao noticiarista descrever o entusiasmo com que o povo catarinense recebeu a nova da nossa vitória na questão de limites que vínhamos mantendo, há quase um século, com o vizinho Estado do Paraná. Desde as 2 horas da tarde, que [inelegível] era o movimento na Praça 15 de Novembro e ruas adjacentes, onde o povo, em grupos, comentava acaloradamente, o nosso direito e ansioso aguardava que o telégrafo transmitisse o *veredictum* do Supremo Tribunal. **As 7,40 minutos da tarde o estourar de foguetes por toda a cidade anunciava a decisão do Tribunal nos havia sido favorável. Inconteste, de baixo de aclamações [inelegível] o povo afluía a Praça 15 de Novembro entre as ruas Altino Corrêa e República, enquanto que, em Palco, o Exmo. Sr. Coronel Governador recebia os cumprimento de autoridades cívicas e militares representantes de toda as classes sociais.** [...] Durante a noite, grupos populares percorriam as ruas, em aclamações a vitória das nossas causa e aos procederes dessa questão. [...] **No Café Natal a comissão popular distribuiu cerveja a todos os presentes, tocando-se por essa ocasião, diversas saudações. À 1 hora da madrugada no Café Comercial, um grupo numeroso de homens fez estourar “champanhes”, havendo entusiásticos brindes.**⁴³²

Na capital de Santa Catarina, desde as 2 horas da tarde do dia 24 de dezembro a população já aguardava a notícia sobre o *veredictum* do STF. Todavia, a confirmação da vitória catarinense só chegou por volta das 8 horas da noite. Daí em diante as manifestações na Praça 15 de Novembro só aumentaram, estando presente o Governador do Estado, políticos influentes, membros da imprensa, bandas musicais e a população em geral. Por fim, a vitória em Santa Catarina também foi comemorada com cerveja de graça para os frequentadores do Café Natal.

Segundo a narração dos trabalhadores do O DIA, as festas perduraram por três dias no centro da cidade, inclusive no dia 25 quando uma intensa chuva caía em Florianópolis. Nessa ocasião, um grupo de manifestantes se dirigiu ao largo municipal e passou a pedir a substituição do nome das ruas Altino Correia para Conselheiro Mafra; 16 de Abril para Visconde de Ouro Preto; e General Glicerio para 24 de Dezembro.⁴³³ Muitos telegramas congratulando os catarinenses também foram publicados naquela edição, tanto dos municípios estaduais, como de outras cidades do país.⁴³⁴ Da zona Contestada manifestaram-se as autoridades de Campos Novos e Curitibanos, conforme transcrevemos a seguir:

Campos Novos, 25, Conselho Capital reunido sessão solene grande concorrência tomou conhecimento agradabilíssima nova nossa vitória secular questão de Limites [...] Aplaudidíssimos usaram a palavra capitão Francisco Fagundes, Dr. Amvisio Fialho, pedindo, este sendo aceito com entusiasmo, conselho telegrafasse família venerando conselheiro Mafra, felicitando pela vitória pela qual ilustre tanto trabalhou, Parabéns ao Estado. Viva o conselheiro Ouro Preto. Vivam os nossos

⁴³² O DIA, Florianópolis, 28 de dezembro de 1909. **Questão de Limites**, p. 1, c. 1-7, (grifo nosso).

⁴³³ A título de curiosidade a atual Rua Conselheiro Mafra de Florianópolis era conhecida antigamente como Altino Correia.

⁴³⁴ O DIA, Florianópolis, op. cit., p. 2, c. 3-7.

representantes. Viva Santa Catarina. Cordeais saudações, Vidal Thibes, Presidente; Francisco Fagundes; Superintendente.

[...]

Curitibanos, 25. Agradeço-vos penhoradíssimo grandiosa comunicação; enviamos V. Exa. respeitosa congratulações pelo triunfo justiça que restitui ao nosso Estado e ao prospero adianto Estado Paraná a calma e harmonia tão almejada quão necessária para ambos. Atenciosas saudações. Albuquerque, superintendente. Faustino Costa, presidente Conselho; Alves Rocha, vice-presidente; Diogo Ribeiro, secretário, Antonio Sampaio, Virgilio Pereira, Oscar Soares.

Na edição do dia seguinte, também chamam a atenção alguns telegramas do estado paranaense, como um da cidade de Porto União e outro de Palmas, sendo assinado por alguns indivíduos.⁴³⁵ Por fim, pouca ou nenhuma manifestação a respeito da “criação” do Estado das Missões foi veiculada nesses primeiros dias no órgão oficial do Partido Republicano Catarinense.

Uma primeira informação sobre a movimentação do Estado das Missões no Paraná só pode ser vista no jornal local COMERCIO DE JOINVILLE na sua edição de 1º de janeiro. Após comentar as manifestações ocorridas naquela cidade depois do recebimento da notícia da vitória de Santa Catarina, na seção de telegramas do periódico constava ter sido recebido de Curitiba, no dia 29, a seguinte comunicação: “Em Palmas organizaram governo para o novo Estado das Missões; que querem constituir o território contestado”.⁴³⁶ Na página seguinte, os redatores esclareceram melhor essa mensagem:

Palmas

Os políticos de Palmas opositoristas ao Governo simularam um movimento separatista, proclamando aquela zona, reivindicada por Santa Catarina, em Estado livre com nome de Estado de Missões, e proclamando governador e vice-governador os Srs. Coronel Amazonas Pimpão e Dr. Vianna. O Governo da União que terá de fazer cumprir do Supremo Tribunal Federal reduzirá as devidas proporções o ato irrisório dos fazedores de Estados.

Em Curitiba foi espalhado o seguinte boletim:

Convidamos o patriótico e altivo povo desta cidade para grande *meeting* que se realizará hoje às 5 e meia da tarde na praça Floriano Peixoto, para protestarmos contra o aviltante aresto do Supremo Tribunal que doou a Santa Catarina a terça parte do território do nosso Estado. [...] **Protestemos mais uma vez contra ele e nos declaremos ao lado do sobranceiro e altivo povo do contestado que nesta hora que passa já esta constituindo em Estado autônomo e independente, escapando assim a servidão catarinense.**

Viva o novo Estado das Missões! Viva o Estado do Paraná!⁴³⁷

⁴³⁵ O DIA, Florianópolis, 29 de Dezembro de 1909. **Congratulações**, p. 1, c. 5-7

⁴³⁶ COMMERCIO DE JOINVILLE, Joinville, 1 de Janeiro de 1910. **Telegrammas**, p. 2, c. 5.

⁴³⁷ COMMERCIO DE JOINVILLE, Joinville, 1 de Janeiro de 1910. **Palmas**, p. 3, c. 1 (grifo nosso).

Para os redatores do COMMERCIO DE JOINVILLE, os políticos de Palmas haviam simulado um movimento separatista e proclamando o Estado das Missões no Contestado. Além disso, segundo as informações recebidas, o governo do novo estado recairia sobre o coronel Amazonas Marcondes, enquanto a cadeira de vice ficaria para o Dr. Ribeiro Vianna, ambos na condição de opositoristas dos chefes do Paraná. O periódico ainda transcreveu um suposto boletim distribuído na capital curitibana, no qual havia um convite para protestos nas ruas da cidade e uma declaração de apoio ao “sobranceiro e altivo povo do contestado” que já havia constituído um Estado autônomo e independente para escapar da servidão catarinense. Mesmo com essas manifestações, para o jornal quem deveria lidar com essa situação era o Governo da União, pois ao colocar em execução a sentença reduziria “as devidas proporções o ato irrisório dos fazedores de Estados”.

Outra notícia a respeito do movimento de Palmas foi publicada na GAZETA DE JOINVILLE, da mesma cidade.⁴³⁸ Segundo informava o jornal local:

No Paraná foi enorme a agitação popular. No dia seguinte a decisão do pleito foram hasteadas em toda a cidade de Curitiba, bandeiras em meio pau, tendo o comércio fechado suas portas. O populacho saiu à rua ameaçando o governo e a imprensa que se viu coagida a não dar edição. A polícia foi obrigada a reagir havendo mortes e ferimentos. **Os habitantes de Palmas se declararam independente sob a denominação de “Estado das Missões”.** Telegramas do dia 28 do p. findo diziam que a agitação não havia terminado em Curitiba; que as patrulhas de armas embaladas percorriam as ruas.⁴³⁹

As informações contidas na citação acima vão ao encontro da fala do senador Alencar Guimarães no Congresso Nacional sobre o apedrejamento das casas dos chefes políticos do Paraná após a notícia da segunda sentença.⁴⁴⁰ Nesse sentido, além de comentar sobre o Estado das Missões, a notícia da GAZETA DE JOINVILLE também nos dá um pouco mais de informação do clima tenso vivido na capital paranaense após a decisão do STF.

Mesmo com essas informações não houve nenhum “alarde” ou “inquietação” com as notícias da proclamação do Estado das Missões. O mais próximo disso foi quando os redatores do COMMERCIO DE JOINVILLE, aos descreverem as novas organizações administrativas de Santa Catarina, relataram a existência na zona do Contestado de uma parcela de indivíduos “representada especialmente por grande número dos habitantes de

⁴³⁸ As menções ao movimento em prol do Estado das Missões na cidade de Joinville podem estar atreladas a proximidade daquela região com o estado vizinho e com a zona do Contestado.

⁴³⁹ GAZETA DE JOINVILLE, Joinville, 8 de janeiro de 1910. **Noticias diversas**, p. 2, c. 2, (grifo nosso).

⁴⁴⁰ ANAIS do Senado Federal, Sessão de 25 de Junho de 1917, p. 428.

Palmas, que tem pronunciada tendência pelo domínio paranaense”. Para o jornal, o governo deveria voltar sua atenção para esses indivíduos e buscar “tornar o domínio catarinense suave e simpático, de modo a aferrecer-lhes qualquer intuito de revolta que, se bem fosse infrutíferas e contra prudentes, contudo, seriam lamentáveis se explodissem”.⁴⁴¹

Um pronunciamento do órgão oficial do Partido Republicano catarinense sobre esse assunto só ocorreu no dia 26 de janeiro e mesmo assim, tratava-se de uma republicação de uma notícia do COMMERCIO DE JOINVILLE.⁴⁴² A mensagem descrevia as ações promovidas pelo Paraná para tentar barrar os Acórdãos do Supremo Tribunal. Após falar sobre as ameaças paranaenses enviadas ao Governo Federal em caso do cumprimento da sentença e das notícias publicadas naquele estado atacando os magistrados da República, o periódico ainda comentou sobre as últimas medidas “ingênuas” e “faceciosas”:

A ingênua criação do Estado das Missões, já há muito esboçado, surgiu como um meio salvado dos caprichos desordenados do Paraná. [...] A pretensão do Estado das Missões é uma linda facecia dos vizinhos; o Acre que produz milhões para a União, o Acre que dá a maior renda para o Tesouro Federal depois de S. Paulo não conseguiu tornar-se Estado, apesar dos grandes argumentos, muitos de inteira justiça, que tem a seu favor, e apesar ainda dos grandes patronos que tem tido em prol da sua causa, inclusive o talentoso Dr. Francisco de Sá, atual Ministro da Viação, **e o território das Missões, que não sabemos que argumentos poderão aduzir, é que vai se erigir em Estado por causa, talvez, dos bonitos olhos paranaenses.**⁴⁴³

Dessa forma, percebemos que a “criação” do Estado das Missões, aos olhos da imprensa catarinense estava sendo vista como um “facecia”, isto é, uma piada. Consideravam uma atitude ingênua do estado vizinho acreditar que, por causa dos seus “bonitos olhos” conseguiriam tornar o território das Missões em estado autônomo quando nem mesmo o Acre, com todos os argumentos a seu favor, havia conseguido tal façanha. Essa irrelevância do movimento para Santa Catarina também pode ser percebida na Mensagem proferida pelo governador estadual, Gustavo Richard, ao tratar da Questão de Limites no relatório de 1910. Segundo o Governador, mesmo após a declaração da vitória obtida, o estado vizinho não se conformou com a sentença e opôs pela segunda vez o pedido de Embargo no Supremo Tribunal. Além disso, o chefe catarinense também comentou ter recebido vários telegramas da zona contestada, inclusive das cidades de Porto União, Passo Borman, Rio Negro e Palmas

⁴⁴¹ COMMERCIO DE JOINVILLE, Joinville, 8 de Janeiro de 1910. **A reforma da Constituição**, p.1, c. 2.

⁴⁴² COMMERCIO DE JOINVILLE, Joinville, 22 de Janeiro de 1910., p. 1, c. 4

⁴⁴³ O DIA, Florianópolis, 26 de Janeiro de 1910. **Actividade Paranaense**, p. 1, c. 1-3, (grifo nosso).

comemorando a vitória catarinense.⁴⁴⁴ Quanto ao Estado das Missões, nada foi mencionado, demonstrando não ser uma preocupação daquele ano.⁴⁴⁵

Assim, com base nessas informações recolhidas, podemos ter uma noção de como foi recebida a notícia da segunda sentença do STF no estado de Santa Catarina. Após três dias de festas, os catarinenses já se preparavam para reorganizar o seu território. A notícia da possível criação do Estado das Missões parece não ter oferecido nenhuma ameaça, sendo poucos os pronunciamentos sobre o caso, e quanto algo foi dito, trataram como uma “ingenuidade” e uma “piada” do estado vizinho. Na verdade Santa Catarina só daria uma maior atenção ao Estado das Missões, em 1917, quando estavam ecoando os boatos de uma possível revolução no Contestado. Até lá, pouca ou nenhuma informação foi veiculada.

A baixa atenção dada pelos catarinenses às movimentações em torno da criação do Estado das Missões também nos auxiliam a compreender uma faceta importante do movimento. Ao que tudo indica, a reivindicação pela emancipação do Contestado preocupou mais os paranaenses do que os próprios catarinenses. Conforme veremos nas medidas adotadas pelo governo do Paraná no capítulo seguinte, aqueles chefes estaduais pareceram se sentir mais ameaçados do que Santa Catarina sobre uma possível perda do seu território, pois possivelmente, no caso da criação do Estado das Missões ela se daria através de um desmembramento do estado de “origem”, dificilmente conseguindo incorporar os municípios sob a jurisdição provisória de Santa Catarina.

Será justamente sobre essas movimentações envolvendo o poder local e o poder estadual paranaense que trataremos no próximo capítulo. Mas antes, cabe comentar um pouco mais sobre uma peculiaridade importante das agitações ocorridas durante a disputa de limites no início do século XX: o papel da mulher paranaense nessa luta.

⁴⁴⁴ Quanto à menção dos telegramas pelo Governador catarinense, pude constatar nos jornais a presença de alguns exemplos: em 11 de janeiro e 16 de março de 1910, o periódico O DIA publicou telegramas da cidade de Palmas, assinado por mais de 50 habitantes, solicitando passar para o domínio de Santa Catarina. No dia 2 de abril foi a vez do COMMERCIO DE JOINVILLE publica um telegrama com o mesmo teor. Cf. O DIA, Florianópolis, 11 de janeiro de 1910. **Questão de Limites**, p. 1, c. 5; O DIA, Florianópolis, 16 de março de 1910. **Santa Catharina-Paraná**, p.1, c. 2-4; COMMERCIO DE JOINVILLE, Joinville, 2 de abril de 1910. **Noticias Diversas**, p. 2, c. 3-4.

⁴⁴⁵ SANTA CATARINA (ESTADO). **Mensagem apresentada ao Congresso Representativo pelo governador cel. Gustavo Richard. em 17 de setembro de 1910.** Florianópolis, 17 de setembro de 1910 : Tipografia a vapor da Livraria Moderna, 1910. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/720518/615>. Acesso em: 29 out. 2020.

3.4 O PAPEL DA “MULHER PARANAENSE” NA LUTA PELOS DIREITOS DO SEU ESTADO

Antes de passarmos para a análise do movimento pela emancipação do Contestado, convém não deixar de comentar um pouco mais sobre o protagonismo feminino na luta pelos direitos territoriais do Paraná. Mesmo essas mulheres pertencendo à elite paranaense, sendo em sua maioria esposas e filhas dos principais chefes políticos do período, sua participação nessas manifestações foge aos padrões oligárquicos e masculinos convencionais, uma vez que há o apelo à opinião pública e essas “madames” têm a sua participação reconhecida. Além do mais, a participação dessas mulheres na defesa dos direitos paranaenses, corrobora com a argumentação de Maria Lygia Quartins de Moraes ao afirmar que:

Ao longo da história do Brasil as mulheres não permaneceram omissas ou passivas. Na verdade, os estudos sobre a condição feminina realizados nas últimas décadas demonstram que, com relação a esse assunto, tratou-se menos de um silêncio por parte das mulheres do que do silêncio por parte da historiografia, seja devido à inexistência da documentação, à dificuldade de acesso a documentos manuscritos ou ainda à falta de interesse (que prevaleceu por um longo tempo), por parte dos pesquisadores, em encarar a questão.⁴⁴⁶

Nesse sentido, cabe a nós como historiadores contemporâneos, procurar nos mantermos atentos para os indícios da participação dessas personagens dentro das nossas pesquisas e preencher as lacunas deixadas pela produção historiográfica ao longo do tempo. Para conduzir nossa discussão dentro do assunto, vamos dialogar com a tese produzida pela historiadora Mônica Karawejczyk “As filhas de Eva querem votar: dos primórdios da questão à conquista do sufrágio feminino no Brasil (c. 1850-1932)”, bem como os autores e autoras citados pela mesma.⁴⁴⁷ Embora Karawejczyk tenha se concentrado principalmente na questão da luta pelo voto estabelecida pelas mulheres durante o período estudado, suas considerações acerca do aparecimento do movimento feminista no Brasil, bem como a constatação da

⁴⁴⁶ MORAES, Maria Lygia Quartim de Moraes. Cidadania e lutas pelos direitos da Mulher. *In*: MORAES, Maria Lygia Quartin. **Marxismo, psicanálise e o feminismo brasileiro**. - Campinas, SP : UNICAMP /IFCG, 2017. p. 261.

⁴⁴⁷ KARAJEJCZYK, Mônica. **As filhas de Eva querem votar: dos primórdios da questão à conquista do sufrágio feminino no Brasil (c. 1850-1932)**. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, BR-RS, 2013.

existência de diferentes vertentes, podem contribuir para o entendimento das manifestações ocorridas no Paraná no início do século XX.

A luta pela participação da mulher no mundo público e político se fez presente desde a segunda metade do século XIX com o desenvolvimento de diversas estratégias visando inserir-se num espaço destinado exclusivamente aos homens.⁴⁴⁸ Segundo Michelle Perrot, o papel das mulheres esteve, em grande medida, associado a “ordenar o poder privado, familiar e materno”, enquanto ao homem cabia o exercício das funções voltadas para a esfera pública – uma perspectiva cristalizada no século XIX. Outra justificativa apontada pela autora para exclusão da mulher do mundo público e político é a ideia difundida de que elas “atuavam nos bastidores”, enquanto os “pobres homens”, agiam na cena pública.⁴⁴⁹ Dessa forma, de acordo com Joana Maria Pedro, as ideias feministas emergentes no final do século XIX e início do século XX – inseridas dentro da “Primeira Onda” do movimento – passaram a reivindicar principalmente direitos políticos, sociais e econômicos para as mulheres.⁴⁵⁰ Além disso, algumas críticas também estiveram voltadas para o impedimento do acesso à educação de forma igualitária, a impossibilidade de ocuparem algumas profissões e ainda pelo fato de suas representações serem sempre feitas através dos homens.⁴⁵¹

Assim, no início do século XX, a sociedade brasileira ainda era muito marcada por uma exclusão feminina da participação política, conforme constatado por Karawejczyk. Segundo a autora, durante os debates da Constituinte, entre 1891 e 1892, um grupo de mulheres, associada a alguns homens que partilhavam do mesmo ideal, tentaram fazer o sufrágio feminino ser reconhecido dentro da nova constituição. Contudo, suas expectativas acabaram sendo frustradas. Após esse episódio, houve certo esmorecimento do movimento.⁴⁵² Uma nova aparição estruturada de uma organização de mulheres reivindicando o direito ao voto, só apareceu, em 1910, com a fundação do Partido Republicano Feminino por iniciativa de Leolinda Daltro e, por volta de 1920, com a criação da Liga para Emancipação Intelectual da Mulher, fundada por Bertha Lutz. Resumidamente, esses são alguns pontos importantes da

⁴⁴⁸ KARAWEJCZYK, 2013, p. 18.

⁴⁴⁹ PERROT, 1988, p. 173 apud KARAWEJCZYK, op. cit., p. 21.

⁴⁵⁰ PEDRO, Joana Maria. Relações de gênero como categoria transversal na historiografia contemporânea. *Topoi*, v. 12, n. 22, p. 270-283, jan./ jun. 2011.

⁴⁵¹ OLIVERA, 2007, p. 112-113 apud KARAWEJCZYK, op. cit., p. 19.

⁴⁵² O principal argumento utilizado pelos deputados para barrar essa reivindicação foi alegar que, em nenhum outro país do mundo havia tal direito. No entanto, a questão do voto feminino não ficou ignorada por muito tempo, ainda mais depois da concessão desse direito em outros países como a Nova Zelândia (1893), Austrália (1902), Finlândia (1907) e Noruega (1913). Cf. KARAWEJCZYK, op. cit., p. 118.

luta feminina pelos seus direitos sociais, políticos e econômicos pertinentes para nossa discussão.⁴⁵³

Um dos elementos que chama atenção no movimento feminino organizado no Paraná é justamente o momento em que ele ocorreu, quando ainda eram poucas as aparições de mulheres organizadas no contexto excludente brasileiro. Todavia, como não temos nenhuma menção à luta pelo ao sufrágio dentro das mobilizações ocorrida no Paraná, vamos direcionar o nosso foco de análise para os argumentos desenvolvidos por essas mulheres, para poderem sair da esfera privada e atuarem na esfera pública. Nesse contexto, uma das primeiras menções as mulheres paranaenses e seu papel dentro da sociedade pôde ser constatada no discurso proferido pelo Diretor Geral de Instrução Pública e Vice-Governador do Estado, Vitor Ferreira do Amaral, durante a entrega dos diplomas de formação às alunas da Escola Normal, em 1902:

[...] Senhoras, terminastes uma penosa jornada, em que foi posta em prova a vossa inteligência e foi experimentada a vossa vocação para a arte de ensinar [...] Descortina-se agora para cada uma de vós um novo horizonte [...] A nova investidura que como outras, aqui vindes receber apenas com maior solenidade, é para a nossa terra o indício de um grande passo na senda do progresso. **A mulher paranaense já pode, desde alguns anos, aspirar uma profissão nobre, além daquela que lhe foi fadada pela natureza no lar doméstico. E o pode com o espírito esclarecido e orientado pela ciência, desligada dos ferrenhos e vetustos elos da rotina esterilizante e atrofiadora de um passado pouco remoto. Sou do número daqueles que desejam que o ensino primário deva ficar quase exclusivamente a cargo da mulher aparelhada, por sua maior delicadeza e ternura, para desvendar aos olhos da criança os primeiros rudimentos da instrução e educação extrafamiliar.** A mulher é a nossa mestra natural. E do olhar de infinitas doçuras de mães e de suas irradiações divinas, que parte a primeira centelha que vai ao cérebro da criança acender a luz da inteligência. Por que não há de o homem, a cuja atividade estão franqueadas múltiplas e inumeráveis ocupações, deixar a escola primária a cargo exclusivo do elemento feminino? **Nessa diretriz a propaganda feminista tem feito muitos prosélitos.**⁴⁵⁴

Conforme podemos ver na citação acima, para o Vice-Governador do Estado, a mulher paranaense já podia há alguns anos aspirar uma profissão nobre, além daquela de natureza doméstica. E mais, fazia isto amparada e orientada pelo espírito da ciência, desligando-se dos ferrenhos e antigos elos de uma rotina esterilizante e atrofiada de um passado não muito remoto. Nesse sentido, para o orador, o ensino primário deveria ficar a cargo exclusivamente da mulher aparelhada, por suas maiores delicadezas e ternuras capazes de desenvolver melhor os primeiros passos da instrução e educação fora do seio familiar. Associando a mulher ao

⁴⁵³ KARAWEJZKY, 2013, p. 120.

⁴⁵⁴ DIARIO DA TARDE, Curitiba, 20 de fevereiro de 1902. *Escola Normal*, p. 1, c. 3-4, (grifo nosso).

papel de mestra natural dos homens, como mães, Ferreira do Amaral indagou por que não deixar a elas esse tipo de ocupação, já que os homens exerciam tantas outras. Como fica implícito ao final da fala do Diretor de Instrução Pública: essa era uma ideia que vinha angariando muitos adeptos à propaganda feminista.

Com base nessas informações, percebemos como o Vice-Governador paranaense já parecia flertar com alguns posicionamentos feministas do período. Dessa forma, sua reivindicação do papel da mulher nos cargos de instrução pública, também pode estar associada à imagem desenvolvida da mulher como uma “potência civilizadora”, como indicado nos estudos de Michelle Perrot. Segundo Perrot, tanto no Brasil como na França, a figura de mãe tendeu a absorver todos os outros papéis femininos ou até mesmo sufocá-los.⁴⁵⁵ Para autora, essa associação teria agido como uma espécie de faca de “dois gumes” no processo de emancipação feminina, pois, da mesma forma que serviu para engrandecer o papel da mulher dentro da sociedade, colocava em seus ombros o dever de moralizar essa coletividade.

A segunda manifestação encontrada em nossa breve pesquisa nos periódicos paranaense já foi citada no início do capítulo, no momento em que discutimos a reação paranaense contra a primeira sentença proferida pelo STF. Contudo, agora que estamos analisando propriamente essa questão, convém chamar atenção para alguns trechos do discurso proferido por Laurenceia Correia naquela ocasião:

Suspensos, por um momento, todos os labores domésticos da mulher diante da surpresa memorável dessa decisão injusta e irrefletida, **seja-lhe permitido, meus senhores, exprimir também publicamente o sentimento cívico que agita, neste momento doloroso, todo o Estado [...]** **A mulher paranaense, possuída, pois do mesmo ardor patriótico do povo, vem lavrar assim o seu protesto, diante dos Poderes constituídos da República, diante da imprensa brasileira, diante do país inteiro, enfim,** contra a violência desse julgamento sem par na nossa história. A mulher paranaense vem igualmente trazer aos poderes constituídos do Estado, representados na pessoa do seu distinto Presidente o apoio da sua solidariedade incondicional a todos os atos que tenham por objetivo a vitória irradiante dos nossos direitos incontestáveis.⁴⁵⁶

Segundo, Alice Karen Matté e Cláudia Maria havia na sociedade do século XX um discurso moralizador que paralisava as liberdades femininas e circunscrevia fortemente as suas fronteiras de atuação. Portanto, ultrapassar essas barreiras era primordial para as

⁴⁵⁵ PERROT, 1988, p. 169 apud KARAWAJCZYK, 2013, p. 20.

⁴⁵⁶ A REPUBLICA, Curitiba, 12 de Julho de 1904. **As Senhoras Curytibanas**, p. 1-2, c. 4-6 e 1-2, (grifo nosso).

mulheres alcançarem seus objetivos de igualdade jurídica com os homens.⁴⁵⁷ Na situação que estamos analisando, a divisa a ser transcendida pelas mulheres paranaenses naquele momento é justamente a possibilidade de ocupar um lugar no espaço público, destinado exclusivamente para os homens, conforme argumentou Michelle Perrot.⁴⁵⁸

Ora, se olharmos com atenção a citação acima, perceberemos como a luta pelos direitos paranaenses serviu de pretexto para que fosse “permitido [...] exprimir também publicamente o sentimento cívico” presente naquelas mulheres. Ou seja, a mulher pedia permissão para abandonar os seus trabalhos domésticos, isto é, a esfera privada para poder auxiliar na esfera pública com seu concurso cívico e de patriota na defesa do seu estado. Portanto, mesmo que as senhoras paranaenses não estivessem exigindo nenhum direito político ou eleitoral, só o fato de ocupar uma posição no espaço público já era certamente algo avançado para época, uma vez que pretendiam manifestar seus protestos frente os poderes republicanos, a imprensa e do país inteiro, além de se colocarem a disposição do Presidente do seu estado em apoio a qualquer um dos seus atos. Outro ponto interessante é a própria receptividade que elas tiveram no seio da população masculina, podendo ser vista no pronunciamento transcrito de Silveira Netto na mesma notícia:

Subindo à tribuna o nosso ilustre colega de imprensa Silveira Netto, **congratulouse com a mulher curitibana pela sua patriótica intervenção nos negócios públicos**, afirmando com eloquência e talento a sua admiração por esse feito nobilíssimo dos sentimentos altruísticos das suas conterrâneas e, em nome delas, convidou o povo para ir ao palácio manifestar sua adesão e solidariedade com todos os atos do governo tenha que praticar para a reconquista do direito paranaense.⁴⁵⁹

Dessa forma, Silveira Netto, colega de imprensa do jornal A REPUBLICA, viu com bons olhos e parabenizou a iniciativa da mulher curitibana em intervir nos negócios públicos nas questões referentes à Questão de Limites. Por fim, o discurso pronunciado por Vicente Machado, na ocasião da visita ao palácio corrobora com esse tipo de impressão, pois como afirmou naquela ocasião: àquela era a manifestação mais brilhante e significativa de todas às recebidas pelo governo até o momento, pois o fato da mulher abandonar seu lar para vir

⁴⁵⁷ MATTÉ, 2008; MARIA, 2011 apud KARAWEJCZYK, 2013, p. 122.

⁴⁵⁸ Segundo essa autora a mulher deveria se comportar para em hipótese alguma ser vista como uma “mulher pública”, pois isso significaria destituí-la de valor, correndo ainda o risco de ser ridicularizada, mal vista pela sociedade e até mesmo “excluída” do seu convívio social. Cf. PERROT, 1998, p. 7 apud KARAWEJCKY, op. cit., p. 121.

⁴⁵⁹ A REPUBLICA, Curitiba, 12 de Julho de 1904. **As Senhoras Curytibanas**, p. 1-2, c. 4-6 e 1-2, (grifo nosso).

protestar na rua, demonstrava como a sentença viria a afetar diretamente o próprio lar e o seio da “família paranaense”.

Dentro desse contexto, uma das hipóteses possíveis a ser levantada sobre o florescimento desse movimento feminino dentro do Paraná está associada, justamente, ao discurso regional e identitário difundido pela elite paranaense, desde o início do século XX, buscando criar a imagem de uma “única família paranaense”. Ao tomar o território como ponto de convergência, como demonstrado por Christiane Szesz, todos habitantes que viviam sobre aquele espaço físico delimitado poderiam se sentir aptos a lutar pela defesa dos direitos daquelas terras.⁴⁶⁰ Associado a esse aspecto, a ideia de uma “grande família” também pode ter contribuído para intervenção feminina, visto que a família era uma das suas principais áreas de atuação. Assim, podemos supor que dentro do discurso movido pelos intelectuais a serviço da oligarquia tradicional paranaense a ideia do Estado como uma “família” promoveu uma mescla entre o espaço privado e o espaço público, possibilitando a participação das mulheres nas manifestações ocorridas.

Outro aspecto importante para a “aceitação” daquela mobilização feminina, para além das questões de defesa dos direitos territoriais, foi à condição social das dirigentes do movimento. Eram em sua maioria esposas ou filhas dos principais políticos paranaenses, a exemplo de Laurença Correia, filha do falecido Manoel Eufrasio Correia, considerado um dos “chefes ostensivos” por Alessandro Cavassin Alves durante o período imperial.⁴⁶¹ Como demonstrado por Mônica Karawejczyk, quanto melhores as condições sociais de uma mulher e suas relações com outros atores políticos, mais fácil se tornava sua inserção nos meios públicos onde sua participação poderia ser negada.⁴⁶² Dessa forma, em um estado no qual a política das famílias era fortemente arraigada é de se presumir que esse fator também tenha contribuído para a inserção feminina no espaço público.

Entretanto, não devemos restringir o perfil dessas mulheres arbitrariamente as classes mais altas da sociedade. Embora suas organizadoras da capital estivessem atreladas a esse

⁴⁶⁰ SZESZ, 1997.

⁴⁶¹ As mulheres citadas pelo jornal como organizadoras da manifestação eram: D. Rosalina Eneas de Paula, Helena Loyola Machado Lima, Anna Messias do Amaral, Elisa de Aleida Amaral, Euphorosina Ferreira de Abreu, Maria Clara de Leão, Maria Barbara Correia, Guilhermina Santos Loyola, Maria José Rebello de Andrade, Rita Assis de Oliveira Munhoz, Thereza Lacerda Nogueira, Maria Souza Rocha Ballão, Deocleciana da Rocha Leão, Maria Augusto Franco de Lima, Augusta Rodrigues de Oliveira, Gabriella Lustosa Carrão e Thomasia Pedrosa Alves. Fica evidente a partir do seus sobrenomes o seu pertencimento ao alto escalão da sociedade paranaense.

⁴⁶² KARAWEJCZYK, 2013, p. 173.

círculo social, movimentos de senhoras e madames também foram levados a frente nos demais municípios estaduais, como no caso da reunião em Palmas, relatada no início do capítulo. Nessas ocasiões, podemos supor que algumas mulheres da classe média também tomassem partido na organização desses *meetings*, como as esposas ou filhas dos políticos locais. Por fim, não podemos descartar a possibilidade do envolvimento de mulheres mais simples nessas manifestações. Como relatam os jornais, os eventos organizados contavam com um grande número de famílias presentes, principalmente durante suas passeatas pelas ruas. Quem garante que, em meio à multidão, algumas mulheres mais humildes não aproveitassem aquele momento para exercer sua liberdade de manifestação pública?

Como vimos anteriormente, após as manifestações ocorridas em julho de 1904, houve um período de maior tranquilidade no Paraná. Novas agitações de cunho popular só voltariam a ocorrer, em 1909-1910, quando as ameaças de perda do território para os catarinenses se tornaram iminentes. Nesse contexto, as mulheres paranaenses, já familiarizadas com os movimentos na esfera pública, prontamente se organizaram na defesa dos direitos do seu estado, desta vez, de forma sistemática. No dia 1 de janeiro de 1910, foi convocada uma reunião com todas as senhoras e senhoritas consorciadas das “associações feministas” – como denominada pelos redatores dos jornais – “*Bouquet, Violetas, Edliceiss, Regina Margerila, Elisabeth e Rosa di Natale*”⁴⁶³. O objetivo do encontro era organizar um Comitê de senhoras para atuar na defesa dos direitos paranaenses.⁴⁶⁴ Outro aspecto interessante é o título da matéria: “Movimento Feminil”, não sendo propriamente chamado de feminista.

Assim, conforme relatado pelo jornal A REPUBLICA, se reuniram no dia 1 de janeiro, “a convite das associações feministas desta capital”, as senhoras e senhoritas curitibanas no salão do Paço Municipal. A reunião foi coordenada em conjunto com o Comitê Central de Limites, estando presente o presidente em exercício, Oliveira Portes, e o Dr. Menezes Doria na condição de orador. Após o seu discurso, no qual enalteceu o papel da mulher diante da história, as senhoras Francisca Cavalcante, Maria Doria e Mariana Coelho foram convidadas para dirigirem os trabalhos até a aclamação de uma diretoria definitiva, composta por 21

⁴⁶³ Segundo Geslline Giovana Braga no início do movimento feminino do Paraná as mulheres não podiam participar das diretorias dos clubes cívicos existentes no estado. Assim, elas se organizavam em grêmios com diretoria e organização paralela, podendo ser esse o caso das “associações feministas” citadas pelo jornal. Cf. GRAVA, Giovanna Geslline. “Cada um no seu quadrado”: os Clubes Sociais Negros e a imaterialidade do lugar na produção cultural do real. *Soc. e Cult*, Goiânia, v. 22, n. 2, p. 06-24, ago./dez. 2019. p.17; A REPUBLICA, Curitiba, 3 de janeiro de 1910. **O Comitê das Senhoras**, p. 1, c. 3-5.

⁴⁶⁴ A REPUBLICA, Curitiba, 31 de dezembro de 1909. **Movimento Feminil**, p. 2, c. 2.

mulheres e organizada em Presidência, Vice-presidência, 1ª Secretária e 2ª Secretária.⁴⁶⁵ A próxima medida adotada pelo então chamado “Comitê Central Feminino” foi reunir-se em sessão ordinária para comunicar-se com todos os prefeitos municipais do estado a fim de solicitar deles a iniciativa de criarem comitês de senhoras a nível local. Na ocasião da 2ª reunião do Comitê Feminino ainda foi distribuído um manifesto destinado a todas as mulheres paranaenses, do qual transcrevemos alguns trechos a seguir:

Manifesto do Comitê das Senhoras Curitibanas à Mulher Paranaense

Reunidas no Paço Municipal de Curitiba, no dia 1 do corrente, deliberaram às senhoras curitibanas se constituir em comitê permanente, com o fim único de aconselhar a Mulher Paranaense uma atitude digna de sua elevação moral, em face deste difícil e angustioso momento, véspera quem sabe, de outras tremendas e crudelíssimas decepções. **Para efetivar esse patriótico movimento feminista, resolveu o “Comitê das Senhoras” lançar este manifesto concitando a Mulher Paranaense a agir no sentido de uma eficaz resistência que dentro dos recursos legais primeiramente, e depois pelos processos práticos que o desenrolar dos acontecimentos aconselhe seu patriotismo, impedir que o território do Estado, conquista de quatro séculos de história, se venha a cindir agora [...] Os tempos mudaram; e a mulher de mera serva do lar, conquista, num impetuoso e brilhante movimento, a parte que lhe toca nos destinos do mundo culto. [...] Em tal contingência nos cumpre, com a pureza dos nossos sentimentos de mulher, e por isso mesmo com a precisa capacidade moral para intervir na arena onde a justiça desceu esquecida de que é o elemento de confiança e o agente de direito que nenhum povo pode dispensar, e que não pode a si própria suprimir-se. Terminando pedimos que por toda parte a Mulher Paranaense se congrege para a resistência, aconselhando ao Homem Paranaense o dever moral, cívico e social de luta pelos direitos comuns, empregando contra a execução da sentença iníqua, os meios legais de direito; e contra a força, a força !**
Curitiba, 2 de Janeiro.⁴⁶⁶

Com o manifesto das “Senhoras Curitibanas” vamos encaminhando nossa discussão sobre a participação feminina na Questão de Limites para o final. O documento lançado era um convite a toda mulher paranaense para juntar-se a resistência, impedir a execução da sentença e aconselhar o homem paranaense no seu dever moral, cívico e social na luta pelos direitos comuns. A ideia apresentada de Michelle Perrot, da mulher como portadora de um potencial “civilizador” e moralizante também aparece no manifesto lançado, ao afirmarem que devido à sua capacidade moral tinha maiores condições de intervir na arena “onde a justiça desceu esquecida”. Além disso, também é possível notar como diferente do primeiro

⁴⁶⁵ A comissão do comitê era formada por: Francisca Cavalcanti (Presidente), Adelaide Miller de Macedo, Maria Doria (Vice-Presidente), Mariana Coelho (1º Secretária), Anna Messias do Amaral, Madame Oliveira Portes, Ditinha Martins, Eloyna Faria, Marietta Beltrão, Alvina Stellfeld, Elvira Heissler, Izabel Gutierrez, Delia Doria, Alice Withers, Izaura Moura, Joanna Falce (2º Secretária), Francisca Souza, Maria Adelaide Petrel, Aurea Jove, Zulmira Veiga, Leticia Mattana Cf. REPUBLICA, Curitiba, 3 de janeiro de 1910. **O Comitê das Senhoras**, p. 1, c. 3-5.

⁴⁶⁶ Ibidem, loc. cit., (grifo nosso).

movimento, tido apenas como uma congregação de mulheres, pois no manifesto em questão, elas se denominam como pertencentes a um “patriótico movimento feminista”.

Dessa forma, percebemos como no início de 1910, as ideias mais ligadas ao pensamento feminista já estavam presentes no universo dessas mulheres. Isso não seria ao acaso, uma vez que os periódicos do período destinavam parte das suas colunas para comentarem e publicarem notícias sobre as lutas feministas em outros países.⁴⁶⁷ Contudo, devemos atentar para o fato de que o movimento em questão lutava mais pelos “direitos dos paranaenses” do que pelos direitos das mulheres, uma vez que seu único fim era “aconselhar à Mulher Paranaense a uma atitude digna de sua elevação moral”, frente ao cenário vivido, não reivindicando nenhum tipo de causa feminina propriamente dita. Outro elemento indicando certa passividade frente a essas causas é a parte final da mensagem, na qual convidam a mulher paranaense à resistência e a aconselharem o “Homem Paranaense” o seu dever moral, cívico e social na luta pelos direitos, colocando-se apenas na posição de conselheiras.

Nesse sentido, podemos afirmar que o movimento das mulheres paranaenses no período se enquadra dentro daquilo que Karawejczyk chamou de “bom feminismo”, ao discutir as vertentes defendidas por Leolinda Daltro e Bertha Lutz.⁴⁶⁸ Em síntese, essa vertente, defendida por Bertha Lutz, por volta de 1920, consistia na ideia de uma organização feminina tendo como base três princípios “a educação, a associação e a organização”. Para Lutz, o feminismo triunfaria não devido as militantes que procurariam alcançá-lo com violência, mas pelo esforço das pioneiras nas artes e nas ciências, dedicadas ao trabalho intelectual e manual, a educação dos seus filhos visando terem respeito às mulheres, as sugestões de nobres aspirações a suas filhas e na abertura dos horizontes masculinos por meio do seu amor esclarecido.⁴⁶⁹

Longe de descartar essa vertente como uma forma de mudança, tanto o feminismo associado à forma defendida por Leolina Daltro ou a Bertha Luz cumpriam seu papel no processo de amadurecimento da inserção da mulher com seus plenos direitos políticos na

⁴⁶⁷ Em sua tese, Mônica Karawejczyk chamou atenção principalmente para influência do feminismo inglês no movimento brasileiro. Cf. KARAJEJCZYK, 2013.

⁴⁶⁸ A autora demonstrou como durante as ações organizadas nas primeiras décadas do século XX por essas duas mulheres, as ações de Leolinda Daltro foram associadas a ideia de um “mau feminismo”, por ter um caráter mais militante, de confronto e revolucionário. Já os posicionamentos de Bertha Luz foram vinculados a um “bom feminismo”, por ser mais brando, defendendo uma mudança através de uma “reforma social”, a partir de algumas mulheres pioneiras que fossem ocupando cargos públicos e abrindo espaço para as outras. Para uma discussão mais completa ver: Cf. *Ibidem*, 160 et. seq.

⁴⁶⁹ *Ibidem*, p. 166.

sociedade. Por isso, não devemos descartar o potencial dessas mulheres paranaenses em abrir caminho para as futuras gerações. Ao declararem no seu manifesto que “os tempos mudaram; e a mulher de mera serva do lar, conquista, num impetuoso e brilhante movimento, a parte que lhe toca nos destinos do mundo culto” elas estavam protagonizando um grande avanço para seu tempo. Além do mais, também devemos levar em consideração a forma como o movimento muito bem organizado e sistematizado em diversos municípios do Paraná, ampliando ainda mais o alcance desses ideais.⁴⁷⁰ Dessa forma, encerramos o capítulo refletindo como o Comitê Central Feminino foi mais uma das demonstrações das diferentes possibilidades abertas pelo discurso em torno de um “patriotismo paranaense”.

Ao longo desse capítulo, conseguimos recuperar o contexto político, social e cultural no qual emergiu o projeto do Estado das Missões. Dessa forma, percebemos que, enquanto os catarinenses se utilizaram do Supremo Tribunal Federal para pleitear os seus direitos, os paranaenses articularam sua defesa pela via política e na construção de uma identidade regional disseminada entre a população para mobilizá-la na defesa do Paraná.⁴⁷¹ Nesse movimento, até mesmo a “mulher paranaense” conquistou o seu lugar no espaço público, algo no mínimo diferente no habitual espaço político oligárquico e masculino da Primeira República. Outro ponto interessante foi perceber o pouco-caso feito por Santa Catarina frente ao movimento do Estado das Missões, demonstrando como nesse primeiro momento o projeto estava mais atrelado a questões internas do próprio Paraná, do que uma possível ameaça aos catarinenses.

Também vimos como as principais lideranças do movimento em prol do Estado das Missões desenvolveram recursos próprios para tentar manejar aquela situação de fronteira incerta em seu benefício. Quando seus interesses foram ameaçados, esses sujeitos procuraram

⁴⁷⁰ Ao longo da pesquisa, mesmo sem nos voltarmos especificamente para uma busca dessa informação, foram identificados comitês femininos em Palmas, Rio Negro, Guarapuava, União da Vitória e Antonina. Cf. A REPUBLICA, Curitiba 31 de dezembro de 1909. **Rio Negro**, p. 1, c. 6; A REPUBLICA, Curitiba 18 de janeiro de 1910. **A's Senhoras Guarapuavas**, p. 1, c. 5-6.

⁴⁷¹ É importante salientar que não estamos querendo dizer que o estado Santa Catarina também não possa ter se utilizado de um discurso de identidade e mobilizações políticas para defender seus direitos na Questão de Limites. Contudo, com base na pesquisa efetuada durante esse trabalho ficou claro que as sentenças no Supremo Tribunal Federal foram os maiores pilares catarinenses na defesa dos seus direitos durante o início do século XX.

construir um projeto político que mais lhe agradasse, nem que para isso tivessem que se afastar parcialmente da situação política do seu estado.

Por fim, cabe fazer uma conclusão mais geral daquilo que consideramos a primeira parte do nosso trabalho. Ao colocarmos em prática o princípio da variação de escalas e direcionarmos o nosso foco de análise para os acontecimentos na pequena cidade de Palmas, conseguimos encontrar aquilo que Maurizio Gribaudi⁴⁷² chamou de “o sentido da história em toda a sua contraditória complexidade”.⁴⁷³ De acordo com o autor:

Os nossos antepassados escolhiam, lutavam, mudavam o mundo nos interstícios do conjunto incoerente de normas que a natureza, o poder e as instituições sobrepunham a eles de forma ambígua. Disso surgiam infinitas estratégias de defesa e de ataque, cujo alcance histórico não pode se entender sem partir da tomada de certo ponto de vista como central.⁴⁷⁴

Sem dúvida, o movimento em prol do Estado das Missões tem como uma das suas alavancas a possibilidade aberta pela ocupação tardia e a indefinição jurisdicional de longa data da região do Contestado, conforme vimos no capítulo 1. Além disso, o acirramento da Questão de Limites, a propagação de um discurso de identidade regional no território paranaense e o processo movido no Supremo Tribunal Federal por Santa Catarina também cumpriram papel essencial para a emergência do movimento. No entanto, quando mergulhamos, através da análise micro-social, no contexto da cidade de Palmas, no dia a dia dos sujeitos que estamos analisando, nós conseguimos acrescentar, em nossa pesquisa, o protagonismo dos próprios indivíduos no aparecimento do movimento. Embora a estrutura e a conjuntura tenham papel fundamental nos alicerces que permitem os apoiadores do Estado das Missões formularem aquele projeto, a decisão de levar adiante esse ideal parte de uma estratégia daquela população visando reagir aos acontecimentos ocorridos no mundo em que estão inseridas.

A partir dos pronunciamentos e registros deixados pelos atores sociais, percebemos como as primeiras movimentações mais concretas para a criação do novo estado apareceram em meados de 1909, frente ao cenário incerto da Questão de Limites. Assim, a primeira medida tomada foi a convocação de uma reunião entre as principais lideranças políticas do

⁴⁷² Maurizio Gribaudi é um importante historiador italiano ligado a prática historiográfica da micro-história.

⁴⁷³ GRIBAUDI, Maurizio. A longa marcha da Micro-História: da política à estética: *In*: VENDRAME, Maira Ines; KARSBURG, Alexandre; MOREIRA, Paulo Roberto. **Ensaio de micro-história: trajetória e imigração**. – São Leopoldo: Oikos, Editora Unisinos, 2016. Pp. 31-51.

⁴⁷⁴ *Ibidem*, p. 36.

Contestado paranaense, conforme revelou o depoimento de José Júlio Cleto da Silva no Inquérito Policial instaurado. Contudo, nesse primeiro momento, o ideal de emancipação ainda estava incipiente, com poucas adesões e pronunciamentos oficiais. Mesmo assim, essa reunião demonstra como o movimento em prol do Estado das Missões também tem como uma de suas bases as redes de relações e solidariedades existentes entre alguns dos principais políticos do Contestado – rede formada através de conexões familiares, matrimônios e posicionamentos políticos.

Somente quando o Supremo Tribunal Federal proferiu a segunda sentença a favor dos catarinenses o movimento ganhou sua força. E, ao analisarmos a receptividade dessa notícia na cidade de Palmas e em alguns municípios próximos, percebemos que o ideal de emancipar o Contestado consolidou-se no horizonte daqueles indivíduos a partir de uma série de questões, como: um sentimento geral de incerteza frente a Questão de Limites, a desesperança na vitória do governo estadual paranaense, o medo de passarem para o domínio catarinense e ainda de uma possibilidade de ascensão social. Dessa forma, esses sujeitos desenvolveram uma estratégia própria no “interstício” daquilo que Gribaudi chamou de “conjunto incoerente de normas que a natureza, o poder e as instituições sobrepunham a eles de forma ambígua”. Esse conjunto pode ser visto como o contexto de longa duração – ocupação tardia, construção e indefinição jurisdicional, etc. – e os aspectos conjunturais – Questão de Limites, identidade regional, o processo de limites movido por Santa Catarina, etc.

Essa análise é interessante pois percebemos como a afirmação de Jacques Revel sobre a variação de escalas, apresentada no início do capítulo, se aplica na prática. Segundo o autor, variar a escala não significa simplesmente aumentar ou diminuir o tamanho do nosso objeto de pesquisa no visor, mas sim modificar sua forma e sua trama. Nesse sentido, quando ajustamos o nosso foco de análise para o nível macro, há a sobressaliência como elemento importante para compreensão do Estado das Missões a estrutura histórico-geográfica de formação da Fronteira Sul. Ao redefinirmos o foco para a conjuntura do episódio, ganha importância a Questão de Limites, o processo movido por Santa Catarina, o discurso de identidade regional paranaense, entre outros fatores. Utilizando a escala reduzida, conseguimos perceber o papel da liberdade de escolha dos indivíduos e o desenvolvimento de estratégias frente ao cenário que estavam inseridos, resultando na consolidação do ideal emancipacionista.

Nesse último nível, não só os fatores políticos, econômicos e sociais importam, mas também estão em jogo as próprias vivências de cada sujeito no seu dia a dia, a reação às notícias recebidas e os impulsos tomados mediante as situações de incerteza e insegurança. Dessa forma, o projeto pela criação do Estado das Missões partiu da escolha de alguns indivíduos em levar em frente esse ideal como estratégia de defesa e ataque ao cenário vivenciado no período. Além disso, ele também demonstra o potencial do singular e do individual nos processos históricos de transformações e mudanças sociais, pois, se o Estado das Missões fosse criado, ele alteraria profundamente a estrutura da Fronteira Sul a partir da escolha de alguns sujeitos em levar adiante o projeto de emancipação.

Encerramos esse capítulo discutindo sobre a forma que as categorias de espaço de experiência e horizonte de expectativa também nos ajudam a pensar a relação entre as estruturas normativas e a liberdade dos indivíduos na análise sobre o movimento em prol do Estado das Missões. Dentro do cenário estudado, podemos afirmar que compunham, de forma direta e indireta, o espaço de experiência daqueles sujeitos uma série de acontecimentos que vão desde as questões do processo de formação da Fronteira Sul e ocupação dos Campos de Palmas até o acirramento da Questão de Limites no início do século XX. Todas essas experiências acumuladas pelos adeptos do Estado das Missões projetavam um horizonte de expectativa no qual torciam pela vitória do Paraná na disputa com Santa Catarina. Contudo, desde a primeira sentença do STF, em 1904, esse horizonte começou a sofrer sérios “ataques”, abrindo espaço para outra possibilidade de futuro: a emancipação do Contestado.

Nesse contexto, a segunda sentença do Supremo Tribunal em favor dos catarinenses desferiu outro golpe no horizonte de expectativas daqueles que acreditavam que o Paraná sairia vencedor da Questão de Limites. Assim, esses indivíduos logo mobilizaram toda sua bagagem de experiência e, tendo ameaçado seu antigo anseio para o futuro, reelaboraram o seu horizonte de expectativas colocando a criação do Estado das Missões como principal meta a ser atingida. Dessa forma, as primeiras movimentações e estratégias colocadas em prática no ano de 1910 visavam concretizar esse novo horizonte. E serão, justamente, essas movimentações que discutiremos no próximo capítulo.

CAPÍTULO 4

4 CORONELISMO E ESTADO DAS MISSÕES: DOS CHEFES LOCAIS AO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Se até o presente momento vínhamos discutindo principalmente questões relacionadas aos nossos atores e suas relações com os aspectos da formação territorial da Fronteira Sul, a partir de agora passaremos para uma segunda parte do nosso trabalho, na qual nos dedicaremos a analisar o funcionamento político da Primeira República, com base nas relações coronelistas estabelecidas ao longo do movimento em prol do Estado das Missões. Contudo, para essa discussão ser feita com êxito, não nos restringiremos apenas ao cenário regional, nosso olhar também será direcionado para as intensas relações existentes entre as três esferas de poder do regime republicano local – estadual e nacional. Isso também não significa o abandono da discussão relacionada ao território, fronteira, incertezas e possibilidades feitas nos capítulos anteriores, pois elas não estão dissociadas da forma como o fenômeno coronelista se manifestou no Contestado. Vamos apenas alternar um pouco o foco da nossa análise e nos concentrar principalmente na grande interação política existente entre os sujeitos estudados.

4.1 CORONELISMO NA PRIMEIRA REPÚBLICA: A ASCENSÃO DO PODER LOCAL A CHEFIA DO MOVIMENTO

A partir do ano de 1910, o movimento em prol do Estado as Missões passou a ser encabeçado principalmente pelas principais lideranças coronelistas do Contestado paranaense. Se no capítulo anterior demos maior enfoque as manifestações ocorridas em praças públicas, com participação popular, neste, gostaria de abordar especialmente o papel dessas chefias políticas na reivindicação da emancipação do contestado e como todos esses acontecimentos possibilitam estudar com maior profundidade o coronelismo durante a Primeira República.

Essa análise é importante para não cairmos numa falsa ideia de que o movimento foi – como diziam os periódicos e seus representantes – “a vontade do povo”, mas sim, a vontade dos representantes do povo, nesse caso, de alguns prefeitos municipais, intelectuais, majores, capitães e coronéis da Guarda Nacional do Paraná.

Segundo Claudia Viscardi, uma das primeiras medidas tomadas na implantação do regime republicano foi à exclusão da participação dos setores populares, não só pelo estabelecimento do voto alfabetizado, como também pela formalização da fraude eleitoral.⁴⁷⁵ A esses dois elementos poderíamos ainda acrescentar o fato do ideal de democracia representativa republicana brasileira ter sido fortemente influenciado pelos Estados Unidos. De acordo com Wellen Wood, nas democracias representativas adotadas pelos Estados modernos, governar pelo povo continuou sendo um dos principais critérios da sua sustentação. No entanto, quem deveria exercer a vontade do povo eram os seus representantes eleitos, filtrados pelas oligarquias dominantes. Assim, conseguia-se afastar as demandas populares da política, ao mesmo tempo em que os representantes assumiam o lugar do próprio “povo”.⁴⁷⁶ Dessa forma, quando Amazonas Marcondes, Domingos Soares, Cleto da Silva e demais membros da elite passaram a defender a emancipação do Contestado, ela se tornou uma causa do “povo”, não tanto pela participação popular, mas pela ideia de que esses indivíduos eram representantes do “povo” do Contestado.

Outro fundamento importante para o andamento da nossa discussão é compreender melhor o conceito de coronelismo. Embora a análise de Victor Nunes Leal tenha recebido muitas críticas, ela ainda é essencial para compreender o fenômeno. Para o autor o coronelismo foi um sistema político característico da Primeira República envolvendo uma complexidade de relações, desde o coronel até o presidente da República, numa troca mútua de favores. É importante salientar que, de acordo com Leal, o coronelismo é um fenômeno específico da Primeira República, não existindo antes dessa fase e nem depois dela.⁴⁷⁷

Nesse contexto, o surgimento do fenômeno é derivado da confluência de um fator político com uma conjuntura econômica. O aspecto político é o federalismo implantado pelo regime republicano, criando um novo ator político com amplos poderes: o governador de

⁴⁷⁵ VISCARDI, 2012, p. 51.

⁴⁷⁶ WOOD, Ellen Meiksins. **Democracia contra capitalismo**: a renovação do materialismo histórico ; tradução Paulo Cezar Castanheira. - São Paulo: Boitempo, 2011. p. 178-187.

⁴⁷⁷ LEAL, 1975.

Estado.⁴⁷⁸ Em torno do chefe estadual, agrupavam-se as principais oligarquias locais, representadas pelos seus coronéis. Segundo Leal esse sistema foi consolidado com a política dos Governadores implantada por Campos Sales, em 1898, quando o mesmo decidiu apoiar os candidatos eleitos pelas políticas dominantes estaduais.⁴⁷⁹

Na prática, o governo estadual garantia o poder do coronel cedendo-lhe cargos públicos, como delegados de polícia, promotor público, inspetores, professores, etc. Por outro lado, o coronel apoiava o governo, sobretudo com sua capacidade de angariar votos. Assim, com o suporte das chefias locais, a política estadual dominante declarava apoio ao presidente da República em troca do reconhecimento da sua liderança no Estado, formando uma rede de relações que se estendia do poder local ao Chefe da Nação – tendo os governadores como intermediários. Na visão de Leal a “função eleitoral do coronelismo é tão importante que sem ela dificilmente se poderia compreender o *do ut des*⁴⁸⁰ que anima todo o sistema”.⁴⁸¹

De acordo com José Murilo de Carvalho, uma das críticas mais fortes ao modelo de Leal foi o desenvolvida por Paul Cammack, analisando o controle do voto e o valor do mesmo como mercadoria política.⁴⁸² Mesmo assim, Carvalho entendeu que a observação deste autor só seria válida caso os coronéis fossem tomados individualmente em relação aos governadores, pois mesmo sem o voto, a ideia de um compromisso entre o coronel e o governador poderia ser mantida. Portanto, na visão de Carvalho:

Se os governadores podiam prescindir da colaboração dos coronéis tomados isoladamente, o mesmo não se dava quando considerados em conjunto. **A estabilidade do sistema como um todo exigia que a maioria dos coronéis apoiasse o governo, embora essa maioria pudesse ser eventualmente trocada. As manipulações dos resultados eleitorais sempre beneficiavam um grupo em detrimento de outro e tinham um custo político.** Se entravam em conflito com um número significativo de coronéis, os governadores se viam em posição difícil, se não insustentável. Basta mencionar os casos da Bahia, de Goiás, do Ceará e de Mato Grosso. Em todos eles, os governadores foram desafiados, humilhados e mesmo depostos.⁴⁸³

⁴⁷⁸ Ao contrário dos Presidentes de Províncias, ligados aos Ministérios da administração central e passíveis de serem removidos, os governadores eram eleitos pelas máquinas dos partidos estaduais, assumindo a chefia da política em seu Estado e gozando de maior autonomia. Cf. CARVALHO, 1997, p. 1.

⁴⁷⁹ LEAL, 1975.

⁴⁸⁰ Locução latina que significa “dou para que [me] dê”.

⁴⁸¹ LEAL, op. cit., p. 253-4.

⁴⁸² Segundo Carvalho, a primeira afirmação não procede, pois há um consenso entre as testemunhas e os documentos da época de que isso realmente acontecia. Já a segunda é portadora de maior sentido, pois o voto pouca valia na época. Eram recorrentes processos de fraudes durante o processo eleitoral. Além do mais, mesmo o coronel controlando os votos e manipulando seu eleitorado, quem definia as eleições e reconhecia os deputados era o Congresso Nacional de comum acordo com o Presidente da República. Cf. CARVALHO, op. cit., p. 3.

⁴⁸³ *Ibidem*, loc. cit., (grifo nosso).

Portanto, para José Murilo de Carvalho a estabilidade do sistema dependia da formação de uma aliança entre o governador e a maioria das chefias locais, não sendo necessário o apoio incondicional por parte desses coronéis, mas, pelo menos, uma garantia de não se rebelar contra o governo.

Outra crítica em relação ao aspecto do “voto” no modelo de Victor Leal foi a de Ibaré Dantas. No entanto, Dantas não desconsiderou sua validade como fonte de poder, apenas o colocou como uma das mais fracas. Para ele “a supremacia de um chefe político municipal sobre outros na Primeira República [...] não estava correlacionada com o número de votantes, mas antes com a capacidade de controlar e impor a coerção”. Nesse sentido, para o autor, o coronelismo explorava suas fontes de poder, primeiramente com as milícias particulares, depois com o prestígio social reconhecido e, por último, com o controle do eleitorado.⁴⁸⁴ Somente a partir desses dois primeiros meios de influência que os coronéis podiam exercer o comando dos eleitores, concentrados, principalmente, no meio urbano, longe das zonas rurais onde residiam os chefes locais.

Em um estudo mais recente, Lígia Maria Osório Silva, também defendeu a importância de “repensar” o coronelismo levando em consideração o processo de ocupação e formação da propriedade e suas consequências sobre as relações do poder público/poder privado na Primeira República. Discordando da visão de Victor Nunes Leal sobre o enfraquecimento dos proprietários de terras durante esse período, a autora propõe que a apropriação das terras públicas para formação de patrimônios particulares, fez surgir toda uma classe de proprietários em ascensão, não vendo, necessariamente, um antagonismo entre o fortalecimento do Estado e o aumento do poder dos coronéis.⁴⁸⁵ Para Osório Siva, não seria possível que estes chefes locais estivessem em decadência no momento em que a grilagem e o avanço sobre as terras públicas estavam no seu auge. Se por um lado, o poder privado exercido pelo coronel era menor, por conta da política institucionalizada, seu poder

⁴⁸⁴ DANTAS, José Ibarê Costa. **Coronelismo e Dominação**. Aracaju: UFS, 1986. p. 14.

⁴⁸⁵ Embora Victor Nunes Leal tenha sido um dos pesquisadores do fenômeno que considerou a terra como uma das fontes de poder do coronel, em sua análise o autor defendeu que a troca a troca de favores entre o poder público e o poder privado dos coronéis, típica do coronelismo, ocorreu num momento em que o primeiro estava sendo fortalecido, em detrimento do segundo. Para ele, estava havendo uma decadência econômica dos fazendeiros, acarretando o enfraquecimento do seu poder frente aos seus dependentes e rivais. Nesse contexto, os coronéis necessitavam do apoio do Estado para expandir sua influência. Cf. LEAL, 1975, p. 20.

econômico crescia de forma abrupta na mesma proporção em que o patrimônio público diminuía, acarretando outro tipo de peso político.⁴⁸⁶

Por fim, Paulo Pinheiro Machado, ao se debruçar sobre o estudo do perfil dos coronéis da zona contestada, percebeu a predominância de um poder local exercido por grandes proprietários rurais e comerciantes com patentes de coronel da Guarda Nacional⁴⁸⁷, sendo esta oficialidade a mais alta obtida. Assim, os coronéis tinham amplas condições de autonomia no exercício do mando local, opondo-se muitas vezes às decisões políticas estaduais.⁴⁸⁸ As redes de relações em que estavam envolvidos também lhes permitiam, muitas vezes, decidir eleições municipais, estaduais e até nacionais. Os partidos republicanos de cada estado eram os locais no qual estruturavam seu poder, aliando-se à política regional e estadual. Em sua atuação, procuravam influenciar na nomeação de funcionários estaduais (delegados, promotores, juízes, etc.) e também federais (coletores de impostos, agentes de correios, telegrafistas, entre outros cargos).⁴⁸⁹

O autor segue a mesma linha defendida por Ibarê Dantas, entendendo que o voto nem sempre foi a principal fonte de poder dos coronéis, mas sua força estava atrelada principalmente à capacidade de mobilizar homens em armas.⁴⁹⁰ Era através de seus homens armados que os coronéis conquistavam o respeito da população regional e dos grupos oligárquicos estaduais, que se apoiavam, muitas vezes, nessas lideranças. Além do mais, em sua análise sobre a Guerra do Contestado o autor chamou atenção para a força dos coronéis paranaenses na região. Segundo o Machado, as autoridades catarinenses, próximas às divisas com o estado vizinho, evitavam, na medida do possível, entrar em confronto com o Paraná. Consistia numa espécie de política do lado mais fraco “já que o Paraná dispunha não só de uma polícia mais numerosa e atuante, mas de oficiais da Guarda Nacional [...] que podiam mobilizar grandes contingentes de capangas a disposição das autoridades paranaenses”.

⁴⁸⁶ Abordaremos com maior atenção essa faceta do coronelismo no capítulo 6, quando discutiremos a questão de terras no Contestado.

⁴⁸⁷ Essa instituição foi organizada a partir de 1831, com objetivo de criar uma força militar cidadã formada por proprietários. Possuir patente na Guarda Nacional, seja de coronel, ou de outras oficialidades (capitão, tenente, major, tenente-coronel, entre outras) dava aos indivíduos, maiores poderes políticos do que militares, embora seja “difícil separar essas duas esferas naquele período”. Os prestígios sociais e políticos sempre aumentavam do oficialato de capitão para cima, pois todas as praças abaixo deveriam prestar obediência aos superiores que, muitas vezes, extrapolava os fins militares. Desta forma, “a Guarda Nacional ordenou e legitimou o poder de mando dos potentados locais”. Cf. MACHADO, 2004, p. 101.

⁴⁸⁸ Um exemplo desse tipo de oposição é a própria resistência promovida por Cleto da Silva com apoio de outros coronéis da região do Contestado ao Acordo de Limites assinado pelo Presidente do Paraná.

⁴⁸⁹ MACHADO, op. cit., p. 91.

⁴⁹⁰ DANTAS, 1986, p.14 apud MACHADO, op. cit., p. 92.

Em análise mais recente, a pesquisadora Cristina Dallarona também chamou atenção para uma faceta importante do coronelismo na zona do Contestado. Ao se debruçar sobre a trajetória de algumas lideranças locais da região, como José Fabrício das Neves⁴⁹¹, a autora ressaltou a utilização dos coronéis por parte do Estado como elos “na formação do território e na construção de um contexto político ainda em formação na região”. Esse fenômeno pôde ser visto no processo de criação e implantação, por parte do governo catarinense, das Comarcas e municípios de Cruzeiro e Chapecó, após 1917, formando o Oeste de Santa Catarina. Para Dallarona, uma das formas utilizadas para efetivar o domínio dessas regiões, foi colocar em prática a política dos coronéis, utilizando-se de indivíduos como José Fabrício das Neves, para atuar no contexto político local e no processo de colonização dessas regiões, buscando efetivar os interesses do estado catarinense naquela zona.⁴⁹²

No caso estudado nesta pesquisa, a utilização de coronéis na formação do território Oeste e Sudoeste paranaense e na construção de um contexto político favorável numa zona ainda em formação também foi uma das estratégias utilizadas por parte daquele estado. Coronéis como Amazonas Marcondes e Francisco Cleve, em União da Vitória, Domingos Soares e Domingos de Araújo Pimpão, em Palmas, Ferreira Pacheco e o major Antônio Marcellino Pontes, em Clevelândia, Nicolau Bley Netto, no Rio Negro, além de diversos outros indivíduos que circundavam essas lideranças, foram de extrema importância para a internação e avanço das fronteiras paranaenses em direção àquelas zonas. Dessa forma, esses chefes locais atuaram ostensivamente na construção de estradas de rodagem, portos, serviço de locomoção de uma área a outra e na própria defesa miliar, serviam como uma espécie de “braço” do estado para as regiões ainda inexploradas ou em formação.

Guardemos essas informações sobre fenômeno coronelista na Primeira República para

⁴⁹¹ José Fabrício das Neves é conhecido como membro de uma das primeiras famílias da colonização do Meio-Oeste de Santa Catarina, especialmente na localidade de Concordia. Após a Revolução Federalista, na qual atuou ao lado dos maragatos, migrou para a zona paranaense dos Campos do Irani, onde acompanhou o monge José Maria e lutou ao seu lado na resistência cabocla no combate do Irani. Após a Guerra do Contestado, esse indivíduo manteve-se na região do Irani, desenvolvendo atividade de extração e exportação de madeira e intermediando contratos de compra e venda de terras junto às companhias colonizadoras da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande. Em 1924, ainda lutou como vaqueano ao lado das forças legais, arregimentando homens para compor as forças dos “batalhões patrióticos” que lutaram contra os tenentes rebeldes no período. Dentro desse contexto, Fabrício das Neves acabou sendo morto pelo indivíduo Marcelino Ruas, líder de outro batalhão patriótico que circulava pela zona. DALLANORA, 2019, p. 31.

⁴⁹² É importante ressaltar como a autora também procurou demonstrar certa autonomia que esses coronéis ao serviço do Estado gozavam naquela região. Longe de eles serem passivos a vontade dos governadores, esses sujeitos também buscavam tirar proveito dessa situação, aumentando seu poder de influência na política local, angariando armamento para resolução de disputas locais, buscando vantagens comerciais, entre outros benefícios. Cf. Ibidem, 2018, p. 25, 62 e 107.

enriquecermos nossa análise sobre o movimento em prol do Estado das Missões.

4.1.1 A força dos coronéis paranaenses: a criação da Junta Governativa pelo Estado das Missões

Conforme vimos no início do capítulo, a semente do movimento de emancipação, chamado de “independência” do Contestado pelos participantes, partiu de alguns sujeitos da elite política paranaense durante as manifestações contra a sentença do STF, em 1904. Não sabemos ao certo a origem da ideia, talvez, como comentado no capítulo dois, tenha sido inspirada nos projetos de emancipação federal do Território das Missões, defendido por Severino Vieira, em 1896, e reavivado indiretamente no discurso de Rodrigues Alves, em 1904. Outra hipótese é a informação apresentada por Osvaldo Rodrigues Cabral de que o governo do Paraná pretendia, mais tarde, incorporar esse território ao seu patrimônio por meio de um plebiscito ou pela manifestação dos seus órgãos de governo no Congresso Nacional pedindo sua anexação. Contudo, Cabral não apresenta nenhuma fonte sobre essa informação.⁴⁹³

Para dar alguns resultados, a semente plantada no início do século XX necessitou passar por um período de “germinação”, devendo ser cultivada e regada até o aparecimento de condições favoráveis para sua “frutificação”. Podemos dizer que o cenário favorável só apareceu no momento das duas derrotas no STF e a tarefa de cultivo recaiu, principalmente, sobre as elites locais das cidades de Palmas, Porto União da Vitória, Clevelândia e Rio Negro, que desde 1904, alimentaram esse ideal. Dessa forma, a criação da Junta Governativa pelo Estado das Missões, pode ser vista como um dos primeiros elementos concretos desse processo.

⁴⁹³ Durante a pesquisa realizada para meu Trabalho de Conclusão de Curso acreditei que essa hipótese apresentada por Cabral não tinha muito fundamento, pois não via um apoio concreto do governo estadual no movimento. Entretanto, aprofundando-me um pouco mais no universo da política paranaense, incorporando alguns elementos novos a pesquisa, mesmo com o historiador catarinense não tendo apresentado suas fontes, acho uma suposição plausível. O governo estadual poderia realmente querer incorporar esse território novamente ao Paraná em caso de desmembramento. Com essa medida, ele desvalidaria a autoridade da sentença do Supremo Tribunal ao mesmo tempo em que resolveria a pendência de limites a seu favor. Cf. CABRAL, Osvaldo R. **A campanha do Contestado**. Florianópolis. Lunardelli. 1979. p. 59.

Proclamada em Porto União no dia 26 de Dezembro de 1909, apenas um dia depois da notícia da vitória catarinense, os membros da Junta endereçaram o primeiro telegrama a Capital Federal em nome do governo provisório:

Porto União, 26 - O povo da zona contestada, verdadeiramente eletrizado de patriotismo, protesta ardorosa e patrioticamente contra a decisão descabida do Supremo Tribunal e jamais se submeterá ao jugo catarinense. **Disposta a proclamar sua independência e a criação de um novo Estado da União Federal, grande massa popular, reunida no Teatro Apollo, proclamou uma junta governativa e tomou outras providências.** Saudações - Amazonas de Araújo Marcondes, Albuquerque Maranhão, Julio de Avelin, Methodio Nobrega, Francisco Schmidt, Napoleão Marcondes de França, Domingos Pimpão, Pedro Franklin, Irineu Thiago de Araujo, Francisco Cleve, Antonio Braga, Affonso Guimarães Correia, Belmiro Cunha.⁴⁹⁴

Segundo o relato de Cleto da Silva, a instalação da Junta ocorreu no dia 1º de Janeiro de 1910, em um dos edifícios públicos daquele município, sendo tocando o hino nacional e hastada à bandeira do Estado das Missões na presença de uma população considerável – variando de 600 a 2000 pessoas conforme as notícias.⁴⁹⁵ Conforme noticiou o jornal A REPUBLICA, era "muito lindo o pavilhão do efêmero Estado das Missões: verde e amarelo, as duas cores nacionais, com um triangulo interno, azul, em cujo centro se destaca a alvura de uma estrela solitária".⁴⁹⁶

⁴⁹⁴ **CORREIO DA MANHA**, Rio de Janeiro, 27 de Dezembro de 1909, p. 2, c. 4, (grifo nosso).

⁴⁹⁵ O PAIZ, Rio de Janeiro, 3 de Janeiro de 1910. **PARANÁ – SANTA CATHARINA**, p. 1, c. 7; A REPUBLICA, Curitiba, 27 de dezembro de 1909. **A Questão de Limites**, p. 1, c. 5.

⁴⁹⁶ A REPUBLICA, Curitiba, 30 de março de 1910. **A PEQUENA**, p. 2, c. 1.

Figura 17 - Foto da Banda que tocou durante o hasteamento da bandeira do Estado das Missões.



Legenda do jornal O MALHO: Foi esta banda que tocou o Hino Nacional ao ser arvorada a bandeira do Estado das Missões e que tocará, segundo no diz a nota: na vanguarda do batalhão patriótico que primeiro tiver de avançar, se a questão de limites com Santa Catarina não for decidida pela arbitragem. Não será preciso tanto - esperamos em Deus e no bom senso dos políticos.

Fonte: Imagem retirada do periódico o MALHO (RJ). Cf. **O MALHO**, Rio de Janeiro, 9 de dezembro de 1911, p. 35. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/116300/20469>. Acesso em: 07 jul. 2020.

A Junta foi composta por alguns dos membros da antiga “comissão popular” estabelecida em Palmas, aparecendo, agora, divididos por sub-regiões. Eram eles: Coronel Amazonas Marcondes, Major Jahyr D’Avelin e Francisco Cleve, por União da Vitória; Brazilio Celestino, Antônio Correia e Major Pedro Alexandre Franklin, pelo Rio Negro; Coronel Domingo Soares e Dr. Bernardo Vianna por Palmas; Major Antonio Marcellino Pontes e José Júlio Cleto da Silva, por Clevelândia.⁴⁹⁷ Segundo os redatores do periódico O PALMENSE, Rio Negro, União da Vitória, Palmas e Clevelândia e todos os seus distritos

⁴⁹⁷ SILVA, Cleto da. **Apontamentos históricos de União da Vitória**. União da Vitória: Paraná, 1933, p. 98; O PALMENSE, Palmas, 2 de Janeiro de 1910. **O Novo Estado**, p. 2, c. 1-3.

judiciários, constituiriam em breve “apos a sanção dos poderes da Nação, um novo Estado que irá centelhar no auriverde pavilhão nacional, célula gigante do grande núcleo Federal!”⁴⁹⁸

Embora a composição da Junta possa parecer só mais uma manifestação por parte daqueles coronéis, existe em sua composição um elemento importante a ser destacado, que só um olhar microanalítico é capaz de perceber. Analisando a questão da política paranaense nos municípios sob jurisdição paranaense no Contestado é possível perceber certa divisão entre o partido situacionista e o partido de oposição conforme os contornos da política estadual. Como vimos, desde 1904, existia um movimento de aproximação entre essas duas facções, mas, mesmo com os telegramas enviados pelos núcleos do partido local de oposição afirmando terem aderido à decisão de Generoso Marques, algumas informações encontradas nos periódicos paranaenses contradizem essa suposta “harmonia” entre os dois partidos.

Por exemplo, na cidade de Palmas, o coronel Domingos Soares e seu cunhado Domingos de Araújo eram opositores do partido liderado pelo Dr. Ribeiro Vianna e o major Cunha Sobrinho. A disputa era tamanha que durante as eleições municipais, em outubro de 1904, o major Cunha Sobrinho chegou a ameaçar as lideranças da oposição e um grupo de partidários governistas balearam Domingos de Araújo Pimpão com um tiro na orelha. Segundo o relato, Ribeiro Vianna, médico, tentou fazer uma *mea-culpa* e auxiliar na remoção da bala, no entanto, Domingos Araújo pediu para que outro médico fizesse o procedimento.⁴⁹⁹

Cleto da Silva também informou, que até meados de 1908 em Clevelândia existia uma divisão entre os partidos chefiados por José Bernadino Bormann, tenente-coronel Pedro Pacheco e o major Antonio Marcellino Pontes e o outro liderado pela família Ferreira Pacheco, herdeira do bandeirante José Antônio de Lima Pacheco. Somente com uma nova Coligação Republicana estadual, para as eleições de 1908, essa desavença começou a ser desfeita, ocasião em que Cleto da Silva pode assumir a prefeitura de Clevelândia.⁵⁰⁰

Por fim, em maio de 1909, quando foi investigado o movimento revolucionário em Palmas, existiu ainda mais uma notícia referente às divisões políticas na região. Segundo consta no jornal A REPUBLICA, o coronel Domingos Soares, junto ao major Cunha Sobrinho – que por ocasião da coligação republicana de 1908 haviam se unido – e ainda o chefe político de União da Vitória, Francisco Cleve, enviaram um ofício Partido Republicano

⁴⁹⁸ O PALMENSE, Palmas, 2 de janeiro de 1910. O Novo Estado p. 2, c. 1-3.

⁴⁹⁹ Mais informações sobre esse episódio em: Cf. DIARIO DA TARDE, Curitiba, 26 de Outubro de 1904. Factos Diversos, p.2, c. 5; DIÁRIO DA TARDE, Curitiba, 7 de dezembro de 1904. Palmas, p.2, c. 4-5.

⁵⁰⁰ SILVA, 1920, p. 6.

Paranaense dizendo serem contrários ao movimento separatista do Contestado, sendo esse documento assinado por mais 150 indivíduos.⁵⁰¹

Ora, o que estamos vendo na criação da Junta Governativa é justamente o abandono dessas antigas divisões e opiniões divergentes para formação de um único núcleo composto pelas lideranças dos dois partidos políticos que atuavam no interior do estado: Domingos Soares e Ribeiro Vianna, Amazonas Marcondes e Francisco Cleve, major Antonio Marcelino Pontes e Cleto da Silva.⁵⁰² Embora algumas dessas lideranças já estivessem se aproximando com as coligações feitas para as eleições de 1908, podemos dizer a movimentação em prol do Estado das Missões permitiu uma aproximação ainda maior.⁵⁰³ Nesse sentido, assim com a primeira sentença serviu de pretexto para união das principais lideranças políticas estaduais, a segunda sentença e a criação da Junta propiciou a criação de um elo entre as duas facções em que se dividiam os coronéis do Contestado no interior do estado. Provavelmente, esse tenha sido um dos elementos mais relevantes do episódio, exigindo do governo estadual alguma providência sobre o movimento. Como bem colocado por José Murilo de Carvalho “os governadores podiam prescindir da colaboração dos coronéis tomados isoladamente, o mesmo não se dava quando considerados em conjunto”.

Dessa forma, quando os chefes locais do Contestado fizeram sua própria coligação, o governo paranaense agiu rapidamente para evitar qualquer prenúncio de revolta contra o poder estadual.⁵⁰⁴ A manifestação por parte de alguns coronéis era aceitável, mas a mobilização de todos juntos poderia ser algo perigoso para a estabilidade do governo e para seu domínio da zona contestada. Assim, uma das primeiras medidas tomadas foi o envio de dois representantes do estado para apurar os fatos, sendo eles o Dr. Affonso de Camargo, que acabará de assumir como 1º Vice-Presidente do Estado e o Dr. Jayme Reis, representando o

⁵⁰¹ A REPUBLICA, Curitiba, 27 de maio de 1909. **O que há em Palmas**, p.2, c. 1-2.

⁵⁰² Como não obtive muitas informações sobre o município de Rio Negro acabei não estendendo a análise para essa localidade, mas sei que os nomes que compunham a Junta são citados por Nilson Thomé como políticos importantes da região. Cf. THOME, 2002, p. 110-111.

⁵⁰³ Cláudia Viscardi, analisando as relações sucessões presidenciais durante a Primeira República, identificou como uma das características desse processo a formação de alianças entre os políticos estaduais de acordo com a conjuntura. No entanto, essas junções não possuíam um caráter de durabilidade, fazendo-se e se desfazendo, de acordo com o contexto. Podemos dizer que a formação de alianças “ao sabor das conjunturas”, para usar a expressão da autora, também era um elemento presente nas políticas locais, bem como sua fragilidade, conforme veremos no desenrolar do capítulo. Cf. VISCARDI, 2012, p. 60.

⁵⁰⁴ Aliás, a preocupação com o movimento dos coronéis no Contestado já esteve presente desde o inquérito policial de 1909, quando o promotor público de Palmas estava muito interessado em saber se a população da região tinha algum descontentamento com autoridades do governo.

Comitê Central de Limites de Curitiba.⁵⁰⁵ Naquele momento, podemos dizer que as duas “forças” foram igualadas, tanto o governo como os chefes locais tiveram de fazer algumas concessões, conforme podemos ver no “pacto de honra” assinado pelos presentes:

No primeiro dia do mês de Janeiro de mil novecentos e dez, na cidade de União da Vitória, presentes os membros da Junta Provisória e os da comissão enviada pelo Comitê Central de Limites, em sessão secreta, resolveram:

Primeiro – A Junta provisória trabalhará com o Comitê Central de Limites no sentido de promover os meios que tragam a integridade do solo paranaense.

Segundo - No caso de falharem todos esses meios, **a Junta e o Comitê continuarão a resistência, de forma a obter uma solução que, como complemento traga a completa independência da zona em Estado confederado.**

Terceiro – Com início do movimento atual, pelos canais competentes, **a Junta Provisória promoverá os meios de, na próxima sessão do nosso Congresso, ser apresentada uma petição requerendo o desmembramento de todo o Contestado, para constituir o novo Estado confederado acima mencionado.**

Quarto – o Comitê Central de limites, prestigiando a ação dos poderes competentes do Estado, na primeira fase da questão, **procurará conseguir uma formula que, sem desdouro em caso algum, quer para o Estado, quer em particular para a zona contestada, traga como consequência um acordo entre os dois Estado em litígio.**

Quinto – Desta forma, o papel da Junta Provisória consiste em ser orientadora da opinião do Contestado, perante os poderes competentes a Nação Brasileira.⁵⁰⁶

No documento acima ficou acordado trabalharem juntos o Comitê de Limites Central e a Junta Provisória para uma solução que mantivesse a integridade do Paraná. Na prática isso consistia em continuar com a defesa paranaense e aguardar os resultados dos Embargos Declaratórios movidos pelo governo estadual, algumas semanas depois. No entanto, caso a via jurídica não obtivesse resultados favoráveis, ambos os órgãos atuariam junto para tornar o Contestado um estado da Federação e segundo o que consta na narração do episódio no livro de Cleto da Silva, o governo também auxiliaria nesse processo. O terceiro ponto previa a apresentação de uma petição pelo desmembramento do território em litígio no Congresso Estadual, algo ocorrido somente alguns anos depois. Por fim, no quarto ponto, os membros do Comitê se comprometiam a não aceitar nenhuma solução via acordo com o estado catarinense.

As medidas adotadas por Affonso Camargo e Jayme Reis podem e devem ser vistas como estratégicas: ao mesmo tempo em que eles reafirmavam o compromisso coronelista, acalmando os ânimos da Junta, eles também agregavam à defesa paranaense mais um recurso

⁵⁰⁵ Affonso Camargo tinha acabado de ser eleito 1º Vice-Presidente do Estado por ocasião da renúncia de Generoso Marques ao assumir o cargo de senador federal no Rio de Janeiro. Cf. A REPUBLICA, Curitiba, 3 de Novembro de 1908. **Dr. Affonso Camargo**, p. 1, c. 3.

⁵⁰⁶ SILVA, 1920, p. 13, (grifo nosso).

para pressionar os catarinenses: a possível criação do Estado das Missões.⁵⁰⁷ Para Ruy Christovam Wachowicz, no caso da emancipação do Contestado, Santa Catarina seria reduzida a uma mera expressão litorânea – uma perspectiva um tanto exagerada do autor, pois não havia nenhum indício de haver políticos catarinenses dispostos a abrir mão dos municípios sob jurisdição provisória do seu estado.⁵⁰⁸ Além do mais, não devemos esquecer que foi Affonso Camargo um dos precursores da ideia. Devido à sua forte amizade com aqueles indivíduos, não podemos descartar a suposição de que, em caso de uma emancipação em parceria com o governo paranaense, seu nome seria um dos fortes candidatos para governador do novo Estado.

Por outro lado, os defensores da emancipação do Contestado obtiveram uma promessa de apoio do Comitê de Limites Central e do Vice-Presidente do Estado, elemento essencial para a viabilidade à ideia, pois para ser criada a nova unidade da Federação, seu processo de desmembramento teria que ser aprovado na Assembleia Legislativa do Paraná. Nesse contexto, o “pacto de honra” foi selado com a foto que expomos a seguir:

⁵⁰⁷ Camargo tinha importantes relações pessoais com esses indivíduos. Domingos Soares se hospedava em sua casa em uma visita a Curitiba e já havia contratado seus serviços de advogado. Cleto da Silva sempre manteve troca de telegramas com o companheiro. O coronel Amazonas Marcondes era amigo de longa data. Além do mais, esses três indivíduos estavam interligados pelo partido liderado por Generoso Marques. Cf. SILVA, 1920, p. 5 e DIARIO DA TARDE, Curitiba, 4 de janeiro de 1902. **Bandidos**, p. 2, c. 1-2.

⁵⁰⁸ WACHOWICZ, 1985, p. 132-4.

Figura 18 - Instalação da Junta Governativa pelo Estado das Missões.



Legenda: Na fileira de baixo temos da esquerda para direita: Jayme Reis, coronel Domingos Soares, Jahyr D'Avelin, Pedro Franklin, Affonso Camargo, Amazonas Marcondes, Ribeiro Vianna e José Júlio Cleto da Silva. Na fileira de cima, Francisco Cleve e o Napoleão Marcondes de França.

Fonte: Imagem retirada do periódico OLHO DA RUA (PR). Legenda Original: No Contestado – Junta Governativa do Estado das Missões. Cf. **OLHO DA RUA**, Curitiba, 14 de outubro de 1911, p. 12. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/240818/2118>. Acesso em: 31 out. 2020; CLETO, Josephat Porto Lona. **O Estado das Missões e sua efêmera existência**. Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, vol. XXXIV, Curitiba, 1978. P. 58

Nos meses subsequentes, com intuito de organizar a defesa do Paraná, o Comitê de Limites da Capital incentivou a criação de jornais e batalhões patrióticos pelas cidades do

Contestado “a fim de que, pela propaganda moral, e se for preciso, pela força se consiga manter íntegro o patrimônio territorial nos legados pelos bandeirantes paulistas”.⁵⁰⁹ Dessa forma, na noite do dia 31 de Janeiro de 1910, houve uma grande conferência na sede do Teatro Apollo de União da Vitória, falando o Dr. Sebastião Paraná, representante da capital e o Sr. José Júlio Cleto da Silva, representando Clevelândia. Seguindo as diretrizes do comitê, Sebastião Paraná aconselhou o povo a “preparar-se para a luta armada, tornada necessária para afronta dos bríos ofendidos dos paranaenses” e em seguida foi organizado um batalhão patriótico denominado “Missões”, tendo assinando a lista de participação um grande número de cidadãos “inclusive toda colônia síria residente [na] cidade”.⁵¹⁰ Essa era a terceira corporação cívica organizada no estado e tinha como objetivo “defender os interesses do Paraná na questão de limites, ou então proclamar o Estado das Missões”.⁵¹¹

Nesse mesmo ano, Cleto da Silva também assumiu a redação do semanário MISSÕES, atuando como uma espécie de intelectual a serviço das elites dominantes em escala local. A partir daí, ele se tornou o grande porta-voz do movimento, publicando artigos no semanário, em defesa dos direitos paranaenses, mas sem deixar de apresentar a emancipação como uma das soluções. Mesmo assim, a ideia do Estado das Missões acabou ficando em segundo plano: primeiro tentariam de alguma forma reverter à situação pelas vias legais e somente em caso de impossibilidade, aí sim poderiam dar início a uma “revolução”.

De fato, os paranaenses tiveram que permanecer firmes nas suas decisões, pois no final do ano de 1910, o STF não aceitou os Embargos Declaratórios do Paraná e deu a terceira e definitiva sentença em favor de Santa Catarina. Dali em diante, a solução adotada pelos chefes estaduais paranaenses foi alegar a inexistência de uma lei que regulasse a execução da sentença e passar a defender a resolução via arbitramento, deixando novamente à “revolução” como último recurso.⁵¹² Além do mais, com essas atitudes o Paraná conseguia afastar a discussão de limites da alçada do Supremo Tribunal Federal, tentando levar a discussão para o

⁵⁰⁹ O PALMENSE, Palmas, 30 de Janeiro de 1910. **Comité Central de Limites**, p. 2, c. 3.

⁵¹⁰ A adesão da colônia de sírios de União da Vitória, embora seja uma informação simples, dá indícios de uma forte influência e o controle exercido pelas lideranças políticas da região.

⁵¹¹ CORREIO DA MANHA, Rio de Janeiro, 2 de Fevereiro de 1910. **Paraná-Santa Catarina**, p. 2, c. 7.

⁵¹² Ambos os estados concordavam com essa deficiência, no entanto, seus advogados tinham interpretações diferentes de como proceder. Para Epitácio Pessoa, defensor dos catarinenses, não era necessário a votação de uma lei especial para a execução de sentenças privativas provindas do Supremo Tribunal. Nessa situação de conflito de juízo entre os Estados, eles poderiam ser equiparados a pessoas do direito privado, servindo-se das mesmas regras que regulam esse procedimento com indivíduos particulares. No entanto, para o defensor paranaense, Rui Barbosa, essa hipótese era inadmissível, pois não poderia se aplicar esse tipo de situação sem cometer uma grave injustiça contra as normas que regem o tribunal de equidade nas ações entre particulares. Cf. GELLER, 2016, p. 169-170.

Congresso Nacional. Sendo um Estado maior do que Santa Catarina, sua representatividade na política federal poderia ajudá-lo a obter melhores resultados. Enquanto os catarinenses atacaram pela via jurídica, o contra ataque dos paranaenses veio principalmente pela via política.

Segundo Matheus Fernando Silveira, estudioso do Acordo de Limites, o único com competência para determinar a execução da sentença era o governo executivo central que, talvez, receoso pela delicadeza política da questão, preferiu não interferir. Com essa omissão Santa Catarina entrou com um pedido formal para demarcação, em janeiro de 1911, mandando citar o estado vizinho para o início da execução. No entanto, o juiz seccional do Paraná, João Batista da Costa Carvalho Filho, recusando-se a fazer essa tarefa, foi acusado de crime de responsabilidade por não ter cumprido o Mandato Executório emitido pelo STF, interrompendo o andamento do processo até seu julgamento, ocorrido somente em 1913.⁵¹³ Com o processo parado o Paraná aproveitou para amadurecer a ideia do arbitramento.

Para muitos cidadãos do Paraná quem deveria ser o árbitro na questão de limites era o Barão do Rio Branco, o grande defensor do Brasil na querela com a Argentina e que havia utilizado o *uti possidetis* para reforçar sua argumentação. O apreço ao Rio Branco já tinha sido manifestado durante os protestos contra a segunda sentença do STF. Para o Paraná, a vitória obtida contra a Argentina na Questão das Missões só ocorreu por conta do processo de ocupação desenvolvido pelos paulistas e paranaenses, superestimando esse aspecto como fator vitorioso da disputa territorial. Dessa forma, eles acreditavam que perder aquela faixa territorial para os catarinenses significava deslegitimar a vitória brasileira contra os argentinos, sendo esse motivo suficiente para intervenção do Barão.⁵¹⁴

Nesse contexto, a defesa do arbitramento pelo Paraná se deu inicialmente por duas formas: ora apelando para o Barão do Rio Branco, ora ameaçando uma possível revolução. Essa dualidade pode ser percebida na revista humorística e política OLHO DA RUA. Enquanto algumas das suas publicações suplicavam a intervenção do Rio Branco, outra estampou a foto da Junta Governativa do Estado das Missões e finalizou a matéria com a seguinte mensagem:

Ou a arbitragem, ou as nossas fálanges, prontas para a morte, nunca para a rendição, se atirarão ao campo rubro da luta, onde o clarão da metralha, o rimbobar dos

⁵¹³ SILVEIRA, 2015, p. 66-7.

⁵¹⁴ OLHO DA RUA, Curitiba, 14 de outubro de 1911. **Figurinos e Calungas**, p. 43.

canhões, o brilho de cem mil facões, iluminarão os nossos direitos. **Ou a arbitragem, pois ou a revolução.**⁵¹⁵

O que nem os catarinenses, nem os paranaenses esperavam é que, no ano seguinte, outro tipo de “revolução” tomaria conta da zona contestada e desta vez, não se tratava mais de um “patriotismo”, ou de uma “defesa dos direitos de limites”, mas sim um movimento de sertanejos lutando contra a usurpação das suas terras e seu modo de vida.⁵¹⁶

A Guerra do Contestado (1912-1916) talvez seja um dos episódios mais conhecidos atualmente quando falamos da região. Segundo Paulo Pinheiro Machado, desde o ano de 1912, começou a circular pela região um monge chamado José Maria, atraindo a atenção de grande parte da população local de pequenos lavradores e posseiros independentes pelas suas curas realizadas no Espinilho, ao norte de Campos Novos. Após sofrer perseguições do chefe municipal de Curitiba, José Maria se dirigiu até os faxinais do Irani, reunindo novamente grande número de pessoas ao seu redor. Essa nova aglomeração foi suficiente para alarmar e mobilizar as tropas do Regimento de Segurança do Paraná interessadas em dispersar os sertanejos, resultando no primeiro conflito da guerra, no qual morreram João Gualberto – coronel do Regimento de Segurança do Paraná – e José Maria.⁵¹⁷ Esse primeiro episódio demonstrou como qualquer junção de pequenos lavradores e das populações mais humildes de forma autônoma era mal vista pelas autoridades estaduais, sendo necessário combatê-las o mais rápido possível.

Com a morte do monge José Maria, o movimento passou por um processo de ressignificação, aparecendo novamente em dezembro de 1913 com a formação do 2º reduto de Taquaruçu. De acordo com Machado, a partir da primeira metade do ano de 1914, transformações importantes passaram a ocorrer na organização dos sertanejos: houve a ascensão das chamadas “Lideranças de Briga”⁵¹⁸; a construção de um projeto sertanejo com

⁵¹⁵ OLHO DA RUA, Curitiba, 14 de outubro de 1911. **Chronica da rua**, p. 12, c. 1-3 (grifo nosso).

⁵¹⁶ Por muito tempo as pesquisas realizadas em torno da Guerra do Contestado giraram em torno dos aspectos milenaristas e messiânicos do movimento, como se fossem os únicos elementos a serem avaliados para o entendimento do episódio. Entretanto, discordando dessa visão, Paulo Pinheiro Machado, demonstrou como os sertanejos, embora com um discurso embasado em aspectos religiosos, possuíam conhecimento das forças com as quais estavam lutando, identificando desde o início, o processo de marginalização que vinham sofrendo com chegada dos imigrantes europeus, e das empresas estrangeiras na região e a partir da atuação dos coronéis. Nesse sentido, o autor propôs um estudo que buscasse entrever as origens sociais do conflito e a formação políticas das principais lideranças sertanejas do Contestado, problematizando não só o passado, mas também o uso da memória do episódio no presente visando folclorizá-lo, tornar algo imóvel no passado sem ligações com os dilemas sociais atuais. Para uma discussão completa Cf. MACHADO, 2004, p. 17-54.

⁵¹⁷ Ibidem, passim.

⁵¹⁸ Durante os primeiros anos do conflito predominaram no comando das cidades santas, principalmente indivíduos ligados aos aspectos mais religiosos do movimento. No entanto, na sua fase final (julho de 1914 e

fundação das cidades santas; a organização dos Pares de França e de um “comunismo caboclo” visando propiciar alimentos e viveres para todos do reduto. No campo de batalha, ocorreu a destruição do 2º reduto de Taquaruçu e mais para o final do ano deu-se início ao período denominado pelo autor como “ofensiva rebelde generalizada”, havendo uma multiplicação dos redutos e uma expansão considerável do movimento em direção ao planalto norte do Contestado.⁵¹⁹

A ofensiva dos sertanejos alarmou os dois estados, os quais se dispuseram a cooperar para suas terras não ficarem na mão dos “fanáticos”⁵²⁰, como eram chamados os seguidores do monge José Maria. Foi nesse momento que os governadores do Paraná e Santa Catarina também decidiram solicitar a intervenção do Exército Nacional para reprimir de forma mais eficaz os rebeldes. O pedido resultou na vinda do general Setembrino de Carvalho, no final de 1914, comandando cerca de seis mil soldados, entre eles, muitos civis liderados pelos chefes locais. Com medo de manchar novamente a imagem do Exército Nacional, após o massacre em Canudos, Setembrino buscou utilizar estratégias adicionais para resolução do conflito, lançando manifestos convidando os sertanejos a abandonar os redutos e passarem para o lado das tropas governamentais – prometendo terra e trabalho, depois somente trabalho – afastando o Coronel Albuquerque da Chafia de Curitiba – um dos principais adversários dos rebeldes – e impedindo o fornecimento de alimentos e artigos de subsistências para os redutos.⁵²¹

janeiro de 1916), assumiram a chefia dos redutos alguns sertanejos mais voltados para os conflitos militares, sendo denominado por Paulo Pinheiro Machado como “Lideranças de Briga”. Embora não seja possível separar as lideranças religiosas das demais, pelo fato desses comandantes também se utilizarem da religião para legitimar suas medidas, esses indivíduos possuíam ações mais voltadas para o combate, protagonizando a derrota de várias forças militares legalistas durante “a ofensiva rebelde generalizada”. Cf. MACHADO, 2004, p. 24-5.

⁵¹⁹ Ibidem, passim.

⁵²⁰ A utilização dos termos “fanáticos”, “jagunços” ou “bandidos” entre aspas, tem por objetivo problematizar esses bordões repetidos pela primeira geração da historiografia do Contestado, que, se detendo a superfície do problema, continuaram a utilizar nomenclaturas pejorativas para descrever os rebeldes e suas ações. Muitos desses termos adivinham de fontes da época que percebiam os rebeldes de forma preconceituosa. O avanço dos estudos sobre o Contestado a partir dos anos 1960, não só pela História, mas, pelas ciências humanas em geral promoveram uma evolução interpretativa do episódio, contudo, essas denominações ainda persistiam. Somente a partir década de 1980 esse linguajar foi varrido dos trabalhos acadêmicos. E nas discussões feitas no ano do centenário do Contestado, optou-se pela utilização entre aspas, lembrando assim, a linguagem já superada da época. O livro publicado nessa ocasião recebeu o título de “Nem fanáticos, nem jagunços: reflexões sobre o Contestado (1912-1916)” procurando trazer um debate completo sobre essa problematização. Cf. VALENTINI, Delmir José, EPIG, Marcia Janete, MACHADO, Paulo Pinheiro. **Nem fanáticos, nem jagunços: reflexões sobre o Contestado**. Pelotas: Editora da Universidade federal de Pelotas, 2012. p. 9-12.

⁵²¹ MACHADO, op. cit., p. 243 et. seq.

As medidas adotadas pelo general coincidiram com a morte de uma das principais lideranças dos sertanejos, Chiquinho Alonso, causando uma crise dentro das cidades santas e dividindo os sertanejos em duas facções. O escolhido para suceder a direção do movimento foi Adeodato, conhecido como Leodato, procurando concentrar os rebeldes no reduto de Santa Maria. A centralização dos caboclos em único ponto, em conjunto com as estratégias de Setembrino, promoveram uma redução considerável dos redutos da região norte do Contestado, resultando na rendição de Bonifácio Papudo, Carneirinho, Alemãozinho, Inácio de Lima e outros líderes rebeldes que se apresentaram ao Tenente Coronel Onofre e ao general Setembrino. Assim, em meados de fevereiro de 1915, terminavam os maiores conflitos no Sul e Sudeste paranaense.

A próxima fase do conflito (maio de 1915 a janeiro de 1916) ficou conhecida como “Açougue”, marcada pela retirada das tropas do exército e por uma forte perseguição aos últimos sertanejos envolvidos no movimento.⁵²² Quem se encarregou dessa tarefa foram, principalmente, as polícias estaduais em conjunto com os coronéis da região que, aliás, tiveram importante participação no conflito, conforme veremos a seguir.

4.1.1.1 A experiência dos coronéis como vaqueanos na Guerra do Contestado (1912-1916)

Durante a Guerra do Contestado, os coronéis do Sul e Sudoeste paranaense passaram a atuar em defesa das suas terras, organizando uma série de “piquetes civis”⁵²³, em apoio ao Exército Nacional.⁵²⁴ Segundo Rogério Rosa Rodrigues, entre 1912 e 1916, aproximadamente 1500 civis vaqueanos – como foram chamados esses indivíduos – atuaram junto às forças repressoras do estado.⁵²⁵

A participação dos vaqueanos se tornou mais frequente durante a expedição de Setembrino de Carvalho, a partir de 1914, mas isso não significa que eles não tenham atuado

⁵²² QUEIROZ, Maurício Vinhas de. **Messianismo e Conflito social**. São Paulo: Editora Ática, 1966.

⁵²³ “Piquete civil” foi o termo adotado durante o período de guerra para designar algum grupo chefiado por um mandante local. Esse mandante podia ser um coronel, ou simplesmente um “vaqueano”, outro termo utilizado para se referir aos homens incorporados ao piquete. Cf. RODRIGUES, 2008, p. 314.

⁵²⁴ O envolvimento desses sujeitos com o conflito armado também acabou deixando a ideia do Estado das Missões abafada por um longo período. Podemos afirmar que de 1912 a 1915 muito pouco se falou sobre o novo estado.

⁵²⁵ RODRIGUES, op. cit., p. 309.

antes. Desde 1913 já é possível encontrar registros de sua participação, embora nesse período ainda não recebessem nenhuma remuneração. Uma das principais justificativas utilizadas para incorporação desses homens era o seu conhecimento geográfico da região e dos habitantes. O exército não possuía informações do cenário onde se desenrolariam os confrontos devido a falta de material cartográfico, tendo muita dificuldade em se localizar pelo território. Dessa forma, muitas vezes os militares acabaram sendo surpreendidos por emboscadas e armadilhas preparadas pelos sertanejos. Logo, as informações oferecidas pelos vaqueanos foram essenciais para saírem vitoriosos na Guerra. Contudo, Rogério Rosa Rodrigues salientou que o papel desses homens não se restringiu somente a função de “guia”, eles também receberam armamentos modernos do exército para atuar nos combates e exerceram a função de “bombeiro” – como eram designados os “espiões” da época.⁵²⁶

A atuação desses indivíduos pode ser identificada nos relatos construídos por alguns oficiais do exército sobre o conflito e nas fontes deixadas no Arquivo do Exército Nacional. Ao analisar a visão dos “historiadores de farda” – termos utilizado por Rodrigues para referir-se a esses oficiais – o autor percebeu que, para a maioria desses sujeitos, a integração dos vaqueanos ao corpo do exército foi vista como uma péssima decisão por parte do comando geral porque estaria, simultaneamente, incorporando os vícios políticos predominantes no país. Além disso, os mandões locais eram considerados os causadores das intrigas originárias da Guerra.

Outro elemento importante a se ressaltar na participação dos vaqueanos, é que, em grande medida eles foram acusados pelos “historiadores de farda” de serem os responsáveis pelos crimes mais bárbaros e sanguinários praticados durante o período de guerra. Rodrigues, embora não negue que esses indivíduos tenham sido autores de diversas degolas, estupros, assassinados e saques de propriedade, chama atenção para o fato de que essa narrativa visava “isentar” a participação dos soldados e oficiais do exército no cometimento desses crimes – algo contrariado pelas fontes analisadas.⁵²⁷ A de se destacar que esses homens também tiveram importante participação na fase final do conflito, denominada por Vinhas de Queiroz

⁵²⁶ RODRIGUES, 2008, p. 315-19.

⁵²⁷ Rogério Rosa Rodrigues desenvolve melhor o assunto no capítulo 6 da sua tese. Outra historiadora que abordou o tema dos crimes cometidos pelos vaqueanos do exército durante a Guerra do Contestado foi Viviane Poyer na sua tese de doutorado “Fronteiras de uma guerra: imigração, diplomacia e política internacional em meio ao movimento social do contestado 1907-1918”. Cf. RODRIGUES, op. cit., p. 364 et. seq.; POYER, Viviane. **Fronteiras de uma guerra: imigração, diplomacia e política internacional em meio ao movimento social do contestado 1907-1918**. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2018.

como fase do “açougue”, conforme mencionamos anteriormente. Nesse período, o número de civis incorporados às forças repressoras superou a de militares. Os sertanejos que se apresentavam nesse momento ficavam nas mãos dos vaqueanos: os que eram reconhecidos como homens de briga eram fuzilados ou degolados; mulheres e crianças ficaram a mercê da sua vontade; sem contar os inúmeros assassinatos dos indivíduos capturados nas matas.⁵²⁸

Um dos oficiais que melhor sintetizou a atuação desses chefes locais durante a Guerra do Contestado foi Demerval Peixoto. Segundo esse autor, “Os Amazona Marcondes, em União da Vitória, os Artur de Paula, nas beiras do Iguaçu, os Fabrício Vieira de tradição afamada, os Juca Pimpão, em Palmas, e inúmeros chefes e chefes políticos das hostes paranaenses”, além de outras lideranças catarinenses como Thomas Vieira, em Canoinhas, Chiquinho de Albuquerque, em Curitiba, Henrique Rupp, em Campos Novos, eram “**todos coronéis da roça, mandões políticos uns e proprietários despóticos outros, em regra preocupado com a dilatação das suas terras e com o crescimento complicados dos bandos de seus animais**” (grifo nosso).⁵²⁹ Poderíamos ainda acrescentar à lista, os nomes de Leocadio Pacheco, Manoel Elias de Souza, Nicolay Bley Neto, Pedro Ruivo, Salvador Pinheiro e os Irmãos Ruas. A seguir apresento uma fotografia disponível na tese de Rogério Rosa Rodrigues, na qual mais alguns desses vaqueanos foram ser identificados.

Figura 19 - Grupo de Vaqueanos.



Legenda: Da esquerda para a direita: Tobias Ricardo, Antonio Camargo, Francisco A. Bueno, João Correa, Nicolau Fernandes.

Fonte: CONTESTADO, 1967 apud RODRIGUES, 2008, p. 355.

⁵²⁸ RODRIGUES, op. cit., p. 361-2.

⁵²⁹ PEIXOTO, 1995, p. 19 apud Ibidem, p. 315.

Além da questão de terras, alguns desses homens também se envolviam na guerra para procurar resolver questões ligadas a rixas contra outros chefes locais, ou ainda por interesse em promover saques e pilhagens possibilitados naquele momento pelo protetorado do Exército. Segundo Rodrigues “a incorporação a um bando civil acenava, à época, um bom negócio, além dos butins os bandos civis poderiam se beneficiar dos recursos liberados pelo ministro da Guerra para a grande expedição comandada por Setembrino”. A possibilidade de aquisição de materiais bélicos, amplamente divulgada pela imprensa, despertou o interesse de diversos personagens locais, aproveitando-se para auferir lucros da situação. Além do mais, segundo consta nos registros dos bandos no período de Setembrino, esses vaqueanos recebiam uma diária de 5\$000 (cinco mil réis), somando um montante de 150\$000 ao final do mês. Essa quantia era significativa, sendo equivalente ao que ganhava um funcionário da madeireira norte-americana Lumber Company e aproximadamente um soldo três vezes maior do que o de um soldado comum do exército.⁵³⁰

Como antes afirmamos, de maneira geral, os piquetes civis eram mal vistos tanto pelos oficiais, como pelos soldados do Exército Nacional. Isso não se dava somente pelo fato de serem homens do interior, mas por uma relativa autonomia dos mesmos dentro das unidades militares.⁵³¹ Chefiados pelos coronéis da região, esses indivíduos tinham certa liberdade em relação às hierarquias do Exército. Contudo, para Rodrigues, se olharmos para o fenômeno de uma forma mais ampla é possível perceber mais uma relação de dependência do que autonomia na atuação dos coronéis em conjunto com as tropas militares. Para o autor, a decadência do poder político dos coronéis durante a Primeira República, fez com que esses chefes locais estivessem cada vez mais sujeitos aos interesses das oligarquias dominantes e do próprio Exército Nacional, sendo ponto chave para compreender a submissão dessas lideranças ao protetorado do Exército.⁵³²

Dentro dessa discussão nós concordamos em parte com a visão do autor. Não devemos esquecer que se por um lado o poder privado exercido pelo coronel estava diminuindo por conta da política institucionalizada, seu poder econômico crescia consideravelmente a partir do processo de apropriação das terras do patrimônio público, conferindo outro tipo de peso político aos mandões locais. Como já mencionado anteriormente, com base nos estudos de

⁵³⁰ MONTEIRO, 1974, p. 243-44 apud RODRIGUES, 2008, p. 323-4.

⁵³¹ RODRIGUES, op. cit., p. 310-312.

⁵³² Ibidem, p. 321-323.

Lígia Maria Osório Silva, ao se apossarem de vastos patrimônios públicas e formar suas propriedades particulares, toda uma classe de proprietários surgia.⁵³³

Nesse sentido, a autora indaga: Como seria possível que esses chefes locais estivessem em decadência justo no momento em que a grilagem e a apropriação de terras estava em seu auge durante a Primeira República? Para autora, o fato de o coronel depender do poder público para o reconhecimento dos seus títulos de domínio não significava necessariamente uma decadência do seu poder, mas sim uma parceria que fortalecia a ambos.⁵³⁴

Entendemos, realmente, haver uma maior dependência dos coronéis em relação ao Estado, mas isso não significava que seu poder estivesse em declínio. Pelo contrário, ao ter o Estado como defensores dos seus direitos de propriedade essa nova classe de proprietários estava em ascensão, principalmente em regiões de expansão de fronteiras onde o processo de apropriação dos patrimônios públicos era ainda maior. Nesse contexto, as oligarquias estaduais viam com bons olhos o crescimento desses coronéis, pois além de contribuir consideravelmente para as finanças do Estado e concederem seu apoio à política dominante, também podiam auxiliar no processo de construção das fronteiras estaduais.⁵³⁵

Portanto, podemos concluir que um dos maiores beneficiados da intervenção do exército na Guerra do Contestado foram os próprios chefes locais, garantido à força o seu direito a terra, conquistadas, em grande escala, a partir do processo de apropriação dos bens públicos, expropriação de pequenos proprietários e grilagens exercidas com o conluio das autoridades públicas.⁵³⁶

Nesse sentido, gostaria de ressaltar a participação dos chefes locais do Contestado na Guerra como mais uma faceta do “compromisso” coronelista exercido durante a Primeira República. Para Rodrigues a atuação dos vaqueanos estreitou os laços dos coronéis com os governos estaduais e as forças federais. Nesse contexto, esses indivíduos facilitaram o serviço de repressão do governo federal, agregando mais homens às tropas e auxiliando a

⁵³³ SILVA, 2007, p. 13.

⁵³⁴ Ibidem, p. 13-4.

⁵³⁵ Cristina Dallanora, por exemplo, ao analisar a trajetória de José Fabrício das Neves na zona do Contestado, antigo rebelde das forças sertanejas do monge José Maria e futuro comandante de um dos batalhões patrióticos a serviço exército para combater os tenentes revolucionários, afirmou que Fabrício das Neves “parece não ter “declinado” o seu poder, conforme a noção clássica do coronelismo de Leal, mesmo que sua ascensão tenha durado pouco tempo”. A referência à ascensão ter durado pouco tempo é devido a sua morte, em 1924, quando ainda comandava um dos batalhões patrióticos a serviço do exército. Cf. DALLANORA, 2019, p. 107.

⁵³⁶ O próprio Rodrigues reconheceu a disputa por terras no território como um dos principais motivos da participação dos coronéis no conflito. RODRIGUES, 2008, p. 354.

movimentação do exército em um território desconhecido.⁵³⁷ Em contra partida, os coronéis, ao apoiarem-se nas oligarquias estaduais e no Presidente da República, aproveitaram o protetorado do exército para consolidarem suas usurpações e grilagem de terras e se equipar belicamente com os armamentos modernos do Exército Nacional, aumentando consideravelmente seu poder de mando.

Outra pesquisadora que também apontou como ambos os lados procuraram se beneficiar dessa situação foi Viviane Poyer em sua tese de doutorado. Para autora:

A postura de conivência e de cumplicidade com os diversos atos criminosos praticados pelas forças civis durante a Guerra prova a dependência bélica e contingencial que o Exército tinha em relação aos diversos grupos de vaqueanos liderados por coronéis e fazendeiros da região, mas, sobretudo, prova o quanto esses chefes locais se aproveitaram do Exército, a fim de manter e assegurar privilégios.⁵³⁸

Para o oficial Demerval Peixoto, a presença daqueles homens nas fileiras do exército demonstrou a incapacidade da instituição em resolver aquela situação sozinha, exatamente no momento em que se pregava um discurso de profissionalização militar e modernização. Embora o exército estivesse almejando atingir os moldes europeus, a presença de mais de mil vaqueanos em uma tropa de seis mil militares, só demonstrava o seu distanciamento dessas condições.⁵³⁹

Nesse sentido, podemos concluir que numa “troca de favores” os coronéis conseguiram consolidar ainda mais o seu mando local e seu direito a terra, enquanto o exército aproveitou-se dos seus serviços e da capacidade de mobilizar homens armados para reprimir o movimento contra a ordem pública, evidenciando uma trama de relações englobando desde as pequenas cidades e vilas do Contestado até a alta cúpula do poder federal, tendo como intermediários os governadores estaduais. Diferenciando-se da noção clássica de coronelismo de Victor Nunes Leal, nessa situação, não se tratava de uma permuta de cargos públicos por votos ou apoio político. O sistema se ajustou a uma nova realidade, buscou encontrar naquela situação os bens mais vantajosos a serem trocados, demonstrando sua capacidade de adaptação às realidades locais. Dessa forma, entendemos a importância do olhar microanalítico para entender as diversas facetas deste fenômeno.

⁵³⁷ RODRIGUES, 2008, p. 363.

⁵³⁸ POYER, 2018, p. 301.

⁵³⁹ PEIXOTO, 1995, p. 35 apud RODRIGUES, 2008, p. 359.

Enquanto isso, para o movimento em prol do Estado das Missões, a experiência de guerra por parte desses coronéis impactou de duas formas diferentes. Para algumas lideranças mais audaciosas, a mobilização de aproximadamente 1000 indivíduos liderados pelos chefes locais, abriu a possibilidade de uma reivindicação armada, contando com um possível apoio de algumas das principais famílias da região, como os Pimpão, os Araújo, os Marcondes, os Bley, os Fabrício Vieira e assim por diante. Já para outras, a recente experiência de guerra esmoreceu qualquer anseio de resolver a questão de limites pela via armada, receando desencadear um novo derramamento de sangue.

Além do mais, iniciou-se à época, por parte do governador paranaense Carlos Cavalcanti, um discurso de que o conflito só havia sido deflagrado pela falta de jurisdição de dos estados na região, não permitindo uma atuação firme dos Regimentos de Seguranças estaduais.⁵⁴⁰ A partir daí, a pressão para a resolução da questão se tornou cada vez maior, enfraquecendo cada vez mais a ideia dos chefes locais paranaenses e facilitando a aceitação de uma solução que viesse dar fim ao litígio.

4.2 O AFASTAMENTO DO GOVERNO ESTADUAL DA REVOLUÇÃO E AS NEGOCIAÇÕES COM AS CHEFIAS LOCAIS

A Guerra do Contestado também produziu alguns efeitos importantes nas discussões efetuadas na esfera estadual. Em certa medida, Paraná e Santa Catarina abandonaram as antigas rixas geradas pela disputa de limites e uniram-se para defender “suas terras”. Para Matheus Fernando Silveira, esse momento ofereceu uma espécie de “quebra do clima de beligerância” entre os dois estados, podendo ser observado na imprensa e nas cartas dos governadores.⁵⁴¹

A partir de 1912, a ideia de arbitramento defendida pelo Presidente do Paraná, Carlos Cavalcanti, começou a encontrar alguns apoiadores, como: o catarinense Lauro Muller – novo

⁵⁴⁰ Esse discurso que partiu das elites paranaenses não procede. Embora a situação de indefinição jurisdicional tenha agravado a crise instaurada na região durante esse período, Paulo Pinheiro Machado demonstrou muito bem que as causas do movimento provinham de razões sociais e econômicas, divergindo também da opinião de uma “alienação” social, como foi apontada por alguns sociólogos antes da sua análise. Cf. MACHADO, 2004.

⁵⁴¹ SILVEIRA, 2015, p. 37.

Ministro das Relações Exteriores – o senador rio-grandense e líder do Partido Republicano Conservador Pinheiro Machado e o próprio Presidente da República, Hermes da Fonseca. Com essas medidas, os paranaenses formaram uma bela aliança para tentar convencer o governador catarinense, Vidal Ramos (1910-1914), a aceitar a solução via arbitramento.⁵⁴² Cavalcanti em sua mensagem a Assembleia Legislativa do Paraná, proferida em 1 de fevereiro de 1914, afirmou que “o arbitramento, cuja aceitação pelos catarinenses será o remate dessa tarefa, é o instrumento próprio, o meio eficiente para atingir-se aquele escopo, resolvendo definitivamente e constitucionalmente a questão dos limites”.⁵⁴³

Na mesma mensagem Carlos Cavalcanti também mencionava que os “bandidos” haviam se reunido em um novo Taquaruçu, como o do ano de 1912. Enviando um telegrama ao governador catarinense, perguntou sua opinião a respeito dos dois estados chamarem a intervenção do Exército Nacional e ainda culpou a não resolução do conflito de limites como fator principal para reunião desses “bandos”. Em resposta, Vidal Ramos mostrava-se disposto a combater os redutos em formação, mas afirmou não ter interesse em resolver a questão pelas vias do arbitramento.⁵⁴⁴

Dentro desse contexto, Lauro Muller e senador rio-grandense procuram demonstrar as vantagens da resolução via arbitramento e as dificuldades encontradas para executar as sentenças. Pinheiro Machado enviou algumas cartas ao governador de Santa Catarina, afirmando que ele deveria aceitar a decisão por já contar com vitórias no STF, garantindo-lhe um bom adiantamento nas negociações.⁵⁴⁵ Entretanto, Vidal Ramos não concordou com a ideia, apoiando-se nos pareceres dos advogados de defesa de Santa Catarina e ainda recusou convocar uma sessão extraordinária, exigida por Lauro Muller, para saber a opinião do congresso catarinense sobre o assunto. Como alternativa à sessão, Vidal Ramos se prontificou a fazer uma consulta reservada aos deputados estaduais e membros do partido catarinense, referente a uma minuta enviada por Lauro Muller.⁵⁴⁶ A consulta ao congresso catarinense

⁵⁴² COSTA, 1987, p. 50-55.

⁵⁴³ PARANÁ (ESTADO). **Mensagem enviada ao Congresso Legislativo do Estado pelo presidente do Paraná Carlos Cavalcanti de Albuquerque**. Curitiba, 1º de fevereiro de 1914. Tipografia, DIÁRIO Oficial, Rua 15 de Novembro n.28. 1914. p. 6.

⁵⁴⁴ Ibidem, loc. cit.

⁵⁴⁵ COSTA, 1987, 51-4.

⁵⁴⁶ Esta carta apontava as regras para estabelecer um possível arbitramento entre Paraná e Santa Catarina. Ambos os Estados concordariam num árbitro comum, tendo um prazo de 60 dias para isso. Definido o árbitro, teriam até seis meses para escolher seus advogados e os limites que pretendiam. Se o litígio fosse resolvido ambos deveriam aceitar, podendo o governo federal fazer a execução dessa decisão como se tratasse de uma

revelou uma predominância contrária às ideias do Ministro das Relações Exteriores. Dessa forma, com as sentenças ao seu lado e o apoio dos principais chefes políticos do estado – dos coronéis catarinenses – o governador de Santa Catarina encontrou no compromisso coronelista o elemento final para resistir às pretensões paranaenses até o final do seu mandato, em 1914.

Com a ascensão de Felipe Schmidt (1914-1918) ao governo estadual houve uma mudança importante no cenário das negociações entre paranaenses e catarinenses. Segundo os senadores Hercílio Luz e Generoso Marques, quando o Partido Republicano de Santa Catarina apresentou Felipe Schmidt como governador, os membros da política paranaense perceberam que não seria mais possível resolver a questão pelo arbitramento, pois Schmidt já havia se manifestado fortemente contra esse tipo de solução.⁵⁴⁷ No entanto, isso não significou o fim das tentativas de conciliação, além do mais o novo governador era primo de Lauro Muller, facilitando a aproximação. Outra modificação significativa no campo da política foi a eleição para Presidente da República, no final de 1914, do político mineiro Wenceslau Braz Pereira Gomes, disposto a intervir politicamente para resolução do litígio de limites entre os dois estados do Sul.⁵⁴⁸

De acordo com Odair Eduardo Geller, o novo Presidente defendeu um governo fundamentado nos interesse da nação, criticando as “políticas regionais” e os conflitos gerados pelas mesmas, apontando-os como desfavoráveis à edificação do Estado-Nação. Para ao autor, o propósito de conciliação esteve presente em todas as áreas do seu governo desde os seus primeiros discursos.⁵⁴⁹ Numa fala proferida, em 1915, Wenceslau chamou a disputa de limites de “questiúnculas estreitas e irritantes de política de campanário”, afirmando que alguns estados e grupos políticos, dominados por um sectarismo partidário, esqueciam os interesses do Brasil, agredindo-se asperamente e criando situações confusas e insustentáveis.⁵⁵⁰ Por outro lado, o político mineiro mostrava-se contrário à intervenção do STF na questão, acusando o órgão judicial de ter extrapolado o seu foro ao interferir em

sentença federal, e não podendo, nenhum dos estados, buscar outros meios jurídicos para resolver a questão. *Ibidem*, p. 46-8.

⁵⁴⁷ ANAIS do Senado Federal, Sessão de 25 de Junho de 1917, p. 428.

⁵⁴⁸ COSTA, 1987., p.55.

⁵⁴⁹ GELLER, 2016, p. 176.

⁵⁵⁰ WENCESLAU BRAZ, 1915, p.6 apud GELLER, 2016, p. 177.

assuntos de ordem política e entendendo que a sentença não poderia ser executada por falta de uma lei reguladora do processo.⁵⁵¹

Figura 20 - Presidente da República Wenceslau Braz Pereira Gomes.



Fonte: Arquivo José Brás. Fotografia reproduzida em Venceslau Brás, 9º presidente do Brasil. Séria Os Presidentes de Hélio Silva. Imagem Disponível em: [https://ast.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Venceslau_Br%C3%A1s_\(retrato_oval\).jpg](https://ast.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Venceslau_Br%C3%A1s_(retrato_oval).jpg). Acesso em: 14 nov. 2020.

Além disso, o Presidente da República também possuía um receio de executar a sentença à força e produzir um enfrentamento direto entre as forças paranaenses e catarinenses. De acordo com o senador federal paranaense Generoso Marques: “o Sr. Dr. Wenceslau Braz, desde o princípio da sua administração [...] começou a cogitar da solução desse problema por meio de um acordo, por que S. Ex. receava que a execução da sentença [...] viesse a conflagrar novamente os dois estados.”⁵⁵². Dessa forma, o governo de Wenceslau Braz ficou marcado pelas pressões feitas tanto no governo paranaense, quanto no catarinense para o conflito ser resolvido por meio de um acordo entre as duas partes.

Durante os encontros convocados por Wenceslau Braz na Capital Federal para tentar dirimir a questão, Carlos Cavalcanti propôs três tipos de solução: a manutenção da jurisdição atual (aviso de 1879), a convocação de um plebiscito ou a resolução via arbitramento. Já Felipe Schmidt não aceitava outra combinação que não fosse um acordo conforme os limites

⁵⁵¹ WENCESLAU BRAZ, 1918, p. 33 apud GELLER, 2016, p. 177.

⁵⁵² ANAIS do Senado Federal, 25 de Junho de 1917, p. 427.

da sentença vitoriosa no Supremo Tribunal.⁵⁵³ Durante essas negociações, o periódico O MALHO fez questão de cobrir os acontecimentos, apresentando uma fotografia referente à visita de Carlos Cavalcanti à Capital Federal:

Figura 21 - Chegada do Dr. Carlos Cavalcanti a Capital Federal para as negociações com Wenceslau Braz.



Legenda do jornal O MALHO: Chegada do Dr. Carlos Cavalcanti, presidente do Paraná, que, a chamado do Sr. Dr. Wenceslau Braz, veio a esta capital para tratar de um acordo que ponha termo a irritante questão de limites com o Estado de Santa Catarina: S. Ex. foi recebido pelo representante do presidente da República e pela representação paranaense.

Fonte: O MALHO, Rio de Janeiro, 3 de julho de 1915. **Paraná'-Santa Catarina: Questão de Limites**, p. 7. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116300/29965>. Acesso em: 13 nov. 2020.

Mesmo com o esforço de Wenceslau Braz para tentar convencer os chefes das oligarquias estaduais a entrarem em acordo, suas tentativas no ano de 1915 foram infrutíferas. Nenhum dos lados acabou cedendo. No entanto, a ascensão de um novo ator político no Paraná abriu caminho para uma nova oportunidade, logo aproveitadas pelo Chefe da Nação.

⁵⁵³ ANAIS do Senado Federal, 25 de Junho de 1917, p. 427.

4.2.1 A política de Affonso Camargo e o Acordo de Limites (1916)

Em outubro de 1915, Affonso Camargo foi eleito Presidente do estado do Paraná sucedendo Carlos Cavalcanti. Sabendo da resistência da antiga liderança paranaense pela solução via acordo, Wenceslau Bráz aproveitou-se da troca de lideranças do estado do Paraná para continuar com sua tentativa de findar litígio de limites por meio da sua intervenção. No final daquele mesmo ano quando, numa ocasião em que Camargo encontrava-se na Capital Federal, o Presidente da República convidou-o para uma conferência a fim de perguntar se poderia contar com sua influência política para a questão ser resolvida por aquela via. Após consultar os advogados paranaenses, o futuro Presidente do Paraná – que só assumiria em 1916 – respondeu ser muito difícil para seu estado encontrar outra forma de resolver a questão de forma favorável à manutenção de todo ou parte do território paranaense se não pela resolução via acordo, colocando-se a disposição do Chefe da Nação para resolver pacificamente a pendência nos moldes propostos pela autoridade federal.⁵⁵⁴

Figura 22 - Presidente do Paraná Affonso Alves de Camargo.



Fonte: O MALHO, Rio de Janeiro, 19 de fevereiro de 1916. **Governo do Paraná**, p. 6, c.2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116300/31439>. Acesso em: 13 nov. 2020.

⁵⁵⁴ ANAIS do Senado Federal, 25 de Junho de 1917, p. 427.

Ainda em meados de 1915, com o apaziguamento parcial da zona do Contestado, após as operações dirigidas por Setembrino de Carvalho, a contenda de limites também voltou a ser alvo das preocupações dos coronéis da zona do Contestado paranaense. Em julho daquele ano, reapareceu o periódico local *MISSÕES* tendo como redator Cleto da Silva. A primeira notícia publicada tinha os seguintes dizeres:

De novo aparece este semanário, tendo a mesma divisa de outros tempos: a defesa dos nossos direitos nessa questão que, a contra gosto, vimos mantendo com o vizinho Estado de Santa Catarina [...] Depois da viagem a Capital Federal, de S. Ex. o Sr. Dr. Cavalcanti, benemérito Presidente do Estado, bem orientado ficou o Sr. Presidente da República de que lado está a razão. Três propostas, para a solução da questão, foram feitas pelo digno representante do povo paranaense; mas nenhuma delas aquiesceu o governador de Santa Catarina, Sr. Felipe Schmidt. Entretanto, não devemos dormir na sentinela. Foi, por isso, que o reaparecimento do “Missões” se tornou necessário; ele não deixará passar impunemente as manobras desses aventureiros.⁵⁵⁵

Embora os coronéis estivessem envolvidos na repressão aos sertanejos do movimento do Contestado, nem por isso deixavam de estar a par das negociações ocorridas na Capital Federal. Como afirmado por Cleto da Silva, eles “não deveriam dormir na sentinela”, acompanhando minuciosamente o andamento das discussões entre o Presidente da República e o governador do estado.

No contexto de avanço das movimentações em direção à resolução final do litígio secular, era certo que, independente de uma solução via arbitramento ou acordo, essa decisão deveria passar pela aprovação das Assembleias Legislativas estaduais. Nesse sentido, outra medida adotada pelos chefes locais foi indicar dois nomes para deputados estaduais durante as eleições de 1915. A decisão não era novidade, nas eleições de 1909, os coronéis Domingos Soares e Amazonas Marcondes foram candidatos a deputado pela coligação republicana do Paraná, sendo ambos eleitos.⁵⁵⁶ No entanto, desta vez, ao invés do prefeito de União da Vitória se candidatar, o partido republicano local resolveu indicar José Júlio Cleto da Silva para o cargo.

A candidatura de Domingos Soares ocorreu pela chapa proposta pelo Partido Republicano Paranaense, junto com a indicação de Affonso Camargo para Presidente do Estado. A ligação entre esses dois indivíduos durante as eleições de 1915 dá alguns indícios do posicionamento tomado por esse deputado futuramente. Enquanto o chefe local de Palmas

⁵⁵⁵ SILVA, 1920, p. 25-6.

⁵⁵⁶ A REPUBLICA, Curitiba, 1 de Novembro de 1909. [Sem título], p. 3, c. 4.

mantinha-se alinhado a política dominante, o mesmo não ocorreu com Cleto da Silva, não tendo seu nome apresentado como candidato do partido. De acordo com a narrativa exposta em seu livro, Cleto alegou que teve de enfrentar alguns empecilhos para levar a frente seu anseio, contando principalmente com o auxílio do Comendador José Ribeiro Macedo, Presidente da Associação Comercial do Paraná e do Comitê de Limites da Capital para efetivar sua candidatura.⁵⁵⁷ O Jornal “DIÁRIO DOS CAMPOS” de Ponta Grossa, sob a redação de Hugo dos Reis, retratou um pouco da situação vivida pelo intelectual:

O interior do Estado manifestou-se, livremente, pelas colunas do “Diário dos Campos”, recomendando a candidatura do Sr. José Júlio Cleto da Silva a representação estadual. **Todos viram a péssima impressão que causou em todo Estado, com maior intensidade no interior e com especialidade em União da Vitória, a falta de inclusão desse nome na chapa do Partido Republicano Paranaense.** Não só esta folha, mas quase toda a imprensa paranaense deplorou este fato [...] **Venhamos agora louvar, grandemente, o ato da Associação Comercial, convidando-o para aceitar sua indicação ao sufrágio eleitoral, indicação essa que foi aceita pelo digno e ardoso paranaense.**⁵⁵⁸

Como podemos ver, Cleto da Silva acabou sendo candidato pela chapa da Associação Comercial do Paraná. O periódico ainda proferiu duras críticas à concentração da política estadual na mão dos políticos da capital, exigindo uma maior representação do interior. O jornal DIÁRIO DA TARDE, também se manifestou de forma parecida. Em notícia publicada no dia 17 de agosto de 1915, disseram os redatores estarem surpresos com a indicação de Cleto da Silva, ao invés do coronel Amazonas, mas possuíam grande simpatia pelo grande “conhecedor da região do Contestado”, apoiando seu nome. De acordo com o periódico, a representação daquela zona, estaria composta por Cleto da Silva (União da Vitória), coronel Domingos Soares (Palmas) e Miguel Grein (Rio Negro) que se eleitos poderiam atuar nas decisões da esfera estadual. No entanto, entendiam ser mais justo conceder a cadeira de Vice-Presidente do Estado para alguém do Contestado devido à importância daquela região para o Paraná.⁵⁵⁹

Diferente das eleições de 1909, quando havia se formado uma grande coligação entre as principais lideranças estaduais, a comissão do Partido Republicano Paranaense deixou de “apresentar chapa completa para deputados” reservando um espaço para a “representação das

⁵⁵⁷ SILVA, 1920, p. 68-9.

⁵⁵⁸ Ibidem, p.69-71, (grifo nosso).

⁵⁵⁹ DIÁRIO DA TADE, Curitiba, 17 de agosto de 1915. **O Contestado no Congresso e no Governo**, p. 1, c. 1.

minorias”.⁵⁶⁰ Assim, mesmo a margem do PRP, a candidatura de Cleto da Silva ainda tinha chances de ocupar um dos cargos reservados para a oposição. Quando publicado os resultados das eleições, Domingos Soares se elegeu 13.200 votos, enquanto José Júlio Cleto da Silva obteve 9.911, conseguindo seu posto na Assembleia Paranaense.⁵⁶¹ Com os resultados das eleições, foram preliminarmente eleitos os 20 deputados indicados pelo PRP e os 10 lançados pela Chapa da Associação Comercial do Paraná.

A ascensão de José Júlio Cleto da Silva a deputado estadual marcou uma nova fase para o movimento em prol do Estado das Missões. Embora esse indivíduo figurasse durante aquele ano como um defensor dos direitos paranaenses, seu envolvimento com a Junta Governativa e no semanário *MISSÕES* indicavam seu compromisso com a causa da emancipação do Contestado. Talvez isso tenha contribuído para seu nome não ter saído juntamente ao do coronel Domingos Soares nas indicações do PRP. Diferente do cel. Amazonas Marcondes, Cleto não contava com uma influência tão forte na política do estado, além de não ser tão rico e nem possuir patente de coronel. Na verdade, grande parte da sua força estava associada à aliança que possuía com o chefe local de União da Vitória, pelo matrimônio estabelecido família Pacheco e pelo prestígio gozado por seu falecido pai, tenente-coronel José Cleto da Silva.⁵⁶² Sua própria candidatura só havia sido possibilitada pela indicação de Amazonas Marcondes, que, talvez, pensando em alguns projetos futuros, preferiu mandar um dos seus representantes para evitar qualquer complicação em torno do seu nome.

De qualquer forma, a eleição desses dois indivíduos do Contestado paranaense, indicam as articulações políticas promovidas por esses coronéis para poderem atuar além das suas esferas regionais, influenciando nas decisões políticas do estado. Como bem colocado por Paulo Pinheiro Machado “esses coronéis tinham amplas condições de autonomia no exercício do mando local, opondo-se muitas vezes às decisões estaduais”. Nesse sentido, conforme veremos no próximo capítulo, as eleições estaduais de 1915 que colocaram Affonso Camargo à frente do Paraná, indicavam os prelúdios de uma divisão entre algumas das principais lideranças políticas do estado, gerando, em certo momento, um movimento de resistência ao acordo pretendido pelo Presidente da República.

⁵⁶⁰ A REPUBLICA, Curitiba, 23 de Agosto de 1915. **A Convenção de ontem**, p. 1, c. 1-8.

⁵⁶¹ A REPUBLICA, Curitiba, 31 de Janeiro de 1916. **Reconhecimento dos Deputados**, p. 1, c. 1-2.

⁵⁶² Durante meu trabalho de Conclusão de Curso desenvolvi melhor as relações de parentesco desse indivíduo, identificando uma espécie de “herança imaterial” herdada de seu pai. Cf. BARBOZA, 2017.

Em 1916, Cleto da Silva manteve-se à frente da redação do seminário MISSÕES e assumiu seu lugar como deputado na Assembleia Legislativa do Estado. Em uma das suas primeiras falas na Assembleia, Cleto defendeu a jurisdição paranaense nas regiões de Valões e Timbó e proferiu grande discurso em defesa dos direitos paranaenses, sendo muito cumprimentado pelos membros da Assembleia.⁵⁶³ Ainda, em fevereiro daquele ano, quando corria uma moção confeccionada pelo líder da Câmara em apoio ao Presidente do Estado, Cleto aproveitou para declarar suas homenagens e o seu “franco apoio” a Affonso Camargo pelas suas “enérgicas medidas tomadas [...] para assegurar a integridade do solo paranaense”.⁵⁶⁴ Ao que tudo indica, em princípios de 1916, a situação da política estadual era tranquila no Paraná. Na visão da maioria, Affonso Camargo esforçava-se para garantir a integridade do solo paranaense, conquistando o apoio de todos os representantes estaduais.

Enquanto isso, na capital federal, Wenceslau Braz continuava com suas estratégias para resolver a questão de limites entre os dois estados do Sul. Figura de grande importância para o momento foi o Capitão de Fragata e emissário do Presidente da República Thiers Flemming. Durante as negociações, Flemming realizou diversas viagens para encontrar Affonso Camargo e Felipe Schmidt visando persuadí-los a aceitar as propostas do Presidente. Além disso, o capitão de fragata também é apontado como o responsável pela confecção da fórmula do Acordo de Limites que conseguiu dar fim ao litígio.⁵⁶⁵

A participação de Flemming nas negociações pode ser percebida desde os primeiros meses de 1916. Segundo Affonso Camargo, em maio daquele ano, ele recebeu a visita do emissário de Wenceslau Braz trazendo novas informações sobre o desenrolar das

⁵⁶³ A questão do Timbó vinha sendo discutida com maior atenção entre os paranaenses desde o governo de Carlos Cavalcanti, em 1915. Nas tentativas de negociações promovidas durante aquele ano, o Timbó se tornou um dos maiores pontos de discórdia. Dentre as soluções para a questão, estava a possibilidade de tornar aquela zona neutra entre os dois estados. Entretanto, o Presidente do Paraná não concordou com a ideia. Cavalcanti afirmava que, em 24 de agosto de 1901, o Paraná instalou, a partir da comarca de União da Vitória, o distrito policial com denominação Timbó, e lá procurou fazer a legitimação de posses nos cartórios do estado. Em contrapartida, os catarinenses afirmavam que quando Distrito de Canoinhas, criado em 1902, fora elevado a município (1911), dilatou seus limites até o rio Timbó, incorporando-se ao território de Santa Catarina. O conflito no final das contas ficou resumido a uma briga de decretos e leis, sem ter andamento concreto. A situação só seria resolvida no governo de Affonso Camargo. Cf. BARBOZA, 2017, p. 69-71.

⁵⁶⁴ SILVA, 1920, p.86-7.

⁵⁶⁵ Flemming era Capitão de Fraga e Engenheiro Naval, desacatando-se como um grande interlocutor do Governo Federal durante a Primeira República. Ao longo da sua carreira, ocupou o cargo de Chefe do Estado Maior Brasileiro e esteve envolvido com outras instituições relacionadas à intelectualidade e o pensamento brasileiro, sendo um grande conhecedor da Geografia do país. Após a aprovação do Acordo de Limites, o nome de Thiers Fleming se consolidou como conciliador. Cf. SANTOS, Júlio Cesar Ferreira. As questões de limites interestaduais do Brasil: transição política e instabilidade do território nacional na Primeira República (1889-1930) – O caso do Contestado. **Revista Eletrônica de Geografía y Ciencias Sociales. Universidad de Barcelona**. Vol. X, num. 217 (17), 1 de agosto de 2006.

negociações. Disse o capitão de fragata que os catarinenses só aceitariam uma resolução via acordo direto, sugerindo como divisa as cabeceiras do rio Jangada até outro divisor de água com a fronteira Argentina. Após receber essas informações, o governador paranaense escreveu a seguinte carta ao Presidente da República:

Exmo. Sr. Dr. Wenceslau Braz Pereira Gomes, D. D. Presidente da República.
 [...] Tomando na devida consideração o que me foi exposto pelo distinto emissário de V. Exa. e, depois de bem estudar esse assunto de tanta transcendência [...] **sinto que não podia aceitar a linha proposta pelo Governador de Santa Catarina, Exmo. Sr. Coronel Felipe Schmidt, principalmente porque sacrificava a comarca de União da Vitória.** Quero, no entanto, ir ao encontro dos elevados e nobres intuítos de V. Exa. sobrepondo a quaisquer injunções regionais - o interesse comum de nossa grande pátria. Em nome, pois, do Paraná, cujos destinos tenho a honra de presidir, em momento tão melindroso da sua vida histórica, **deponho nas mãos do eminente Chefe da Nação a solução da secular pendência, aceitando como definitiva e submetendo imediatamente a aprovação do Congresso Legislativo do Estado, a linha que V. Exa., em sua alta sabedoria, traçar como limite entre os dois referidos Estados da Federação [...]**
 (Assinado) Affonso Alves de Camargo.⁵⁶⁶

Em resposta as informações prestadas pelo emissário do Presidente da República, Affonso Camargo, declarou ficar impossibilitado de aceitar a linha proposta por Santa Catarina, principalmente por sacrificar a comarca de União da Vitória, uma das mais ricas e prósperas do estado – além de contar com importantes lideranças políticas. No entanto, seguia apoiando a solução adotada por Wenceslau Braz, e como o mais alto representante paranaense, depositou nas mãos do Chefe da Nação a solução do litígio. Assim, aceitaria como definitiva e colocaria em votação na Assembleia Legislativa qualquer linha traçada pela autoridade da República. Um ato, sem dúvida, ousado do Presidente do Estado, mas que por outro lado revela uma profunda cumplicidade entre esses dois sujeitos envolvidos na negociação.

Algumas semanas depois, Affonso Camargo recebeu um telegrama do Presidente da República, consultando-o sobre a possibilidade de ser traçada uma divisa pelo rio da Areia. Além disso, em nova visita a Curitiba, Thiers Flemming também informou que essa divisão tinha possibilidades de ser aceita pelos catarinenses. Assim, em nova carta endereçada a Wenceslau Braz, o governador paranaense destacou a “nobreza e grande generosidade” do Chefe da Nação, mesmo com seu aval para dirimir a questão, por não ter tomado nenhuma

⁵⁶⁶ PARANÁ (ESTADO). **Mensagem proferida no dia 25 de Novembro de 1916 pelo presidente do Paraná Affonso Alves de Camargo.** Curitiba, 25 de novembro de 1916. Tipografia Diário Oficial, Rua 15 de Novembro n. 28. 1916. p. 7-9 (PDF – 66-7), (grifo nosso).

decisão sem o ter consultado – demonstrando mais um indício da cumplicidade entre os dois sujeitos. Portanto, frente a tal situação, Camargo afirmou que consultaria seus representantes estaduais e federais sobre a proposta, prometendo uma resposta definitiva até o fim do mês.⁵⁶⁷

4.2.1.1 A reunião de 30 de junho de 1916 e o desfecho das negociações

No dia 30 de junho de 1916, o Presidente do Paraná convocou uma reunião “secreta”, convidando uma série de autoridades públicas para debater a questão. Segundo a ata, transcrita alguns meses depois nos jornais da capital, estiveram presentes os seguintes indivíduos:

Ata da reunião convocada pelo Exmo. Sr. Dr. Presidente do Estado para ser dado conhecimento e resolver sobre a proposta de acordo para dirimir a questão de limites entre este Estado e o de Santa Catarina.

Aos trinta dias do mês de julho de mil novecentos e dezesseis, à hora vinte reunidos no Palácio Presidência o Exmo. Sr. Dr. Presidente do Estado, os membros do Congresso Legislativo do Estado, Superior Tribunal de Justiça, os Auxiliares do Governo, o Sr. Dr. Procurador de Justiça do Estado, o Sr. Dr. Chefe de Polícia, comandantes do Regimento de Segurança e Corpo de Bombeiros, Dr. Diretor de Obras Públicas e Viação, Comitê Central de Limites, representado pelos Srs. Comendador José Ribeiro Macedo, Dr. Euzebio Silveira da Motta, João de Menezes Doria, Victor Ferreira do Amaral e Luciano Rocha Junior, representantes da imprensa da capital, Srs. Generoso Borges, capitão Alcebiades Plaisant, Dr. Augusto Rocha e Raul Gomes; Prefeitos Municipais da Capital e União da Vitória.⁵⁶⁸

Dentro do contexto das negociações, entendo ser essa reunião mais um belo exemplo de como funcionava o “compromisso” coronelista durante a Primeira República. Embora Affonso Camargo já tivesse conferido poderes ao Presidente da República para definir a questão, aproveitou a oportunidade dada por Wenceslau Braz para consolidar a sua decisão com as demais lideranças estaduais/locais. E o que nos chama atenção é que Camargo não convidou para reunião somente os deputados estaduais – os principais responsáveis por definirem os rumos do território do estado – mas também Desembargadores do Superior

⁵⁶⁷ PARANÁ (ESTADO). **Mensagem proferida ao Congresso do Estado pelo presidente do Paraná Affonso Alves de Camargo**. Curitiba, 1 de fevereiro de 1917. Tipografia d'a Republica. Rua 15 de novembro n° 28. 1917. p. 7-9 (PDF – 66-7).

⁵⁶⁸ A REPUBLICA, Curitiba, 30 de Setembro de 1916. **A Questão de Limites**, p. 1, c. 1-2; DIARIO DA TARDE, Curitiba, 30 de Setembro de 1916. **A Questão de Limites**, p. 2, c. c. 3-6.

Tribunal de Justiça, membros do Comitê de Limites, os Secretários de Governo, o Chefe de Polícia, o Comandante do Regimento de Segurança e do Corpo de Bombeiros, figuras renomadas da imprensa curitibana, além do Prefeito de União da Vitória Amazonas Marcondes, talvez a principal liderança do local da zona do Contestado Paranaense – lembrando ainda que o cel. Domingos Soares provavelmente já apoiava as decisões do Presidente do Estado, visto ter sido eleito por seu partido. Nesse sentido, o chefe estadual paranaense exercia perfeitamente o papel de intermediário e conciliador entre o Presidente da República e as demais autoridades estaduais e locais do seu estado, visando consolidar uma aliança eficaz para apoiar a decisão tomada na cúpula federal.

Para o olhar privilegiado do historiador sobre os fatos ocorridos na história – sabendo tanto o passado quando o futuro da situação – entendo que Affonso Camargo foi extremamente feliz na sua estratégia de conquistar o apoio dos demais paranaenses. Nascido em Guarapuava, em 1873, sendo filho de Pedro Alves da Rocha Loures e Francisca Camargo Loures, iniciou sua carreira política ainda no império pelo Partido Liberal após algumas influências de Jesuíno Marcondes. Em 1894, formou-se bacharel em Direito na cidade de São Paulo. Envolveu-se na Revolução Federalista, sendo correligionário do governo revolucionário paranaense, liderado por João Menezes Doria (janeiro a março de 1894). A partir de 1897, ocupou a cadeira de deputado estadual, vindo a abandoná-la somente em 1914. Em 1910 foi eleito vice-presidente do estado e cumpriu papel importante, na chapa encabeçada por Carlos Cavalcanti de Albuquerque (1912-1916). Foi nesse momento que procurou abrir caminhos favoráveis a sua ascensão a Presidência do Estado.⁵⁶⁹

Para além da sua carreira política, o Presidente do Paraná era descendente da família Rocha Loures, uma das primeiras a ocupar a região dos Campos de Palmas, conforme vimos no capítulo 1, conferindo-lhe alto prestígio social. Tinha importantes relações com as autoridades do Contestado, trocava cartas com Cleto da Silva desde o início do século XX, possuía relações de solidariedade com Amazonas Marcondes, concedeu hospedagem em sua residência ao coronel Domingos numa visita a capital, em 1902, além de atuar como seu advogado em diversas situações.⁵⁷⁰ Foi também ele o designado para apurar os

⁵⁶⁹ CAMARGO, Affonso Alves. *In*: Dicionário da Elite Política Republicana (1889-1930). Rio de Janeiro : CPDOC, s.d. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CAMARGO,%20Afonso.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2020.

⁵⁷⁰ Em abril de 1914, Carlos Cavalcanti, Affonso Camargo e Cleto da Silva prestigiaram um jantar de gala na casa do cel. Amazonas Marcondes, segundo relata o jornal A REPÚBLICA, demonstrando a profunda ligação entre esses indivíduos. Sobre essa e as demais informações apresentadas. Cf. SILVA, 1920, p. 5; A

acontecimentos na fundação da Junta Governativa do Estado das Missões, chegando a cogitar um possível apoio ao governo estadual, segundo relata Cleto da Silva. Além do mais, atuou como advogado em favor da Brazil Railway Company, vendendo uma enorme quantidade de terras devolutas para a empresa estrangeira na zona do Contestado.⁵⁷¹ Enfim, Camargo possuía uma gama de relações políticas, sociais e econômicas por trás das suas movimentações e não deixou de movimentar nenhuma delas quando aceitou o convite do Presidente da República para resolver as questões entre Paraná e Santa Catarina.

No entanto, nem tudo se encaminhou com tranquilidade. A reunião foi bastante tumultuada, como relatou o deputado Cleto da Silva, presente na ocasião. Após comentar a situação paranaense perante o Supremo Tribunal Federal, Camargo argumentou já haver dado uma autorização prévia ao Presidente da República para a questão ser resolvida por meio de um acordo, contudo, desejava ouvir os presentes sobre o assunto, para então, dirigir-se novamente a Wenceslau Braz. Como representante do Comitê de Limites, Euzébio Silveira da Motta foi o primeiro a se manifestar contrário a esse tipo de solução, pois poderia vir a desagregar as populações paranaenses. Aproveitando-se desta situação, também falou João de Menezes Doria sugerindo que ao invés do acordo, fosse constituído um novo estado no território do Contestado.⁵⁷² Com essas duas manifestações, o Comitê de Limites mantinha-se firme em relação ao “pacto de honra” assinado, em 1910, com os membros da Junta Governativa pelo Estado das Missões.

Alguns membros do Superior Tribunal viam com bons olhos as negociações, por resolver a questão de forma amigável. A maioria dos deputados presentes conferia plenos poderes ao governador do estado para tomar as medidas necessárias.⁵⁷³ Segundo Cleto da Silva, as discussões se mostravam acaloradas, até que uma medida mais dura foi tomada:

Alta ia à noite e nada de definitivo ficou resolvido, dando em resultado a retirada de quase todos os membros do Comitê Central de Limites e de alguns Srs. Deputados, ficando o poder legislativo somente representado por dezoito de seus membros, entre os quais os Drs. Arthur Martins e José Pinto Rebello Junior (este cunhado do Presidente do Estado), sendo que ambos não tinham ainda prestado o compromisso regimental perante o Congresso. Nessa situação prosseguiram os trabalhos, procurando-se uma fórmula que não melindrasse o mediador da questão.⁵⁷⁴

REPUBLICA, Curitiba, 25 de Abril de 1914. **O Sr. Dr. Presidente do Estado percorre o Contestado**, p.1, c. 4-6.; DIÁRIO DA TARDE, Curitiba, 4 de janeiro de 1902. **Bandidos**, p.2, c.1-2.

⁵⁷¹ SILVEIRA, 2015, p. 29.

⁵⁷² Cf. A REPUBLICA, Curitiba, 30 de Setembro de 1916. **A Questão de Limites**, p. 1, c. 1-2.

⁵⁷³ O apoio conferido pela maioria dos deputados estaduais revela a importância da eleição dos 20 candidatos à representação estadual durante as eleições de 1915.

⁵⁷⁴ SILVA, 1920, p. 135.

Não ficou claro se os membros do Comité Central de Limites e os deputados mencionados saíram pelo tardar da noite, ou foram realmente “expulsos” da reunião – por conta da situação, a segunda alternativa parece a mais plausível. Mas ficou explícito que a decisão tomada foi por um grupo restrito de membros, sendo em sua maioria favoráveis a Affonso Camargo. Depois de muitas discussões sobre a linha do Rio da Areia, foi preparado um documento para ser enviado ao Presidente da República com os seguintes dizeres:

O Congresso Legislativo do Estado do Paraná, em reunião reservada, convoca pelo Snr. Dr. Presidente do Estado, para ter conhecimento das negociações promovidas por S. Exa. o Dr. Presidente da República, de um acordo para dirimir a questão de limites entre os Estados do Paraná e Santa Catarina, por unanimidade dos seus membros presentes, constituindo a maioria daquela corporação legislativa, por mais de dois terços, resolve o seguinte:

1. Que louva a ação patriótica do honrado Snr. Presidente da República, promovendo a solução amigável da questão de limites entre os dois Estados litigantes;
2. O congresso se sente constrangido em aceitar a linha do Rio da Areia, como doloroso lhe seria aceitar previamente qualquer outra divisa que trouxesse a desagregação de possessões paranaenses.⁵⁷⁵

Essa manifestação foi anexada junto a uma ata assinada pelos presentes: o Presidente do Estado, os Desembargadores, o Chefe de Polícia, o comandante do Regimento de Segurança e Corpo de Bombeiros, 18 deputados estaduais (entre eles Cleto da Silva), os Secretários do Governo, o Prefeito Municipal de Curitiba e de União da Vitória (Amazonas Marcondes). No fim da reunião, Camargo ainda garantiu que Wenceslau Braz não era um simples mediador entre os dois estados, mas um “advogado do Paraná”! Assim, com o aval da maioria do Congresso do Estado e do Judiciário, dos principais órgãos policiais e de dois dos maiores representantes do Contestado na esfera estadual, esse documento significou uma grande vitória da política dominante, garantindo uma sustentação para os próximos passos do governador. Embora o Congresso se manifestasse constrangido com a linha do Rio da Areia e a desanexação de povoados paranaenses, ainda assim, usou adjetivos sutis, mostrando-se favorável ao acordo.

Não demorou muito para que Wenceslau Braz, através de Thiers Flemming contatasse novamente o Presidente do Paraná descrevendo os avanços das negociações em Santa Catarina. Após relatar a recusa dos catarinenses das divisas pelo do Rio da Areia, apresentou contraproposta de Felipe Schmidt, sugerindo como limites a “Estrada de Ferro até a estrada de

⁵⁷⁵ SILVA, 1920, p. 136.

rodagem para Palmas, por esta até o Jangada e por este acima até o divisor das águas, seguindo-se por este até a Argentina”. Braz, ainda afirmou ter garantido a Felipe Schmidt conseguir a aceitação dos chefes paranaenses. Pressionado pelo Chefe da Nação, Camargo registrou no seu relatório a seguinte fala:

Diante do exposto, vereis que me era absolutamente impossível recuar do compromisso, tão expressamente assumido perante o Chefe da Nação, pois isso importaria na morte moral do nosso Estado, e as consequências desse ato não se fariam esperar, conforme tive ocasião de declarar à Comissão que me procurou para aconselhar-me a não ratificar a solução dada pelo nosso árbitro. E vereis também pelo exposto, que tive o maior cuidado em salvaguardar a honra e dignidade do nosso Estado, não propondo linha divisória e apenas aceitando aquela determinada pelo Chefe da Nação, a quem foram conferidos os poderes necessários. Explicada, assim, sob o ponto de vista moral, a minha ação para a realização do convênio, cumpre-me agora, esclarecer a situação jurídica em face da questão [...].⁵⁷⁶

Ao dar suas explicações do “ponto de vista moral”, Affonso Camargo demonstrou a grande pressão exercida por Wenceslau Braz para a aceitação do Acordo. O Presidente do Paraná também deu a entender que a quebra do “pacto” com o Presidente da República poderia trazer sérias consequências para o estado paranaense, demonstrando seu receio em contrariar o Chefe da Nação. Conforme vimos anteriormente, desde o início do seu governo, Wenceslau Braz já se declarava inimigo das “políticas regionalistas” disposto a resolver esse tipo de situação. Portanto, podemos entender que a sua intervenção nos assuntos da esfera estadual se deu dentro desse discurso.

A situação do Paraná e Santa Catarina como estados “pequenos”, isto é: com uma bancada pequena no Congresso Nacional e grande dependência dos cofres da União, facilitando ainda mais a ação do Presidente, que após algumas tentativas conseguiu a adesão à sua solução por ambos os estados que buscaram evitar quaisquer indisponibilidades com o governo federal, como fica claro na fala de Affonso Camargo.

A aceitação da Santa Catarina também pode ser vista dentro dessa ótica. Embora contassem com três decisões do STF a seu favor, há mais de 12 anos eles não conseguiam colocar em execução nenhuma das sentenças obtidas no Supremo. Além do mais, como vimos anteriormente, Wenceslau Braz era contrário à intromissão do STF em decisões dos limites estaduais, além de ser o único com força suficiente para forçar a execução da sentença sem uma lei regulamentadora. Por outro lado, no Congresso Nacional, Santa Catarina também

⁵⁷⁶ PARANÁ (ESTADO). Presidente Affonso Alves de Camargo. **Mensagem proferida no dia 25 de Novembro de 1916.** p. 12 (PDF 71).

estava desfavorecida em relação ao Paraná. O estado vizinho contava com uma econômica mais poderosa e uma população mais expressiva de eleitores e já havia cooptado, ao longo da discussão, por figuras eminentes como o antigo Presidente da República Hermes da Fonseca, o senador Pinheiro Machado, o jurista Rui Barbosa e o próprio Lauro Muller, um dos maiores representantes catarinenses na esfera federal.⁵⁷⁷ Nesse sentido, Santa Catarina resistiu o máximo por meio das suas sentenças do STF, mas quando pressionada diretamente pelo Presidente da República, não ousou manter-se ao lado oposto do governo federal.

Para Matheus Fernando Silveira, o Acordo de Limites se tornou a única solução viável para os dois governadores envolvidos na negociação. De um lado, os catarinenses, com a sentença a seu favor, mas pressionados politicamente por diversos atores importantes da Primeira República. Do outro os paranaenses, constantemente ameaçado pelas sentenças do STF e uma possível votação da lei de execução no Congresso Nacional.⁵⁷⁸ Para o autor a adesão da proposta de Wenceslau Braz consistiu numa vitória da política de alianças feitas no cerne do cenário nacional da Primeira República. Além disso, de acordo com Silveira aquele também foi um momento ideal para a adoção da solução, tanto no âmbito legal (com o *vacatio legis* do Código Civil de 1916), como econômico, pois seriam efetivadas todas as negociações de terras feitas pelos estados com as empresas estrangeiras nos anos precedentes. Assim, após mais alguns ajustes, em 20 de outubro de 1916, foi assinado o Acordo de Limites entre os dois Estados, ambos fazendo concessões contra sua vontade. Da mesma forma como na assinatura do “pacto de honra” entre o governo estadual e os chefes locais do Contestado, o Acordo de Limites também foi celebrado com uma fotografia:

⁵⁷⁷ SILVEIRA, 2015, p. 32.

⁵⁷⁸ Segundo Affonso Camargo, havia um projeto no senado, já em terceira discussão, para regulamentar uma lei de execução das sentenças do Supremo Tribunal na questão de limites. Cf. PARANÁ (ESTADO). Presidente Affonso Alves de Camargo. **Mensagem proferida no dia 25 de Novembro de 1916**. p. 13 (PDF 72).

Figura 23 - Assinatura do Acordo de Limites.



Legenda: Assinatura do Acordo de Limites entre Paraná e Santa Catarina no Palácio do Catete. Rio de Janeiro, 20 de outubro de 1916. Sentados da esquerda para a direita: Affonso Camargo, Wenceslau Braz e Felipe Schmidt. Autor desconhecido.

Fonte: Imagem disponível em: https://www.researchgate.net/figure/Figura-1-Autor-desconhecido-Assinatura-do-Acordo-de-Limites-entre-o-Parana-e-Santa_fig1_329454328. Acesso em: 14 nov. 2020.

Dessa forma, a partir de 1916, o território Contestado ficou repartido entre os dois Estados litigantes. De acordo com Paulo Pinheiro:

Santa Catarina ficou com toda faixa norte do Contestado, sendo reconhecidos os rios Negro e Iguazu (até União da Vitória) como divisa entre os dois Estados; a faixa oeste, de União da Vitória até a fronteira Argentina, ficou dividida ao meio pelos litigantes. [...] a cidade de Rio Negro foi desmembrada, mantendo este nome do lado paranaense, na margem direita do rio Negro. A parte desta cidade que ficava à margem esquerda passou a ser o município catarinense de Mafra. A antiga saliência paranaense formada pelas vilas de Três Barras, Papanduva e Itaiópolis foi entregue integralmente para Santa Catarina, o mesmo acontecendo com os vales do Timbó e Paciência. A cidade de União da Vitória ficou dividida pelo leito da estrada de ferro, tendo o lado norte conservado seu antigo nome, passando sua fração catarinense, ao sul, a denominar-se Porto União. Os municípios de Palmas e Clevelândia foram divididos, surgindo ao sul da região oeste o município catarinense de Chapecó.⁵⁷⁹

⁵⁷⁹ MACHADO, 2004, p. 137.

Como percebemos a zona defendida pelos coronéis da Junta Governativa pelo Estado das Missões sofreu perdas enormes. Foram entregues para os catarinenses os municípios de Três Barras, Papanduva e Itaiópolis, e ainda ocorreria a divisão Rio Negro, União da Vitória, Palmas e Clevelândia. Um croquis feito pelo Presidente do Paraná, exposto na mensagem de 1916 ao Congresso Estadual, demonstra melhor como ficou a divisão após o Acordo de Limites. A parte amarelada ficou para o Paraná e parte esverdeada para Santa Catarina. A direita é possível perceber a região da saliência de Timbó, Três Barras, Itaiópolis e demais município.

Figura 24 - Croquis da zona do Contestado após a divisão do Acordo de Limites.



Fonte: Imagem retirada do relatório de Luiz Carlos Silva apresentado ao programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná. Cf. SILVA, Carlos Luiz. **Museu do Paraná e Santa Catarina: formas de lembrar e esquecer o Movimento do Contestado (1946-1988)**. Relatório apresentado no programa de pós-graduação em História, setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2016. p. 72.

O Acordo de Limites contou com dez artigos para regular a sua execução. Ficou definido que seriam convocadas duas sessões nas assembleias dos respectivos estados para aprovação da mesma pelos poderes legislativos, uma para novembro daquele mesmo ano e outra para fevereiro de 1917.⁵⁸⁰ Após a aprovação dos Congressos Estaduais o acordo ainda

⁵⁸⁰ Ambas as assembleias aprovaram o acordo, o Paraná pela Lei nº 1653 em 23/02/1917, e Santa Catarina pela Lei nº 1146 de 06/03/1917 Cf. PIAZZA, 2002, p.100 apud SILVEIRA, 2015, p. 16.

deveria ser aprovado no Congresso Nacional para ser transformado em lei federal. Somente depois de 30 dias de aprovada a lei, Santa Catarina poderia tomar posse da jurisdição da zona.⁵⁸¹ Outro ponto importante era que os dois estados deveriam abrir mão do Processo de Limites.⁵⁸²

Por fim, um dos artigos mais importante do acordo foi o número IX, prevendo que todos os direitos políticos e administrativos privados obtidos por via jurídica pelo Paraná, deveriam ser respeitados por Santa Catarina. Podemos entender essa cláusula como mais uma das estratégias fundamentais mobilizadas para que o acordo não encontrasse tanta resistência por parte dos grandes latifundiários do Paraná, que, mesmo passando para a jurisdição catarinense, teriam garantidas e validadas suas certidões civis e de propriedades registradas em cartório do seu estado.⁵⁸³ Nesse sentido, a cláusula IX funcionou como uma espécie de “segurança agrária” para esses sujeitos, esvaziando o movimento oposicionista.

Com esses termos, Affonso Camargo conseguiu agradar a maioria dos membros da política estadual. No entanto, uma parcela dos coronéis paranaenses e os membros do Comitê de Limites da Capital desaprovaram veemente a nova organização administrativa do território estadual. Cleto da Silva, ao se inteirar dos rumos tomados pela negociação, arrependeu-se amargamente de ter assinado ata da reunião do dia 30 de junho de 1916, concedendo plenos poderes ao governador paranaense. Em uma das suas passagens do seu livro, referindo-se a esse episódio, declarou abertamente:

Foi por tudo isso que entendemos de combater o acordo, e o fizemos lavrado o nosso protesto em telegrama dirigido ao Comitê Central de Limites; no semanário que dirigimos em União da Vitória; no Congresso Legislativo do Estado, e, por último, nos campos do Contestado, de armas na mão. Caímos, é certo, perante o partido, mas erguíamo-nos nos conceitos das populações patricias, como a nosso lado teríamos o apoio moral do povo paranaense. Errávamos por assim proceder?⁵⁸⁴

Embora Affonso Camargo tenha se esforçado para agradar o máximo possível a opinião pública e principalmente as lideranças estaduais e locais do seu estado, sua mobilização não conseguiu contemplar a todos. Como bem salientado por José Murilo de Carvalho as manobras promovidas pelos governos estaduais “sempre beneficiavam um grupo em detrimento de outro e tinham um custo político”.

⁵⁸¹ SILVEIRA, op. cit., p. 17.

⁵⁸² Ibidem, p. 19-21.

⁵⁸³ MACHADO, 2004, p. 137.

⁵⁸⁴ SILVA, 1920, p. 139.

No final de 1916 e durante todo o ano de 1917, Cleto da Silva será a grande liderança contrária ao Acordo de Limites, mas não foi o único. Junto a ele, se uniriam outras figuras importantes, como o senador federal Alencar Guimarães, os prefeitos municipais de Três Barras e Rio Negro, os antigos membros do Comitê de Limites de Curitiba e até mesmo o ilustre jurista Rui Barbosa fez pronunciamentos no Congresso Nacional contrário a homologação do Acordo. Cada um lutou com o que tinha de melhor. Enquanto alguns se utilizaram da palavra, outros, percebendo não haver mais volta, resolveram apelar para luta armada.⁵⁸⁵

Conforme vimos ao longo do capítulo, após o resultado da segunda decisão do Supremo Tribunal Federal as lideranças locais da zona do Contestado assumiram oficialmente a chefia do movimento pela criação do Estado das Missões. A Junta Governativa, instalada no início de janeiro 1910, significou não somente mais um passo em direção à emancipação, como o abandono de antigas rixas partidárias para a união dos principais políticos do Contestado em torno de um único objetivo. Toda essa movimentação alarmou o governo estadual do Paraná que, talvez com receio de alguma atitude precipitada desses coronéis, enviou dois representantes para apurar os fatos e acalmar os ânimos no local, resultando na assinatura do “pacto de honra”. Nesse sentido, a afirmação de José Murilo de Carvalho de que “os governadores podiam prescindir da colaboração dos coronéis tomados isoladamente, [mas] o mesmo não se dava quando considerados em conjunto”, faz-se muito pertinente para compreender essa situação.

Desse ocorrido ainda podemos tirar duas conclusões mais gerais. A primeira é sobre a importância de perceber como toda essa movimentação ocorrida, em janeiro de 1910, corrobora com o aspecto que chamamos atenção no capítulo anterior sobre o Estado das Missões ser mais preocupante do ponto de vista interno do próprio Paraná do que para Santa Catarina. Enquanto a oligarquia paranaense logo se prontificou a dialogar com as lideranças do movimento, os catarinenses satirizavam essas ocorrências por meio dos seus periódicos. A

⁵⁸⁵ De fato, todos esses nomes aparecem se posicionando contra o Acordo de Limites assinado, em 1916. No entanto, não se trata de um grupo coeso e homogêneo. Existiram divergências quanto à forma de combater o acordo. Mesmo assim, em maior ou menor escala, eles acabaram apoiando-se uns aos outros para defender sua argumentação.

segunda é como após a visita dos representantes de Curitiba à União Vitória, o governo paranaense incorporou a emancipação do Contestado ao seu rol de possibilidades para reivindicar aquele território. Nesse contexto, a ida de Affonso Camargo foi providencial. Com suas importantes relações pessoais com aqueles indivíduos, seu nome poderia ser facilmente encaixado no novo governo no caso da sua criação.

Após a Guerra do Contestado, deu-se início a uma intensa negociação entre os dois líderes estaduais e o Presidente da República, Wenceslau Braz. Desse processo também podemos chamar atenção para alguns elementos. O primeiro deles se faz referente à presença de um discurso nacionalista como forma de conciliar os dois estados do Sul do Brasil e possibilitar a intervenção do Executivo Federal na resolução das fronteiras internas.

Um segundo ponto interessante é quanto à importância da troca dos atores sociais para o êxito do Acordo de Limites. Esse convênio só conseguiu ser levado adiante e concretizado após a ascensão de Felipe Schmidt, em Santa Catarina, Affonso Camargo, no Paraná e Wenceslau Braz à Presidência da República. A saída dos antigos atores, com posicionamentos contrários e/ou falta de interesse em resolver a questão foi fundamental para o quadro de negociações.

Nesse capítulo também vimos como durante a Guerra do Contestado houve adaptação do coronelismo ao contexto local, sendo estabelecida uma “troca de favores” entre os principais chefes locais e o Exército Nacional. O resultado desse processo foi o fortalecimento do poder de mando dessas lideranças locais a partir da legitimação através da força do seu domínio sobre aquelas terras e da distribuição de armamentos modernos para esses indivíduos. Já o Exército se aproveitou da situação para incorporar às suas fileiras mais de mil homens com importantes informações sobre a região e dispostos a pegar em armas para reprimir o movimento rebelde.

Outro aspecto interessante com relação ao desenrolar da Guerra do Contestado e a assinatura do Acordo de Limites foram os efeitos que esses dois acontecimentos produziram no horizonte de expectativa das lideranças do movimento em prol do Estado das Missões. Após a Guerra do Contestado, uma boa parte dos apoiadores do movimento passaram a recusar qualquer tipo de solução ao litígio de limites que pudesse gerar um novo conflito bélico. Além disso, o Acordo de Limites significou o fim da pendência entre os dois estados e do apoio do governo estadual ao projeto emancipacionista.

Dessa forma, ao englobarem esses dois episódios no seu espaço de experiência, uma boa parte das chefias do movimento decidiu renunciar o anseio de criar o Estado das Missões do seu horizonte de expectativa, enquanto outros, mesmo ainda firmes no ideal, foram obrigados a reformular as formas pelas quais pretendiam criar o novo estado.

Por fim, cabe comentar sobre um dos elementos mais interessantes do capítulo: o papel de Affonso Camargo como intermediário dos interesses das elites locais e do Presidente da República. Ao analisar as estratégias colocadas em prática por esses indivíduos, as suas redes de relações e as negociações estabelecidas, conseguimos investigar o funcionamento do sistema coronelista durante a Primeira República e estabelecer um diálogo com os autores que se dedicaram a estudar esse assunto. O interessante foi perceber como, embora existam muitas interpretações e modelos acerca do fenômeno coronelista, nenhum se revelou inteiramente eficaz de compreender o sistema em suas múltiplas variações. Na verdade, somente o diálogo entre as diferentes propostas, em conjunto com as análises empíricas realizadas nesta pesquisa e por outros pesquisadores do Contestado, foi possível perceber de forma mais concreta como o coronelismo se manifestava na zona do Contestado paranaense.

Dessa forma, análise de Victor Leal se mostrou interessante por já ter relacionado o coronelismo à existência de uma complexa rede de relações que se estendia desde o coronel até o Presidente da República, tendo os governadores estaduais como intermediários. Esse elemento foi de suma importância para a presente pesquisa e, por meio de alguns episódios analisados ao longo do capítulo, conseguimos constatar como isso ocorria na prática. Contudo, a prerrogativa do autor do voto ser o principal motor de funcionamento do fenômeno coronelista não se fez presente no caso estudado. Mesmo assim, com base na crítica de José Murilo de Carvalho sobre a obra de Leal, foi possível entender que, mesmo sem a importância do voto, o apoio políticos dos coronéis quando tomados em conjunto continuava sendo algo de suma importância para a estabilidade dos chefes estaduais.

A questão do declínio econômico dos coronéis apontada por Victor Leal também não se mostrou presente no caso pesquisado. Pelo contrário, nossa análise pendeu mais para a visão de Lígia Maria Osório Silva, demonstrando como a aliança entre os coronéis com o poder público não significou necessariamente o seu enfraquecimento, mas pode ter contribuído consideravelmente para todo o surgimento de uma nova classe de proprietários. Por fim, as contribuições de Ibarê Dantas também foram importantes quando nos dedicamos a perceber a relação existente entre o Exército Nacional e os coronéis locais do Paraná durante a

Guerra do Contestado. Embora ali também tenhamos visto o elemento da rede de relações do federal ao local como apontada por Victor Nunes Leal, também foi perceptível como uma das maiores fontes de poder dos coronéis eram sua capacidade de mobilizar homens armados, conforme apontou o estudo de Dantas.

Assim, com base nessas reflexões, conseguimos demonstrar como a Questão de Limites entre Paraná e Santa Catarina foi um excelente caso para o estudo do funcionamento da política nas primeiras décadas do regime republicano.

CAPÍTULO 5

5 A RESISTÊNCIA AO ACORDO DE LIMITES E O LEVANTE ARMADO DE 31 DE JULHO

Com a aprovação do Acordo de Limites na Capital Federal, em 20 de outubro de 1916, dava-se início a próxima fase da resolução do litígio secular entre Paraná e Santa Catarina. Para ter validade, o Acordo ainda deveria ser aprovado pela maioria dos deputados das respectivas Assembleias Legislativas de cada um dos Estados em duas sessões anuais sucessivas: a primeira marcada para novembro daquele mesmo ano e a segunda para fevereiro de 1917, conforme previsto nas cláusulas II e III do documento. Enquanto os governadores seguiam com suas articulações internas para garantir a aprovação dentro das suas facções políticas, os opositoristas, contrários à resolução por aquela via, enxergaram nessas etapas uma possibilidade de impedir a confirmação do convênio.

Dessa forma, este capítulo será destinado principalmente para a discussão da oposição ao Acordo de Limites e o levante armado de 31 de Junho de 1917. Contudo, longe de nos prendermos somente ao cenário local, também vamos verificar como essa resistência ao convênio apareceu no Senado Federal e perceber as relações estabelecidas entre as mesmas. Outro aspecto interessante é que, quando formos analisar o levante armado, veremos como os paranaenses não eram os únicos interessados na emancipação do Contestado: alguns rio-grandenses estavam de olho nessa oportunidade. Por fim, a contratação de alguns correntios na repressão do movimento e uso da fronteira nacional com a Argentina como ponto estratégico para uma possível fuga, também chamam atenção para ideia de “manejamento da fronteira”, vista no capítulo 3 e dessas zonas como locais de profundas dinâmicas e grande interação entre os agentes envolvidos, conforme discutido no capítulo 1.⁵⁸⁶

5.1 A ARTICULAÇÃO DA OPOSIÇÃO PARANAENSE

⁵⁸⁶ FLORES; FARINATTI, 2009; SPOSIO, VILARDAGA, 2018.

A principal liderança oposicionista paranaense durante esse período foi o deputado estadual Cleto da Silva. Eleito como um dos representantes do Contestado, durante o pleito de 1915, Cleto manteve-se “firme na defesa dos direitos da sua terra”, procurando encontrar algumas estratégias para frear as pretensões do Presidente do Estado, que visava dividir aquela zona com Santa Catarina.⁵⁸⁷ Na foto apresentada a seguir, Cleto da Silva é o primeiro em pé (fora da casa) da esquerda para direita. Chamamos atenção também para presença da Srta. Elvira do Paraná, importante figura no movimento organizado pelas mulheres paranaenses na Questão de Limites.

Figura 25 - Grupo de defensores do Paraná na Questão de Limites.



Legenda do jornal O MALHO: Em União da Vitória, na zona contestada. Um grupo de paranaenses decididos, Sentados: Dr. Sebastião Paraná, delegado do Comitê de Limites de Curitiba; Dr. Luiz de Albuquerque Maranhão, juiz de direito da comarca; coronel Jahyr d’Avelin, presidente do Comitê Local. Em pé, major J. J. Cleto da Silva, redator do Missões; acadêmico Maranhão Filho e professor Victor Grein, jornalista e delegado do Comitê Central. Na janela: a Exma. esposa do Dr. Paraná, Sra. D. Elvira Faria Paraná, 191, (grifo nosso). Fonte: Imagem retirada da revista ilustrada O MALHO (RJ), publicada em 8 de abril de 1911. p. 15. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116300/18574>. Acesso em: 14 nov. 2020.

⁵⁸⁷ Embora o posicionamento de Cleto da Silva possa ser questionado devido a sua assinatura a ata da reunião do dia 30 de junho de 1916, ficou claro que seu apoio ao Presidente do Estado naquela ocasião se deu sobre fortes pressões das autoridades estaduais e com a garantia de não serem feitas desanexações das zonas sob jurisdição provisória do Paraná. Tanto era esse o caso que, ao descobrir que as linhas traçadas não seriam as do Rio da Areia, o deputado paranaense arrependeu-se amargamente de ter seu nome firmado naquele documento. Cf. SILVA, 1920, p. 138-139.

Os indícios de uma possível resistência ao Acordo já podiam ser vistos em meados de junho de 1916, quando o deputado publicou a seguinte matéria no semanário MISSÕES:

A um acordo desonroso, mil vezes a independência, o Estado das Missões!

Aqui, neste posto, onde o civismo nos colocou, intransigente em princípios pela defesa do nosso Estado e dos seus direitos; aqui, repetimos, enquanto nos bater o coração, saberemos cumprir o programa que nós traçamos e que a consciência nos há imposto, **condenando todo e qualquer acordo que venha porventura dividir populações, fracionando a família paranaense [...]** Portanto, **a um acordo que venha bipartir cidades e vilas, construídas, preparadas e edificadas com o suor do nosso povo, mil vezes a independência, a formação do Estado das Missões.** Neto de heroicos bandeirantes, filhos de paranaenses briosos, saberemos levantar esse novo Estado, nova estrela que fulgirá no pavilhão auriverde da nossa nacionalidade. Maior em território do que os estados do Rio Grande do Norte, Sergipe e Espírito Santo; com uma população calculada em cem mil habitantes; com vastos e exuberantes campos; enfim, com todos os meios de vida própria, terá o novo Estado, inevitavelmente desenvolvimento e o seu progredir será de fato uma realidade [...] Mantenhamos nossa fé; congratemo-nos em torno desse ideal de liberdade e que a nossa divisa seja sempre: **Paraná íntegro ou independência.**⁵⁸⁸

Com essa publicação, além de mandar um recado para os principais políticos envolvidos na negociação, Cleto recuperou, depois de um longo período de “adormecimento”, a ideia da emancipação do Contestado. Ameaçados novamente por uma possível resolução contrária aos seus interesses, além de verem desrespeitada a cláusula do respectivo “pacto de honra” assinado, em 1910, no qual o governo estadual não deveria aceitar “em hipótese alguma” uma solução via acordo com os catarinenses, o porta-voz do movimento trouxe de novo à tona o lema entoado nos *meetings* realizados, em 1909: “Paraná íntegro ou independência”!⁵⁸⁹

Mas o deputado não foi o único a protestar contra o Acordo. Na mesma edição do periódico MISSÕES, foram publicados dois manifestos provenientes das cidades de Rio Negro e Timbó contrários a passagem daquelas zonas a Santa Catarina:

A nobre atitude do povo rio-negrense

Da cidade de Rio Negro, recebemos no dia 18 do corrente, o seguinte telegrama:

Povo rio-negrense, em grande reunião edifício municipal, não se conformando com a anexação Santa Catarina, resolveu protestar veemente contra acordo que desmembra território paranaense, preferindo separação e formação novo Estado, ainda mesmo com sacrifício de sangue. Saudações. A Comissão: Leopoldo Xavier de Almeida, José Bley, Joaquim Ferreira Amaral e Silva, Joaquim Saboia, Virmond Lima. [...]

⁵⁸⁸ MISSÕES, Porto União, 24 de Junho de 1916. **A um acordo deshonroso, mil vezes a independência, o Estado das Missões.** Cf. SILVA, 1920, p. 36-7, (grifo nosso).

⁵⁸⁹ Desde o “pacto de honra” assinado, em 1910, na ocasião da criação da Junta Governativa do Estado das Missões, as lideranças do movimento se comprometeram em deixar essa forma de resolução como um último recurso, ficando o ideal em segundo plano. Cf. SILVA, 1920, p. 13.

Ainda na mesma data foi transmitido do Timbó ao Snr. Presidente do Estado, o seguinte telegrama:

Interpretando sentimentos população município Timbó, pedimos ao Snr. Presidente do Estado evitar desmembramento, anexação outro Estado, preferindo último caso constituição território independente. Saudações. Assignado: Rodolpho Rocha, Joaquim Cesar de Oliveira, Gabriel Riesemberg, Luiz Tregilia Junior, João Dantas, Floriano Moreira, João Heichsen, Souza Machado, José Fortes.⁵⁹⁰

Esses telegramas evidenciam o movimento oposicionista instaurado por algumas das principais lideranças locais do Contestado. Ameaçados de perderem seus cargos políticos e parte do território sob seu comando, a formação de um novo estado parecia uma melhor opção.

Enquanto isso, na cidade de Palmas, quem se encarregou de promover a resistência ao Acordo de Limites foi o major Cunha Sobrinho, redator do periódico local O PALMENSE. Em uma notícia publicada em abril de 1917, Cunha Sobrinho deixou claro que os “labutares” daquele jornal eram e sempre seriam “contrários ao miserável conchavo de 20 de outubro”. Dessa forma, esses indivíduos tomaram um posicionamento diferente do Prefeito Municipal daquela cidade, Coronel Domingos Soares, que havia se eleito deputado pela chapa de Affonso Camargo e aparentemente, compactuava com as pretensões do amigo.⁵⁹¹

No dia seguinte após a aprovação do Acordo de Limites na Capital Federal, Cleto da Silva publicou mais uma notícia de caráter oposicionista no jornal local de União da Vitória. Desta vez, o ataque era deferido aos seus compatriotas paranaenses:

“Ideias não são metais que se fundem”

Não estranhemos que os poucos catarinenses residentes nesta cidade se regozijem da vitória obtida contra o nosso Estado, vitória que incontestavelmente deve Santa Catarina aos planos traçados pelo astucioso Snr. Lauro Muller, que teve como auxiliar nessa tarefa de espoliação o Snr. Felipe Schmidt [...] **O que deveras nos causa estranheza e ao mesmo tempo repugnância, é vermos agora alguns patricios nossos, (infelizmente poucos) confabulando com os inimigos de nosso Estado, em plena camaradagem, indiferentes ante o estraçalhamento do nosso território, alguns dos quais se preparando para atirar-se ao primeiro osso que sobrar do banquete da usurpação, outros, então, na expectativa de uma posiçãozinha política [...]** Deveríamos de um momento para outro mudar de

⁵⁹⁰ Aspecto interessante é que essas notícias foram publicadas apenas três dias antes de Cleto ter recebido o convite do Presidente do Estado para comparecer na reunião em caráter reservado de 30 de junho. Com essas publicações, o deputado deixava claro seu posicionamento antes de partir para o encontro das lideranças estaduais e ao mesmo tempo demonstrava não estar sozinho. Cf. MISSÕES, Porto União, 24 de Junho de 1916. **A nobre atitude do povo rio-negrense.** Cf. SILVA, 1920, p. 37-9, (grifo nosso).

⁵⁹¹ O PALMENSE, Palmas, 1 de Abril de 1917. “O Palmense”, p. 1, c. 1-2.

opinião, abraçando alegremente o acordo ora feito, que, ao invés de demonstrar o nosso estoicismo, seria uma evidente prova da nossa incoerência de ideias?⁵⁹²

Para o deputado não era estranho que os catarinenses residentes na zona do Contestado estivessem contentes com aquela solução conquistada através dos planos de Lauro Muller e Felipe Schmidt. No entanto, o que lhe vinha causando certo desgosto era ver seus companheiros políticos paranaenses aceitarem aquele termo, acusando-os de se contentarem com “as sobras” do banquete de usurpação ou estarem na expectativa de uma “posiçãozinha” política. Em uma análise mais profunda, podemos afirmar que Cleto da Silva, em poucas palavras, defendia o seu ideal e ainda dava algumas das principais características do cenário político vivenciado no período: a troca de posicionamento por favores, a expectativa da obtenção de cargos públicos durante as transações e o domínio das oligarquias familiares sobre os aparelhos de Estado, representadas na relação de parentesco entre os primos Lauro Muller e Felipe Schmidt.

5.1.1 A votação na Assembleia Legislativa paranaense: o projeto substituto de Cleto da Silva

Alguns meses depois, quando foi convocada a primeira sessão para discussão e votação do Acordo de Limites no Paraná, Cleto da Silva deixou de fazer sua oposição apenas pela via jornalística para articular sua defesa em discursos proferidos na tribuna da Assembleia Legislativa paranaense. Durante sua fala na sessão extraordinária convocada para o dia 27 de novembro, o deputado começou questionando a presença da força federal na zona do Contestado e acusou Wenceslau Braz de ter agido parcialmente durante as negociações, favorecendo os catarinenses. Em seguida protestou contra as difamações em torno do seu nome, feitas somente por ter tido a coragem de se manifestar contra o acordo “Braz-Schmidt”.⁵⁹³

De acordo com os boatos propagados pela zona do Contestado, Cleto havia andado pelas cidades de Palmas e Clevelândia com “bandeira rio-grandense”, pregando revolução e

⁵⁹² MISSÕES, Porto União, 21 de outubro de 1916. “**Ideias não são metais que se fundem**”. Cf. SILVA, 1920, p. 43-44, (grifo nosso).

⁵⁹³ SILVA, 1920, p. 91-92.

aliciando gente armada para uma revolta contra o Paraná. No entanto, na versão do deputado, ele havia se dirigido a essas cidades no dia 7 de novembro, apenas para organizar um abaixo-assinado pela emancipação do Contestado, agindo em defesa dos direitos paranaenses. Durante seu retorno, foi surpreendido por um aviso de que não poderia se dirigir a Curitiba, pois sua vida corria perigo. Frente essa situação, o político de União da Vitória enviou um telegrama para Affonso Camargo nos seguintes termos:

P. União 19. Exmo. Sr. Dr. Presidente do Estado, tendo sido avisado minha vida correrá perigo nessa Capital se for tomar parte trabalhos legislativos, como vosso antigo companheiro político, conquanto contrário atual acordo, direito me faculta Constituição, qualquer atentado que me seja feito ficará responsável governo. Sei bem V. Ex. incapaz mandar roubar existência um vosso conterrâneo que dentro Constituição, em nome população desta zona, deseja apresentar Congresso petição milhares assinaturas emancipação Contestado; entretanto avisam-me que acordistas vermelhos procurarão todos os meios interceptar minha ação constitucional, motivo levo esses fatos conhecimento V. Ex. Respeitosas saudações. Cleto Silva – Deputado Estadual.⁵⁹⁴

Fica evidente com esta passagem, que a movimentação de Cleto da Silva contra o Acordo de Limites já estava sendo vigiada pela polícia estadual. Após enviar a carta ao Presidente do Estado, falando sobre as ameaças contra sua vida, o mesmo recebeu uma resposta do Secretário do Congresso e do Chefe de Polícia do Estado garantindo todos os seus direitos de tomar parte nas discussões da Assembleia Legislativa.

Mesmo assim, as suspeitas sobre suas andanças no interior ainda mantinham os governantes em alerta. Em telegrama recebido no dia 20 de novembro, alguns dias antes de partir para Curitiba, Cleto foi avisado pelo Delegado de Polícia de União da Vitória, tenente Floriano Bicca, que o mesmo tinha ordem de “proceder contra os inimigos do benemérito governo do Estado e de desmanchar a força de armas qualquer manifestação armada ou desarmada que houver contra o mesmo Governo e contra o acordo feito com relação à questão de limites”.⁵⁹⁵

Com essas medidas, o governo paranaense buscava impedir qualquer encontro ou reunião com objetivos contrários a promulgação do Acordo, dificultando a articulação da oposição. Para prejudicar ainda mais qualquer reação contrária, no dia seguinte também foram enviadas para Porto União uma parcela das forças do Exército estacionada na zona do Contestado e um contingente da polícia estadual, revelando uma ação conjunta entre o

⁵⁹⁴ SILVA, 1920, p. 94.

⁵⁹⁵ Ibidem, p. 146.

Governo Federal e o Presidente do Paraná visando impedir qualquer tentativa de revolta armada.⁵⁹⁶ O temor por parte das forças legais não estava associado apenas pelas movimentações do deputado paranaense, mas principalmente por um possível envolvimento do coronel Manoel Fabrício Vieira, considerado o suposto chefe de todas essas articulações – por isso a associação de Cleto a bandeira rio-grandense.

Fabrício Vieira foi um renomado coronel gaúcho com fortes influências na zona do Contestado. Durante a Revolução Federalista (1892-1895) lutou ao lado do senador Pinheiro Machado durante a perseguição da coluna do general maragato Gumercindo Saraiva. Foi homem de confiança do Presidente do Rio Grande do Sul, Júlio de Castilhos, tornando-se comandante do destacamento da Brigada Militar de Vacaria, e alguns anos depois, servindo como Delegado de Polícia com jurisdição em Vacaria, Lagoa Vermelha e São Francisco de Paula. Quando Borges de Medeiros, em 1908, assumiu o comando do Rio Grande do Sul, Fabrício Vieira afastou-se do seu estado natal, indo para o Paraná onde comandava o Presidente do Estado Carlos Cavalcanti.⁵⁹⁷ Lá, se dedicou à extração de erva-mate na fazenda Chapéu de Sol, no planalto norte na região de Rio Negro e Timbó, disputando a exploração na zona com o ex-maragato Demétrio Ramos.⁵⁹⁸

⁵⁹⁶ SILVA, 1920, p. 95.

⁵⁹⁷ Documentos do acervo do Professor Paulo Pinheiro Machado. Um deles é uma ficha técnica de sua trajetória e o outro uma homenagem em um jornal não identificado, parece ser de Curitiba.

⁵⁹⁸ THOMÉ, Nilson. **Da caá-í, Congôí ou Kukai ao Chimarrão: a erva-mate do Contestado na História.** Caçador/Lages (SC): 2011. p. 87.

Figura 26 - Fotografia do coronel Fabrício Vieira.



Legenda: Grupo de Vaqueanos: O coronel Fabrício Vieira é o segundo de branco da esquerda para a direita.
Fonte: Cf. CONTESTADO, 1987 apud RODRIGUES, 2008, p. 357.

Durante a Guerra do Contestado Vieira atuou como vaqueano, sendo o mais poderoso e influente dos civis incorporados ao Exército Nacional. Seu grupo recebia uma denominação diferente dos demais, eram chamados de “fabricianos” e segundo Demerval Peixoto, seus soldos eram mais altos que os demais.⁵⁹⁹ Fabrício Vieira também foi alvo de diversas denúncias por parte de outros combatentes da Guerra. O Capitão Matos Costa, quando se dirigiu até a Capital Federal, acusou os coronéis Artur de Paula e Vieira de serem os maiores responsáveis pela deflagração do movimento dos rebeldes, alegando que os mesmos usurpavam as terras dos sertanejos para venderem as companhias norte-americanas. Mesmo assim, as denúncias não foram suficientes para manchar a imagem do coronel, conquistando ao longo da sua atuação, a confiança do general Fernando Setembrino Carvalho. No final das contas, os serviços de Fabrício Vieira na Guerra do Contestado só aumentaram seu prestígio entre as autoridades públicas do país.⁶⁰⁰

⁵⁹⁹ RODRIGUES, 2008, p. 356 apud PEIXOTO, 1995, p. 29.

⁶⁰⁰ RODRIGUES, op. cit., p. 356-60.

Figura 27 - Fabrício Vieira (primeiro da esquerda para a direita) e seus “fabricianos” armados de fuzis *mauser* e/ou *winchester* e facões.



Fonte: Museu do Contestado, Caçador – SC. Disponível em: http://www.educacional.com.br/reportagens/contestado/default_imprimir.asp. Acesso em: 14 nov. 2020.

Esse coronel gaúcho pareceu sempre estar mais interessado na participação de combates e extração da erva-mate do que na projeção a cargos políticos, diferenciando-se em partes de Amazonas Marcondes, outro coronel contemporâneo há seu tempo. A comparação entre essas duas figuras é importante para compreendermos os dois perfis de coronéis que existiam na região do Contestado. Enquanto Marcondes possuía seu poder pautado nas suas relações políticas e econômicas, sendo diversas vezes Prefeito Municipal de União da Vitória, deputado pela Assembleia Legislativa do Paraná e concessionário de obras públicas, Vieira era o típico coronel que possuía sua força pela capacidade de mobilização de homens armados sob seu comando, sendo esse um dos grandes motivos da preocupação das autoridades paranaenses do seu envolvimento no movimento revolucionário. Entretanto, não devemos ser tão rígidos nessa classificação.⁶⁰¹

⁶⁰¹ Assim como Amazonas Marcondes possuía seus capangas de confiança que combateram ao lado do Exército durante a Guerra do Contestado, Fabrício Vieira também possuía suas relações políticas com o líder da bancada federal, senador Pinheiro Machado, ocupou alguns cargos públicos no Rio Grande do Sul, e em 1908, apareceu com membro do diretório da Coligação Republicana de União da Vitória. Além do mais, ambos eram envolvidos numa intensa rede de comércio de erva-mate. Cf. A NOTÍCIA, Curitiba, 6 de março de 1908. **Noticiário**, p. 8, c. 2.

As especulações em torno do nome desse indivíduo foram tão grandes que o próprio coronel chegou a enviar um telegrama para Cleto da Silva pedindo para desfazer essas acusações no Congresso paranaense. Aceitando o pedido, o deputado paranaense leu a mensagem recebida perante os colegas e complementou a defesa com uma notícia do próprio jornal curitibano A REPUBLICA, governista, descartando o envolvimento de Vieira no movimento. Após fazer a defesa, Cleto continuou manifestando sua opinião contrária ao Acordo, pedindo que ao menos fossem garantidos os direitos constitucionais de manifestações públicas para organização de reuniões entre os indivíduos. Por fim, declarou que não havia motivos para os poderes públicos se alarmarem com uma possível agitação no Contestado e pediu uma explicação por parte do governo estadual da presença das forças militares nacionais na região, pois para ele: ⁶⁰²

Não havia, por conseguinte, razão nenhuma para que o governo federal viesse intervir dentro do nosso Estado, ferindo assim a sua autonomia, demonstrando mais uma vez sua prepotência, para que as populações do Contestado aceitem esse acordo, com o qual não se podem conformar, mas ao qual se pretende sujeita-las por um dilema do tempo da inquisição: - **Cré ou morre! Os nossos patrícios só poderão aceitar semelhante acordo com as carabinas na boca, por que de outra forma, a repulsa daquelas populações se manifestará sempre contrária a esse ajuste.** ⁶⁰³

Para Cleto da Silva a permanência das forças federais na zona do Contestado feria o princípio da autonomia dos estados e demonstrava uma prepotência do Governo Central em relação às populações do Contestado. O deputado vai mais longe ao fazer uma comparação com o tempo da inquisição, no qual aqueles que não concordavam com uma ideia deveriam morrer. Entretanto, a constante preocupação de Cleto em relação à presença do Exército na região não deixa de ser um indício de que realmente esses indivíduos pudessem planejar revolta armada, e se fosse o caso, a presença dos militares complicaria seriamente o movimento. Ainda mais por que a permanência do Exército Nacional não se dava por um simples “patrulhamento pós-Guerra”, ia além disso, fazendo parte da estratégia do emissário do Presidente da República Thiers Flemming para barrar qualquer tentativa de revolta contra o Acordo de Limites. ⁶⁰⁴

⁶⁰² SILVA, 1920, p. 98-105.

⁶⁰³ No final das contas o deputado paranaense tinha razão, as carabinas permaneceram apontadas para os contrários ao Acordo até o momento da posse dos catarinenses da nova jurisdição. Ibidem, p. 107, (grifo nosso).

⁶⁰⁴ Não sabemos ao certo o número de tropas militares que foram deslocadas para a zona do Contestado nesse período, essa informação consta apenas numa análise feita por Licurgo Costa acerca do relatório de Thiers

Dando continuidade as discussões na Assembleia paranaense, na sessão de 4 de dezembro de 1916, começou a ser votado a proposta do Acordo de Limites. Tanto Cleto da Silva, quanto o deputado Ulysses Vieira, membros da oposição, tentaram anular a decisão por considerar errônea a interpretação do artigo 4º da Constituição da República. Esse artigo definia que as mudanças no território deveriam ser aprovadas nas “respectivas assembleias legislativas em duas sessões anuais”. Para os deputados, o intervalo de apenas três meses entre uma votação e outra não cumpria esse requisito, porque no seu entendimento “sessões anuais” eram aquelas convocadas com um espaço de um ano entre uma e outra.⁶⁰⁵ Ulysses Vieira ainda acusou Wenceslau Braz de ameaçar o Paraná com uma possível execução da sentença caso não aceitasse o Acordo.⁶⁰⁶

Na sessão de 5 de dezembro, Cleto da Silva, seguia expondo seus motivos de votar contra o Acordo de Limites, falando sobre uma grande manifestação dos habitantes do Contestado para emancipá-lo. Apresentou em seguida dois abaixo-assinados contrários aprovação do convênio, um colhido durante sua viagem a Palmas e Clevelândia e outro da cidade de Três Barras:

Exmo. Snrs. Deputados do Congresso Paranaense.

Os abaixo assinados habitantes da zona chamada “O Contestado” quase todos nascidos paranaenses, proprietários, agricultores, comerciantes, industriais, advogados, operários, médicos, engenheiros, etc., formando as populações que constituem os municípios de Palmas, Clevelândia, União da Vitória, Três Barras, Timbó, Itaiópolis e Rio Negro, [...], ameaçados como se encontram de [...] passarem a jurisdição catarinense [...] manifestados pelos mesmos abaixo assinados, em nome dos demais habitantes [...] **vem apelar para [...] representantes no Congresso do Estado, [...] propugnar nos termos do art. 4 da Constituição da República e art. 2º da do Estado, pela autonomia política do aludido território, propondo a sua elevação a Estado da Federação Brasileira.**

(Seguem-se as Assinaturas).

De Três Barras

Exmo. Snr. Presidente e mais membros do Congresso Legislativo do Estado do Paraná:

O povo de Três Barras, [...] vem declarar-vos [...] que os atos de subdivisão, desmembramento e incorporação dos Estados não poderão ter lugar sem o consenso dos habitantes deles, pois sem isso seria um ataque ao seu direito. Portando, se levardes a efeito o desmembramento do território paranaense, sem anuência dos seus habitantes, ultrapassareis o mandado que estes, confiantes e tranquilos, vos conferiram [...] Mas o povo do Contestado não acredita que vós vos submetais à tutoria do Catete, do Itamarati e de Florianópolis, e vos implora justiça (Seguem-se as Assinaturas).⁶⁰⁷

Fleming sobre o Acordo de Limites. É possível que Cleto da Silva estivesse ampliando consideravelmente a presença dessas tropas. COSTA, 1987, p. 81.

⁶⁰⁵ SILVA, 1920, p.110-114.

⁶⁰⁶ A REPUBLICA, Curitiba, 9 de Dezembro de 1916. **Congresso do Estado**, p. 2, c. 4-5.

⁶⁰⁷ SILVA, op. cit., p. 117-119, (grifo nosso).

Com esses dois documentos que, infelizmente, não contam com as assinaturas transcritas, o representante da oposição tentava convencer seus colegas de que uma mudança no território do estado não poderia acontecer sem o consentimento das populações, sendo mais um motivo para tornar nula a votação do Acordo no Congresso Estadual. Essas afirmações serviam para Cleto da Silva apresentar um projeto substitutivo ao Acordo de Limites nos seguintes termos:

Substitutivo ao Projeto n.2

Art 1º - **É desmembrado do Estado do Paraná para constituir uma nova unidade da Federação brasileira, com denominação “Estado das Missões”,** o território compreendido entre os Rios Iguaçu e Negro, ao norte; a sueste a Serra do Mar, seus contrafortes e Rio das Canoas, ao sul Rio Uruguai e a oeste os Rios Peperi-Guaçú e Santo Antônio.

§ - **Único – A capital do novo Estado ficará sendo a cidade de União da Vitória.**

Art. 2º - Preenchida a formalidade da aprovação desta resolução pelo Congresso Legislativo do Estado, em duas sessões anuais ordinárias, sucessivas, nos termos dos Arts. 2º da Constituição do Estado, e do 4º da Constituição Federal, o Presidente do Estado, por meio de representação, a submeterá a aprovação do Congresso Nacional, de acordo com o disposto nos citados artigos.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

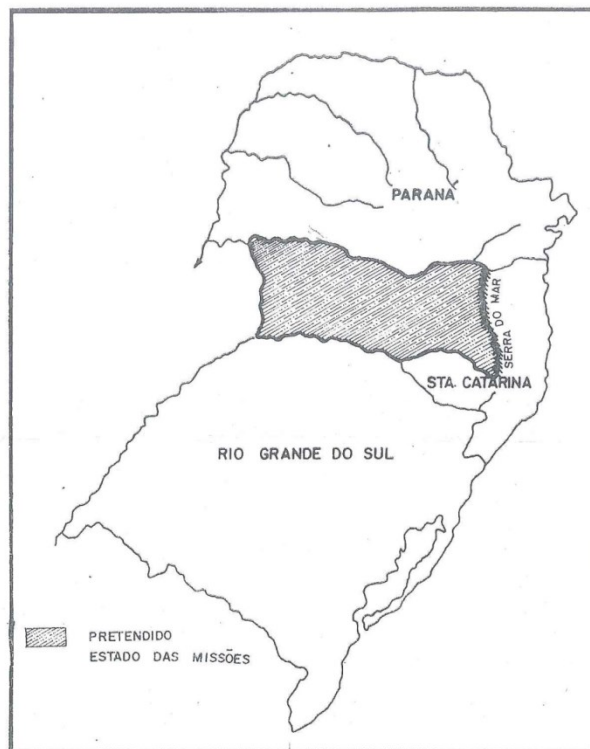
Sala de Sessões, 5 de dezembro de 1916 – Cleto da Silva.⁶⁰⁸

O “Substitutivo ao Projeto n.2” foi a principal representação de um projeto político concreto para criar o Estado das Missões. Tratava-se de um desmembramento do território paranaense, com base no art. 4º da Constituição Federal e art. 2 da Constituição Estadual do Paraná. Diferente das especulações do periódico GAZETA DE NOTÍCIAS apresentadas no capítulo 3, a capital não seria mais a cidade de Palmas, e sim União da Vitória, e o novo estado também incluiria ao seu patrimônio toda a zona do Rio Negro. Outro ponto que não podemos esquecer é que, embora o projeto parecesse viável do ponto de vista constitucional, boa parte desse território estava sob jurisdição provisória dos catarinenses, dificultando consideravelmente uma aprovação nas outras esferas de poder mesmo com o consentimento do governo estadual do Paraná. A seguir apresentamos uma imagem confeccionada por Ruy Christovam Wachowicz da região que possivelmente seria ocupada pelo Estado das Missões:

⁶⁰⁸ SILVA, 1920, p. 120-1, (grifo nosso).

Figura 28 - Mapa do território do Estado das Missões conforme projeto apresentado na Assembleia Legislativa do Paraná.

MAPA N.º 4 — Projeto do Estado das Missões



Fonte: Imagem retirada do livro de Ruy Christovam Wachowicz. Cf. WACHOWICZ, 1985, p. 134.

Essa foi a última cartada política de Cleto da Silva para tentar barrar o Acordo de Limites. Contudo, seu projeto não foi nem ao menos debatido pelos seus colegas da tribuna e ainda sofreu duras críticas na imprensa.⁶⁰⁹ Assim, com apenas dois votos contrários de Ulysses Vieira e Cleto da Silva, o Acordo foi aprovado no primeiro turno do Congresso do Paraná na sessão de 7 de dezembro de 1916.⁶¹⁰

Mesmo Cleto não conseguindo barrar o Acordo, ao menos foi recebido com honras na cidade de União da Vitória pelo seu posicionamento na Assembleia Estadual. Às 8 horas da noite do dia 16 de dezembro, foi programada uma manifestação em frente a sua residência, com direito a presença da Banda Musical do Club Apollo e homenagens ao seu nome. Chegando à casa do “nobre deputado”, uma surpresa: ao invés da palavra ser dada aos

⁶⁰⁹ DIARIO DA TARDE, Curitiba, 6 de dezembro de 1916. **A maioria do Congresso e o substitutivo de Cleto da Silva**, p. 1, c. 1-2.

⁶¹⁰ SILVA, 1920, 121-122.

homens, quem prestou homenagem ao representante do Estado das Missões paranaenses foram as senhoritas Maria José Catta Preta, Carmen Catta Preta e Jacyra Mattoso, em conjunto com as outras madames e moças do município.

Chegados os manifestantes a residência do deputado Cleto, tomou a palavra à senhorita **Maria José Catta Preta**, que, em nome da mulher paranaense, representada por Exmas. Senhoras e gentis senhoritas presentes, saudou o legítimo representante do Contestado, o infatigável defensor do Paraná, o qual, no Congresso, soube, com altivez, interpretar o sentimento daqueles que o elegeram. Falaram em seguida, as graciosas meninas **Carmen Catta Preta e Jacyra Mattoso**, as quais, como a oradora precedente, ofereceram lindos buquês de flores naturais ao nosso redator. **O homenageado, bastante comovido com a carinhosa demonstração de solidariedade que lhe prestava a população de União da Vitória, terminou seu discurso levantando um entusiástico viva à mulher paranaense [...] tomando novamente a palavra, agradeceu essa significativa prova de civismo do povo de União da Vitória, reafirmando que jamais desertaria da linha traçada e que [...] só encontrava, no momento, um único meio, e esse era o da emancipação política deste território, constituindo-se em Estado da Federação.**⁶¹¹

A citação acima deixa evidente não só a participação feminina na política local de União da Vitória, como na luta pelo Estado das Missões, demonstrando que a emancipação do Contestado não era um ideal defendido apenas pelos homens. Ao final da notícia, o periódico, ainda deixou seus agradecimentos pela manifestação patriótica para as senhoras: Madame Tavares de Lacerda, Madame Becker e Silva, Madame Sebastião Mattoso, Madame Schwarz Vieira, Madame Antônio Cordeiro e senhoritas Carminha Tavares, Icilda Oliveira, Icilda Cordeiro, Odete Correia de Freitas, Carmitta Catta Preta, Jacyra Matoso, Jandyra Machado, Laura Catta Preta, Jovina Lara, Tutú Clair, Tútú Castilho, Eunice Cordeiro, Julia Catta Preta, Pretinha Cordeiro, Jenny Mattoso, Ruth Cordeiro, Ephigenia Costa Pinto, Zailda Pinto de Araujo, Hermengarda Cordeiro, Riqueza Vieira “e muitas outras senhoritas e meninas, que, pela aglomeração não nos foi possível tomar o nome, pelo que pedimos desculpas.”⁶¹² Esse reconhecimento também foi estendido aos membros das colônias estrangeiras presentes na ocasião.

⁶¹¹ MISSÕES, Porto União, 16 de dezembro de 1916. **Significativa Manifestação**. Cf. SILVA, 1920, p.59-60, (grifo nosso).

⁶¹² A manifestação organizada pelas mulheres de União da Vitória é um aspecto intrigante no contexto da recepção de Cleto da Silva após suas defesas no Congresso Legislativo. Por que não teriam participado também os políticos influentes da cidade? Estariam com medo de se expor? Portanto, para entender essa situação devemos ter em mente que muitas dessas moças eram as esposas dos futuros envolvidos no levante armado organizado para julho daquele ano. Nesse sentido, não se manifestar naquele momento significava não se colocar como opositor do governo e, conseqüentemente, não entrar no rol dos vigiados pela política da capital.

Enquanto em União da Vitória as mulheres davam boas vindas ao defensor dos seus direitos, na capital estadual os antigos membros do Comitê de Limites também manifestavam sua indignação com a aprovação do Acordo no Congresso paranaense. Após pedirem demissão do órgão oficial de defesa dos direitos do Paraná, esses indivíduos se organizaram em torno do que chamaram “Juntas de Salvação”, publicando o seguinte manifesto no dia 19 de dezembro de 1916:

Ao Povo Paranaense

A Junta de Salvação do Estado, instituída de um grave momento histórico, quando periclitantes os inconcussos direitos do Paraná pela indébita e inconstitucional intervenção do Sr. Presidente da República aliada a deserção do Presidente do Estado aos seus mais solenes compromissos, não pode deixar de lavrar veemente protesto contra o clamoroso atentado ao patrimônio, à integridade e as leis institucionais do Paraná [...] **A voz da história consagrará a verdade que ressalta luminosa dos fatos, apontando como beneméritos os que ontem apelavam para a revolução, pregavam a revolta armada em defesa da integridade do nosso território, e hoje, proclamado a improcedência dos nossos direitos, fogem aos seus compromissos [...] não valeria ao Paraná o sacrifício de alguns mil contos para salvar os 80.000 mil paranaense desta triste servidão, tão pungentemente descrita na cláusula IX do famoso e monstruoso acordo?! [...]** Cumpre agora aos paranaenses não consentirem que seja consumado tão grave atentado ao direito, à tradição, à história e à honra do Paraná. Curitiba, 19 de dezembro de 1916. Ermelino de Leão, Octavio do Amaral, - Joaquim P. de Macedo – A. J. Alves de Farias – Raul de Almeida Faria – Vicente Nascimento Junior – Arthur Coelho – José Carvalho de Oliveira – Oscar Martins Gomes – M. Coreia Defreitas.⁶¹³

O discurso lançado pela Junta de Salvação, além de questionar a intervenção do presidente da República, acusava o Presidente do Paraná de deserção, inclusive, citando-o como partidário dos ideais de revolução e luta armada e, no momento decisivo não ter cumprido os seus compromissos. Em seguida, após realizar uma comparação com os gastos do Brasil para obtenção do território do Acre – suprimida na citação para não torna-la muito longa – os membros da Junta indagavam ao governo paranaense se não valeria o sacrifício de alguns mil contos para salvação de 80.000 paranaenses, contemplados apenas pela cláusula IX do convênio. Por esses motivos e tantos outros, eles não consentiriam com aquela decisão, tomando as medidas necessárias.⁶¹⁴

⁶¹³ O manifesto lançado pela Junta de Salvação é bastante extenso, contando com uma retrospectiva da disputa de limites, acusações ao Presidente da República, Affonso Camargo e Felipe Schmidt, além de diversos outros elementos contrariando o Acordo. Para ver completo, Cf. ANAIS do Senado Federal, Sessão de 20 de julho de 1917, p. 180-6, (grifo nosso).

⁶¹⁴ Aspecto interessante de perceber é como dentre os indivíduos que assinaram o manifesto estavam alguns dos nomes que trabalharam desde o início do século XX pela construção de um discurso regional e a formação de uma identidade paranaense. Nesse sentido, podemos dizer que, de certa forma, a assinatura do Acordo de Limites provocou uma reação contrária à almejada pelo governo estadual na propagação dessas ideias.

Mesmo com a oposição da Junta de Salvação e dos deputados Cleto da Silva e Ulysses Vieira, as pressões exercidas não foram suficientes para frear as pretensões do governo estadual. Durante as sessões de fevereiro de 1917, a maioria dos membros do legislativo manteve-se a favor do Acordo, incluindo o próprio coronel Domingos Soares, Prefeito Municipal de Palmas.⁶¹⁵ Assim, entre os dias 10 e 20 de fevereiro o Acordo de Limites foi aprovado definitivamente pelo Estado do Paraná, com vinte e um votos a favor, contra apenas dois contrários.

Por sua vez, Affonso Camargo, sabendo que não agradava todos seus conterrâneos procurou novamente se justificar na mensagem proferida no Congresso Estadual em 1º de fevereiro de 1917. Apoiando-se na reunião de 30 de junho de 1916, disse estar com sua consciência tranquila, pois sabia dos consentimentos dos seus deputados e demais membros do judiciário. Além disso, acusou a oposição de não oferecer nenhuma solução realmente eficaz para o problema, limitando-se a disparar injúrias e intrigas contra os dirigentes da negociação, mesmo sabendo que as três sentenças proferidas contra o Estado o deixavam numa posição bem complicada. Desta forma, no início de fevereiro, Camargo já contava com uma vitória na segunda rodada de votação, aguardando a fase de homologação do Acordo no Congresso Nacional.⁶¹⁶

5.1.1.1 A homologação do Acordo de Limites no Senado Federal e os preparativos para o levante armado

O início do ano de 1917 começou tenso na zona do Contestado. Enquanto os estados envolvidos no litígio preparam suas Assembleias para segunda rodada de votação do Acordo, a imprensa voltava a insistir nos boatos em torno de uma revolta na região. As suspeitas começaram após uma declaração polêmica do político paranaense e antigo membro do

Apropriando-se do discurso em torno da defesa dos direitos do Paraná, da integridade da família paranaense, esses sujeitos utilizaram isso contra o próprio governo, como uma justificativa das suas manifestações contrárias ao Acordo.

⁶¹⁵ SILVA, 1920, p.124.

⁶¹⁶ PARANÁ (ESTADO). PRESIDENTE AFFONSO ALVES DE CAMARGO. **Mensagem enviada ao Congresso do Estado em 1º de Fevereiro de 1917**. Tipografia d'a Republica. Rua 15 de novembro nº 28. 1917. p. 5. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u616/000005.html>. Acesso em: 21 jun. 2017. p. 6.

Comitê de Limites Dr. Menezes Doria – o mesmo que havia defendido a emancipação do Contestado na reunião de 30 de junho de 1916. Em entrevista concedida ao periódico carioca A NOITE, Doria afirmou que as populações do Contestado não aceitariam passar para a jurisdição de Santa Catarina, pegando em armas caso fosse necessário.⁶¹⁷ Alguns dias depois, o jornal carioca publicou outra notícia alegando estar envolvido no movimento o coronel Fabrício Vieira, tomando como base algumas declarações do general e deputado federal paranaense Alberto de Abreu para essa acusação. Segundo esse indivíduo, Fabrício Vieira, após participar da campanha do Contestado, havia permanecido com os armamentos do exército e, além disso, possuía algumas desavenças com a política catarinense, podendo querer se revoltar contra a passagem de suas terras para aquela jurisdição.⁶¹⁸

Enquanto isso, no Rio Grande do Sul, o antigo chefe vaqueano procurava defender-se das acusações. Em entrevista concedida ao DIARIO DO INTERIOR, Fabrício Vieira afirmou ter sido pego de surpresa com aquela notícia logo após retornar de uma de suas viagens pelo Prata, referentes ao comércio de erva-mate. Vieira negou seu envolvimento em qualquer agitação revolucionária, declarando que o general Alberto de Abreu estava mal informado, pois, ao contrário das suas declarações, o coronel não possuía nenhum armamento recebido durante a Guerra do Contestado. Por fim, ao ser indagado se sabia se as populações paranaenses andavam descontentes com a política de Affonso Camargo, respondeu não saber nada a respeito. No entanto, quando questionado sobre seu posicionamento frente aquele político, asseverou ser absolutamente contrário a sua política, e mais, que “desde que mataram o senador Pinheiro deixei de ser político para ser unicamente trabalhador. O meu título de eleitor não existe mais. Rasguei-o após a tragédia do Hotel dos Estrangeiros.” Assim, buscando desviar os focos da atenção em torno do seu nome, Fabrício Vieira se dirigiu para a localidade de Carazinho, prometendo mandar novas notícias.⁶¹⁹

Não tardou muito para que a imprensa paranaense também se manifestasse sobre o caso. No dia 3 de fevereiro de 1917, o periódico DIARIO DA TARDE, publicou na sua primeira página uma série de matérias sobre “A revolução no Contestado”. Após acusar elementos do Rio Grande do Sul de serem os grandes agitadores da região, devido aos seus interesses no comércio da erva-mate, o jornal apontou como líderes do movimento o ex-deputado paranaense Menezes Doria, os deputados estaduais Cleto da Silva e Ulysses Vieira,

⁶¹⁷ O DIA, Florianópolis, 16 de janeiro de 1917. **O Accordo**, p. 4, c. 1.

⁶¹⁸ A NOITE, Rio de Janeiro, 22 de Janeiro de 1917. **Boatos e receios de um movimento**, p. 1, c. 3.

⁶¹⁹ A FEDERAÇÃO, Porto Alegre, 31 de janeiro de 1917. **O Contestado**, p. 5, c. 1-2.

além do já mencionado coronel Fabrício. Para os redatores, o objetivo do grupo não era simplesmente barrar o Acordo, mas fazer do Contestado um novo estado, aproveitando toda zona litigiosa e o território das Missões, e para isso, contavam com mil homens sob o comando do coronel rio-grandense. Por fim, o periódico ainda acusou o coronel Fabrício Vieira de ter conferenciado com o coronel João Francisco [Ruas], no Rio Grande do Sul e com indivíduos do Uruguai, fazendo uma grande especulação sobre os planos do antigo chefe vaqueano. Entretanto, reconhecendo à impossibilidade de apurar com certeza os fatos, passou todas as suas informações para o Chefe de Polícia Estadual Lindolpho Pessoa.⁶²⁰

Inteirando-se dessas acusações, o Presidente do Estado, Affonso Camargo, julgou pertinente que Lindolpho Pessoa acompanhasse o coronel Emygdio Ramalho, inspetor militar, em uma viagem de averiguação na zona do Contestado no início de fevereiro. Ao chegarem à região, relataram não ter encontrado nenhuma indicação de um movimento armado, inclusive percebendo que grande parte dos habitantes do Contestado, eram indiferentes a solução dada à questão de limites, com exceção dos de União da Vitória, onde o assunto era discutido com mais interesse após a visita das autoridades paranaenses, os boatos foram abafados.

Contudo, mesmo com a aparente tranquilidade da zona, medidas de caráter preventivo foram tomadas por parte do governo estadual e federal, aumentando e reforçando os contingentes do Exército em diversos pontos, como: Timbó, União da Vitória, Perdizes, Rio das Antas, Herval, Capinzal e Uruguai.⁶²¹

Dessa forma, durante praticamente todo o ano de 1917 a imprensa dos três estados do Sul e do Rio de Janeiro mantiveram-se atentas a quaisquer movimentações ocorridas no Contestado, desde as discussões em torno da aprovação do Acordo de Limites como as possíveis agitações revolucionárias. O coronel Fabrício Vieira, um dos maiores acusados de envolvimento, tentava de tudo para não ter seu nome envolvido, inclusive, em meados de fevereiro colocou a venda as terras que possuía no Paraná e Santa Catarina, em uma atitude, no mínimo, suspeita.⁶²² Preocupações também eram levantadas em torno do envolvimento de

⁶²⁰ DIARIO DA TARDE, Curitiba, 3 de fevereiro de 1917. **A revolução no Contestado**, p. 1, c. 1-5.

⁶²¹ PARANA. **Relatório apresentado ao Dr. Governador do Estado do PARANÁ pelo Chefe de Polícia Lindolpho Pessoa da Cruz**. Tipografia da Penitenciária do Estado. Curitiba. 1917. p. 7-10.

⁶²² Por que motivo estaria o coronel Fabrício querendo vender suas terras logo antes da homologação do Acordo de Limites? Estariam por acaso em situação irregular? Segundo a pesquisadora Cristina Dallanora, esse coronel acabou perdendo uma das suas maiores fazendas após a homologação do Acordo. Como a cláusula IX garantia o respeito ao direito de propriedade estabelecido nos cartórios do Paraná é de se presumir que a fazenda de Fabrício Vieira não fosse portadora de um título de propriedade. Nesse sentido, podemos presumir que o Acordo realmente poderia ser uma ameaça às propriedades e ao negócio da erva-mate do

indivíduos como Zeca Vacariano, Salvador Dente de Ouro e os irmãos Ruas, sujeitos ligados a Vieira.⁶²³

Essas suspeitas não eram sem fundamento. Segundo relata Cleto da Silva, desde o mês de Abril de 1917, quando pediu licença do cargo de 2º Tabelião da Comarca de União da Vitória e dirigiu-se para Guarapuava ele passou a ser procurado por amigos e partidários de causa sobre um possível movimento de reação no Contestado para o não cumprimento do Acordo. Assim, incentivado pelos seus colegas, resolveu retornar para União da Vitória e de lá se dirigiu para Curitiba, frequentando algumas manifestações contra a passagem dos municípios paranaenses para Santa Catarina. Foi também nesse período que ocorreu um fato marcante para as futuras decisões do paranaense em rebelar-se: seu filho, telegrafista da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande, em União da Vitória, foi agredido por um tenente do Exército (Archias Colônia) e coagido a abandonar seu posto.⁶²⁴

Em sua narrativa, Cleto alegou que o ato contra seu filho, o pedido dos amigos, somado a constante vigia da polícia secreta do Estado e a sua repulsa a passagem das terras paranaenses para a jurisdição catarinense foram os motivos que o fizeram aderir à revolta armada:

Foi daí que passamos de simples revoltado à fervoroso adepto de um movimento armado, assistindo em fins de junho de 1917, diversas reuniões na

coronel. Cf. DALLANORA, 2019, p. 126; **A FEDERAÇÃO**, Porto Alegre, 15 de fevereiro de 1917, p. 5, c. 5.

⁶²³ Esses indivíduos eram conhecidos na região do Contestado devido a alguns feitos do passado. O primeiro deles, Zeca Vaccariano, era morador da Costa do Rio do Peixe e tinha realizado um contrato com a Brazil Railway para empreitar dois trechos da estrada de ferro Rio Grande São Paulo. Devido aos baixos preços pagos pela ferrovia, o empreiteiro teve prejuízos, não conseguindo pagar seus trabalhadores. Para cumprir os compromissos com seus homens, em 1909, assaltou o pagador da ferrovia matando dois seguranças e desaparecendo com 300 contos de reis. Durante o planejamento do assalto, Vaccariano afirmou a um dos seus homens, contar com o apoio do coronel Fabrício Vieira no Rio Grande do Sul; Salvador Pinheiro Machado, ou, Salvador Dente de Ouro, era sobrinho do Senador Pinheiro Machado, sendo conhecido como um dos temidos bandidos dos sertões catarinenses. Esse indivíduo havia fugido do Rio Grande do Sul por envolvimento em um homicídio e se fixado no planalto de Santa Catarina onde tinha relações de parentesco com a família Ramos. Na localidade, dedicou-se ao comércio de animais, vivendo na proximidade do Rio do Peixe até unir-se ao bando civil liderado pelo Coronel Fabrício Vieira. A partir daí, Dente de Ouro destacou-se como um dos mais violentos e criminosos vaqueanos durante a Guerra do Contestado; Por fim, os irmãos Ruas eram o apelidado dado aos sujeitos Marcelino Ruas, João Francisco Ruas, Simão Ruas e Thomaz Camilo, sendo que, João Ruas e Marcellino Ruas eram aliados de Fabrício Vieira. Ao que se sabe, João Ruas havia atuado como vaqueano no grupo do coronel e Marcellino teria importantes relações com Vieira na década de 1920. Esses indivíduos também eram ligados as atividades de extração e comércio da erva-mate da região. Cf. **A FEDERAÇÃO**, Porto Alegre, 14 de março de 1917. **O Contestado está calmo**, p. 5, c. 5; DALLANORA, 2019, p. 94 e 111; MORAIS, João Felipe Alves. Nas entrelinhas do processo judicial: o assalto ao trem pagador. In: **Rede Contestado de educação, ciência e tecnologia** [recurso eletrônico] / Organizador Eduardo do Nascimento - Ponta Grossa, PR: ATENA, 2020. Pp 166-176; POYER, 2018, p. 300; RODRIGUES, 2008. p. 318.

⁶²⁴ SILVA, 1920, p. 145-6.

Capital do Estado, as quais tinham por fim a conflagração do território litigioso, desde que os poderes da República homologassem a empreitada do Sr. Wenceslau Braz. **E o levante ficou estabelecido.** Nas conferências que se realizaram, políticos e pessoas de destaque tomaram parte, todas se prontificando a concorrer e auxiliar a insurreição [...] **Regressámos em seguida a União da Vitória, onde também conferenciámos com amigos de real influencia na zona litigiosa, e ante as promessas, os recursos e demais elementos indispensáveis para uma ação segura, não vacilamos em emprestar o concurso moral e material para a realização da nossa maior aspiração: - a emancipação do Contestado.**⁶²⁵

Cleto da Silva, realmente, parece ter se reunindo em municípios com adeptos do movimento nesse período. Em notícia publicada em 15 de junho de 1917, no jornal DIÁRIO DA TARDE, na seção sobre os municípios, o periódico informou sobre a hospedagem em um hotel em Marechal Mallet, do coronel Antônio As, Maurílio Fabricio, Angelo Amaral, Cleto da Silva e João Paulista.⁶²⁶ Pelo menos Maurílio Fabricio⁶²⁷ teve atuação direta com seu piquete durante o levante, sendo os outros prováveis adeptos do Estado das Missões.

Enquanto os descontentes com o Acordo se preparavam para pegar em armas na defesa dos seus direitos, o Presidente da República Wenceslau Braz, o Ministro da Guerra Caetano Faria e o comandante da 6º Circunscrição Militar nacional General Luiz Barbedo, reuniam-se em conferências para discutir os atos de prevenção para qualquer levante armado. No início de junho, ficou definido que o Contestado seria dividido em quatro zonas militares e ocupado pelos 4º, 5º e 20º batalhões. Além disso, foi dada a liberdade para o coronel Emygdio Ramalho proibir qualquer ajuntamento ou reuniões dentro do território, dando ordem de prisão a todo desordeiro.⁶²⁸ Em meio a essas movimentações, o Acordo passava pela votação na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, sendo aprovado após longas discussões, necessitando agora, somente ser homologado no Senado Federal para ter validade.⁶²⁹

⁶²⁵ Essas foram às justificativas apresentadas por Cleto da Silva em seu livro, publicado 1920, antes de relatar o levante. Não podemos negar que o deputado procurava criar um clima de perseguição a ele e os membros de sua família ao demonstrar as coações sofridas durante sua atuação nas vias políticas, colocando-se numa posição de vítima. Mas havia um motivo para esse tipo de narrativa: a intenção do livro era apresentar outra versão dos fatos, contrapondo as notícias divulgadas na imprensa, visando desfazer a imagem criada em torno de seu nome como um “bandido”. Cf. SILVA, 1920, p. 147, (grifo nosso).

⁶²⁶ DIÁRIO DA TARDE, Curitiba, 15 de junho de 1917. **Revista dos Municípios**, p. 1, c. 6.

⁶²⁷ Maurílio Fabricio era filho do coronel Manoel Fabricio Vieira. Cf. THOME, 2002, p.114.

⁶²⁸ O DIA, Florianópolis, 1 de junho de 1917. **O Contestado**, p. 2, c. 3.

⁶²⁹ Fato interessante é que uma notícia publicada no jornal A FEDERAÇÃO, alega que o deputado paranaense, Pedro Moacyr, votou contra o Acordo, dando como alternativa a transformação do Contestado em território nacional, recuperando as pretensões do início do século XX. Cf. A FEDERAÇÃO, Porto Alegre, 20 de junho de 1917. **O acordo sobre o Contestado – um Projecto**, p. 2, c. 4.

As discussões no Congresso Nacional iniciaram no dia 20 de julho de 1917 com um parecer favorável da Comissão da Constituição e Diplomacia do Senado para o projeto ser levado a votação. Contudo, um de seus membros, o senador paranaense Alencar Guimarães⁶³⁰ requisitou o direito de fazer seu voto em separado, por não concordar com seus colegas, sendo daí em diante, um dos principais opositoristas ao Acordo de Limites.⁶³¹ Dessa forma, em seu discurso, Guimarães se posicionou contrário ao parecer da Comissão, passando a expor os seus motivos.

O primeiro ponto levantado pelo senador foi a incompetência de Affonso Camargo de ter dado ao Presidente da República o mandato de decidir a questão, pois isso cabia somente ao poder legislativo, além do mais Guimarães também descartando a ata da reunião do dia 30 de junho como um documento oficial do Congresso Estadual.⁶³² Em seguida, falou sobre a inconstitucionalidade do Acordo frente a Constituição Federal e as constituições estaduais de Paraná e Santa Catarina, entendendo que, “sessões anuais”, como previa os artigos II e III do documento, só eram as sessões ordinárias e não as extraordinárias como foram convocadas para a aprovação do convênio nas Assembleias Estaduais.⁶³³ Outra alegação do senador paranaense – e uma das que mais nos interessa – foi a de contrariar o parecer da comissão a respeito “de não terem chegado ao seu conhecimento protestos ou reclamações das populações dos Estados contra o acordo”. Quanto isso, ele declarou:

Em relação ao Paraná, pelo menos, eu o afirmo sem o receio de contestações sérias, esses protestos e reclamações, foram, e ainda são angustiosos e ardentes, e si a notícia deles por aqui não chegou com o eco dolorido de um cruel sofrimento, foi porque três governos se coligaram para abafá-las, formando a lenda de um assentimento de uma aprovação que contrastam com a verdade dos fatos.⁶³⁴

⁶³⁰ Alencar Guimarães foi um influente político do Paranaense e esteve envolvido desde o início do século XX com a defesa do Paraná nas Questões de Limites. Antes da iniciativa do Presidente da República para resolver a questão, era a ele o responsável por encontrar uma solução via acordo entre os dois estados, contando com o apoio de figuras influentes como: o Senador Pinheiro Machado, do Sr. Quintino Bocaiuva, Francisco Glicerio, Joaquim Murtinho, Nilo Peçanha, entre outros. Nesse sentido, o senador não era contrário a uma conciliação entre os dois estados, mas sim a forma como ela estava sendo feita. Cf. ANAIS do Senado Federal, Sessão de 20 de Julho de 1917, p. 149-153.

⁶³¹ Cabe salientar que durante a análise das discussões no Senado Federal demos enfoque principalmente às oposições feitas pelos paranaenses e seus partidários, não nos atentando tanto aos discursos contrários proferidos pelos membros da bancada de Santa Catarina. Mesmo assim, numa visão geral, podemos afirmar que alguns catarinenses desgostavam-se do Acordo de Limites pelo fato das divisas definidas não serem iguais as da sentença do STF.

⁶³² ANAIS do Senado Federal, Sessão de 20 de Julho de 1917, p. 160-7.

⁶³³ Ibidem, p. 172.

⁶³⁴ De fato, o senador paranaense tinha razão nesta colocação. Desde novembro de 1916, os três governos buscavam abafar qualquer movimentação contrária ao Acordo, impedindo até mesmo as reuniões presenciais. Cf. Ibidem, p. 176.

Nesse contexto, Guimarães alegou ter recebido manifestações contrárias de diversos cidadãos, prefeitos e camaristas das cidades de Clevelândia, Três Barras, Rio Negro, Palmas, União da Vitória, Guarapuava, Irati, Palmeira, Imbituva, Antonina, Ponta Grossa, Paranaguá e outros locais do estado, começando a descrever esses protestos minuciosamente. Em meio as suas alegações, comentou sobre duas leis aprovadas nas câmaras municipais de Três Barras e Rio Negro e sancionadas pelos seus respectivos prefeitos – Dídio Augusto e Joaquim Ferreira do Amaral e Silva. Essas leis visavam tornar nulas as deliberações dos poderes estaduais e da União para decidirem a passagem daquele território a Santa Catarina por não contarem com o consentimento da população. Outro documento lido pelo senador foi o abaixo-assinado de Cleto da Silva, o mesmo apresentado pelo deputado nas sessões de dezembro de 1916, contendo as mais de 600 assinaturas recolhidas por aquele indivíduo.⁶³⁵ Após fazer uma longa exposição sobre esses pontos, Alencar Guimarães ainda listou todas as perdas territoriais que o Acordo acarretaria ao seu estado, para por fim, firmar seu parecer como contrário à votação do projeto.

Ainda durante as discussões, outra figura de renome se pronunciou contra o Acordo de Limites: o senador baiano Rui Barbosa. Na sessão do dia 23 de julho de 1917, Barbosa começou suas declarações alegando que, embora tenha emprestado seu apoio ao Acordo no início das discussões, vendo-o agora, perante as questões constitucionais e as manifestações contrárias do povo, não podia mais concordar com sua aprovação. Para ele, ao invés do Acordo restituir a tranquilidade do território Contestado, traria, pelo contrário, novas agitações, novos ressentimentos, criando um problema ainda mais grave para a nação brasileira. Nesse sentido, o senador afirmou que mesmo aquele pacto tendo sido pensando pelos Governadores e o Chefe da Nação em benefício da pátria, “infelizmente não basta[va]m às boas intenções, das quais está cheio o inferno”. Mesmo assim, Barbosa não incitou nenhum tipo de revolução, recomendando que “ao invés de pegar em armas, a população do Contestado devia pegar na Lei” e anular o Acordo no Supremo Tribunal.⁶³⁶

Nesse contexto, um dos principais argumentos do senador, discutido minuciosamente por longas horas, defendia a ideia de que o Acordo não merecia ser aprovado pelo fato das

⁶³⁵ Nesse ponto é interessante percebermos o alcance das movimentações de Cleto da Silva chegando até as discussões do Senado Federal.

⁶³⁶ ANAIS do Senado Federal, Sessão de 23 de julho de 1917, p. 295-303.

sessões extraordinárias convocadas pelos estados envolvidos não serem consideradas “sessões anuais”.⁶³⁷ Ao findar sua fala ele propôs a seguinte emenda substitutiva ao parecer:

O Congresso Nacional, verificando, pelo art. 4º da Constituição, que a sua competência, ali definida que aprova os acordos entre Estado, a que ele diz respeito, só se estabelece depois da aquiescência das respectivas Assembleias Legislativas, em duas sessões anuais sucessivas, a esses convênios interestaduais, e que, na hipótese vertente, a aquiescência das Assembleias Legislativas do Paraná e Santa Catarina foram outorgados em uma sessão ordinária e três sessões extraordinárias, as quais, sendo extraordinárias, não são anuais no sentido manifesto daquele texto, resolve não tomar conhecimento do assunto antes de cumprida a condição essencial da sua competência, e, para que ela seja observada, devolve o acordo de 20 de outubro de 1916 aos governadores dos dois Estados contraentes. Sala de sessões, 24 de Julho de 1917 – Rui Barbosa.⁶³⁸

Ainda que a emenda de Rui Barbosa pareça aparentemente conservar certa “simpatia” pela solução via acordo, no caso da sua aprovação, ela tornaria nula a negociação pelo seguinte motivo: a cláusula VII do texto do Acordo de Limites afirmava que se o mesmo não fosse aprovado até 3 de Setembro de 1917 ele ficaria sem efeito. Além do mais, segundo a proposta de Rui Barbosa, as votações das Assembleias Legislativas ocorreriam com no mínimo o intervalo de um ano entre uma e outra, possibilitando a organização de uma forte oposição contra a solução. Por fim, para Barbosa também deveria haver um plebiscito consultando as populações a respeito da sua decisão sobre o assunto.⁶³⁹

Na sessão de 25 de julho de 1917, novamente o senador Alencar Guimarães fez argumentações contra o projeto do Presidente da República, entretanto, nessa ocasião teve que debater vivamente com o outro representante federal do Paraná: o senador Generoso Marques, grande defensor da política de Affonso Camargo. Ao longo das discussões, Guimarães passou a apresentar uma série de telegramas da zona do Contestado, demonstrando como a resistência ao Acordo de Limites estava presente em diversos municípios da região. Na cidade de Clevelândia e Três Barras, as declarações partiam dos seus prefeitos municipais, Pedro Maciel e Dídio Augusto. Em Palmas, era liderada por alguns camaristas portadores de sobrenomes de famílias importantes da zona, enfatizando suas posições contrárias a do coronel Domingos Soares. Vale salientar que nem todos eram a favor da emancipação do Contestado, sendo a cidade de Palmas a única a mencionar alguma referência nesse sentido.⁶⁴⁰

⁶³⁷ ANAIS do Senado Federal, Sessão de 23 de julho de 1917, p. 246-280.

⁶³⁸ ANAIS do Senado Federal, Sessão de 24 de julho de 1917, p. 308.

⁶³⁹ *Ibidem*, p. 305.

⁶⁴⁰ ANAIS do Senado Federal, Sessão de 25 de julho de 1917, p. 380-7.

Continuando as discussões, na sessão do dia 26 de julho de 1917, foi a vez do senador paranaense Generoso Marques proferir o seu discurso, nesta ocasião, como solidário ao Acordo e legítimo defensor do Presidente do seu estado. Após historiar as intensas negociações entre os dois governos, mencionou a iniciativa de Wenceslau Braz de contatar Affonso Camargo para contar com seu apoio na resolução do conflito, alegando que o atual Presidente do Paraná conseguiu obter resultados do governo catarinense “que nenhum outro governo tinha conseguido, nenhum outro homem público [...], nem o eminente chefe político general Pinheiro Machado, nem o marechal Hermes”.⁶⁴¹

Generoso Marques reconhecia que a linha proposta por Felipe Schmidt continha alguns limites prejudiciais à jurisdição provisória do Paraná, mas assim mesmo considerava uma conquista, já que o governador daquele estado não aceitava, até então, outra linha a não ser a da sentença do STF. Quanto à competência de Affonso Camargo em passar a decisão para as mãos de Wenceslau Braz, para Marques, a reunião do dia 30 de junho, “particular, mas não clandestina” como havia se referido Alencar Guimarães, havia lhe conferido tal poder, estando presentes grandes autoridades judiciárias do Estado, membros da secretaria e da imprensa, inclusive alguns contrários ao Acordo e também representantes do Contestado, como o coronel Amazonas Marcondes.⁶⁴²

Portanto, o senador federal honrava a atitude de Camargo, pois o mesmo havia conseguido salvar mais de um terço do território litigioso do Paraná, em um momento crucial, pois segundo afirmava, o seu estado estava intimado a entregar todo um território num prazo de 10 dias, por conta de uma lei que andava em discussão no Senado para regulamentar a execução das sentenças do Supremo Tribunal Federal.⁶⁴³ Nesse sentido, argumentou:

[...] Ou a execução da sentença ou a revolução. Ora, a revolução neste tempo quem a pregar não terá patriotismo, principalmente depois da conflagração do Estado, com aqueles elementos de banditismo, que ali estão agora sem movimento, mas continuam a existir, constituindo um perigo evidente.⁶⁴⁴

⁶⁴¹ ANAIS do Senado Federal, Sessão de 26 de julho de 1917, p. 428.

⁶⁴² Ibidem, p. 428.

⁶⁴³ Sobre essa informação, consta no índice de requerimentos debatido naquele mês no Congresso Nacional, uma parte dedicada ao projeto do Senado n. 14, de 1910, que regulamentava a execução de sentenças do poder judiciário indo para segunda rodada de discussões, podendo ser esse o qual se referia Generoso Marques. Cf. ANAIS do Senado Federal, sessão de 3 de Julho de 1917, p. 22; ANAIS do Senado Federal, sessão de 26 de julho de 1917, p. 430.

⁶⁴⁴ ANAIS do Senado Federal, Sessão de 26 de julho de 1917, p. 428, (grifo nosso).

A fala de Generoso Marques revela como as atuais lideranças políticas do Paraná descartavam qualquer tentativa de revolução para a resolução da questão de limites naquele momento. Embalados no discurso de União Nacional promovido por Wenceslau Braz, perturbados pela recente experiência da Guerra do Contestado, esses indivíduos temiam que qualquer nova conflagração na região pudesse agitar novamente os ânimos naquele local, envolvendo aqueles considerados como “bandidos”.

Nesse momento de sua fala, Marques ainda acusou o senador Alencar Guimarães de ser partidário da revolução que prontamente se defendeu afirmando não estar envolvido em nenhuma conflagração. Mas, aproveitando-se da situação, Guimarães questionou o colega se o Acordo de Limites não seria, então, um pretexto para surgir novamente o “banditismo” naquela região. Em resposta, Marques afirmou que uma execução forçada da sentença sim, poderia levar os homens do Contestado, “senão igual a do banditismo daqueles tempos, pelo menos gravemente perturbadora”. Por isso, declarava que o Acordo vinha pacificar a região, afirmando:

Hoje convencido de que a resistência material seria atualmente um crime, tanto mais quanto se considera que não seria feita somente pelos paranaenses feridos nos seus direitos, mas, que interviriam nela aquelas hordas de bandidos que infestam o território contestado desde os tempos da conflagração e que aproveitariam a ocasião para restaurá-la. E seria vergonhoso e indigno de nos fazer causa comum com semelhante gente ou admitir que semelhante gente fizesse causa comum conosco. Todas essas razões influíram para que o nosso espírito aceitasse a fórmula de um acordo honroso, como eu reconheço que eram as do nobre senador.⁶⁴⁵

Com essa passagem, mais uma vez o representante do governo estadual no Senado Federal demonstrava o repúdio daquelas lideranças a qualquer resistência armada, usando-se do recente conflito do Contestado para justificar o seu posicionamento. Ao final da sua fala, Marques ainda afirmou que dois representantes do Contestado, o coronel Domingos Soares e Cleto da Silva, tiveram liberdade de se manifestar como bem entendiam, tendo Soares apoiado o Acordo, mesmo que constrangido e Cleto da Silva feito oposição, sendo muito bem tratado em seu estado. Para finalizar o seu discurso, o senador afirmou que foram sete e não seis municípios do Contestado que estavam envolvidos na negociação, e desses, quatro se manifestaram contra e três silenciaram, e mesmo se os sete tivessem se pronunciado contra, ainda não representavam todo o território paranaense, pois ainda restavam outros 43

⁶⁴⁵ ANAIS do Senado Federal, Sessão de 26 de julho de 1917, p. 428.

espalhados pelo do Paraná.⁶⁴⁶ Após a fala do senador Generoso Marques, a emenda de Rui Barbosa que buscava inviabilizar o Acordo foi reprovada e o Acordo de Limites foi aprovado na 2º rodada de discussão, indo para a terceira e definitiva.⁶⁴⁷

Nas próximas discussões, Alencar Guimarães ainda tentou combater o Acordo, afirmando que a principal razão por não aceitar o termo era por que ele sacrificava e reduzia as comarcas de Palmas e União da Vitória, arrancando a região “mais rica e fértil do Estado”. Além disso, União da Vitória também era um ponto de suma importância para a estruturação de toda a “viação férrea e fluvial” do Paraná, e que, dentro do território do Sul do Brasil tornar-se-ia em poucos anos uma zona extremamente importante, valendo qualquer outro sacrifício que o Estado fizesse para sua manutenção. Contudo, sua oposição não foi o suficiente para barrar o Acordo. Percebendo que não conseguia mais convencer seus colegas, no dia 31 de julho de 1917, o senador desistiu da palavra.⁶⁴⁸ Enquanto o senador desistia de lutar no Senado, alguns homens do Contestado iniciaram outro tipo de resistência: a luta armada.⁶⁴⁹

A última tentativa de barrar as negociações partiu de Rui Barbosa, na sessão do dia 1 de agosto de 1917. Aproveitando-se da revolta iniciada no Contestado, o senador baiano proferiu mais uma de suas falas:

Votos faço, eu, muito verdadeiro, muito sinceros, para que este negócio do Contestado se resolva, como supõem os amigos do Governo, sem maiores desgostos, sem continuação das agitações que se estão produzindo [...] **Mas si outro, por acaso, fosse o resultado, a responsabilidade não nos caberia a nós... [...] Porque, Sr. Presidente, ao passo que em defesa dessa medida se alega o caráter pacificador, que, como verdadeiro acordo, a deve distinguir, o que nós estamos vendo é que ela provoca resistência, é que ela provoca objeções, é que ela provoca movimentos agitados no seio da própria população cujos interesses essa medida vai resolver. Sendo assim, desapareceu, na realidade, o caráter de acordo, que deixa de existir em desaparecendo o caráter de pacificação.** A medida perdeu o seu aspecto e sua eficácia de pacificadora para se converter em uma medida imposta pela força.⁶⁵⁰

Apoiando-se no levante armado em andamento no Contestado, Rui Barbosa procurava desqualificar o caráter de pacificação do Acordo de Limites, conferindo, até certo ponto, uma legitimidade para o movimento iniciado por Cleto da Silva e seus companheiros. Mesmo

⁶⁴⁶ ANAIS do Senado Federal, Sessão de 26 de julho de 1917, p. 428, p. 452.

⁶⁴⁷ Infelizmente o número de votos a favor e contrários não foi divulgado nas atas do Senado Federal. *Ibidem*, p. 474-5.

⁶⁴⁸ ANAIS do Senado Federal, sessão de 31 de julho de 1917, p. 593.

⁶⁴⁹ A análise do levante armado será feita logo em seguida.

⁶⁵⁰ ANAIS do Senado Federal, sessão de 1 de agosto de 1917, p. 8, (grifo nosso).

alegando querer ver tudo resolvido em breve, entendia ser justa a revolta daqueles homens contra as injustiças de uma solução imposta à força. Como forma de fortalecer seus argumentos, Barbosa ainda leu durante a sessão alguns telegramas recebidos da região, apelando para sua intervenção por outros motivos:

[Três Barras]: O povo deste município, ciente de que a sanção do nefando acordo de 20 de outubro, cujos termos e marcha iníqua V. Ex. conhece, ao **invés do que assolam seus patronos vários, por motivo de ordem não só regional como nacional devem desencadear a luta e não estabelecer a paz definitiva no Contestado; considerando que passar a jurisdição catarinense equivale a tornar-se quase súditos de Guilherme II, propagada como está a ação do germanismo em Santa Catarina, que ali tudo avassala em prejuízo da nossa nacionalidade**, desde as escolas aos mais elevados cargos públicos e tendo em vista a suprema iniquidade de transação de 80.000 paranaenses contra a sua vontade expressa veementes reiterados protestos, vem por meu intermédio pedir o valiosíssimo concurso de V. Ex. no sentido de citar que o projeto não tenha sanção do Senado. **O povo conforma-se com a passagem da região para Estado autônomo.** Ao acordo jamais se submeterá e está disposto a arrostar com as consequências da sua insubmissão, seja quais forem, porque considera o caso de legítima defesa – Respeitosas Saudações.⁶⁵¹

Novamente, quem dirigiu esse telegrama foi o prefeito de Três Barras, Dídio Augusto. Esse indivíduo ocupou diversos cargos importantes nas cidades do planalto norte do Contestado. Desde 1910, havia fixado sua residência em Rio Negro, município do qual foi Três Barras desmembrada em 1º de abril de 1913. Em 1914, foi eleito primeiro prefeito do local, sendo reeleito, em 1916, devendo exercer seu mandato até 1919. Nesse sentido, com a sanção do Acordo de Limites, Dídio Augusto perderia seu cargo, sendo uma das grandes motivações para sua luta contra o convênio.⁶⁵² Além disso, no telegrama em questão, também é possível notar como o político local já estava simpatizando com a emancipação da zona – elemento novo em relação aos outras mensagens enviadas – e ainda apelou o discurso nacionalista emergente no Brasil durante os anos de 1916 e 1917.⁶⁵³

⁶⁵¹ ANAIS do Senado Federal, sessão de 1 de agosto de 1917, p. 12, (grifo nosso).

⁶⁵² A participação de Dídio Augusto na resistência ao Acordo de Limites também foi associada a uma possível incitação à greve dos trabalhadores da Lumber Company de Três Barras, em 1917, com o objetivo de desviar atenção do Exército Nacional. Contudo, esse fato nunca chegou a ser confirmado. Cf. BARBOZA, 2017, p. 91.

⁶⁵³ Desde o início da Primeira Guerra (1914-1918) o Brasil vinha colocando o termo “nação” novamente em debate. Em 1916, diversos grupos surgiram pelo país em defesa da nação brasileira, merecendo destaque a fundação da Ligada de Defesa Nacional, em 1916, ligada ao poeta Olavo Bilac e com forte apoio do Presidente Wenceslau Bráz. Desde então, Bilac percorreu os territórios brasileiros incentivando a fundação dessas associações nacionalistas e propagando um discurso de “reerguimento do caráter nacional”. Os impactos da campanha nacionalista iniciada em São Paulo não demoraram a chegar aos territórios do Sul do Brasil. A presença alemã em Santa Catarina tornou-se um prato cheio para seus discursos. As colônias e escolas alemãs, e demais instituições estrangeiras alemãs, passaram a ser vistas como uma ameaça ao

Embalados pelos discursos das Ligas de Defesa Nacional e pela declaração de guerra assinada por Wenceslau Brás ao Império Alemão em junho de 1917, os contrários ao Acordo de Limites aproveitaram-se dessa situação para tentar exercer mais um ponto de pressão para barrar a negociação. Outro indivíduo que evocou a presença alemã em Santa Catarina no seu apelo de defesa a Rui Barbosa no senado, foi o prefeito municipal de Rio Negro e 2º Vice-Presidente do Estado do Paraná, Joaquim Ferreira do Amaral e Silva:

Respeitosas Saudações. Sendo V. Ex. advogado natural e espontâneo de todos os desgraçados e oprimidos, tomo a liberdade de vir à presença de V. Ex., em nome da população brasileira deste município e desta cidade, divididos pelo infamíssimo acordo sobre limites com o vizinho **Estado alemão de Santa Catarina**, talvez a maior infâmia da História, suplicar de joelhos a que V. Ex., se comovendo ante nossa irreparável desgraça, se digne esmagar, com a clava de tão poderosa palavra, aquela obra do diabo [...] **Queremos e devemos ser brasileiros, e nesta fé morreremos. Jamais nos submeteremos à vizinha Alemanha Antártica, jamais passaremos a ser colonos da Alemanha em nossa própria Pátria!** Perseguidos pelos três poderes políticos da Nação, de joelhos imploramos o socorro de V. Ex. ⁶⁵⁴

Assim, após a leitura desses telegramas, Barbosa começou a proferir sua fala quanto “a adentrada germanização do Estado de Santa Catarina, fato notório, lamentável, gravíssimo, não só para esse Estado, mas para todas as situações nacionais”, sendo apoiado por seus colegas ao declarar:

Não me quero ocupar, por enquanto, desse assunto, no qual, embora constrangido talvez hoje terei de tocar, mas sinto como fosse habitante da zona sobre cuja sorte, a proposito deste acordo agora, aqui se está deliberando, o meu coração palpitar com o mesmo sentimento que vibra nos documentos que acabo de ler. **Eu empregaria todos os meus esforços para evitar a transferência da região por mim habitada de um para outro Estado, receando ir encontrar ali está influência germânica, esse predomínio germânico, essa ação germânica, esse governo intolerável da expansão germânica contra a qual as populações do Contestado hoje estão clamando**, e tem clamado entre nós espíritos dos mais alevantados, dos mais nobres, dos mais cultos, dos mais esclarecidos a respeito da verdade naquela região. ⁶⁵⁵

Novamente Rui Barbosa legitimava a revolta das elites do Contestado, apoiando-se agora na “alta germanização” do estado de Santa Catarina. ⁶⁵⁶ Nesse momento, o senador baiano ainda travou um intenso debate com o representante catarinense Hercílio Luz, que

nacionalismo do país e a sua “brasilidade” Cf. BARBOZA, Gabriel Goulart; GOSS, Mariáh Letícia; LEHNEN, Matheus. Entre Deutchtum e brasilidades: as utilizações políticas das construções identitárias e nacionalistas. **Revista Santa Catarina em História** - Florianópolis - UFSC - Brasil ISSN, 1984-3968, v. 10, v. 2, 2016.

⁶⁵⁴ ANAIS do Senado Federal, Sessão de 1 de agosto de 1917, p. 11-12, (grifo nosso).

⁶⁵⁵ Ibidem, p. 14, (grifo nosso).

⁶⁵⁶ As falas de Rui Barbosa também podem estar associadas a um discurso anti-Lauro Muller, candidato informal a sucessão de Wenceslau Braz.

procurou sair em defesa do seu governo. Barbosa permaneceu longas horas falando sobre esse assunto, apresentando diversos documentos comprovando a influência alemã nas terras catarinenses e condenando aquele tipo de colonização. Ao final o senador teve que encerrar seu discurso devido ao avanço do horário, prometendo retornar no dia seguinte.⁶⁵⁷ Entretanto, Rui Barbosa não compareceu a tribuna do Senado no dia 2 de agosto, alegando motivos de doença. Assim, não tendo mais quem pedisse a palavra, o Acordo de Limites foi aprovado e homologado definitivamente. Para concluir com êxito a negociação, o presidente da República e os governos estaduais só precisavam dismantelar a agitação do Contestado.

Antes de passar para o próximo tópico, convém refletir sobre o posicionamento de Rui Barbosa contra o Acordo de Limites no Senado durante os dias de votação. Barbosa foi um dos que ratificou o convênio durante sua assinatura, em outubro de 1916, mas acabou mudando seu posicionamento durante as votações no Senado.

O que teria feito o jurista mudar sua posição? Apenas o apelo das populações do Contestado? Sua percepção quanto à irregularidade das votações nas Assembleias Legislativas estaduais? Na verdade, muitas dessas questões já circundavam os questionamentos sobre a validade do Acordo no ano anterior. Nesse sentido, uma das hipóteses que podem ser levantadas quanto à sua mudança de opinião é a sua participação como advogado de defesa do estado do Paraná durante a Questão de Limites. Ao se pronunciar abertamente contra o Acordo, Barbosa parece ter confundido suas esferas de atuação, misturando o público com o privado. Em outras palavras, ele acabou trazendo suas opiniões como advogado de defesa contratado pelo Paraná para as discussões políticas do Senado na esfera pública.

5.2 O LEVANTE ARMADO DE JULHO DE 1917: O CONTESTADO DIANTE DAS CARABINAS

Tudo estava combinado para que a sublevação rebentasse no dia 31 de julho. Rio Negro, União da Vitória, Palmas, Clevelândia, Três Barras, Valões, Xanxerê e até Curitiba, Campos Novos e Canoinhas, (estas três últimas localidades sob a jurisdição catarinense) desejavam a desintegração do território para a formação de um novo Estado; todas de pleno acordo com o projeto de lei que apresentamos ao Congresso Legislativo do Paraná. Assim é que, nas mencionadas cidades e vilas, os elementos de prestígio se dispunham a coadjuvar o movimento planejado.⁶⁵⁸

⁶⁵⁷ ANAIS do Senado Federal, Sessão de 1 de agosto de 1917, p. 15-40.

⁶⁵⁸ SILVA, 1920, p. 151.

Com essas palavras, Cleto da Silva iniciou sua narrativa sobre os acontecimentos ocorridos durante o levante armado programado para o dia 31 de julho.⁶⁵⁹ De acordo com o deputado estadual, além de sete municípios paranaenses localizados na região, Curitiba, Campos Novos e Canoinhas, situados em território catarinense, também estavam em conformidade com sua proposta apresentada no Congresso Legislativo do Paraná para criação do Estado das Missões – uma informação bastante questionável.⁶⁶⁰

Desde maio de 1917, Cleto da Silva e os demais envolvidos na revolta estavam se preparando para iniciar o movimento. No entanto, a constante vigia da polícia da paranaense e os diversos boatos sobre um possível levante espalhados pela imprensa, dificultaram consideravelmente a organização de uma ação sem ser percebida. De acordo com as informações prestadas pela imprensa de União da Vitória ao periódico catarinense O DIA, corria há alguns meses naquela cidade rumores sobre uma possível insurgência contra o Acordo. Assim, no dia 23 de julho, houve uma pequena agitação por conta de uma notícia de que alguns revolucionários tomariam a cidade, fazendo o Tenente Archias Colonia – o mesmo agressor do filho de Cleto – colocar suas tropas em atividades.⁶⁶¹ Embora tenha sido um alarme falso, essa pequena especulação foi suficiente para deslocar o 57º Batalhão de Caçadores, sob comando do coronel Miguel da Cunha Martins e seus 200 homens para o Contestado, saindo de Porto Alegre no dia 25 daquele mês.⁶⁶²

A situação ficou ainda mais complicada para os revoltosos quando, no dia 29 de julho, as forças federais estacionadas em União da Vitória, comandadas pelo major Américo Abreu de Lima, receberam informações sobre os planos do levante.⁶⁶³ Medidas de prevenção foram

⁶⁵⁹ Esse trecho está inserido no livro “O Contestado diante das Carabinas”, escrito por Cleto da Silva, em 1920. Pautado em suas memórias, o deputado procurou descrever minuciosamente cada dia vivido pelos revoltosos durante o levante sendo uma fonte extremamente rica para compreendermos como se deu toda a movimentação. No entanto, cabe lembrar que a obra escrita pelo paranaense tinha um objetivo muito claro: limpar sua imagem e “resgatar a honra da sua família”, fazendo, portanto, uma seleção daquilo considerado importante de ser mencionado. Nesse sentido, nem todas as informações encontradas devem ser tomadas ao pé da letra. Colocando em prática o ofício do historiador estaremos em diversos momentos contrapondo aquilo que disse o deputado estadual com as informações presentes nas outras fontes.

⁶⁶⁰ De fato, conforme vimos nas argumentações desenvolvidas pelos contrários ao Acordo de Limites, Rio Negro, Três Barras, União da Vitória e Palmas possuíam indivíduos contrários àquela solução – nem sempre sendo a maioria. É de se presumir que nas cidades de Valões e Xanxerê também deveria haver alguns indivíduos contrários ao Acordo e favoráveis ao novo estado. No entanto, quanto à menção das cidades catarinenses parece ser um exagero por parte do deputado, uma forma de legitimar sua narrativa, ou quem sabe, a pretensão de alguns paranaenses residentes na região.

⁶⁶¹ O DIA, Florianópolis, 16 de agosto de 1917. **A Revolução no Contestado**, p. 5, c. 3-5.

⁶⁶² A FEDERAÇÃO, Porto Alegre, 25 de julho de 1917. **57º de Caçadores**, p. 4, c. 4.

⁶⁶³ O DIA, op. cit., p. 5, c. 3-5.

tomadas imediatamente. O major Abreu de Lima posicionou soldados nas principais esquinas da cidade, além de fixar quase ao lado da residência de Cleto da Silva, duas metralhadoras sob o comando do 2º tenente Djalma Coelho.⁶⁶⁴

Com seus planos descobertos, os insurgentes decidiram abortar a ação programada e assim evitar um confronto com a força federal. Na madrugada do dia 31, alguns poucos homens partiram de União da Vitória frustrados, pois a parte principal de suas estratégias consistia em fixar as bases de operação naquela cidade. O ponto de encontro seria a Fazenda Santa Maria a 18 km da Estrada de Palmas. Segundo narrou Cleto da Silva, dos cento e muitos que eram naquele município, ficaram reduzidos a vinte e dois homens com expectativas de que em demais pontos do Contestado, “como ficará convencionado”, tivesse estalado o levante.⁶⁶⁵

De fato, outra tentativa de levante rebentou na localidade de Valões, sendo liderado pelo coronel e político local Anastácio Modesto da Luz. Segundo algumas declarações prestadas por indivíduos capturados pelo exército, Modesto da Luz utilizou-se de vários meios para reunir seus homens, como suborno, promessas políticas, coação, etc.⁶⁶⁶ Alinhado com os demais revolucionários da zona do Contestado, aquele coronel deu início ao movimento na madrugada do dia 30 de julho. Outro indivíduo que teve participação ativa no movimento de Valões, foi o sargento do Exército Nacional Brasileiro Justiniano Silva, abandonando o posto da guarnição federal e passando para o lado das forças oposicionistas.

De acordo com informações recolhidas pelo periódico DIARIO DA TARDE, o Sargento Brasileiro entregou aproximadamente 31 fuzis e um cunhete de munições pertencentes à guarnição do Exército para Modesto da Luz e sua gente. Somente no outro dia o tenente Luiz Pinto de Oliveira, responsável pela região, ficou sabendo do roubo, realizando uma batida na propriedade de Modesto da Luz, alegando ter encontrado 4 fuzis, 1230 tiros dos 1500 roubados e ainda 670 cartuchos de balas pontiagudas que não existiam no destacamento do Exército.⁶⁶⁷ Embora não possamos depositar inteira confiança nos detalhes oferecidos pelo periódico curitibano, de forma geral, essas informações batem com as apresentadas nas outras

⁶⁶⁴ SILVA, 1920, p. 151.

⁶⁶⁵ Ibidem, loc. cit.

⁶⁶⁶ EXÉRCITO NACIONAL. Comunicado do Snr. Coronel Emygdio Ramalho, Comandante das forças em operações no Território do Ex-Contestado ao Snr. General Luiz Barbedo, comandante da 6ª Região Militar. **Revolução nos Estados do Paraná e Santa Catarina**, 5 de Agosto a 24 de Setembro de 1917. Acervo do Arquivo histórico do Exército Nacional. fls. 32.

⁶⁶⁷ DIARIO DA TARDE, Curitiba, 13 de agosto de 1917. **Coisa do Contestado**, p. 2, c. 2-3.

fontes. Segundo o relatório do Chefe de Polícia do Estado, Lindolpho Pessoa, no dia 30 de julho Modesto da Luz conseguiu a adesão de um sargento da força federal estacionada em Valões, apoderando-se de algumas armas e munições pertencentes àquele destacamento, dando início a um levante para tomar a cidade com um grupo denominado “piquete do coronel Fabrício”.⁶⁶⁸

Embora a revolta em Valões tenha tido algum êxito no seu início, a notícia da chegada do 57º Batalhão de Caçadores em União da Vitória, com seus 200 homens comandados pelo coronel Miguel de Cunha Martins, alarmou os revoltosos. Como era de se esperar, a primeira ordem do batalhão foi seguir para o local, provocando uma grande debandada do grupo revolucionário que buscou fugir e reunir-se com os demais indivíduos envolvidos na revolta do Contestado.⁶⁶⁹

Aparentemente nem o Exército Nacional tinha muitos detalhes do ocorrido em Valões. Quem estava a serviço da força federal para recolher informações era o antigo vaqueano Salvador Dente de Ouro, chegando a prender um alemão de nome Hans [Kroch] empregado da empresa Hacker & Cia acusado de estar envolvido no levante. Em declaração, Kroch afirmou ter sido preso por Modesto da Luz e ter assistido em sua fazenda uma reunião com o objetivo de tomar a cidade. Salvador também apreendeu de um chofer da empresa Hacker, um fuzil *Mauser* e uma *Winchester* pertencentes ao grupo revoltoso. Quando o coronel Ramalho repassou essas informações seu general (Luiz Barbedo) o mesmo declarou que “Salvador Pinheiro não merecia inteira confiança” e que o seu depoimento e do alemão Hans [Kroch] seriam muito importantes para elucidar o que aconteceu em Valões, recomendando não perderem de vista Salvador.⁶⁷⁰ As autoridades militares também sabiam que Salvador Dente de Ouro era homem de confiança de Fabrício Vieira, podendo se rebelar a qualquer momento.

O fracasso dos dois primeiros levantes contra o Acordo de Limites e em prol da emancipação do Contestado não significou o fim do movimento de resistência. Enquanto debandavam as forças em Valões os revolucionários de União da Vitória, reduzidos a 22

⁶⁶⁸ O nome do piquete fazia alusão ao coronel Fabrício Vieira, que segundo o Chefe de Polícia paranaense teve participação “indireta” no movimento. Cf. PARANÁ (ESTADO). CHEFE DE POLÍCIA LINDOLPHO PESSOA DA CRUZ MARQUES. **Relatório enviado ao secretário do interior, justiça e instrução pública em 31 de dezembro de 1917.** p. 9.

⁶⁶⁹ O DIA, Florianópolis, 16 de agosto de 1917. **A Revolução no Contestado**, p. 5, c. 3-5.

⁶⁷⁰ A atuação de Salvador Dente de Ouro ao lado das tropas do exército evidencia como a utilização de vaqueanos nos conflitos do Contestado se tornou um recurso recorrente na região, mesmo com certa desconfiança por parte dos oficiais federais. Cf. **Revolução nos Estados do Paraná e Santa Catarina**, RAMALHO, 1917, fls. 1 e 4.

homens, decidiram ocupar a estação de Nova Galícia, chegando ao local no dia 31 de julho e interrompendo o tráfego ferroviário com o Rio Grande do Sul. Com essa medida, esses indivíduos pretendiam auxiliar os demais levantes que supostamente estariam ocorrendo em outras partes do Contestado. Apossando-se do telégrafo também aproveitaram para passar uma mensagem para o major Abreu de Lima estacionado em União da Vitória:⁶⁷¹

Snr. Major Américo Abreu de Lima e mais oficiais do 13º Regimento
União da Vitória

Revoltados contra o malfadado e infamante acordo de 20 de Outubro, vendo menosprezados os nossos mais sagrados direitos [...] vimos apelar para vosso coração de soldado desse glorioso Exército [...] **para que sejam reconhecidos os nossos direitos nesta cruzada patriótica, que traz por único objetivo a independência deste território, a constituir-se em Estado da Federação**; vimos apelar, repetimos, para os vossos sentimentos, a fim de que sejas o nosso intermediário perante os poderes da República, neste momento, evitando-se assim a luta fratricida, o derramamento inútil de sangue de tantos patriotas sinceros, que bem caro venderão suas vidas em prol da defesa de seus direitos.⁶⁷²

Com essa mensagem os revoltosos procuravam justificar seu posicionamento perante o major Abreu de Lima, bem como convencê-lo a atuar como intermediário do movimento perante os poderes da República para evitar um derramamento de sangue entre os envolvidos. Além disso, também deixavam claro que o objetivo do levante era “independência” do Contestado para tornar-se mais um estado da Federação. Ainda, em uma parte suprimida da narrativa de Cleto da Silva, consta outro trecho importante do respectivo telegrama:⁶⁷³

Será prudente evitarde a vinda de trens, porque em nossa defesa lançaremos mãos a todos recursos [...] **Somos aqui cento e cinquenta companheiros dispostos a tudo, país, noivos, irmãos, abandonaram seus lares defesa nossa causa muitíssimo sagrada. Vamos destruir linhas estrada de ferro; comunicação para Palmas interrompida, obstruídas todas as pontes, reunimo-nos amanhã, digno distinto Coronel Fabricio Vieira, amigo causa independência. Ele, seus aguerridos, mais mil homens patriotas, defensores nossa causa venderão suas vidas muito caro** [...] Não atacaremos forças Exército, mas colocamo-nos na defensiva. Obséquio transmitir telegrama a qual julgardes conveniente. Seguimos S. João, onde aguardamos respostas.

Saudações.

- (a) Deputado Cleto da Silva
- (b) Luiz Fabricio Vieira
- (c) Manoel Horacio de Brito
- (d) Modesto Cordeiro

⁶⁷¹ SILVA, 1920, p. 152.

⁶⁷² Ibidem, loc. cit., (grifo nosso).

⁶⁷³ Durante a pesquisa do meu Trabalho de Conclusão de Curso analisei a questão da supressão dessa parte na narrativa de Cleto da Silva. Cf. BARBOZA, 2017, p. 87-9.

(e) Eneas Borges dos Santos.⁶⁷⁴

A supressão dessa parte na narrativa de Cleto da Silva é entendível. O deputado, buscando limpar seu nome, não colocaria em seu livro um trecho em que afirmava que destruiriam as linhas da estrada de ferro, obstruindo as pontes e, ainda, mencionava a vinda do coronel Fabrício Vieira com mais de mil homens para lutar pelo Estado das Missões. Além do mais, diferente da primeira parte da mensagem, essa segunda possuía um tom de ameaça, afirmando serem 150 homens, quando na verdade, segundo Cleto eram apenas 22. Provavelmente, esse “aumento no efetivo” foi uma estratégia para evitar a vinda das forças legais sem a devida precaução. Quanto ao coronel Fabrício Vieira, novamente seu nome aparece associado ao levante, desta vez, pelas próprias forças revoltosas. Também devemos atentar que, dentre os subscritos no telegrama constava o nome de um de seus filhos: Luiz Fabrício Vieira. Conforme veremos no desenrolar da história, ficará cada vez mais difícil negar a participação desse coronel, ao menos indireta, no movimento.

Após o envio do telegrama ao major Abreu de Lima, o grupo permaneceu em Nova Galícia ganhando tempo até a chegada dos reforços prometidos. Segundo informações prestadas pela imprensa de União da Vitória, o destacamento estacionado em União da Vitória, com a saída do 57º Batalhão de Caçadores em direção a Valões, era de 70 soldados, demonstrando a importância de aqueles indivíduos terem afirmado estar em número de 150. Durante a permanência na estação, os revoltosos ainda tiveram que lidar com a chegada de um comboio com 83 passageiros vindo de São João, perguntando se poderiam se dirigir à próxima estação. Sob a liderança do deputado estadual, os membros do levante tiveram que repor as linhas ferroviárias e deixar o trem seguir seu rumo, pois, para Cleto o movimento tinha que contar com o apoio da população.⁶⁷⁵ Em seu livro, ele fez questão de afirmar:

Não éramos, porém, nem caudilhos da primeira [Revolução Federalista] e nem semelhança queríamos ter com os José Maria e caterva, do fanatismo cruel que assolou a população inteira do Contestado; éramos, sim, um punhado de homens, amigos e filhos da terra paranaense, e batermo-nos por um ideal muitíssimo nobre.⁶⁷⁶

⁶⁷⁴ PARANÁ (ESTADO). CHEFE DE POLÍCIA LINDOLPHO PESSOA DA CRUZ MARQUES. **Relatório enviado ao secretário do interior, justiça e instrução pública em 31 de dezembro de 1917**. Tipografia da Penitenciária do Estado. Curitiba, 1917, p. 9.. Ou ainda: A FEDERAÇÃO, Porto Alegre, 3 de Agosto de 1917. **O Movimento no Contestado**, p. 3, c 5-7, (grifo nosso).

⁶⁷⁵ Desenvolvi melhor a situação em torno do comboio durante meu trabalho de conclusão de curso. Cf. BARBOZA, 2017, p. 91-2.

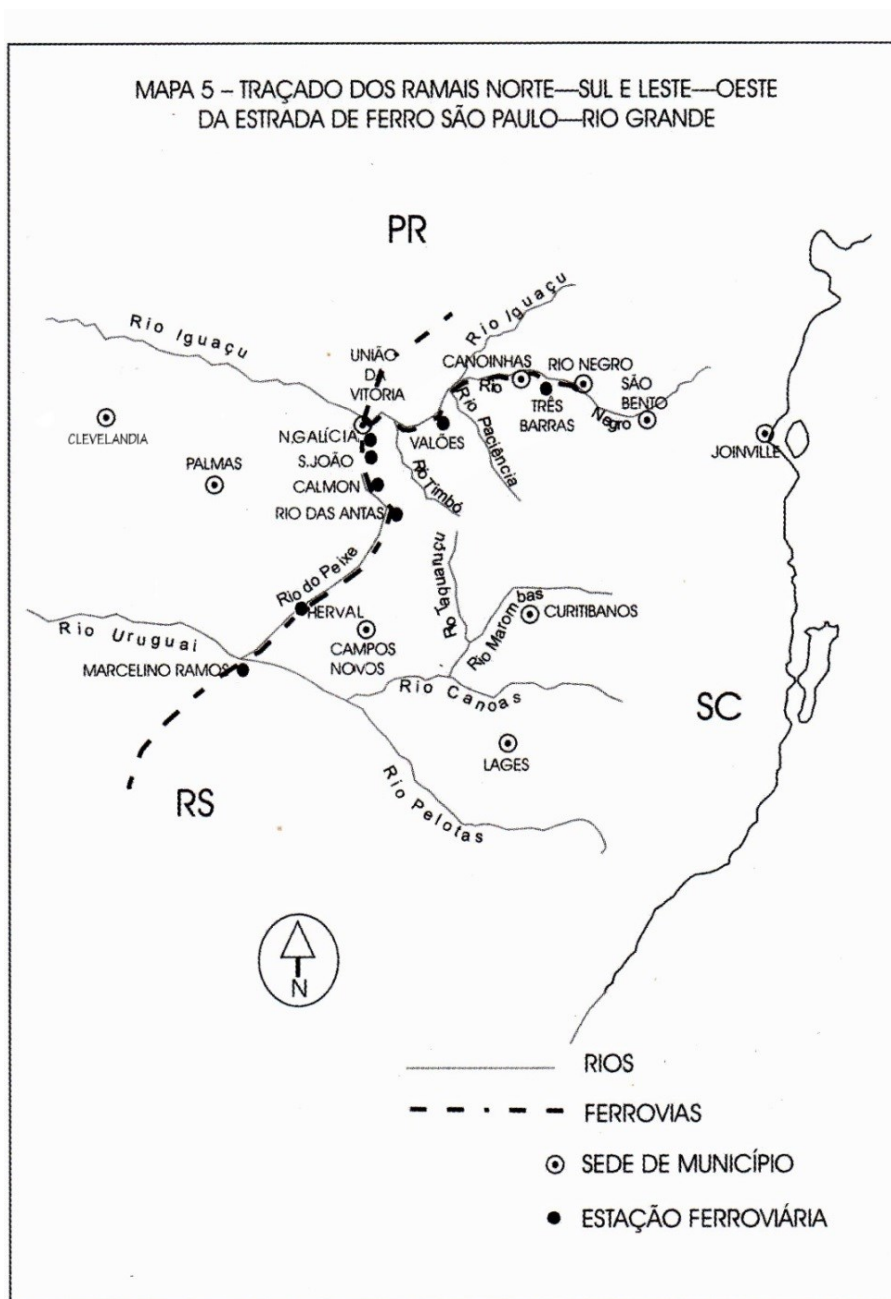
⁶⁷⁶ SILVA, 1920, p. 156.

A diferenciação feita pelo deputado dos rebeldes da Revolução Federalista e dos “fanáticos” do monge José Maria, embora esteja inserida dentro da lógica da narrativa de Cleto, nos dá indícios do perfil dos sujeitos liderados pelo deputado: membros da elite política daquela localidade, insatisfeitos com possível perda de parte das suas terras em decorrência do Acordo de Limites. Eram, em sua maioria, comerciantes, proprietários, políticos e fazendeiros, com algum posto na Guarda Nacional, podendo ter um ou outro peão ou agregado a serviço dos seus patrões – talvez esse número tenha subido com a chegada de outros indivíduos. Também é importante atentar para as relações desses indivíduos com os demais pecuaristas na região, recebendo pouso nas fazendas ao longo do caminho, gados para o churrasco, além de outros mantimentos. Nesse sentido, mesmo que nem todos os apoiadores aderissem a luta armada, a relação de solidariedade existente entre o grupo e os moradores mais abastados da zona do Contestado foi de suma importância para continuidade do levante.

No dia 1 de agosto, mesmo dia em que Rui Barbosa estava proferindo sua fala no Senado Federal contra o Acordo, os revoltosos se dirigiram para a estação de São João, chegando ao local por volta das 11 horas da manhã. O acampamento foi estabelecido numa casa velha, propriedade de uma viúva que teve seu marido morto durante o ataque dos sertanejos a estação, em 1914. Em São João, os membros do levante ainda tiveram a visita do fazendeiro Manoel de Araújo e de outros moradores que integraram no movimento. Além disso, de União da Vitória chegaram novos companheiros contrários à homologação do Acordo, elevando o número de revoltosos para 33. Segundo Cleto, eles se mantinham esperançosos de que em outras localidades do Contestado, grupos se organizavam pelos mesmos ideais e seguiam firmes na sua luta, pois, se a vitória viesse, teriam, finalmente, “um Estado para serem livres”.⁶⁷⁷ A seguir, para facilitar a visualização do leitor do posicionamento desses indivíduos, apresentamos um mapa contendo as estações de ferro e os municípios mencionados:

⁶⁷⁷ SILVA, 1920, p. 161.

Figura 29 - Traçado dos ramais Norte-Sul e Leste-Oeste da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande.



Fonte: Mapa retirado do livro “Lideranças do Contestado” de Paulo Pinheiro Machado com algumas adaptações (foram inseridas as estações de Herval, Nova Galícia e o município de Clevelândia). Cf. MACHADO, 2004, p. 379.

No dia 2 de agosto pela manhã, os revolucionários foram surpreendidos por uma comunicação de Nova Galícia do capitão Sebastião Pinto, apresentando-se como comandante

do 57º Batalhão de Caçadores do Exército e dizendo estar acompanhado do engenheiro de estrada Arthur Baroncini. Desconfiados, buscaram informações sobre Sebastião Pinto, descobrindo que ele fazia parte do Estado Maior da Guarnição de Curitiba e vinha como emissário do coronel Cunha Martins, chefe maior do 57º batalhão. Decidiram parlamentar com aquele capitão, colocando a três quilômetros da estação uma bandeira branca, conforme solicitado. Cleto afirmou que a noite era extremamente fria, ainda mais por dormirem em uma casa velha desmantelada, coberta de fumaça pelo fogo que fizeram em um canto.⁶⁷⁸ No dia seguinte:

O sol, que nessa manhã surgia claro, retemperava o nosso organismo, revigorando-o para luta que, dia a dia, se nos apresentava maior, pois, estávamos sem notícias de espécie alguma, sem os recursos prometidos, sem um aviso sequer que nos orientasse para o prosseguimento ou para o recuo da jornada que encetamos.⁶⁷⁹

Essa passagem retirada das memórias de Cleto evidencia como a preocupação estava começando a tomar parte da mente dos envolvidos: notícias de sucessos não apareciam, os recursos prometidos não chegavam, além do mais, não tinham nenhum aviso de orientações para prosseguirem ou recuarem. Ao que tudo indica São João seria um dos pontos para reunião do grupo com os demais indivíduos. Provavelmente, os revoltosos estavam aguardando a chegada do coronel Fabrício Vieira com seus “mil homens” conforme havia se referido no telegrama enviado ao major Abreu Lima. Mesmo sob todas essas circunstâncias, os insurgentes decidiram não se entregar, não desistiriam da luta e iriam até seu limite para fazer aquele levante cumprir seu objetivo.⁶⁸⁰

Mal sabiam os envolvidos, que no dia anterior, Rui Barbosa não compareceu a tribuna do Senado Federal por motivos de doença e o Acordo de Limites, não tendo mais quem pedisse a palavra, foi votado e homologado definitivamente. A situação ficou ainda mais complicada. Wenceslau Braz, Affonso Camargo e Felipe Schmidt haviam vencido na esfera federal. Faltava, apenas abafar o pequeno movimento revolucionário no Contestado.

No dia 3 de agosto, o capitão Luiz Fabricio, o tenente Enéas Borges e o deputado Cleto da Silva, acompanhados ainda de Modesto Cordeiro, Manoel Horácio de Brito e do engenheiro Paulo Tabbert, encontraram o capitão Sebastião Pinto e o engenheiro Arthur Baroncini. Chegando ao local, o capitão informou que o coronel Cunha Martins contava com

⁶⁷⁸ SILVA, 1920, p.162.

⁶⁷⁹ Ibidem, loc. cit.

⁶⁸⁰ Ibidem, p. 163.

300 homens armados, com infantaria, cavalaria e uma seção de metralhadoras, pedindo para que deixassem a estação, não interrompendo o tráfego, por ser uma área militar e nacional. O capitão narrou o fracasso do movimento de Valões, dirigido por Anastácio Modesto da Luz, afirmando ainda, que nas outras partes do Contestado os levantes haviam falhado.⁶⁸¹ Por fim, Sebastião Pinto encerrou sua fala, alegando ter o governador do Estado, aliado ao Exército Nacional, gente suficiente para combater o movimento, sugerindo a rendição dos envolvidos, pois “o exército não vinha combater ‘patrícios’ e nem tinha ligação com a forma adotada para resolver a questão de limites”.⁶⁸²

Após a reunião, os revoltosos retornaram para São João, onde mandaram um telegrama para o presidente da República, solicitando o reconhecimento de seus direitos de fundarem o Estado das Missões. No conteúdo da mensagem alegavam que a conflagração já se espalhava por todo o Contestado evidenciando uma tentativa desesperada de pressionar o Chefe da Nação.⁶⁸³ Logo em seguida, receberam um recado do coronel Cunha Martins informando estar dirigindo-se para estação, a fim de tomá-la pacificamente para o governo ter o controle da fronteira.

Neste momento, Cleto voltou a afirmar que eram apenas trinta e três homens, nem todos armados, sendo incapazes de fazer frente aos 300 homens do coronel Cunha Martins e também aos 90 do capitão Gasparino na estação de Calmon. Além disso, já sabiam que a força militar do Estado estava sendo auxiliada pelo chefe vaqueano Dente de Ouro, gerando ainda maiores temores. O deputado decidiu se retirar do local e debandar com seu grupo para a cidade de Palmas.⁶⁸⁴ Dormiram mais uma noite em São João, partindo no outro dia pelas 10 da manhã, antes de ser reestabelecido o telégrafo. A linha férrea foi arrumada durante a madrugada.

Em sua narrativa Cleto afirmou que a luta em guerrilhas poderia ter dado maior trabalho às forças federais, mas preferiram não entrar em conflito, mesmo sabendo que o “nosso humanitário modo de proceder motivasse em grande parte o fracasso do movimento, pois todo o mundo sabe que não se faz uma revolta sem sangue” e agregou:

⁶⁸¹ SILVA, 1920, p. 164.

⁶⁸² *Ibidem*, p. 164.

⁶⁸³ Assinavam o telegrama o deputado Cleto da Silva, capitão Luiz Fabricio Vieira, engenheiro Paulo Tabbert, tenente Eneas Borges dos Santos, capitão Manoel Horacio de Brito, Modesto Cordeiro e Alcides Silva. Cf. *Ibidem*, p. 166-7.

⁶⁸⁴ *Ibidem*, p. 169.

A nossa não passou de um simples protesto, e por isso mesmo é que as maiores infâmias nos atiraram [...] **E de tudo um grande consolo nos restou: o Contestado não foi entregue ao som das charangas e nem ao estrugir dos foguetórios; ele foi entregue sim, mas sob a pressão das carabinas e metralhas!** Cerca de três mil soldados do Exército Nacional, parte da milícia do Paraná; os vaqueanos sob chefia de Salvador Dente de Ouro e *correntinos* contratados a cinco mil reis por dia, fizeram cumprir o acordo Braz-Schmidt, estupenda obra de escravização de um povo e gloria dos políticos desta nossa decantada democracia!⁶⁸⁵

Estava dado o maior golpe no ânimo dos revolucionários, no dia 2 de agosto, o acordo “Braz-Schmidt”, como era chamado pelos opositoristas, foi aprovado e em trinta dias Santa Catarina tomaria posse de mais da metade do Contestado. Pelo menos serviu de consolo aos integrantes do movimento o fato de o Contestado ser entregue sob a pressão das carabinas e metralhadoras e não com foguetório. A presença do Exército Nacional em União da Vitória, realmente colocou uma grande barreira ao movimento de Cleto da Silva. Seria muito difícil haver maiores adesões das populações com toda essa movimentação contrária. Mas, segundo o deputado, a homologação do Acordo não significou o fim da revolta. Após saírem de São João, acamparam em Rio Preto, a 18 quilômetros da estação, na morada de Manoel Gaspar Miranda. Cleto afirma que nunca se deparou com um inverno de tão grande geada como no dia 5 de agosto de 1917 e que foram abastecidos pelo velho da casa com farinha e fumo, pagando pelo obtido.⁶⁸⁶ Enquanto acampavam à margem do Guariroba, afluente do Jangada, “comiam churrasco enquanto outro companheiro preparava café numa lata de querosene”. Dirigiam-se para Palmas, onde poderiam encontrar homens dispostos a lutar pela causa da emancipação.⁶⁸⁷

Enquanto isso, na Capital Federal o Ministro da Guerra, Caetano Faria, e o Presidente da República, Wenceslau Braz, reuniram-se buscando tomar providências frente ao levante. Segundo relatou o periódico O ESTADO, Faria mostrou ao Chefe da Nação os últimos telegramas recebidos – inclusive o dos revoltosos – e foram tomadas as seguintes medidas: o envio de mais 200 homens e uma seção de metralhadoras partindo do Rio de Janeiro em direção ao Contestado, à organização de um Hospital militar provisório na cidade de Porto União e ainda, a transferência do comando da 6ª Região Militar para aquela cidade.⁶⁸⁸ Nesse mesmo dia, o jornal curitibano DIARIO DA TARDE também comunicou o embarque do

⁶⁸⁵ SILVA, 1920, p. 173, (grifo nosso).

⁶⁸⁶ Esses pagamentos efetuados no início do levante são confirmados pelas informações noticiadas na imprensa. Cf. DIARIO DA TARDE, Curitiba, 15 de agosto de 1917. **O Ex-Contestado em Guerra**, p. 1, c. 6-7.

⁶⁸⁷ SILVA, op. cit., p. 175.

⁶⁸⁸ O ESTADO, Florianópolis, 4 de agosto de 1917. **O 57º Batalhão ocupa Nova Galicia**, p. 1, c. 3.

coronel João Emygdio Ramalho para União da Vitória, onde deveria estabelecer o quartel das forças armadas e liderar a investida contra os rebeldes na zona do “ex-Contestado”, como passou a ser chamada aquela região.⁶⁸⁹

Assim, no dia 5 de agosto, o coronel Ramalho se estabeleceu no município e passou a comunicar-se diretamente com o general Luiz Barbedo, em São Paulo, através de uma linha direta via telegrafo.⁶⁹⁰ Em seu primeiro telegrama, o chefe do exército relatou um pequeno combate com 12 homens das forças revoltosas nos arredores de São João. Contudo, ninguém saiu ferido, sendo capturado apenas um cavalo e 30 cartuchos de fuzil *Mauser* e 30 cartuchos de *Winchester* pertencentes a Modesto Cordeiro. Em outra parte do informe, Ramalho relatou ter recebido dois telegramas que falavam sobre uma possível revolta rebentar nos arredores de Caçador e outra programada para o dia 8 na cidade de Palmas. Em resposta, o general Luiz Barbedo afirmou ter solicitado ao Ministro da Guerra o envio de 350 homens do Rio Grande do Sul para reforçar os destacamentos de Marcelino Ramos, Campos Novos e Curitiba. Entretanto, teve seu pedido negado por conta da greve que se alastrava por aquele estado.⁶⁹¹ Nesse contexto, Barbedo recomendou ao coronel trabalhar com os indivíduos a sua disposição naquele momento – 350 homens de infantaria e 80 de cavalaria a pé – dando ordens para Ramalho se restringir a atuar nos objetivos principais: defender as localidades ao longo da estrada de ferro e garantir a linha do telégrafo.⁶⁹²

O general ainda prometeu escrever ao Sr. Ministro pedindo a organização de uma caixa militar, e o envio de armazéns para abastecer a tropa com o intuito de não necessitarem dos fornecedores da região, e ainda o envio de 150 exemplares de um mapa da região do Contestado.⁶⁹³ Uma das medidas mais importantes recomendadas por Luiz Barbedo foi

⁶⁸⁹ DIARIO DA TARDE, Curitiba, 4 de agosto de 1917. **A agitação no Contestado**, p. 2, c. 1-4.

⁶⁹⁰ As mensagens eram enviadas duas vezes ao dia: uma pela manhã e outra pela noite, podendo ainda, em caso de situações anormais serem enviadas em qualquer horário. No início a comunicação foi feita na forma de pergunta e resposta entre os dois envolvidos. Posteriormente, foram transcritas apenas as notícias enviadas pelo coronel Ramalho. Cf. **Revolução nos Estados do Paraná e Santa Catarina**, RAMALHO, 1917.

⁶⁹¹ Ibidem, fls. 1.

⁶⁹² Ao todo o Exército Nacional comandou na região os 430 homens a sua disposição, os corpos pertencentes às políticas dos estados do Paraná e Santa Catarina, 200 homens de infantaria e uma seção de metralhadoras vindas do Rio de Janeiro, 100 homens do 54º Batalhão de Caçadores na zona de Curitiba, um esquadrão do 2º Regimento de Cavalaria e 50 homens a pé, destinado a fazer a guarda dos estabelecimentos da *Lumber Company*, em Três Barras, e ainda um efetivo de 200 homens de infantaria do 57º Batalhão de Caçadores e do 13º de infantaria do destacamento do Major Vieira da Rosa. Isso dava aproximadamente 1000 homens, sem levar em conta os civis que foram incorporados durante as expedições. Cf. Ibidem, fls. 3-4.

⁶⁹³ Com essas medidas vemos os frutos recolhidos pelo Exército Nacional após as operações realizadas na zona do Contestado. O problema de abastecimento das tropas e a falta do conhecimento topográfico da região sempre foram grandes empecilhos para a atuação e movimentação eficaz das forças legais durante o conflito com os sertanejos rebeldes. Nessa passagem, é possível perceber como os militares vinham procurando sanar

“mandar espalhar por todos os meios [da] imprensa, etc. notícia da sanção [do] acordo” e o lançamento de um “manifesto anunciando tal sanção e convidando patrícios transviados [a] deporem armas, garantindo-lhes vidas e bens, dando prazo para isso”.⁶⁹⁴ Por hora, eram essas as estratégias do Exército Nacional para frear o movimento: tanto a notícia da homologação do Acordo quanto o manifesto produziram fortes efeitos nos grupos revoltosos. Finalizando sua resposta, Luiz Barbedo repassou a Ordem geral expedida pelo comando nacional:

Ordem geral – Notícias vindas de várias fontes confirmam que **alguns chefes políticos conseguiram reunir gente armada para se oporem a execução do patriótico acordo de limites negociado pelo Exmo. Sr. Presidente da República e pelos Presidentes dos Estados de Santa Catarina e Paraná, homologado pelo congresso desses Estados pelos aplausos da Nação.** Em vista da situação e de conformidade com a autorização do Sr. Ministro Guerra, resolvo transferir provisoriamente o Quartel General da Circunscrição Militar do Paraná, de Curitiba, para Porto União da Vitória, dando o Comando de todas as forças do Contestado ao Snr. Coronel João Emygdio Ramalho.⁶⁹⁵

A ordem geral é importante para entendermos como o Exército Nacional estava encarando o levante armado no Contestado. Fica evidente como a força militar descartou a possibilidade de um novo movimento de “fanáticos”, como alguns órgãos da imprensa chegaram a declarar.⁶⁹⁶ Foi justamente essa distinção que propiciou um tratamento diferenciado a esses sujeitos. O combate ao movimento devia se dar da seguinte forma: 1º as tropas deveriam defender as vias férreas e garantir o tráfego, 2º “**promover por meios pacíficos o desarmamento dos brasileiros transviados no caminho da revolução contra a ordem e paz interna**” (grifo nosso), entregando às autoridades civis os que tenham cometido crimes previstos no código penal; e somente como último recurso reprimir pela força os bandos que não depusessem armas e se mantivessem em oposição ao exercício das autoridades constituídas.⁶⁹⁷ Ou seja, antes de qualquer investida contra os revoltosos, fazia-se necessário primeiro atuar por meios “pacíficos” para desmanchar o movimento.

No entanto, se por um lado esses “patrícios”, como eram chamados, deveriam ser integrados a ordem pelos meios pacíficos, garantindo-lhes vida e bens, por outro eles também poderiam se tornar uma séria ameaça para as tropas militares. Muitos já haviam lutado como

essas debilidades, possuindo um mapa do território e buscando ser autossuficiente quanto ao abastecimento – embora esse segundo ponto, como ficou evidente ao longo do relatório, não foi sanado. Sobre os problemas do exército na Guerra do Contestado em relação ao abastecimento e movimentação. Cf. RODRIGUES, 2008.

⁶⁹⁴ **Revolução nos Estados do Paraná e Santa Catarina**, RAMALHO, 1917, fls. 1-2.

⁶⁹⁵ Ibidem, fls. 2, (grifo nosso).

⁶⁹⁶ DALLANORA, 2019, p. 124-5.

⁶⁹⁷ **Revolução nos Estados do Paraná e Santa Catarina**, op. cit., fls. 3.

vaqueanos do exército durante a Guerra do Contestado. Seu poder bélico e capacidade de mobilizar homens armados eram conhecidos pelos oficiais. Nesse sentido, a possível ameaça de uma aliança entre os principais coronéis da zona, sejam eles gaúchos ou paranaenses, assustou consideravelmente o Exército Nacional, ainda mais após as frequentes menções do envolvimento do coronel Fabrício Vieira, acusado por muitos indivíduos de ter ficado com o armamento recebido durante a campanha do Contestado. Por isso as medidas preventivas desde o início do ano: as reuniões entre o Ministro da Guerra e o Presidente da República, a mudança do quartel para União da Vitória, o envio de novos contingentes, a atuação em conjunto com as polícias estaduais, etc. Todos esses elementos são indicativos da ameaça que a possível junção desses coronéis causava as forças legais e ao cumprimento do Acordo de Limites.

No mesmo dia 5 de agosto, segundo relata Cleto da Silva, os rebeldes ganharam mais alguns adeptos. Chegou da cidade de União da Vitória, provavelmente fugindo do Exército Nacional, o indivíduo Mathias Pimpão⁶⁹⁸, filho do coronel Domingos de Araújo Pimpão e ainda os companheiros Manoel Tavares de Lacerda, genro do coronel Pimpão, e um rapaz de nome Emílio Cordeiro, que teve seu cavalo derrubado durante um pequeno conflito com as tropas legais nos arredores de São João. Tavares Lacerda alegou ter ido em direção ao grupo por ter simpatia pela causa e contar “com um bom número de companheiros no sertão”, evidenciado sua posição como homem influente no Contestado. A chegada desses três sujeitos ao movimento nos permite reforçar a descrição do perfil dos integrantes do levante liderado por Cleto da Silva: fazendeiros, políticos, comerciantes, proprietários e/ou filhos de coronéis estabelecidos na zona, além de uma boa parcela ter lutado ao lado do Exército durante a Guerra.⁶⁹⁹

Com os novos membros, o grupo partiu em direção a Palmas, pernoitando em Irati onde foram recebidos pelo Sr. Francisco Pacheco Silveira e Sr. Oliverio Pacheco, demonstrando mais uma vez a rede de relações desses indivíduos com as principais famílias da região.⁷⁰⁰ No dia 8 de agosto, acamparam no “Emboque”, local estratégico para um

⁶⁹⁸ Mathias Pimpão era uma figura conhecida na região sudoeste do Paraná. Prestou auxílio às forças federais nos combates aos redutos sertanejos, em 1914, e no ano seguinte foi nomeado 2º suplente de delegado de Polícia em União da Vitória, sendo membro, também, do diretório do partido Republicano. Cf. SILVA, 1933, p. 117, 128 e 130.

⁶⁹⁹ Mathias Pimpão, Manoel Tavares de Lacerda, Modesto Cordeiro, Emilio Cordeiro, Luiz Fabrício e o Tenente Eneas Borges são todos antigos vaqueanos da Guerra do Contestado.

⁷⁰⁰ Cleto da Silva possuía uma forte relação com a família Pacheco, tendo até estabelecido matrimônio com a senhorita Francisca Pacheco Cleto. Cf. SILVA, 1920, p. 211.

combate e a três quilômetros dos Campos de Palmas. No dia seguinte, marcharam até Horizonte e permaneceram nos galpões do negociante de nome José Lucas de Castro, conhecido como Jose Gury,— esse indivíduo dias depois seria preso.⁷⁰¹ Naquela localidade tiveram a visita de vários fazendeiros que forneceram armas e gado, dois deles sobrinhos do coronel Domingos Soares.

Enquanto os revoltosos rumavam em direção a Palmas, o coronel Ramalho, em União da Vitória, preparava um manifesto para distribuição no Contestado, conforme havia combinado com o general Barbedo. O texto foi escrito nas seguintes palavras:

Comando da Circunscrição Militar do Paraná e das forças em operações no território Contestado. Manifesto. Assumindo nesta data em virtude de ordem do Governo, o Comando das Forças em operações no Território ex-Contestado, com o fim de jugular o movimento armado que **um patriotismo mal entendido fez estalar nesta região, meu primeiro ato, antes de iniciar hostilidades que poderão trazer como consequência o derramamento de sangue entre irmãos, é concitar aos patrícios transviados a deporem as armas para o que desde já ofereço amplas garantias de vidas e propriedades [...]** O presente movimento antipatriótico, que não se justificaria na época em que a atual zona de operações era contestada, nenhuma razão tem de ser neste momento após aprovação pelo Congresso Nacional [...] ao patriótico acordo [...] **Nestas condições, concedo o prazo de trinta dias, a partir de hoje, para que os patrícios revoltados deponham as armas e voltem aos seus lares, garantindo-lhes as vidas e as propriedades [...]** Porto União da Vitória, 6 de Agosto de 1917 (Assinado) Coronel João Emygdio Ramalho. Comandante das Forças em Operações.⁷⁰²

Assim, o primeiro ato antes de iniciar qualquer medida contra os revoltosos era convidar aqueles “valentes patrícios”, envolvidos por um patriotismo “mal entendido” a deporem suas armas, oferecendo garantia de vida e propriedade e dando um prazo de 30 dias para se entregarem. Conforme a orientação do general Barbedo, também foi noticiada a sanção do Acordo de Limites no Congresso Nacional para reduzir a adesão de novos indivíduos ao movimento e desmotivar os revolucionários. O último apelo do coronel Ramalho aos seus “compatriotas” foi o pedido para esses indivíduos voltarem aos seus lares e permanecerem à disposição da pátria, pois em breve, poderiam ser chamados a lutar em defesa do seu país, fazendo menção a Primeira Guerra Mundial. Com essas medidas, o comandante do Exército reforça nossa argumentação sobre o “trato diferenciado” desses indivíduos, ao mesmo tempo em que dá mais um indício do grau de dependência das tropas

⁷⁰¹ SILVA, 1920, p. 180.

⁷⁰² **Revolução nos Estados do Paraná e Santa Catarina**, RAMALHO, 1917, fls. 7-8, (grifo nosso).

militares em relação a esses homens, dando entender que, em caso do Brasil enviar tropas para a Prieira Guerra, o apoio desses indivíduos seria fundamental.

Em novo comunicado, Ramalho também informou ao general Barbedo que alguns chefes do movimento rebelde só estavam nele por terem recebido instruções do coronel Fabrício Vieira e que, José Antônio de Oliveira, vulgo Zeca Vacariano, e Maurílio Fabrício Vieira estavam organizando na localidade de Rio Preto diversos piquetes, chegando a agrupar uma força de 80 indivíduos, com objetivo de se reunir com Luiz Fabrício e os outros em São João. No entanto, ao se inteirarem da retirada do grupo daquele local, rumaram em direção a Palmas. O coronel ainda relatou que Zeca Vacariano tinha recebido a promessa de 400 bois do Cel. João Pimpão e pernoitaria na fazenda daquele indivíduo.

Na última mensagem do dia, Ramalho relatou ter tido notícias de que o coronel Fabrício havia atravessado o rio Pelotas com cinco homens e estava na região do Irani reunindo gente.⁷⁰³

5.2.1 Tensões nos arredores de Palmas

Enquanto o Exército Nacional procurava inteirar-se da movimentação dos rebeldes, no dia 9 de agosto no local Horizonte, o grupo de Cleto da Silva reuniu-se com os homens liderados por Zeca Vacariano e Maurílio Vieira. Dos trinta e três relatados pelo deputado estadual passaram a ser aproximadamente 150 homens, armados de *Winchester* e conduzindo 14 cunhetes de munições.⁷⁰⁴

Com a chegada desses novos indivíduos, o envolvimento do coronel Fabrício Vieira no levante pelo Estado das Missões, em 1917, tornava-se cada vez mais evidente. Se analisarmos o grupo a partir da junção com Vacariano e Maurílio, perceberemos que, em sua composição estavam presentes alguns dos principais homens de confiança de Fabrício.

⁷⁰³ **Revolução nos Estados do Paraná e Santa Catarina**, RAMALHO, 1917, fls. 8-10.

⁷⁰⁴ Uma informação interessante sobre a composição do grupo foi dada por um clínico de Curitiba, Dr. Szmoiali, que cruzou com os rebeldes numa viagem da cidade Palmas para Porto União. Segundo esse doutor, os revoltosos encontravam-se a 8 léguas de Palmas com uma coluna de 200 homens mais ou menos, cujo meio estavam Luiz Fabrício, "Chicuta" e Cleto, todos armados de *Winchester* e alguns de *Mauser*, em sua maioria montados, sendo apenas 20 a pé. Segundo relatou a coluna avançada em direção a Palmas com um piquete de 20 homens, tendo 12 na retaguarda. CF. *Ibidem*, fls. 15; SILVA, 1920, 182-6.

Segundo entrevista concedida pelo neto do coronel, Sr. Edson Nelson Ubaldo, para pesquisadora Viviane Poyer, o piquete de Fabrício Vieira durante a Guerra do Contestado era composto pelos seus dois filhos Luiz e Maurílio Vieira e seu “Estado-maior” contava com o Tenente Enéas “e dois capangas especializados em interrogatório e ‘justiçamento’ de prisioneiros”. Em sua tese de doutorado Viviane Poyer também relatou a participação de João Ruas e Salvador Dente de Ouro como outras duas lideranças vaqueanas que compunham o grupo daquele coronel.⁷⁰⁵

Ora, com exceção de Salvador Dente de Ouro, que aparentemente estava a serviço do Exército, todos esses homens do “alto escalão” do piquete de Fabrício Vieira estavam participando do movimento pelo Estado das Missões. Luiz Fabrício e Maurílio Vieira tinham participação de destaque, o tenente Enéas Borges acompanhava Cleto da Silva desde o início do movimento. João Ruas, embora ainda não o tenhamos citado, encontrava-se junto a grupo de Zeca Vacariano, conforme relataremos a seguir. Além disso, Cleto da Silva tinha fortes laços de amizade com o coronel, defendendo seu nome perante Assembleia Legislativa do Estado e chamando-o de “amigo da causa da independência”.

Quanto ao indivíduo João Antônio de Oliveira, vulgo Zeca Vacariano, famoso por ter assaltado o pagador da Lumber Company, em 1909, também há indícios de que o mesmo possuía ligações com Fabrício Vieira.⁷⁰⁶ Segundo o pesquisador João Felipe Moraes, um dos homens que atuou em conjunto com Vacariano durante assalto era João Pinheiro, um dos capatazes do coronel Fabrício. De acordo com o depoimento desse indivíduo, durante o desenvolvimento dos planos de ação do roubo, Vacariano afirmou que não havia perigo, pois contava com o auxílio do coronel Fabrício Vieira, no Rio Grande do Sul, e do coronel Henrique Rupp, reunindo gente e armamento.⁷⁰⁷ Nesse sentido, é possível supor que para o levante do Estado das Missões, Vieira tenha convocado Vacariano para lutar ao seu lado. Por fim, para não restar mais dúvidas do envolvimento do caudilho rio-grandense, no dia 6 de setembro de 1917, entregaram-se as forças do exército por conta do manifesto o primo de Fabrício Vieira, Manoel Vicente Santos, e o irmão do coronel, Oliveira Fabrício Vieira, ambos envolvidos no levante armado pelo Estado das Missões.

Mas por que motivo esse coronel não foi ao menos indiciado ou acusado pelo Exército Nacional? Quem deu a resposta para essa questão foi a historiadora Viviane Poyer. Segundo a

⁷⁰⁵ POYER, 2018, p. 186 e 270.

⁷⁰⁶ Para mais informações para sobre o assalto ao pagador da Lumber Company. Cf. MORAIS, 2020.

⁷⁰⁷ Ibidem, p. 171.

autora, existiu durante e depois da Guerra do Contestado uma postura de cumplicidade e conveniência do Exército com os atos criminosos praticados por esses homens.⁷⁰⁸ Para Poyer, “ao fazer vista grossa aos atos criminosos praticados pelos vaqueanos, o Exército alimentava o poderio local de Fabrício Vieira e de outros coronéis e fazendeiros da região”, garantindo fortes aliados para futuros movimentos de repressão.⁷⁰⁹ Com essas informações, entendemos por que em nenhuma das ocasiões esse coronel foi chamado a depor ou ao menos dar explicações às autoridades constituídas.

Esse elemento também demonstra como a organização das forças revoltosas, em 1917, era praticamente igual ao dos piquetes vaqueanos que lutaram ao lado do Exército durante a Guerra do Contestado. O grupo era comandado por chefes maiores – Fabrício Vieira (ausente), Vacariano, Maurílio, Luiz Fabrício e Cleto da Silva – sendo subdividido em vários “chefotes” com certa autonomia e que lideravam um pequeno número de homens: João Ruas, Modesto Cordeiro, Manoel Tavares de Lacerda, Pedro Telles, Mathias Pimpão, Modesto da Luz, Generoso Silva, entre outros.⁷¹⁰ Quanto aos sujeitos que lutavam em nome desses pequenos chefes, podemos supor que estavam presentes alguns peões ou agregados da sua fazenda e/ou membros de uma mesma família. Além disso, outros indivíduos também podiam juntar-se a essas forças locais interessados em auferir lucros da situação.⁷¹¹ Fazer parte desses piquetes oferecia certa proteção na região, além de ser, em alguns casos, uma estratégia de sobrevivência.⁷¹²

⁷⁰⁸ A autora abordou essa questão no quarto capítulo da sua tese. Cf. POYER, 2018, p. 233-297.

⁷⁰⁹ *Ibidem*, p. 301.

⁷¹⁰ Além do pesquisador Rogério Rosa Rodrigues, citado no capítulo 4, quem estudou a fundo a organização desse tipo força civil/vaqueana foi a historiadora Cristina Dallanora na sua tese de doutorado. Em sua pesquisa, Dallanora dedicou-se a analisar principalmente a participação do coronel José Fabrício das Neves e do sujeito Marcelino Ruas nos batalhões patrióticos que lutaram contra os tenentes rebeldes na região do Contestado na década de 1920. Ao se debruçar sobre a organização desses bandos, a autora constatou que além dos chefes maiores, como José Fabrício das Neves e Marcelino Ramos, existiam diversos “chefes menores”, que gozavam de certa autonomia dentro desses grupos. Cf. DALLANORA, 2019, p. 166-122.

⁷¹¹ Paulo Pinheiro Machado chamou atenção para atuação dos peões e agregados dos fazendeiros nas lutas políticas dos seus patrões. Cf. MACHADO, 2004, p. 67.

⁷¹² Um incidente no dia seguinte a reunião do grupo de Cleto da Silva com as forças de Maurílio e Vacariano revela um pouco dessa organização. Segundo narra Cleto da Silva, no dia 10 de agosto, um rapaz de nome Lindolpho Fischer, alcoolizado invadiu as vendas da região, sendo retirado do local por Luiz Fabrício. No entanto, esse sujeito conseguiu escapar do acampamento e tomou a direção do negócio, onde passou a desafiar a todos, bem montado e de carabina nas mãos. Após algumas investidas de seus amigos, Fischer desarmado, mas mesmo assim, com o uso da espada, feriu três rapazes. Nesse momento, “Pedro Telles, que comandava o piquete, onde servia Lindolpho, procurou desarma-lo. Desatendido, e também ferido, arrancou o revólver fazendo-o detonar sobre Lindolpho”. Assim, como comandante do piquete onde servia Lindolpho, Pedro Telles se sentiu a vontade para mata-lo revelando certa autonomia sobre seus homens. Esse incidente acabou gerando maiores discussões dentro do próprio movimento, tendo muitos rapazes tomados partido da

Outro elemento importante de ser pontuado com a constatação do envolvimento de Fabrício Vieira é ressaltar a participação de homens do Rio Grande do Sul no levante pela emancipação do Contestado. Vieira tinha sua fazenda denominada Chapéu de Sol às margens direita do Iguaçu, mas também possuía morada na localidade de Carazinho, ao noroeste do estado gaúcho. Além do mais, segundo o coronel Ramalho, alguns indivíduos daquela cidade (Carazinho), apresentaram-se as forças legais em consequência do manifesto e o sub-delegado do município entregou ao exército um mosqueteiro e 35 cartuchos *Mauser* recolhidos do grupo de Modesto da Luz.⁷¹³ Nesse sentido, essas informações evidenciam como não eram só os paranaenses que tinham interesse na criação do Estado das Missões: alguns coronéis rio-grandenses também estavam de olho naquela oportunidade. Com essas informações, também justificamos nossa abordagem espacial a partir da Fronteira Sul, demonstrando como esse movimento engloba, não só Paraná e Santa Catarina, mas também o estado mais ao Sul do Brasil.

Mas qual seria o interesse desses indivíduos rio-grandenses na criação de um novo estado na zona do Contestado? Para responder essa pergunta devemos voltar nosso olhar para uma das principais riquezas daquele território no início do século XX: a erva-mate ou o “ouro verde” como também era conhecida. O comércio e a produção da erva-mate cresceram consideravelmente nas primeiras décadas de 1900, tornando-se muito rentável para os envolvidos. Nesse contexto, muitos gaúchos vinham estendendo suas influências para planalto norte de Santa Catarina e Sudoeste paranaense visando ingressar no circuito comercial do mate. Esse era o caso de Fabrício Vieira e também seria, em alguns anos, um dos principais ramos de negócio da família dos “Irmãos Ruas” – como eram conhecidos os indivíduos Marcelino Ruas, João Ruas, Simão Ruas e Thomaz Camilo.⁷¹⁴ Dessa forma, podemos supor que a criação de uma nova unidade da Federação, marcada pela influência desses indivíduos, ampliaria consideravelmente seus poderes políticos e possibilidades de regular e atuar dentro desse mercado, podendo ser essa uma das motivações.⁷¹⁵

vítima e outros do homicida. Ao final, foram apaziguados os ânimos, mas episódio provocou forte desânimo nos integrantes do movimento. Cf. SILVA, 1920, p. 185-7.

⁷¹³ **Revolução nos Estados de Paraná e Santa Catarina**, RAMALHO, 1917, fls. 32.

⁷¹⁴ DALLANORA, 2019, p. 45.

⁷¹⁵ Além da questão da erva-mate, também podemos colocar como uma das motivações do envolvimento dos rio-grandenses no levante pelo Estado das Missões certa resistência à mudança de jurisdição naquela região. Acostumados a lidar com as autoridades paranaenses desde o início da ocupação dos Campos de Palmas é possível que esses sujeitos do Rio Grande do Sul se incomodassem com extensão da jurisdição dos catarinenses para aquela zona. Além de terem que se relacionarem com novos indivíduos, isso também

Voltando a narrativa do levante, na madrugada do dia 10 de agosto, Alcides Silva, integrante do grupo, foi mandado como mensageiro para parlamentar com as autoridades de Palmas. O objetivo era informar estarem acampadas nos arredores da cidade, “as forças patrióticas pela independência do Contestado. Nesse dia também houve um pequeno conflito entre o piquete de vanguarda liderado por Luiz Fabrício e o chefe de um piquete civil Francisco Sienkiewicz, mas logo os disparos foram cessados, não tendo ninguém ficado ferido.⁷¹⁶ Após o conflito, Alcides Silva retornou em companhia do coronel Antônio de Araújo Pimpão, mensageiro do Capitão Silvio Van Erven, chefe das forças legais em Palmas. Esse coronel pediu que as hostilidades fossem cessadas, relatando já ter mandado um telegrama para o governador falando da vontade dos revolucionários em criar o Estado das Missões. Ainda apelou “como amigo e contrário ao acordo”, para não lutarem nas proximidades da cidade por causa das famílias de palmenses. Cleto respondeu que se as forças legais não tivessem disparado, não tinha ocorrido confronto e só aceitaria a solução proposta se as forças públicas se manifestassem por escrito. Assim, o coronel Araújo Pimpão regressou até o ponto de concentração da força policial, acompanhado pelo médico Ribeiro Vianna.⁷¹⁷

Dentro de pouco tempo, os dois indivíduos retornaram trazendo um bilhete garantindo, aos revoltosos, a entrada na cidade Palmas, acompanhados do coronel Araújo Pimpão, desarmados e sobre vigilância, podendo tratar de seus assuntos políticos. Todos os líderes do movimento não aceitaram as cláusulas e não deram ao menos uma resposta, mandando regressar o coronel Araújo Pimpão. Nesse momento, segundo relatou Cleto da Silva, alguns soldados da força policial do Paraná passaram para seu lado.⁷¹⁸

Conferenciando sobre a situação, a maioria do grupo revoltoso optou por atacar às forças do capitão Van Erven. Cleto afirma que votou contra, pois acreditava não terem recursos suficientes para uma ação vitoriosa em toda a linha, podendo sofrer derrota logo em

significava a entrada de novos atores sociais, novos coronéis e chefes políticos interessados em atuar e explorar aquele território, aumentando a concorrência. Outro elemento importante para entender esse envolvimento é o aspecto de fronteira presente naquela área, sendo um local propício para o contrabando e relações comerciais extralegais. Logo, o avanço de uma jurisdição formal, com a entrada de outras autoridades públicas, poderia ser considerado mais um entrave para sujeitos que já estavam acostumados com esse tipo de transações, como o próprio Fabrício Vieira, acusado em diversos momentos de explorar o mate na região de forma irregular. Nesse sentido, o controle do aparelho de Estado daquele território era fundamental para colocar em prática os projetos premeditados por cada um dos atores sociais envolvidos. Discutiremos com mais detalhes essas questões no último capítulo da dissertação.

⁷¹⁶ SILVA, 1920, p.190-1.

⁷¹⁷ Ibidem, p. 191-2.

⁷¹⁸ Ibidem, loc. cit.

seguida, pelas forças federais. O deputado, em sua narrativa, lembrou estar naquele momento bastante desanimado com os rumos tomados pela situação:

Além disso, e a franqueza manda que confessemos, já não tínhamos mais ilusões sobre a vitória do movimento. **Traídos, como fomos, no início da revolta, por uns quantos, abandonados por outros no momento preciso, lutando contra uma série de obstáculos materiais, que nos restava?** Fazermos emboscadas, estabelecermos a luta de guerrilhas que nos assemelharia a jagunços? Se a esse ponto chegássemos, não teríamos infalivelmente a antipatia da nação inteira? E verdade que ainda contávamos com amigos dedicados em Clevelândia, entre os quais o destacado Manoel Martins [...] Mas, não seria incoerência sacrificar-se mais esse batalhador, diante da caprichosa vontade do Snr. Wenceslau Braz e dos demais políticos acordistas que sobre nós atiravam o Exército Nacional?⁷¹⁹

A resistência na cidade Palmas, onde pensavam ter novos apoiadores, parece ter sido o estopim para Cleto da Silva abandonar a causa. Afirmou ter sido traído no início da revolta, abandonado por outros nos momentos em que mais precisou – estaria se referindo ao coronel Fabrício Vieira? – e que não se submeteria a luta de guerrilhas como a dos “jagunços”, pois dessa forma, seu novo estado não contaria com o apoio da nação. Em seu livro, o deputado ainda relatou que, em Curitiba, como em vários outros pontos que contavam com dedicações, circunstâncias superiores impediram os sucessos esperados de Modesto da Luz, em Valões, Dídio Augusto, em Três Barras, os esforços do senador Alencar Guimarães, Euclides Bandeira, Ismael Martins, Francisco Teixeira de Carvalho, João Menezes Doria e de Alves de Farias, além de muitos outros, os quais a polícia da capital já estava vigiando desde que iniciou o movimento no Contestado.⁷²⁰

Mesmo tendo votado contra o ataque a cidade de Palmas, o grupo optou por fazê-lo na madrugada do dia seguinte, demonstrando como, mesmo Cleto da Silva sendo considerado líder da revolta, sua palavra não tinha força contra a maioria dos “chefotes”.⁷²¹ No entanto, um fato ocorrido na noite anterior mudou os planos dos revoltosos. Durante a madrugada o acampamento recebeu a visita de Francisco Ribas⁷²², filho do coronel Pedro de Sá Ribas Nhonho (primo de Affonso Camargo) e mais alguns soldados da força policial do capitão Van Erven que se integraram ao grupo. Segundo Cleto, as palavras daquele homem tiveram um

⁷¹⁹ SILVA, 1920, p. 194, (grifo nosso).

⁷²⁰ Conforme vimos ao longo do capítulo, a maior parte desses indivíduos se posicionou contra o Acordo de Limites, e quem sabe, podem ter prometido algum apoio a Cleto da Silva em relação ao levante armado. A menção a polícia estadual também demonstra a importância de Affonso Camargo ter garantido apoio dos comandantes das forças policiais e do corpo de bombeiros do Paraná na reunião de 30 de junho de 1916.

⁷²¹ SILVA, op. cit., p.195.

⁷²² Francisco Ribas foi o responsável por buscar o corpo do coronel João Gualberto, dias depois de sua expedição, contra os sertanejos do monge José Maria, 1912. Cf. Ibidem, p. 196.

efeito de decisão no levante. Disse Ribas não duvidar que tomassem a cidade de Palmas, pois a força ali existente não resistiria por muito tempo. Porém, em poucos dias, a cidade seria varrida pelas metralhas legalistas, cujas forças estavam próximas e bem informadas, acrescentando ainda, que todos os planos em outros locais haviam falhado.⁷²³

De fato, Francisco Ribas tinha razão. Enquanto os rebeldes mantinham-se próximos a cidades de Palmas, planejando seu possível ataque, desde o dia 10 de agosto as forças do Exército Nacional já estavam se preparando para enviar um grande contingente para Palmas. Sabendo da proximidade dos revolucionários da cidade, o general Barbedo recomendou o envio da Coluna Móvel, liderada pelo coronel Miguel Cunha Martins para ir ao encalço dos revoltosos. Assim, Ramalho incorporou àquelas tropas a força local do Delegado de Polícia de União da Vitória, Tenente Floriano Bicca e solicitou a Affonso Camargo urgentemente três caminhos automóveis, para “remuniciar” a força e o maior número de cavalos possíveis. Além disso, afirmou ao Presidente do Estado ser “toda conveniência [...] conseguisse concurso [de] todos os elementos civis puder dispor zona Palmas a fim de auxiliarem a Coluna Móvel”, demonstrando mais uma vez o uso dos civis para combater forças revoltosas na zona do Contestado.⁷²⁴

Ainda nesse mesmo dia, Ramalho recebeu uma informação confidencial do comandante do Setor I, Estácio Lemos, dizendo que o coronel Fabrício Vieira havia declarado em Passo Fundo que partiria no dia 8 com um piquete em direção ao Paraná para reunir-se com os companheiros. O mesmo oficial pediu segredo por ser amigo íntimo de Fabrício. Entretanto, do Rio das Antas, as autoridades do Exército comunicavam uma informação diferente. Segundo os oficiais, Vieira chegou a Passo Fundo no dia 4, atravessando por volta do dia 6 o Passo Pelotas, em direção ao Paraná, mas acabando por regressar ao Rio Grande do Sul, após ter notícias do fracasso da revolução.⁷²⁵ São informações escassas, mas podem indicar o motivo do coronel não ter se juntado ao grupo revolucionário.

Enquanto o Exército se preparava para enviar os reforços para auxiliar as autoridades de Palmas contra um possível ataque a cidade, os revolucionários tinham tudo pronto para atacar o município na madrugada do dia 12. Cleto narrou que naquela manhã “antes do clarear do dia, quando ainda a escuridão dominava os campos, levantamo-nos. A chuva extinguiu os fogos, e os companheiros aconchegados às árvores, mal acomodados, dormiam”. De acordo

⁷²³ SILVA, 1920, p 196-7.

⁷²⁴ **Revolução nos Estados de Paraná e Santa Catarina**, RAMALHO, 1917, fls. 11-12.

⁷²⁵ *Ibidem*, fls.12.

com o deputado, apenas três barracas estavam armadas, a de Zeca Vacariano, Maurílio Vieira e Generoso Silva. Foi então que o grupo de Cleto resolveu conferenciar com Zeca Vacariano, tentando mais uma vez afirmar os seus motivos para não atacar a cidade. Durante a conversa, Cleto relatou que Vacariano perguntou a eles, “O Snr. não acha conveniente o ataque?” Responderão “Não”, então Zeca respondeu “Pois então, ele não se dará, que devemos fazer agora?” A decisão foi partir para Clevelândia e de lá rumarem em direção a fronteira com a Argentina, transpondo-a pelo Barracão.⁷²⁶

5.2.1.1 O Desfecho do Movimento Armado

Dessa forma, naquele mesmo dia, os revoltosos deixaram os arredores de Palmas e atravessaram o rio Caldeiras, a três quilômetros de onde se achava a força do capitão Silvio Van Erven, na expectativa de um ataque. Em ponto estratégico ficou Alcides Silva, com objetivo de iludir as forças inimigas e obter notícias a respeito da marcha da coluna federal.

⁷²⁷ Sobre o movimento o deputado afirmou:

Estava, pois terminado o movimento revolucionário. Era a retirada do campo de ação. Mas não era uma debandada covarde e nem levamos o remorso a pesar-nos na consciência. Podíamos levantar os olhos aos céus e dizer: Senhor! Nós não matamos.⁷²⁸

Era, pois, o fim do levante armado em prol da criação do Estado das Missões. Finalmente o grupo abandonava a empreitada de emancipar o Contestado. O caminho a seguir era fugir para Clevelândia, onde teriam mais alguns apoiadores que cobririam sua retirada pela fronteira com a República Argentina.

⁷²⁶ É certo que, devido à intenção da construção da sua narrativa, nesse momento Cleto buscou colocar-se como um daqueles que “salvou” a cidade de Palmas de um embate entre as forças governistas e os revoltosos. No entanto, esse episódio também revela como esses dois indivíduos, Cleto da Silva e Vacariano, possuíam grande influência sobre tropas e, em partes, até certa submissão de Vacariano a Cleto da Silva, perguntando-o o que deveriam fazer naquele momento. Outro aspecto interessante é que, a passagem acima relatada nas memórias de Cleto demonstrava como o grupo encontrava-se já abatido e desmotivado. Cleto já havia falado sobre as “traições”, promessas não cumpridas, a falta de recursos, insucessos em outras regiões. Provavelmente, Vacariano também já não via grandes oportunidades de êxito.

⁷²⁷ SILVA, 1920, p. 198.

⁷²⁸ *Ibidem*, loc. cit.

As forças públicas da cidade de Palmas só se inteiraram da retirada dos revoltosos, por volta das 17 horas do dia 13 de agosto. Em telegrama enviado ao coronel Ramalho, o capitão Van Erven perguntou se deveria mandar encarcerar o médico Ribeiro Vianna e que já havia prendido o cunhado de Cleto da Silva, Horácio Moura, acusando-o de estar espionando as forças de Palmas. Em resposta, afirmou o coronel Ramalho que o capitão esperasse a chegada do comandante da Coluna Móvel, coronel Cunha Martins para tomar qualquer decisão.⁷²⁹

Nos dias seguintes, o grupo revolucionário fez a travessia com ajuda de Juquehy Marques, vaqueano desbandado das forças do capitão Silvio, rumando para Clevelândia. No caminho, souberam da passagem do 2º Tenente José Rodrigues Sampaio D'almeia, comandante das forças militares do Estado alocada em Clevelândia, com 70 homens armados, sendo 30 das forças estaduais e 40 contratados pelo ervateiro Leoncio Alves, indo em direção a Palmas com o intuito de auxiliar as forças do capitão Van Erven. Três soldados desse capitão ficaram para trás, sendo capturados e roubadas suas carabinas e 200 balas. O movimento continuou seguindo na mesma direção, mas cada líder de piquete parecia tomar as atitudes por sua conta. Acamparam na margem de um riacho a cem metros da fazenda do Sr. João de Araújo Pimpão, sobrinho do coronel João Pimpão, que cedeu o local a pedido de seus primos Manoel Tavares Lacerda e Mathias Pimpão.⁷³⁰

Na manhã do dia 13, pelas 11 horas da manhã chegaram à cidade de Clevelândia. Cleto da Silva afirmou que nenhuma autoridade local se sentiu ameaçada, a não ser o tabelião Frederico Prohmann, fugindo da cidade. Logo após penetrarem no município foram conferenciados na casa do major Antonio Marcellino Pontes, sendo surpreendidos pela chegada de Leoncio Alves. Na ocasião, o mesmo indivíduo, que segundo Cleto havia contratado os *correntinos*⁷³¹ para batê-los, assustou-se com a presença dos revoltosos e passou a tratá-los com imensa cortesia. Assim, o grupo aproveitou a submissão do ervateiro, mandando-o para Palmas em seu carro a fim de informar as forças federais sobre a dissolução do movimento, pedindo um prazo de quatro dias para fuga. O prazo seria suficiente para atravessarem a fronteira com a Argentina.⁷³²

Em seu quartel-general, o coronel Ramalho estabelecia duas possibilidades para o rumo dos revoltosos: ou iriam para a região de Xanxerê e Irani, tentando ganhar novos

⁷²⁹ **Revolução nos Estados de Paraná e Santa Catarina**, RAMALHO, 1917, fls. 18-19.

⁷³⁰ SILVA, 1920, p. 201-2.

⁷³¹ Designação dada a quem é natural da província de *Corrientes* da Argentina.

⁷³² SILVA, op. cit., p. 205-8.

adeptos, ou atravessariam a fronteira via Barracão penetrando em solo Argentino. O chefe das forças em União da Vitória também afirmou que, em consequência do manifesto, diversos indivíduos estavam se apresentando, tendo recebido somente naquele dia, três indivíduos da força de Cleto: Agripino, Alcides Santana e João Oliveira. Por fim, informou ao general Barbedo que as esposas de Luiz Fabrício e Cleto da Silva, residentes naquele local, vieram pedir passaporte para irem até Clevelândia num automóvel para buscar os maridos, só as duas. O coronel concedeu a autorização devido a elas irem deixando para trás os filhos menores.⁷³³

Enquanto as esposas das principais lideranças do movimento de União da Vitória negociavam a ida até a cidade de Clevelândia para buscar seus maridos, Cleto da Silva e demais companheiros, segundo narra o autor, reuniam-se na Câmara Municipal da cidade para deliberarem os meios escaparem após o fim da revolta. Nessa ocasião, estavam presentes o fazendeiro Manoel Martins e outras autoridades locais como: Estevão do Nascimento Junior, Antônio Marcellino Pontes e Crescencio Martins. Esses sujeitos ofereceram certa quantia de dinheiro para os integrantes do levante por livre e espontânea vontade, segundo narra o deputado. A afirmação de Cleto vinha no intuito de negar as informações noticiadas na imprensa da cidade ter sido saqueada pelos revoltosos, que se aproveitaram da saída do regimento de segurança para tomar posse de uma grande quantia de dinheiro e mantimentos. Assim, após essa pequena conferencia, enviaram um telegrama ao Presidente do Estado, relatando a dissolução do movimento e por fim:⁷³⁴

No dia 14 de Agosto, pela manha, era dissolvida a pequena força revolucionária. Estava, pois, consumado o último sacrifício pela emancipação do Contestado. Dos que acompanhavam, alguns partiram para o Rio Grande do Sul, via Xanxerê, outros para Guarapuava, para onde foi quem vem descrevendo estes fatos, levando em sua companhia seu filho José P. Cleto e o engenheiro Paulo Tabbert, tendo a maioria seguido para fronteira da Argentina, via Barracão.⁷³⁵

Com a dissolução da força revolucionária, os indivíduos se dispersaram tomando rumo para diferentes locais. Enquanto Cleto da Silva, junto ao seu filho, se dirigiram para Guarapuava, onde o deputado tinha família e outros amigos, Luiz Fabrício, Zeca Vacariano e João Ruas, se dirigiram para a fronteira Argentina, via Barracão.⁷³⁶ Fato importante de

⁷³³ **Revolução nos Estados de Paraná e Santa Catarina**, RAMALHO, 1917, fls. 20.

⁷³⁴ SILVA, 1920, p. 208.

⁷³⁵ *Ibidem*, p. 209.

⁷³⁶ Essa prática já havia sido exercida pelos antigos maragatos derrotados na Revolução Federalista e por Zeca Vacariano, em 1909, depois de assaltar pagador da Brazil Railway.

atentarmos é que uma parcela do movimento se dirigiu para o Rio Grande do Sul, via Xanxerê, confirmando a participação de indivíduos desse estado.

Essas últimas movimentações dos revoltosos também foram acompanhadas pela força do Exército Nacional. No dia 14 de agosto, a Coluna Móvel chegou a cidade de Palmas, solicitando ao coronel Ramalho mantimentos e novas ordens. O capitão Van Erven também afirmou ter prendido por ordem do coronel Cunha Martins e do Chefe de Polícia do Estado, o Dr. Ribeiro Vianna, o coronel Pedro de Sá Nhonhô Ribas, o major Cunha Sobrinho e o coronel Antônio de Oliveira Ribas, considerados os líderes do movimento contrário ao Acordo na cidade e apoiadores do levante – esses indivíduos logo foram liberados.⁷³⁷

No seu relatório o coronel Ramalho também se pronunciou sobre o possível saque ocorrido na cidade de Clevelândia, afirmando ao general Barbedo terem sido roubados do município aproximadamente 20 contos de réis. Essa informação foi confirmada pelo coronel Cunha Martins, na cidade de Palmas, afirmando que, enquanto Cleto da Silva havia rumado para Guarapuava, os grupos liderados por Zeca Vacariano e João Ruas efetuaram o saque do comércio para depois se dirigirem para o Barracão. Por fim, Ramalho informou estar ter recebido mensagens de diversos destacamentos estacionados ao longo do Contestado relatando a apresentação de um grande número de indivíduos em consequência do manifesto.⁷³⁸ Nos próximos dias, também se apresentou ao comandante das forças legais em União da Vitória o indivíduo Alcides Silva, vulgo Alcides Cachaça, antigo membro do grupo de Cleto da Silva. Esse homem deu um importante depoimento sobre o plano dos envolvidos no levante, dizendo que:

Em fins de maio foi a Passo Fundo, Rio Grande do Sul, onde conferenciei com o cel. Manoel Fabricio Vieira sobre movimento revolucionário que se projetava, trazendo de lá instruções completas sobre o movimento. **Iniciava movimento aqui Porto União, após chegada referido cel. que era Chefe Supremo da Revolta, qual visava proclamar independência Contestado ou evitar consumação acordo.** Devido, porém, falso alarme acontecimento, precipitaram irrompendo noite 29 para 30 Julho. Respeito plano geral de operações dos revoltosos nada sabe visto cel. Fabricio guardar segredo essa porta [...] Lugar Horizonte, entrada Palmas, reuniu-se seu grupo Zeca Vacariano, total 150 homens, dos quais 50 de Cleto. Frente Palmas, motivo desinteligência grupos Cleto e Vacariano respeito tomada cidade resolveram marchar Clevelândia, onde supunham encontrar força cel. Fabricio que orçaria uns mil homens. Lá chegados, não os encontrando e sabendo todos que vinham em perseguição uma forte coluna do Exército, apavorados receio serem

⁷³⁷ **Revolução nos Estados de Paraná e Santa Catarina**, RAMALHO, 1917, fls. 21.

⁷³⁸ *Ibidem*, fls. 21-2.

agarrados, resolveram dispersar. Informa que gente Vacariano tinha barracas, cargueiros, munições de boca e 40.000 tiros *Winchester* e *Mauser*.⁷³⁹

O depoimento de Alcides Silva é mais uma das versões dos fatos ocorridos durante o levante de julho de 1917. Segundo relata Alcides Cachaça, desde maio o grupo se reunia com o cel. Fabrício Vieira, “Chefe supremo da Revolução”, programando um levante para depois do dia 29. Em seguida, falou sobre os fracassos iniciais e deu uma informação importante ao alegar que o grupo, mesmo em Clevelândia ainda pensava poder encontrar os “mil homens” do respectivo coronel. Alcides também relatou que o grupo de Vacariano contava com cargueiros, barracas e aproximadamente 40.000 tiros de *Winchester* e *Mauser*, um número considerável de munição. Por fim, ao final do seu relato o coronel Ramalho ainda afirmou que esse indivíduo havia resolvido participar do movimento, pois, lhe haviam garantido o cargo de Chefe de Polícia do novo estado, revelando a existência de uma troca de posições em torno do apoio ao movimento. Embora não possamos depositar inteira confiança no depoimento desse indivíduo, trata-se de mais uma narrativa importante para compararmos com as demais.

Nos dias finais do mês de agosto, cientes da debandada do grupo, o Capitão Van Erven em conjunto de outros civis de Palmas preparavam-se para fazer uma última investida sobre as forças revoltosas a caminho da Argentina. O encontro com o grupo de fugitivos só ocorreu no dia 31, conforme narra o coronel Cunha Martins em telegrama enviado ao coronel Ramalho:

Do Capitão Van Erven que seguiu expedição Barracão acabo receber ofício declarando depois pesada marcha devido péssima estrada chegou dia 23 àquela localidade, sendo recebido festivamente população. Que percorreu linha fronteira Argentina deparou um grupo ali se achava encaminhando animais e procurava retirar-se. **Mandando chamar Modesto Luz e Luiz Fabricio de acordo com manifesto de 6 que remeteu aos mesmos, intimou-os deporem armas obtendo 34 respostas estarem resolvido apresentar-se irmãos Fabricio, Modesto Luz e outras figuras relação que assinaram a esta garantias oferecidas, face vossa circular.** Que de Clevelândia ao Barracão muitos [indivíduos] dos grupos dispersaram-se tomando direção nosso território ficando uma pequena parte República Argentina que não se apresentou inclusive – Sargento Brasileiro Justiniano Silva e um [corneteiro] ambos desertores Exército e que João Ruas seguiu destino Rio Grande do Sul e que Zeca Vacariano continua [homiziado] República Argentina; que na distancia fronteira conforme informes colhidos Cap. Van Erven deve chegar a esta cidade dentro de poucos dias trazendo apresentados.⁷⁴⁰

⁷³⁹ Ibidem, fls. 29, (grifo nosso).

⁷⁴⁰ **Revolução nos Estados de Paraná e Santa Catarina**, RAMALHO, 1917, fls. 32-3, (grifo nosso).

Assim, ao que parece o capitão Van Erven havia conseguido alcançar alguns dos revoltosos antes de transporem a fronteira com a Argentina, apresentando-lhes o manifesto do coronel Ramalho. Ao se inteirarem das garantias, os indivíduos Modesto da Luz, Luiz Fabrício e mais 34 aceitaram depor suas armas e apresentar-se as forças federais. Contudo, Zeca Vacariano e o sargento Brasiliano Justiniano Silva, acompanhados de mais alguns indivíduos resolveram permanecer na Argentina utilizando-se da fronteira internacional para suas fugas. João Ruas, por sua vez, dirigiu-se para o Rio Grande do Sul. No dia 3 de setembro de 1917, novamente o coronel Cunha Martins, telegrafou de Palmas, apresentando a lista de revoltosos que estavam vindo junto às forças do capitão Van Erven de Clevelândia para se apresentar:

Irmãos Fabricio, Modesto Luz, Modesto Cordeiro, Coronel Souza Machado, Emilio Cordeiro, Eneas Borges, Mathias Pimpao, Manoel Tavares Lacerda, Jernymo Deolindo, Sebastião Siliveira, Arthur Buhck, Alfredo Schwartz, Octavio Bento Alves, Manoel Horacio Brito, Manoel Vieira, João Ferreira, Fausto Borges, Antonio Marcondes, José Francisco Soares, Marcellino Pires, Mauricio Correia e João Vieira, os primeiros apresentados e três últimos capturados; três também 10 (10) tiros *Mauser*; 2 mosquetões “*mauser*”, uma *camblain*; 7 (7) “*Winchester*” e 2 cunhetes munição. **Quanto aos armamentos e munições acredita também eles usado esperteza ocultando em diferentes lugares para mais tarde poderem utilizar-se.**⁷⁴¹

Com base nessas informações, até parece que esses indivíduos estavam aguardando a chegada do capitão Van Erven para se apresentarem dentro das garantias do manifesto, pois teriam vidas e propriedades garantidas. Outro aspecto interessante é a referências as poucas munições que foram encontradas, apenas 10 tiros *Mauser*, 2 mosquetões *Mauser* (7) “*Winchseter*” e 2 cunhetes de munição, praticamente nada comparada ao descrito na narrativa de Cleto da Silva e no depoimento de Alcides Silva. Em informações posteriores, o coronel Cunha Martins ainda informou que grande parte das munições haviam sido deixadas pelos revolucionários na casa de Antônio Luz, em Campo Erê, mas boa parcela havia sido furtada por João Ruas, considerado “espoleta de Zeca Vacariano” e chefe de alguns homens no movimento revolucionário. Quanto ao saque em Clevelândia, a maioria dos apresentados declarou não poder nega-lo, apenas tentando atenuá-lo. Por fim, o comandante da Coluna Móvel ainda afirmou que “todos revolucionários apresentados ali tem assumido solene compromisso de voltarem seus trabalhos e jamais tomarem parte contra Governo” e ainda que

⁷⁴¹ **Revolução nos Estados de Paraná e Santa Catarina**, RAMALHO, 1917, fls. 35, (grifo nosso).

havia se apresentado três filhos naturais de Vacariano, o primo e o irmão do coronel Fabrício Vieira.⁷⁴²

Quem parece ter tido o pior destino nos dias posteriores ao movimento foi ex-deputado Cleto da Silva. Após ter declarado por intermédio do Dr. Ribeiro Vianna que iria apresentar-se, segundo informações prestadas pelo médico, o mesmo não teve coragem para realizar esse ato. Segundo as informações do Exército, Cleto estava com “seu estado moral fortemente abatido, manifestado grande arrependimento”, chegando a apresentar certa “perturbação mental”. Em companhia do seu filho, este gravemente doente, o antigo líder do movimento estava refugiado na fazenda Paulo Araújo esperando melhores condições para ir para a casa do sogro em Guarapuava. Dias depois seu filho veio a falecer. Assim, desolado, Cleto finalmente se retirou para cidade de Guarapuava, onde passou a se dedicar a escrita do livro que serviu de fonte para esse trabalho.⁷⁴³

O desfecho das movimentações em torno do Acordo de Limites aconteceu no dia 4 de setembro, aproximadamente 30 dias após a homologação do mesmo no Senado Federal. Naquele dia, o secretário do governo catarinense, representando o coronel Felipe Schmit chegou a cidade de Porto União para a cerimônia de posse de Santa Catarina do território Contestado que passava a lhe pertencer, oficialmente. O coronel Ramalho participou pessoalmente do evento. A cidade estava calma e alguns revoltosos e ainda se apresentavam em consequência do manifesto. Na mensagem enviada ao general Barbedo, Ramalho declarou:

Com toda ordem, em presença representantes Governo Catarinense, minha e oficiais, foram empossados hoje, hora 13, todos funcionários, autoridades do Estado, tendo a cerimônia terminada hora 15. Foram pronunciados alguns discursos discretos alusivos atos pelo representante Estado, saudando aos Chefes Governos Estado Paraná e Sta. Catarina, fechando com brinde de honra ao Exmo. Presidente República.⁷⁴⁴

Com o concurso dos governadores estaduais e do Exército Nacional, o Presidente da República Wenceslau Brás conseguiu garantir o cumprimento do Acordo de Limites e findar com a agitação no Contestado. O coronel Ramalho ainda permaneceu em Porto União até o dia 24 de Setembro, retirando-se depois, junto com as forças do Exército Nacional.

⁷⁴² **Revolução nos Estados de Paraná e Santa Catarina**, RAMALHO, 1917, fls. 36-7.

⁷⁴³ *Ibidem*, fls. 28, 31 e 37.

⁷⁴⁴ *Ibidem*, fls. 36.

Assim, encerraram-se as movimentações armadas pela criação do Estado das Missões no antigo território Contestado por Paraná e Santa Catarina. Mas, os fatos decorridos nas décadas seguintes revelaram que, longe de o levante de 1917 ser o final de um projeto político pela emancipação das terras ao Oeste de Santa Catarina e ao sudoeste do Paraná, ele foi apenas o início de uma longa jornada.

5.3 O LEVANTE ARMADO DE JULHO DE 1917: FIM OU INÍCIO DE UM MOVIMENTO?

O levante armado ocorrido em julho de 1917 encerra as movimentações em torno da primeira tentativa de criação do Estado das Missões. Mas isso significou o fim das tentativas de criar um estado na região do Contestado? Na verdade não!

Cristina Dallanora, na sua tese de doutorado, analisou um ataque, ocorrido no dia 21 de abril de 1922, ao quartel da Força Pública da cidade de Porto União – a metade de Porto União da Vitória que ficou para Santa Catarina – sob liderança do capitão reformado do Exército Antônio Bastos Paes Leme. O grupo havia roubado o armamento das forças de segurança de União da Vitória e investido contra a cidade catarinense com um contingente de aproximadamente 30 indivíduos. O combate durou praticamente toda a madrugada, resultando na morte de uma praça. A situação só se acalmaria após intensas negociações entre Paes Leme e o general Octavio Rocha, responsável pela defesa militar, chegando num acordo para encerrar o confronto.⁷⁴⁵

No inquérito policial instaurado para apurar os fatos, foi constatado que o grupo tinha por objetivo emancipar a zona do ex-Contestado e que, dentre os envolvidos, haviam alguns antigos adeptos do Estado das Missões, como Modesto Cordeiro e Dídio Augusto. Esses sujeitos também permaneceram refugiados na fazenda do coronel Amazonas, antiga liderança da Junta Governativa pelo novo estado. Embora não tenham mencionado o nome “Estado das Missões”, a referência à emancipação do ex-Contestado e a presença de antigos adeptos do movimento revela uma profunda ligação com o projeto anterior. Nossa opção por não entrar numa discussão mais profunda sobre esse movimento nesse trabalho se deu por que ele engloba outro universo de questões que começam a florescer na Primeira República a partir

⁷⁴⁵ DALANORRA, 2018, p. 129-130.

da década de 1920. Toda essa agitação, mesmo ocorrendo em Porto União, possuía uma intensa ligação com as movimentações tenentistas que iniciariam alguns meses depois na cidade do Rio de Janeiro.⁷⁴⁶

Mas este ainda não foi o último aparecimento do Estado das Missões na zona do Contestado. Em sua tese, Cristina Dallanora também dedicou algumas páginas para analisar um grande roubo efetuado, em 1927, pelo coronel Fabrício Vieira e mais alguns “chefotes” a Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande. Segundo narra autora, o assalto iniciou na estação da Jararaca da linha São Francisco da EFSPRS. Em seguida, esses indivíduos organizaram um comboio de duas locomotivas com o objetivo de dirigiram-se para Canoinhas, furtar aquela cidade e depois seguirem até Mafra. Durante o trajeto, eles ainda atacaram as estações de Paciência, Lagoa e Santa Leocádia, arrecadando dinheiro, pertences e inutilizando os telégrafos. Durante suas ações os assaltantes também deixaram um bilhete informando que o Tesouro Nacional pagaria por todo aquele valor roubado por ordem do comandante das “Forças Revolucionárias em operação nos estados do Paraná e Santa Catarina”, constando a assinatura do “comandante das operações” Cezar Paes Leme.⁷⁴⁷ Por fim, ao saberem que desde Três Barras, vinha uma tropa para combatê-los, o grupo soltou uma locomotiva desgovernada para chocar-se com as forças legais, e em seguida retornou a Jararaca, onde arrancaram os trilhos e atearam fogo em vagões carregados de lenha. O prejuízo calculado pela Estrada de Ferro foi avaliado em seiscentos contos de réis.⁷⁴⁸

Após realizar essas ações, o grupo atravessou a fronteira estadual em direção ao Paraná, seguindo com o assalto a diversas cidades e depois se refugiando na Serra da Esperança. Ao se dedicar sobre esse assunto, Cristina Dallanora acabou não mencionando que, segundo os periódicos da época, algumas semanas depois, Fabrício Vieira lançou um manifesto em Porto União convidando a população para unir-se pela causa do Estado das Missões.⁷⁴⁹ Segundo os periódicos DIARIO DA TARDE e O JORNAL (RJ) trava-se de uma medida pela qual o coronel pretendia escapar de ser enquadrado dentro do crime de furto, decorrente das ações praticadas nos dias anteriores e ser considerado um criminoso político, facilitando sua defesa. Mesmo que tenha sido essa a intenção de Fabrício Vieira, a menção ao

⁷⁴⁶ Para um estudo mais completo sobre o tenentismo no Contestado. Cf. DALLANORA, 2019.

⁷⁴⁷ Cezar Paes Leme era filho de Antonio Bastos Paes Leme. Cf. Ibidem, p. 157.

⁷⁴⁸ Ibidem, p. 160.

⁷⁴⁹ DIARIO DA TARDE, Curitiba, 21 de outubro de 1917. **Uma peça curiosa**, p. 1, c. 6-7; O JORNAL, Rio de Janeiro, 21 de outubro de 1927. **O Caudilho Fabricio Vieira prethendia a independência do ex-Contestado?**, p. 16, p c.4.

Estado das Missões demonstra como o projeto ainda não havia sido esquecido e mais, Porto União ainda era um local onde se poderiam encontrar adeptos para aquela empreitada, tendo em vista que todas as referências ao Estado das Missões estavam estando atrelada aquela cidade. Alguns dias depois, o periódico carioca chegou a apresentar uma notícia completa sobre o ocorrido, conforme expomos a seguir.

Figura 30 - O manifesto pelo Estado das Missões.



Fonte: O JORNAL, Rio de Janeiro, 25 de Novembro de 1927. "O Estado das Missões", p. 7, c. 6-8.

Ao que tudo indica os redatores do O JORNAL tiveram acesso ao conteúdo do manifesto, no qual ficavam “explicados” os motivos pelo qual Fabrício Vieira passava agora a se tornar adepto do movimento. Assim, transcrevemos alguns trechos reproduzidos pelo periódico:

No pacto de honra assumido com camaradas para a cruzada da liberdade, a mim me coube à tarefa de iniciar a luta com o âmbito mais vasto, mas com o fim de tornar autônomo o território do Contestado. Premiados por circunstancias independente de suas vontades, o golpe falhou nas suas linhas gerais para os meus camaradas; reduzindo-se a uma convergência de forças para o primeiro plano da luta: A INDEPENDENCIA DO CONTESTADO [...] em obediência aos demais chefes civis deste movimento armado, pela consecução do ideal libertário farei quando em mim estiver para que no estrelário do Cruzeiro do Sul brilhe mais um astro, com a denominação de ESTADO DAS MISSÕES [...] Aliado aos chefes de mais prestígio na região do Contestado, tenho certeza na vitória de minhas armas e alimento a esperança de conseguir levar a termo o sonho por tão longo espaço de tempo

acalentado pelos habitantes do território das Missões. O Brasil livre que julgue o meu ato; os homens independentes que julguem a minha atitude.
Acampamento em Taquari, 16 de Outubro de 1927.
Assignado Cel. Manoel Fabricio Vieira.⁷⁵⁰

O texto lançado pelo coronel é no mínimo intrigante. Que pacto seria esse? Quem seriam os seus “chefes maiores”? Que golpe havia falhado? Ou realmente existia algo por trás do manifesto, ou era uma simples tentativa de envolver seu nome em causas políticas, como defendia o jornal CORREIO DO POVO, referindo-se a essa atitude como “as palhaçadas do coronel Fabrício”.⁷⁵¹ Assim como o levante de 1922, também optamos por não tratar em nosso trabalho acerca do aparecimento do Estado das Missões, em 1927, justamente por englobar muitas questões próprias daquele período.

Mas então, havia terminado os movimentos de independência pelo Contestado? O manifesto de Fabrício foi à última reivindicação pela emancipação política da região? A reposta continua sendo: Não!

Em 1931, Epaminondas de Araújo Amazonas e o coronel Modesto da Luz, entregaram ao novo Chefe Provisório da República, Getúlio Vargas, em audiência especial no dia 29 de Dezembro, no Rio de Janeiro, um memorial reunindo uma série de razões para aquela região ser emancipada para se tornar o novo “Estado do Iguassu”. Esses indivíduos, membros do Comitê Central pró Estado do Iguacu acharam pertinente o momento de “renovação republicana”, para reivindicarem a criação do novo estado.⁷⁵² Qualquer semelhança com o Estado das Missões é mera coincidência.

Aliás, dentre as justificativas de “ordem histórica” constava a proclamação da Junta Governativa pelo Estado das Missões, em 1909. Além disso, o coronel Modesto da Luz também havia participado do levante de 1917 e o segundo delegado era portador do sobrenome “Araújo Marcondes”, indicando alguma ligação com aquela família. Enfim, trocava-se o nome, mas o projeto continuava.

Daí em diante, a pesquisa foge da nossa alçada. Com a mudança do projeto de Estado das Missões para Estado do Iguacu os horizontes ficam muito amplos. Já comentamos sobre a criação do Território Federal do Iguacu, em 1943, e o surgimento do movimento em prol da

⁷⁵⁰ O manifesto também foi transcrito em: CORREIO DO POVO, Jaraguá do Sul, 29 de Outubro de 1927. **O manifesto de Fabrício Vieira**, p. 2, c. 1-2.

⁷⁵¹ CORREIO DO POVO, Jaraguá do Sul, 29 de Outubro de 1927. **As palhaçadas do coronel Fabrício**, p. 1, c. 4.

⁷⁵² O DIA, Curitiba, 18 de Janeiro de 1931. **Uma Nova Estrella na Constellação Brasileira**, p. 1 e 4, c. 4-5 e c. 1-3.

criação do estado com o mesmo nome, em 1946. De acordo com Sérgio Lopes, o as reivindicações se estenderam – intercalado entre o abandono e a retomada – pelas décadas 1960, 1970 e 1980, com algumas lideranças políticas à frente. Embora o território pleiteado para criação do Estado do Iguazu seja diferente do Estado das Missões, ainda há semelhanças em alguns pontos.⁷⁵³ Por fim, essa vontade de criar o Estado do Iguazu ainda é relembrada por alguns sujeitos do sudoeste do Paraná. Em 2016, a Sociedade para o desenvolvimento e emancipação do Iguazu (SODEI) lançou um documentário com o nome “Já fomos Território e Seremos agora Estado” apontando as justificativas para criação do Estado do Iguazu.⁷⁵⁴

Enfim, como apontado por Sérgio Lopes, o movimento pelo Estado do Iguazu ainda carece de pesquisas, não havendo nenhum estudo aprofundado no assunto.⁷⁵⁵ Se os indivíduos de hoje em dia sabem ou não da existência do Estado das Missões é algo que não podemos afirmar. Todavia, algum elemento deve existir naquela zona que provoque o surgimento de movimentos emancipatórios. Será sua condição histórico-geográfica? Uma ideia levada à frente de geração em geração? Um desejo permanente das elites pela emancipação? São perguntas interessantes de ser feitas, mas que dificilmente serão respondidas completamente.

Antes de encerrar o nosso capítulo, vale a pena refletirmos sobre alguns pontos levantados ao logo da nossa narrativa. Como vimos, após a assinatura do Acordo de Limites na capital federal, o mesmo ainda precisava ser homologado nas Assembleias Legislativas de ambos os estados e no Congresso Nacional. Esse período foi crucial para a organização de um movimento de oposição ao Acordo, tendo à frente, principalmente, os deputados Cleto da Silva e Ulysses Vieira, os prefeitos municipais de Rio Negro e Três Barras, Joaquim Ferreira do Amaral e Silva e Dídio Augusto e os senadores Alencar Guimarães e Rui Barbosa. Em torno desses nomes se congregaram uma série de outros indivíduos que partilhavam da mesma posição, estabelecendo suas formas de resistência de acordo com as suas possibilidades.

⁷⁵³ Cf. LOPES, 2004.

⁷⁵⁴ Esse documentário está Disponível em: <http://www.estadodoiguacu.com.br/documentario/>. Acesso em: 01 nov. 2020.

⁷⁵⁵ LOPES, op. cit.

Enquanto alguns optaram por fazer suas defesas a partir da palavra, outro grupo resolveu partir para a luta armada como forma de não entregar parte do território Contestado para Santa Catarina. Ficou evidente que as discussões no Senado Federal e o levante estiveram bastante relacionados, servindo de ponto de apoio para justificação das ações de ambos os lados. Outro ponto interessante foi perceber no discurso do senador Generoso Marques como naquele momento o governo estadual do Paraná já descartava qualquer possibilidade de “revolucionar” a zona em defesa dos seus direitos, não só por já estar de acordo com a solução oferecida pelo Presidente da República, como por não querer repetir outra experiência de conflito como fora a Guerra do Contestado.

Quanto à questão do levante armado cabe chamar atenção, em primeiro lugar, ao medo do envolvimento do coronel Fabrício Vieira por parte das autoridades e da imprensa nacional. Em nossa pesquisa, chegamos à conclusão que Fabrício Vieira esteve sim envolvido com o levante armado. Embora não tenha participado diretamente, grande parte dos seus principais “fabricianos” estiveram presentes durante a trajetória do levante e seu nome foi mencionado diversas vezes como um adepto do movimento, inclusive por Cleto da Silva. Outro aspecto relevante do levante armado foi quanto ao perfil dos envolvidos. Em sua maioria foram políticos locais, comerciantes, fazendeiros, ervateiros, isto é: homens de projeção social e política das redondezas, camuflados sobre um ideal de “patriotismo”, mas que no fundo estavam mais interessados em defender seus interesses comerciais e políticos.

Também chamamos atenção para o clima de incerteza e imponderabilidade quanto às informações que se tinham sobre o movimento. Isso se deu de ambos os lados, tanto nas informações trocadas entre oficiais espalhados pela zona do Contestado e comandante do Exército Nacional, quando pelas mensagens e telegramas enviados e recebidos dos revoltosos. Com esse clima, não era possível saber ao certo quais as promessas de adesões que haviam se verificado de fato, quais “boatos” se concretizaram, quanto homens ao todo possuíam as colunas rebeldes, etc. Por outro lado, para os revolucionários também não era possível saber quais levantes haviam triunfado, quais reforços estariam a caminho, como estavam os rumos das negociações na capital federal, etc. Assim, a movimentação das duas forças pela região e as comunicações estabelecidas tiveram papel de destaque na forma como o levante foi levado adiante, contribuindo tanto para mobilização de um grande contingente de forças do Exército Nacional, como para o fracasso dos revoltosos.

Outro importante elemento que deve ser percebido é que a rede de relações estabelecidas entre os oposicionistas. Esse movimento foi organizado a partir de uma intrínseca rede de solidariedade existente entre chefias políticas locais, estaduais e federais do Paraná e do Rio Grande do Sul e alguns sujeitos da capital federal. Além disso, durante o levante também constatamos a presença de outros “chefótes” do Contestado que aderiram a luta. Toda essa movimentação revela a presença de uma grande interação e dinâmica na região da Fronteira Sul durante aquele período, além de demonstrar como o telégrafo, as cartas e os novos caminhos exerciam papel fundamental na comunicação desses indivíduos. Dessa forma, fica evidente em nossa análise a facilidade e a frequência com que esses sujeitos se comunicavam uns com os outros e combinavam encontros, reuniões, estratégias de resistências, movimentos armados, etc.

Para encerrar as discussões desse capítulo, cabe comentar sobre um último aspecto interessante apresentado: a permanência de movimentos visando a emancipação do Contestado nas décadas seguintes. Em 1922, a ideia de criar o Estado das Missões ainda contava com força suficiente para gerar um levante armado na cidade de Porto União. Embora, em 1927, ele já estivesse mais fraco, a distribuição de uma manifesto na cidade catarinense demonstra como o ideal não estava em completo esquecimento pelos seus habitantes. Contudo, o que chama mais atenção é o projeto de criar o “Estado do Iguassu”, em 1931, apresentado a Getúlio Vargas logo na sua ascensão a presidência da República e a criação do Território Federal do Iguazu, em 1943.

Embora não tenhamos nos dedicado a estudar a relação entre esses episódios – se é que ela existe – todas essas movimentações sugerem que a experiência do primeiro movimento pelo Estado das Missões pode ter dado o *start* inicial em um grande horizonte de expectativa que perdura até os dias atuais: o anseio de inaugurar mais um Estado da Federação dentro da Fronteira Sul.

CAPÍTULO 6

6 APROPRIAÇÃO DAS TERRAS PÚBLICAS NA PRIMEIRA REPÚBLICA: ALGUNS INTERESSES POR TRÁS DO MOVIMENTO PELO ESTADO DAS MISSÕES

No último capítulo do nosso trabalho, dedicaremos algumas páginas a discussão referente ao processo de apropriação do patrimônio público ocorrido durante a Primeira República e o envolvimento de algumas lideranças do Estado das Missões nesse processo. Para dar conta desse objetivo, vamos estabelecer um diálogo entre os relatórios da Secretaria de Obras Públicas e Colonização do estado do Paraná – entre os anos de 1892 a 1918 – as principais legislações aprovadas na Assembleia Legislativa, nossas fontes sobre o Estado das Missões e alguns autores que discutiram a questão agrária no Brasil e no Contestado. É importante deixar claro que o nosso olhar sobre essas fontes foram principalmente no intuito de “pescar” algumas informações relacionadas ao contexto ou aos indivíduos do Estado das Missões, estando longe de esgotá-las. Dessa forma, para iniciar nossa discussão se faz necessário refletir, primeiramente, sobre a promulgação da Lei de Terras, em 1850.

6.1 A LEI DE TERRAS E SEUS IMPACTOS NA ORGANIZAÇÃO FUNDIÁRIA BRASILEIRA

A Lei Nº 601 de 18 de setembro de 1850, mais conhecida como Lei de Terras, inaugurou um novo período na história agrária do nosso país. Pouco antes da independência brasileira, em 1822, o governo monárquico resolveu suspender o regime de sesmarias e trabalhar numa nova regulamentação para as terras do território.⁷⁵⁶ Esse antigo sistema foi muito utilizado no movimento de ocupação dos espaços considerados “vazios”⁷⁵⁷ pela Coroa

⁷⁵⁶ O regime de sesmarias funcionou durante todo o período colonial. Na prática ele previa a concessão de uma faixa de terra ao colono pela metrópole, autorizando-o a se instalar e produzir naquela área, e depois, definir seus limites e providenciar os documentos necessários para confirmação do seu domínio. Caso não cumprisse esses critérios, o terreno voltava para as mãos da Coroa. Cf. MOTTA, 2009.

⁷⁵⁷ A referência a um espaço “vazio” deve ser problematizada para não cairmos numa falsa ideia de pioneirismo da ocupação dos luso-brasileiros e principalmente dos imigrantes estrangeiros. De acordo Paulo Zarth, uma

Portuguesa, propiciando um meio legal para obtenção de grandes latifúndios, conforme visto no capítulo 1.⁷⁵⁸ No entanto, muitos desses possuidores de terras não chegavam a providenciar todos os documentos necessários para a obtenção do título permanente das suas sesmarias. Dessa forma, a aquisição parcial dos registros acabou gerando uma dificuldade no processo de titulação e definição dos limites das propriedades, sendo um dos motivos da suspensão desse regime jurídico. Paralelamente a esse processo, também houve muitas ocupações de forma extralegal, formando extensos latifúndios por meio do apossamento, uma prática não só tolerado pelas autoridades, como incentivada.⁷⁵⁹

Assim, a presença de uma titulação precária, a cada vez mais comum ocupação pela posse, sem qualquer titulação, a dificuldade de definir com precisão a localização das terras públicas para novas distribuições, entre outros fatores, impulsionaram os legisladores do Império a promulgar a Lei de Terras de 1850. De acordo com Ligia Maria Osório Silva, entre seus principais objetivos estava a demarcação das terras devolutas⁷⁶⁰ do Estado para facilitar o processo de transição para o trabalho livre que começava a aparecer no horizonte das elites agrárias após a abolição do tráfico de escravos em meados do século XIX. Com a demarcação do patrimônio público seria possível realizar a venda de lotes para o processo de colonização do país através da imigração estrangeira, ocupando as áreas “vazias” e ao mesmo tempo importando uma nova mão de obra para as fazendas.⁷⁶¹

das críticas fundamentais das novas pesquisas em torno da ocupação da Fronteira Sul é a revisão do “mito do vazio demográfico”. Esse mito caracteriza essa zona como um espaço vazio, esperando ser conquistado e civilizado. Por mais que o discurso das elites seja esse, sempre houve uma população indígena presente na região e nativa daquele território, além dos habitantes que antecedem as companhias de colonização e aos imigrantes trazidos por ela. Como exemplo de novos estudos nessa linha, podemos citar a tese de doutorado de Cristina Moraes que tem em um dos seus objetivos justamente combater a visão de que o Oeste Catarinense teve início a partir da colonização estrangeira, recuperando todo o passado de formação e conflito daquela região. Cf. MORAES, 2018; RADIN, VALENTINI, ZARTH, 2015, p. 16-7.

⁷⁵⁸ A doação de sesmarias esteve atrelada ao processo sistemático de exploração de terras iniciado pelos portugueses e luso-brasileiros no interior do Brasil – visando o cultivo de cana-de-açúcar, criação de gado, mineração, café, etc. – formando o desenho das nossas linhas de fronteira. Um bom exemplo foi à ocupação dos Campos de Guarapuava vista no capítulo 1. Cf. SILVA, 2002, p. 158-9.

⁷⁵⁹ Ibidem, p. 158.

⁷⁶⁰ A expressão “terras devolutas” também merece nossa atenção quanto ao seu uso. Na mesma linha da crítica ao mito do vazio demográfico a expressão “terras devolutas” é revista na medida em que seu conceito jurídico pressupõe um conjunto de terras desocupadas, desconsiderando a presença de povos indígenas e caboclos ocupantes da Fronteira Sul. Cf. RADIN, VALENTINI, ZARTH, op. cit., p. 17.

⁷⁶¹ De acordo com Ligia Maria Osório Silva as mudanças de atitude do Estado Imperial com relação às questões de terras se acentuaram quando a escravidão começou a ser seriamente ameaçada. Com a impossibilidade de continuar importando escravos africanos e querendo evitar a desorganização das lavouras, os membros da elite “Saquarema”, formularam uma estratégia gradual de transição do trabalho escravo para o livre. Em conjunto a essa ideia, estava atrelada a necessidade do povoamento e a introdução de novas formas de exploração agrícola através da pequena propriedade. Para colocar em prática essa política, era extremamente necessária a demarcação das terras devolutas para depois serem vendidas para nacionais ou estrangeiros. O

Entretanto, a realização da divisão entre terras públicas e privadas não seria nada fácil. Tornava-se necessário fazer um levantamento de todas as áreas ocupadas por particulares. Para cumprir esse objetivo a nova legislação formulou uma série de procedimentos para a obtenção dos títulos de propriedades permanentes e aquisição de terras do patrimônio público. A compra também ficou estabelecida como a única forma de obtenção de novas áreas e houve todo um esquema elaborado para a legitimação e revalidação das terras já ocupadas por antigos proprietários. Segundo a historiadora Janaína Neves Maciel:

Os processos de legitimação e revalidação de terras eram os meios legais pelos quais os posseiros, no caso das legitimações, deveriam regularizar suas terras e adquirir assim o título definitivo das mesmas. Assim como, os ocupantes de determinada porções de terras obtidas por meio de concessão legal deveriam revalidá-las e, em decorrência disso, adquirir o título definitivo da porção da terra em questão. Ou seja, os processos de legitimação e revalidação de terra eram a forma legal, administrada pelo estado, de aquisição de título definitivo de terras.⁷⁶²

Para reger como deveriam ocorrer todos esses processos, em 30 de Janeiro de 1854, foi promulgado o Regulamento da Lei de Terras, por meio do Decreto N° 1318. De acordo com o novo regimento só seria permitido à legitimação ou revalidação de áreas com princípio de cultura ou cultura efetiva e que fosse morada habitual do respectivo posseiro ou quem o representasse. Esse proprietário deveria apresentar sua declaração na paróquia responsável pelo território onde residia e esta enviaria as declarações para os órgãos responsáveis do Governo Central. Outro elemento importante é a ausência de um limite máximo para regularização das posses e de um imposto territorial, favorecendo a formação de grandes propriedades.

Nesse sentido, para uma parcela dos historiadores a Lei de Terra de 1850 privilegiou os grandes proprietários.⁷⁶³ Além da isenção do imposto territorial e a possibilidade de regularizar áreas enormes, a compra como forma de aquisição de novas terras e a própria

dinheiro recebido dessas venda seria utilizado para financiar a imigração de estrangeiros, fornecendo mão de obras para os grandes fazendeiros. Nesse sentido, a Lei de Terra de 1850, visou dar conta dessas transformações numa tentativa de efetuar a divisão entre o patrimônio público do privado. Além disso, o novo ordenamento jurídico e regularizador da propriedade restringiu o acesso à terra para as populações mais pobres – sertanejos, caboclos, escravos libertos, etc. e garantiu as posses para a classe dominante do campo – viabilizando a transição para o novo modelo de trabalho. Cf. SILVA, op. cit., p. 160.

⁷⁶² MACIEL, 2015, p. 13.

⁷⁶³ Embora José Murilo de Carvalho, no seu famoso texto “a política de terra: o veto dos barões” tenha alegado que a legislação de terras não agradou os grandes proprietários e foi inviabilizada pelos mesmos, uma parcela de historiadores discorda dessa visão. Para este último grupo, embora tenha ocorrido certa negligência no processo de legitimação e revalidação das grandes posses, isso não descarta o aspecto de favorecimento da Lei de Terras em relação aos grandes proprietários. Cf. MACHADO, 2004, 2011; SILVA, op. cit., 2007; MACIEL, op. cit.

condução de todo esse processo pela via administrativa, são fatores favoráveis aos grandes fazendeiros.⁷⁶⁴ No entanto, isso não significou que pequenos posseiros e sitiantes também não se beneficiaram dessa lei. O estudo de Marcia Motta sobre a atuação dos pequenos proprietários no Vale da Paraíba e tese de Fabio Pontarolo sobre a ocupação de Guarapuava, demonstraram como esses indivíduos aproveitaram-se da Lei de Terras para assegurar seus direitos sobre suas lavouras localizadas nas terras devolutas ou zonas contíguas.⁷⁶⁵ Além da autora, Almir Antônio de Souza evidenciou como as populações indígenas, cientes ou não da Lei de 1850, conseguiram manter algumas de suas posses conforme o dispositivo da lei que garantia o “respeito” às terras indígenas.⁷⁶⁶

Todavia, mesmo com que alguns pequenos posseiros e povos indígenas conseguindo garantir pequenas faixas de terras para seu domínio, para Janaína Neves Maciel, pautada no antropólogo James Holston, a legislação de terras no Brasil, ao invés de promover uma regularização, promoveu uma restrição do acesso à terra no país. Segundo Holston, esse “acesso restrito a propriedade fundiária teve o efeito de forçar a maior parte dos brasileiros a morar ilegalmente, tornando a ilegalidade se não uma norma, ao menos uma condição predominante de assentamento”. Com o status de residentes ilegais, logo esses indivíduos também perderam grande dos seus direitos políticos.⁷⁶⁷

Conforme veremos ao longo deste capítulo, mesmo após a passagem da legislação agrária para os estados da Federação, em 1891, o favorecimento aos grandes proprietários e a apropriação do patrimônio público pela esfera privada continuou e até aumentou. No Contestado, inúmeros pequenos posseiros, sitiantes e indígenas foram considerados ocupantes ilegais de suas terras, ficando sujeitos a processos de expulsão e usurpação encabeçados por coronéis e empresas estrangeiras. Entre os protagonistas desse processo tiveram destaque os indivíduos ligados ao Estado das Missões, ora se aliando ao governo, ora defendendo seus próprios interesses, ou atuando em favor de empresas estrangeiras. Podemos até dizer que eles

⁷⁶⁴ Para Janaína Neves Maciel a opção pela regularização das terras pela via administrativa, permitia aos legisladores resolver as discordâncias relativas ao processo de regularização entre os próprios membros do governo, mais especificamente pelos presidentes da província. Dessa forma, eles também afastavam as questões agrárias da esfera judicial. Cf. MACIEL, 2015, p. 24.

⁷⁶⁵ MOTTA, Márcia. **Nas Fronteiras do poder: conflitos e direito à terra no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: Vício de Leitura: Arquivo Público do estado do Rio de Janeiro, 1998; PONTAROLO, 2019.

⁷⁶⁶ SOUZA, Almir Antonio de. A Lei de Terras no Brasil Império e os índios do Planalto Meridional: a luta política e diplomática do Kaingang Vitorino Condá (1845-1870). **Rev. Bras. Hist. [online]**. 2015, vol.35, n.70 Pp. 109-130. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882015000200109&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 12 maio 2020.

⁷⁶⁷ HOLSTON, 2013 p. 153 apud MACIEL, op. cit.

ocuparam uma posição privilegiada em todos esses acontecimentos, mas que, mesmo assim, parecia pouco: sua vontade era estar no comando de toda a administração.

6.1.1 A apropriação das terras devolutas na Primeira República

Para Lúcia Maria Osório Silva, a formação da propriedade no Brasil teve uma peculiaridade:

Constituiu-se fundamentalmente a partir do patrimônio público. Em outros termos, o monopólio de terras foi se formando num lento processo de passagem das terras chamadas devolutas para o domínio privado. **E a Primeira República foi um dos momentos mais importantes deste processo.**⁷⁶⁸

Para autora, embora não seja possível negar a origem do latifúndio na lógica da colonização, torna-se necessário problematizar a noção de imobilismo associada à história agrária brasileira.⁷⁶⁹ Isso implica em repensar a formação da propriedade em alguns períodos da nossa trajetória, como, por exemplo, a Primeira República.

Conforme vimos, com a promulgação da Constituição de 1891, os governos estaduais passaram a ter completa autonomia para legislar sobre suas terras devolutas, e, conseqüentemente sobre os processos de colonização. Entretanto, isso não significou uma ruptura completa com a antiga forma de organização. Pelo contrário, em diversas regiões do Brasil houve a manutenção das prerrogativas da Lei de Terras de 1850 e o seu Regulamento de 1854, com pequenas alterações.⁷⁷⁰

De acordo Almir Teubl Sanches, a permanência das prerrogativas da Lei de 1850 tinha por objetivo manter na mão dos governos estaduais a liderança dos trâmites para regularização das antigas posses e a venda das terras devolutas, além de prosseguir com a realização desse processo pela via administrativa. Assim, após passar pelas secretarias

⁷⁶⁸ Para tratar sobre esse assunto nos trabalharemos com dois textos de Lúcia Maria Osório Silva. O primeiro é “O coronelismo como fenômeno de fronteira (2007)” e o segundo “A apropriação territorial na Primeira República (2002)”. Sobre a citação, Cf. SILVA, 2002, p. 157, (grifo nosso).

⁷⁶⁹ Segundo Lúcia Maria Osório Silva, a ideia de longa duração do latifúndio transforma-se num problema quando entendemos a sua existência como uma simples característica derivada da herança colonial perpetuada no tempo. Dessa forma, para sanar essa questão a autora defende uma análise histórica do processo de formação da propriedade ao invés de encará-lo como um cenário fixo. Cf. SILVA, 2007.

⁷⁷⁰ SILVA, 2002, p. 157.

responsáveis, pelos deputados da Assembleia Legislativa, a última palavra sempre recairia ao chefe político estadual. Logo, também era entendível que as classes agrárias concordassem com a manutenção da lei, visto serem os governadores as principais lideranças das oligarquias hegemônicas dos estados.⁷⁷¹

Com os governadores no comando dos trâmites legais, um dos aspectos fundamentais da nova legislação aprovada pelos estados foi à liberalidade em relação à posse. Não foram poucas vezes que os estados alteraram as datas-limites para validação de antigas propriedades estabelecidas no Regulamento de 1854, alargando os prazos por período praticamente indefinidos. Além disso, também foram criados mecanismos para permitir a legitimação de áreas ocupadas após 1854, algo não previsto no antigo regulamento. Com essas medidas, os estados estavam facilitando cada vez mais a apropriação de vastas áreas do patrimônio público por grandes fazendeiros e comerciantes envolvidos nesses trâmites, bem com a atuação dos grileiros de terras. Para Ligia Osório Silva, as novas legislações calcadas em premissas da Lei de 1850, no lugar de frear o apossamento do patrimônio público, alavancaram ainda mais esse processo.⁷⁷²

No Paraná as coisas não foram diferentes. A legislação de terras continuou facilitando o processo de apropriação e distribuição do patrimônio público para os particulares. Ao me debruçar sobre as questões agrárias desta região, compreendi a importância de estudá-la não apenas por meio dos decretos, atos e legislações que ditam administrativamente esse processo, mas também através das relações sociais e culturais estabelecidas neste meio, conforme orientam os autores pesquisados. No entanto, nossas fontes levantadas sobre esse assunto, são em sua maioria as legislações e os relatórios da Secretaria de Obras Públicas e Colonização do Paraná, dois documentos oficiais. Nesse sentido, visando contrabalancear essa visão, estabeleci um diálogo com os trabalhos de Paulo Pinheiro Machado, sobre a ocupação do Oeste e planalto norte catarinense – grande parte sob uma administração provisória do Paraná até 1916 – da pesquisadora Janaína Neves Maciel, estudiosa da questão de terras em Lages e Santa Catarina, de Ângelo Priori sobre a legislação paranaense de terras e de Ruy Christovam Wachowicz, sobre a ocupação do sudoeste paranaense. Dessa forma, pretendo trazer um “estado da arte” de como estava à situação agrária no Paraná, conectando essa questão com o Estado das Missões.

⁷⁷¹ SACNHES, 2008, p.134-5.

⁷⁷² SILVA, 2002, p. 163.

6.2 A LEGISLAÇÃO AGRÁRIA PARANAENSE NA PRIMEIRA REPÚBLICA: PERFIL DOS OCUPANTES E FORMAS DE ATUAÇÃO

Conforme vimos no capítulo 1, os territórios mais ao Oeste e Sudoeste do Paraná tiveram uma ocupação tardia se comparada ao litoral, iniciada principalmente por fazendeiros paulistas e moradores de Guarapuava por volta de 1840. Segundo o recenseamento apresentado pelo Barão do Rio Branco na sua defesa pelo Território das Missões, em 1890, cinquenta anos depois das primeiras expedições, havia na comarca de Palmas 9.601 habitantes, um número pequeno se comparado ao tamanho daquele território. Entre esses moradores, estavam as populações indígenas, habitantes originárias daquela zona, fazendeiros e agregados estabelecidos nos campos de criação e ainda uma camada de pequenos e médios proprietários, aproveitando-se do comércio do Caminho das Tropas e da agricultura de pequeno porte.⁷⁷³

Assim, no início do século XX a comarca de Palmas compreendia as cidades de Palmas, Bella Vista de Palmas (Clevelândia), Campo Erê e União da Vitória, todas portadoras de grandes riquezas naturais, como a erva-mate, madeira, campos de criação, terras para agricultura, etc. Da mesma forma como em outras partes do Paraná, a principal atividade desenvolvida nessa região era a pecuária e a extração em grande escala da erva-mate praticada pelos grandes fazendeiros e comerciantes. Segundo Ruy Christovam Wachowicz em toda a zona de criação do estado (Campos Gerais, Guarapuava, Palmas, etc.), desenvolveu-se desde o início da ocupação um preconceito com a agricultura, ocasionando certo desabastecimento dos primeiros gêneros de necessidade.⁷⁷⁴ Visando sanar essa carência, a vila de União da Vitória, um pouco mais ao leste, serviu como uma das principais rotas de comércio entre a cidade vizinha e o litoral do estado. Interessados nas oportunidades oferecidas por aquele

⁷⁷³ MACHADO, 2004; WACHOWICZ, 1985.

⁷⁷⁴ Embora Wachowicz coloque a culpa da falta de abastecimento na existência de um “preconceito” contra a agricultura, conforme vimos no capítulo 1, o que de fato ocorreu foi um apossamento desenfreado desde o período imperial das principais áreas de terras da região de Palmas por grandes fazendeiros divididos em dois grupos. Com o estabelecimento desses estancieiros, dificilmente algum pequeno proprietário conseguia se estabelecer naquela região sem o aval desses chefes locais ou encontrar algum pedaço de terra interessante para estabelecer suas lavouras. Após a promulgação da Lei de Terras, em 1850, as coisas ficaram ainda mais complicadas. Cf. PONTAROLO, 2019; WACHOWICZ, op. cit..

“entreposto”, como foi batizada em sua criação, uma série de comerciantes, ervateiros e fazendeiros passaram a se estabelecer naquela cidade. Esse é o caso, por exemplo, dos coronéis Amazonas Marcondes, Artur de Paula, Pedro de Sá Ribas Nhonhô, entre outros.⁷⁷⁵

Um pouco mais ao leste do estado, na região Centro-Sul, em 1870, o Paraná havia emancipado o município do Rio Negro. Esse local possuía forte ligação com União da Vitória e Palmas através da navegação fluvial. Assim como nas outras duas regiões, ali também se concentravam comerciantes, ervateiros, pecuaristas, ou seja, uma vasta camada de coronéis interessados nas riquezas naturais presentes naquelas terras. Em conjunto, esses três centros populacionais – Palmas, União da Vitória e Rio Negro -, formavam o núcleo do Contestado paranaense, fazendo limite provisório com as cidades catarinenses de Canoinhas, Curitiba e Campos Novos.⁷⁷⁶

Além dos grandes fazendeiros, também habitavam a zona uma larga camada social de pequenos e médios lavradores independentes, geralmente posseiros, “principalmente nas regiões de matas e capoeiras do planalto [...], nos vales dos rios Marombas, Taquaruçu, Paciência, Canoinhas, Timbó, Peixe e Iguaçu”. Esses lavradores eram principalmente paranaenses e famílias vindas do Rio Grande do Sul, buscando vender os excedentes de suas lavouras para tropeiros que transitavam pelo Caminho das Tropas. Na região dos vales do Rio Negro, Iguaçu e seus afluentes (Negrinho, Canoinhas, Paciência e Timbó), esses indivíduos também se beneficiavam da erva-mate presente nos ervais nativos e devolutos.⁷⁷⁷ A presença dessas populações pode ser constatada nos relatórios dos tenentes José Bernardino Bormann e do Capitão Antônio Santiago Dantas durante a instalação das colônias militares de Chapecó e Chopim, em 1888, ao se referirem a existências de diversas famílias ocupando de forma indevida aquelas terras.⁷⁷⁸

Dessa forma, visando facilitar nossa análise, podemos dividir a população dessa região em dois grupos: de um lado os grandes fazendeiros, comerciantes e ervateiros ocupando áreas que poderiam variar de 4 mil a 40 mil hectares;⁷⁷⁹ do outro, os pequenos e médios

⁷⁷⁵ SILVA, 1933; WACHOCICZ, 1985, p. 65.

⁷⁷⁶ SILVA, 1933.

⁷⁷⁷ MACHADO, 2004, p. 69-70.

⁷⁷⁸ Além disso, durante o capítulo 1 também dedicamos uma boa parte para falar sobre a vinda de diversas famílias de lavradores pobres para as zonas dos Campos de Guarapuava e Palmas durante o período imperial, que, conforme foram ficando impossibilitadas de conseguir um pedaço de terra para implantar suas lavouras, ou fugindo dos recrutamentos forçados do período, acabaram migrando para a zona do Contestado. Cf. PONTAROLO, 2019; MACHADO, 2007.

⁷⁷⁹ Essas afirmações são com base nos dados apresentados na Tabela 1.

proprietários, ocupando terras sem títulos legais ou legitimando áreas menores que variavam de 100 à 1500 hectares – embora no caso dos pequenos posseiros, geralmente suas terras nem chegassem a isso.⁷⁸⁰ A tabela abaixo construída com bases no relatório da Secretaria de Obras Públicas e Colonização do ano de 1894, dão alguns indícios das grandes propriedades legitimadas na zona do Contestado entre 1892 e 1894.

Tabela 1 - Registros de terras efetuados na zona do Contestado pela Secretária de Obras Públicas e Colonização do Estado do Paraná entre 1892 e 1894.

Sobrenome, Nome.	Município	Ano	Área em hectares (aproximadamente)
ALMEIDA, Maria Izabel do Belem	Palmas	1893	39.000/ha
ALMEIDA, Maria Izabel do Belem	Palmas	1893	25.000/ha
ALMEIDA, Maria Izabel do Belem	Palmas	1893	20.000/ha
AMARAL, Antonio Joaquim do	Palmas	1893	21.000/ha
AVILA, Generoso Antonio	Palmas	1893	39.000/ ha
BECKER, Mathias	Rio Negro	1894	773/ha
BELLO, Maria do Pilar	Palmas	1893	9.000/ha
CALIXTO SOBRINHO, Antônio Rodrigues	Rio negro	1894	356/ha
CASTILHO, Porfírio Moreira	União da Vitória	1893	6.000/ha
CASTELLO, Francisco de Paula	União da Vitória	1893	7.800/ha
FRANÇA, Laura Rosa	Palmas	1893	15.000/ha
FORTES, José Raymundo,	Palmas	1893	87.000/ha
GLÓRIA, Gertrudes Balbina	Palmas	1893	51.000/ha
GOMES, Bento Manoel de Freitas	União da Vitória	1893	9.000/ha

⁷⁸⁰ Essas afirmações são com base nos dados apresentados na Tabela 2.

Tabela 1 - Registros de terras efetuados na zona do Contestado pela Secretária de Obras Públicas e Colonização do Estado do Paraná entre 1892 e 1894.

(conclusão)

Sobrenome, Nome.	Município	Ano	Área em hectares (aproximadamente)
GOMES, Bento Manoel de Freitas	União da Vitória	1893	10.000/ha
GUIMARÃES, Augusto de Souza	Palmas	1893	14.000/ha
LARA, Belarmino Antunes	Palmas	1893	20.000/ha
LARA, José Antonio	Palmas	1893	19.000/ha
MELLO, João Ferreira de	Rio Negro	1893	3.000/ha
MARCONDES, João Carneiro	Palmas	1892	39.000/ha
MORAES, José Joaquim	Palmas	1893	39.000/ha
PACHECO'S, Francisco dos Santos e Joaquim dos Santos	Rio Negro	1894	4.500/ha

Fonte: Essa tabela foi uma adaptação feita pelo autor da tabela existente no Relatório da Secretaria de Obras Públicas e Colonização do Paraná (1894). Cf. PARANÁ. **Relatório da Secretaria de Obras Públicas e Colonização**, 1894, p. 87.

Como podemos ver, a maioria das terras foram registradas na cidade de Palmas, variando de 14.000 hectares até a gigantesca propriedade de José Raymundo Fortes que, segundo consta no relatório possuía 87.000 hectares – uma quantidade absurda. As três propriedades Maria Izabel do Belem Almeida, somando 84.000 hectares, também chamam nossa atenção. Além dessas, ainda temos diversas propriedades de aproximadamente 25.000/ha até 39.000/ha, demonstrando o predomínio dos estancieiros nessa região. Na região de União da Vitória às propriedades registradas foram um pouco menores, variando de 6.000 a 10.000/ha e foram feitos apenas três registros. Quanto à cidade do Rio Negro, temos apenas os registros, efetuados por Francisco dos Santos Pacheco e Joaquim dos Santos Pacheco, com uma área de 4.500/ha, João Ferreira de Mello, com 3.000/há, e diferenciando-se das demais, as propriedades de Mathias Becker, com 773/ha e Antonio Rodrigues Calixto Sobrinho, com 356/ha, sendo as únicas propriedades que podemos considerar como médias ou pequenas, registradas entre 1892 e 1894.

Todavia, gostaria de ressaltar que esses dados devem ser vistos com cautela. Para termos uma noção mais real do tamanho e da variação das propriedades, seria necessário realizar um estudo quantitativo completo desses registros e comparando-os com outras fontes. Mesmo assim, eles não deixam de ser um indício de como estava a organização das grandes fazendas na zona do Contestado paranaense no início da Primeira República. Essas informações também vão ao encontro das afirmações de Fabio Pontarolo, apresentadas no capítulo 1, quando ele chamou a atenção para predominância dos grandes estancieiros na zona de Palmas. Talvez, a forte competição existente pelo domínio das terras naquele município possa ter influenciado esses indivíduos a validarem logo nos primeiros anos da República as suas propriedades.

Quanto a variação dos lotes dos pequenos e médios proprietários, nós também organizamos uma tabela sobre os principais registros de terras encontrados nos relatórios da Secretaria paranaense entre os anos de 1894 e 1899, conforme expomos a seguir.⁷⁸¹

Tabela 2 - Registros de terras efetuados por pequenos e médios proprietários na zona do Contestado pela Secretária de Obras Públicas e Colonização do Estado do Paraná entre 1894 e 1899.

Sobrenome, Nome.	Município	Ano	Área em hectares (aproximadamente)
AMARAL, Joaquim do	Palmas	1899	1430/ha
BECKER, Mathias	Rio Negro	1894	773/ha
BECKER, João e João Becker Filho	Rio Negro	1894	699/ha
BELLO, João Laurindo de Souza	Bela Vista de Palmas (Clevelândia)	1899	353/ha
CALIXTO SOBRINHO, Rodrigues Calixto	Rio Negro	1896	356/ha
CARNEIRO, Antonio	União da Vitória	1899	1018/ha
DAVID, José	Rio Negro	1896	1051/ha
D'ALMEIDA, José Irias	União da Vitória	1894	1.000/ha
FEIJO, Timoteo de Souza	União da Vitória	1899	225/ha

⁷⁸¹ O levantamento desses dados só foi possível de ser efetuado nesses relatórios iniciais, pois nos anos seguintes os Secretários passaram a se referir apenas ao número total de propriedades registradas e a área aproximada, não mais apresentando o nome dos indivíduos nem o local onde foram realizados os registros.

Tabela 2 - Registros de terras efetuados por pequenos e médios proprietários na zona do Contestado pela Secretária de Obras Públicas e Colonização do Estado do Paraná entre 1894 e 1899.

Sobrenome, Nome.	Município	Ano	Área em hectares (aproximadamente)
FRAGOSO, Agostinho Soares	Rio Negro	1897	1500/ha
KAK, Filipe	Rio Negro	1896	1.300/ha
LORENA, Francisco Ignácio e Outros	Rio Negro	1896	116/ha
MACHADO, Domingos	Rio Negro	1896	50/ha
PAES, Damasco Xavier	Rio Negro	1896	2249/ha
RHAN, Miguel	Rio Negro	1897	1051/ha
SAUER, Nicolau	Rio Negro	1896	1.400/ha
SILVEIRA, Luiz Damaso da	Rio Negro	1896	628/ha
SILVEIRA, Luiz Damaso da	Rio Negro	1896	666/ha
SIQUEIRA, João Baptista e PICKSIUS; Felipe	Rio Negro	1894	815/ha
SIQUEIRA, Sebastião dias de	Bela Vista de Palmas (Clevelândia)	1899	549/ha
PACHECO, Elias Ferreira	Bela Vista de Palmas (Clevelândia)	1896	2203/ha
PEDROSO, Herdeiros de Reginaldo	Rio Negro	1896	108/ha
TEIXEIRA, Domingos Rufino	Palmas	1899	200/ha
VIEIRA, Isaias Daniel	Rio Negro	1899	1585/ha

Fonte: Essa tabela foi uma adaptação feita pelo autor das tabelas existente nos Relatórios da Secretaria de Obras Públicas e Colonização do Paraná (1894, 1895, 1896, 1897, 1899). Cf. PARANÁ. **Relatório da Secretaria de Obras Públicas e Colonização**, anos de 1894 (p. 87), 1895 (p. 49), 1896 (p. 32), 1897 (p. 94-97) e 1899 (p. 49 e 47).

Conforme podemos perceber, o número de registros de pequenas e médias propriedades era maior na cidade de Rio Negro, podendo estar relacionada às legislações promulgadas durante o Império permitindo a exploração dos ervais somente em posses com

direito de legitimação, conforme vimos no capítulo 1. Por fim, as propriedades variavam de 500/ha até 1.500/ha. Contudo, devemos atentar para o registro de 50/ha feito por Domingos Machado, 200/ha efetuado por Domingos Rufino de Teixeira, 225/ha por Timóteo de Souza Feijó, 108/ha pelos Herdeiros de Reginaldo Pedroso e ainda os 116/ha de Francisco Ignácio Lorena e outros, representando títulos de pequenos proprietários da época. Por fim, também fizemos questão de apresentar o registro de 2.000/ha feito por Elias Ferreiras Pacheco na cidade de Bella Vista de Palmas pelo fato desse indivíduo ser sogro de Cleto da Silva. Assim como a tabela anterior, os dados aqui apresentados também devem ser analisados com cautela, servindo apenas para dar alguns indicativos em relação ao assunto.

Quanto aos locais onde essas fazendas estavam localizadas, Paulo Pinheiro Machado afirmou que os pecuaristas priorizavam a ocupação das pastagens naturais, melhor para criação do gado e mais valiosas do ponto de vista econômico. Em contrapartida:

Os matos, capoeiras e faxinais (campos “sujos”, com muitas árvores e arbustos, onde no verão há alta incidência de carrapatos, bernes e outros insetos prejudiciais ao rebanho) foram ocupados por pequenos posseiros independentes que, em maior ou menor número, também viviam na região. Estes posseiros “produziam campos” derrubando a mata nativa e limpando faxinais para obter pastagens para suas pequenas criações ou terras para suas lavouras de subsistência. Com muita frequência eram alvo de grilagem dos grandes fazendeiros, principalmente depois que conseguiam produzir novas pastagens. Mas mesmo os grandes fazendeiros também procuravam açambarcar faxinais e matas, porque no inverno, quando as pastagens são queimadas pelas geadas, o gado faminto procura abrigo e pasto nestas terras.⁷⁸²

Complementando o perfil daquela população, no final do século XIX, Ruy Christovan Wachwicz também chamou atenção para a chegada de um novo tipo de morador do sudoeste paranaense: o luso-gaúcho. Após a Revolução Federalista (1893-1895), a vitória dos republicanos (pica-paus/chimangos) sobre os federalistas (maragatos) ocasionou uma série de perseguições políticas sobre estes últimos, gerando uma corrente migratória para as áreas de fronteira dos estados vizinhos. Dessa forma, centenas de catarinenses, paranaenses e principalmente gaúchos se espalharam pela zona de fronteira com Argentina. Entre esses sujeitos estava uma grande leva de migrantes políticos provindos de Passo Fundo e Palmeira das Missões, que passaram a viver nas terras paranaenses em locais como: o vale do Rio do Peixe, Clevelândia, Campo Erê e Mangueirinha.⁷⁸³ Por fim, Wachowicz também comenta a

⁷⁸² MACHADO, 2004, p. 74.

⁷⁸³ A ligação de indivíduos gaúchos ao movimento do Estado das Missões, como o coronel Fabrício Vieira e o

chegada de argentinos em busca da exploração da erva-mate no sudoeste paranaense, exercendo novas modificações no cenário local. Dessa forma, para o autor, no início do século XX, a população estava composta mais ou menos assim:

- a – peões e agregados das fazendas de Palmas e Clevelândia que à procura de espaço para sobreviver, embrenharam-se para o Oeste;
- b – peões, agregados e agricultores da região de Guarapuava e Campos Gerais paranaenses, à procura de terras para subsistência;
- c – foragidos da justiça do Paraná, Sta. Catarina, Rio Grande do Sul e Corrientes, que transformaram o sudoeste em verdadeiro couro de fugitivos da lei;
- d – posseiros refugiados da região do Contestado, expulsos das terras da Brazil Railway Co.;
- e – argentinos e paraguaios que penetravam na região à procura da erva-mate;
- f – crescimento vegetativo da região.⁷⁸⁴

Juntamente às populações indígenas, esses seriam os habitantes inseridos no contexto da legislação paranaense no final do século XIX início do XX. Para alguns, ela seria um elemento favorável; já para outros dificultaria consideravelmente o acesso à terra. Conforme veremos a seguir, o favorecimento dos grandes proprietários em detrimentos dos pequenos posseiros foi algo predominante nas leis e decretos do governo estadual.

6.2.1 A parceira entre o Estado os grandes proprietários

Em ofício circular de agosto de 1893, o Ministro da pasta federal de Indústria, Viação e Obras Públicas solicitou o repasse do Paraná do produto das vendas das terras públicas daquele estado para os cofres federais, conforme o aviso publicado pelo Ministério da Fazenda em 9 de maio do mesmo ano. Em resposta, Vicente Machado e Silva, governador paranaense, entendeu não caber mais ao Paraná repassar o lucro das vendas das terras ao governo federal, já que a Constituição de 1891 havia estabelecido aos estados o domínio das terras devolutas, e, além disso, seu governo já tinha promulgado as legislações referentes à

capitão Felipe Schell Loureiro é um elemento interessante de analisarmos posteriormente. Sobre os luso-gaúchos: Cf. WACHOWICZ, 1985, p.67-9.

⁷⁸⁴ É importante perceber que Ruy Christovam Wachowicz, embora tenha dado um bom parâmetro da população do sudoeste paranaense no início do século XX, excluiu do seu quadro as populações indígenas. Cf. *Ibidem*, p. 67-9.

questão agrária, portanto, não se enquadrando mais no aviso de 9 de maio do Ministério da Fazenda.⁷⁸⁵

A reação de Vicente Machado demonstra de forma clara a situação de maior autonomia política nas questões fundiárias que os governos estaduais passaram a gozar após a promulgação da Constituição de 1891. Pautados nos artigos do novo código constitucional, os estados da Federação defendiam agora os seus interesses acima dos da União, afinal precisavam ter maiores rendas para dar conta de todas as novas atribuições recebidas com nova carta constitucional. De fato, o Paraná já havia dado seus primeiros passos nas legislações de terras. Um ano antes, tinha sancionado a Lei N° 68 de 20 de dezembro de 1892 e, naquele mesmo ano, o Regulamento N° 1-A de 8 de abril de 1893. Em conjunto, esses dois pronunciamentos oficiais definiram as principais diretrizes de como deveria ocorrer os serviços de validação, legitimação, vendas, aforamento e discriminação das terras públicas das privadas nas próximas décadas.⁷⁸⁶

A manutenção de algumas das prerrogativas da Lei de 1850 era visível. O objetivo da legislação continuava sendo separar as terras públicas das privadas e a compra se manteve como um dos principais mecanismos de aquisição de novas porções de terras. Entretanto, o Paraná inseriu algumas modificações. Ficou permitida a transmissão do domínio útil dessas áreas pelo aforamento, dando início a um grande processo de concessão de terras para colonização. Quando às questões das regularizações das posses já existentes, eram autorizadas revalidações de sesmarias e outras concessões desde que tivesse uma área cultivada ou fosse morada habitual do sesmeiro, concessionário ou quem os representasse. Também era lícita a validação de posses consideradas “boas” por sentença em julgado dentro da área da sesmaria. Já as legitimações poderiam ser feitas nas posses “mansas e pacíficas” com cultura e morada habitual, sendo possível legitimar terras com registros conforme o Regulamento de 1854, com os impostos pagos até 15 de novembro de 1889, e ainda, posses não registradas, mas estabelecidas “sem protesto ou oposição”, entre 1854 e 1889.⁷⁸⁷

A secretaria responsável pela questão de terras era a de Obras Públicas e Colonização, devendo atuar em parceria com as Câmaras Municipais, autoridades judiciais, autoridades

⁷⁸⁵ PARANÁ. **Relatório da Secretaria de Obras Públicas e Colonização**, 1894, p. 46.

⁷⁸⁶ PRIORI, 2012, p. 134.

⁷⁸⁷ Com essa última medida, o estado ampliava consideravelmente as posses possíveis de ser legitimadas em comparação ao Regulamento de 1854 que previa legitimações somente até aquela data. A Lei N° 68 de 20 de dezembro de 1892 e o Regulamento N° 1-A de 8 de Abril de 1893 estão transcritas em: Cf. Instituto de Terras, **Cartografia e Geociências**. Terra e Cidadania. Curitiba: IGCG, 2008. p. 85-107 - 201-208.

policiais, os agentes fiscais da Fazenda e os escrivães dos juízos distritais. Para os serviços de medições e demarcação das terras, seriam nomeados pelo órgão estadual engenheiros ou agrimensores, denominados “Comissários de Terras”. A princípio eles estavam organizados por distritos, no entanto, a partir de 1895, eles passaram a ser ordenados de acordo com cada comarca do Estado.⁷⁸⁸ Além disso, esses comissários também poderiam ser denominados *ad-doc* pelo secretário de Obras Públicas e Colonização para realização de serviços de medições específicos. Durante o período estudado, ocuparam os cargos de Comissários de Terras de Palmas, os agrimensores e/ou engenheiros Max Brandt, Samuel Gomes Pereira, Francisco Gutierrez Beltrão e Felipe Shell Loureiro⁷⁸⁹, este último, um rio-grandense do município de Palmas, integrante da “comissão popular” formada para pleitear a criação do Estado das Missões.⁷⁹⁰

Um dos casos de nomeação *ad-doc* parece ter sido o de Leônidas Cezar de Oliveira, que desembarcou em União da Vitória, em 1897, junto com Cleto da Silva⁷⁹¹, para realizar as medições do termo de Bella Vista de Palmas (atual Clevelândia). Leônidas ainda atuou como auxiliar do Comissário de Terras Francisco Gutierrez Beltrão, em 1911, instalando um escritório em Palmas para atender as demandas daquele município.⁷⁹² Vale lembrar que esse foi integrante, em 1904, do comitê local de limites do município formado por Pedro Pacheco, Domingos Pacheco, Estevão Nascimento, Antonio Pontes, Eugenio Juste, José Júlio Cleto da Silva demonstrando seus fortes laços com os chefes locais da região.⁷⁹³

Outras duas figuras ligadas ao contexto do Estado das Missões e envolvidas no processo de demarcação e expedição de títulos de registro é o próprio Cleto da Silva e seu pai tenente-coronel José Cleto Silva. Janaína Neves Maciel chamou atenção para importância dos

⁷⁸⁸ PARANÁ. **Relatório da Secretaria de Obras Públicas e Colonização**, 1895, p. 43.

⁷⁸⁹ Felipe Shell Loureiro fez parte da comissão popular formada no município de Palmas, em 1909, após um comício realizado no município em nome da criação do Estado das Missões. Além disso, ele também foi uma das testemunhas do inquérito policial sobre os boatos de “revolução” em Palmas, instaurado naquele mesmo ano.

⁷⁹⁰ PARANÁ. **Relatórios da Secretaria de Obras Públicas e Colonização**, anos diversos.

⁷⁹¹ Cleto da Silva foi a principal liderança do primeiro movimento pelo Estado das Missões. Atuou em todas as suas fases, desde as primeiras ideias em torno da criação do novo estado até a movimentação armada em julho de 1917. Para saber mais sobre a trajetória de José Júlio Cleto da Silva: Cf. BARBOZA, 2017.

⁷⁹² PARANÁ. **Relatório da Secretaria de Obras Públicas e Colonização**, 1912, p. 12.

⁷⁹³ Embora não tenhamos fontes que atestem sua participação ativa no movimento, ao que tudo indica Leônidas Cezar de Oliveira possuía forte ligação com Cleto da Silva e a elite local envolvida com a reivindicação do novo Estado. Foi ele o responsável pela medição da cidade de Clevelândia, onde Cleto tornou-se prefeito anos depois. Além disso, Leônidas também mereceu menção no livro deste autor sobre a história de União da Vitória, quando este relatou sua chegada àquele povoado, indicando uma proximidade e respeito por parte do escritor. Cf. SILVA, 1933, p. 72.

escrivães no momento de registrar documentalmente os processos de propriedade, atentando para a politicagem ocorrida nesse setor. Cientes disso, os mandantes locais buscavam influenciar nessas nomeações e indicar “parceiros” para ocupar o cargo.⁷⁹⁴ Ora, em 1908, o tenente-coronel José Cleto da Silva foi nomeado 2º tabelião de notas, oficial do registro geral, escrivão e órfãos e ausentes, da comarca de União da Vitória, e, em 1912, após o afastamento por motivo de saúde, quem assumiu foi seu filho, Cleto da Silva, sendo promovido vitaliciamente para o cargo de “2º Tabelião de Notas, Escrivão de Órfãos e **Registro Geral de Hipotecas** do termo e comarca de União da Vitória” (grifo nosso).⁷⁹⁵ A nomeação desses dois sujeitos podem estar relacionadas as suas íntimas relações de amizade com o Prefeito Municipal do local, coronel Amazonas Marcondes.

Os impactos da legislação estadual aprovada pelo governo paranaense no Contestado já puderam ser percebidos logo nos três primeiros anos – período estipulado inicialmente para as regularizações de acordo com o decreto N° 2 de 23 de Junho de 1895.⁷⁹⁶ Conforme os dados analisados na tabela 1, podemos afirmar que a proporção da apropriação do patrimônio público tomava proporções enormes, principalmente em Palmas.

Nesta última comarca, foram legitimadas cerca de 440 mil hectares entre apenas 12 proprietários (as). Isso equivaleria a uma média de 39 mil hectares para cada um. Já em União da Vitória, foram legitimados aproximadamente 33 mil hectares, entre três indivíduos e no Rio Negro aproximadamente 8 mil hectares entre quatro sujeitos.⁷⁹⁷ Somado, isso gerava um montante de 481 mil hectares regularizados como privados em apenas 2 anos. A partir dessas informações, podemos ter uma noção de como estavam sendo construídas as grandes propriedades dos fazendeiros influentes naquele local.

Ainda dentro desse contexto, em 1893, o coronel Amazonas Marcondes⁷⁹⁸, outro apoiador do movimento do Estado das Missões, aproveitou para legitimar sua fazenda, “Passo

⁷⁹⁴ MACIEL, 2015, p. 73.

⁷⁹⁵ Aos poucos vamos começando a delinear alguns dos indícios do envolvimento dos indivíduos do Estado das Missões e aqueles que os cercavam, nos os tramites de regularização de terras no estado do Paraná, principalmente na zona do Contestado.

⁷⁹⁶ Esse prazo era diferente do das mediações e demarcações, sendo este último de cinco anos. Cf. PARANÁ. **Relatório da Secretaria de Obras Públicas e Colonização**, 1894 e 1895.

⁷⁹⁷ Dados disponíveis na tabela 1. Cf. PARANÁ. **Relatório da Secretaria de Obras Públicas e Colonização**, 1894, p. 87.

⁷⁹⁸ Outra figura de forte influência no primeiro movimento do Estado das Missões foi o coronel Amazonas Marcondes. Também esteve desde o início envolvido com as movimentações, no entanto, deixou as atuações mais incisivas na mão do seu fiel amigo José Júlio Cleto da Silva, que serviu como porta-voz dos interesses daquele coronel. Amazonas Marcondes tomou parte na Comissão Popular, em 1909, e ainda na Junta

do Iguassu”, em União da Vitória, as margens daquele rio.⁷⁹⁹ Outra medida tomada por esse coronel na posição de prefeito de União da Vitória, foi solicitar, em 1895, a validação de uma área de 3 quilômetros da sede do município a fim de se constituir patrimônio da câmara, sendo o único intendente a fazer as mediações dentro do tempo previsto no regulamento. Aliás, se esse prazo não tivesse sido ampliado pela Assembleia Legislativa do Estado, ele terminaria nesse ano para todos os tipos de registros. Contudo, alegando não ter sido possível realizar todos os trâmites por causa da Revolução Federalista, os deputados resolveram ampliar por mais 12 meses o período de regularização, adotando sucessivamente essa medida – evocando outros motivos – conforme terminava o tempo estipulado pelo decreto ou lei anterior.⁸⁰⁰ Em 1897, o engenheiro civil e Secretário de Obras Públicas e Colonização, Candido Ferreira de Abreu, parecia estar insatisfeito com a forma como que estava ocorrendo às legitimações no seu estado:

Não há necessidade de prorrogar-se o prazo para execução da lei de terras, convindo conceder-se somente aos que requerem legitimação de suas posses a contar da época marcada pela circular [22 de julho de 1896], o direito de legitimá-las; **assim evitá-se a especulação que sempre houve com as terras do Estado, as invasões por intrusos que continua e criminosamente delas se apossam. [...] A influência nefasta de tão abusivas práticas já tem se feito sentir sobejamente; vastos domínios inaproveitados, grandes propriedades improdutivas, riquezas do Estado usurpadas**, tudo em detrimento de suas rendas. A execução da lei 601 de 18 de Setembro de 1850 marca o longo período de tais abusos e serve-nos de ensinamento para o presente e para o futuro [...] a colonização do Estado já encontra séria dificuldade, devida à ocupação de grandes territórios que serão indefinidamente conservados incultos, improdutivos, em pura perda em suma, si não tratarmos de melhor nossas condições por meio de um imposto que recaia diretamente sobre os terrenos incultos.⁸⁰¹

Para Cândido Ferreira Abreu não havia necessidade de prorrogar o prazo para as regularizações das posses. Devemos atentar para o fato de que o secretário não se referia ao período de registros, mas sim ao tempo estipulado para as realizações de mediações e demarcações que terminaria em abril de 1898, conforme a Lei paranaense N° 68. Portanto, para Ferreira Abreu, uma prorrogação para efetuação das demarcações só deveria ocorrer para aqueles que já tivessem feito a requisição, não devendo ser aceitos novos pedidos após o

Governativa pelo Estado das Missões, em 1910, mas parece não ter atuado diretamente no levante armado de 1917.

⁷⁹⁹ Curiosamente sua legitimação não consta no relatório do Secretário de Obras Públicas e Colonização referente às legitimações de 1892 a 1894, mas é citada no livro de Cleto da Silva sobre União da Vitória, o que nos leva a indagar a procedência dessa afirmação. Cf. SILVA, 1933, p. 36.

⁸⁰⁰ PARANÁ. **Relatório da Secretaria de Obras Públicas e Colonização**, 1895, p. 42.

⁸⁰¹ PARANÁ, **Relatório da Secretaria de Obras Públicas e Colonização**, 1896, p. 5-7, (grifo nosso).

término do tempo estipulado. Dessa forma, evitar-se-ia “a especulação que sempre houve com as terras do Estado”. A preocupação do secretário está justamente nas invasões criminosas praticadas por posseiros, apropriando-se de uma parte estimável do patrimônio público. Num primeiro momento, poderíamos até pensar que o engenheiro se referia aos pequenos posseiros ou sitiantes que ocupavam a terra de forma considerada ilegal, entretanto, seu comentário seguinte sobre como essas práticas estavam gerando “vastos domínios inaproveitados, grandes propriedades improdutivas, riquezas do Estado usurpadas”, percebemos como a sua maior preocupação era com os grandes proprietários portadores de áreas enormes sem proveito algum.

Dessa forma, podemos encarar a manifestação do secretário como um alerta do que estava por vir: grandes propriedades improdutivas, vastas áreas do patrimônio público apropriadas por particulares, restrição do acesso à terra aos pequenos posseiros e lavradores. Para Ferreira Abreu esses fatos estavam prejudicando consideravelmente a colonização do Estado e a única forma de resolver essa situação era com a criação de um imposto territorial sobre esses terrenos não cultivados:

O imposto territorial, cuja criação julgo profícua para nosso incremento, é o que assenta sobre as terras baldias; ele forçará indiretamente os proprietários a irem pouco a pouco vendendo a seus agregados e outros pretendentes braças e quilômetros de seus terrenos, que conservam só pelo orgulho natural ao homem de dizer e fazer crer que é rico, porque tem domínio sobre extensa superfície.⁸⁰²

Na visão do secretário, a criação do imposto territorial faria os grandes proprietários irem pouco a pouco vendendo suas terras para agregados e outros pretendentes. Incorporando alguns aspectos morais no seu discurso, para o engenheiro civil, era o “orgulho natural” a grande motivação do homem pelo seu interesse em ter domínio de vastas extensões de terras, pois assim se sentiriam mais ricos. Com certeza o orgulho também está por trás da apropriação das grandes fazendas, como está por trás de muitas outras práticas da nossa sociedade. Entretanto, não devemos nos esquecer da relação existente entre terra e poder naquele período.

A apropriação do patrimônio público constituiu um dos elementos cruciais para a elite de proprietários em formação naquele período, tendo na figura dos coronéis um dos principais

⁸⁰² PARANÁ. **Relatório da Secretaria de Obras Públicas e Colonização**, 1897, p. 6.

agentes desse processo.⁸⁰³ Victor Nunes Leal e Ligia Maria Osório Silva, embora tenham interpretações diferentes sobre a relação entre os coronéis e a terra, concordam que ela era uma das grandes fontes de poder dessas chefias locais.⁸⁰⁴ A terra permitia o aumento do poder econômico, possibilitava estabelecer o comércio de produtos agrícolas produzidos na própria fazenda do coronel com a população local e ainda a instalação de núcleos coloniais de imigrantes estrangeiros que ficavam dependentes do dono da propriedade. Sem contar os inúmeros peões e agregados que em troca de um pedaço de terra, viviam nas próprias fazendas com suas famílias e lavouras de pequenas subsistências. Esses agregados eram, geralmente, homens de confiança dos coronéis e partilhavam até das lutas políticas, militares e pessoais dos seus patrões, servindo como um soldado a disposição.⁸⁰⁵ Portanto, podemos presumir de que quanto maior a propriedade: maior o número de agregados, maior a relação com a população local, maior o poder aquisitivo dos coronéis, maior sua milícia particular, maior sua influência política na região e no Estado.

Quanto às aspirações de Candido Ferreira Abreu quanto à criação de um “imposto territorial”, elas esperariam mais de uma década para serem concretizadas. Uma cobrança nesse sentido só foi criada pelo estado do Paraná com a Lei N° 1.201 de 16 de abril de 1912. Segundo o Secretário da Fazenda aquela lei vinha “realizar uma velha aspiração até o presente julgada impraticável pela suposta e irreduzível oposição que ira encontrar [...] por parte da população do Estado”.⁸⁰⁶ Essa resistência não era algo novo na história agrária brasileira. Durante as discussões do projeto elaborado para aprovação da Lei de Terras do período imperial, o imposto territorial estava previsto, entretanto, a pressão dos grandes proprietários ocasionou a sua remoção.⁸⁰⁷ Contudo, é importante salientar que o imposto criado pelos paranaenses estava mais para uma medida de limitação da legitimação gratuita e cobrança dos excessos pelo Estado do que uma proposta de condenação do latifúndio e estímulo ao cultivo agrícola. Nesse sentido, essa medida era bastante diferente da idealizada no século XIX e

⁸⁰³ SILVA, 2002, p. 163; SILVA, 2007, p. 13.

⁸⁰⁴ LEAL, 1975; SILVA, 2007.

⁸⁰⁵ MACHADO, 2004, p. 67-70.

⁸⁰⁶ O valor do imposto naquele período seria a razão de 0,2% do valor da venda do imóvel calculada pela sua superfície em alqueires (24.200m²), não contanto o valor das benfeitorias existentes. Ficavam isentas desse imposto às terras de propriedade da União e dos municípios, as áreas ocupadas por instituições de caridade e ensino e ainda as adquiridas por nacionais ou estrangeiros em qualquer colônia estabelecida pelo Estado ou pela União nos três primeiros anos após a compra. Para saber mais sobre o imposto Cf. PARANÁ. **Relatório da Secretaria da Fazenda**, 1912, p. 10-20.

⁸⁰⁷ SILVA, 1996, p. 144 apud MACIEL, 2015, p. 21.

provavelmente não chegou a ter grandes impactos na formação de grandes propriedades improdutivas.

Embora o secretário de Obras Públicas e Colonização acusasse os atos “criminosos” praticado por particulares e a apropriação de grandes áreas do patrimônio do Estado, não devemos esquecer que a própria legislação estadual favorecia esse tipo de prática, permitindo a regularização de grandes áreas. De acordo com a Lei paranaense N° 68 e o seu regulamento, as posses “mansas e pacíficas”, registradas segundo o regulamento de 30 de Janeiro de 1854 e com os impostos pagos até 1889, poderiam ser validadas com uma área de até 1000 hectares de mato, cultura ou ervais e 5000 hectares de campo ou faxinais. Caso os termos do registro de 1854 fossem de uma área maior do que a indicada anteriormente, esse posseiros seriam compelidos a pagar ao Estado, a importância correspondente ao excesso, salvo se desistissem. Dessa forma, o Estado permitia aos posseiros registrarem áreas muito maiores do que 6.000 hectares, desde que pagassem por elas. Já as posses estabelecidas até 1889, sem o registro de 1854, não poderiam ultrapassar 100 hectares em ervais, 100 hectares em lavoura e 2000 hectares em campos de criação.⁸⁰⁸

Ao estudar a legislação de terra de Santa Catarina, Janaína Neves Maciel identificou tamanhos semelhantes nas orientações para as legitimações. De acordo com a Lei catarinense N° 70 de 22 de maio de 1893, a área total das posses nunca poderia exceder os limites de: 1089 hectares para lavoura, e 4.356 para os campos de criação. Para autora, essa prerrogativa deixava claro o favorecimento aos criadores de gado, visto poderem legitimar áreas três vezes maiores do que as destinadas à agricultura.⁸⁰⁹ No caso paranaense a situação era ainda mais desproporcional, os criadores poderiam legitimar áreas até cinco vezes maiores das reservadas para lavouras e, além disso, ainda poderiam adquirir faixas de terras maiores por meio da compra. Nesse sentido, podemos enxergar certa contradição entre o pronunciamento de Candido Ferreira Abreu e as prerrogativas estabelecidas na legislação estadual que, claramente favoreciam a formação das grandes propriedades.⁸¹⁰

Em 1905, A Lei paranaense N° 581 de 18 de março daquele ano, estabeleceu até 31 de dezembro o último prazo para revalidação das sesmarias ou requerimento para legitimação de

⁸⁰⁸ Lei N° 68 de 20 de dezembro de 1892 e Regulamento de 8 de Abril de 1894. Cf. INSTITUTO DE TERRAS, 2008. p. 85-107 - 201-208.

⁸⁰⁹ MACIEL, 2015, p. 40.

⁸¹⁰ Aliás, de acordo com Fabio Pontarolo, no período imperial também havia certa discrepância entre os pronunciamentos da Secretaria dos Negócios de Agricultura e o governo provincial. Cf. PONTAROLO, 2019, p. 294.

posses. Caso contrário, as terras sem cultura ou ocupação seriam revertidas para o domínio do Estado, ficando a prioridade de compra para o ocupante mais antigo. Isso ocorreu, pois naquele ano o Paraná estava preocupado com o processo de colonização do estado, urgindo a necessidade de se definir logo quais eram as terras públicas e as terras particulares. Com esse objetivo, em 1906, foram arquivados todos os processos referentes à regularização fundiária, permitindo ter uma noção de como estava o andamento do processo no estado. De acordo com os dados do arquivo paranaense daquele período haviam sido expedidos 1559 títulos de propriedade, sendo: Legitimação de Posse (1324); Revalidação de sesmarias e outras concessões (19); Compras (191); Adjudicações por contrato (2); Aforamento (20); Patrimônio (3); Processos anulados (35).⁸¹¹

Segundo o levantamento do arquivo, isso correspondia a uma extensão territorial de aproximadamente 6.184.756 hectares do patrimônio estadual, sendo deste número 1.329.862 hectares provenientes do município de Palmas, 102.372 hectares de União da Vitória e 376.123 hectares de Rio Negro. Em conjunto, essas três regiões equivaliam a mais de 1/4 da propriedade privada de todo o Paraná, sendo o município de Palmas o segundo com mais áreas privatizadas, perdendo apenas para São José da Boa Vista, com 1.378.795 hectares e seguido por Tibagy com 1.002.488 hectares.⁸¹² E as apropriações não pararam por aí. Em 1908, após novas pressões dos proprietários, o governo resolveu prorrogar novamente os prazos para legitimação, por mais um ano, até que, em 1912, o governador paranaense Carlos Cavalcanti, sancionou a Lei N° 1147, no qual ficavam “prorrogados indefinidamente o prazo para as mediações das sesmarias e outras concessões não caídas em comisso, bem como as terras particulares” desde que fosse paga uma multa anual de \$100 anuais por hectare.⁸¹³ Assim, em 1912, o número de hectares legitimados em Palmas já havia subido para 1.431.890 segundo o relatório do comissário responsável pela região.⁸¹⁴

Que a apropriação das terras públicas estava correndo de maneira desenfreada no

⁸¹¹ PARANÁ. **Relatório da Secretaria de Obras Públicas e Colonização**, 1907, p. 79-80.

⁸¹² *Ibidem*, p. 80.

⁸¹³ PARANÁ. **Relatório da Secretaria de Obras Públicas e Colonização**, 1913, p. 200.

⁸¹⁴ Embora não possamos confinar cegamente nesses números, devemos ter em mente que o processo de mediação e regularização das terras era importante para o governo estadual no seu objetivo de separar as suas terras das privadas e finalmente poder iniciar com maior segurança a colonização e vendas das terras públicas. Nesse sentido, devemos toma-los com certa cautela, mas também não descartando a riqueza dessas informações que nos permitem ao menos ter uma noção da quantidade de terras movimentadas durante o processo de regularização fundiária. Além do mais, um estudo minucioso desses relatórios de forma sequencial, em conjunto com os livros de terras do Estado e os processos de legitimação, nos permitiria ter ainda maior clareza em relação a essas informações, no entanto, como foge muito do escopo dessa pesquisa, deixaremos apenas como sugestão para que os futuros pesquisadores se debrucem sobre esse assunto.

Estado do Paraná é algo claro com informações apresentadas até aqui. Isso que nem entramos ainda nas discussões das apropriações feitas pelas empresas privadas, impulsionadas principalmente a partir da década de 1910. As formas de regularização, o tamanho das propriedades, a compra como forma de obter os excessos, entre outros fatores são algumas das características que indicam um completo favorecimento dos grandes proprietários perante a legislação agrária paranaense durante a Primeira República. Além disso, outro artigo que deixa claro o apoio aos grandes fazendeiros em detrimento dos pequenos posseiros e a população cabocla em geral está explícito no capítulo IV do regulamento 8 de abril de 1893, referente “invasão de domínio alheio”. Segundo o artigo 81:

Todo aquele que se apossar de terras do Estado, derrubar ou queimar as matas nelas existentes, invadi-las com plantações ou edificações, e praticar quaisquer atos possessórios, ainda que provisoriamente, será compelido a despejo, com perda das benfeitorias e considerado invasor de terras devolutas.⁸¹⁵

Conforme vimos anteriormente, a derrubada de matas e queimadas era uma prática habitual dos pequenos posseiros independentes para ocupar as áreas ainda não dominadas pelos grandes fazendeiros. Ao determinar esse artigo e uma série de consequências legais para essas ocupações consideradas ilegais, esses indivíduos estavam cada vez mais afastados do processo de legitimação. Dessa forma, também se torna importante para nossa pesquisa perceber qual era a situação dessas populações mediante a nova legislação agrária paranaense.

6.2.2 A situação dos pequenos posseiros e indígenas

Paulo Pinheiro Machado ao se debruçar sobre a legislação agrária de Santa Catarina durante a Primeira República afirmou que tanto as populações indígenas como as caboclas⁸¹⁶ ficaram de fora dos processos de regulamentação estadual. As comunidades caboclas, acostumadas a viver como suas antigas gerações, não estavam habituadas com as inúmeras

⁸¹⁵ INSTITUTO DE TERRAS, 2008, p. 85-107.

⁸¹⁶ Paulo Pinheiro Machado utiliza a palavra conforme habitantes do planalto catarinense, isto é, para designar os habitantes pobres do meio rural. Embora frequentemente identificarmos o caboclo como mestiço ou negro, a característica principal apontada pelo pesquisador é sua condição social e cultural, isto é, homens pobres, pequenos lavradores, posseiros, agregados ou peões que vivem em economia de subsistência e devotos de João Maria. Portanto, havia também brancos caboclos, alemães e polacos acabocladados. Cf. MACHADO, 2004, p. 48.

normas e requerimentos necessários para validação de suas terras.⁸¹⁷ Além disso, nem sempre elas tinham a preocupação em regularizar suas posses, pois muitas vezes seus títulos não os defendiam contra os processos de expropriação praticados por grileiros e grandes fazendeiros. Segundo o autor “se aparecesse algum usurpador, teriam que defender seu sítio à força, pouco adiantando ter ou não um papel passado em cartório”. Entretanto, isso não significava que alguns pequenos e médios posseiros também não buscassem formas de legitimar suas terras, visando garantir suas posses nas terras devolutas do estado – conforme vimos na tabela 2. No caso das populações indígenas, os catarinenses defendiam uma política de atração e catequese, imbuída num discurso “humanitário e civilizador” e o confinamento em aldeamentos específicos, não chegando a cogitar a possibilidade dos indígenas seguirem ocupando as suas terras.⁸¹⁸

No Paraná a situação dos povos indígenas seguia a mesma linha do estado vizinho, sendo, talvez, ainda mais precária devido à força dos coronéis da Guarda Nacional daquele estado.⁸¹⁹ Em nossa análise não obtivemos muitas informações sobre sua situação, resumindo-se a pequenas passagens em anos específicos dos relatórios da secretaria de Obras Públicas e Colonização.⁸²⁰ Mesmo sendo os moradores autóctones de uma vasta região do estado paranaense, eles não receberam nenhuma menção nos artigos da Lei paranaense N° 68 de 20 de dezembro de 1892 e no Regulamento N° 1-A de 8 de abril de 1893. O único trecho que possuía alguma relação com essas populações era o art. 29 da Lei N° 68, permitindo ao governo reservar terras devolutas para a fundação de colônias, povoações, patrimônios municipais, etc. possibilitando ao governo estadual reservar terras para os indígenas por meio de decretos.

Assim o fez o governador do estado Francisco Xavier da Silva (1900-1904),

⁸¹⁷ Por exemplo, para aquisição do título de propriedade era necessário ter alguns registros referentes à posse e uma quantidade considerável de dinheiro para pagar as medições, taxas, emolumentos, registros, etc. verba muitas vezes escassa para esses grupos. Cf. MACHADO, Paulo Pinheiro. A política de terras em Santa Catarina: posse, propriedade e legitimação no Planalto Serrano e Meio-oeste no final do Império e início da República (1854-1921). In: **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História** – ANPUH • São Paulo, julho 2011.

⁸¹⁸ MACHADO, op. cit., p. 8-11.

⁸¹⁹ Conforme vimos no capítulo 1, os povos indígenas eram os moradores originários dos Campos de Guarapuava e Palmas. Com a ocupação luso-brasileira, essas populações sofreram um grande processo de usurpação do seu território e escravização. Como consequências desses acontecimentos, eles foram sendo cada vez mais enxotados para as zonas de fronteira, tendo que se adaptar ao novo modo de vida e buscar novas formas de conseguir pelo menos a manutenção de alguma faixa de terra para a morada dos seus povos.

⁸²⁰ Isso se deu por dois motivos: 1° pelo reduzido número de informações sobre essas populações, ocupando uma ou no máximo duas páginas em relatórios de 90-400 páginas; 2° pela forma como analisamos esses relatórios, dando prioridade para informações mais ligadas as elites envolvidas com o Estado das Missões.

promulgando quatro decretos em favor das populações indígenas durante seu mandato.

O primeiro foi o N° 6, 31 de Julho e 1901⁸²¹, reservando uma porção de terras para a “tribo de indígenas Coroados que é chefe o cacique Jembrê, em número aproximadamente de 500 almas”, fixada próxima a cabeceira do rio das Cobras, em Guarapuava. Segundo o governador, a medida se tornou necessária frente ao rápido processo de apropriação particular daquelas terras que logo acarretaria a expulsão daquelas populações. Dois meses depois, o Decreto N° 8 de 9 de setembro de 1901⁸²², reservou mais uma área para os indígenas liderados por Paulino Arak-Xó e Pedro dos Santos, estabelecidos a margem direita do rio Ivahy. De acordo com o pronunciamento:

O Governador do Estado do Paraná, considerando que diversas famílias da tribo Coroados, das quais são chefes Paulino Arak-Xó e Pedro dos Santos, se acham estabelecidas em terras situadas à margem direita do rio Ivaí dedicando-se a lavoura e **considerando que é de equidade que lhes seja mantida a posse das referidas terras, demonstrada pela cultura efetiva e morada habitual** e que ao mesmo tempo lhes sejam concedidas terras adjacentes em que possam desenvolver os seus trabalhos de agricultura e se estabelecer mais famílias da mesma tribo e outras.⁸²³

Interessante atentar de como os dispositivos da legislação agrária paranaense são levados em consideração na hora de reservar áreas para os indígenas. Para o governador, parecia justo manter a posse daquelas terras para o povo liderado por Paulino Arak-Xó e Pedro dos Santos, pois possuíam “cultura efetiva e morada habitual”, resolvendo reservar até mais algumas terras “adjacentes” para o desenvolvimento dos seus trabalhos de agricultura. Nesse sentido, possuir cultura e morada habitual era um elemento que não só garantia a permissão para revalidação de sesmarias e posses, mas também funcionava como elemento para concessão de terras pelo governo do Estado.

No ano seguinte, mais uma porção de terras foi reservada, por meio do Decreto N° 7 de 18 de Junho de 1902 para os “índios coroados de que é chefe o cacique Vaicrê, em numero

⁸²¹ Artigo Único. Fica reservada para o estabelecimento da tribo indígena de Coroados, ao mando do cacique Jembre e a outras tribos que quiserem ali se estabelecer, uma área de terra compreendida nos limites seguintes: A Este o rio da Cobra, A Oeste o rio União, Ao Sul a picada velha, que do Xagú vai a Colônia da Foz do Iguaçu e ao Norte a Picada nova que demanda a mesma colônia. Palácio do Governo do Estado do Paraná, 31 de Julho de 1901, 13° da Republica. Francisco de Paula Xavier; Artur Pedreira de Cerqueira. Cf. PARANÁ. **Relatório da Secretaria de Obras Públicas e Colonização**, 1902, p. 19.

⁸²² Artigo Único. Ficam reservadas para estabelecimento de indígenas da tribo Coroados, sob mando de Paulino Arak-xó e Pedro dos Santos e de outras tribos, as terras devolutas sitas entre o rio do Peixe, ou Ubásinho, desde sua cabeceira até a sua foz no rio Ivaí, este rio até a foz do ribeirão do Jacaré, este á sua cabeceira e o cume da serra da Apucarana no município de Guarapuava. Palácio do Governo do Estado do Paraná, em 9 de Setembro de 1901. Francisco Xavier da Silva, Artur Pedreira de Cerqueira. Cf. PARANÁ. **Relatório da Secretaria de Obras Públicas e Colonização**, 1902, p. 20.

⁸²³ Ibidem, (grifo nosso).

aproximado de duzentas almas, achando-se estabelecida na margem do rio Chapecó, no município de Palmas”.⁸²⁴ A justificativa se mantinha a mesma, era necessário conceder um pedaço de terra para que esses indivíduos continuassem se dedicando a agricultura e a lavoura conforme já vinham fazendo. Um último decreto ainda concedeu mais uma área de terras para os indígenas na margem esquerda do ribeirão do Lageado Grande, em Palmas. Essas terras eram destinadas para “a tribo de índios Kaigangs ao mando do cacique Antonio Joaquim Cretãn.” para o estabelecimento suas lavouras e culturas.⁸²⁵ Se esses decretos realmente foram cumpridos é outra questão, conforme veremos a seguir, pelo menos até a década seguinte, nenhuma medida efetiva havia sido colocada em prática para sua execução.

A partir de 1904, os relatórios da secretaria de Obras Públicas e Colonização passaram a ser destinados para o novo governador do estado, Vicente Machado e Silva (1904-1906). Pelo menos nos dois próximos anos, não foram encontrados mais nenhum registro de reserva de terras para os povos indígenas, sugerindo certo desinteresse da nova administração por essa questão. Outras menções a esses povos só foram encontradas nos relatórios de 1912 e 1913. Segundo José Niepce da Silva, secretário de Obras Públicas e Colonização, em 1912, várias medidas haviam sido tomadas visando “garantir e proteger os interesses dos indígenas [...] do ponto de vista das terras que eles ocupam ou que desejam ocupar”, citando como exemplo a promulgação da Lei paranaense N° 1198 de 18 de Abril de 1912.⁸²⁶ No entanto, mesmo após longas meditações sobre esse assunto, em conjunto com o inspetor do Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais, Dr. José Maria de Paula, esses indivíduos não haviam chegado a uma solução definitiva para todos os problemas em torno desse assunto.

⁸²⁴ Art. Único. Fica reservada para estabelecimento da tribo de indígenas coroados ao mando do cacique Vaicrê, salvo direito de terceiro, uma área de terras compreendidas nos limites seguintes: a partir do passo do rio Chapecó, pela estrada que segue para o sul, até o passo do rio Chapecózinho, e por este dois rios até onde eles fazem barra. Palácio do Governo do Estado do Paraná, em 18 de Junho de 1902, 14° da República. Francisco Xavier da Silva, Arthur Pedreira de Cerqueira. Cf. PARANÁ. **Relatório da Secretaria de Obras Públicas e Colonização**, 1902, p. 20.

⁸²⁵ Decreto N. 64 de 2 de Março de 1903: Artigo Único. Fica reservada para o estabelecimento de tribos indígenas as terras ocupadas pelas cabildas do cacique Cretãn com as seguintes divisas: - a partir a cabeceira do ribeirão do Lageado Grande á cabeceira do ribeirão Palmeirinha, e por estes dois rios abaixo até ao Iguaçú que será a divisa norte, respeitando os direitos de terceiros. Palácio do Governo do Estado do Paraná, 2 de Maro de 1903; 15° da República. Francisco Xavier da Silva, Arthur Pereira de Cerqueira. Cf. PARANÁ. **Relatório da Secretaria de Obras Públicas e Colonização**, 1903, p. 15.

⁸²⁶ Essa lei concedia ao Poder Executivo autoridade de proceder de maneira que julgar conveniente “no sentido de proteger os interesses dos indígenas e quanto ás terras que lhe tem sido concedidas”, podendo medir e demarcar áreas de terras devolutas que julgar conveniente. Cf. PARANÁ. **Relatório da Secretaria de Obras Públicas e Colonização**, 1913, p. 198.

Em 1913, o secretário Martins Alves de Camargo, manteve a mesma linha de José Niepce da Silva, mencionando a promulgação da Lei paranaense N° 1052⁸²⁷ e 1198, ambas visando “garantir e proteger” os interesses dos indígenas. Camargo ainda relatou a publicação de mais dois decretos reservando terras aos povos nativos: uma das concessões era destinada para a pacificação dos “bravos índios botocudos na zona de Tayol e Itajaí”, próximo a Colônia Lucena e a outra concedendo novamente terras para os “índios sob comando do cacique Paulino Arak-Xó”, desta vez na margem esquerda do rio Ivahy entre os rios Barra Preta e Marrequinha, pois aquelas que haviam sido concedidas, em 1901, foram doadas para a inspetoria do povoamento e localização de imigrantes estrangeiros. Segundo o secretário “até agora, essas concessões como outras anteriormente feitas para o mesmo fim, não foram convenientemente medidas e demarcadas pela Inspetoria de Proteção aos Índios”, revelando descaso no cumprimento dos decretos estaduais.

Com essas poucas menções podemos concluir que havia certa negligência por parte do governo estadual referente às questões das terras indígenas, tomando medidas que nem ao menos eram cumpridas pela Inspetoria de Proteção aos Índios. As ações adotadas para “proteger e garantir” os interesses dos indígenas pareciam mais uma forma de aloca-los em locais que não trouxessem interferências para as companhias de colonização e imigração estrangeira do que um real interesse na melhoria de sua situação.

Isso se mostra de forma clara na mudança de local das terras reservadas para os indígenas liderados pelo cacique Paulino Arak-Xó. No antigo lugar concedido pelo governo estadual, em 1901, foram instaladas as colônias federais Senador Correria e Apacurana, “ambas situadas no fertilíssimo vale do rio Ivahy”.⁸²⁸ Ou seja, a partir do momento em que aquelas terras se tornaram valiosas, logo houve a expulsão dos indígenas e a concessão para os estrangeiros. A necessidade de pacificar os “bravos índios botocudos” perto da Colônia Lucena, também demonstra a importância de tranquilizar a zona para um melhor desenvolvimento das colônias. Portanto, essas atitudes, longe de “garantir e proteger” os interesses dos indígenas estavam mais próximas de “garantir e proteger” os interesses do Estado e dos estrangeiros.

⁸²⁷ Essa lei autorizava o governo estadual ceder gratuitamente terras devolutas para a União, a fim de instalar núcleos nacionais e de povoados indígenas, dividindo, de certa forma, a responsabilidade com o governo federal. Cf. PARANÁ. **Relatório da Secretaria de Obras Públicas e Colonização**, 1912, p. 142.

⁸²⁸ PARANÁ. **Relatório da Secretaria de Obras Públicas e Colonização**, 1912, p. 11.

Quanto às populações sertanejas, uma das únicas menções encontradas nos relatórios da Secretaria de Obras Públicas e Colonização foi em torno das famílias estabelecidas sem títulos de terras no distrito do Rio do Peixe e Barracão/Dionísio Cerqueira, localizados na comarca de Palmas. A menção a esses sertanejos estava sempre atrelada à ideia de regularizar sua situação através da colonização, isto é, do estabelecimento de colônias nacionais visando incentivar o trabalho nas lavouras e a produção de bens agrícolas nos mesmos moldes oferecidos para os imigrantes estrangeiros. Essa forma de lidar com essas populações fica claro no relatório do Comissário de Terras de Palmas, Francisco Gutierrez Beltrão, no ano de 1912:

As maiores extensões de terras devolutas são nos distritos do Rio do Peixe e Barracão, sendo que no primeiro sobe a muitas centenas o numero de famílias de nacionais que ali se estabeleceram sem quaisquer títulos de propriedade; **para regularizar a situação dessas famílias a lei n. 1169 de 30 de Março do corrente ano autorizou o governo a fundar nessa região uma colônia nacional.** No outro distrito o povoado de Barracão ou Dionísio Cerqueira, que pela sua situação na fronteira com a República Argentina e pelo grande desenvolvimento que tem ali tomado à indústria da erva-mate, **parece-me reunir todos os elementos para ser o centro de uma das colônias nacionais que o governo tenciona fundar.**⁸²⁹

Conforme podemos ver nessa citação, a lógica de regularizar a situação das famílias pela fundação de coloniais nacionais já havia sido colocada em prática pelo governo estadual, após a aprovação da Lei estadual N° 1169, em 1912. Segundo o secretário de Obras Públicas e Colonização daquele ano, esta lei “estatuiu varias medidas de sorte a colocar o colono nacional nas mesmas condições do colono estrangeiro, dotando-o das facilidades que em geral a estes se oferecem”. Além disso, ela também permitiu a fundação de núcleos nacionais junto ao governo federal e sancionou a criação da Colônia Nacional do Irani, onde já haviam sido realizadas 46 medições por conta do governo estadual.⁸³⁰ Ao que tudo indica esta era a colônia a qual Gutierrez Beltrão se referia no seu relatório como comissário de Palmas e para ele o povoado do Barracão/Dionísio Cerqueira, impulsionado pela produção de erva-mate, tinha todas as condições para a criação de outro núcleo colonial.

É interessante mencionar que em outubro do ano de 1912, ao sul dos Campos de Palmas, na região da recém-criada colônia do Irani, houve o combate entre o Regimento da Força Pública Paranaense, comandada por João Gualberto e um grupo de sertanejos liderados pelo monge José Maria, sendo considerado o primeiro combate da Guerra do Contestado. O

⁸²⁹ PARANÁ. **Relatório da Secretaria de Obras Públicas e Colonização**, 1912, p. 15.

⁸³⁰ *Ibidem*, p. 12, (grifo nosso).

embate entre essas duas forças indica certa insatisfação por parte da população local em relação às autoridades paranaenses. Ao serem confrontados pela Força Pública do Paraná, estes indivíduos preferiram manter-se ao lado do monge, ao invés de auxiliar as forças legais. Estima-se que cerca de 200 homens lutaram ao lado de José Maria, entre eles 40 que haviam o seguido desde Santa Catarina e outros moradores do Irani ligados à família Fabrício das Neves e do capitão Miguel Fragoso (embora este último não tenha participado diretamente do combate).⁸³¹

A presença de sertanejos que lutaram ao lado do monge no combate do Irani pode ser vista na relação das 46 medições realizadas pelo governo para aforamento na colônia nacional do Irani, em outubro de 1912.⁸³² De acordo com os dados do relatório, Gabriel Fabrício das Neves, Miguel Fabrício das Neves, Thomaz Fabrício das Neves, Miguel Soares Fragoso, José Antônio da Rosa – todos confirmados como combatentes ao lado de José Maria – obtiveram aforamento de uma área de aproximadamente 90-100 hectares. Esses indivíduos citados estavam localizados nas terras denominadas Jacutinga⁸³³ (Gabriel Fabrício das Neves, José Antônio da Rosa), Faxinal de S. João⁸³⁴ (Thomaz e Miguel Fabrício das Neves) e Barra de S. Cruz⁸³⁵ (Miguel Soares Fragoso). Além dos citados, outros 41 posseiros tiveram mediações feitas em áreas do mesmo tamanho.⁸³⁶ Entre eles, estavam sujeitos portadores de sobrenomes das famílias dos Fragosos, Kades e Antunes, apontados por Paulo Pinheiro Machado como moradores daquela região.⁸³⁷

As medições e aforamentos realizados no Irani revelam como esses sertanejos também buscavam garantir suas terras no contexto da política agrária paranaense. Portadores de

⁸³¹ Segundo Paulo Pinheiro Machado, o monge José Maria havia conquistado grande prestígio entre a população local de pequenos lavradores e posseiros independentes, principalmente pelas suas curas realizadas no Espinilho, ao norte de Campos Novos. Entretanto, após quase serem alvo de um ataque por parte das autoridades catarinenses, José Maria optou por se dirigir a região do Irani nos Campos de Palmas. CF. MACHADO, 2004, 179-185.

⁸³² Chama atenção o fato de que as medições foram aprovadas entre 7 e 8 de outubro daquele ano, aproximadamente 10 dias antes do combate do Irani. Provavelmente a notícia da aprovação do aforamento só deve ter chegado depois do combate.

⁸³³ Nessa mesma região ainda solicitaram a medição de terras: Athanagildo Roberto Gonçalves, João Lyrirano da Trindade, Antônio José dos Santos, Christino de Oliveira dos Santos, Francisco Soares de Miranda, Faustino Antonio de Andrade, Florencio Rodrigues Valentim, Galdino Francisco Alves, João Soares do Espírito Santo, João Francisco do Espírito Santo, João Damaso Soares, Germando de Souza Soares, Manoel Rodrigues Martins, Candido Rodrigues Martins, Pedro Lima Kades, Honorio de Lima Kades e Roberto Gonçalves da Rocha.

⁸³⁴ Nessa mesma região ainda solicitaram a medição de terras: Dinarte José Antunes, Eugenio da Silva, Firmino Pires Vieira, Ireno Gonçalves da Rocha, João Antonio da Rosa e João Baptista Gonçalves.

⁸³⁵ Nessa mesma região ainda solicitaram medição de terras: Miguel Ruthes Schmidt e Ponciano dos Passos.

⁸³⁶ PARANÁ, **Relatório da Secretaria e Obras Públicas**, 1913, p. 19.

⁸³⁷ MACHADO, 2007.

morada habitual e cultura efetiva, esses sujeitos logo se aproveitaram das medidas tomadas pelas autoridades estaduais para legitimar suas posses e garantir ao menos 100 hectares numa zona onde isso poderia ser pouco, mas, ao mesmo tempo, o máximo permitido para o cultivo da lavoura em posses obtidas após 1854. A obtenção do título era importante para aqueles moradores. Nos planos do governo estadual grande parte daquelas terras já havia sido cedida para a Companhia Estrada de Ferro Rio Grande – São Paulo, ou seja, se não obtivessem aquele título provavelmente iriam ser despejados a força. Além disso, segundo Maurício Vinhas de Queiroz, aquela zona também havia sido adquirida pelo Frigorífico Irani, que pretendia instalar um grande estabelecimento de pecuária e beneficiamento de carnes naquela zona, sendo mais um motivo para esses pequenos lavradores obterem seus títulos de terras e terem maiores seguranças sobre suas propriedades.⁸³⁸ No entanto, conforme veremos a seguir, essa não era a única estratégia utilizada pelos sertanejos.

O combate do Irani parece ter influenciado o posicionamento do secretário de terras em relação aos sertanejos no ano de 1913. O trabalho de medições e aforamentos foi interrompido por causa do combate, mas deveria retornar brevemente sob o comando de Francisco Gutierrez Beltrão.

Entretanto, segundo Martins Alves Camargo, os sertanejos, ao invés, de optar pela concessão do Estado estavam preferindo comprar suas terras conforme o artigo 4º da Lei paranaense Nº 820 de 1908, que dentre suas premissas permitia o pagamento em até seis parcelas das suas propriedades.⁸³⁹ Para o secretário, a medida de demarcar lotes iguais aos dos imigrantes estrangeiros não estava satisfazendo os sertanejos por que estes não se contentavam com uma área de terras igual a dos imigrantes e habituados a outras formas de trabalho, também não se submetiam a uma cultura intensiva em pequenos lotes de terras.⁸⁴⁰ Portanto, para ele:

[..] A providência dada pela lei n. 820 de 7 de Maio de 1908, “mandando medir e demarcar os terrenos ocupados que preencherem as condições de cultura efetiva e morada habitual”, é em nosso modo de ver, a melhor possível para resolver o problema de acordo com a equidade e de modo a **evitar justos ressentimentos por parte dos nossos patrícios dos sertões, que, não sem razão, estabelecem muitas vezes um paralelo entre a facilidade com que são cedidas vastas extensões de**

⁸³⁸ O envolvimento dos posseiros rio-grandenses e catarinenses na batalha do Irani também teve como uma das suas motivações um conflito existentes entre esses proprietários e o Frigorífico Irani. Cf. QUEIROZ, 1966.

⁸³⁹ Fabio Pontarolo também relatou algumas compras de terras por parte dos pequenos lavradores durante seu trabalho. Cf. PONTAROLO, 2019.

⁸⁴⁰ PARANÁ, **Relatório da Secretaria de Obras Públicas e Colonização**, 1913, p. 43-4.

terras a particulares ou companhias estrangeiras e a parcimônia com que se faz com relação a eles, os primeiros a desbravarem os sertões, rodeados de mil perigos e fadigas, abrindo-os à luz fecunda do trabalho e da civilização. A semelhança do que se começou a fazer no distrito do Rio do Peixe, poderá o Estado mandar também medir e demarcar lotes, nas condições acima expostas, para as famílias de nacionais estabelecidas em grande número na zona do Barracão [...].⁸⁴¹

Essa passagem pode ser considerada uma excepcionalidade no discurso das autoridades oficiais do Estado paranaense. Aqui, Martins Alves de Camargo não apresenta os sertanejos como “pobres”, “sem cultura”, “preguiçosos” ou “fanáticos”, mas sim os coloca como “os primeiros desbravadores dos sertões, rodeados de mil perigos e fadigas, abrindo-os à luz fecunda do trabalho e da civilização”, discurso muito parecido com o usado para se referir à figura do bandeirante, “o primeiro desbravador dos sertões do Paraná”. Além do mais, o secretário reconhece a injustiça que esses moradores estavam sofrendo por parte de um governo que favorecia descaradamente as companhias estrangeiras e os grandes proprietários, em detrimento dos trabalhadores nacionais. O paralelo indicado por Alves de Camargo não era fruto da sua imaginação. Segundo Paulo Pinheiro Machado, realmente existia uma consciência em relação a esse desfavorecimento entre os sertanejos, pelo menos entre os envolvidos na Guerra do Contestado. De acordo com o Tenente Herculano D’Assumpção, um bilhete achado junto a combatentes rebeldes tinha os seguintes dizeres: “Nóis não tem direito de terra, tudo é para as gentes da Oropa”.⁸⁴²

Assim, em um contexto de dificuldade de acesso à terra, os sertanejos utilizavam os mecanismos que tinham ao seu alcance. Além do conflito armado estabelecido por cerca de quatro anos na zona do Contestado, parece que no Paraná eles também estavam se beneficiando de alguns dispositivos da Lei estadual N° 820 de 7 de maio de 1908. Segundo o artigo 3° dessa Lei, as posses não registradas, mas que satisfizessem as condições de cultura efetiva e morada habitual poderiam ser obtidas através da compra, de acordo com a tabela de preço em vigor. Esse pagamento poderia ser parcelado em até seis prestações pagas anualmente. A primeira prestação deveria ser quitada imediatamente após a aprovação da medição, sendo expedido um título provisório de domínio e o permanente somente depois de paga todas as demais. Caso o recorrente quitasse antes as suas parcelas, ganharia um desconto de 10%. O trabalho de medição e demarcação deveria ser pago pelo recorrente, por uma razão

⁸⁴¹ PARANÁ, *Relatório da Secretaria de Obras Públicas e Colonização*, 1913, p. 44, (grifo nosso).

⁸⁴² D’ASSUMPCÃO, Herculano Teixeira. *A Campanha do Contestado*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado, 1917.

máxima de 40 réis por metro medido.⁸⁴³ Portanto, essa era mais uma das opções disponíveis para os sertanejos regularizarem suas terras. De fato, a permissão do pagamento em até seis parcelas poderia animar alguns, facilitando a aquisição do montante necessário. Entretanto, à custa do processo de medição ainda deveriam deixar a situação bastante difícil para as famílias em condições mais precárias.

Se o acesso à terra já era difícil para os pequenos posseiros, sua situação se tornava ainda mais complicada com a atuação dos grileiros de terras – tabeliões, agrimensores e advogados que atuavam como representantes das companhias estrangeiras ou grandes proprietários. Alguns chegavam a legitimar zonas que não tinham nem conhecimento, somente sabendo do seu potencial de valorização.⁸⁴⁴ A menção a esse tipo de atuação pode ser percebida desde o início do processo de regularização fundiária paranaense, em 1895. Segundo o Secretário de Obras Públicas e Colonização daquele ano, João Baptista da Costa Carvalho Filho:

Constam-me de fonte fidedigna que no registro de terras que se está precedendo, **pessoas há que registram como anteriores a 15 de novembro de 1889, posses fantásticas, que, reunidas, no caso de serem legitimadas dariam propriedades de vastas extensões territoriais**, a pretensos posseiros. Recomendo-vos que, quando tiverdes proceder à legitimação de algumas das aludias posses, trateis de verificar, com o maior escrúpulo, os requisitos de cultura efetiva e morada habitual de quem de direito, constituídos antes de 15 de Novembro de 1889; bem como, que na medição, não seja excedida a área legal, devendo, no caso das declarações dadas a registro ultrapassarem os limites de tal superfície, serem obrigados os respectivos posseiros a pagar ao Estado a importância correspondente ao excesso [...]⁸⁴⁵

Essas informações foram enviadas em uma circular da secretaria para cada comissário de terras das respectivas comarcas. Conforme podemos ver, João Baptista se refere ao registro de posses como anteriores a 15 de novembro de 1889, mas que na verdade eram posses “fantásticas”, ou seja, registros falsificados para apresentarem data anterior há esse ano. Lígia Maria Osório Silva apontou um aspecto interessante sobre essa questão: a falsificação de títulos com data anterior 1854 não era uma tarefa fácil, pois necessitava da convivência dos donos ou funcionário dos cartórios.⁸⁴⁶ Nesse sentido, a ampliação das legitimações das posses para 1889 facilitou consideravelmente o trabalho dos grileiros, ainda mais pela complexa rede de relações que existia entre grandes fazendeiros, comerciantes e funcionários públicos, como

⁸⁴³ PARANÁ, *Relatório da Secretaria de Obras Públicas e Colonização*, 1909, p. 117-9.

⁸⁴⁴ MACHADO, 2004, p.74.

⁸⁴⁵ PARANÁ, op. cit., 1896, p. 42-3, (grifo nosso).

⁸⁴⁶ SILVA, 2002, p.166-7.

a ligação entre o coronel Amazonas Marcondes, o Tabelião Cleto da Silva e o agrimensor Leônidas Cezar de Oliveira. O outro ponto comentado pela autoridade paranaense era sobre o registro de áreas sem cultura efetiva e morada habitual e acima do limite permitido. Entretanto, a solução para isso era muito simples, bastava comprar o excesso do Estado que estava tudo resolvido. Ou seja, desde que trouxessem lucros para o Estado, não havia problema a existência de imensas propriedades sem proveito.⁸⁴⁷

Segundo Ângelo Prior a grilagem de terras fez parte da história agrária do Paraná. Em 1930, após a subida ao poder de Getúlio Vargas, houve uma intervenção federal no Estado e a abertura de um processo de sindicância no departamento de terras para verificar desvios nas concessões de áreas devolutas e grilagens praticadas nos anos anteriores. No relatório apresentado pelo interventor federal, Manoel Ribas, entre 1932 e 1939 ao presidente da República, foi possível identificar uma série de irregularidades e a extensão do processo fraudulento de concessão de terras a empresas particulares. Nas palavras de Ribas: “A fraude e o vício imperam na documentação com que supostos proprietários se arrogam o domínio sobre extensa área, **constituindo quase um terço da superfície do Estado**” (grifo nosso).⁸⁴⁸ Como podemos perceber as fraudes não eram restritas a atuação de posseiros particulares. As concessões feitas pelo governo estadual também apresentavam irregularidades, seja para particulares ou para empresas estrangeiras. Nos anos seguintes, o interventor federal anulava uma série de antigas concessões feitas pelo estado, alegando inoperância e não cumprimento das cláusulas contratuais.⁸⁴⁹

Todo esse processo resultou em uma considerável extensão territorial em litígio no estado devido aos choques de registros. Dentre esses litígios estava uma área de aproximadamente 53 mil hectares no município de Clevelândia, sendo pequena se comparada 3.536.394 de hectares disputados em Guarapuava.⁸⁵⁰ Segundo o autor, no interior do Paraná pelo menos 20 grilos ficaram famosos, não só pela sua extensão, por como foram formados: “a prática organizada de grilagem de terras realizada por ‘espertos aventureiros’, hábeis no

⁸⁴⁷ PARANÁ, **Relatório da Secretaria de Obras Públicas e Colonização**, 1896, p. 42-3.

⁸⁴⁸ PRIOR, 2012, p. 139-40.

⁸⁴⁹ Dentre esses decretos estava o N° 300, de 3 de outubro de 1903, anulando a concessão da Companhia Brasileira de Viação e Comercio (Braviaco), passando novamente para o domínio do Estado aproximadamente 1.700.00 hectares. Também o Decreto N° 1.485, de 14 de junho de 1934, caducando a concessão para Antônio Alves de Almeida, de 300.00 hectares. Outro decreto anulando a concessão de Meyer, Anes e Cia Ltda que depois se tornaria a Companhia de Colonização Espéria, retornando ao patrimônio do estado 240.000 hectares. Além de muitos outros publicados nos cinco primeiros anos de 1930. Cf. PRIOR, op. cit., 140.

⁸⁵⁰ Para ver tabela completa. Cf. Ibidem, loc. cit.

apossamento das terras alheias, com base em títulos falsos de propriedade”. De acordo com Priori a maioria desses documentos eram forjados oficialmente por cartórios inescrupulosos.⁸⁵¹

Para Paulo Pinheiro Machado, empresas como a Brazil Railway Company (BRC) e sua subsidiária Lumber Company também tiveram protagonismo no processo de usurpação de uma enorme quantidade de terras dos caboclos. Essas companhias tiveram o cuidado de se articularem com as principais lideranças políticas de cada estado, evitando os embaraços legais e obtendo facilidades administrativas. No caso de Santa Catarina, a empresa estabeleceu ligação com Henrique Rupp, superintendente do município de Campos Novos e Nereu Ramos (filho do governador Vidal Ramos), além de contar com uma guarda particular ligada a família paranaense dos Pachecos.⁸⁵²⁻⁸⁵³ Do lado paranaense, também o futuro Presidente do Paraná, Affonso Camargo, atuou como advogado dos interesses da Southern Brazil Lumber and Colonization Company, vendendo extensões consideráveis de terra na área contestada por Santa Catarina, num intuito de validar aquelas terras como pertencentes ao Paraná.⁸⁵⁴

A Brazil Railway Company foi a responsável pela construção do trecho da estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande entre os rios Iguazu e Uruguai. Essa empresa era controlada pelo norte-americano Percival Farquhar⁸⁵⁵ e contava com capitais ingleses, belgas, norte-americanos e franceses.⁸⁵⁶ A construção da estrada foi aprovada durante o governo imperial, em 9 de novembro de 1889, concedendo além do privilégio da construção uma faixa de terras devolutas de 30 quilômetros de cada lado da ferrovia – no entanto, durante a renovação do

⁸⁵¹ Para ver o mapa da localização dos principais grilos. Cf. PRIOR, 2012, p. 142.

⁸⁵² Diversos indivíduos da família Pacheco tiveram ligação com o Estado das Missões, como o próprio Pedro Ferreira Pacheco que foi integrante da comissão popular pelo novo estado em Palmas, em 1909. Além disso, o líder do primeiro levante, Cleto da Silva era casado com D. Francisca Cleto Pacheco, indicando uma aliança matrimonial entre as duas famílias.

⁸⁵³ MACHADO, 2004, p. 149.

⁸⁵⁴ SILVEIRA, 2015, p. 29.

⁸⁵⁵ Percival Farquhar foi um magnata norte-americano ligado a grandes investimentos mundiais, principalmente nos países da América do Sul. No intuito de adquirir grandes somas de dinheiro atuava em projetos de construção de portos, ferrovias, madeirinhas e companhias colonizadores. Durante sua trajetória obteve o direito de completar a construção da linha de Itararé - São Paulo até Marcelino Ramos, no estado do Rio Grande do Sul. Com a concretização desse trecho Percival Farquhar ligou o Oeste Catarinense e Sudoeste Paranaense a outras ferrovias de São Paulo, que em conjunto compreendiam a Brazil Railway Company, empresa criada pelo magnata em novembro de 1906. Estima-se que por volta de 1914, a BRC já possuía cerca de 3000 milhas de trilhos no Brasil. Cf. VALENTINI, José Delmir. **Atividades da Brazil Railway Company no Sul do Brasil: a instalação da Lumber e a guerra na região do Contestado (1906-1916)**. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2009. p. 57.

⁸⁵⁶ *Ibidem*, p. 56.

decreto no governo republicano essa área foi diminuída para 15 quilômetros. Em média, a empresa adquiriria um domínio de 9 quilômetros por margem.⁸⁵⁷ Com essa doação, estima-se que a Companhia tenha adquirido cerca de 2.248.020 hectares nos estados de Santa Catarina e Paraná, sendo 1.700.268 hectares cedidos somente pelo governo paranaense. A Companhia pretendia vender essas terras para os colonos estrangeiros que então usariam a ferrovia para embarcar seus produtos agrícolas.⁸⁵⁸ Além disso, também foi aproveitada toda a riqueza natural do solo com a exploração de madeira de outros recursos naturais. Coube a sua subsidiária Lumber Company a montagem de duas grandes serrarias nas localidades de Calmon e no município de Três Barras, dando início ao processo de exploração de madeira em grande escala na zona do Contestado.⁸⁵⁹

É importante salientarmos que a construção da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande trouxe impactos enormes para as populações locais. Para Delmir José Valentini a história do Contestado poderia ser dividida em antes da ferrovia e depois da ferrovia. Dessa forma, com a inauguração dos novos ramais, alterou-se a dinamicidade das regiões próximas, o tempo e a capacidade de transporte e ampliou os fluxos no sentido Norte-Sul, colocando a zona do Contestado em contato com outros centros comerciais. Além disso, essa rede viária passou a estar conectada com outras modalidades de transportes, como: pequenos portos, estradas de rodagens, ferrovias menores, etc. Por fim, sua chegada à região também significou a entrada do capital estrangeiro.⁸⁶⁰ Com todo esse processo, houve a falência do antigo Caminho das Tropas e os Campos de Palmas deram mais um passo para sua integração como um fundo territorial.

A presença da BRC pode ser nos relatórios da Secretaria de Obras Públicas e Colonização do estado do Paraná, entretanto, como não é nosso foco, deixaremos essa análise para outro momento. Para nossa pesquisa, interessa principalmente perceber as transformações ocorridas na década de 1910 na zona do Contestado com a introdução da ferrovia. Em síntese, podemos afirmar que a entrada do capital e das empresas estrangeiras

⁸⁵⁷ MACHADO, 20014, p. 143.

⁸⁵⁸ GAULD, 1964, p. 210 apud VALENTINI, 2009, p. 58.

⁸⁵⁹ TOMPOROSKI. Alexandre Assis. **O polvo e seus tentáculos: A Southern Brazil Lumber and Colonization Company e suas transformações impingidas ao planalto contestado, 1910-1940.** Florianópolis, SC, 2013.

⁸⁶⁰ O acúmulo de capital das potências imperiais começaram ficar em tensão pela falta de existência de espaços nos países europeus para consumação desses valores. Nesse contexto, esse capital passou a ser investido nos países periféricos, como por exemplo, nos estados de Paraná e Santa Catarina. A construção da estrada de ferro com o pagamento em terras devolutas para constituição dos núcleos coloniais exemplifica esse tipo de ação. Cf. MORAES, 2018, p. 276-9.

promoveu uma valorização considerável no valor econômico daquela zona e aumentou, ainda mais, os interesses das autoridades governamentais, dos grandes comerciantes e fazendeiros em auferir lucros de todas aquelas transformações. Isso pode ter contribuído fortemente para o interesse dos indivíduos do Estado das Missões em promover um projeto de emancipação para aquela região, afinal, no controle do aparelho do estado, eles estariam lidando diretamente com esse processo.

Um dos últimos aspectos que gostaríamos de abordar em relação a questão de terras no estado do Paraná é sobre os processos de compra e venda. De acordo com a Lei N° 68 de 1892, nenhuma área de terras devolutas do governo poderia ser vendida a menos de 2\$000 réis por hectares, variado de acordo com a qualidade dos lotes. Sem um processo de hasta pública ficava proibido vender a uma mesma pessoa mais de mil hectares de matos (cultura ou ervais) e 10 mil hectares de campos ou faxinais. Essa medida só não se aplicava para vendas feitas a empresa de colonização ou para localização de imigrantes, que poderiam fazer compras de acordo com o tamanho desejado.⁸⁶¹ Em processos de hasta pública não havia restrição quanto a quantidade de terras a ser comprada. Um exemplo de como ocorria esse processo foi à venda para Jaymme Balão e José Carvalho de Oliveira de uma área de 50 mil hectares nas terras devolutas existentes no extremo oeste do estado nas comarcas de Palmas e Guarapuava, em 1902. Os indivíduos pagariam 3\$000 réis por hectares, dando 1/3 da quantia a vista no ato da compra, recebendo o título provisório, uma nova parcela em seis meses e outra após doze meses, recebendo o título permanente.⁸⁶²

Outros dois compradores de terras do estado paranaense foram os já citados Leônidas Cezar de Oliveira e José Júlio Cleto da Silva, que junto a outros indivíduos estavam tentando realizar a compra de uma área de seis mil hectares de terras devolutas entre os rios Iguazu, Santo Antonio, Peperi-Guassu, Chapecó e Chopim.⁸⁶³ Essa informação consta no periódico *A REPUBLICA* como um despacho da Secretaria de Obras Públicas e Colonização para o governador do estado. Infelizmente não conseguimos encontrar seu desdobramento nos relatórios da secretaria de terras, mas é muito provável que esses indivíduos tenham conseguido realizar suas compras, pagando um preço parecido ao de Jaymme Balão e José Carvalho de Oliveira. Outro elemento interessante dessa informação é o fato de essa área estar localizada justamente no Território das Missões disputado com a Argentina e cobiçado pelo

⁸⁶¹ INSTITUTO DE TERRAS, 2008, p. 201-208.

⁸⁶² PARANÁ, **Relatório da Secretaria de Obras Públicas e Colonização**, 1902, p. 17.

⁸⁶³ *A REPUBLICA*, Curitiba, 23 de novembro de 1900. **Secretário de Obras Publicas e Colonisação**, p. 1, c. 6.

governo federal. Assim, percebe-se que frente à ameaça de perder sua jurisdição nesta região, o Paraná iniciou um processo de venda dessas terras para retirá-las do caráter de terreno “devoluto”, isto é, de passar aquela zona para o domínio privado de algum membro do seu estado. Inclusive a notícia deixava clara a cobrança por parte desses indivíduos para que a União demarcasse logo as zonas de defesa da fronteira para efetuarem suas mediações.

Com o passar dos anos, os preços de venda das terras devolutas também foram sofrendo algumas alterações. Em 1908, mesmo ano que foi lançada a legislação permitindo efetuar a compra de lotes não registrados com pagamento em até seis vezes, os preços das terras já estava variando entre 4\$000 e 7\$000 réis o hectare.⁸⁶⁴ Em 1912, novamente houve alterações nesse valor. Segundo o secretário de Obras Públicas e Colonização daquele ano, a subida no preço das terras vinha “satisfazer a uma sensível necessidade, à vista de procura da valorização geral que aqui se tem verificado na propriedade territorial, desde o ultimo ano passado, principalmente”.⁸⁶⁵ O aumento no preço veio através da Lei estadual N° 1147, ficando estabelecidos os novos preços nos dois primeiros artigos:

O Congresso Legislativo do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a lei seguinte:
 Art. 1: - As terras devolutas somente poderão ser vendidas independente de hasta pública, pelos seguintes preços:
 A) - Terra de primeira ordem: 09 a 1 real por m.² ou 9\$000 a 10\$000 por hectare;
 B) - Terras de segunda ordem: 0,9 a 0,899 por m.² ou 8\$000 e 8\$999 por hectare;
 C) - Terras de terceira ordem 0,7 a 0,7999 por m.² ou 7\$000 a 7\$999 por hectare;
 D) - Terras para empresas industriais 0,4 a 0,499 por m.² ou 4\$000 a 4\$999 por hectare;
 Art. 2 - O aforamento das terras do Estado será feito de acordo com os seguintes preços:
 A) - Terras de primeira ordem: \$500, por hectare e por ano;
 B) - Terras de segunda ordem: \$400, por hectare e por ano;
 C) - Terras de terceira ordem \$300, por hectare e por ano; [...].⁸⁶⁶

Conforme podemos perceber, o valor praticamente dobrou nos dez anos após a compra realizada por Jaymme Balão e José Carvalho de Oliveira, passando de 3\$000 réis por hectare para no mínimo 7\$000 por hectares e podendo chegar a até 10\$000. A divisão das terras de acordo com sua “ordem” deveria ser feita durante o processo de demarcação e medição dos lotes, sendo responsabilidade dos comissários de terras. O preço do aforamento também sofreu um aumento considerável desde a promulgação da Lei N° 68. Em 1892, o aforamento deveria ser feito por \$50 réis anuais o hectare. Cerca de 20 anos depois, esse valor já estava

⁸⁶⁴ PARANÁ. **Relatório da Secretaria de Obras Pública e Colonização**, 1908, p. 11.

⁸⁶⁵ PARANÁ. **Relatório da Secretaria de Obras Públicas e Colonização**, 1912, p.11.

⁸⁶⁶ *Ibidem*, p. 200.

seis vezes mais caro para os lotes de terceira ordem, evidenciando uma constante valorização no preço das terras. Com essas informações, podemos deduzir que um aforamento de 100 hectares na colônia do Irani, poderia custar para seus donos uma quantia anual de 30\$000 reis ou até 50\$000 anuais dependendo do lote, sendo um valor considerável para as populações mais humildes, dando alguns indícios do porque muitos sertanejos estavam optando pela compra.

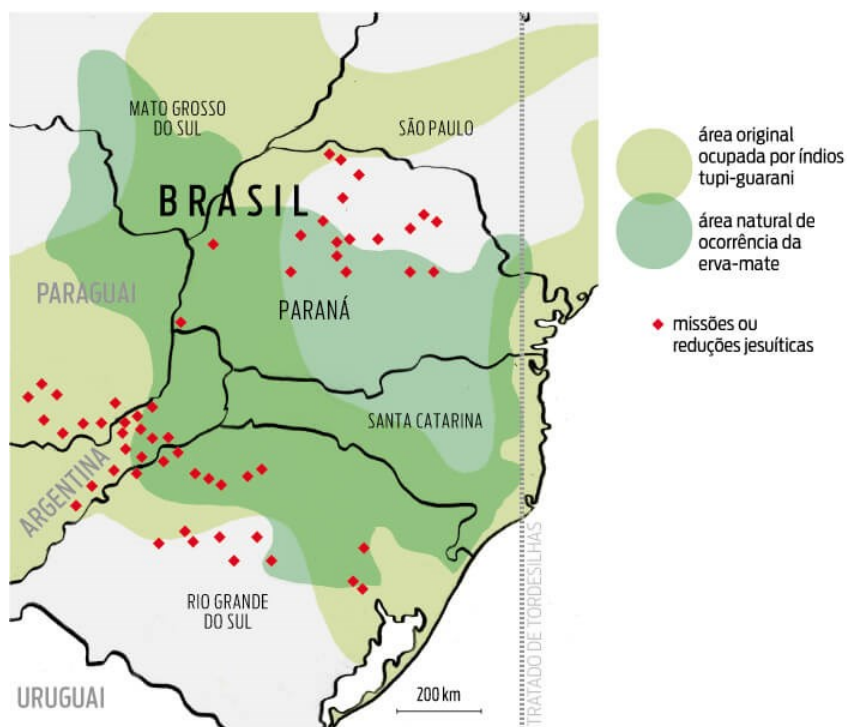
Por fim, para encerrar nossa discussão, chamamos mais uma vez atenção para o fato de que esses aspectos são apenas do ponto de vista legal e administrativo. Para se ter uma noção de como ocorria na prática, torna-se necessário efetuar um comparativo com outros documentos, como os autos de processo de compra, legitimação, inventários, livros de terras, etc. possibilitando o estabelecimento uma longa discussão entre essas fontes. Entretanto, como foge ao objetivo principal da nossa pesquisa e também não possuímos esses outros documentos, deixamos o campo aberto para futuros pesquisadores.

6.3 A PRODUÇÃO DA ERVA-MATE NO CONTESTADO E SUA RELAÇÃO COM O ESTADO DAS MISSÕES

Existiu ainda mais um fato importante para compreendermos o processo de apropriação das terras devolutas na região do Contestado: a presença da *Ilex Ilexparaguariensis*. Conforme vimos no capítulo 1, desde o início da Questão de Limites a exploração e o controle desse recurso estiveram por trás dos interesses das elites regionais. Conhecida mais popularmente como erva-mate, essa planta concentrava-se de forma silvestre exclusivamente na região florestal do Sul da América, correspondendo atualmente à parte do território do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso do Sul, além de algumas outras áreas na Argentina e no leste do Paraguai.⁸⁶⁷ O mapa a seguir, permite visualizarmos melhor onde estavam localizados os ervais na Fronteira Sul:

⁸⁶⁷ GERHARDT, 2013, p. 33-34.

Figura 31 - Mapa da presença da erva-mate na Fronteira Sul.



Fonte: Imagem disponível em: <https://especiais.gazetadopovo.com.br/erva-mate/origens/>. Acesso em: 14 nov. 2020.

Segundo Marcos Gerhardt, mesmo com seu território reduzido, Santa Catarina possuía ervais importantes no Planalto norte (no vale do Rio Negro) e no Planalto Sul (junto aos rios Pelotas, Peixe e Canoas) – embora nem todos fossem ainda conhecidos no século XIX. De acordo com a mensagem proferida, em 1860, pelo presidente da Província Francisco Carlos de Araújo Brusque, os catarinenses presumiam existir uma grande quantidade de erva-mate em Lages, a Oeste do território em direção à fronteira com a Argentina e nas zonas onde seriam/foram instalados os municípios de Canoinhas, Campos Novos e Curitibanos.⁸⁶⁸ Já na região paranaense, o Juiz de Direito de Campo Largo, Macedo Soares, declarou, em 1875, haver ervais nativos na sua província no Planalto de Curitiba (nas margens do rio Iguaçu e Negro) e na comarca de Guarapuava (entre os rios Ivaí, Uruguai e Paraná). Esse Juiz também constatou a existência de alguns ervais no extremo oeste da província, no entanto, eram de difícil acesso devido à distância e a falta de estradas carroçáveis.⁸⁶⁹

⁸⁶⁸ GERHARDT, 2013, p. 63.

⁸⁶⁹ Ibidem, p. 64.

Dentro desse contexto, no final do século XIX, em algumas regiões do Paraná e Santa Catarina a produção da erva-mate passou a ser organizada na forma industrial, ampliando ainda mais a importância desse recurso para as administrações provinciais/estaduais. Assim, uma série de investimentos na infraestrutura foram realizados no intuito para facilitar a exploração e o escoamento do produto. Segundo Cristina Moraes, a construção de redes geográficas⁸⁷⁰ capazes de romper as barreiras de distância era fundamental para integração das regiões mais Oeste com a econômica nacional. Dessa forma, alguns pequenos ancoradouros e embarcações começaram a aparecer nos afluentes do rio Uruguai e do rio Iguazu, além de um grande número de estradas interligadas com as formas de locomoções já existentes.⁸⁷¹ O estabelecimento de fluxos, transportes e comunicações também eram essenciais para ocorrer à chamada “realização do capital”, tendo em vista que o produto só estava acabado quando estivesse no mercado.⁸⁷²

Uma figura que teve participação direta nesse processo foi o coronel Amazonas de Araújo Marcondes. Esse indivíduo foi responsável pela inauguração das navegações fluviais nos rios Negro e Iguazu. No final da década de 1870, Marcondes dirigiu uma carta ao Imperador D. Pedro II solicitando o privilegio da navegação a vapor no rio Iguazu e da cobrança de tributos. A resposta do governo central veio por meio do Decreto N. 7.248, de 19 de abril de 1879, concedendo ao coronel o direito solicitado.⁸⁷³ Assim, logo ao se estabelecer em União da Vitória, em 1880, a primeira medida tomada por esse sujeito foi mandar fazer algumas lanchas e canoas e comprar as embarcações da casa comercial de José Pereira Linhares Filho.⁸⁷⁴ Nesse contexto, em 1883, Amazonas Marcondes realizou a primeira viagem a vapor no rio Iguazu dentro da sua embarcação denominada “CRUZEIRO. No dia seguinte, o coronel formalizou a sua atuação nesse ramo com a assinatura de um contrato com a província paranaense permitindo o controle da navegação nos rios Iguazu, Negro e seus afluentes.

⁸⁷⁰ Segundo Roberto Lobato Corrêa, as redes geográficas podem ser entendidas como um “conjunto de localizações geográficas interconectadas entre si por um certo número de ligações”. Elas estão atreladas as modificações espaciais, sociais e econômicas ocorridas dentro de um espaço que passa a ser conectado com outro. A partir das interações entre as áreas conectadas, torna-se possível a ocorrência de modificações sociais, culturais e geográficas. Segundo Cristina Moraes, o conceito é antigo, sendo seu principal objetivo destacar a conexão existente entre espaços diferentes. Cf. CORREA, 2001, p. 106 apud MORAES, 2018, p. 263-4.

⁸⁷¹ MORAES, op. cit., p. 265-7.

⁸⁷² Ibidem, p. 273.

⁸⁷³ Decreto N. 7.248, de 19 de abril de 1879. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-7248-19-abril-1879-547934-publicacaooriginal-62863-pe.html>. Acesso em: 03 nov. 2020.

⁸⁷⁴ SILVA, 1920, p. 36.

Figura 32 - Coronel Amazonas de Araújo Marcondes.



Fonte: Imagem retirada de uma edição do Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense. Cf. CLETO, Josephat Porto Lona. **O Estado das Missões e sua efêmera existência**. Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, vol. XXXIV, Curitiba, 1978, p. 73.

Em 1889, Marcondes ainda lançou mais um vapor batizado de Visconde de Guarapuava. O nome da embarcação pode estar associado ao seu tio, Antônio Camargo de Sá, o Visconde de Guarapuava, que o auxiliou com alguns recursos.⁸⁷⁵ Complementando sua inserção nos projetos de infraestruturas efetuados naquela região pelo Paraná, em 1895, o coronel recebeu a quantia de 1 conto de réis do governo estadual para construir a estrada de rodagem entre as cidades de União da Vitória e Palmas.⁸⁷⁶ Todas essas atitudes colocam Amazonas Marcondes como um importante “braço” do Estado paranaense na região mais a Oeste do território, demonstrando como seus serviços foram utilizados para a exploração daquela zona de fronteira. Em contra partida, para esse indivíduo, isso significava assumir uma importante posição no comercio, na tributação e no escoamento da erva-mate na região do Contestado, pois União da Vitória era um dos principais pontos de produção e circulação desse recurso. Dessa forma, devemos presumir que, quando esse coronel ingressou no

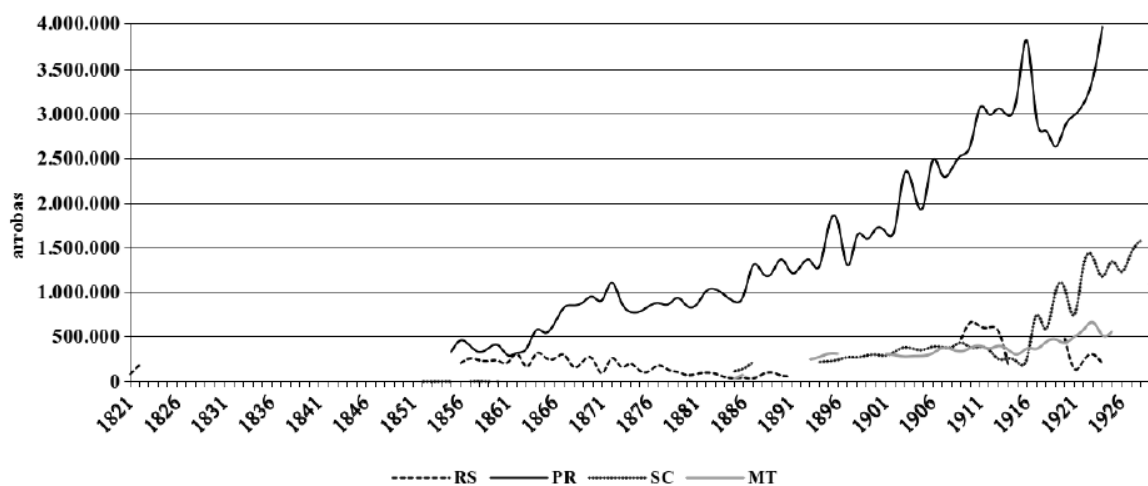
⁸⁷⁵ Consta numa notícia do periódico Diário da Paraná que Antônio Camargo havia ajudado seu sobrinho com recursos financeiros no início do seu negócio. DIÁRIO DO PARANÁ, 7 de novembro de 1947. **O Cinquentenario da morte...** p. 4, c. 5-7.

⁸⁷⁶ PARANÁ. **Relatório da Secretaria de Obras Públicas e Colonização**, 1895 p. 32.

movimento pelo Estado das Missões, a luta pelos seus negócios no ramo do mate certamente esteve entre seus motivos.

Com os novos investimentos na infraestrutura e a construção da ferrovia ligando Paranaguá a capital do estado do Paraná, um novo salto ocorreu na produção ervateira paranaense nas primeiras décadas do século XX. Essas inovações facilitaram consideravelmente a exportação do produto, visto que o fluxo principal se dava das produções obtidas nas zonas de Canoinhas, União da Vitória e Três Barras transportadas através dos rios Iguaçu e Negro para os engenhos de Curitiba e de lá partiam para os grandes portos estaduais. Do lado catarinense, a abertura da Estrada de Ferro Dona Francisca também facilitou o escoamento da erva-mate coletada no Planalto Norte do Contestado em direção ao litoral, aumentando a velocidade e a capacidade de carga da produção do mate.⁸⁷⁷ Dessa forma, para termos uma noção melhor da quantidade exportada pelos principais estados brasileiros envolvidos com essa atividade no período, Marcos Gerhardt apresentou em sua tese de doutorado um gráfico muito interessante sobre esse aspecto, conforme demonstramos a seguir:

Figura 33 - Níveis de exportação da erva-mate nos estados do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul entre 1821 e 1926.⁸⁷⁸



Fonte: Gráfico retirado da tese de Marcos Gerhardt. Cf. GERHARDT, 2013, p. 103-06.

Como podemos perceber, o estado do Paraná sempre liderou a produção da erva-mate

⁸⁷⁷ GERHARDT, 2013, p. 103-06.

⁸⁷⁸ Esses dados não incluem a produção para consumo interno. Cf. Ibidem, loc. cit.

no Sul do país – da mesma forma como lidera até os dias atuais.⁸⁷⁹ A queda na exportação daquele estado, em 1916, pode ser relacionada com a definição da Questão de Limites, quando Santa Catarina aumentou cerca de 50% do seu território com a incorporação das terras do Contestado e, conseqüentemente, praticamente dobrou a sua exportação do produto. Outro ponto interessante é perceber é como a década de 1910 foi um dos maiores picos da produção paranaense, exatamente no período em que a disputa de limites estava em seu auge e surgia o projeto pelo Estado das Missões.

Dessa forma, a disputa pela erva-mate sempre intensificou os conflitos na região, tanto no âmbito estadual, como apontado por Francimar Petrolí, como âmbito local, como demonstrou Paulo Pinheiro Machado.⁸⁸⁰ Portanto, ao analisarmos a questão agrária na zona do Contestado, devemos ter em mente que a exploração desse recurso esteve por trás dos principais projetos formados para apropriação do patrimônio público nessa região. Isso se torna perceptível nas próprias ações tomadas pelos governos estaduais no intuito de facilitar a extração, o comércio e o transporte do produto. Nesse sentido, é de se pressupor que os sujeitos ligados ao Estado das Missões também possuíssem ambições parecidas com as das oligarquias estaduais. Aliás, não era só o coronel Amazonas Marcondes o único envolvido com o comércio do mate e com o movimento emancipacionista. Ainda podemos citar outras duas famílias com as mesmas ligações: a de Fabrício Vieira e dos Irmãos Ruas.

Vieira tinha importantes contratos, desde 1906, sobre a exportação da erva-mate com o estado de Santa Catarina, principalmente nos municípios de Campos Novos, Curitiba, Lages e São Joaquim. Esse coronel também era dono da fazenda Chapéu de Sol, nas margens do rio Iguçu, usando esse local para a exploração da erva-mate e arrendamento de ervais no Planalto Norte do Contestado.⁸⁸¹ Outra informação referente à exploração desse recurso por esse indivíduo, foi um contrato extralegal firmado no município de Clevelândia, em abril de

⁸⁷⁹ Para Marcos Gerhardt, o sucesso do Paraná estava relacionado ao seu aperfeiçoamento técnico, investimento na infraestrutura e a industrialização da atividade ervateira desde meados do século XIX, buscando tornar o processo capaz processar e extrair mais ervais.

⁸⁸⁰ Segundo Machado, os comerciantes catarinenses e paranaenses disputavam o transporte fluvial do mate e demais mercadorias nos rios Negro e Iguçu, havendo no local, todos os anos, “uma espécie de guerra fiscal entre os estados pela erva-mate”. Dentro dessa guerra fiscal, ocorreram diversos conflitos, como o ataque liderado por Aleixo Gonçalves, 1909, a uma das barreiras fiscais paranaenses que estavam impedindo os tráfegos e lanchas a vapores de Santa Catarina. Cf. MACHADO, 2004, p. 131.

⁸⁸¹ DALLANORA, 2019, p. 110-3.

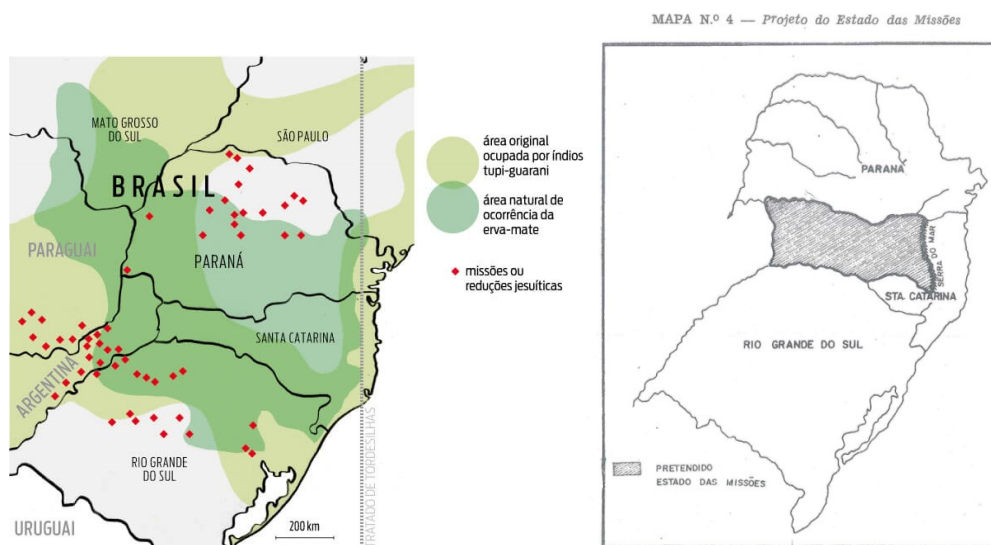
1909 – mesmo ano em que Cleto da Silva havia assumido a prefeitura do local.⁸⁸² Por fim, a atuação de Fabrício Vieira não se restringia somente aos estados brasileiros, ele também realizava transações comerciais nos países vizinhos, como alegou em entrevista dada ao periódico DIARIO DO INTERIOR, em 1917.⁸⁸³ Dessa forma, esses elementos demonstram o grande envolvimento do coronel rio-grandense com as atividades ervateiras estabelecidas na Fronteira Sul. Embora ele tenha atuado fortemente nos estados de Santa Catarina e Paraná, devemos atentar para o fato de que se o Estado das Missões fosse criado, esse indivíduo ficaria numa posição privilegiada para regularizar todas as transações comerciais desse produto na região.

Além de Fabrício Vieira, João Ruas, envolvido no levante de 1917, também possuía algumas ligações com esse tipo de comércio. Para Cristina Dallarona toda família dos “Ruas” esteve ligada ao negócio e extração da erva-mate na zona sudoeste do Paraná e Oeste de Santa Catarina. Nesse contexto, nos anos posteriores ao movimento armado, João Ruas fez parte da firma “Simão Ruas & Cia”, composta por ele e seus irmãos Thomaz Ruas e Marcellino Ruas. O objetivo da empresa era trabalhar com a exploração da erva-mate na zona do ex-Contestado. Dessa forma, esses são mais alguns indícios que demonstram o envolvimento direto dos sujeitos que lutaram pela criação do Estado das Missões com as atividades ervateiras. Por fim, Se fizermos comparação entre o mapa da presença dos ervais-nativos no Sul do Brasil e o do pretendido Estado das Missões, com certeza podemos afirmar que esse produto seria o carro chefe da economia no novo estado:

⁸⁸² O governo paranaense só ficou sabendo desse contrato, em 1913, quando ele estava “felizmente, com o prazo a expirar”, não tomando nenhuma medida sobre o assunto. Cf. PARANÁ. **Relatório da Secretaria de Obras Pública e Colonização**, 1913, p. 49.

⁸⁸³ Cf. FEDERAÇÃO, Porto Alegre, 31 de janeiro de 1917. **O Contestado**, p. 5, c. 1-2.

Figura 34 - Comparação entre os mapas da presença da erva-mate no Sul do Brasil e o pretendido Estado das Missões.



Fonte: 1º imagem disponível em: <https://especiais.gazetadopovo.com.br/erva-mate/origens/>. Acesso em: 14 nov. 2020; 2º imagem disponível em: WACHOWICZ, 1985, p. 134.

No projeto apresentado para o Estado das Missões, a nova unidade territorial incorporaria toda região Sul e Sudoeste do Paraná, incluindo Palmas, Clevelândia, União da Vitória, Rio Negro, Timbó, etc. e ainda – hipoteticamente – os municípios catarinenses de Campos Novos, Curitibanos, Canoinhas, enfim, toda a vasta região onde estavam concentrados os principais ervais-nativos da Fronteira Sul.⁸⁸⁴ Além disso, sua posição estratégica com a fronteira Argentina e Paraguáia, principais importadores do mate brasileiro, seria outro ponto crucial para o controle da exportação dos produtos.⁸⁸⁵

Dessa forma, esperamos que com essa breve análise tenhamos conseguido demonstrar a importância da erva-mate na região do Contestado e o envolvimento das lideranças do movimento em prol do Estado das Missões com essa atividade. Além disso, a exploração desse recurso também nos auxilia a compreender o envolvimento dos rio-grandenses, visto que o principal coronel gaúcho ligado ao projeto emancipacionista ocupava uma posição

⁸⁸⁴ Lembrando que estamos falando aqui de uma situação hipotética, pois seria muito difícil a incorporação dos municípios catarinenses conforme já afirmamos nas partes anteriores do nosso trabalho. Mas, mesmo assim, a região incorporada ainda seria extremamente rica em erva-mate e terras devolutas.

⁸⁸⁵ Entre os anos de 1895-1899, logo após a vitória do Brasil sobre o Território das Missões, a Argentina consumiu 103.116 toneladas da erva-mate brasileira, correspondendo a 73% das suas importações do produto, aumentando quase em 50% as importações em relação ao quinquênio passado. Embora a partir de 1910 o fluxo tenha sido parcialmente modificado por medidas protecionistas do governo argentino, mesmo assim aquele país manteve-se como um importador importante. Cf. GERHARDT, 2013, p. 102.

importante dentro dos negócios ervateiros.

6.4 QUESTÕES DE TERRAS E ESTADO DAS MISSÕES: DO INCENTIVO A DECADÊNCIA

A questão de terras na Primeira República é, sem dúvida, um dos panos de fundos do Estado das Missões. Embora tenha sido a briga de limites entre Paraná e Santa Catarina o estopim da reivindicação, seria ingenuidade descartar toda uma gama de interesses políticos e econômicos que estavam por trás do movimento. Nesse contexto, a posse da terra cumpria um papel essencial para manutenção e ampliação desses poderes por parte daqueles indivíduos. Nesse contexto, Amazonas Marcondes, Cleto da Silva, Felipe Schell Loureiro, Leonidas Cezar de Oliveira e os “Pachecos”, são alguns dos envolvidos que deixaram rastros nos documentos analisados sobre a situação agrária paranaense. Sem contar os outros participantes, como os coronéis Domingo Soares, João Antonio de Araujo Pimpão, João Bley, Pedro Ferreira Pacheco, que embora não tenham sido citados ao longo do capítulo, também eram portadores de grandes propriedades e exerciam papéis de lideranças nos municípios do Contestado.

No início do século XX, quando inúmeras promessas de progresso eram feitas pelas autoridades nacionais e estaduais, as elites locais não queriam ficar a parte da oportunidade de desfrutar o máximo possível do futuro reservado para o Contestado. A Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande estava quase concluindo seu ramal até o Rio Grande do Sul, o preço das terras devolutas vinham aumentando, a exportação da erva-mate crescia. A percepção desse processo pelos sujeitos ligados à tentativa de criar o novo estado fica evidente no próprio telegrama enviado pela comissão popular ao Congresso Legislativo do Paraná, em 1909, afirmando ser bem “conhecida [...] a enorme área territorial da zona contestada onde encontram riquezas de natureza tal, suficientemente capaz de, em futuro não remoto, torna-la um dos esteios mais poderoso da Federação.”⁸⁸⁶

⁸⁸⁶ DIARIO DA TARDE, Curitiba, 3 de Junho de 1909. **Palmas Independente**, p. 1, c. 3-4.

Outro indicativo da identificação dessas mudanças por esses indivíduos está contido na narrativa de Cleto da Silva sobre o movimento. Ao se referir sobre a situação de União da Vitória e demais municípios nos primeiros anos da década de 1910, o mesmo afirmou que:

União da Vitoria não era mais a pequena e monótona vila que havíamos deixado, havia nove anos [...] Incrementada pelo tráfego da São Paulo – Rio Grande tomara um desenvolvimento surpreendente. Novas ruas tinham sido abertas; novas construções se erguiam; e os engenhos de serra, as olarias, os curtumes, as oficinas e várias outras indústrias nascentes, eram atestados bem significativos da febril atividade comercial; que era de progredimento fazia despontar para a “futura” e encantadora cidade paranaense. **Com melhoramentos de tal ordem, não somente na localidade que vimos de citar, como no prospero município de Rio Negro, onde, em Três Barras, a *Lumber Company*, poderosa empresa norte-americana, montava uma das maiores serrarias do Sul do Brasil, quiçá, a primeira do país; com a movimentação que a linha férrea São Francisco emprestaria as cidades e povoações situadas às margens dos rios Negro e Iguçu [...] nas suas sessenta léguas de curso, o transporte, em vapores e lanchas, da erva-mate abundante nessa região; com ligação para o vasto município palmense, por via de rodagem; com várias dezenas de colônias já fundadas, enfim, com todas as vantagens e recursos que o exuberante território do Contestado oferece a exploração do comércio, das indústrias extrativas, pastoril e agrícola, com a riqueza toda, acumulada pelo esforço secular do povo e das gerações paranaenses, naturalmente, cada vez mais incitados seriam os desejos da premeditada e impertinente ambição de conquista de nossos vizinhos de sueste!**⁸⁸⁷

Dessa forma, mesmo com o discurso de Cleto da Silva sendo marcado pela defesa do seu estado e pela tentativa de justificar toda sua movimentação contra o Acordo de Limites, essa passagem não deixa de ser um indício de como aquela região estava sendo vista pelas próprias elites locais. Ao falar sobre esses aspectos, Cleto lembrou-se de mencionar o desejo dos catarinenses sobre aquelas terras, mas esqueceu-se de mencionar os próprios anseios das lideranças coronelistas em tomar o controle administrativo daquela zona através da criação do Estado das Missões. Nesse sentido, fica difícil desassociar todo o contexto das questões territoriais e econômicas das motivações que levaram esses indivíduos a levar a frente à ideia de emancipação do Contestado.

Foi justamente quando esses proprietários e comerciantes começaram a ser ameaçados de perder o Contestado para os catarinenses, juntamente com suas terras, sua fonte de renda, seu poder social e político, eles preferiam deixar parcialmente de lado a luta pelo Paraná e engajar-se no projeto emancipacionista. No fundo, parece que acima “patriotismo paranaense”, esteve por um momento o interesse em conduzir de todas essas transformações ocorridas na área contestada, de estarem à frente do comando dos processos de legitimação,

⁸⁸⁷ SILVA, 1920, p. 10, (grifo nosso).

extração e exportação da erva-mate, de venda de terras devolutas para as empresas estrangeiras e particulares, de nomeação de secretários, delegados, comissários, de passarem da categoria de poder local para poder estadual. Ao invés de se aliar à oligarquia dominante, eles seriam a própria oligarquia, podendo gerir todas as questões administrativas a seu favor.

Entretanto, nem todos mantiveram esse posicionamento até o fim. Se a questão de terras foi um dos grandes elos que uniu esses sujeitos em torno do Estado das Missões ela também foi uma das causas da decadência do movimento. O governo do Paraná, sabendo do posicionamento desses coronéis, não poupou esforços para manter esses chefes locais ao seu lado durante as negociações. Além de reuniões, “visitas” e muitas conversas nos “bastidores”, um dos maiores elementos que contribuiu para o esvaziamento do projeto emancipacionista foi à aprovação do Acordo de Limites, em 1916, colocando fim ao litígio com Santa Catarina e dividindo o território entre os dois estados. Durante as negociações, os paranaenses conseguiram a aprovação do artigo IX⁸⁸⁸, prevendo que todos os direitos políticos e administrativos privados obtidos por via jurídica no Paraná, fossem respeitados por Santa Catarina. Com essas providências, a oligarquia estadual paranaense ofereceu uma segurança agrária para os latifundiários do seu estado, conseguindo uma maior aceitação do Acordo por parte dos potentados locais, que mesmo tendo suas terras passadas para o domínio do estado vizinho, teriam garantidos e validados os seus direitos privados.

De acordo com José Carlos Radin, o governo paranaense fez o registro de diversos títulos de propriedade durante o contexto do acordo de 1916 e até depois da sua promulgação, registrando uma grande extensão de terras no local onde seriam instaladas as futuras comarcas catarinenses de Chapecó e Cruzeiro. Conforme a tabela apresentada pelo autor, aproximadamente 341.171 hectares foram validados no território de Santa Catarina por 42 proprietários do Paraná, sendo muitos desses títulos expedidos entre agosto e setembro de 1917, meses após a homologação do acordo no Congresso Nacional.⁸⁸⁹

Essa movimentação também foi percebida nos relatórios da Secretaria de Colonização e Obras Públicas durante os anos de 1916 e 1917. Em 1916, o coronel Nicolau Bley Netto, importante liderança local, apareceu dando entrada ao processo de legitimação da sua fazenda

⁸⁸⁸ “IX: Serão respeitados e mantidos pelo Estado de Santa Catarina todos os direitos privados, criados até hoje, no território que passa a ser sua jurisdição, por atos regulares legislativos ou executivos do Estado do Paraná.” Cf. SILVEIRA, 2015, p. 96.

⁸⁸⁹ RADIN, José Carlos. **Companhias colonizadoras em Cruzeiro**: representações sobre a civilização do sertão. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006. p. 52-55.

denominada “Invernada” no Rio Negro, visando garantir sua propriedade frente ao avanço das negociações entre Santa Catarina e Paraná.⁸⁹⁰ Em 1918, das 126 compras de terras devolutas realizadas, aproximadamente 113 foram feitas na zona do Contestado (Palmas, União da Vitória, Clevelândia ou Rio Negro). Entre os compradores estava João de Araújo Pimpão (aprox. 15 mil hectares), Pedro de Sá Ribas Nhonhô (aprox. 7 mil hectares) e o coronel Domingos Soares, que comprou cinco lotes de mil hectares em Clevelândia, provavelmente para distribuir entre colonos.⁸⁹¹

Conforme vimos, Domingo Soares também havia feito parte da Junta Governativa do Estado das Missões e até se elegeu como deputado estadual com objetivo de defender o novo estado na Assembleia Legislativa. Contudo, sendo convencido pelo Presidente do Paraná a aceitar o acordo como a melhor solução, abandonou a causa. Já João Araújo Pimpão e Pedro Sá Ribas Nhonhô, chegaram a ser presos em Palmas por não concordarem com o Acordo de Limites – os dois eram proprietários de terras na área perdida para Santa Catarina durante as negociações – mas não se envolveram no levante armado, preferindo usar os artifícios oferecidos pelo governo estadual para manutenção de suas posses e no máximo, enviar um filho – como Francisco Ribas que foi em nome do seu pai.⁸⁹²

Portanto, muito desses coronéis, embora prejudicados com o fim do litígio, preferiram não se envolver diretamente no levante pelo Estado das Missões, enfraquecendo consideravelmente o poder bélico do movimento. Além disso, o recente término da Guerra do Contestado também contribuiu para que esses indivíduos não quisessem se envolver novamente em um conflito armado, temendo mais um episódio naquelas proporções. Com isso e com os outros fatores mencionados ao longo do trabalho o movimento sofreu um esvaziamento considerável. Grande parte da elite paranaense do Contestado não optou pela saída armada e preferiu aceitar o Acordo de Limites e se manter ao lado da oligarquia dominante.

Dessa forma, conforme vimos ao longo do capítulo, a evolução da política de terras paranaenses corrobora com o argumento de Lígia Maria Osório Silva sobre as apropriações

⁸⁹⁰ PARANÁ, Relatório de Obras Públicas e Colonização, 1916, p. 197.

⁸⁹¹ PARANÁ. **Relatório da Secretaria de Obras Públicas e Colonização**, 1919, p. 215-217.

⁸⁹² SILVA, 1920, p. 180 e 196.

privadas das terras públicas durante a Primeira República. Esse processo que corria por todo o Estado, não foi diferente na região do Contestado, pelo contrário era até mesmo mais acentuado devido à disputa de limites com Santa Catarina e presença de grandes riquezas naturais, gerando uma corrida para ver quem conseguiria primeiro comprovar sua jurisdição sobre os domínios daquela zona. Dentro desse contexto, ficou evidente o envolvimento dos indivíduos do Estado das Missões no processo de regularização e no comércio da erva-mate, sendo um dos elementos fundamentais para lutarem pela causa do novo Estado, tanto que quando o governo estadual lhe garantiu o direito a terra e propriedade, muitos acabaram desistindo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho, compreendi que o movimento em prol do Estado das Missões foi um projeto pela emancipação administrativa das terras contestadas entre Paraná e Santa Catarina visando torná-las um estado da Federação. Esse ideal foi levado à frente principalmente por algumas lideranças coronelistas do Sudoeste do Paraná no início do século XX, sendo pleiteado como um projeto alternativo no caso de Santa Catarina ser declarada como vencedora definitiva na Questão de Limites. Nesse contexto, o movimento apareceu de forma concreta pela primeira vez, em maio de 1909, na cidade de Palmas, contando com o apoio de parte da população daquele município e tendo como lideranças o coronel Amazonas Marcondes, Dr. Bernardo Ribeiro Vianna, José Júlio Cleto da Silva, Felipe Schell Loureiro, Dr. João Bley, coronel Pedro Ferreira Pacheco, entre outros. Essa movimentação ocorreu pouco antes do STF declarar novamente o território contestado como pertencente aos catarinenses.

Com a confirmação da segunda vitória de Santa Catarina no Supremo Tribunal, novamente houve uma retomada do ideal de criar o Estado das Missões na zona do Contestado sob a jurisdição paranaense. E, dessa vez, com maior número de chefes locais dispostos a entrar na empreitada. Nessas circunstâncias, foi criada a Junta Governativa pelo Estado das Missões, instalada em 1910, na qual participaram os coronéis Amazonas Marcondes, Major Jahyr D’Avelin e Francisco Cleve, por União da Vitória, Brazilio Celestino, Antônio Correia e major Pedro Alexandre Franklin, pelo Rio Negro, coronel Domingo Soares e Dr. Bernardo Ribeiro Vianna, por Palmas e ainda major Antonio Marcellino Pontes e José Júlio Cleto da Silva, por Clevelândia.

Um prédio público da cidade de União da Vitória chegou a ser definido como nova sede do governo e uma bandeira foi hasteada. Contudo, a intervenção do governo estadual paranaense acabou convencendo os chefes locais a deixarem a ideia para um último caso e a se manterem firmes na luta pelo estado do Paraná, antes que propugnassem a criação do Estado das Missões.

Assim, entre os anos 1910 e 1916, constatei que houve um afastamento por parte do governo paranaense do projeto de emancipar o Contestado e uma maior aproximação com a ideia de estabelecer um acordo com o estado vizinho, principalmente após a subida de

Wenceslau Braz à Presidência da República, Affonso Camargo à Presidência do Estado do Paraná e Felipe Schmidt ao governado de Santa Catarina.

O resultado desse processo foi a assinatura do Acordo de Limites, em 1916, dividindo o território entre os dois estados e dando fim à secular Questão de Limites. Todavia a assinatura do acordo com os catarinenses não havia agradado uma parcela dos políticos locais paranaenses, os quais passaram a organizar uma forte resistência ao convênio, no intuito de barrar a negociação. Nesse momento, chegou a ser apresentado um projeto na Assembleia Legislativa Paranaense pelo deputado Cleto da Silva, pedindo o desmembramento do território Contestado do Paraná para formar o Estado das Missões, sendo a manifestação mais concreta de um projeto político prático para a criação do novo estado encontrado até o momento.

Mesmo com as articulações da oposição ao Acordo de Limites – tanto na esfera estadual como nacional – não foi possível frear a homologação da resolução adotada entre o Presidente da República e os governadores de ambos estados. Dessa forma, contrariados pelas vias legais, um grupo de fazendeiros, políticos e comerciantes paranaenses, aliados a alguns rio-grandenses também interessados na criação do Estado das Missões, promoveram um levante armado no final de julho de 1917 e nos primeiros dias de agosto daquele ano. Essa movimentação foi acompanhada minuciosamente pela imprensa dos três estados do Sul e as autoridades públicas, culminando com o envio do Exército Nacional para a região e a transferência da 6ª Circunscrição Militar de Curitiba para cidade de União da Vitória. Com a presença das forças nacionais no Contestado e o baixo de número de adesão no movimento dos revoltosos, a sublevação acabou sendo facilmente desmanchada, sem haver nenhum grande confronto com as tropas legais, encerrando, assim, as primeiras movimentações pelo Estado das Missões.

Quanto a algumas razões de ordem econômica e política que estavam por trás de todas essas movimentações para a criação do novo estado, ressaltei o envolvimento das lideranças do projeto com o intenso processo de apropriação do patrimônio público durante a Primeira República e com a exploração da erva-mate nas terras do Contestado. A passagem daquelas terras para Santa Catarina significaria uma grande perda no usufruto desses dois recursos para os chefes locais paranaenses. Além disso, dentre as razões políticas, também podemos ressaltar a perda de cargos públicos e do poder de mando que poderia ocorrer com a mudança de jurisdição, bem como o anseio daqueles indivíduos de se tornarem uma nova oligarquia no

seio da Federação, participando de forma ainda mais ativa nos processos administrativos daquela região.

Para além da compreensão do que foi o movimento pelo Estado das Missões, de identificar quem foram os indivíduos que estiveram à frente das movimentações e da sua trajetória durante as primeiras décadas do século XX, também havia a meta de se identificar algumas questões estruturais condicionantes ao surgimento do movimento, bem como os múltiplos contextos sociais, políticos, econômicos e culturais influentes nas ações desses atores sociais.

Assim, na primeira etapa do trabalho, procurei me dedicar à captura de alguns elementos da formação territorial da Fronteira Sul, mais especificamente da zona conhecida como os Campos de Palmas ao longo do século XIX.

Nesse processo foram identificadas algumas das políticas territoriais colocadas em prática, tanto pela Coroa Portuguesa como pelo Império, com o intuito de ocupar os considerados fundos territoriais existentes dentro da unidade administrativa brasileira, sendo os Campos de Palmas um deles. O movimento em direção à região começou com algumas expedições saídas da Capitania de São Paulo visando ocupar os Campos de Guarapuava no século XVIII. Contudo, uma ação exitosa só veio a acontecer após 1808, com a vinda da Corte para o Brasil e o lançamento de duas Cartas Régias com o objetivo de avançar em direção àquela zona. A partir daí, foi possível identificar um cenário marcado por conflitos, disputas e alianças entre os sujeitos envolvidos: indígenas, luso-brasileiros, brasileiros, grandes estancieiros, lavradores pobres, escravos, ervateiros, autoridades religiosas e militares, entre outros.

Por volta de 1840, houve um novo avanço de duas expedições para a zona mais a sudoeste dos Campos de Guarapuava, culminando na ocupação dos Campos de Palmas. Esse período foi marcado por uma intensa apropriação do patrimônio público pelas duas comitivas responsáveis por estabelecer-se naquelas terras delineando o perfil social daquela região nos anos seguintes. A entrada nesses campos também desencadeou o início do conflito entre as províncias de São Paulo e Santa Catarina, referindo-se a quem pertencia àquelas terras. Com o desmembramento da 5ª Comarca de São Paulo, em 1853, para formar a província do Paraná, essa disputa passou a ser travada entre Paraná e Santa Catarina, dando início à Questão de Limites, que se estendeu até as primeiras décadas do regime republicano.

Olhando para o final do século XIX, identifiquei também o aparecimento da Questão de Palmas/*Misiones*, consistindo numa reivindicação por parte dos argentinos de uma parcela dos Campos de Palmas. Após a disputa ter sido submetida a um processo de arbitramento, tendo com árbitro Groover Cleveland, o Brasil saiu vitorioso e consolidou sua fronteira nacional naquela parte da Fronteira Sul.

Todo esse contexto analisado revelou a existência de uma estrutura histórico-geográfica marcada por intensos processos de construção, conflito, instabilidade e incerteza jurisdicional de longa data, podendo ser essa unidade espacial enquadrada no conceito de “fronteira aberta”, o qual foi debatido ao longo da pesquisa. Dessa forma, a argumentação utilizada durante a dissertação fundamentou-se, justamente, sobre que, a partir dessas condições, surgiram as possibilidades para o aparecimento de projetos alternativos para aquela zona, como a criação do Território Federal das Missões, em 1896, e o próprio Estado das Missões, a partir de 1909.

O interessante da construção dessa análise estrutural foi o fato dela ter partido de algumas questões levantadas ao longo do estudo do próprio objeto de pesquisa. Embora durante a construção da narrativa, eu tenha esmiuçado a análise específica do movimento em prol do Estado das Missões somente no terceiro capítulo, a pesquisa não foi conduzida dessa forma. Primeiro foi realizado um estudo específico do movimento em si, para depois ser realizada uma análise estrutural. Esse elemento é importante para dialogarmos com a ideia apresentada na introdução do Estado das Missões como o “Fio de Ariadne” – e acerca das propostas de Fernand Braudel e Koselleck quanto à relação dialética entre estrutura e evento. Segundo Braudel, os acontecimentos são:

O efêmero da história, eles a atravessam como breves clarões. [...] **Cada um deles, com certeza, ainda que breve, testemunha e esclarece um canto escuro ou, por vezes, um vasto panorama da história.** E não apenas de história política, pois qualquer área – política, econômica, social e mesmo geográfica – é iluminada pelo brilho intermitente do acontecimento.⁸⁹³

Esse pressuposto de Braudel ilustra claramente os resultados alcançados com a presente pesquisa. O movimento em prol do Estado das Missões, ainda que breve, lançou luz sobre um vasto panorama da história e não apenas sobre o funcionamento da política na

⁸⁹³ BRAUDEL, Fernand. *The Mediterranean and the Mediterranean World in the Age of Philip II*. 2 Vols. Berkeley: University of California Press, vol. I.II, 1995 [1949], p. 901, (grifo nosso).

Primeira República, mas também sobre questões econômicas e geográficas pertinentes para Fronteira Sul. Nesse sentido, umas das lições que podemos tirar deste trabalho é que, mesmo o nosso objeto de pesquisa sendo um simples acontecimento, se soubermos fazer as questões certas e apontar o foco de análise para as direções corretas, podemos tirar conclusões muito mais amplas do que ele aparentemente nos oferece.

Voltando às conclusões retiradas dos capítulos, uma das primeiras análises sobre os impactos da estrutura histórico-geográfica nos projetos formulados na região da Fronteira Sul ocorreu quando estudei a proposta do senador Severino Vieira. Assim, logo após ser definida a fronteira com a Argentina e proclamada a República, a resolução dos limites internos se tornou alvo dos sujeitos envolvidos com as discussões limítrofes apresentadas no Congresso Nacional. Foi dentro desse contexto de estruturação do novo regime, de passagem das terras públicas para os estados da Federação e de disputas entre os unionistas e federalistas que emergiu o projeto pela criação do Território Federal das Missões.

Esse projeto tinha por base argumentativa a ideia de que aquele território seria “especial” por estar em disputa durante a proclamação da Constituição e ter sido adquirido em litígio internacional pleiteado pela União e com gastos do poder federal. Embora esse projeto não tenha sido concretizado, a constatação da sua existência já nos permitiu compreender as tensões existentes no início do regime republicano, bem como o uso da condição histórico-geográfica de incerteza jurisdicional e de construção da Fronteira Sul para a apresentação de projetos que visavam a concretização de interesses particulares.

Por fim, também constatei como essa proposta tinha como finalidade passar aquele território para os domínios da União até ele ter condições de se tornar um estado da Federação, sendo uma das primeiras menções a criação de uma unidade administrativa nesses moldes, nos Campos de Palmas, ainda que de forma simples e bastante diferente dos movimentos pelo Estado das Missões.

Além disso, a discussão em torno do projeto pela criação do Território Federal das Missões possibilitou inserir mais um elemento importante quando estudei a disputa de limites pelas terras do Contestado durante a Primeira República. Essa proposta fugiu da dualidade Paraná vs Santa Catarina e colocou a União e seus representantes como mais um fator integrante na briga por aquelas terras. Isso demonstrou a complexidade da formação daquele território e a existência de outros projetos que por muito tempo passaram batido na historiografia, mas que igualmente cumprem papel na organização daquela região e ajudam a

compreender melhor como se dava a formação territorial do país naquele período. O próprio Estado das Missões também pode ser pensado dentro desta lógica, visto que, mesmo estando profundamente ligado ao litígio dos limites, ao propor um novo estado, fugiu em partes dessa dualidade.

Outros elementos constatados ao longo do presente trabalho surgiram quando me dediquei a analisar o contexto do surgimento do movimento em prol do Estado das Missões durante a disputa de limites entre Santa Catarina e Paraná. Debruçando-me, com base nos estudos realizados por Christiane Marques Szesz, sobre os posicionamentos dos dois estados, consegui perceber a construção por parte das elites paranaenses de um discurso ideológico buscando criar uma ideia de identidade em torno do território sob sua jurisdição provisória. Esse discurso foi disseminado pelos órgãos da imprensa e pelas autoridades públicas para a população, tendo seu ápice após a promulgação das sentenças proferidas pelo Supremo Tribunal Federal em favor de Santa Catarina. Durante esse movimento, até mesmo as mulheres conseguiram sair da esfera privada e conquistar um lugar no espaço público, organizando-se em vários locais do estado.

Quando passamos para a análise da emergência do movimento pela emancipação do Contestado na cidade de Palmas, também percebemos uma apropriação do discurso de identidade e das formas de organização paranaense para a reivindicação da criação do novo estado, culminando na formação da Junta Governativa do Estado das Missões.

Além disso, a partir da redução de escala, consegui também inserir elementos importantes para a compreensão do objeto de estudo, os quais foram relacionados à liberdade de atuação dos indivíduos e as suas estratégias. A decisão de levar adiante o projeto do Estado das Missões, embora tenham como pano de fundo o papel das estruturas e conjunturas, também tem como elemento importante a escolha daqueles indivíduos.

Frente ao cenário de incertezas sobre a vitória do Paraná na Questão de Limites depois da sentença do STF, do medo de passarem para jurisdição catarinense e, ainda, das possibilidades almejadas pela criação de uma nova unidade administrativa, os sujeitos residentes no Contestado paranaense resolveram optar pelo projeto emancipacionista para defender os seus interesses. Complementando essa discussão, a ideia de fronteira manejada também foi de suma importância para não perder o fio da meada da discussão sobre fronteira, realizada nos capítulos anteriores. Com base nesse conceito, pude perceber como toda essa

movimentação pode ser caracterizada como um manjamento da fronteira por parte desses indivíduos.

Concluída essa primeira etapa do trabalho, a segunda parte aproveitou os potenciais oferecidos pelo estudo do movimento do Estado das Missões para uma análise do funcionamento da política na Primeira República, em especial da sua faceta coronelista. A análise esteve direcionada principalmente para as relações e estratégias colocadas em prática tanto pelos políticos locais do Contestado como pelo Presidente do Paraná, Affonso Camargo e o Presidente da República, Wenceslau Braz – representado pelo seu emissário Thiers Flemming. Dessa forma, foi possível estabelecer um diálogo entre os diversos autores, que se dedicaram a estudar o fenômeno coronelista, e a pesquisa empírica realizada durante a pesquisa, bem como por outros estudiosos do Contestado como Paulo Pinheiro Machado, Cristina Dallanora e Rogério Rosa Rodrigues.

Ao estabelecer um diálogo com a interpretação de Victor Nunes Leal, a principal contribuição do autor para a presente pesquisa foi a caracterização do fenômeno coronelista como uma complexa rede de relações que se estendia desde o coronel até o Presidente da República, tendo os governadores estaduais como intermediários. Esse elemento se mostrou visível, principalmente na reunião ocorrida em 30 de junho de 1916. Nessa ocasião Affonso Camargo atuou como intermediário dos interesses do Chefe da Nação e dos chefes políticos do seu estado e da zona do Contestado, estes últimos representados na figura de Cleto da Silva e o coronel Amazonas Marcondes. Dessa forma, mesmo que não tenha dado atenção especial ao voto como uma mercadoria de troca, nem por isso a análise de Victor Leal foi descartada como importante para a compreensão do assunto.

Além desta reunião, também foi citada uma série de medidas adotadas por Affonso Camargo para conseguir a aceitação por parte dos coronéis paranaenses do Acordo de Limites proposto pelo Presidente da República. A cláusula IX do convênio foi uma delas, pois garantia total respeito aos registros civis e de terras efetuados em cartório paranaense. Essa cláusula foi de suma importância para as negociações por ter dado aos chefes locais do Paraná uma “segurança agrária” sobre suas terras, além de contribuir significativamente para o esvaziamento do apoio do Estado das Missões.

Para complementar a análise sobre essas providências tomadas pelo Presidente do Paraná, tomei como base a crítica construtiva de José Murilo de Carvalho à obra de Leal sobre o coronelismo. Carvalho demonstrou que mesmo sem o papel do voto, os governos estaduais

necessitavam do apoio dos coronéis quando tomados em conjunto. Além disso, a afirmação de José Murilo sobre as decisões dos chefes estaduais que sempre beneficiarem um grupo em detrimento de outro, também foi constatada nas consequências das decisões tomadas por Affonso Camargo durante essas negociações – o movimento de oposição.

Durante a análise do coronelismo também se tornou importante as discussões realizadas por Lígia Maria Osório Silva, indicando um caminho para uma discussão sobre a relação dos coronéis da zona do Contestado com o processo de apropriação do patrimônio público durante a Primeira República. Com base na autora, decidi refutar a ideia do declínio econômico dos chefes locais defendida por Leal e, ao mesmo tempo, consegui investigar o envolvimento das lideranças do movimento pelo Estado das Missões com as questões agrárias do Contestado paranaense. Ficou claro como esses indivíduos estavam ampliando constantemente suas propriedades e explorando os recursos rentáveis presentes naquela região. Dessa forma, isso corroborou com a argumentação de Lígia Osório Silva de que, embora o poder privado dos coronéis pudesse estar declinando mediante a institucionalização da política, seu poder econômico aumentava na mesma proporção com a qual se apropriavam das terras públicas, acarretando um novo tipo de peso político.

Conforme foram se apresentando os personagens centrais dessa história, seus envolvimento, suas redes de relações, as questões levantadas por Ibarê Dantas sobre a principal fonte de poder dos coronéis ser sua capacidade de mobilizar homens armados também acabou aparecendo. Ao comparar as figuras dos coronéis Fabrício Vieira e Amazonas Marcondes, se pode perceber como o primeiro tinha sua força nos homens armados, enquanto o segundo estava mais pautado nas suas relações políticas – embora os dois tenham explorado essas duas fontes de poder. Dessa forma, toda essa discussão demonstrou a importância de análises teóricas serem contrastadas à pesquisa empírica, visto que, nem sempre os modelos explicativos conseguem dar conta de todas as nuances e especificidades das realidades históricas.

Chegando aos últimos pontos constatados no presente trabalho, resalto os exemplos dados sobre a formas como os políticos locais paranaenses se organizavam na esfera política durante a Primeira República para pleitear seus interesses. Contudo, desta vez, como uma oposição declarada à oligarquia dominante do Estado do Paraná. Isso não significa que suas ações ficassem restringidas ao contexto local. Conforme vimos no capítulo 5, a oposição articulou sua defesa nas três esferas do poder público: local, estadual e nacional. Assim,

durante as discussões no Senado Federal referentes à aprovação do Acordo de Limites, não foram poucas as vezes que os senadores Alencar Guimarães e Rui Barbosa evocaram as ações dos chefes locais do Contestado paranaense para justificar suas argumentações. Mesmo assim, os esforços da oposição não foram suficientes para barrar o Acordo, sendo aprovado no início de agosto de 1917.

A principal contribuição do levante armado de 1917 foi a constatação da participação de indivíduos do Rio Grande do Sul – ao que tudo indica a mando do coronel Fabrício Vieira. O envolvimento desses sujeitos vai ao encontro da escolha espacial de abordar a temática a partir da Fronteira Sul, tendo em vista que, se analisarmos a imagem dessa mesorregião atualmente, veremos como os indivíduos participantes do levante estavam distribuídos pelos mesmos municípios presentes na figura apresentada na introdução deste trabalho. Outro ponto interessante foi perceber o perfil dos envolvidos, sendo em sua maioria comerciantes, proprietários, políticos locais, fazendeiros, etc., bem como a forma “cortês” pela qual foram tratados pelo Exército Nacional a partir da ordem geral e da publicação do manifesto garantindo-lhes “vida e propriedade”.

Por fim, durante as movimentações da luta armada também chamou atenção o papel dos meios de comunicação nas divulgações de informações incertas e quanto ao número de revolucionários e militares existentes na região. Boatos surgiram todo o tempo, sendo inflamados pela imprensa ou espalhados pelos próprios revoltosos, mobilizando uma grande reação por parte das autoridades públicas que não tiveram dificuldades em desmanchar o levante. Esse elemento também teve influência sobre o desconhecimento do sucesso ou derrota de outras insurgências na zona do Contestado e se os revoltosos contariam com mais reforços nos demais pontos da região, acabando por dificultar seriamente as estratégias de atuação dos líderes do movimento armado.

O último ponto abordado na presente dissertação foi a respeito dos interesses dos indivíduos envolvidos no movimento pelo Estado das Missões nas questões de terras e da erva-mate na zona do Contestado. Ao me debruçar sobre esse aspecto, percebi como foi intensa a apropriação do patrimônio público pelos setores privados durante a Primeira República no estado do Paraná, principalmente no Contestado. Durante esse processo, diversos sujeitos envolvidos com o Estado das Missões estiveram se beneficiando dessas ações, podendo a defesa do projeto emancipacionista ser vista como uma manifestação da ambição desses indivíduos no sentido de controlar o aparato administrativo. Além disso, o

aumento na exportação do mate no Paraná, principalmente na década de 1910, a inauguração da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande na região, entre outras inúmeras transformações no território também são colocadas como interesses potenciais para reivindicação do novo estado.

Por último, busquei demonstrar como, com a cláusula IX, as questões de terras podem ter ido de união à desunião do movimento, devido ao respeito aos direitos estabelecidos em cartório paranaense.

Referente a algumas questões mais gerais do trabalho, também podemos tirar algumas conclusões. Por exemplo, a partir do princípio da variação de escalas proposto por Jacques Revel, consegui perceber como dependendo da lente de análise que visualizamos o objeto de pesquisa, ele se vem a se mostrar com uma perspectiva diferente. Quando observamos o movimento pelo Estado das Missões a partir do nível macro, salta aos olhos a questão da estrutura histórico-geográfica presente na Fronteira Sul e sua influência como “sustentáculos e obstáculos” nas decisões dos indivíduos. Quando aproximamos um pouco mais, ao nível da conjuntura, os interesses e disputas políticas, sociais e econômicas relacionados ao início do século XX e a região do Contestado sobressaem como elementos importantes para compreensão do episódio.

Por fim, no nível micro, há de se ressaltar a recuperação do papel do individual, da agência dos sujeitos na tomada de decisões frente ao mundo em que estão inseridos, do papel das estratégias utilizadas para seguir pelo caminho que mais lhe pareciam favoráveis.

Especificamente sobre o último ponto levantado no parágrafo anterior, gostaria também de tecer algumas palavras. Embora o princípio da variação de escalas tenha sido anunciado de forma explícita no capítulo três, ele também se fez presente em maior ou menor medida nos capítulos posteriores. E é justamente graças a essa variação no nível de análise que os atores sociais ganharam protagonismo na pesquisa. Ou seja, tanto na análise do do fenômeno coronelista, como da oposição ao Acordo de Limites e do levante armado, as atitudes vivenciadas e as escolhas tomadas pelos sujeitos observados foram levadas em consideração nessa pesquisa. Ao variar os níveis de observação, estabeleci relações entre acontecimentos ocorridos na cúpula federal, no governo estadual e na vida íntima dos atores sociais. Como por exemplo, dentre as motivações que levaram Cleto da Silva a liderar o levante armado se encontravam tanto o problema do Acordo de Limites na esfera estadual e

federal como a agressão a seu filho em uma das estações da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande – embora tenhamos analisado esse dado de forma crítica.

Outro exemplo é quanto analisamos as estratégias colocadas em prática por Camargo para convencer os políticos paranaenses a aceitar o Acordo de Limites. Nesse movimento, esse indivíduo mobilizou tantos seus poderes políticos quanto as relações de parentesco e amizade com os chefes locais de União da Vitória e Palmas. Dessa forma, esses elementos só foram passíveis de serem observados através da variação de escalas, possibilitando estabelecer uma relação entre o micro e o macro, sem cair em determinismo em nenhum dos lados, mas buscando estabelecer uma relação dinâmica entre os dois.

Cabe ainda salientar que esses acontecimentos analisados também permitiram perceber a dinâmica existente entre as categorias espaço de experiência e horizonte de expectativa propostas por Koselleck. Dentro do espaço de experiência acumulado por esses indivíduos, encontram-se tanto elementos de um passado mais distante – do início da construção daquela fronteira – como alguns acontecimentos mais recentes – como o acirramento da disputa de limites entre Paraná e Santa Catarina, a própria sentença do STF dando causa ganha para os catarinenses e a assinatura do Acordo de Limites. Com base nessas experiências, esses indivíduos manifestaram no seu presente o seu horizonte de expectativa dentro daquela situação, isto é, tentaram criar o Estado das Missões visando manter os seus interesses protegidos. Quanto à estratégia utilizada para colocar em prática esse ideal, ela também esteve muito calcada nas experiências acumuladas nos anos anteriores e foi exteriorizada através da sua organização dentro do sistema coronelista da Primeira República, promovendo uma série de ações que pretendiam concretizar os objetivos previstos no seu horizonte de expectativa.

No entanto, também demonstrei como essas experiências e expectativas estavam em constante contraste e reorganização. A Guerra do Contestado e a assinatura do Acordo de Limites, durante a década de 1910, modificou consideravelmente as experiências e os horizontes de muitos adeptos do Estado das Missões que preferiram abandonar a ideia. Nesse sentido, como afirmado por Koselleck, essas categorias não são estáticas. Elas estão em constante relação.

Assim, com base nas discussões realizadas nessa pesquisa, espero ter contribuído para a historiografia da Fronteira Sul, da zona do Contestado e da Primeira República.

Para finalizar tal trabalho, há de se mencionar o reaparecimento dos movimentos pela emancipação do agora ex-Contestado, em 1922 e 1927, e de um projeto pela criação do Estado do Iguazu, em 1931, levado adiante por um antigo membro do levante de 1917, tendo o movimento pelo Estado das Missões como uma das razões históricas. Como vimos, em 1943 também foi criado o Território Federal do Iguazu, por Getúlio Vargas e, após sua extinção em 1946, iniciou-se um novo movimento pela criação do Estado do Iguazu que possuía manifestações até alguns anos atrás.

Com base nessas informações, podemos perceber como esse assunto ainda está muito longe de ser esgotado e merece pesquisas futuras. Por isso, encerro tal dissertação com duas questões que merecem continuidade de reflexão:

Qual seria a relação do primeiro movimento pelo Estado das Missões, entre 1909 e 1917, com as demais tentativas de criar um estado no Sudoeste do Paraná e Oeste de Santa Catarina?

Será que ela existe?

Essas teremos que deixar para uma próxima.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Discursos e Pronunciamentos: a dimensão retórica da historiografia. *In:* Carla Bassannezi Pinsky e Tânia Regina de Luca. (Org.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009. p. 223-250.
- ALVES, Cavassin Alessandro. A força Política das Famílias Tradicionais no Paraná (1853-1889). **REVISTA NEP** (Núcleo de Estudos Paranaenses) Curitiba, v. 1., n. 1., p. 40-60, dezembro 2015.
- ALVES, Alessandro Cavassin. **A província do Paraná (1853-1889): A classe política. A parentela no governo**. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Paraná, Programa de Pós Graduação em Sociologia, Curitiba, 2014.
- BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. *In:* PINSKY, Carla Bessanezi (Org). **Fontes Históricas**. - 2.ed. 1ª reimpressão. - São Paulo : Contexto, 2008.
- BARBOZA, Gabriel Goulart. **A resistência ao acordo de limites e o Estado das Missões (1910-1917)**. TCC (Graduação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História. Florianópolis, 2017.
- BARBOZA, Gabriel Goulart; GOSS, Mariáh Letícia; LEHNEN, Matheus. Entre Deustchtum e brasilidades: as utilizações políticas das construções identitárias e nacionalistas. **Revista Santa Catarina em História** - Florianópolis - UFSC - Brasil ISSN, 1984-3968, v. 10, v. 2, 2016.
- BARROS, José D'Assunção. História Política - Dos objetos tradicionais ao estudo dos micropoderes, do discurso e do imaginário. **Escritas: Revista do Curso de História de Araguaína**, [S.l.], v. 1, abr. 2015. ISSN 2238-7188. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/escritas/article/view/1278>. Acesso em: 29 set. 2020.
- BEATTIE, Petter M. **Tributo de Sangue** : Exército, Honra, Raça e Nação no Brasil, 1864-1945. Tradução Fábio Duarte Joly. – São Paulo : Editora da Universidade de São Paulo, 2009.
- BEZERRA, Maria José. **Invenções do Acre: de território a Estado - Um olhar social**. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em História Social, Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. 2006.
- BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre a história**. – 3°. ed. São Paulo: Perspectiva, 2014 [1958].
- BRAUDEL, Fernand. **The Mediterranean and the Mediterranean World in the Age of Philip II**. 2 Vols. Berkley: University of California Press, vol. I.II, 1995, p. 901.
- CABRAL, Oswaldo R. **A campanha do Contestado**. Florianópolis. Lunardelli. 1979.

CAMARGO, Affonso Alves. *In: Dicionário da Elite Política Republicana (1889-1930)*. Rio de Janeiro : CPDOC, s.d. Disponível em <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CAMARGO,%20Afonso.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2020.

CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual. **Dados**, Rio de Janeiro , v. 40, n. 2, p. , 1997 . Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581997000200003&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 23 jul. 2020;

DANTAS, José Ibarê Costa. **Coronelismo e Dominação**. Aracaju: UFS, 1986

CERTEAU, Michel de. A Operação Historiográfica. *In: CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História***. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

CHRISTILLINO, Cristiano Luís. Uma Riqueza nas Matas do Rio Grande: o extrativismo, os fazendeiros e os trabalhadores do mate no século XIX. **SAECULUM - REVISTADE HISTÓRIA** [33]; João Pessoa, jul./dez. 2015.

CLETO, Josephat Porto Lona. **O Estado das Missões e sua efêmera existência**. Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, vol. XXXIV, Curitiba, 1978.

CONRAD, Sebastian. **What is Global History?** Princeton: Princeton University Press, 2016.

COSTA, Licurgo. **Um Cambalacho Político – A VERDADE SOBRE O “ACORDO” DE LIMITES PARANÁ-SANTA CATARINA**. Florianópolis: Edição Lunardelli, 1987.

D’ASSUMPÇÃO, Herculano Teixeira. *A Campanha do Contestado*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado, 1917

DALFRÉ, Liz Andréa. **Outras Narrativas da Nacionalidade: O movimento do Contestado**. Dissertação apresentada no curso de pós-Graduação em História, setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2004.

DALLANORA, Cristina. **Conflitos no ex-contestado** : coronelismo e bandoleirismo numa região de fronteira. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2019.

DAVIS, Angela. **Mulher, Raça e Classe**. Tradução Livre. Plataforma Gueto_2013.

DOLHNIKOFF, Miriam. O lugar das elites regionais. **REVISTA USP**, São Paulo, n. 58, p. 116-133, junho/agosto 2003.

FLORES, Mariana Flores da Cunha Thompson; FARINATTI, Luís Augusto. Fronteira manejada: apontamentos para uma história social da fronteira meridional do Brasil (século XIX). *In: **Experiências nacionais, temas transversais***: subsídios para uma história

comparada da América latina. HEINZ, Flávio M. (Org). - São Leopoldo : Oikos, 2009. pp. 145-174.

GELLER, Odair Eduardo. **O Contestado entre Santa Catarina e Paraná: uma questão de limites nos limites da nação**. 1. ed. – Curitiba: Editora Prismas, 2016.

GINZBURG, Carlo. Sinais, raízes de um paradigma indiciário. In GINZBURG, Cf. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, Pp. 143-180.

GOULARTI FILHO, Alcides. Estrada de Campos Novos e de Palmas: dois caminhos no meio de uma disputa territorial. *Estudios Históricos* - CDHRPyB - Anõ XI - Julio – Uruguay, 2019.

GRAVA, Giovanna Geslline. "Cada um no seu quadrdado": os Clubes Sociais Negros e a imaterialidade do lugar na produção cultural do real. **Soc. e Cult**, Goiânia, v. 22, n. 2, p. 06-24, ago./dez. 2019.

GREGÓRIO, Vitor Marcos. **DIVIDINDO AS PROVÍNCIAS DO IMPÉRIO: A emancipação do Amazonas e do Paraná e o sistema representativo na construção do Estado nacional brasileiro (1825-1856)**. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de História, Universidade de São Paulo, 2012.

GRENDI, Edoardo. Microanálise e história social. In: OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de (orgs.). **Exercícios de micro-história**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009, p. 19-38.

GRIBAUDI, Maurizio. A longa marcha da Micro-História: da política à estética. In: VENDRAME, Maíra Ines; KARSBURG, Alexandre; MOREIRA, Paulo Roberto. **Ensaio de micro-história: trajetória e imigração**. – São Leopoldo: Oikos, Editora Unisinos, 2016. Pp. 31-51

GONÇALVES, Alberto. In: **Dicionário da Elite Política Republicana (1889-1930)**. Rio de Janeiro : CPDOC, s.d. Disponível em <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/GON%C3%87ALVES,%20Alberto.pdf>. Acesso em: 13 maio, 2020.

HEINSFELD, Adelar. **Fronteira e ocupação do espaço: a questão de Palmas com a Argentina e a colonização do vale do rio do Peixe-SC**. – São Paulo : Perse, 2014.

INSTITUTO DE TERRAS. **Cartografia e Geociências**. Terra e Cidadania. Curitiba: IGCG, 2008.

JANKE, Leandro Macedo. **Duarte da Ponte Ribeiro: Território e territorialidade no Império do Brasil**. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo (USP), Departamento de Geografia da Fauldade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidad de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana. São Paulo, 2014. p. 235-7; MORAES, 2018.

KARAWEJCZYK, Mônica. **As filhas de Eva querem votar: dos primórdios da questão à conquista do sufrágio feminino no Brasil (c. 1850-1932)**. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, BR-RS, 2013.

KOSELLECK, Reinhart. *Estratos do tempo. estudos sobre história*. – 1. ed. – Rio de Janeiro : Contraponto : PUC-Rio, 2014 [2000].

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo, no Brasil** [por] Victor Nunes Leal, com nota do Prof. Basílio de Magalhães; prefácio de Barbosa Lima Sobrinho. 2. Ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1975 [1949].

LESSA, Renato. **A invenção republicana: Campos Sales e a decadência da Primeira República**. São Paulo : Vértice, Editora da Revista dos Tribunais : Rio de Janeiro : Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1988.

LEVI, Giovanni. 30 anos depois: repensando a Micro-História. *In*: VENDRAME, Maíra Ines; KARSBURG, Alexandre; MOREIRA, Paulo Roberto. **Ensaio de micro-história: trajetória e imigração**. – São Leopoldo: Oikos, Editora Unisinos, 2016. pp. 18-31.

LEVI, Giovanni. **A herança imaterial: Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LEVI, Gianni. O trabalho do historiador: pesquisar, resumir, comunicar. **Revista Tempo**. Niterói, RJ, v. 20, 2014, 20p.

LEVI, Giovanni. “Sobre a micro-história” *In*: BURKE, Peter (org). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Editora da UNESP, 1992.

LIMA, Henrique Espada. Micro-História. *In*: Cardoso, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Novos Domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. p. 207-9.

LOPES, Sérgio. “ESTADO DO IGUAÇU”: A TRAJETÓRIA DE UM MOVIMENTO. **Revista Informe Gepec**. Vol. 08, nº2, jul./dez., 2004.

LUCA, Tania Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. *In*: **Fontes Históricas**. Carla Bessanezi Pinsky (org.) - 2.ed. 1ª reimpressão. - São Paulo : Contexto, 2008.

LYNCH, Cristian Edward Cyril. O momento oligárquico: a construção institucional da república brasileira (1870-1891). **História Constitucional, n. 12, 2011**. <http://www.historiaconstitucional.com>, págs. 297-325.

MACIEL, Janaina Neves. **Terra, Direito e Poder: Leis, trabalho e outras relações de sociabilidade do meio rural de Lages-SC no início da Primeira República**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História. Florianópolis, 2015

MACHADO, Paulo Pinheiro. **Lideranças do Contestado: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916).** – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004.

MACHADO, Paulo Pinheiro. O sertão de Palmas: fronteira agropastoril e conflitos sociais. *In: Congresso Latino Americano de Historia Económica*, 2007. Montevideo. Anales del Primer Congreso Latino Americano de Historia Economica. Montevideo: International Economic History Association - Universidad de la Republica, 2007

MACHADO, Paulo Pinheiro. A política de terras em Santa Catarina: posse, propriedade e legitimação no Planalto Serrano e Meio-oeste no final do Império e início da República (1854-1921). *In: Anais do XXVI Simpósio Nacional de História* – ANPUH • São Paulo, julho 2011.

MAGNOLI, Demétrio. O Estado em busca do seu Território. **Terra Brasilis** (Nova Série), 1-9 | 2003

MARQUESE, Rafael Bivar; WALDOMIRO, Lourenço da Silva Júnior. Tempos históricos plurais: Braudel, Koselleck e o problema da escravidão negra nas Américas. **Hist. Historiogr.**, v. 11, n. 28, set-dez, ano 2018, p. 44-81.

MEMÓRIA POLÍTICA DE SANTA CATARINA. **Biografia Antônio Gonçalves Chaves**. 2019. Disponível em: http://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/1300-Antonio_Goncalves_Chaves. Acesso em: 13 maio, 2020.

MIGNOLO, Walter D. **Histórias Locas / Projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar.** – Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

MORAES, Antonio Carlos Robert. Notas sobre a regional e a institucionalização da Geografia. **Estudos Históricos**, v. 4, n. 8, 1991.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Ideologias Geográficas.** São Paulo : Annablume, 2005.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Território e História no Brasil.** – 3 edição, São Paulo: Annablume, 2008.

MORAES, Cristina de. **Uma velha moldura habitada por silêncios, um fundo territorial e seis verbos para integrar** – sugestão para entendimento da formação territorial do oeste catarinense (1880-1940). Tese (Doutorado) – Programas de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geociências e ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Campus Rio Claro. Rio Claro, 2018.

MORAES, Maria Lygia Quartim de Moraes. Cidadania e lutas pelos direitos da Mulher. *In: MORAES, Maria Lygia Quartim. **Marxismo, psicanálise e o feminismo brasileiro.*** - Campinas, SP : UNICAMP /IFCG, 2017. p. 261.

MORAIS, João Felipe Alves. Nas entrelinhas do processo judicial: o assalto ao trem pagador. *In: Rede Contestado de educação, ciência e tecnologia* [recurso eletrônico] / Organizador

Eduardo do Nascimento - Ponta Grossa, PR: ATENA, 2020. Pp 166-176; RODRIGUES, 2008.

MOTTA, Márcia. **Direito à terra no Brasil**. A gestação do conflito. 1795-1824. São Paulo: Alameda, 2009.

MOTTA, Márcia. **Nas Fronteiras do poder**: conflitos e direito à terra no Brasil do século XIX. Rio de Janeiro: Vício de Leitura: Arquivo Público do estado do Rio de Janeiro, 1998.

MOURA, Cristina Patriota. Tratado de Petrópolis. *In: Dicionário da Elite Política Republicana (1889-1930)*. Rio de Janeiro, CPDOC, s.d. Disponível em <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/TRATADO%20DE%20PETR%C3%93POLIS.pdf>. Acesso em: 13 maio, 2020.

MYSKIW, Antonio Marcos. Uma breve história da formação da fronteira no Sul do Brasil. *In: RADIN; VALENTINI, Delmir José; ZARTH, Paulo A. História da Fronteira Sul*. – Porto Alegre: Letra & Vida: Chapecó: UFFS, 2015.

OITICICA, Francisco de Paula Leite. *In: Dicionário da Elite Política Republicana (1889-1930)*. Rio de Janeiro : CPDOC, s.d. Disponível em <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/OITICICA,%20Francisco%20de%20Paula%20Leite%20e.pdf>. Acesso em: 12 maio 2020.

OLIVEIRA, Rodrigo Santos de. OS 120 ANOS DA GUERRA CIVIL DE 1893. *Historiae*, Rio Grande, v. 4, n. 2: 137-147, 2013.

PETROLI, Francimar Ilha da Silva. **Fronteiras, províncias e unidade nacional na formação do Brasil**: uma análise sobre a "Questão de Limites" entre Santa Catarina e Paraná (1853-1889). Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, BR-RS, 2018.

PEDRO, Joana Maria. Relações de gênero como categoria transversal na historiografia contemporânea. *Topoi*, v. 12, n. 22, p. 270-283, jan./ jun. 2011.

PONTAROLO, Fabio. **Terra, Trabalho e Resistência na Fronteira Agrária**: História dos "Povoadores Pobres" em Guarapuava (século XIX). Tese (Doutorado) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus Marechal Rondon, Centro de Ciências Humanas, Educação e Letras, Programa de Pós-Graduação em História, 2019.

POYER, Viviane. **Fronteiras de uma guerra**: imigração, diplomacia e política internacional em meio ao movimento social do contestado 1907-1918. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2018.

PRIORI, Angelo. Legislação e Política Fundiária no Estado do Paraná (1889-1945). **SAECULUM – Revista de História** [26]; João Pessoa, jan./jun. 2012.

QUEIROZ, Maurício Vinhas de. *Messianismo e Conflito social*. São Paulo: Editora Ática, 1966.

RADIN, José Carlos. **Companhias colonizadoras em Cruzeiro**: representações sobre a civilização do sertão. Tese (Doutorado). Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

RADIN, José Carlos; VALENTINI, Delmir José; ZARTH, Paulo A. **História da Fronteira Sul**. – Porto Alegre: Letra&Vida: Chapecó: UFFS, 2015.

RÉMOND, René. **Por uma nova história política**; tradução Dora Rocha. – 2. Ed. – Rio de Janeiro : Editora FGV, 2003.

REVEL, Jacques. **Jogo de Escalas: a experiência da microanálise**. – Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

REVEL, Jacques. **Micro-história, macro-história**: o que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado. *Revista Brasileira de Educação*, v.15, n. 45: Set/dez. 2010.

RODRIGUES, Rogério Rosa. **Veredas de um grande sertão**: a Guerra do Contestado e a modernização do Exército brasileiro. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, 2008; DALLANORA, 2019.

RODERJAN, Roselys Vellozo. **A formação de comunidades campeiras nos planaltos paranaenses e sua expansão para o sul (séculos XVI a XIX)**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História do Brasil. Florianópolis, 1989.

RODRIGUES, Rogério Rosa. **Veredas de um grande sertão**: a Guerra do Contestado e a modernização do Exército brasileiro. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, 2008; DALLANORA, 2019.

SANCHES, Almir Teubl. **A questão de terras no início da República**: o Registro Torrens e sua (in)pliação. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Direito de São Paulo. 2008; MACHADO, 2004.

SANTOS, Júlio Cesar Ferreira. As questões de limites interestaduais do Brasil: transição política e instabilidade do território nacional na Primeira República (1889-1930) – O caso do Contestado. **Revista Eletrônica de Geografia y Ciencias Sociales. Universidad de Barcelona**. Vol. X, num. 217 (17), 1 de agosto de 2006.

SARTRE, Jean-Paul. **O existencialismo é um humanismo/ A Imaginação / Questão de Método**. São Paulo: Abril Cultural, 1978 [1957].

SILVA, Carlos Luiz. **Museu do Paraná e Santa Catarina: formas de lembrar e esquecer o Movimento do Contestado (1946-1988)**. Relatório apresentado no programa de pós-graduação em História, setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2016.

SILVA, Lígia Maria Osório. O Coronelismo como fenômeno de fronteira. **XI Jornadas interescuelas/Departamentos de História**. Departamento de História. Facultad de Filosofía y Letras. Universidad de Tucumán, San Miguel de Tucumán, 2007.

SILVA, Lígia Maria Osorio. A Apropriação territorial na Primeira República. In: SILVA, Sérgio S; SZMRECSÁNY, Tamás. **História Econômica da Primeira República**. 2. ed. revista. – São Paulo: Hucitec / Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica / Editora da Universidade de São Paulo / Imprensa Oficial, 2002. Pp.157-169.

SILVEIRA, Matheus Fernando. **NAS BORDAS DO CONTESTADO: a questão de limites no Processo de Execução e no Acordo de 1916**. Florianópolis, 2015. TCC (Graduação) – Centro de Ciências Humanas e da Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina. Florianópolis, 2015.

SILVEIRA, Pedro Telles. **O gosto do arquivo (digital): Documentos, arquivo e evento histórico a partir do *September 11th Digital Archive (2002-2013)***. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História, 2013.

SOUZA, Almir Antonio de. **Armas, pólvora e chumbo**. Guarapuava, 2015.

SOUZA, Almir Antônio. A Invasão das terras Kaingang nos Campos de Palmas. O processo contra a liderança indígena Vitorino Condá. **Mediações**, Londrina, v. 19 N.2, p. 43-61, Jul./Dez. 2014.

SOUZA, Almir Antonio de. A Lei de Terras no Brasil Império e os índios do Planalto Meridional: a luta política e diplomática do Kaingang Vitorino Condá (1845-1870). **Rev. Bras. Hist.** [online]. 2015, vol.35, n.70 Pp. 109-130. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882015000200109&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 12 maio, 2020.

SPOSITO, Fernanda; VILARDAGA, José Carlos. Fronteiras nas Américas: alianças, identidades e conflitos (século XVI e XVIII). In: ESGUERRA-CAÑIZARES, Jorge; FERNANDES, Luiz Estevam de O.; MARTINS, Maria Cristina. **As Américas na primeira modernidade (1492-1750)**. – 1. Ed. – Curitiba: Editora Prismas, 2018.

SZESZ, Christiane Marques. **A Invenção do Paraná: o discurso regional e a definição das fronteira cartográficas (1889-1920)**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós Graduação em História do Brasil, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná. 1997.

THOMÉ, Nilson. **Da caá-í, Congõ ou Kukai ao Chimarrão: a erva-mate do Contestado na História**. Caçador/Lages (SC): 2011.

THOME, Nilson. A Política no Contestado: Do Cural da Fazenda ao Pátio da Fábrica. Caçador: UnC/Museu do Contestado, 2002.

TOMPOROSKI, Alexandre Assis. O polvo e seus tentáculos: A Southern Brazil Lumber and Colonization Company e suas transformações impingidas ao planalto contestado, 1910-1940. Florianópolis, SC, 2013.

VALENTINI, Delmir José. **Atividades da Brazil Railway Company no Sul do Brasil: a instalação da Lumber e a guerra na região do Contestado (1906-1916)**. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2009

VALENTINI, Delmir José, EPIG, Marcia Janete, MACHADO, Paulo Pinheiro. **Nem fanáticos, nem jagunços**: reflexões sobre o Contestado. Pelotas: Editora da Universidade federal de Pelotas, 2012. p. 9-12.

VIEIRA, Severino. *In: Dicionário da Elite Política Republicana (1889-1930)*. Rio de Janeiro : CPDOC, s.d. Disponível em <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/VIEIRA,%20Severino.pdf>. Acesso em: 12 maio, 2020.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. **O Teatro das Oligarquias**: uma revisão da “política café com leite”. 2.ed. – Belo Horizonte : Fino Traço, 2012 [2001].

WEIGERT, Daniele. **Estratégias familiares na fronteira do Paraná (Palmas, século XIX)**. Memórias e acervos documentais: o arquivo como espaço produtor de Conhecimento, VIII Simpósio Nacional do Centro de Memória - Unicamp. Unicamp, Campinas - São Paulo, 2016.

WITTE, Gerson. **Os caboclos dos Campos de Palmas** e sua representação na Guerra do Contestado. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Francisco Beltrão, 2017.

WOOD, Ellen Meiksins. **Democracia contra capitalismo**: a renovação do materialismo histórico ; tradução Paulo Cezar Castanheira. - São Paulo: Boitempo, 2011.

FONTES

ANAIS DO SENADO FEDERAL

ANNAES DO SENADO FEDERAL. Terceira sessão da segunda legislatura: sessões de 15 de ou de Setembro a 14 de outubro de 1896. Volume V. Rio de Janeiro : Imprensa Nacional, 1896. Disponível em: http://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf-digitalizado/Anais_Republica/1895/1895%20Livro%205.pdf. Acesso em: 12 maio, 2020.

ANNAES DO SENADO FEDERAL. Terceira sessão da segunda legislatura: sessões de 15 de outubro a 14 de novembro de 1896. Volume VI. Rio de Janeiro : Imprensa Nacional, 1896. Disponível em: https://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf-digitalizado/Anais_Republica/1896/1896%20Livro%206.pdf. Acesso em: 13 maio, 2020.

ANNAES DO SENADO FEDERAL. Sessões de 2 de julho a 31 de julho de 1917. Volume III. Rio de Janeiro : Imprensa Nacional, 1920. Disponível em: https://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf-digitalizado/Anais_Republica/1917/Livro%203.pdf. Acesso em: 27 nov. 2020.

ANNAES DO SENADO FEDERAL. Sessões de 1 a 31 de agosto de 1917. Volume IV. Rio de Janeiro : Imprensa Nacional, 1921. Disponível em: https://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf/Anais_Republica/1917/1917%20Livro%204.pdf. Acesso em: 01 nov. 2020.

ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

ANAIS da Câmara dos Deputados, Sessão de 28 de dezembro de 1909, p. 499. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/060917_02/66597. Acesso em: 29 out. 2020.

CARTAS RÉGIAS

Carta Régia de 5 de novembro de 1808 dirigida pelo Príncipe Regente D. João V. ao governador da Capitania de São Paulo Antonio José da Franca e Horta. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/carreg_sn/anterioresa1824/cartaregia-40263-5-novembro-1808-572442-publicacaooriginal-95554-pe.html. Acesso em: 27 mar. 2020.

Carta Régia de 1 de abril de 1909 dirigida pelo Príncipe Regente D. João V. ao governador da Capitania de São Paulo Antonio Joseph da Franca e Horta. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/carreg_sn/anterioresa1824/cartaregia-40045-1-abril-1809-571613-publicacaooriginal-94759-pe.html. Acesso em: 27 mar. 2020.

CONSTITUIÇÕES

Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (24 de Fevereiro de 1891).

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao91.htm

Acesso em: 11 abr. 2020.

DECRETOS

Decreto N. 7.248, de 19 de abril de 1879. Disponível em:

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-7248-19-abril-1879-547934-publicacaooriginal-62863-pe.html>. Acesso em: 03 nov. 2020.

JORNAIS

COMMERCIO DE JOINVILLE, Joinville, 1 de Janeiro de 1910. **Palmas**, p. 3, c. 1.

Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/886173/787>. Acesso em: 29 nov. 2020.

COMMERCIO DE JOINVILLE, Joinville, 1 de Janeiro de 1910. **Telegrammas**, p. 2, c. 5.

Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/886173/786>. Acesso em: 29 out. 2020.

COMMERCIO DE JOINVILLE, Joinville, 8 de Janeiro de 1910. **A reforma da**

Constituição, p.1, c. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/886173/789>. Acesso em: 29 out. 2020.

COMMERCIO DE JOINVILLE, Joinville, 2 de abril de 1910. **Noticias Diversas**, p. 2, c. 3-4.

Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/767085/193>. Acesso em: 29 out. 2020.

CORREIO DA MANHA, Rio de Janeiro, 27 de Dezembro de 1909. **Paraná-Santa Catarina**,

p. 2, c. 4. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/089842_01/21787 Acesso em: 17 jul. 2020.

CORREIO DA MANHA, Rio de Janeiro, 2 de Fevereiro de 1910. **Paraná-Santa Catarina**,

p. 2, c. 7. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/089842_02/306. Acesso em: 18 jul. 2020.

CORREIO DO POVO, Jaraguá do Sul, 29 de Outubro de 1927. **O manifesto de Fabrício**

Vieira, p. 2, c. 1-2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/886440/1641>. Acesso em: 01 nov. 2020.

CORREIO DO POVO, Jaraguá do Sul, 29 de Outubro de 1927. **As palhaçadas do coronel**

Fabrício, p. 1, c. 4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/886440/1638>. Acesso em: 01 nov. 2020.

DIARIO DA TARDE, Curitiba, 4 de janeiro de 1902. **Bandidos**, p. 2, c. 1-2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/800074/3276>. Acesso em: 15 jul. 2020.

DIARIO DA TARDE, Curitiba, 20 de fevereiro de 1902. **Escola Normal**, p. 1, c. 3-4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/800074/3431> Acesso em: 28 jul. 2020.

DIARIO DA TARDE, Curitiba, 5 de maio de 1904. **Territórios da Fronteira**, p. 2, c. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/800074/5532>. Acesso em: 14 maio, 2020.

DIARIO DA TARDE, Curitiba, 23 de maio de 1904. Imperialismo... p. 1, c. 1-3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/800074/5591>. Acesso em: 13 maio, 2020.

DIARIO DA TARDE, Curitiba, 25 de maio de 1904. **Imperialismo...**, p. 1, c. 1-2. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/800074/5599> Acesso em: 14/05/2020.

DIARIO DA TARDE, Curitiba, 27 de maio de 1904. **Imperialismo...**, p. 1, c. 1-3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/800074/5607>. Acesso em: 14 maio, 2020.

DIARIO DA TARDE, Curitiba, 7 de julho de 1904. **Questão de Limites**, p. 2, c. 4-5. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=800074&pagfis=5748> . Acesso em: 08 jun. 2020.

DIARIO DA TARDE, Curitiba, 23 de Julho de 1904. **Questão de Limites**, p. 2, c. 2-3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/800074/5796>. Acesso em: 09 jun. 2020.

DIARIO DA TARDE, Curitiba, 30 de Julho de 1904. **Questão de Limites**, p. 2, c. 4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/800074/5828>. Acesso em: 09 jun. 2020.

DIARIO DA TARDE, Curitiba, 1 de agosto de 1904. **Factos Diversos**, p. 2, c. 3-4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/800074/5832>. Acesso em: 08 jun. 2020.

DIARIO DA TARDE, Curitiba, 3 de agosto de 1904. **Questão de Limites**, p. 2, c. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/800074/5840>. Acesso em: 09 jun. 2020.

DIARIO DA TARDE, Curitiba, 4 de agosto de 1904. **Questão de Limites**, p. 2, c. 2-3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/800074/5844>. Acesso em: 09 jun. 2020.

DIARIO DA TADE, Curitiba, 12 de agosto de 1904. **Questão de Limites**, p. 2, c. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/800074/5872>. Acesso em: 09 jun. 2020.

DIARIO DA TARDE, Curitiba, 26 de Outubro de 1904. **Factos Diversos**, p.2, c. 5. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/800074/6128>. Acesso em: 15 jul. 2020 .

DIARIO DA TARDE, Curitiba, 7 de dezembro de 1904. **Palmas**, p.2, c. 4-5. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/800074/6272>. Acesso em: 15 jul. 2020.

DIARIO DA TARDE, Curitiba, 21 de maio de 1909. **Um novo Estado**, p.1, c. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/800074/11528>. Acesso em: 16 jun. 2020.

DIARIO DA TARDE, Curitiba, 3 de Junho de 1909. **Palmas Independente**, p. 1, c. 3-4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/800074/11572>. Acesso em: 15 maio, 2020.

DIARIO DA TADE, Curitiba, 17 de agosto de 1915. **O Contestado no Congresso e no Governo**, p. 1, c. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/800074/21223>. Acesso em: 21 jul. 2020.

DIARIO DA TARDE, Curitiba, 30 de Setembro de 1916. **A Questão de Limites**, p. 2, c. c. 3-6. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/800074/22638>. Acesso em: 22 jul. 2020.

DIARIO DA TARDE, Curitiba, 6 de dezembro de 1916. **A maioria do Congresso e o substitutivo de Cleto da Silva**, p. 1, c. 1-2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/800074/22863>. Acesso em: 06 out. 2020.

DIARIO DA TARDE, Curitiba, 3 de fevereiro de 1917. **A revolução no Contestado**, p. 1, c. 1-5. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/800074/23059>. Acesso em: 18 ago. 2020.

DIARIO DA TARDE, Curitiba, 15 de junho de 1917. **Revista dos Municípios**, p. 1, c. 6. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/800074/23499>. Acesso em: 05 out. 2020.

DIARIO DA TARDE, Curitiba, 4 de agosto de 1917. **A agitação no Contestado**, p. 2, c. 1-4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/800074/23664>. Acesso em: 29 set. 2020.

DIARIO DA TARDE, Curitiba, 13 de agosto de 1917. **Coisa do Contestado**, p. 2, c. 2-3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/800074/23692>. Acesso em: 03 set. 2020.

DIARIO DA TARDE, Curitiba, 15 de agosto de 1917. **O Ex-Contestado em Guerra**, p. 1, c. 6-7. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/800074/23699>. Acesso em: 29 set. 2020.

DIARIO DA TARDE, Curitiba, 21 de outubro de 1917. Uma peça curiosa, p. 1, c. 6-7. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/800074/32884>. Acesso em: 01 nov. 2020.

DIARIO DO PARANÁ, 7 de novembro de 1947. **O Cinquentenario da morte...** p. 4, c. 5-7. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/171433/4878>. Acesso em: 24 out. 2020.

O DIA, Florianópolis, 28 de dezembro de 1909. **Questão de Limites**, p. 1-3, c. 1-7. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/217549/9351>. Acesso em: 29 out. 2020.

O DIA, Florianópolis, 29 de Dezembro de 1909. **Congratulações**, p. 1, c. 5-7. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/217549/9355>. Acesso em: 29 out. 2020.

O DIA, Florianópolis, 11 de janeiro de 1910. **Questão de Limites**, p. 1, c. 5. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/217549/9395>. Acesso em: 29 out. 2020.

O DIA, Florianópolis, 16 de março de 1910. **Santa Catharina-Paraná**, p.1, c. 2-4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/217549/9595>. Acesso em: 29 out. 2020.

O DIA, Florianópolis, 26 de Janeiro de 1910. **Actividade Paranaense**, p. 1, c. 1-3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/217549/9443>. Acesso em: 29 out. 2020.

O DIA, Florianópolis, 16 de janeiro de 1917. **O Accordo**, p. 4, c. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/217549/18140>. Acesso em: 18 out. 2020.

O DIA, Florianópolis, 1 de junho de 1917. **O Contestado**, p. 2, c. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/217549/19039>. Acesso em: 18 out. 2020.

O DIA, Florianópolis, 16 de agosto de 1917. **A Revolução no Contestado**, p. 5, c. 3-5. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/217549/19466>. Acesso em: 02 set. 2020.

O DIA, Curitiba, 18 de Janeiro de 1931. Uma Nova Estrella na Constellação Brasileira, p. 1 e 4, c. 4-5 e c. 1-3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/092932/18869>. Acesso em: 01 nov. 2020.

O ESTADO, Florianópolis, 4 de agosto de 1917. **O 57º Batalhão ocupa Nova Galicia**, p. 1, c. 3. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/098027_01/2209. Acesso em: 29 set. 2020.

A FEDERAÇÃO, Porto Alegre, 31 de janeiro de 1917. **O Contestado**, p. 5, c. 1-2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/388653/35908>. Acesso em: 18 ago. 2020.

A FEDERAÇÃO, Porto Alegre, 14 de março de 1917. **O Contestado está calmo**, p. 5, c. 5. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/388653/36154>. Acesso em: 18 ago. 2020.

A FEDERAÇÃO, Porto Alegre, 20 de junho de 1917. **O acordo sobre o Conttestad – um Projecto**, p. 2, c. 4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/388653/36725>. Acesso em: 18 ago. 2020.

A FEDERAÇÃO, Porto Alegre, 25 de julho de 1917. **57º de Caçadores**, p. 4, c. 4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/388653/36935>. Acesso em: 01 nov. 2020.

A FEDERAÇÃO, Porto Alegre, 3 de Agosto de 1917. **O Movimento no Contestado**, p. 3, c 5-7. Disponível <http://memoria.bn.br/docreader/388653/36986>. Acesso em: 06 out. 2020.

GAZETA DE NOTICIAS, Rio de Janeiro, 18 de outubro de 1896. **Telegrammas** p. 1, c. 1. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/103730_03/15109. Acesso em: 12 maio, 2020.

GAZETA DE NOTÍCIAS, Rio de Janeiro, 15 de maio de 1909. **Um novo Estado?** p. 1, c. 1-2. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/103730_04/19901. Acesso em: 10 jun. 2020.

GAZETA DE NOTÍCIAS, Rio de Janeiro, 1 de Janeiro de 1910. **Paraná-Santa Catarina** p. 3, c. 7. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/103730_04/21927. Acesso em: 17 ju. 2020

GAZETA DE JOINVILLE, Joinville, 8 de janeiro de 1910. **Noticias diversas**, p. 2, c. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/767085/157>. Acesso em: 29 out. 2020.

JORNAL DO COMÉRCIO, Rio de Janeiro, 13 de fevereiro de 1895. **Gazetilha: manifestação Popular**, p.2, c. 7-9. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/364568_08/16340. Acesso em: 12 set. 2019.

O JORNAL, Rio de Janeiro, 25 de Novembro de 1927. "**O Estado das Missões**", p. 7, c. 6-8. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/110523_02/35193. Acesso em: 01 nov. 2020.

O JORNAL, Rio de Janeiro, 21 de outubro de 1927. **O Caudilho Fabricio Vieira prethendia a independência do ex-Contestado?**, p. 16, p c.4. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/110523_02/34640. Acesso em: 01 nov. 2020.

MISSÕES, Porto União, 24 de Junho de 1916. **A um acordo deshonroso, mil vezes a independência, o Estado das Missões**. Disponível no livro de Cleto da Silva.

MISSÕES, Porto União, 21 de outubro de 1916. "**Ideias não são metais que se fundem**". Cf. SILVA, 1920, p. 43-44. Disponível no livro de Cleto da Silva.

MISSÕES, Porto União, 16 de dezembro de 1916. **Significativa Manifestação**. Cf. SILVA, op. cit., p.59-60. Disponível no livro de Cleto da Silva.

A NOITE, Rio de Janeiro, 22 de Janeiro de 1917. **Boatos e receios de um movimento**, p. 1, c. 3. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/348970_01/9981. Acesso em: 18 ago. 2020.

A NOTÍCIA, Curitiba, 6 de março de 1908. **Noticiário**, p. 8, c. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/187666/3133>. Acesso em: 16 jul. 2020.

OLHO DA RUA, Curitiba, 14 de outubro de 1911. **Figurinos e Calungas**, p. 43. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/240818/2149>. Acesso em: 23 jul. 2020.

OLHO DA RUA, Curitiba, 14 de outubro de 1911. **Chronica da rua**, p. 12, c. 1-3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/240818/2118>. Acesso em: 31 out. 2020

O PALMENSE, 21 de Fevereiro de 1909. **Dr. Ribeiro Vianna**, p.2, c. 3. Acervo da Biblioteca Estadual paranaense.

O PALMENSE, Palmas, 30 de maio de 1909. **Questão de Limites**, p. 1, c. 3. Acervo da Biblioteca Estadual paranaense.

O PALMENSE, Palmas, 2 de Janeiro de 1910. **O Novo Estado**, p. 2, c. 1-2. Acervo da Biblioteca Estadual paranaense.

O PALMENSE, Palmas, 30 de Janeiro de 1910. **Comité Central de Limites**, p. 2, c. 3. Acervo da Biblioteca Estadual paranaense.

O PALMENSE, Palmas, 1 de Abril de 1917. “**O Palmense**”, p. 1, c. 1-2. Acervo da Biblioteca Estadual paranaense.

O PAIZ, Rio de Janeiro, 3 de Janeiro de 1910. **PARANÁ – SANTA CATHARINA**, p. 1, c. 7. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/178691_04/45. Acesso em: 07 jul. 2020.

REPUBLICA, Florianópolis, 9 de fevereiro de 1895. **Boletim da República**, p. 1, c. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/711497x/4659>. Acesso em: 12 set. 2019.

REPUBLICA, Florianópolis, 23 de Outubro de 1896. **Missões**, p. 1, c. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/711497x/6603>. Acesso em: 12 maio, 2020.

A REPUBLICA, Curitiba, 9 de fevereiro de 1895. **Quartel General do 3º Districto Militar**, p. 1, c. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/215554/4873>. Acesso em: 12 set. 2019.

A REPUBLICA, Curitiba, 23 de novembro de 1900. **Secretário de Obras Publicas e Colonização**, p. 1, c. 6. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/215554/11546>. Acesso em: 11 out. 2020.

A REPUBLICA, Curitiba, 9 de janeiro de 1902. **Curityba, 9 de janeiro de 1902**, p. 1, c. 3-4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/215554/12862>. Acesso em: 13 maio, 2020.

A REPUBLICA, Curitiba, 8 janeiro de 1904. **Jurisdição da União em Território dos Estados**, p. 1, c. 4-6. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/215554/15310>. Acesso em: 13 maio, 2020.

A REPUBLICA, Curitiba, 7 de julho de 1904. **Questão de Limite. O Meeting** p. 2, c 1-3. <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=215554&pagfis=15815>. Acesso em: 08 jun. 2020.

A REPUBLICA, Curitiba, 12 de Julho de 1904. **As Senhoras Curytibanas**, p. 1 e 2 , c. 4-6 e 1-2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/215554/15830>. Acesso em: 08 jun. 2020.

A REPUBLICA, Curitiba, 5 de agosto de 1904. **Protesto**, p.2 , c. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/215554/15907>. Acesso em: 09 jun. 2020.

A REPUBLICA, Curitiba, 3 de Novembro de 1908. **Dr. Affonso Camargo**, p. 1, c. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/215554/21265>. Acesso em: 23 jul. 2020.

A REPUBLICA, Curitiba, 27 de maio de 1909. **O que há em Palmas**, p.2, c. 1-2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/215554/21960>. Acesso em: 15 jul. 2020.

A REPUBLICA, Curitiba, 1 de Novembro de 1909. [Sem título], p. 3, c. 4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/215554/22599>. Acesso em: 21 jul. 2020.

A REPUBLICA, Curitiba, 27 de dezembro de 1909. **A Questão de Limites**, p. 1, c. 5. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/215554/22689>. Acesso em: 07 jul. 2020.

A REPUBLICA, Curitiba 31 de dezembro de 1909. Rio Negro, p. 1, c. 6. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/215554/22705>. Acesso em: 28 out. 2020;

A REPUBLICA, Curitiba, 10 de Janeiro de 1910. **Palmas, Paraná, Missões**, p. 1-2, c. 7-8 e c. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/215554/22733>. Acesso em: 16 jun. 2020.

A REPUBLICA, Curitiba, 14 de Janeiro de 1910. **Pelo Estado**, p. 1, c. 7-8. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/215554/22749>. Acesso em: 10 jul. 2020.

A REPUBLICA, Curitiba, 18 de janeiro de 1910. **A's Senhoras Guarapuavanas**, p. 1, c. 5-6. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/215554/22761>. Acesso em: 28 out. 2020.

A REPUBLICA, Curitiba, 30 de março de 1910. **A PEQUENA**, p. 2, c. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/215554/24272>. Acesso em: 31 out. 2020.

A REPUBLICA, Curitiba, 25 de Abril de 1914. **O Sr. Dr. Presidente do Estado percorre o Contestado**, p.1, c. 4-6. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/215554/28101>. Acesso em: 27 jul. 2020

A REPUBLICA, Curitiba 10 de Maio de 1915. **Regimento de Segurança**, p. 2, c. 3-4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/215554/29387>. Acesso em: 28 out. 2020.

A REPUBLICA, Curitiba, 23 de Agosto de 1915. **A Convenção de ontem**, p. 1, c. 1-8. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/215554/29742>. Acesso em: 21 jul. 2020.

A REPUBLICA, Curitiba, 31 de Janeiro de 1916. **Reconhecimento dos Deputados**, p. 1, c. 1-2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/215554/30278>. Acesso em: 31 out. 2020.

A REPUBLICA, Curitiba, 30 de Setembro de 1916. **A Questão de Limites**, p. 1, c. 1-2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/215554/31099>. Acesso em: 22 jul. 2020

A REPUBLICA, Curitiba, 9 de Dezembro de 1916. **Congresso do Estado**, p. 2, c. 4-5. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/215554/31338>. Acesso em: 28 set. 2020.

A TRIBUNA, Curitiba, 7 de novembro de 1895. **Território das Missões**, p. 1, c. 1-2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/720569/101>. Acesso em: 12 set. 2019.

LEGISLAÇÕES E ACÓRDÃOS

Acórdão do Supremo Tribunal Federal referente Ação Cível Ordinária N° 07 lançado no dia 06 de julho de 1904. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/sobreStfConhecaStfJulgamentoHistorico/anexo/ACOr7.pdf>. Acesso em: 06 jul. 2020.

Lei N° 601, de 18 de setembro de 1850. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim601.htm. Acesso em: 12 maio, 2020.

Lei Provincial de São Paulo n° 31 de 10 de março de 1836. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1836/lei-31-10.03.1836.html>. Acesso em: 27 mar. 2020.

Lei Provincial de São Paulo n° 40, de 18 de março de 1836. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1836/lei-40-18.03.1836.html>. Acesso em: 27 mar. 2020.

LIVROS

CAVALCANTI, Amaro. **Elementos de Finanças: Estudo Theorico-Pratico**. Rio de Janeiro : Imprensa Nacional, 1896. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/222256>. Acesso em: 12 maio, 2020.

SILVA, Cleto da. **Apontamentos históricos de União da Vitória**. União da Vitória: Paraná, 1933

SILVA, Cleto da. **ACCORDO Paraná – Santa Catarina ou O Contestado diante das carabinas**. Papelaria Globo – Rua 1° de Março, 15, CORITIBA, 1920.

PROCESSOS JUDICIAIS

Habeas Corpus, Porto União, 12 de fevereiro de 1928. Acervo do Museu do Judiciário

Inquérito Policial, Palmas, 13 de maio de 1909. Acervo do Museu municipal de Palmas.

RELATÓRIOS/MENSAGENS DE AUTORIDADES PÚBLICAS E MILITARES

BRASIL. **Mensagem apresentada ao Congresso Nacional pelo presidente da REPUBLICA Francisco de Paula Rodrigues Alves**. Rio de Janeiro, 3 de maio de 1903. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/mensagem-ao-congresso-nacional/mensagem-ao-congresso-nacional-rodrigues-alves-1903/view>. Acesso em: 13 maio, 2020.

BRASIL. **Mensagem apresentada ao Congresso Nacional pelo presidente da REPUBLICA Francisco de Paula Rodrigues Alves.** Rio de Janeiro, 3 de maio de 1904. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/mensagem-ao-congresso-nacional/mensagem-ao-congresso-nacional-rodrigues-alves-1904/view>. Acesso em: 13 maio, 2020.

EXÉRCITO NACIONAL. Comunicado do Snr. Coronel Emygdio Ramalho, Comandante das forças em operações no Território do Ex-Contestado ao Snr. General Luiz Barbedo, comandante da 6ª Região Militar. **Revolução nos Estados do Paraná e Santa Catarina**, 5 de Agosto a 24 de Setembro de 1917. Acervo do Arquivo histórico do Exército Nacional.

PARANÁ (ESTADO). **Mensagem enviada ao Congresso Legislativo do Estado pelo presidente do Paraná Carlos Cavalcanti de Albuquerque.** Curitiba, 1º de fevereiro de 1914. Tipografia, Diário Oficial, Rua 15 de Novembro n.28. 1914.

PARANÁ (ESTADO). **Mensagem proferida no dia 25 de Novembro de 1916 pelo presidente do Paraná Affonso Alves de Camargo.** Curitiba, 25 de novembro de 1916. Tipografia Diário Oficial, Rua 15 de Novembro n. 28. 1916.

PARANÁ (ESTADO). **Mensagem proferida ao Congresso do Estado pelo presidente do Paraná Affonso Alves de Camargo.** Curitiba, 1 de fevereiro de 1917. Tipografia d'a Republica. Rua 15 de novembro nº 28. 1917.

PARANÁ (PROVÍNCIA). **Relatório apresentado a Assembleia Legislativa pelo presidente da Província Zacarias de Góes e Vasconcellos.** Curitiba, 15 de julho de 1854. Tipografia, Paranaense de Candido Martins Lopes. 1854. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/179#?c=0&m=0&s=0&cv=1&r=0&xywh=-140%2C1520%2C1927%2C1360>. Acesso em: 28 mar. 2020.

SANTA CATARINA (ESTADO). **Mensagem apresentada ao Congresso Representativo pelo governador cel. Gustavo Richard. em 17 de setembro de 1910.** Florianópolis, 17 de setembro de 1910 : Tipografia a vapor da Livraria Moderna, 1910. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/720518/615>. Acesso em: 29 out. 2020.

SÃO PAULO (PROVÍNCIA). **Discurso pronunciado para Assembleia Legislativa pelo presidente da Província Raphael Tobias de Aguiar na Assembleia Legislativa.** São Paulo, 7 de janeiro de 1841 : Tipografia, Costa Silveira. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/186#?c=0&m=3&s=0&cv=0&r=0&xywh=182%2C1258%2C1090%2C769>. Acesso em: 02 nov. 2020.

RELATÓRIO DAS SECRETARIAS PARANAENSES

PARANA. Relatório apresentado ao Dr. Governador do Estado do PARANÁ pelo Dr. João Baptista da Costa Carvalho Filho, secretário d'Estado nos Negócios das Obras Públicas e Colonização. PARANÁ : Tipografia da REPUBLICA, 1894

PARANA. Relatório apresentado ao Dr. Governador do Estado do PARANÁ pelo Dr. João Baptista da Costa Carvalho Filho, secretário d'Estado nos Negócios das Obras Públicas e Colonização. Curitiba : imprensa paranaense, 1895.

PARANA. Relatório apresentado ao Dr. Governador do estado pelo Engenheiro Civil Candido Ferreira de Abreu, secretário d'Estado nos Negócios de Obras Públicas e Colonização. Curitiba : Tipografia Vapor Modelo, 1896.

PARANA. Relatório apresentado ao Dr. Governador do estado pelo Engenheiro Civil Candido Ferreira de Abreu, secretário d'Estado nos Negócios de Obras Públicas e Colonização. Curitiba : Tipografia Livraria Economica, 1897.

PARANA. Relatório apresentado ao Dr. Governador do Estado do PARANÁ pelo Engenheiro Civil Candido Ferreira de Abreu, secretário d'Estado nos Negócios das Obras Públicas e Colonização. Curitiba: Novo Mundo. 1899.

PARANA. Relatório apresentado ao Dr. Governador do estado pelo Bacharel Arthur Pedreira de Cequeira, secretário d'Estados nos Negócios de Obras Públicas e Colonização. Curitiba : Atelier Novo Mundo, 1901.

PARANA. Relatório apresentado ao Dr. Governador do estado pelo Bacharel Arthur Pedreira de Cequeira, secretário d'Estados nos Negócios de Obras Públicas e Colonização. Curitiba : Atelier Novo Mundo, 1902.

PARANA. Relatório apresentado ao Dr. Governador do estado pelo Bacharel Arthur Pedreira de Cequeira, secretário d'Estados nos Negócios de Obras Públicas e Colonização. Curitiba : Tipografia Imprensa paranaense, 1903.

PARANA. Relatório apresentado ao Dr. Governador do estado pelo Dr. Francisco Gutierrez Beltrão, secretário d'Estados nos Negócios de Obras Públicas e Colonização. Curitiba : Tipografia A Republica, 1907.

PARANA. Relatório apresentado ao Dr. Governador do estado pelo Bacharel Claudino Rogoberto Ferreira dos Santos, secretário d'Estados nos Negócios de Obras Públicas e Colonização apresentado em 31 de dezembro de 1908. Curitiba: Tipografia A REPUBLICA, 1909.

PARANA. Relatório apresentado ao Dr. Governador do Estado pelo Dr. Claudino Rogoberto Ferreira dos Santos, secretário d'Estado nos Negócios de Obras Públicas e Colonização. Curitiba, 1912.

PARANA. Relatório apresentado ao Dr. Governador do Estado pelo engenheiro civil Arthur Martins Franco, secretário d'Estado nos Negócios da Fazenda. Curitiba : Tipografia A Republica, 1912.

PARANA. Relatório apresentado ao Dr. Governador do estado pelo Dr. José Niepce da Silva, secretário d'Estados nos Negócios de Obras Públicas e Colonização. Curitiba : Tipografia Alfredo Hoffmann, 1913.

PARANA. Relatório apresentado ao Dr. Governador do estado pelo Dr. Caetano Munhoz da Rocha, secretário d'Estados nos Negócios de Obras Públicas e Colonização apresentado em 31 de dezembro de 1916. Curitiba: Tipografia A REPUBLICA, 1917.

PARANA. Relatório apresentado ao Dr. Governador do Estado do PARANÁ pelo Chefe de Polícia Lindolpho Pessoa da Cruz. Tipografia da Penitenciária do Estado. Curitiba. 1917.

PARANA. Relatório apresentado ao Dr. Governador do estado pelo Dr. Caetano Munhoz da Rocha, secretário d'Estados nos Negócios de Obras Públicas e Colonização apresentado em 31 de dezembro de 1918. Curitiba: Tipografia REPUBLICA, 1919.